Olavo de Carvalho

o mínimo que você precisa saber para não ser um idiota

Olavo de
Carvalho

o mínimo que você precisa saber para não ser um idiota

ORGANIZAÇÃO

Felipe Moura Brasil

1ª edição

2013

“Se você não é capaz de tirar de um livro consequências válidas para sua orientação moral no mundo, você não está pronto para ler este livro.”

Olavo de Carvalho

Sumário

Nota do editor

O leitor encontrará, ao longo deste livro, três tipos de nota: do Autor, do Organizador e do Editor. Somente as do primeiro, em grande parte bibliográficas, são de rodapé, bem como as que servem ao texto de apresentação.

Porque, de modo geral, mais caudalosas, as notas do Organizador e do Editor — com informações e esclarecimentos relevantes, bibliografia complementar e fragmentos de escritos de Olavo de Carvalho não incluídos neste volume — estão concentradas ao final de cada capítulo.

Apresentação

O mínimo que você precisa saber sobre a idiotice, o autor e o livro

A idiotice

Em grego, idios *quer dizer "o mesmo".*
Idiotes*, de onde veio o nosso termo "idiota",*
é o sujeito que nada enxerga além dele mesmo,
que julga tudo pela sua própria pequenez.[*]

Olavo de Carvalho

Você conhece pessoalmente algum idiota?

Só de ler a pergunta, talvez já lhe tenham vindo um ou dois à cabeça. Eu mesmo, enquanto escrevo, estou pensando em vários. Quem não conhece, não é? Que os idiotas estão por aí, creio estarmos todos de acordo (você, eu, Platão, Sertillanges, Nelson Rodrigues — um timaço, o nosso). Vou passar para a próxima pergunta.

O que você realmente faz para não ser um idiota, nem ser feito de idiota?

Bom, talvez esta seja um pouquinho mais difícil. Talvez você precise de um momento de reflexão e autoanálise. Se quiser, pode desviar os olhos do livro (eu costumo olhar para os pés) e pensar por mais alguns segundos em suas atividades anti-idiotice. Pensou?

Agora confesse: você já se fez essa pergunta antes? Sim? Não? Inconscientemente? Formulada de outra maneira? Ok.

Mas alguma vez, ou agora, você respondeu a si mesmo, por exemplo, que estuda as estratégias dos canalhas? Seus métodos? Suas técnicas de manipulação? Suas ocultações? Seu legado no ambiente cultural?

Diga-me: como você pretende não ser um idiota, nem ser feito de idiota, se você pouco ou nada sabe sobre a história e os avanços da canalhice?

Sim: os avanços. A canalhice é a ciência mais avançada do mundo atual — opera em escala global, inclusive — e o seu resultado é justamente a multiplicação de idiotas que jamais se dão conta de sê-lo.

Lembre-se:

Os pequenos canalhas se aproveitam da idiotice pronta. Os grandes a fabricam.

Nelson Rodrigues já alertava: "O mundo só se tornou viável porque antigamente as nossas leis, a nossa moral, a nossa conduta eram regidas pelos melhores. Agora a gente tem a impressão de que são os canalhas que estão fazendo a nossa vida, os nossos costumes, as nossas ideias. Ou são os canalhas ou são os imbecis, e eu não sei dizer o que é pior. Porque você sabe que são milhões de imbecis para dez sujeitos formidáveis."[**]

Se estou chamando você de idiota? Claro que não. Estou convidando você a escapar desse estado, ainda que futuro, conhecendo para isso, entre outras coisas, a influência de canalhas (ou imbecis) sobre "a nossa vida, os nossos costumes, as nossas ideias", "as nossas leis, a nossa moral, a nossa conduta", através da obra de um (hum) sujeito formidável, que vale por dez.

Estou convidando você a enxergar não além, mas muito além do seu umbigo (e em benefício dele), ampliando a sua imaginação para conceber uma realidade infinitamente mais complexa (embora aqui mastigadinha, como se pode ver pelo índice) do que qualquer idiota supõe existir.

É melhor ser persuadido do que ser manipulado.

"Ninguém, hoje em dia", escreve Olavo de Carvalho, "pode se dizer um cidadão livre e responsável,

apto a votar e a discutir como gente grande, se não está informado das técnicas de manipulação da linguagem e da consciência, que certas forças políticas usam para ludibriá-lo, numa agressão mortal à democracia e à liberdade."***

Em outras palavras:

Você não precisa ser um gênio. Mas convém descobrir qual é *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*.

O autor

É um grande sinal de mediocridade elogiar sempre moderadamente.

Leibniz

Olavo de Carvalho é uma inteligência demolidora.

Você vem com a frase feita, ele vem com a britadeira. Você vem com o reflexo condicionado, ele vem com o tratamento de choque. Você vem com o senso comum, ele vem com a história universal.

Para cada ideia compactada em *slogan*, ele tem um *unzip* terapêutico. Para cada cretinice repetida pelo processo inconsciente de *copy and paste*, ele tem um arsenal de rastreadores que localizam a fraude na origem, não sem revelar o seu percurso.

Como um educador de verdade, Olavo dinamita o mal que paralisa a sua inteligência e oferece as ferramentas com as quais você pode erguê-la, deixando claro que não fará isso por você, porque a educação é uma conquista pessoal.

"Educação", ensina ele, "vem de *ex ducere*, que significa levar para fora", exatamente o contrário do que se costuma fazer no Brasil, onde o simples diálogo entre pessoas de áreas profissionais ou "tribos" distintas tornou-se, senão impossível, no mínimo deprimente.

Se as universidades formam habitantes de cada departamento, Olavo orienta você a ser um habitante da cultura. Se as escolas fabricam um exército de militantes, Olavo indica o caminho para voltar a ser gente, de preferência madura. Se a mídia encobre a realidade com eufemismos, Olavo alfabetiza você de novo, chamando as coisas pelo nome, doa a quem doer. Se o empresariado dá provas de ódio ao conhecimento, Olavo dá receitas de como alcançá-lo, incutindo ao mesmo tempo este desejo. Se o ambiente visual urbano torna o essencial indiscernível do irrelevante, Olavo conduz você pela selva, enquanto vai ordenando o caos. Se o acesso a lazeres e prazeres ilimitados infunde nas pessoas um sentimento de culpa traiçoeiro, Olavo mostra com quantos sacrifícios se restitui a sanidade, em prol de uma felicidade duradoura.

Tudo com o mais autêntico bom humor. Tudo com o mais envolvente dos estilos.

Seja em livros, artigos de jornal, apostilas de curso, aulas, vídeos ou programas de rádio, Olavo une a linguagem popular à alta cultura, no todo e nas partes, variando apenas, de acordo com o formato, a intensidade de cada uma, mas sempre com o poder de educar e divertir ao mesmo tempo os seus milhares de leitores, ouvintes e alunos, e com a coragem de expor ao ridículo a quadrilha de "intelectuais" que corrompe o país.

É um homem de fé, sem dúvida. "A fé", dizia José Ingenieros, "se confirma no choque com as opiniões contrárias; o fanatismo teme vacilar diante delas e intenta afogá-las, enquanto agonizam suas velhas crenças".****

Incapazes de manter suas ideias de pé no choque com as opiniões e argumentações demolidoras de Olavo, seus adversários tentam afogá-las, marginalizá-las e xingá-las — não raro fingindo-se alvos de insultos injustificados ou afetando superioridade à base de risadinhas — no intuito de afastar o público do mais breve contato com o autor.

Se você quiser obedecer ao comando e maldizê-lo sem ler ou fugir, fique à vontade.

Olavo de Carvalho não é para frouxos.

O livro

Regra: a busca da perfeição não é nada se não for inseparável da necessidade de difundir todo o bem que se possui.

Louis Lavelle

Este livro é fruto espontâneo dos meus estudos da obra de Olavo de Carvalho e da necessidade incontornável de divulgá-la aos amigos, parentes, leitores e brasileiros em geral, da maneira que julgo mais objetiva, educativa e contundente para despertar suas inteligências e orientá-los em questões fundamentais da existência e da convivência humanas, sem deixar de mostrar como o ambiente cultural do país e a canalhice global interferem em cada uma.

Dado o abismo cada vez maior entre o universo midiático-educacional e a realidade, e portanto entre o povo exposto às classes falantes e os verdadeiros sábios, as recomendações de leituras esparsas via e-mail ou link nas redes sociais, muito embora importantes, não me pareciam suficientes para cumprir estes objetivos, de modo que tratei de montar um material ao mesmo tempo consistente e abrangente que eu pudesse atirar no colo das pessoas ao meu redor, sobretudo as mais dispostas a discutir o que não estudaram, e dizer:

"Toma. Sem isto aqui, não dá nem para começar a conversar."

Sim. É verdade que Olavo de Carvalho publicou outros livros extraordinários, que também devem ser lidos por quem queira avançar na vida intelectual, mas nenhum deles facilita tanto a vida do leitor comum — leigo ou iniciante em assuntos políticos e técnicas filosóficas — quanto este, do qual só não se pode dizer que o pega pela mão porque seria mais correto dizer que o pega pela orelha, não sem lhe dar umas boas e merecidas palmadas por ter vivido tanto tempo como um bichinho, sem saber que diabos está acontecendo.

Se "a suprema alegria de um professor (...) é a de poder abrir a seus alunos um horizonte bem maior que a circunferência de um prato de lentilhas",***** a do organizador de sua obra é torná-la ainda mais atraente e acessível ao grande público, em prol da formação de uma elite pensante não apenas capaz de distinguir um prato de lentilhas de todo o legado da cultura universal, mas também de perceber que a absorção deste último pode ser bem mais nutritiva.

Em busca deste resultado, nada mais natural do que recorrer aos artigos jornalísticos de Olavo de Carvalho, chamarizes instigantes de uma obra quase inabarcável e sob o impacto dos quais muitos de seus leitores — os menos frouxos, modéstia à parte — saem em busca de suas aulas, descobrindo, então, as dimensões infinitamente maiores da sabedoria do filósofo — para muito além, é claro, da caricatura que dele fazem seus adversários políticos e do próprio rótulo de "polemista", quase sempre usado no Brasil para rebaixar quem exibe provas, documentos e análises lógicas irrefutáveis a um nível igual ou inferior ao daqueles que fazem discurso histérico-militante. Na maior parte dos casos, a polêmica está nos olhos de quem não lê.

Este livro, no entanto, não é uma simples compilação de artigos, mas sim uma compilação de temas essenciais — todos eles renegados à obscuridade no país —, sobre os quais os artigos vêm lançar luz, importando para a seleção menos a data e o veículo em que foram publicados do que o potencial de cada um em iluminar esses temas, ainda que, em favor da abrangência, eu tenha priorizado os mais sintéticos entre os milhares que reli ou descobri durante este trabalho, enquanto me perdia, como tantos leitores, ouvintes e alunos, nas páginas virtuais do site de Olavo de Carvalho.

Tratei, pois, não apenas de organizar aquele empilhamento sem fim de textos, mas de resgatar na obra jornalística recente e antiga do autor o que ela tem de atemporal, de ferramenta útil à compreensão da realidade em outras circunstâncias para além daquelas das quais cada texto emergiu,

não sem a intenção de exemplificar o quanto o jornal também é, ou deveria ser, um espaço para análises capazes de sobreviver ao tempo — e até de prever, com acerto, uma infinidade de acontecimentos —, sendo bem mais do que o simples comentário das notícias da semana. Não é porque a notícia envelhece, afinal, que a reflexão correspondente deve envelhecer junto.

Se há (e garanto: como há!) uma dificuldade em agrupar textos de Olavo de Carvalho por temas para fins editorais, isto se deve não à obsolescência deles, mas, pelo contrário, ao fato de o autor buscar sempre a unidade por trás das manifestações isoladas e os fundamentos por trás das discussões públicas, o que torna cada texto seu um amálgama (duradouro) dos elementos mais díspares, entre os quais só um organizador irresponsável (ou obsessivo) como eu ousaria procurar um fio condutor interno e comum a outros textos, capaz de justificar o nome e a composição de capítulos e seções — uma raridade compreensível, aliás, em seus livros, cujas seleções costumam ser justificadas apenas pelo título geral da obra e limitadas aos artigos recentes.

De todo modo, como os textos de Olavo de Carvalho são sobre tudo e mais alguma coisa, cada capítulo deste livro contém um tanto dos temas de outros; e, portanto, nenhum se esgota em si mesmo, mas sim fornece a base mínima para a compreensão dos demais. Por exemplo: como falar de *Cultura* sem falar de *Conhecimento*? Pior: como falar de Obama sem falar de Mídia, Ocultação e Manipulação? No entanto, há seções ou capítulos isolados com cada um (ou dois) desses nomes, podendo o leitor recorrer às suas especificidades para entender melhor o todo, sem deixar de ter alguma visão do todo dentro de cada um.

Se seguir a ordem é importante? Sim e não. Ela tem decerto um propósito, qual seja, o de guiar o leitor a partir das questões individuais de formação da personalidade, de busca da sinceridade, do sentido da vida e do conhecimento, de obtenção enfim das ferramentas mentais e morais necessárias para não ser um idiota, para depois introduzi-lo gradativamente (ou violentamente, dependendo do caso) em problemas culturais, sociais, políticos e intelectuais, cujos efeitos sobre a sua visão de mundo, a sua psique e as suas ações são bem maiores do que ele (você?) talvez imaginasse antes.

Por viver no Rio de Janeiro (e no Facebook), entre inúmeras pessoas que só de ouvir a palavra “política” saem correndo desinteressadas do que quer que se diga depois, quisera eu ter empurrado para o fim — ou para fora — deste livro as partes referentes a ela, mas a culpa não é minha nem de Olavo de Carvalho se a politização de tudo, da linguagem à vida humana, foi e é instrumento e causa da idiotização geral, da qual já não se pode escapar sem entender minimamente a atuação dos grupos que disputam ou monopolizam o poder, manipulando e demolindo as consciências. Se o capítulo *Revolução*, portanto, vem antes de *Educação*, *Religião* e *Linguagem*, por exemplo, é porque já não se pode compreender o estado destas sem compreender o estágio daquela.

Contudo, convém ressaltar: este é um livro educativo; não didático. O leitor seguramente encontrará pelo caminho referências a questões que só serão examinadas em detalhe mais adiante — ou mesmo fora do livro, posto que seu objetivo também é servir de convite à obra do autor —, de modo que pode usar e abusar da liberdade de escolher a sua própria ordem de leitura e até os temas de sua predileção, como se estivesse diante de uma minienciclopédia carvalheana, eterna fonte de consultas para esclarecimentos variados.

Se, em vez de encher o índice de descrições, usei apenas uma palavra (*Vocação*; *Inveja*; *Democracia*) para nomear os capítulos, e uma ou duas — ora em par (como Analfabetismo & glória; História & embuste), ora em oposição (como Sociedade x culpa; Revolucionários x mundo melhor) — para as seções, não é (só) porque sofro de TOC literário (e você não imagina com que dor me rendi ao famigerado “mundo melhor”, composto por abomináveis duas palavrinhas em vez de uma), nem (só) porque quero atrair o maior número de leitores, mas pelo simples fato de que, salvo algum novo padrão revolucionário de conduta, ninguém vai a um restaurante (nem a um bordel, soprou-me o diabo) para comer o cardápio. Quanto mais preciso e visual ele for, creio, mais favorecerá o apetite —

agora e para sempre.

De resto, só a assimilação do conteúdo fará o leitor notar que *Gayzismo*, por exemplo, não é, no mundo real, um capítulo isolado como é no livro; mas se alguns temas não vêm dentro de outros que o englobam ou que lhe deram origem, é justamente pelo motivo citado, isto é: eu não quis transformar o índice em uma árvore genealógica mais complexa do que já é, incluindo itens como o 3.7.4.2 da seção 5.6.1 do capítulo 8 parte B; muito menos deixar metade do livro dentro do capítulo *Revolução*. Ou seria *Criminalidade*?

Jorge Luis Borges escreveu em *O Aleph*: "O que viram meus olhos foi simultâneo; o que transcreverei, sucessivo, pois a linguagem o é. Algo, entretanto, registrarei." Olavo de Carvalho, como Borges, vê tudo simultaneamente na realidade, transcreve de forma sucessiva em cada texto — embora muitos pareçam em 3-D —, e eu, contando que o leitor vai tirar conclusões menos do índice do que da leitura do livro, organizo-os de forma sucessiva, também, por seções e capítulos. Algo, entretanto, registraremos.

Neste "algo", estará decerto o analfabetismo funcional e moral das classes falantes, tema recorrente na obra do autor e no presente livro, ainda que este não seja uma documentação, como o best seller *O imbecil coletivo*,****** da "redução da vida intelectual a megafone de interesses partidários"******* através da análise do discurso de seus representantes. Digo isto para o caso de leitores desconfiados ou mal-intencionados não encontrarem nesta compilação — temática, repito — prova suficiente de que o sistema de ensino e os meios de comunicação brasileiros foram quase inteiramente ocupados pela pseudointelectualidade esquerdista, já que aqui a prioridade é, além de descrever o quadro geral, oferecer, em doses homeopáticas, os meios de descontaminação moral e linguística de seus venenos idiotizantes.

Da juventude à maturidade, do fingimento à sinceridade, da economia à cultura, da ciência à religião, da linguagem à discussão, da militância à vocação, do regime militar ao petismo de Lula e Dilma, do governo de George W. Bush ao de Barack Hussein Obama (passando pela Guerra do Iraque e pela crise financeira americana), da democracia à ditadura mundial, do capitalismo ao socialismo — de tudo a mais um pouco, enfim, não há tema obscuro que os donos do microfone não obscureçam ainda mais. E não há melhor antídoto para o provincianismo mental brasileiro do que ler Olavo de Carvalho.

Este livro, cuja gestação também me serviu de automedicação, é, portanto, uma tentativa dupla: a de organizar o saber — "condição mais óbvia para o desenvolvimento da inteligência", segundo Olavo — e a de compartilhá-lo, a fim de "levar para fora" o leitor e consolidar aquilo que o nosso maior filósofo e educador definiu em "Espírito e cultura: o Brasil ante o sentido da vida":********

> Acontece que a esse impulso fundamental [para o conhecimento] corresponde um outro, derivado mas não menos forte: aquele que leva o homem que entreviu a ordem e o sentido a desejar repartir com os outros homens um pouco daquilo que viu. Não há certamente maior benefício que se possa fazer a um semelhante: mostrar-lhe o caminho do espírito e da liberdade, pelo qual ele pode se elevar a uma condição que, dizia o salmista, é apenas um pouco inferior à dos anjos. Tal é, substancialmente, a forma concreta do amor ao próximo: dar ao outro o melhor e o mais alto do que um homem obteve para si mesmo. Amamos o nosso próximo na medida em que o elevamos à altura dos anjos. Fazemos-lhe o mal quando o rebaixamos à condição de bichinho, seja com maus-tratos, seja com afagos.
>
> Nessas duas exigências está contida, dizia Cristo, toda a lei e os profetas.

Neste livro está contido, digo eu, um pouco do melhor e do mais alto que obtive para mim mesmo.

Eu vi Olavo de Carvalho. E agora o reparto com você, leitor, na esperança de que também se afaste da condição de bichinho e se eleve à altura dos anjos.

Se eu acho que você deve agradecer a mim, à Editora Record e a quem lhe indicou ou deu de presente este livro por tamanho gesto de amor?

"Ora porra!", como diria Olavo.
Sem dúvida que sim.

Felipe Moura Brasil
www.felipemourabrasil.com.br

Notas

* Trecho do artigo "Professores de corrupção", presente no capítulo *Intelligentzia* deste livro.

** Trecho da entrevista concedida pelo dramaturgo à revista *Playboy*, em novembro de 1979.

*** Trecho do artigo "Da servidão hipnótica", presente no capítulo *Revolução* deste livro.

**** Ingenieros, José. *O homem medíocre*. São Paulo: Ícone Editora, 2006.

***** Carvalho, Olavo de. *A dialética simbólica*. São Paulo: É Realizações, 1997.

****** São Paulo: É Realizações, 1996.

******* Ver o artigo "Onde começou a queda", no capítulo *Intelligentzia*.

******** Texto presente neste livro, no capítulo *Cultura*.

JUVENTUDE

O imbecil juvenil

Jornal da Tarde, São Paulo, 3 de abril de 1998

Já acreditei em muitas mentiras, mas há uma à qual sempre fui imune: aquela que celebra a juventude como uma época de rebeldia, de independência, de amor à liberdade. Não dei crédito a essa patacoada nem mesmo quando, jovem eu próprio, ela me lisonjeava. Bem ao contrário, desde cedo me impressionaram muito fundo, na conduta de meus companheiros de geração, o espírito de rebanho, o temor do isolamento, a subserviência à voz corrente, a ânsia de sentir-se iguais e aceitos pela maioria cínica e autoritária, a disposição de tudo ceder, de tudo prostituir em troca de uma vaguinha de neófito no grupo dos sujeitos bacanas.

O jovem, é verdade, rebela-se muitas vezes contra pais e professores, mas é porque sabe que no fundo estão do seu lado e jamais revidarão suas agressões com força total. A luta contra os pais é um teatrinho, um jogo de cartas marcadas no qual um dos contendores luta para vencer e o outro para ajudá-lo a vencer.

Muito diferente é a situação do jovem ante os da sua geração, que não têm para com ele as complacências do paternalismo. Longe de protegê-lo, essa massa barulhenta e cínica recebe o novato com desprezo e hostilidade que lhe mostram, desde logo, a necessidade de obedecer para não sucumbir. É dos companheiros de geração que ele obtém a primeira experiência de um confronto com o *poder*, sem a mediação daquela diferença de idade que dá direito a descontos e atenuações. É o reino dos mais fortes, dos mais descarados, que se afirma com toda a sua crueza sobre a fragilidade do recém-chegado, impondo-lhe provações e exigências antes de aceitá-lo como membro da horda. A quantos ritos, a quantos protocolos, a quantas humilhações não se submete o postulante, para escapar à perspectiva aterrorizante da rejeição, do isolamento. Para não ser devolvido, impotente e humilhado, aos braços da mãe, ele tem de ser aprovado num exame que lhe exige menos coragem do que flexibilidade, capacidade de amoldar-se aos caprichos da maioria — a supressão, em suma, da personalidade.

É verdade que ele se submete a isso com prazer, com ânsia de apaixonado que tudo fará em troca de um sorriso condescendente. A massa de companheiros de geração representa, afinal, o mundo, o mundo grande no qual o adolescente, emergindo do pequeno mundo doméstico, pede ingresso. E o ingresso custa caro. O candidato deve, desde logo, aprender todo um vocabulário de palavras, de gestos, de olhares, todo um código de senhas e símbolos: a mínima falha expõe ao ridículo, e a regra do jogo é em geral implícita, devendo ser adivinhada antes de conhecida, macaqueada antes de adivinhada. O modo de aprendizado é sempre a imitação — literal, servil e sem questionamentos. O ingresso no mundo juvenil dispara a toda velocidade o motor de todos os desvarios humanos: o *desejo mimético* de que fala René Girard, onde o objeto não atrai por suas qualidades intrínsecas, mas por ser simultaneamente desejado por um outro, que Girard denomina o *mediador*.

Não é de espantar que o rito de ingresso no grupo, custando tão alto investimento psicológico, termine por levar o jovem à completa exasperação, impedindo-o, simultaneamente, de despejar seu ressentimento de volta sobre o grupo mesmo, objeto de amor que se sonega e por isto tem o dom de transfigurar cada impulso de rancor em novo investimento amoroso. Para onde, então, se voltará o rancor, senão para a direção menos perigosa? A família surge como o bode expiatório providencial de todos os fracassos do jovem no seu rito de passagem. Se ele não logra ser aceito no grupo, a última coisa que lhe há de ocorrer será atribuir a culpa de sua situação à fatuidade e ao cinismo dos que o rejeitam. Numa cruel inversão, a culpa de suas humilhações não será atribuída àqueles que se recusam a aceitá-lo como homem, mas àqueles que o aceitam como criança. A família, que tudo lhe deu, pagará pelas maldades da horda que tudo lhe exige.

Eis a que se resume a famosa rebeldia do adolescente: amor ao mais forte que o despreza, desprezo pelo mais fraco que o ama.

Todas as mutações se dão na penumbra, na zona indistinta entre o ser e o não-ser: o jovem, em trânsito entre o que já não é e o que não é ainda, é, por fatalidade, inconsciente de si, de sua situação, das autorias e das culpas de quanto se passa dentro e em torno dele. Seus julgamentos são quase sempre a inversão completa da realidade. Eis o motivo pelo qual a juventude, desde que a covardia dos adultos lhe deu autoridade para mandar e desmandar, esteve sempre na vanguarda de todos os erros e perversidades do século: nazismo, fascismo, comunismo, seitas pseudorreligiosas, consumo de drogas. São sempre os jovens que estão um passo à frente na direção do pior.

Um mundo que confia seu futuro ao discernimento dos jovens é um mundo velho e cansado, que já não tem futuro algum.

Geração perdida

Jornal da Tarde, São Paulo, 3 de agosto de 2000

Hyppolite Taine conta que, aos 21 anos, vendo-se eleitor, percebeu que nada sabia do que era bom ou mau para a França, nem das ideologias em disputa na eleição. Absteve-se de votar e começou a estudar o país. Décadas depois, vieram à luz os cinco volumes das *Origines de la France Contemporaine* (1875), um monumento da ciência histórica e um dos livros mais esclarecedores de todos os tempos. O jovem Taine não votou, mas o Taine maduro ajudou muitas gerações, na França e fora dela, a votar com mais seriedade e conhecimento de causa, sem deixar-se iludir pelas falsas alternativas da propaganda imediata. Saber primeiro para julgar depois é o dever número um do homem responsável — dever que o voto obrigatório, sob a escusa de ensinar, força a desaprender.

Taine foi muito lido no Brasil, e seu exemplo deu alguns frutos. Entre os que tiveram seu caminho de vida decidido pela influência dele contou-se o jovem Affonso Henriques de Lima Barreto. Ele aprendeu com Taine que as coisas podem não ser o que parecem. Como romancista, ele fixou a imagem da ambiguidade constitutiva das atitudes humanas no duelo de personalidades do major Quaresma com Floriano Peixoto, onde o passadista se revela um profeta e o progressista um ditador tacanho e cego. Mas a mensagem dessa história, ainda que consagrada pelo cinema, não se impregnou na mente das novas gerações. Talvez não venha a fazê-lo nunca, precisamente porque, amputada da ética taineana da prioridade do saber, que lhe serve de moldura, ela se reduz a uma observação casual que pode ser dissolvida numa enxurrada de lugares-comuns. Hoje, de fato, raramente se encontra um jovem que não queira, antes de tudo, “transformar o mundo”, e que, em função desse *parti pris*, não adie para as calendas gregas o dever de perguntar o que é o mundo.

Sim, no Brasil, cultura e inteligência são coisas para depois da aposentadoria. Quando todas as decisões estiverem tomadas, quando a massa de seus efeitos tiver se adensado numa torrente irreversível e a existência entrar decisivamente na sua etapa final de declínio, aí o cidadão pensará em adquirir conhecimento — um conhecimento que, a essa altura, só poderá servir para lhe informar o que deveria ter feito e não fez. Antevendo as dores inúteis do arrependimento tardio, ele então fugirá instintivamente do confronto, abstendo-se de julgar sua vida à luz do que agora sabe.

Embalsamado num nicho de diletantismo estético, o conhecimento perderá toda a sua força iluminante e transfiguradora, reduzindo-se a um penduricalho inócuo, adorno inofensivo de uma velhice calhorda. Eis onde termina a vida daquele que, na juventude, em vez de esperar até compreender, cedeu à tentação lisonjeira do primeiro convite e se tornou um “participante”, um “transformador do mundo”.

Eu também caí nessa, mas tive a sorte de minha carreira de transformador do mundo ser detida, logo no início, por uma chuva de perplexidades paralisantes que me forçaram a largar tudo e a ir para casa pensar. Acossado de perguntas que ultrapassavam minha capacidade de resposta, fui privado, pelo bom Deus, da oportunidade de tentar moldar o mundo à imagem da minha própria idiotice.

Mas essa sorte é rara. O Brasil é o país do gênio prematuro, degradado em bobalhão senil logo na primeira curva da maturidade. Quando contemplo esse circo decrépito da revista *Bundas*,[1] onde cômicos enferrujados se esforçam para repetir as *performances* de trinta anos atrás, que na sua imaginação esclerosada se petrificaram em emblemas estereotipados de "vida" e "juventude"; quando, lendo *Caros Amigos*, vejo homens de cabelos brancos se esfalfando para recuperar sua imagem idealizada de patota juvenil dos "Anos Dourados", não posso deixar de notar que em todas essas pessoas que falam em nome do futuro o sentimento dominante é a saudade de si mesmas. Não falta a esses indivíduos a consciência de que suas vidas falharam. Mas atribuem a culpa aos outros, ao governo militar que impediu sua geração de "chegar ao poder". No entanto, a desculpa é falsa, porque, mal ou bem, eles estão no poder. Eram jovens militantes, hoje são deputados, são catedráticos, são escritores de sucesso, são formadores de opinião. Por que, então, lambem com tanta nostalgia e ressentimento as feridas da sua juventude perdida? É porque foi perdida num sentido muito mais profundo e irremediável que o da mera derrota política. E agora é tarde para voltar atrás.

Jovens paranaenses

Folha de Londrina, 26 de abril de 2003

Num livro já antigo, Wilson Martins escreveu que o Paraná era "um Brasil diferente". Tenho comprovado isso, repetidamente, desde que comecei a dar aulas neste estado, dois ou três anos atrás. Os brasileiros de hoje são tagarelas e preguiçosos: não estudam nada e opinam sobre tudo. Os estudantes paranaenses são notavelmente mais humildes e interessados em aprender.

A importância da humildade no aprendizado já era enfatizada, na Idade Média, por Hugo de São Vítor, um dos maiores educadores de todos os tempos. Humildade significa, no fundo, apenas senso do real. O culto universal da juventude obscureceu essa verdade óbvia a ponto de que todo mundo já acha natural esperar que, aos 15 ou 18 anos, um sujeito tenha opiniões sobre todas as coisas e, miraculosamente, elas estejam mais certas que as de seus pais e avós. O resultado dessa crença generalizada é desastroso: todos os movimentos totalitários e genocidas dos últimos séculos — comunismo, nazismo, fascismo, radicalismo islâmico etc. — foram criações de jovens, e sua militância foi colhida maciçamente nas universidades.

O culto da juventude traz, como um de seus componentes essenciais, o desprezo pelo conhecimento: se ao sair da adolescência o sujeito já traz na cabeça todas as ideias certas, para que continuar estudando?

No Brasil, esse preconceito arraigou-se tão fundo, que já parece impossível extirpá-lo. O efeito disso é que milhões de jovens, incapacitados para perceber as mais óbvias realidades, se creem investidos do direito divino de julgar todas as coisas, homens e fatos. Além do conhecimento, falta-lhes às vezes até aquele mínimo de integração da consciência, sem o qual um sujeito não pode sequer argumentar de maneira razoável. Sua pretensão arrogante contrasta tão deploravelmente com a sua falta de recursos intelectuais que nenhum educador dotado de bom senso se aventuraria a lhes ensinar o que quer que fosse.

Raríssimos estudantes, hoje em dia, sabem distinguir princípios gerais de tomadas de posição sobre acontecimentos específicos. Adotam uma opinião sobre isto ou aquilo, sobre o homossexualismo,

sobre a guerra no Iraque, e fazem dela imediatamente um princípio universal, extraindo-lhe conclusões que desmentem os próprios princípios da lógica ou do direito nos quais, não obstante, continuam se baseando para raciocinar sobre tudo o mais. A “autodeterminação dos povos”, por exemplo, é usada para justificar a soberania de Saddam Hussein, ao mesmo tempo que se deixa de aplicá-la à minoria curda, sendo quase impossível mostrar ao falante que há aí uma contradição. Em casos como esse, uma opinião política singular se sobrepõe de tal modo aos princípios fundantes do próprio raciocínio que uma pessoa neurologicamente normal acaba tendo o desempenho cerebral de um mongoloide. Outro dia encontrei na internet um site de jovens homossexuais que demonizavam os EUA, terra de promissão do movimento gay, e defendiam entusiasticamente as ditaduras islâmicas, nas quais o homossexualismo é crime punido com a morte. Na antiga retórica greco-latina, isso chamava-se “argumento suicida”, como no caso de um judeu que fizesse propaganda nazista. O argumento suicida era tão raro que os manuais de retórica mal o citavam. Hoje em dia, tornou-se a coisa mais comum do mundo e, nas falas de estudantes brasileiros, quase um paradigma. Os exemplos que citei são só dois entre milhares. Quanto mais lisonjeada por pais e educadores, mais a juventude se torna estúpida e incapaz, anunciando uma maturidade de ressentidos, fracassados e invejosos.

Tenho me defrontado com esses tipos no Brasil inteiro, mas garanto: entre os estudantes paranaenses o número deles é bem menor.

Não sei como explicar esse fenômeno. Não conheço a história cultural do estado a ponto de arriscar alguma hipótese. Apenas assinalo o fato e reconheço ver nele um raro sinal de que, para a cultura deste país, nem tudo está perdido.

Nota

1. Nota do Organizador: A revista *Bundas*, uma sátira à revista *Caras*, foi lançada em junho de 1999 pela Editora Pererê. À frente da iniciativa, que buscava retomar a linguagem despojada do antigo *Pasquim*, lançado trinta anos antes e extinto havia menos de dez, estava o cartunista Ziraldo. Os colaboradores eram Luis Fernando Verissimo, Chico e Paulo Caruso, Frei Betto, Aldir Blanc e outros. Millôr Fernandes se afastou logo nos primeiros números. Com a venda nas bancas diminuindo a cada semana e a falta de publicidade, a revista teve de encerrar suas atividades em dezembro de 2000, após 77 edições e três almanaques especiais.

CONHECIMENTO

Desejo de conhecer

Diário do Comércio, 10 de janeiro de 2011

"É natural no ser humano o desejo de conhecer." Quando li pela primeira vez esta sentença inicial da *Metafísica* de Aristóteles, mais de quarenta anos atrás, ela me pareceu um grosso exagero. Afinal, por toda parte onde olhasse — na escola, em família, nas ruas, em clubes ou igrejas — eu me via cercado de pessoas que não queriam conhecer coisíssima alguma, que estavam perfeitamente satisfeitas com suas ideias toscas sobre todos os assuntos, e que julgavam um acinte a mera sugestão de que se soubessem um pouco mais a respeito suas opiniões seriam melhores.

Precisei viajar um bocado pelo mundo para me dar conta de que Aristóteles se referia à natureza humana em geral e não à cabeça dos brasileiros. De fato, o traço mais conspícuo da mente dos nossos compatriotas era o desprezo soberano pelo conhecimento, acompanhado de um neurótico temor reverencial aos seus símbolos exteriores: diplomas, cargos, espaço na mídia.

Observava-se essa característica em todas as classes sociais, e até mais pronunciada nas ricas e prósperas. Qualquer ignorante que houvesse recebido em herança do pai uma fábrica, uma empresa de mídia, um bloco de ações da Bolsa de Valores, julgava-se por isso um Albert Einstein misto de Moisés e Lao-Tsé, nascido pronto e habilitado instantaneamente a pontificar sobre todas as questões humanas e divinas sem a menor necessidade de estudo. Se houvesse lido alguma coisa no último número da *Time* ou do *Economist*, então, ninguém segurava o bicho: suas certezas erguiam-se até as nuvens, imóveis e sólidas como estátuas de bronze — sempre acompanhadas, é claro, das advertências céticas de praxe quanto às certezas em geral, sem que a criatura notasse nisso a menor contradição. Caso faltassem os semanários estrangeiros, um editorial da *Folha* supria a lacuna, fundamentando verdades inabaláveis que só um pedante viciado em estudos ousaria contestar.

Dessas mentes brilhantes aprendi lições inesquecíveis: o comunismo acabou, esquerda e direita não existem, Lula é um neoliberal, a Amazônia é o pulmão do mundo, o Brasil é um modelo de democracia, a Revolução Francesa instaurou o reino da liberdade, a Inquisição queimou cem milhões de hereges, as armas são a causa eficiente dos crimes, o aquecimento global é um fato indiscutível,[1] os cigarros matam pessoas à distância, o narcotráfico é produzido pela falta de dinheiro, as baleias são hienas evoluídas e o Foro de São Paulo é um clube de velhinhos sem qualquer poder.

Se continuasse a dar-lhes ouvidos, hoje eu seria reitor da Escola Superior de Guerra ou talvez senador da República.

Longe do Brasil, encontrei enfermeirinhas, caixeiros de loja e operários da construção civil que, ao saber-me autor de livros de filosofia, arregalavam dois olhos de curiosidade, me crivavam de perguntas e me ouviam com a atenção devota que se daria a um profeta vindo dos céus. Por incrível que pareça, interesse e humildade similares observei entre potentados da indústria e das finanças, figurões da mídia e da política. Até mesmo professores universitários, uma raça que no Brasil é imune a tentações cognitivas, mostravam querer aprender alguma coisa.

Aristóteles tinha razão: o desejo de conhecer é inato. O Brasil é que havia falhado em desenvolver nos seus filhos a consciência da natureza humana, preferindo substituí-la por um arremedo grotesco de sabedoria infusa.

O poder de conhecer

O Globo, 4 de agosto de 2001

"Experimentai de tudo, e ficai com o que é bom", aconselha o apóstolo. Experiência, tentativa e erro,

constante reflexão e revisão do itinerário — tais são os únicos meios pelos quais um homem pode, com a graça de Deus, adquirir conhecimento. Isso não se faz do dia para a noite. "*Veritas filia temporis*", dizia São Tomás de Aquino: a verdade é filha do tempo. Não me venham com fulgurações místicas e intuições súbitas. *Que las hay, las hay*, mas mesmo elas requerem preparação, esforço, humildade, tempo. Até Cristo, no cume da agonia, lançou ao ar uma pergunta sem resposta. Por que nós, que só somos filhos de Deus por delegação, teríamos o direito congênito a respostas imediatas?

O aprendizado é impossível sem o direito de errar e sem uma longa tolerância para com o estado de dúvida. Mais ainda: não é possível o sujeito orientar-se no meio de uma controvérsia sem conceder a ambos os lados uma credibilidade inicial sem reservas, sem medo, sem a mínima prevenção interior, por mais oculta que seja. Só assim a verdade acabará aparecendo por si mesma. O verdadeiro homem de ciência aposta sempre em todos os cavalos, e aplaude incondicionalmente o vencedor, qualquer que seja. A isenção não é desinteresse, distanciamento frio: é paixão pela verdade desconhecida, é amor à ideia mesma da verdade,[2] sem pressupor qual seja o conteúdo dela em cada caso particular.

Não há nada mais estúpido do que a convicção geral da nossa classe letrada de que não existe imparcialidade, de que todas as ideias são preconcebidas, de que tudo no mundo é subjetivismo e ideologia. Aqueles que proclamam essas coisas provam apenas sua total inexperiência da investigação, científica ou filosófica. Não dando valor à sua própria inteligência — porque jamais a testaram — apressam-se em prostituí-la à primeira crença que os impressione, e daí deduzem, com demencial soberba, que todo mundo faz o mesmo. Não sabem que uma aposta total no poder do conhecimento bloqueia, por antecipação, todas as apostas parciais em verdades preconcebidas. Se o que está em jogo para mim, no momento da investigação, não é a tese "x" ou "y", mas o valor da minha própria capacidade cognitiva, pouco se me dá que vença "x" ou vença "y": só o que importa é que eu mesmo, enquanto portador do espírito, saia vencedor. Nenhuma crença prévia, por mais sublime que seja o seu conteúdo, vale esse momento em que a inteligência se reconhece no inteligível. Quem não viveu isso não sabe como a felicidade humana é mais intensa, mais luminosa e mais duradoura que todas as alegrias animais.

Infelizmente, a classe intelectual está repleta de indivíduos que não conhecem, da inteligência, senão o seu aparato de meios — a lógica, a memória, os sentimentos, cada qual prezando mais um ou outro desses instrumentos, conforme suas inclinações pessoais — mas não têm a menor ideia do que seja a inteligência enquanto tal, a inteligência enquanto poder de conhecer o real. É impressionante como o poder mesmo que define a atividade dessas pessoas — o intelecto — pode ser desprezado, ignorado, reprimido e por fim totalmente esquecido na prática diária de seus afazeres nominalmente intelectuais. O culto da razão ou dos sentimentos, das sensações ou do instinto, da fé cega ou do "pensamento crítico", não é senão o resíduo supersticioso que sobra no fundo da alma obscurecida quando se perde o sentido da unidade da inteligência por trás de todas essas operações parciais. A inteligência, com efeito, não é uma função, uma faculdade em particular: é a expressão da pessoa inteira enquanto sujeito do ato de conhecer. A inteligência não é um instrumento, um aspecto, um órgão do ser humano: ela é o ser humano mesmo, considerado no pleno exercício daquilo que nele há de mais essencialmente humano.

Perguntaram-me uma vez, num debate, como definia a honestidade intelectual. Sem pestanejar, respondi: é você não fingir que sabe aquilo que não sabe, nem que não sabe aquilo que sabe perfeitamente bem. Se sei, sei que sei. Se não sei, sei que não sei. Isto é tudo. Saber que sabe é saber; saber que não sabe é também saber. A inteligência não é, no fundo, senão o comprometimento da pessoa inteira no exercício do conhecer, mediante uma livre decisão da responsabilidade moral. Daí que ela seja também a base da integridade pessoal, quer no sentido ético, quer no sentido psicológico. Todas as neuroses, todas as psicoses, todas as mutilações da psique humana se resumem, no fundo, a uma recusa de saber. São uma revolta contra a inteligência. Revoltas contra a inteligência — psicoses,

portanto, à sua maneira — são também as ideologias e filosofias que negam ou limitam artificiosamente o poder do conhecimento humano, subordinando-o à autoridade, ao condicionamento social, ao beneplácito do consenso acadêmico, aos fins políticos de um partido, ou, pior ainda, subjugando a inteligência enquanto tal a uma de suas operações ou aspectos, seja a razão, seja o sentimento, seja o interesse prático ou qualquer outra coisa.

É claro que, para cada domínio especial do conhecimento e da vida, uma faculdade em particular se destaca, ainda que sem se desligar das outras: o raciocínio lógico nas ciências, a imaginação na arte, o sentimento e a memória no conhecimento de si, a fé e a vontade na busca de Deus. Mas, sem a inteligência, o que é cada uma dessas funções, ou a justaposição mecânica de todas elas, senão uma forma requintada de fetichismo? O que é uma imaginação que não intelige o que concebe, um sentimento que não se enxerga a si mesmo, uma razão que raciocina sem compreender, uma fé que aposta às cegas, sem a visão clara dos motivos de crer? São cacos de humanidade, jogados num porão escuro onde cegos tateiam em busca de vestígios de si mesmos. Toda “cultura” que se construa em cima disso não será jamais senão um monumento à miséria humana, um macabro sacrifício diante dos ídolos.

Só o inteligir, assumido como estatuto ontológico e dever máximo da pessoa humana, pode fundamentar a cultura e a vida social. Por isso não há perdão para aqueles que, vivendo das profissões da inteligência, a rebaixam e a humilham. Cada vez que um desses indivíduos grita, seja na língua que for, seja sob o pretexto que for, “*Abajo la inteligencia!*”, é sempre o coro dos demônios que ecoa, do fundo do abismo: “*Viva la muerte!*”

Sem testemunhas

O Globo, 22 de julho de 2000

Temos de nos desmascarar para alcançarmos aquela autenticidade interior de uma cultura em que poderemos, um dia, nos reconhecer e nos sentir realizados.

J. O. de Meira Penna

Albert Schweitzer, em *Minha infância e mocidade*, lembra o instante em que pela primeira vez sentiu vergonha de si. Ele tinha por volta de 3 anos e brincava no jardim. Veio uma abelha e picou-lhe o dedo. Aos prantos, o menino foi socorrido pelos pais e por alguns vizinhos. De súbito, o pequeno Albert percebeu que a dor já havia passado fazia vários minutos e que continuava a chorar só para obter a atenção da plateia. Ao relatar o caso, Schweitzer era um septuagenário. Tinha atrás de si uma vida realizada, uma grande vida de artista, de médico, de filósofo, de alma cristã devotada ao socorro dos pobres e doentes. Mas ainda sentia a vergonha dessa primeira trapaça. Esse sentimento atravessara os anos, no fundo da memória, dando-lhe repuxões na consciência a cada nova tentação de autoengano.

Notem que, em volta, ninguém tinha percebido nada. Só o menino Schweitzer soube da sua vergonha, só ele teve de prestar contas de seu ato ante sua consciência e seu Deus. Estou persuadido de que as vivências desse tipo — os atos sem testemunha, como costumo chamá-los — são a única base possível sobre a qual um homem pode desenvolver uma consciência moral autêntica, rigorosa e autônoma. Só aquele que, na solidão, sabe ser rigoroso e justo consigo mesmo — e contra si mesmo — é capaz de julgar os outros com justiça, em vez de se deixar levar pelos gritos da multidão, pelos estereótipos da propaganda, pelo interesse próprio disfarçado em belos pretextos morais.

A razão disso é autoevidente: um homem tem de estar livre de toda fiscalização externa para ter a certeza de que olha para si mesmo e não para um papel social — e só então pode fazer um julgamento

totalmente sincero. Somente aquele que é senhor de si é livre — e ninguém é senhor de si se não aguenta nem olhar, sozinho, para dentro de seu próprio coração.

Mesmo a conversa mais franca e a confissão mais espontânea não substituem esse exame interior, porque, aliás, só valem quando são expressões dele, não efusões passageiras, induzidas por uma atmosfera casualmente estimulante ou por um sincerismo vaidoso.

Mais ainda, não é apenas a dimensão moral da consciência que se desenvolve nesse confronto: é a consciência inteira — cognitiva, estética, prática. Pois ele é ao mesmo tempo aproximação e distanciamento: é o julgamento solitário que cria a verdadeira intimidade do homem consigo mesmo e é também ele que cria a distância, o espaço interior no qual as experiências vividas e os conhecimentos adquiridos são assimilados, aprofundados e personalizados. Sem esse espaço, sem esse "mundo" pessoal conquistado na solidão, o homem é apenas um tubo por onde as informações entram e saem — como os alimentos — transformadas em detritos.

Ora, nem todos os seres humanos foram brindados pela Providência com a percepção espontânea e o julgamento certeiro de seus pecados. Sem esses dons, o anseio de justiça se perverte em inculpação projetiva dos outros e em "racionalização" (no sentido psicanalítico do termo). Quem não os recebeu de nascença tem de adquiri-los pela educação. A educação moral, pois, consiste menos em dar a decorar listas do certo e do errado do que em criar um ambiente moral propício ao autoexame, à seriedade interior, à responsabilidade de cada um saber o que fez quando não havia alguém olhando.

Durante dois milênios, um ambiente assim foi criado e sustentado pela prática cristã do "exame de consciência". Há equivalentes dela em outras tradições religiosas e místicas, mas nenhum na cultura laica contemporânea. Há as psicanálises, as psicoterapias, mas só funcionam nesse sentido quando conservam a referência religiosa à culpa pessoal e ao seu resgate pela confissão diante de Deus. E, à medida que a sociedade se descristianiza (ou, *mutatis mutandis*, se desislamiza, se desjudaíza etc.), essa referência se dissolve e as técnicas clínicas tendem justamente a produzir o efeito oposto: a abolir o sentimento de culpa, trocando-o ora por um endurecimento egoísta confundido com "maturidade", ora por uma adaptatividade autocomplacente, desfibrada e cafajeste, confundida com "sanidade".

A diferença entre a técnica religiosa e seus sucedâneos modernos é que ela sintetizava, numa mesma vivência dramática, a dor da culpa e a alegria da completa libertação — e isto as "éticas leigas" não podem fazer, justamente porque lhes falta a dimensão do Juízo Final, da confrontação com um destino eterno que, dando a essa experiência uma significação metafísica, elevava o anseio de responsabilidade pessoal às alturas de uma nobreza de alma com o qual as exterioridades da "ética cidadã" não podem nem mesmo sonhar.

Há dois séculos a cultura moderna vem fazendo o que pode para debilitar, sufocar e extinguir na alma de cada homem a capacidade para essa experiência suprema, na qual a consciência de si é exigida ao máximo e na qual — somente na qual — alguém pode adquirir a autêntica medida das possibilidades e deveres da condição humana. A "ética laica", a "educação para a cidadania" é o que sobra no exterior quando a consciência interior se cala e quando as ações do homem já nada significam além de infrações ou obediências a um código de convencionalismos e de interesses casuais.

"Ética", aí, é pura adaptação ao exterior, sem outra ressonância íntima senão aquela que se possa obter pela internalização forçada de *slogans*, frases feitas e palavras de ordem. "Ética", aí, é o sacrifício da consciência no altar da mentira oficial do dia.

Notas

1. N. do Org.: Sobre a farsa do aquecimento global, ver o texto “Até que enfim” no capítulo *Revolução*, especialmente o item 6 e a nota nele contida.

2. N. do Org.: Sobre a ideia mesma da verdade, ver “Espírito e personalidade”, último texto deste livro, no capítulo *Estudo*; e, para uma análise mais detalhada, ver “O problema da verdade e a verdade do problema”, apostila do *Seminário de Filosofia*, de 20 de maio de 1999, disponível no link: http://www.olavodecarvalho.org/apostilas/problema_verdade.html.

VOCAÇÃO

Vocações e equívocos

Bravo!, fevereiro de 2000

Se você escreve, ou pinta, ou faz sermões na igreja, ou toca música, ou monta a cavalo, ou tira fotos, ou faz qualquer outra coisa que pareça interessante, já deve ter ouvido mil vezes a pergunta: "Você faz isso por dinheiro ou por prazer?" Tão infinitamente repetível é essa fórmula, que deve revelar algum traço profundo e permanente do modo brasileiro de ver as coisas — um lugar-comum ou *topos* da nossa retórica diária.

Ora, todo lugar-comum é um recorte que enfatiza certos aspectos da realidade para momentaneamente dar a impressão de que os outros não existem. Logo, para compreendê-lo é preciso perguntar, antes de tudo, o que é que omite.

O que está omitido na pergunta acima é a possibilidade de que alguém se dedique de todo o coração a alguma coisa sem ser por necessidade econômica nem por prazer — ou, pior ainda, que continue se dedicando a ela como se fosse a coisa mais importante do mundo mesmo quando só dá prejuízo e dor de cabeça. O que está omitido nessa pergunta — e no modo brasileiro de ver as coisas — é aquilo que se chama *vocação*.

Vocação vem do verbo latino *voco*, *vocare*, que quer dizer "chamar". Quem faz algo por vocação sente que é chamado a isso pela voz de uma entidade superior — Deus, a humanidade, a história, ou, como diria Viktor Frankl, o sentido da vida.

Considerações de lucro ou prazer ficam fora ou só entram como elementos subordinados, que por si não determinam decisões nem fundamentam avaliações.

No mundo protestante, germânico, há toda uma cultura e uma mística da vocação, e a busca da vocação autêntica é mesmo o tema do principal romance alemão, o *Wilhelm Meister* de Goethe. Nos países católicos, a importância religiosa da vocação, consolidada na ética escolástica do "dever de Estado" (por exemplo, o dever dos pais de família, dos comerciantes, dos militares etc.), foi perdendo relevo depois do Renascimento, cavando-se um abismo cada vez mais fundo entre o sacerdócio e as atividades "mundanas", esvaziadas de sentido na medida em que só o primeiro é considerado vocacional em sentido eminente. No Brasil, para agravar as coisas, a população foi constituída sobretudo de três espécies de pessoas: portugueses que vinham na esperança de enriquecer e não conseguiam voltar, negros apanhados à força e índios que não tinham nada a ver com a história e de repente se viam mal integrados numa sociedade que não compreendiam. É fácil perceber daí o imediatismo materialista dos primeiros (o qual, quando frustrado, se transforma em inveja e azedume que tudo deprecia, e que com tanta facilidade se disfarça em indignação moralista contra a corrupção e as "injustiças sociais"), e mais ainda a total desorientação vocacional do segundo e do terceiro grupos, brutalmente amputados do sentido da vida e por isto mesmo facilmente inclinados a sentir-se marginalizados mesmo quando já não o são mais.

Um pouco da ética da vocação existe ainda entre nós graças à influência dos imigrantes, especialmente alemães, árabes e judeus, mas existe de modo tácito, implícito, jamais consagrado como valor consciente da nossa cultura e muito menos valorizado pelas escolas e pelos governos.

A realização superior do homem na vocação é então substituída pela mera busca do emprego, visto apenas como meio de subsistência e sem qualquer importância própria no que diz respeito ao conteúdo. A adaptação conformista a um emprego medíocre e sem futuro é considerado o máximo do realismo, a perfeição da maturidade humana. Tudo o mais é depreciado (e por isto mesmo hipervalorizado e ansiosamente desejado) como "diversão". Assim, entre o trabalho forçado e a diversão obsessiva (da qual o carnaval é a amostra mais significativa), acumula-se na alma do brasileiro a inveja[1] e uma surda revolta contra todos os que levem uma vida grande, brilhante e

significativa, sobre os quais, mesmo quando pobres, paira a suspeita de serem usurpadores e ladrões, pelo menos ladrões da sorte. Daí a famosa observação de Tom Jobim: “No Brasil, o sucesso é um insulto pessoal.” Sim, nesse meio não se compreende outra lealdade senão o companheirismo dos fracassados, em torno de uma mesa de bar, despejando cerveja na goela e maledicência no mundo. Este é um país de gente que está no caminho errado, fazendo o que não quer, buscando alívio em entretenimentos pueris e desprezíveis, quando não francamente deprimentes.

Nossa ciência social, atada com cabresto marxista e cega às realidades psicológicas mais óbvias da nossa vida diária, jamais se deu conta da imensa tragédia vocacional brasileira, que condena milhões de pessoas a viver presas como animaizinhos, entre a dor inevitável e o prazer impossível.

É que a explosiva acumulação de paixões infames, inevitável nessa situação, é o caldo de cultura ideal para a germinação dos ressentimentos políticos. E uma ciência social rebaixada a instrumento auxiliar da demagogia não há de querer lançar luz justamente sobre aquela treva confusa da qual a demagogia se alimenta.

A mensagem de Viktor Frankl

Bravo!, novembro de 1997

No dia 2 de setembro morreu, aos 92 anos, um dos homens realmente grandes deste século. Acabo de escrever isto e já tenho uma dúvida: não sei se o médico judeu austríaco Viktor Frankl pertenceu mesmo a este século. Pois ele só viveu para devolver aos homens o que o século XX lhes havia tomado — e não poderia fazê-lo se não fosse, numa época em que todos se orgulham de ser “homens do seu tempo”, alguém muito maior do que o século.

Viktor Emil Frankl, nascido em Viena em 26 de março de 1905, foi grande nas três dimensões em que se pode medir um homem por outro homem: a inteligência, a coragem, o amor ao próximo. Mas foi maior ainda naquela dimensão que só Deus pode medir: na fidelidade ao sentido da existência, à missão do ser humano sobre a Terra.

Homem de ciência, neurologista e psiquiatra, não foi o estudo que lhe revelou esse sentido. Foi a temível experiência do campo de concentração. Milhões passaram por essa experiência, mas Frankl não emergiu dela carregado de rancor e amargura. Saiu do inferno de Theresienstadt levando consigo a mais bela mensagem de esperança que a ciência da alma deu aos homens deste século.

O que possibilitou esse milagre singular foi a confluência oportuna de uma decisão pessoal e dos fatos em torno. A decisão pessoal: Frankl entrou no campo firmemente determinado a conservar a integridade da sua alma, a não deixar que seu espírito fosse abatido pelos carrascos do seu corpo. Os fatos em torno: Frankl observou que, de todos os prisioneiros, os que melhor conservavam o autodomínio e a sanidade eram aqueles que tinham um forte senso de dever, de missão, de obrigação. A obrigação podia ser para com uma fé religiosa: o prisioneiro crente, com os olhos voltados para o julgamento divino, passava por cima das misérias do momento. Podia ser para com uma causa política, social, cultural: as humilhações e tormentos tornavam-se etapas no caminho da vitória. Podia ser, sobretudo, para com um ser humano individual, objeto de amor e cuidados: os que tinham parentes fora do campo eram mantidos vivos pela esperança do reencontro. Qualquer que fosse a missão a ser cumprida, transfigurava a situação, infundindo um sentido ao *nonsense* do presente. Esse senso de dever era a manifestação concreta do amor — o amor pelo qual um homem se liberta da sua prisão externa e interna, indo em direção àquilo que o torna maior que ele mesmo.

O sentido da vida, concluiu Frankl, era o segredo da força de alguns homens, enquanto outros, privados de uma razão para suportar o sofrimento exterior, eram acossados desde dentro por um tirano

ainda mais pérfido que Hitler — o sentimento de viver uma futilidade absurda.[2]

Frankl tinha três razões para viver: sua fé, sua vocação e a esperança de reencontrar a esposa. Ali onde tantos perderam tudo, Frankl reconquistou não somente a vida, mas algo maior que a vida. Após a libertação, reencontrou também a esposa e a profissão, como diretor do Hospital Policlínico de Viena.

Assim registra, no seu livro *Man's Search for Meaning*, uma das experiências interiores que o levaram à descoberta do sentido da vida:

> Um pensamento me traspassou: pela primeira vez em minha vida enxerguei a verdade tal como fora cantada por tantos poetas, proclamada como verdade derradeira por tantos pensadores. A verdade de que o amor é o derradeiro e mais alto objetivo a que o homem pode aspirar. Então captei o sentido do maior segredo que a poesia humana e o pensamento humano têm a transmitir: a salvação do homem é através do amor e no amor. Compreendi como um homem a quem nada foi deixado neste mundo pode ainda conhecer a bem-aventurança, ainda que seja apenas por um breve momento, na contemplação da sua bem-amada. Numa condição de profunda desolação, quando um homem não pode mais se expressar em ação positiva, quando sua única realização pode consistir em suportar seus sofrimentos da maneira correta — de uma maneira honrada —, em tal condição o homem pode, através da contemplação amorosa da imagem que ele traz de sua bem-amada, encontrar a plenitude. Pela primeira vez em minha vida, eu era capaz de compreender as palavras: "Os anjos estão imersos na perpétua contemplação de uma glória infinita."

Frankl transformou essa descoberta num conceito científico: o de doenças *noogênicas*. *Noogênico* quer dizer "proveniente do espírito". Além das causas somáticas e psíquicas do sofrimento humano, era preciso reconhecer um sofrimento de origem propriamente espiritual, nascido da experiência do absurdo, da perda do sentido da vida: "O homem, dizia ele, pode suportar tudo, menos a falta de sentido."

Das reflexões de Frankl sobre a experiência do absurdo nasceu um dos mais impressionantes sistemas de terapia criados no século dos psicólogos: a logoterapia, ou terapia do discurso — um conjunto de esquemas lógicos usados para desmontar os subterfúgios com que a mente doentia procura eludir a questão decisiva: a busca do sentido.

Mas o sentido não teria o menor poder curativo se fosse apenas uma esperança inventada. A mente não poderia encontrar dentro de si a solução de seus males, pela simples razão de que o seu mal consiste em estar fechada dentro de si, sem abertura para o que lhe é superior. Em vez de criar um sentido, a mente tem de submeter-se a ele, uma vez encontrado. O sentido não tem de ser moldado pela mente, mas a mente pelo sentido. O sentido da vida, enfatiza Frankl, é uma realidade ontológica, não uma criação cultural. Frankl não dá qualquer prova filosófica desta afirmativa, mas o caminho mesmo da cura logoterapêutica fornece a cada paciente uma evidência inequívoca da objetividade do sentido da sua vida. O sentido da vida simplesmente existe: trata-se apenas de encontrá-lo.

Universal no seu valor, individual no seu conteúdo, o sentido da vida é encontrado mediante uma tenaz investigação na qual o paciente, com a ajuda do terapeuta, busca uma resposta à seguinte pergunta: que é que devo fazer e que não pode ser feito por ninguém, absolutamente ninguém exceto eu mesmo? O dever imanente a cada vida surge então como uma imposição da estrutura mesma da existência humana. Nenhum homem inventa o sentido da sua vida: cada um é, por assim dizer, cercado e encurralado pelo sentido da própria vida. Este demarca e fixa, num ponto determinado do espaço e do tempo, o centro da sua realidade pessoal, de cuja visão emerge, límpido e inexorável, mas só visível desde dentro, o dever a cumprir.

Em vez de dissolver a individualidade humana nos seus elementos, mediante análises tediosas que arriscam perder-se em detalhes irrelevantes, a logoterapia busca consolidar e fixar o paciente, de imediato, no ponto central do seu ser, que é, e não por coincidência, também o ponto mais alto. Eis aí por que é inútil buscar provas teóricas do sentido da vida: ele não é uma máxima uniforme, válida para todos — é a obrigação imanente que cada um tem de transcender-se. Discutir o sentido da vida sem realizá-lo seria negá-lo; e, uma vez que começamos a realizá-lo, já não é preciso discuti-lo,

porque ele se impõe com uma evidência que até a mente mais cínica se envergonharia de negar.

A logoterapia tem uma imponente folha de sucessos clínicos. Porém, mais significativa do que suas aplicações médicas talvez seja a função que desempenhou e desempenha — a missão que cumpre — no panorama da cultura moderna. Num século que tudo fez para deprimir o valor da consciência humana, para reduzi-la a um epifenômeno de causas sociais, biológicas, linguísticas etc., Frankl nadou na contracorrente e ninguém conseguiu detê-lo. Ninguém: nem os guardas do campo, nem as hostes inumeráveis de seus antípodas intelectuais — os inimigos da consciência. Frankl apostou no sentido da vida e na força cognoscitiva da mente individual. Apostou nos dois azarões do páreo filosófico do século XX, desprezados por psicanalistas, marxistas, pragmatistas, semióticos, estruturalistas, desconstrucionistas — por todo o pomposo cortejo de cegos que guiam outros cegos para o abismo. Apostou e venceu. A teoria da logoterapia resistiu bravamente a todas as objeções, e sua prática se impôs em inúmeros países como o único tratamento admissível para os casos numerosos em que a alma humana não é oprimida por fantasias infantis mas pela realidade da vida. Por isto mesmo, a crítica cultural de Frankl, parte integrante de uma obra onde o médico e o pensador não se separam um momento sequer, tem um alcance mais profundo do que todas as suas concorrentes. Desde seu posto de observação privilegiado, pôde enxergar o que nenhum intelectual deste século quis ver: a aliança secreta entre a cultura materialista, progressista, democrática, cientificista, e a barbárie nazista. Aliança, sim: seria apenas uma coincidência que o século mais empenhado em negar nas teorias a autonomia e o valor da consciência também fosse o mais empenhado em criar mecanismos para dirigi-la, oprimi-la e aniquilá-la na prática? Dirigindo-se a um público universitário norte-americano, Viktor Frankl pronunciou estas palavras onde a lucidez se alia a uma coragem intelectual fora do comum:

> Não foram apenas alguns ministérios de Berlim que inventaram as câmaras de gás de Maidanek, Auschwitz, Treblinka: elas foram preparadas nos escritórios e salas de aula de cientistas e filósofos niilistas, entre os quais se contavam e contam alguns pensadores anglo-saxônicos laureados com o Prêmio Nobel. É que, se a vida humana não passa do insignificante produto acidental de umas moléculas de proteína, pouco importa que um psicopata seja eliminado como inútil e que ao psicopata se acrescentem mais uns quantos povos inferiores: tudo isto não é senão raciocínio lógico e consequente.*

Com declarações desse tipo, ele pegava pela goela os orgulhosos intelectuais denunciadores da barbárie e lhes devolvia seu discurso de acusação, desmascarando a futilidade suicida de teorias que não assumem a responsabilidade de suas consequências históricas. Pois o mal do mundo não vem só de baixo, das causas econômicas, políticas e militares que a aliança acadêmica do pedantismo com o simplismo consagrou como explicações de tudo. Vem de cima, vem do espírito humano que aceita ou rejeita o sentido da vida e assim determina, às vezes com trágica inconsequência, o destino das gerações futuras.

Frankl era judeu, como foram judeus alguns dos criadores daquelas doutrinas materialistas e desumanizantes que prepararam, involuntariamente, o caminho para Auschwitz e Treblinka. Se pôde ver o que eles não viram, foi porque permaneceu fiel à liberdade interior que é a velha mensagem do Sentido em busca do homem: “SE ME ACEITAS, Israel, Eu sou o Teu Deus.”

Redescobrindo o sentido da vida

Primeira Leitura, novembro de 2005

Freud assegurava que, reduzido à privação extrema, o ser humano perderia sua casca de espiritualidade e poria à mostra sua verdadeira natureza, comportando-se como um bicho. Viktor Emil Frankl, psiquiatra, judeu e austríaco como Freud, não acreditava nisso, mas não teve de inventar uma

resposta ao colega: encontrou-a pronta no campo de concentração de Theresienstadt durante a Segunda Guerra Mundial. Ali, reduzidos a condições de miséria e pavor que no conforto do seu gabinete vienense o pai da psicanálise nem teria podido imaginar, homens e mulheres habitualmente medíocres elevavam-se à dimensão de santos e heróis, mostrando-se capazes de extremos de generosidade e autossacrifício sem a esperança de outra recompensa senão a convicção de fazer o que era certo. A privação despia-os da máscara de egoísmo biológico de que os revestira uma moda cultural leviana, e trazia à tona a verdadeira natureza do ser humano: a capacidade de autotranscendência, o poder inesgotável de ir além do círculo de seus interesses vitais em busca de um sentido, de uma justificação moral da existência.

Uma recente viagem a Filadélfia, onde a Universidade da Pensilvânia comemorava com um ciclo de conferências o centenário de nascimento do criador da logoterapia, trouxe-me a lembrança animadora de que na história das ideias tudo se dá como na vida dos indivíduos: mesmo a extrema indigência espiritual consolidada por séculos de ideias deprimentes não impede que, de repente, a consciência do sentido da vida ressurja com uma força e um brilho que pareciam perdidos para sempre. A evolução do pensamento moderno, de Maquiavel ao desconstrucionismo, é marcada pela presença crescente do fenômeno que denomino “paralaxe cognitiva”: o hiato entre o eixo da experiência pessoal e o da construção teórica. Cada novo *maître à penser* esmera-se em criar teorias cada vez mais sofisticadas, que sua própria vida de todos os dias desmente de maneira flagrante. A “análise existencial” de Frankl, a contrapelo do “existencialismo” de Heidegger e Sartre, que é uma apoteose da paralaxe, recupera o dom de raciocinar desde a experiência direta, que ao longo da modernidade foi renegada pelos filósofos e só encontrou refúgio entre os poetas e romancistas.

O que Frankl descobriu em Theresienstadt foi que, além do desejo de prazer e da vontade de poder, existe no homem uma força motivadora ainda mais intensa, a “vontade de sentido”: a alma humana pode suportar tudo, exceto a falta de um significado para a vida. Ao contrário, dizia Frankl, “se você tem um *porquê*, então pode suportar todos os *comos*”. A privação de sentido origina um tipo de neurose que Freud e Adler não haviam identificado, e que é a forma de sofrimento psíquico mais disseminada no mundo de hoje: a neurose *noogênica*, isto é, de causa espiritual, marcada pelo sentimento de absurdo e vacuidade. A análise existencial é a redescoberta da lógica por trás do absurdo, a reconquista do estatuto espiritual humano que torna a vida digna de ser vivida. A logoterapia é a técnica psicoterápica que faz da análise existencial uma ferramenta prática para a cura das neuroses *noogênicas*.

Uma pesquisa da Biblioteca do Congresso mostrou que *Man’s Search for Meaning*, a mistura de autobiografia, análise filosófica e tratado psicoterápico em que Frankl expõe as conclusões da sua experiência no campo de concentração, é um dos dez livros que mais influenciaram o povo americano. Se, a despeito disso, a obra de Frankl ainda não alcançou o lugar merecido nas atenções do *establishment* acadêmico, é simplesmente porque este é o templo da paralaxe cognitiva.[3]

Notas

* Frankl. Viktor. *Sede de sentido*. Tradução de Henrique Elfes. São Paulo: Quadrante, 1989.

1. N. do Org.: Ver o capítulo *Inveja*.

2. N. do Org.: "Denomina-se 'ideal' a síntese em que se fundem, numa só forma e numa só energia, a ideia do sentido da vida e a do preço de sua realização: diz-se que um homem tem um ideal quando sabe em qual direção tem de ir para tornar-se aquilo que almeja, e quando está firmemente decidido a ir nessa direção. (...) O ideal é, por isto, condição indispensável para a coesão da personalidade, que sem ele se dispersa em aspirações fortuitas e esforços estéreis. Miragem e emblema, sua visão nos dinamiza, nos eleva e enobrece, e é sempre a lembrança do seu apelo que nos reergue após cada erro e cada desengano" [Olavo de Carvalho, "O abandono dos ideais", aula do curso *Introdução à vida intelectual*, de setembro de 1987, disponível no link: http://www.olavodecarvalho.org/apostilas/ideais.htm].

3. N. do Org.: Livros de Viktor Frankl publicados no Brasil: *Em busca de sentido* (Vozes-Sinodal), *Psicoterapia para todos* (Vozes), *A questão do sentido em psicoterapia* (Papirus), *Um sentido para a vida* (Santuário), *Sede de sentido* (Quadrante), *Psicoterapia e sentido da vida* (Quadrante), *A presença ignorada de Deus* (Vozes-Sinodal). Vale a pena, também, assistir aos vídeos com Frankl na internet, especialmente à entrevista sobre "A descoberta de um sentido no sofrimento", concedida por ele na África do Sul em 1985 e disponível com legendas em português nos links: http://www.youtube.com/watch?v=5cd2KANOJuU (parte 1); http://www.youtube.com/watch?v=mBxVZTbi6q4 (parte 2); http://www.youtube.com/watch?v=TXB85tjjJg8 (parte 3). Há uma transcrição completa da entrevista no link: http://www.alphaeomega.org.br/comunidade/destaques_ler.php?id=4310. Trecho memorável: "Enquanto fazemos da felicidade uma meta, não podemos alcançá-la. Quanto mais a almejamos, mais ela se distancia. Esse fato é mais evidente em casos de neurose sexual, pois são justamente aqueles homens que se esforçam por demonstrar a sua potência que vivem atormentados pela impotência. Quanto mais uma mulher tenta demonstrar, pelo menos para si mesma, o quanto é capaz de sentir um orgasmo, mais propensa ela está à frigidez. Mas quando você não pensa em prazer ou satisfação, mas simplesmente se entrega, seja na vida sexual, seja no trabalho, seja no amor, quando não mais se preocupa em ser feliz ou bem-sucedido, então a felicidade se instala por si mesma."

CULTURA

Espírito e cultura: o Brasil ante o sentido da vida

Primeira meditação de ano-novo

Olavodecarvalho.org, 31 de dezembro de 1999

Por vezes, do fundo obscuro da alma humana, soterrada de paixões e terrores, nasce um impulso de libertar-se da densa confusão dos tempos e erguer-se até um ponto onde seja possível enxergar, por cima do caos e das tormentas, dos prazeres e das dores, um pouco da harmonia cósmica ou mesmo, para além dela, um fragmento de luz da secreta ordem trancendente que — talvez — governa todas as coisas.

É o impulso mais alto e mais nobre da alma humana. É dele que nascem todas as descobertas da sabedoria e das ciências, a possibilidade mesma da vida organizada em sociedade, a ordem, as leis, a religião, a moralidade, e mesmo, por refração, as criações da arte e da técnica que tornam a existência terrestre menos sofrida.

Nenhum outro desejo humano, por mais legítimo, pode disputar-lhe a primazia, pois é dele que todos adquirem a quota de nobreza que possam ter, residindo mesmo aí o critério último da diferença entre o humano e o sub-humano (ou anti-humano) e, por conseguinte, para além de toda controvérsia vã, a chave da distinção entre o bem e o mal. É bom o que nos eleva à consciência da ordem e do sentido supremos, é mau o que dela nos afasta. Não tem outro significado o Primeiro Mandamento: “Amar a Deus sobre todas as coisas.”

Acontece que a esse impulso fundamental corresponde um outro, derivado mas não menos forte: aquele que leva o homem que entreviu a ordem e o sentido a desejar repartir com os outros homens um pouco daquilo que viu. Não há certamente maior benefício que se possa fazer a um semelhante: mostrar-lhe o caminho do espírito e da liberdade, pelo qual ele pode se elevar a uma condição que, dizia o salmista, é apenas um pouco inferior à dos anjos. Tal é, substancialmente, a forma concreta do amor ao próximo: dar ao outro o melhor e o mais alto do que um homem obteve para si mesmo. Amamos o nosso próximo na medida em que o elevamos à altura dos anjos. Fazemos-lhe o mal quando o rebaixamos à condição de bichinho, seja com maus-tratos, seja com afagos.

Nessas duas exigências está contida, dizia Cristo, toda a lei e os profetas.

Para grande escândalo do relativismo pedante que desejaria nos convencer da geral discórdia entre os valores culturalmente admitidos nas várias sociedades, a universalidade desse duplo mandamento é um dos dados mais evidentes da história mundial.[1] Não há, com efeito, civilização, por mais remota ou “bárbara”, que não tenha valorizado, acima de todas as outras virtudes e motivações humanas, o impulso para o conhecimento e o ensino da “única coisa necessária”. O prestígio universal do sacerdócio — no sentido amplo que Julien Benda dava à palavra *clerc*, que inclui a presente classe dos “intelectuais” — é o mais patente sinal de que, por trás de toda a confusão aparente das línguas, a humanidade unânime tem plena consciência de uma hierarquia de valores que, se fosse questionada, suprimiria no ato a possibilidade mesma do questionamento, já que não se pode questionar um saber exceto em vista de um saber mais alto.

* * *

A observações gerais, suficientemente óbvias para só terem de ser lembradas explicitamente em situações de desorientação e confusão incomuns, eu desejaria aqui dar alguns desenvolvimentos mais particularizados e mais ligados à existência histórica, concernente, de um lado, à cultura e à civilização — consideradas ainda em escala geral —, de outro à presente e catastrófica situação da cultura brasileira.

Com relação ao primeiro ponto:

1) Embora o impulso ascensional a que me referi seja sempre e universalmente o mesmo, o movimento de doação e repartição que se lhe segue tem de tomar, por força, a forma dos canais de comunicação existentes numa sociedade historicamente dada: língua, símbolos, valores etc. Daí que se possa sempre observar, no estudo das manifestações superiores da espiritualidade, esse duplo direcionamento, que de um lado atesta a convergência dos caminhos percorridos pelos homens espirituais de todo o mundo ("tudo o que sobe converge", dizia Teilhard de Chardin), de outro a pluralidade inesgotável das formas assumidas pelos testemunhos incorporados ao legado cultural: textos, obras de arte, leis etc.*

2) Todo fenômeno de ascensão interior, sem exceção, começa sempre com um indivíduo isolado — e que, no curso da sua caminhada, é levado a isolar-se ainda mais da comunidade em busca da necessária condição de concentração espiritual —, e se completa com a irradiação de parte dos conhecimentos obtidos, de início numa discreta roda de companheiros ou discípulos investidos da mesma disposição para o isolamento e a concentração, em seguida em círculos cada vez maiores, até abranger comunidades, sociedades e civilizações inteiras.

3) No processo de irradiação, intervêm a memória e o registro. De início transmitidos oralmente e sustentados pela presença e pelo exemplo do mestre, os ensinamentos não tardam a registrar-se, não raro sob a forma compacta de sentenças lacônicas ou de narrativas alusivas e simbólicas — ou grafismos, ou melodias — que constituirão o núcleo irradiante em torno do qual se formará, com o tempo, a cultura. Esta pode abranger desde simples repetições imitativas das formas originárias até uma infinidade de desenvolvimentos intelectualmente relevantes. Qualquer que seja o caso, é uma fatalidade da constituição humana que a reprodução das condições internas e psicológicas do aprendizado, que depende exclusivamente da livre iniciativa dos futuros aprendizes e só pode ser estimulada mas não determinada pela cultura, não acompanhe jamais a velocidade da proliferação das criações culturais que refletem o núcleo inspirador inicial de maneiras cada vez mais distantes, apagadas, indiretas e finalmente invertidas. O que começou como uma intuição direta da ordem suprema termina como debate entre ignorantes e cegos esmagados sob toneladas de registros materiais tornados incompreensíveis.

4) Esses três momentos refletem, no microcosmo da história humana, os três gunas ou "movimentos básicos do cosmos" de que fala a doutrina hindu: *sattwa* ou movimento ascensional, *rajas* ou movimento expansivo, e *tamas* ou movimento descendente, degradante e "entrópico". *Rajas* nasce de *sattwa* assim como o Segundo Mandamento decorre do Primeiro. O terceiro momento nasce do segundo, quando se torna autônomo e perde sua raiz no primeiro: quando o amor do ser humano ao ser humano já não visa a elevá-lo acima de si mesmo, mas se limita a desejá-lo e agradá-lo, o amor se degrada em lisonja, a lisonja em manipulação e a manipulação em ódio. No fim já não é possível distinguir uma coisa da outra e o ponto mais fundo do engano se atinge quando o grosseiro e o brutal, a revolta e o fanatismo passam a ser aceitos socialmente como manifestações do "autêntico", quando são apenas o resultado de uma longa sedimentação de erros e um condensado de todas as idolatrias passadas. Na esfera intelectual, a mesma coisa: quando o ensino e a cultura já não transmitem a inspiração originária mas põem em seu lugar o culto idolátrico das formas acumuladas historicamente (o que pode tomar a forma do dogmatismo seco, ou do estetismo, ou do formalismo social etc.), ainda resta a possibilidade de uma reconquista do sentido interior, mas a proliferação mesma das criações culturais, ilusoriamente tomada como riqueza, torna isso cada vez mais difícil, e por fim a acumulação de pontos cegos se condensa num aglomerado de erros fundamentais — uma "revelação satânica" — que, justamente por seu caráter compacto, obscuro, brutal e impressionante, é tomado ilusoriamente como uma descoberta libertadora. Que um "filósofo" tenha chegado a explicar a história pela organização econômica, como se a organização econômica surgisse do nada, como se pudesse brotar diretamente do substrato animal do homem, como se não fosse reflexo e subproduto da

elevação do homem em direção à percepção da ordem cósmica — eis um curioso e trágico exemplo dessa inversão onde a densidade mesma das trevas é tomada como uma espécie de fulgor.

5) Um dos traços marcantes do período entrópico é que a própria administração de uma vasta e crescente coleção de registros culturais requer a formação de uma classe de letrados para a qual esse legado, considerado em si mesmo e independentemente de qualquer referência às suas fontes inspiracionais, se torna objeto de estudo e devoção. Técnicas especiais são criadas para esse fim — a bibliografia e a bibliologia, a filologia, a crítica histórica dos documentos, a análise estrutural — e essas técnicas por sua vez se acumulam até o ponto de constituir um universo cultural de direito próprio. Algumas delas podem visar à simples conservação ou reconstituição dos documentos, outras à sua "interpretação" em função das épocas e ideologias, outras a elucidar sua estrutura interna etc. Todas são alheias ao problema central: assegurar que o examinador tenha a condição interior de elevar-se à experiência originária da qual o documento é registro. Essa condição é dada por pressuposta ou deixada à casualidade do maior ou menor talento pessoal. Está completamente fora do processo investigativo e educativo, que assim tem o seu foco inteiramente voltado, seja para os registros em si, seja para suas circunstâncias, para o que lhes está em torno. Mostrar habilidade no domínio dessas torna-se o critério essencial de seleção e avaliação na vida intelectual, e o decorrente desvio das discussões para uma infinidade de aspectos menores e irrelevantes produz a criação de novas e novas técnicas, tornando a vida intelectual uma insensata demonstração de força e, no fim, produzindo, por inevitável reação, o surgimento de técnicas para destruir as técnicas e para provar a absoluta inocuidade dos documentos.

* * *

Com relação ao segundo ponto, isto é, à situação atual da cultura brasileira, o que é preciso enfatizar é o seguinte:

1) Em quinhentos anos de existência, a cultura deste país não deu ao mundo um único registro de experiência cognitiva originária. Nossa contribuição ao conhecimento do sentido espiritual é, rigorosamente, nula. Não há nas correntes culturais do mundo um único símbolo, conceito, ideia ou palavra essencial ao conhecimento que tenha sido descoberta de um brasileiro. Toda a nossa "produção cultural" consiste apenas de prolongamentos e ecos de registros absorvidos de culturas estrangeiras. Nesse sentido, nossa cultura é rigorosamente "periférica" em relação à história espiritual do mundo. Periférica, portanto, num sentido bem diverso ao que essa palavra tem no jargão do academismo esquerdista (Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso etc.), onde centro e periferia são economicamente determinados, e daí decorre uma teoria grotesca que identifica o centro espiritual do mundo ao centro do poder econômico — teoria ela mesma periférica, no sentido que dou ao termo.

2) Como entramos no curso da história num momento em que as culturas que nos serviam de fontes já se encontravam elas próprias num estado avançado de decomposição entrópica, perdendo cada vez mais de vista as intuições originárias e enrijecendo-se num formalismo do qual agora tentam desesperadamente sair mediante a decomposição geral das formas (como um homem que, cansado de tentar em vão compreender um livro, passa a rasgá-lo na esperança de da sua decomposição física obter a sua quintessência), toda a história da nossa cultura é a do eco de um eco, da sombra de uma sombra. Todos sabemos disso e temos vergonha disso. Procuramos inutilmente aliviar essa má consciência lançando as culpas no econômico (o que já é reflexo de uma ilusão, portanto duplamente periférico), ou então apegando-nos à quantidade e declarando que o volume de uma produção irrelevante e repetitiva é prova de nossa "criatividade".

3) Considerando-se os nossos cinco séculos de história, a extensão física e o volume populacional deste país, a nulidade da nossa contribuição espiritual chega a ser um fenômeno espantoso, sem

paralelo na história do mundo. O desinteresse, a letargia espiritual da cultura brasileira e a prisão da inteligência nacional na esfera do econômico imediato são sinais de uma pequenez de alma que jamais se observou em tão impressionante escala coletiva. Se existissem verdadeiros estudiosos acadêmicos entre nós esse tema seria motivo de preocupação e debates. Mas toda a nossa vida acadêmica é ela própria reflexo desse fenômeno, que escapa portanto ao seu horizonte de visão: nossas classes letradas não têm força sequer para tomar consciência da sua própria miséria espiritual.

4) Nem mesmo no domínio religioso, que é aquele onde a busca espiritual tem o seu suporte mais fácil e natural, registramos uma única experiência que atestasse algo como um contato direto, mesmo breve e fugaz, entre um brasileiro e o sentido da vida cósmica. Toda a nossa "religiosidade" é periférica e imitativa, resíduo da decomposição de cultos extintos ou cópia de pseudorreligiões inventadas na Europa ou nos Estados Unidos.

5) É exatamente por isso que toda ideologia nacionalista, entre nós, tem sido simplesmente reativa e oportunista, já que não pode se fundar em valores espirituais inexistentes. A pressa com que nosso povo copia hábitos e modos de falar estrangeiros, dando mesmo a seus filhos nomes ingleses ou franceses, mostra a profunda indiferença popular por uma cultura que nada tem a lhe dizer sobre o sentido da vida e que, no máximo, lhe fornece, na música popular, no futebol e no carnaval, os meios e a ocasião de se anestesiar, através de ruídos sem sentido, contra o sem-sentido da vida. Nosso nacionalismo, por isto, não pode se compor de verdadeiro amor à pátria, exceto em estreitos círculos — por exemplo nas Forças Armadas ou em antigas famílias de altos servidores públicos — que têm sua história comunitária ligada às lutas pela formação política do Brasil e por isto amam sua criação. Pode também haver um certo amor à pátria na constatação direta de certas virtudes espontâneas da sociedade brasileira, mas esta constatação, em vez de ser reforçada no nível da cultura letrada é aí desmentida à força de sofismas de um artificialismo impressionante (produzidos, é verdade, a soldo das fundações Ford e Rockefeller, mas por pessoas que, por outro lado, sendo esquerdistas, se acreditam piamente nacionalistas e antiamericanas, o que já basta para atestar a leviana superficialidade de suas inteligências). Fora disso, o nacionalismo no Brasil se constitui apenas de ressentimento antiamericano — motivado antes pelas culpas recalcadas da classe letrada do que por queixas objetivas, embora estas existam — e não tem nenhum fundamento cultural autêntico.

6) Toda aspiração nacional de tornar-se "grande potência" com uma base cultural tão nula está condenada, de antemão, seja ao fracasso, seja a um sucesso que se tornará, caso alcançado, um flagelo para a humanidade, obrigada a curvar-se ante a força bruta de novos bárbaros que nem sequer têm um senso próprio de orientação na história onde interferem cegamente.

7) Todo patriotismo, aqui, é investimento num país imaginário e meramente possível, apenas toscamente prenunciado pelas virtudes populares espontâneas que mencionei, as quais aliás se dissolvem velozmente sob o impacto do discurso destrutivo que hoje é o *Ersatz* de moralidade entre as nossas classes letradas. Quem deseje contribuir para que esse país se torne realidade só tem um caminho a seguir: lutar para que a cultura brasileira se ligue às fontes centrais e permanentes do conhecimento espiritual, para que a experiência da visão espiritual ingresse no nosso horizonte de aspirações humanas e, uma vez obtida, faça explodir, com a força das intuições originárias, todo um mundo de formas imitativas e periféricas, gerando uma nova vida.

O resto é pura agitação sem finalidade.

O orgulho do fracasso

O Globo, 27 de dezembro de 2003

O world, thou choosest not the better part!

Língua, religião e alta cultura são os únicos componentes de uma nação que podem sobreviver quando ela chega ao término da sua duração histórica. São os valores universais, que, por servirem a toda a humanidade e não somente ao povo em que se originaram, justificam que ele seja lembrado e admirado por outros povos. A economia e as instituições são apenas o suporte, local e temporário, de que a nação se utiliza para seguir vivendo enquanto gera os símbolos nos quais sua imagem permanecerá quando ela própria já não existir.

Mas, se esses elementos podem servir à humanidade, é porque serviram eminentemente ao povo que os criou; e lhe serviram porque não traduziam somente suas preferências e idiossincrasias, e sim uma adaptação feliz à ordem do real. A essa adaptação chamamos "veracidade" — um valor supralocal e transportável por excelência. As criações de um povo podem servir a outros povos porque trazem em si uma veracidade, uma compreensão da realidade — sobretudo da realidade humana — que vale para além de toda condição histórica e étnica determinada.

Por isso esses elementos, os mais distantes de todo interesse econômico, são as únicas garantias do êxito no campo material e prático. Todo povo se esforça para dominar o ambiente material. Se só alguns alcançam o sucesso, a diferença, como demonstrou Thomas Sowell em *Conquests and Cultures*, reside principalmente no "capital cultural", na capacidade intelectual acumulada que a mera luta pela vida não dá, que só se desenvolve na prática da língua, da religião e da alta cultura.

Nenhum povo ascendeu ao primado econômico e político para somente depois se dedicar a interesses superiores. O inverso é que é verdadeiro: a afirmação das capacidades nacionais naqueles três domínios antecede as realizações político-econômicas.

A França foi o centro cultural da Europa muito antes das pompas de Luís XIV. Os ingleses, antes de se apoderar dos sete mares, foram os supremos fornecedores de santos e eruditos para a Igreja. A Alemanha foi o foco irradiador da Reforma e em seguida o centro intelectual do mundo — com Kant, Hegel e Schelling — antes mesmo de constituir-se como nação. Os EUA tinham três séculos de religião devota e de valiosa cultura literária e filosófica antes de lançar-se à aventura industrial que os elevou ao cume da prosperidade. Os escandinavos tiveram santos, filósofos e poetas antes do carvão e do aço. O poder islâmico, então, foi de alto a baixo criatura da religião — religião que seria inconcebível se não tivesse encontrado, como legado da tradição poética, a língua poderosa e sutil em que se registraram os versículos do Corão. E não é nada alheio ao destino de espanhóis e portugueses, rapidamente afastados do centro para a periferia da História, o fato de terem alcançado o sucesso e a riqueza da noite para o dia, sem possuir uma força de iniciativa intelectual equiparável ao poder material conquistado.

A experiência dos milênios, no entanto, pode ser obscurecida até tornar-se invisível e inconcebível. Basta que um povo de mentalidade estreita seja confirmado na sua ilusão materialista por uma filosofia mesquinha que tudo explique pelas causas econômicas. Acreditando que precisa resolver seus problemas materiais antes de cuidar do espírito, esse povo permanecerá espiritualmente rasteiro e nunca se tornará inteligente o bastante para acumular o capital cultural necessário à solução daqueles problemas.

O pragmatismo grosso, a superficialidade da experiência religiosa, o desprezo pelo conhecimento, a redução das atividades do espírito ao mínimo necessário para a conquista do emprego (inclusive universitário), a subordinação da inteligência aos interesses partidários, tais são as causas estruturais e constantes do fracasso desse povo. Todas as demais explicações alegadas — a exploração estrangeira, a composição racial da população, o latifúndio, a índole autoritária ou rebelde dos brasileiros, os impostos ou a sonegação deles, a corrupção e mil e um erros que as oposições imputam aos governos presentes e estes aos governos passados — são apenas subterfúgios com que uma intelectualidade

provinciana e acanalhada foge a um confronto com a sua própria parcela de culpa no estado de coisas e evita dizer a um povo pueril a verdade que o tornaria adulto: que a língua, a religião e a alta cultura vêm primeiro, a prosperidade depois.

As escolhas, dizia L. Szondi, fazem o destino. Escolhendo o imediato e o material acima de tudo, o povo brasileiro embotou sua inteligência, estreitou seu horizonte de consciência e condenou-se à ruína perpétua.

O desespero e a frustração causados pela longa sucessão de derrotas na luta contra males econômicos refratários a todo tratamento chegaram, nos últimos anos, a ponto de fusão em que a soma de estímulos negativos produz, *pavlovianamente*, a inversão masoquista dos reflexos: a indolência intelectual de que nos envergonhávamos foi assumida como um mérito excelso, quase religioso, tradução do amor evangélico aos pobres no quadro da luta de classes. Não podendo conquistar o sucesso, instituímos o ufanismo do fracasso. Depois disso, o que nos resta, senão abdicarmos de existir como nação e nos conformarmos com a condição de entreposto da ONU?

A origem da burrice nacional

Bravo!, dezembro de 1999/janeiro de 2000

Repetidamente um fenômeno tem chamado a atenção de professores estrangeiros que vêm lecionar no Brasil: por que nossas crianças estão entre as mais inteligentes do mundo e nossos universitários entre os mais burros? Como é possível que um ser humano dotado se transforme, decorridos quinze anos, num oligofrênico incapaz de montar uma frase com sujeito e verbo? É fácil lançar a culpa no governo e armar em torno do assunto mais um falatório destinado a terminar, como todos, em uma nova extorsão de verbas oficiais.

Difícil é admitir que um problema tão geral deve ter causas também gerais, isto é, que não pertence àquela classe de obstáculos que podem ser removidos pela ação oficial, mas àquela outra que só nós mesmos, o povo, a “sociedade civil”, estamos à altura de enfrentar, não mediante mobilizações públicas de entusiasmo epidérmico, e sim mediante a convergência lenta e teimosa de milhões de ações anônimas, longe dos olhos turvos da nossa vã sociologia.

Ora, a condição mais óbvia para o desenvolvimento da inteligência é a organização do saber. Nossas energias intelectuais mobilizam-se mais facilmente em torno de uns poucos núcleos de interesse fortemente hierarquizados do que numa dispersão de focos de atenção espalhados no ar como mosquitos. Discernir o importante do irrelevante é o ato inicial da inteligência, sem o qual o raciocínio nada pode senão patinar em falso em cima de equívocos. Se, porém, cada homem tivesse de realizar por suas forças essa operação, reduzindo a um esquema quintessencial de sua própria invenção a totalidade dos dados disponíveis no ambiente físico, milhões de vidas não bastariam para que ele chegasse a obter um começo de orientação no mundo. A cultura, impregnada na sociedade em torno e resultado de sucessivas filtragens da experiência acumulada, dá pronto a cada ser humano um quadro dos ângulos de interesse essencial, de modo que não resta ao indivíduo senão operar nesse mostruário um segundo recorte, em conformidade com os seus interesses pessoais.

Quando digo que a cultura está impregnada na sociedade em torno, isto significa que a seleção dos pontos importantes transparece na organização das cidades, nos monumentos públicos, no estilo arquitetônico, nos museus, nos cartazes dos teatros, na imprensa, nos debates entre as pessoas letradas, nos giros da linguagem corrente, nas estantes das livrarias e, *last not least*, nos programas de ensino.

Quem quer que desembarque num país qualquer da Europa ou em alguns da Ásia já obtém, por um primeiro exame desse mostruário, uma visão bem clara dos pontos de interesse mais permanente, que

constituem uma espécie de fundo de referência cultural, bem distinto dos focos de atenção mais atual e momentânea que se recortam sobre esse fundo sem encobri-lo.

Só de andar pelas ruas, o cidadão aí pode enxergar os marcos que o situam num lugar preciso do mapa histórico, desde o qual ele pode medir quanto tempo as coisas duraram e qual a sua importância maior ou menor para a vida humana.

Se olha para os cartazes dos teatros, nota que certas peças estão sendo reencenadas este ano porque são reencenadas todos os anos, ao passo que outras, que fizeram algum sucesso no ano passado, desapareceram do repertório. Basta isto para que adquira um senso da diferença entre o que importa e o que não importa.

Ao entrar em qualquer livraria, o contraste entre as estantes onde estão sempre expostos os mesmos títulos essenciais e aquelas onde os lançamentos mais recentes se revezam mostra-lhe a diferença entre o patrimônio escrito de valor permanente e o comércio livreiro de alta rotatividade.

Na escola, ele sabe que vai aprender certas coisas que seus pais, avós e bisavós também aprenderam, e outras que são novidade e que talvez terão desaparecido do currículo na geração seguinte.

Tudo, em suma, no ambiente plástico e verbal contribui para que o indivíduo adquira, sem esforço consciente, um senso de hierarquia e de orientação no tempo histórico, na cultura, na humanidade.

No Brasil, isso não existe. O ambiente visual urbano é caótico e disforme, a divulgação cultural parece calculada para tornar o essencial indiscernível do irrelevante, o que surgiu ontem para desaparecer amanhã assume o peso das realidades milenares, os programas educacionais oferecem como verdade definitiva opiniões que vieram com a moda e desaparecerão com ela. Tudo é uma agitação superficial infinitamente confusa onde o efêmero parece eterno e o irrelevante ocupa o centro do mundo. Nenhum ser humano, mesmo genial, pode atravessar essa *selva selvaggia* e sair intelectualmente ileso do outro lado. Largado no meio de um caos de valores e contravalores indiscerníveis, ele se perde numa densa malha de dúvidas ociosas e equívocos elementares, forçado a reinventar a roda e a redescobrir a pólvora mil vezes antes de poder passar ao item seguinte, que não chega nunca.

Nesse ambiente, a difusão das novidades intelectuais, em vez de fomentar discussões inteligentes, só pode atuar como força entrópica e dispersante. Não há nada mais consternador do que uma inteligência sem cultura, despreparada, nua e selvagem que se nutre do último *vient-de-paraîte* e arrota uma sucessão de perguntas cretinas onde a sofisticação pedante do raciocínio se apoia na mais grosseira ignorância dos fundamentos do assunto. Acrescente-se a esses ingredientes a arrogância juvenil estimulada pelas lisonjas demagógicas da mídia, e tem-se a fórmula média do estudante universitário brasileiro. É impossível discutir com ele. Quando a mente assim deformada entra a produzir objeções numa discussão, seu interlocutor culto e bem-intencionado, se não é muito enérgico no emprego da vara de marmelo, leva desvantagem necessariamente: quem pode vencer um debatedor tenaz que, confiante na aparente correção formal do seu raciocínio, está protegido pela própria ignorância contra a percepção da falsidade das premissas? Com um sujeito assim não cabe argumentar. Cabe apenas transmitir-lhe as informações faltantes — educá-lo, em suma. Mas, precisamente, ele não vai deixar você educá-lo, porque a ideologia de rebelde posudo que lhe incutiram desde pequeno o faz pensar que é mais bonito humilhar um professor do que aprender com ele. Eis como o menino inteligente se transforma num debatedor idiota, vacinado para todo o sempre contra qualquer conhecimento do assunto em debate.

As objeções cretinas nascem, decerto, de um impulso saudável. Não há mais notório sinal de inteligência filosófica do que a capacidade de perceber contradições, a sensibilidade para a presença de problemas. O brasileiro tem isso até demais. Contrariando o lugar-comum que afirma a nossa falta de vocação para a filosofia, diria que somos o povo mais filosófico do planeta. A prova disso é o nosso

senso de humor. O engraçado nasce, como as perguntas filosóficas, da percepção de incongruências lógicas ou existenciais.

Mas que destino terá o jovem pensador que, a braços com o debate filosófico, se veja privado de uma perspectiva histórica, de uma visão da evolução das discussões, de um conhecimento, enfim, do *status quaestionis*? Mesmo na doce hipótese de que por natural instinto de comedimento ele se recuse ao bate-boca estéril e prefira trancar-se em casa para raciocinar a sós, jamais passará de um especulador maluco, de um novo Brás Cubas a rebuscar em vão soluções já mil vezes encontradas, a polemizar com as sombras de seus próprios enganos, a esgotar-se em perguntas estéreis e em tentativas de provar o impossível. Enfim, cansado e amedrontado de um mergulho solitário que não arrisca levá-lo senão ao hospício, aderirá, por mero instinto autoterapêutico, ao discurso padronizado mais à mão. Uma carteirinha do PC do B lhe dará um sentimento de retorno à condição humana. E não há nada mais perigoso no mundo do que um idiota persuadido da sua própria normalidade.

Tal é o destino da maior parte da nossa jovem inteligência.

Quem esteja consciente dessas coisas não poderá deixar de admitir que são a consequência inapelável da nossa incapacidade, ou recusa, de absorver o legado histórico da Europa e do mundo. Quanto mais nos “libertamos” de um passado que daria sentido de historicidade à nossa inteligência, mais nos tornamos escravos de uma atualidade invasiva que a desorienta e debilita.

Nesse sentido, os movimentos de “libertação” e de “independência”, que cortaram nossas ligações com as raízes europeias, não nos libertaram senão da base mesma da nossa autodefesa, para nos deixar, inermes e sonsos, à mercê das perturbadoras casualidades da mídia e da moda. Roubaram-nos o mapa do mundo, para nos deixar perdidos no meio de um deserto onde é preciso recomeçar sempre o caminho, de novo e de novo, para não chegar a parte alguma. Destituíram-nos do senso da hierarquia e das proporções, para nos tornar escravos de debates viciados e conjeturações ociosas que não nos deixam pensar nem agir.

Oferecer a um povo esse tipo de falsa libertação é algo que está, para mim, na escala dos grandes crimes, na escala do genocídio cultural. E não é de espantar que, no meio de tantas hesitações e equívocos, ninguém seja capaz de perceber a ligação óbvia entre esse tipo de iniciativa “modernizante” e o estado catastrófico de uma cultura que se entrega sem reação, por mínima que seja, ao estupro midiático internacional. Não é de espantar que ninguém note o elo de cumplicidade — secreta mas indissolúvel — entre o fetichismo da independência estereotipada e a realidade da dependência crescente.

Não me perguntem portanto o que acho de Mários, Oswalds, Menottis, Bopps e *tutti quanti*, bem como de seus cultores e discípulos atuais que, desmantelando o idioma sob pretextos morbidamente artificiosos e pedantes, o entregam inerme nas mãos de quem faz dele a lixeira dos detritos do inglês midiático. Nem me peçam, em público, para opinar sobre quaisquer outros importadores de novidades culturais que de tempos em tempos refazem o Brasil no molde do último figurino.

Esse tipo de reformador cultural deslumbrado, que, sem uma autêntica visão universal das coisas e movido somente pela comichão de atualismo, quando não pela ânsia de *épater le bourgeois*, se mete a destruir valores que não compreende, é a praga mais nefasta que pode se abater sobre uma cultura em formação, induzindo-a a destruir as bases em que começava a se erguer e não pondo em seu lugar senão pseudovalores efêmeros cuja rápida substituição abrirá cada vez mais, sob os pés dela, o abismo sem fim das dúvidas ociosas e das perguntas cretinas.

Se queremos preservar e desenvolver a inteligência do nosso povo, em vez de a esfarelar em tagarelice estéril, o que temos de importar não é a novidade: é toda a História, é todo o passado humano. Temos de espalhar pelas ruas, pelos cartazes, pelos monumentos, pelas livrarias e pelas escolas as lições de Lao-Tsé e Pitágoras, Vitrúvio e Pacioli, Aristóteles e Platão, Homero e Dante, Virgílio e Shânkara, Rûmi e Ibn ‘Arabi, Tomás e Boaventura.

Quem, antes de fortalecer a inteligência juvenil com esse tipo de alimento, a perturba e debilita com novidades indigeríveis, é nada menos que um molestador de menores, um estuprador espiritual. E, se o faz com intuito político ou comercial, o crime tem ainda o agravante do motivo torpe.

A fonte da eterna ignorância

Diário do Comércio, 27 de julho de 2009

Há anos venho tentando chamar a atenção das nossas elites empresariais, políticas e militares para o fenômeno da degradação cultural brasileira, mas não creio que até agora tenha conseguido fazê-las enxergar a real dimensão do problema — até porque as elites mesmas são as primeiras vítimas dele e não há nada mais difícil do que fazer alguém tomar consciência da sua inconsciência progressiva. É como tentar parar uma queda em pleno ar.

Desde logo, a palavra “cultura” já evoca, na mente desse público, a ideia errada. “Cultura”, no Brasil, significa antes de tudo “artes e espetáculos” — e as artes e espetáculos, por sua vez, se resumem a três funções: dar um bocado de dinheiro aos que as produzem, divertir o povão e servir de caixa de ressonância para a propaganda política.

Que a cultura devesse também tornar as pessoas mais inteligentes, mais sérias, mais adultas, mais responsáveis por suas ações e palavras, é uma expectativa que já desapareceu da consciência nacional faz muito tempo. Se o artista cumpre as três funções acima, nada mais lhe é exigido nem mesmo para lhe garantir o rótulo de gênio. Foi preciso, no festival de Paraty, uma escritora irlandesa (Edna O’Brien) vir avisar aos brasileiros que Chico Buarque de Holanda não faz parte da literatura. Por si mesmos, jamais teriam percebido isso. Nos cursos universitários de letras, produzem-se milhares de teses sobre Caetano Veloso e o próprio Chico, enquanto escritores de primeira ordem e já consagrados pelo tempo, como Rosário Fusco, Osman Lins ou José Geraldo Vieira, são ignorados já não digo só pelos estudantes, mas pelos professores. Até a Academia Brasileira, nominalmente incumbida de manter alto o padrão das letras nacionais, de há muito já não sabe distinguir entre o que é um escritor e o que não é. A hipótese de que o sejam os senhores Luis Fernando Verissimo, Paulo Coelho e Marco Maciel jamais passaria pela cabeça de alguém habilitado, digamos, a compreender razoavelmente um poema de Eliot ou a perceber a diferença de fôlego entre Claudel e Valéry, isto é, de alguém que tenha ao menos uma ideia aproximada do que é literatura.

A alta cultura simplesmente desapareceu do Brasil — desapareceu tão completamente que já ninguém dá pela sua falta.

Como posso fazer ver a gravidade disso a pessoas que, não pertencendo elas próprias ao círculo das letras e das artes, recebem dele, prontos, os critérios de julgamento em matéria de cultura e, ao segui-los, acreditam estar em dia com os mais elevados padrões internacionais? Como posso mostrar ao político, ao empresário, ao oficial das Forças Armadas, que cada um deles está sendo ludibriado por usurpadores subintelectuais e encaixilhado numa moldura mental incapacitante?

Um exemplo talvez ajude. Não conheço um só membro das nossas elites que não tenha opiniões sobre a política norte-americana. A base dessas opiniões é o que leem nos jornais e veem na TV. Acontece que o instrumento básico do debate político nos EUA é o livro, não o artigo de jornal, o comentário televisivo ou a entrevista de rádio. Não há aqui uma só ideia ou proposta política que, antes de chegar aos meios de comunicação de massas, não tenha se formalizado em livro, demarcando as fronteiras do debate que, nessas condições, é sempre pertinente e claro. Também não há um só desses livros que, em prazo breve, não seja respondido por outros livros, condensando e ao mesmo tempo aprofundando a discussão em vez de limitá-la às reações superficiais do primeiro momento.

Ora, esses livros praticamente nunca são traduzidos ou lidos no Brasil. Se alguém os lê, deve mantê-los em segredo, pois nunca os vejo mencionados na nossa mídia, seja pelos comentaristas usuais ou pelos acadêmicos iluminados que os chefes de redação tomam como seus gurus. Resultado: a elite que confia nos canais jornalísticos como sua fonte básica de informação acaba sendo sistematicamente enganada. Não só forma opiniões erradas sobre o quadro internacional, mas, com base nelas, diagnostica erradamente a situação local e toma decisões estratégicas desastrosas, que só a enfraquecem e a tornam dia a dia mais sujeita aos caprichos da quadrilha governante.

Só para tornar o exemplo ainda mais nítido: quem quer que tenha lido, além das autobiografias de Barack Obama, as investigações sobre sua vida pregressa feitas por Jerome Corsi, Brad O'Leary e Webster Griffin Tarpley (antiobamistas por motivos heterogêneos e incompatíveis) sabia de antemão que, se eleito, ele usaria o prestígio da própria nação americana para dar respaldo ao antiamericanismo radical dentro e fora dos EUA; que, no Oriente Médio, isso significaria sonegar apoio a Israel e aceitar pacificamente o Irã como potência nuclear; na América Latina, elevar Hugo Chávez, as Farc[2] e o Foro de São Paulo ao estatuto de árbitros supremos da política continental. Como no Brasil ninguém leu nada disso, o que se impregnou na mente do público foi a visão de Obama como um progressista moderado, algo como um novo John F. Kennedy ou Martin Luther King. Nos EUA, com a ajuda da grande mídia cúmplice, Obama enganou metade do eleitorado. No Brasil, enganou a opinião pública inteira. Agora, só resta aos ludibriados atenuar retroativamente o vexame do engano mediante um novo engano, persuadindo-se de que, se até o governo americano apoia Hugo Chávez,[3] é porque ele não é tão perigoso quanto parecia...

Notas

* Ver as quatro minuciosas notas de rodapé do artigo original no link: http://www.olavodecarvalho.org/textos/brasil.htm.

1. N. do Org.: "No começo do século XX, houve uma série de antropólogos que saíram pelo mundo fazendo recenseamentos dos usos e costumes dos vários lugares. Quando notaram que aquilo que era proibido num lugar era obrigatório no outro, tiraram a conclusão de que todas as normas eram culturalmente relativas. Isto foi especialmente divulgado no mundo por Margareth Mead e Jules Benedict. Eles fizeram um sucesso tão grande que, hoje em dia, essa convicção do relativismo antropológico é tida como um dogma: todas as morais são culturalmente relativas. É no mínimo curioso que nunca ninguém tenha feito a seguinte contraposição: me aponte uma sociedade onde o homicídio seja legítimo. Ou, me aponte uma sociedade onde o casamento seja proibido. Ou, me aponte uma sociedade onde qualquer forma de conhecimento seja proibido. Simplesmente não existem tais sociedades. Isso quer dizer que, por baixo da variação acidental de normas aqui ou ali, existe uma infinidade de normas universais que nunca foram contestadas por civilização ou cultura alguma. A lista das regras e normas permanentes é infinitamente maior do que a das normas variáveis. Isso quer dizer que esses antropólogos, baseados em sua pequena experiência acidental de ter conhecido uma ou duas comunidades, generalizaram para a espécie humana, de modo que a visão total da humanidade fica reduzida ao tamanhinho da amplitude de consciência de dois ou três antropólogos, que viram meia dúzia de coisas" [Olavo de Carvalho, "Educação Liberal", palestra de 18 de outubro de 2001 no Rio de Janeiro, disponível no link: http://www.olavodecarvalho.org/palestras/2001educacaoliberal.htm].

2. N. do Org.: Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia. Para a descrição detalhada de suas atividades políticas, militares e criminosas, ver "Não quero citar nomes", no capítulo *Criminalidade*.

3. Nota do Editor: Hugo Chávez, que por catorze anos governou a Venezuela, morreu em 5 de março de 2013, em decorrência de um câncer.

POBREZA

Pobreza e grossura

Bravo!, julho de 2000

Neste país você não pode pedir emprego e muito menos dinheiro emprestado a um conhecido sem que ele instantaneamente assuma ares paternais e comece a lhe dar conselhos, a ralhar com você chamando-o de irresponsável, leviano e miolo-mole. E dê graças a Deus de que o faça em tom bonachão e não transforme a humilhação sutil em massacre ostensivo. Finda a cena, sai todo satisfeito, com a consciência do dever cumprido, e considera-se dispensado de lhe arranjar o emprego ou o dinheiro. E você? Bem, você sai duro, desempregado... e culpado.

Esse mesmo sujeito é capaz de, na mesma noite, oferecer um jantar tomando o máximo cuidado para que a arrumação da mesa e a distribuição dos convidados obedeçam estritamente às regras da mais fina etiqueta.

Um indício seguro de barbarismo num povo é a atenção excessiva concedida aos sinais convencionais de boa educação e o desprezo ou a ignorância dos princípios básicos da convivência que constituem a essência mesma da boa educação.

O bárbaro, o selvagem, pode decorar as regras e imitá-las na frente de quem acha que liga para elas. Mas não capta o espírito delas, não percebe que são apenas uma cartilha de solicitude, de atenção, de bondade, que pode ser abandonada tão logo a gente aprende o verdadeiro sentido do que é ser solícito, atencioso e bom.

Meu pai era um sujeito relaxado, que às vezes ia de pijama receber as visitas. Mas chamava de “senhor” cada mendigo que o abordava na rua, e sem que ele me dissesse uma palavra aprendi que o homem em dificuldades necessitava de mais demonstrações de respeito do que as pessoas em situação normal. Quanto mais respeitoso, mais cuidadoso, mais escrupuloso cada um não deveria ser então com um amigo que, vencendo a natural resistência de mostrar inferioridade, vem lhe pedir ajuda! Esta regra elementar é sistematicamente ignorada entre as nossas classes médias e altas, principalmente por aquelas pessoas que se imaginam as mais cultas, as mais civilizadas e — valha-me Deus! — as mais amigas dos pobres.

Fico horrorizado quando vejo alguém enxotar um flanelinha como se fosse um cachorro, e nunca vi alguém fazê-lo com a desenvoltura, o *aplomb*, a consciência tranquila de um intelectual de esquerda! Nos anos 1960, corria o dito de que ajudar os pobres individualmente era “alienação burguesa”, ópio sentimental, sucedâneo da revolução salvadora. Passaram-se quarenta anos, a revolução salvadora não veio (onde veio, os pobres ficaram mais pobres ainda) e duas gerações de necessitados apertaram ainda mais os cintos em homenagem à prioridade da revolução. Mas não conheço um só militante comunista do meu tempo e do meu meio que não esteja com a vida ganha, que não ostente como um sinal de maturidade triunfante a segurança financeira adquirida graças ao apadrinhamento da máfia política que, até hoje, domina o mercado de empregos na imprensa, na publicidade, no ensino superior e no mundo editorial.

Hoje não precisam mais do pretexto revolucionário para enxotar flanelinhas. Seu discurso tornou-se palavra oficial. As prefeituras e governos estaduais nos advertem, em cartazes piedosos, para não dar esmolas. Sim, a caridade individual está em baixa. Os frutos da bondade humana não devem ir direto para o bolso do necessitado: devem ir para as ONGs e os órgãos públicos, sustentando funcionários e diretores, financiando movimentos políticos, pagando despesas de aluguel, administração, publicidade e transporte, para no fim, bem no fim, se sobrar alguma coisa, virar sopa dos pobres, diante das câmeras, para a glória de São Betinho.

Há quem neste país tenha nojo da corrupção oficial. Pois eu tenho é da caridade oficial.

Ainda há quem diga: “Mas se você dá dinheiro o sujeito vai beber na primeira esquina!” Pois que

beba! Tão logo o embolsou, o dinheiro é dele. Vocês querem educar o pobre “para a cidadania” e começam por lhe negar o direito de gastar o próprio dinheiro como bem entenda? Querem educá-lo sem primeiro respeitá-lo como um cidadão livre que, atormentado pela miséria, tem o direito de encher a cara tanto quanto o faria, *mutatis mutandis*, um banqueiro falido? Querem educá-lo impingindo-lhe a mentira humilhante de que sua pobreza é uma espécie de menoridade, de inferioridade biológica que o incapacita para administrar os três ou quatro reais que lhe deram de esmola? Não! Se querem educá-lo, comecem pelo mais óbvio: sejam educados. Digam “senhor”, “senhora”, perguntem onde mora, se o dinheiro que lhes deram basta para chegar lá, se precisa de um sanduíche, de um remédio, de uma amizade. Façam isso todos os dias e, em três meses, verão esse homem, essa mulher, erguer-se da condição miserável, endireitar a espinha, lutar por um emprego, vencer.

Na verdade, a barreira que impede o acesso de pobres e mendicantes brasileiros a uma vida melhor é menos econômica que social. Façam um teste. Quanto custa um frango? Assado, com farofa. Cinco reais no máximo, em geral menos. Quer dizer que um mendigo, pedindo esmola em qualquer das grandes capitais do Brasil, pode comer pelo menos um frango por dia, se não dois, e ainda lhe sobra o dinheiro da condução. Para você fazer uma ideia de quanto um país onde isso é possível é um país rico e generoso, tente esta comparação. Quando Franklin D. Roosevelt lançou o *New Deal*, um dos objetivos principais do ambicioso plano econômico foi assim anunciado pelo rádio: “Assegurar que cada família deste país tenha em sua mesa um frango por semana.” Ouviram bem? Um frango por semana para quatro ou cinco pessoas. Na época, pareceu um ideal quase utópico. Pois bem: estamos numa terra onde velhas desamparadas que se arrastam pelas ruas comem um frango por dia, onde os meninos de rua pedem esmola em frente ao McDonald’s para completar o preço de um Big Mac com fritas de três em três horas, onde os bebês famintos exibidos pelas mães em prantos usam fraldas descartáveis, onde as casas dos bairros miseráveis têm antenas parabólicas e os catadores de lixo se comunicam com seus sócios por telefones celulares.

Em contrapartida, façam outro teste: peguem um sujeito sujo e esfarrapado, encham-no de dinheiro e façam-no entrar numa loja de roupas — não digo uma loja elegante, mas qualquer uma — para comprar um terno. Será enxotado. E, se gritar “Eu tenho dinheiro!”, vai terminar na polícia, com holofote na cara, tendo de se explicar muito bem explicadinho, isto se não for obrigado a escorregar “algum” para a mão do sargento.

O mesmo pobre que pode comer um frango por dia tem de comê-lo na calçada, com os cães, porque sem acesso aos lugares reservados aos seres humanos. Está certo que você, gerente do restaurante, fique constrangido de botar um sujeito estropiado e fedido no meio dos seus clientes distintos. Mas não vê que mandá-lo comer na rua é mais falta de educação ainda? Pelo menos dê-lhe de comer num cantinho discreto, converse com ele sobre as dificuldades da vida, ofereça-lhe uma camisa, uma calça.

Seja educado, caramba! Pois se você, que está bem empregado e bem vestido, tem o direito de ser grosso, que primores de polidez pode esperar do pobre? Se um dia, cansado de levar chutes, ele o manda tomar naquele lugar, não se pode dizer que esteja privado do senso das proporções. E não me venha com aquela história de “se eu tratar bem um só mendigo, no dia seguinte haverá uma fila deles na minha porta”. Isso pode ser verdade em casos isolados, mas não no cômputo final: se todos os restaurantes tratarem bem os mendigos, logo haverá mais restaurantes que mendigos. Conte os mendigos e os restaurantes da Avenida Atlântica e diga se não tenho razão. Isto sem que entrem no cálculo os bares e padarias.

O brasileiro de classe média e alta está virando uma gente estúpida que clama contra a miséria no meio da abundância porque cada um não quer usar seus recursos para aliviar a desgraça de quem está ao seu alcance, e todos ficam esperando a solução mágica que, num relance, mudará o quadro geral. Sofrem de platonismo *à outrance*: creem na existência de um geral em si, dotado de substância

metafísica própria, independente dos casos particulares que o compõem.

Por isso é que, quando a propaganda do Collor inventou aquela coisa de “não votem em Lula porque ele vai obrigar cada família de classe alta a adotar um menino de rua”, eu me disse a mim mesmo: “Raios, se isso fosse verdade, eu ficaria satisfeito de votar no Lula.” Só acredito é em gente ajudar gente, uma por uma, não na mágica platônica das “mudanças estruturais”, pretexto de revoluções e matanças que resultam sempre em mais pobreza ainda.

Na verdade, quem acredita nelas erra até ao dar nome ao problema geral. Quando, revoltados ante a desgraça do povo brasileiro, gritamos “fome!”, algo está falhando na nossa percepção da realidade social. No mais das vezes, o que falta não é comida, não é dinheiro: é as pessoas compreenderem que a pobreza não é um estigma, não é uma desonra; é uma coisa que pode acontecer a qualquer um e da qual ninguém se liberta só com dinheiro, sem o reforço psicológico de um ambiente que o ajude a sentir-se novamente normal e, em suma, um membro da espécie humana.

Entre as causas culturais da pobreza, a principal não está nos pobres: está na falta de educação dos outros.

Aprendendo com o dr. Johnson

Diário do Comércio (editorial), 21 de março de 2007

O dr. Samuel Johnson, escritor maravilhoso e antepassado setecentista dos modernos conservadores, dizia que o teste definitivo de uma civilização está na sua maneira de tratar os pobres. Na sua época, ninguém tivera ainda a ideia brilhante de desvencilhar-se deles entregando-os aos cuidados da burocracia estatal. Essa ideia, mesmo que não seja levada à prática, já vale por um teste: mostra que a sociedade não sabe o que fazer com os pobres, não quer trato direto com eles e preferiria reduzi-los a mais um item abstrato, invisível e inodoro do orçamento estatal. Acha isso mais higiênico do que enfiar a mão no bolso quando pedem uma esmolinha e infinitamente mais palatável do que ter de conversar com eles quando têm o desplante de puxar papo na rua com Sua Excelência o contribuinte. Na verdade, o cidadão moderno desejaria chutar todas as suas responsabilidades para o Estado: não quer proteger sua casa, mas ser protegido pela polícia; não quer educar-se para educar seus filhos, mas entregá-los a técnicos que os transformarão em robôs politicamente corretos; não quer decidir o que come, o que bebe, o que fuma ou deixa de fumar: quer que a burocracia médica lhe imponha a receita pronta; não quer crescer, ter consciência, ser livre e responsável: quer um pai estatal que o carregue no colo e contra o qual ainda possa fazer birra, batendo o pezinho na defesa dos seus “direitos”. O Estado sorri, porque sabe que, quantos mais direitos concede a esse cretino, mais leis são promulgadas, mais funcionários são contratados para aplicá-las, mais repartições burocráticas são criadas, mais impostos são cobrados para alimentá-las e, enfim, menor é a margem de liberdade de milhões de idiotas carregadinhos de direitos.

Essa civilização já se julgou a si mesma: constituída de moleques egoístas e covardes, não é capaz de se defender. Ao primeiro safanão mais forte, vindo dos comunistas, dos radicais islâmicos ou dos autonomeados governantes do mundo, põe-se de joelhos abjurando lealdades milenares e prontificando-se a transformar-se no que o novo patrão deseje.

Nem todos, é claro, acomodam-se tão bem a essa agonia deleitosa. Ainda há homens e mulheres de verdade, capazes de agir por si próprios, sem intermediário estatal, orgulhosos da sua liberdade. Eles sabem que a liberdade efetiva não tem nada a ver com “direitos” outorgados pela burocracia espertalhona. Sabem que a liberdade vem do coração e depende de símbolos inspiradores profundamente arraigados na cultura dos milênios. Quando são abordados por um pobre na rua, sabem

que não estão diante de um problema administrativo. Não correm para esconder-se sob as saias da burocracia. Encaram o pobre como um igual temporariamente caído, merecedor de tanto carinho e atenção quanto eles próprios o seriam em circunstâncias análogas. Não hesitam em estender algum dinheiro ao infeliz, em conversar com ele, às vezes em assumir responsabilidade pessoal por tirá-lo da sua condição infame, dando-lhe trabalho, um abrigo, um conselho.

A sociedade já se condenou a si mesma quando virou o rosto aos pedintes, sonhando em transformá-los numa equação administrativa. Só homens e mulheres de verdade podem salvá-la da derradeira abjeção. Não hesito em incluir entre eles o sr. Fausto Wolff, que é burro, metido e comunista, mas, graças à boa influência da sua esposa, está se tornando gente. Olhem só o que ele escreveu no *Jornal do Brasil* de 2 de janeiro:

> Minha mulher leva na bolsa dez reais em moedas para dar aos meninos que lhe pedem dinheiro para comer. Outro dia, contou-me uma história que comoveu este velho coração de granito. Um menino pretinho de cinco anos pediu-lhe dinheiro para comprar um pão. Ela disse-lhe: "Pois não, meu filhinho querido." O menino ficou com olhos cheios de lágrimas. Afastou-se e logo voltou e pediu mais dinheiro, mas, em verdade, o que queria era ouvi-la dizer que ele era querido. Logo, outros se aproximaram apenas para ouvir palavras carinhosas e se sentirem seres humanos. Em dez anos estarão queimando ônibus?

É isso aí, sra. Wolff! Se todas as mulheres brasileiras ensinarem isso a seus maridos, um sorriso de esperança brilhará nos rostos de milhões de crianças deste país.

Direitos e pobreza

[in: Duas notas]

Diário do Comércio, 8 de janeiro de 2013

Thomas Sowell dizia: "Nunca entendi por que é 'ganância' você querer conservar o dinheiro que ganhou, mas não é ganância querer tomar o dinheiro dos outros." *Mutatis mutandis*, a obrigação moral que os ricos têm de ajudar os pobres, mesmo quando seja tomada em sentido absoluto e intransigente, não implica jamais que os pobres tenham o "direito" de ser ajudados.

Todo direito de um implica obrigações para algum outro, mas nem toda obrigação que pese sobre alguém gera direitos para quem quer que seja.[1]

A razão disso é simples e autoevidente: toda e qualquer obrigação moral ou legal é relativa porque limitada à disponibilidade de meios, ao passo que um "direito", uma vez consagrado, é universal e incondicional. Decretado que os pobres têm "direito" à ajuda estatal ou privada, a simples inexistência dos meios de ajudá-los se torna automaticamente algo como uma ilegalidade ou um crime, e a sociedade inteira, quanto mais pobre, tanto mais merecerá o rótulo de criminosa, de modo que a pobreza de uns será uma espécie de mérito e a de todos, um delito abominável. Se isto está muito sintético, analisem e verão que é certo.

Da incompreensão dessa obviedade deriva a noção monstruosamente perversa de que uma sociedade onde haja pobres, ou muitos pobres, é uma "sociedade injusta".[2] Em princípio, e à luz da razão, toda obrigação moral ou legal está condicionada à regra áurea do direito: *Ad impossibilia nemo tenetur*, "ninguém é obrigado ao impossível". Por isso mesmo a obrigação de ajudar os pobres não dá a estes nenhum direito de exigi-la. A absurdidade dessa exigência aparece nítida no delírio de Luís da Silva no romance *Angústia*, de Graciliano Ramos: "Há criaturas que não suporto. Os vagabundos, por exemplo. Parece-me que eles cresceram muito, e, aproximando-se de mim, não vão gemer peditórios: vão gritar, exigir, tomar-me qualquer coisa."

E Luís da Silva não é nenhum burguês atemorizado ante a revolta dos infelizes. É ele mesmo um pobretão ressentido, sem dinheiro para o aluguel. Só no mundo das alucinações a pobreza é, por si,

fonte de direitos.

Antigamente, até os marxistas compreendiam isso. Julgavam que o proletariado industrial tinha o direito de expropriar a burguesia não pelo simples fato de ser pobre, mas por ser o criador material da riqueza social. A horda de miseráveis improdutivos, o *lumpemproletariat*, não lhes merecia senão desprezo. É o óbvio dos óbvios: ninguém se torna um "expoliado" pelo simples fato de estar sem dinheiro. Para ser um expoliado é preciso produzir primeiro alguma coisa e depois ser despojado dela injustamente. Como o proletariado se recusou a aderir às revoluções, os teóricos do marxismo promoveram a escória lumpemproletária ao estatuto de credora universal e portadora, *ipso facto*, da autoridade intrínseca das virtudes morais faltantes ao resto da sociedade. Daí ao endeusamento dos delinquentes o passo é bem curto.

Da insensibilidade a esses fatos vem a noção de "dívida social". Qualquer candidato que proponha a sua eleição como o pagamento de uma dívida social é, com toda a evidência, um charlatão do qual não se pode esperar nada de bom. Se a dívida existe e é social, não pode ser jamais resgatada mediante pagamento a um só indivíduo. O fato mesmo de que este se apresente como credor simbólico, herdeiro e resumo vivo de várias gerações de interesses lesados, já mostra que se trata de um vigarista, pois nem aceita pagamento simbólico nem tem como repassar o pagamento efetivo aos credores defuntos de cujo crédito se apropria indevidamente.

Todo eleitor em seu juízo perfeito deveria pensar nisso antes de votar em tipos como Luiz Inácio Lula da Silva ou Barack Hussein Obama. Mas, tão logo a pobreza se torna fonte de "direitos", é inevitável que o carreirista desprovido de méritos próprios se invista de prerrogativas imaginárias derivadas da pobreza alheia, impondo-se como recebedor único da "dívida social" — um vigarista elevado à segunda potência.

Um paralelo entre Eric Voegelin e Lula

[in: Um clássico e um paralelo]

O Globo, 7 de junho de 2003

Eric Voegelin foi um dos maiores filósofos do século XX. Sua obra *Order and History*, em cinco volumes,[3] sintetiza e ordena, numa reinterpretação global da história, uma vastidão de conhecimentos quase inimaginável, das inscrições egípcias até as últimas novidades do direito, da economia e da linguística. Dá de dez a zero em Hegel, Spengler e Toynbee somados. De origem pobre, Voegelin passou fome para estudar. Continuou homem simples, deslocado em ambientes chiques. No auge da glória acadêmica, usava ternos surrados, fumava charutos mata-rato e não tinha a menor classe no consumo de vinhos: bebia o bom e o ruim, incapaz de distingui-los, caindo de sono, vexaminosamente, ao fim do primeiro copo. Não raro esquecia-se de cortar as unhas, amareladas de fumo. Era, diziam seus confrades, "um aristocrata intelectual com gostos proletários".

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do maior país da América Latina, nasceu pobre e, ao longo de uma carreira de sucessos políticos espetaculares, foi mudando de hábitos. Aprendeu a apreciar bons vinhos, a selecionar os melhores charutos, a aparecer em público de unhas polidas, envergando ternos Armani, idêntico em tudo a um ricaço de nascença. No auge da glória mundana, gaba-se de não saber falar inglês, mas de seus discursos em português nada sobra exceto os erros de gramática. É um proleta intelectual com gostos aristocráticos.

Há muitos estilos de um pé-rapado subir na vida. Cada um, à medida que ascende na escala social, vai colhendo os bens que, no seu tempo de pobre, lhe pareciam os mais desejáveis. E cada um, vitorioso, tem em torno os admiradores que o merecem.

Notas

1. N. do Org.: Para uma análise detalhada do conceito, ver o texto "Que é o direito?", de Olavo de Carvalho, aula do *Seminário de Filosofia* de 22 de setembro de 1998, disponível no link: http://www.olavodecarvalho.org/apostilas/direito.htm.

2. N. do Org.: Ver a seção Sociedade x Culpa do capítulo *Revolução*, especialmente o artigo "Sociedade justa".

3. N. do Org.: Todos publicados no Brasil pelas Edições Loyola, de São Paulo, com o título *Ordem e história*, sendo os três primeiros ("Israel e a revelação"; "O mundo da pólis"; "Platão e Aristóteles") em 2009, e os dois últimos ("A era ecumênica"; "Em busca da ordem") em 2010.

FINGIMENTO

Um capítulo de memórias

Diário do Comércio, 23 de junho de 2008

Que o leitor me permita começar este artigo por um episódio da minha porca vida, do qual espero tirar algumas conclusões de interesse geral.

Tão logo cheguei a este mundo, uma estranha infecção pulmonar adiou meu ingresso oficial nele durante sete anos, reduzindo-me a um estado de inconsciência febril e delirante do qual só emergi no dia de ir para a escola, se bem que meus desafetos digam que não saí dele jamais.

Embutido no uniforme, eu me parecia exteriormente com os demais meninos, mas por dentro era um bebê, simplório como um passarinho, por total ignorância não só dos pecados como também de tudo o mais.

Sendo a escola uma instituição religiosa, os professores leram-me trechos do Evangelho, que me comoviam até as lágrimas, mas daí, mediante uma lógica que me escapava, deduziam e me atribuíam a incumbência de confessar meus pecados, dos quais o único que me ocorria, na minha desesperadora pobreza de repertório, era o pecado original. Disfarçando como podia a minha radical incompreensão do estado de coisas, entrei na fila do confessionário esperando que, quando chegasse a minha vez, tudo se esclareceria. Mas foi então que veio o pior. De trás de uma cortina que o tornava semi-invisível, um padre não identificado me perguntou: "Você fez porcarias?"

Eu não tinha a mais mínima ideia do que podiam ser as tais porcarias, mas, fossem lá o que fossem, pareciam ser comuns a toda a humanidade, de modo que, por mera precaução, respondi: "Sim." E já ia me sentindo muito aliviado pelo meu sucesso neste teste inicial, quando o padre voltou à carga: "Com meninos ou com meninas?"

Agora ele me pegou, pensei aterrorizado. Como poderia eu supor que aquele delito misterioso e incognoscível se praticava com ambos os sexos? Não querendo, porém, dar o braço a torcer, declarei peremptoriamente: "Com os dois." Feito isso, fui liberado para a parte leve do serviço, que consistiu em rezar dez Pai-Nossos e dez Ave-Marias, coisa que já fazia habitualmente sem ter de passar por aquele vexame preliminar.

Alguns meses se passaram antes que recebesse alguma informação fidedigna quanto à natureza das porcarias — e, mesmo depois de cientificado, ainda continuei duvidando que as pessoas fizessem mesmo aquelas coisas, as quais me pareciam sumamente despropositadas e tediosas. Tardiamente chegado a um universo repleto de estímulos e desafios, não podia conceber que alguém perdesse seu tempo "fazendo porcarias" em vez de se dedicar a alguma atividade mais substantiva como jogar bolinha de gude, brincar de Roy Rogers ou ir à matinê ver os desenhos de *Tom & Jerry*.

Mais tarde informaram-me que alguns meninos se dedicavam mesmo a um exercício denominado "troca-troca", mas, como jamais visse algum deles se entregando a essa prática, permaneci incrédulo, só fingindo acreditar em tudo para não desagradar a ninguém e para não parecer ainda mais esquisito do que aquilo me parecia a mim. As porcarias, no fundo, se é que existiam mesmo, deviam ser coisa de gente grande, aquelas pessoas aborrecidas que só falavam de assuntos chatos — dívidas, doenças, arrumação de casa, políticos corruptos, juízes de futebol ladrões — e, para cúmulo, achavam normal comer brócolis em vez de sorvete. Que encanto pudesse haver nos seus afazeres porcaríferos era algo que me escapava por completo.

Quando, finalmente, compreendi do que se tratava, admiti que podia até haver algum interesse na coisa, mas aí um outro fenômeno me chamou a atenção, e este não era nem um pouco divertido: meditando a experiência da minha primeira confissão, descobri o abismo imensurável e sem fundo que pode haver entre a realidade da nossa alma e as imagens padronizadas que somos chamados a personificar na sociedade, imagens pelas quais os outros nos reconhecem, que eles chamam pelo nosso

nome e nas quais, pelo efeito da repetição, acabamos por acreditar, sufocando a memória da nossa experiência efetiva e substituindo-a por um arranjo cômodo de aparências, que por sua vez se amoldam tão bem às necessidades da comunicação diária que acabamos por achar que são o verdadeiro “eu”.

A essa altura, aquela parte que ficou para trás, sem nome, não desaparece de todo, mas, excluída do mundo da linguagem, torna-se o nosso depósito pessoal de fantasmas, de temores inconfessáveis, de vergonhas indizíveis, de sensações informes e incomunicáveis.

Durante o meu período de doença, conheci mais dores e sofrimentos do que em geral os meninos da minha idade podiam sequer imaginar. Era todo um universo sombrio, opressivo, fechado. Sobretudo incomunicável: eu bem via o rosto angustiado de minha mãe, de meu pai, de meus tios, tentando puxar a minha dor para si próprios mas conseguindo apenas olhá-la de fora, atônitos e inermes, e atormentar-se em vão. Todo mundo passa por experiência semelhante algum dia, seja por meio da doença, da pobreza, da loucura, do abandono, da prisão. Minha diferença é que conheci esse lado obscuro da vida antes de conhecer qualquer outra coisa. Quando emergi desse inferno, tudo em volta me parecia tão interessante, tão bonito, tão atraente, que a hipótese de alguém poder entediar-se a ponto de ter de buscar uma fonte extra de deleites me parecia simplesmente inverossímil. Eu não conhecia o sexo e, no meu deslumbramento com tudo o mais, não imaginava que alguém pudesse precisar dele (tudo o que depois li sobre sexualidade infantil me parece uma bobagem descomunal). Mas a estranha conjunção de uma experiência prematura do sofrimento humano com a ignorância radical de fatos elementares da fisiologia fez de mim uma incongruência viva, como Lao-Tsé, que nasceu velho e com o tempo foi se tornando um bebê. Claro, eu não era o único esquisitão do universo. Mais tarde descobri que cada ser humano tem por dentro algo de radicalmente diferente dos outros, um recinto próprio que a linguagem mal consegue penetrar e que, embora constitua a sua existência mais íntima e pessoal, acabará sendo totalmente ignorado pelos que em torno imaginam conhecê-lo. Toda a riqueza e o interesse da convivência humana consiste em usar os estereótipos como meros bilhetes de ingresso nesse recinto, jogando-os fora tão logo entramos mais fundo na alma alheia. Mas como poderíamos fazer isso, se tudo em volta nos convida a encarnar os estereótipos cada vez mais esforçadamente, com um arremedo de sinceridade cada vez mais perfeito, até acabarmos acreditando que eles são nós?

As sociedades humanas podem ser comparadas — e julgadas — pelo seu sucesso ou fracasso em transmutar a linguagem comum em instrumento do encontro genuíno entre os seres humanos. E, de tudo o que vi e vivi depois, concluí que a sociedade brasileira se destaca pelo total desinteresse em fazer isso, pela acomodação complacente a uma convivência feita só de estereótipos. Foi isso o que o conde de Keyserling, aquele observador arguto, notou ao dizer que, enquanto nos outros países as pessoas só imitam aquilo que desejam tornar-se no futuro, os brasileiros se contentam com a imitação enquanto tal, esmerando-se nela a ponto de esquecer que é possível ser algo na realidade e acabando por acreditar que a única coisa a esperar da vida é o sucesso no fingimento. Não é à toa que a obra do maior dos nossos ficcionistas é uma galeria de fingidos, hipócritas e palhaços como jamais se viu no mundo. Em Machado de Assis o único personagem sincero, o único que fala consigo mesmo e tenta se compreender a si próprio e aos outros, o conselheiro Aires, acaba vivendo num prudente e recatado isolamento. Isso explica muita coisa da nossa política.

No meu caso, justamente a confissão, que deveria ser o encontro mais íntimo da consciência interior com o observador onissapiente, acabou se transformando no desencontro completo entre a rotina de um confessor entediado e a confusão mental de um menino ignorante. O papa João Paulo II acertou em cheio quando disse que os brasileiros são cristãos no sentimento, mas não na fé. Não existe fé sem vida interior, mas a vida interior começa pelo ingresso naquele recinto fechado, sombrio, e pelo esforço de comunicar o incomunicável. O brasileiro acha isso angustiante demais e, buscando

alívio numa familiaridade fácil, acaba por se transformar no seu próprio estereótipo.

Cavalos mortos

O Globo, 17 de fevereiro de 2001

Se é certo que romances, contos e peças de teatro registram algo da psicologia dos povos, nós, brasileiros, deveríamos atentar seriamente para o seguinte fato: nenhuma literatura no mundo é tão abundante de tipos insinceros e fingidos como a nossa. Praticamente a galeria inteira dos personagens de Machado de Assis, Lima Barreto, Graciliano Ramos, Arthur Azevedo, Marques Rebelo, Nelson Rodrigues e tantos outros é constituída de pequenos farsantes, fracos e sem caráter, nos quais a mentira existencial se tornou como que uma segunda natureza.

Não se tratam de mentirosos conscientes, maquiavélicos, demoníacos. Não temos um Iago nem um Verkhovenski Jr. (o maligno revolucionário de *Os demônios* de Dostoiévski). São antes personalidades de pés de barro, erigidas em cima de uma falsa consciência, de um desvio do foco de atenção. Deslizam instintivamente para fora da realidade, como que por medo de se conhecer, de topar de repente com a imagem da sua própria miséria interior. Tímidas e esquivas, revestem-se incessantemente de máscaras verbais cujo comércio preenche nove décimos da sua vida de vigília. O décimo restante — quando chega à consciência — é angústia secreta, reprimida, que não ousa dizer seu nome.

Na tipologia de Lukács, que distingue entre os personagens que sofrem porque sua consciência é mais ampla que a do meio em que vivem e os que não conseguem abarcar a complexidade do meio, a literatura brasileira criou um terceiro tipo: aquele cuja consciência não está nem acima nem abaixo da realidade, mas ao lado dela, num mundo à parte todo feito de ficções retóricas e afetação histriônica. Em qualquer outra sociedade conhecida, um tipo assim estaria condenado ao isolamento. Seria um excêntrico. No Brasil, ao contrário, é o tipo dominante: o fingimento é geral, a fuga da realidade tornou-se instrumento de adaptação social. Mas adaptação, no caso, não significa eficiência, e sim acomodação e cumplicidade com o engano geral, produtor da geral ineficiência e do fracasso crônico, do qual em seguida se busca alívio em novas encenações, seja de revolta, seja de otimismo. Na medida em que se amolda à sociedade brasileira, a alma se afasta da realidade — e vice-versa. Ter a cabeça no mundo da lua, dar às coisas sistematicamente nomes falsos, viver num estado de permanente desconexão entre as percepções e o pensamento é o estado normal do brasileiro. O homem realista, sincero consigo próprio, direto e eficaz nas palavras e ações, é que se torna um tipo isolado, esquisito, alguém que se deve evitar a todo preço e a propósito do qual circulam cochichos à distância.

Meu amigo Andrei Pleshu, filósofo romeno, resumia: “No Brasil, ninguém tem a obrigação de ser normal.” Se fosse só isso, estaria bem. Esse é o Brasil tolerante, bonachão, que prefere o desleixo moral ao risco da severidade injusta. Mas há no fundo dele um Brasil temível, o Brasil do caos obrigatório, que rejeita a ordem, a clareza e a verdade como se fossem pecados capitais. O Brasil onde ser normal não é só desnecessário: é proibido. O Brasil onde você pode dizer que dois mais dois são cinco, sete ou nove e meio, mas, se diz que são quatro, sente nos olhares em torno o fogo do rancor ou o gelo do desprezo. Sobretudo se insiste que pode provar.

Sem ter em conta esses dados, ninguém entende uma só discussão pública no Brasil. Porque, quando um brasileiro reclama de alguma coisa, não é que ela o incomode de fato. Não é nem mesmo que exista. É apenas que ele gostaria de que existisse e fosse má, para pôr em evidência a bondade daquele que a condena. Tudo o que ele quer é dar uma impressão que, no fundo, tem pouco a ver com a coisa da qual fala. Tem a ver apenas com ele próprio, com sua necessidade de afeto, de aplauso, de

aprovação. O assunto é mero pretexto para lançar, de maneira sutil e elegante, um apelo que em linguagem direta e franca o exporia ao ridículo.

Esse ardil psicológico funda-se em convenções provisórias, criadas de improviso pela mídia e pelo diz que diz, que apontam à execração do público umas tantas coisas das quais é bom falar mal. Pouco importa o que sejam. O que importa é que sua condenação forma um "topos", um lugar-comum: um lugar no qual as pessoas se reúnem para sentir-se bem mediante discursos contra o mal.

O sujeito não sabe, por exemplo, o que são transgênicos. Mas viu de relance, num jornal, que é coisa ruim. Melhor que coisa ruim: é coisa de má reputação. Falando contra ela, o cidadão sente-se igual a todo mundo, e rompe por instantes o isolamento que o humilha.

Essa solidariedade no fingimento é a base do convívio brasileiro, o pilar de geleia sobre o qual se constroem uma cultura e milhões de vidas. Em outros lugares as pessoas em geral discutem coisas que existem, e só as discutem porque perceberam que existem. Aqui as discussões partem de simples nomes e sinais, imediatamente associados a valores, ao ruim e ao bom, a despeito da completa ausência das coisas consideradas.

Não se lê, por exemplo, um só livro de história que não condene a "história oficial" — a história que celebra as grandezas da pátria e omite as misérias da luta de classes, do racismo, da opressão dos índios e da vil exploração machista. Em vão buscamos um exemplar da dita-cuja. Não há cursos, nem livros, nem institutos de história oficial. Por toda parte, nas obras escritas, nas escolas de crianças e nas academias de gente velha, só se fala da miséria da luta de classes,[1] do racismo,[2] de índios oprimidos[3] e da vil exploração machista.[4] Há quatro décadas a história militante que se opunha à história oficial já se tornou hegemônica e ocupou o espaço todo. Se há alguma história oficial, é ela própria. Mas, sem uma história oficial para combater, ela perderia todo o encanto da rebeldia convencional, pondo à mostra os cabelos brancos que assinalam sua identidade de neo-oficialismo consagrado — balofo, repetitivo e caquético como qualquer academismo.

Direi então que açoita um cavalo morto? Não é bem isso. Ela própria é um cavalo morto. Um cavalo morto que, para não admitir que está morto, escoiceia outro cavalo morto. Todo o "debate brasileiro" é uma troca de coices num cemitério de cavalos.

Os histéricos no poder

Diário do Comércio, 12 de dezembro de 2012

Uma das experiências mais perturbadoras que tive na vida foi a de perceber, de novo e de novo ao longo dos anos, o quanto é impossível falar ao coração, à consciência profunda de indivíduos que trocaram sua personalidade genuína por um estereótipo grupal ou ideológico.

Diga você o que disser, mostre-lhes mesmo as realidades mais óbvias e gritantes, nada os toca. Só enxergam o que querem. Perderam a flexibilidade da inteligência. Trocaram-na por um sistema fixo de emoções repetitivas, acionadas por um reflexo insano de autodefesa grupal.

No começo não é bem uma troca. O estereótipo é adotado como um revestimento, um sinal de identidade, uma senha que facilita a integração do sujeito num grupo social e, libertando-o do seu isolamento, faz com que se sinta até mais humano. Depois a progressiva identificação com os valores e objetivos do grupo vai substituindo as percepções diretas e os sentimentos originários por uma imitação esquemática das condutas e trejeitos mentais do grupo, até que a individualidade concreta, com todo o seu mistério irredutível, desapareça sob a máscara da identidade coletiva.

Essa transformação torna-se praticamente inevitável quando a unidade do grupo tem uma forte base emocional, como acontece em todos os movimentos fundados num sentimento de "exclusão",

"discriminação" e similares.

Não me refiro, é claro, aos casos efetivos de perseguição política, racial ou religiosa. A simples reação a um estado de coisas objetivamente perigoso não implica nenhuma deformação da personalidade. Ao contrário: quanto mais exageradas e irrealistas são as queixas grupais, tanto mais facilmente fornecem ao militante um *Ersatz* de identidade pessoal, precisamente porque não têm outra substância exceto a ênfase mesma do discurso que as veicula.

À dessensibilização da consciência profunda corresponde, em contrapartida, uma hipersensibilização de superfície, uma suscetibilidade postiça, uma predisposição a sentir-se ofendido ou ameaçado por qualquer coisinha que se oponha à vontade do grupo.

No curso desse processo, é inevitável que o amortecimento da consciência individual traga consigo o decréscimo da inteligência intuitiva. As capacidades intelectuais menores, puramente instrumentais, como o raciocínio lógico verbal ou matemático, podem permanecer intactas, mas o núcleo vivo da inteligência, que é a capacidade de apreender num relance o sentido da experiência direta, sai completamente arruinado, às vezes para sempre.

A partir daí, qualquer tentativa de apelar ao testemunho interior dessas pessoas está condenada ao fracasso. A experiência que têm das situações vividas tornou-se opaca, encoberta sob densas camadas de interpretações artificiais cujo poder de expressar as paixões grupais serve como um sucedâneo, hipnoticamente convincente, da percepção direta.

O indivíduo "sente" que está expressando a realidade direta quando seu discurso coincide com as emoções padronizadas do grupo, com os desejos, temores, preconceitos e ódios que constituem o ponto de intersecção, o lugar geométrico da unidade grupal.

O mais cruel de tudo é que, como esse processo acompanha *pari passu* o progresso do indivíduo no domínio da linguagem grupal, são justamente os mais lesados na sua inteligência intuitiva que acabam se destacando aos olhos de seus pares e se tornando os líderes do grupo.

Um grau elevado de imbecilidade moral coincide aí com a perfeita representatividade que faz do indivíduo o porta-voz por excelência dos interesses do grupo e, na mesma medida, o reveste de uma aura de qualidades morais e intelectuais perfeitamente fictícias.

Não conheço um só líder esquerdista, petista, gayzista, africanista ou feminista que não corresponda ponto por ponto a essa descrição, que corresponde por sua vez ao quadro clássico da histeria.

O histérico não sente o que percebe, mas o que imagina. Quando o orador gayzista aponta a presença de cento e poucos homossexuais entre 50 mil vítimas de homicídios como prova de que há uma epidemia de violência antigay no Brasil, é evidente que o seu senso natural das proporções foi substituído pelo hiperbolismo retórico do discurso grupal que, no teatro da sua mente, vale como reação genuína à experiência direta.

Quando a esposa americana, armada de instrumentos legais para destruir a vida do marido em cinco minutos,[5] continua se queixando de discriminação da mulher, ela evidentemente não sente a sua situação real, mas o drama imaginário consagrado pelo discurso feminista.

Quando o presidente mais mimado e blindado da nossa história choraminga que levou mais chicotadas do que Jesus Cristo,[6] literalmente não se enxerga: enxerga um personagem de fantasia criado pela propaganda partidária, e acredita que esse personagem é ele. Todas essas pessoas são histéricas no sentido mais exato e técnico do termo. E, se não sentem nem a realidade da sua situação pessoal imediata, como poderiam ser sensíveis ao apelo de uma verdade que não lhes chega por via direta, e sim pelas palavras de alguém que temem, que odeiam, e que só conseguem enxergar como um inimigo a ser destruído?

A raiz de todo diálogo é a desenvoltura da imaginação que transita livremente entre perspectivas opostas, como a de um espectador de teatro que sente, como se fossem suas, as emoções de cada um dos personagens em conflito. Essa é também a base do amor ao próximo e de toda convivência

civilizada.

A presença de um grande número de histéricos nos altos postos de uma sociedade é garantia de deterioração de todas as relações humanas, de proliferação incontrolável da mentira, da desonestidade e do crime.

Notas

1. N. do Org.: Sobre a luta de classes, ver “A autoridade religiosa do mal”, no capítulo *Militância*; “Sonhando com a teoria final”, em *Ciência*; “A vigarice acadêmica em ação”, e sobretudo a seção Marxismo & Vigarice, em *Intelligentzia*; além dos capítulos *Socialismo*, *Revolução*, e outros, já que o tema é recorrente neste livro e na obra do autor.

2. N. do Org.: Sobre o racismo, ver “A vigarice acadêmica em ação” e “A verdadeira cultura negra”, no capítulo *Intelligentzia*.

3. N. do Org.: “A história oficial diz que o canibalismo aqui só era praticado por umas poucas tribos. Não sei. Mas muitas outras faziam — e fizeram até recentemente — controle da natalidade pelo delicado expediente de sepultar vivas as crianças indesejadas. Com a chegada da Funai, esse costume foi progressivamente abandonado e as tribos começaram a crescer. Muitos dos índios que hoje gritam contra os ‘invasores brancos’ teriam sido enterrados como excedente populacional se a maldita civilização ocidental não tivesse violado a integridade das culturas indígenas, ensinando-lhes que matar crianças não é um meio decente de reduzir despesas. Se ela mesma, aliás, vem desaprendendo essa lição, regredindo a ponto de aceitar como normais e respeitáveis os costumes bárbaros que outrora ajudou a erradicar, é normal que perca rapidamente a autoridade moral que tinha sobre os índios e agora consinta em ouvir deles, com a cabeça baixa, as mais extraordinárias absurdidades” [Olavo de Carvalho, “João Ubaldo e o besteirol”, comentários sobre o texto “O besteirol dos 500 anos”, publicado por João Ubaldo Ribeiro no *O Estado de S. Paulo* de 23 de abril de 2000 — http://www.olavodecarvalho.org/textos/ubaldo.htm] . Na verdade, segundo o jornalista australiano Paul Raffaele, que esteve no sudoeste da Amazônia gravando um documentário para a TV de seu país, a prática do infanticídio continua acontecendo em certas tribos brasileiras, com a tolerância do Governo Federal. A denúncia, de dezembro de 2012, pode ser vista neste link: http://www.youtube.com/watch?v=b67BsXvZHuM. Segundo o Movimento Atini — Voz Pela Vida (www.atini.org), cerca de vinte etnias indígenas ainda praticam o infanticídio. Ver também o documentário *Quebrando o silêncio*, da cineasta Sandra Terena, no link: http://www.youtube.com/watch?v=MBjDOqfQlio.

4. N. do Org.: Sobre a suposta exploração machista, ver todo o capítulo *Feminismo*.

5. N. do Org.: Ver “A técnica da opressão sedutora”, no capítulo *Feminismo*.

6. N. do Org.: “Meu corpo estaria mais arrebentado que o corpo de Jesus Cristo depois de tantas chibatadas”, afirmou Lula, em discurso de 23 de julho de 2010 durante ato da campanha presidencial de Dilma Rousseff em Garanhuns-PE, referindo-se às supostas críticas que recebera ao longo de seu governo.

DEMOCRACIA

De Bobbio a Bernanos

Jornal da Tarde, 7 de janeiro de 1999

Este século começou com a proclamação quase universal do fim das democracias e, após uma sucessão de experiências ditatoriais com um saldo de quase 200 milhões de mortos, termina com o universal reconhecimento de que o melhor é a gente ir tratando de gostar da democracia mesmo.

Pela primeira vez na história dos tempos modernos a parte falante da humanidade parece ter entrado num acordo. Embora ainda haja ditaduras aqui e ali, a ideia de ditadura perdeu toda respeitabilidade intelectual, e acredita-se, com platônico otimismo, que aquilo que desaparece do céu das ideias deve também desaparecer deste baixo mundo mais cedo ou mais tarde. E, embora ninguém atribua às atuais democracias a virtude da perfeição, há um consenso geral que Norberto Bobbio resumiu com uma sentença lapidar: “A única solução para os males da democracia é mais democracia.”

Mas será essa a fórmula de um consenso ou a fórmula de um problema?

Em primeiro lugar, que é “mais democracia”? Um liberal[1] acha que é menos intervenção do Estado na economia; um social-democrata acha que é mais proteção do Estado aos pobres e desamparados. Assim, não apenas se reedita o velho confronto de capitalismo e socialismo, ambos com o nome de democracia, mas se chega no fim a um beco sem saída, porque, para realizar a primeira alternativa, é preciso ampliar o controle estatal da vida privada (no mínimo para que o Estado, desprovido de seu fardo econômico, adquira novas funções que legitimem sua existência), e, para realizar a segunda, é preciso aumentar os impostos e inflar a burocracia estatal até paralisar a economia e tornar os pobres ainda mais desamparados.

Em segundo lugar, há boas razões para duvidar que “mais democracia” seja ainda democracia. A democracia não é como um pão, que cresce sem perder a homogeneidade: à medida que ela se expande, sua natureza vai mudando até converter-se no seu contrário. O exemplo mais característico — mas não o único, certamente — é o que se passa com a “democratização da cultura”. Num primeiro momento, democratizar a cultura é distribuir generosamente às massas os chamados “bens culturais”, antes reservados, segundo se diz, a uma elite. Num segundo momento, exige-se que as massas tenham também o direito de decidir o que é e o que não é um bem cultural. Aí a situação se inverte: oferecer às massas os bens de elite já não é praticar a democracia; é lançar à cara do povo um insulto paternalista. As camadas populares, afirma-se, têm direito à “sua própria cultura”, na qual a música rap pode ser, eventualmente, preferível a Bach. A intelectualidade entrega-se então a toda sorte de teorizações destinadas a provar que os bens superiores antes cobiçados pela massa não têm, no fim das contas, mais valor do que tudo o que a massa já possuía antes de conquistá-los.[2] E, quando enfim a antiga diferença entre cultura de elite e cultura de massas parece restabelecida sob o novo e reconfortante pretexto da relatividade, os intelectuais ficam mais revoltados ainda, ao descobrir que todos os bens, equalizados pelo universal relativismo, se transformaram em puras mercadorias sem valor próprio: Bach tornou-se fundo musical para anúncios de calcinhas e o rap, com a venda de discos, gerou uma nova elite de milionários, cínicos e prepotentes como a elite mais antiga jamais teria ousado ser. Idêntico processo repete-se nos domínios da educação, da moral e até mesmo da economia, onde cada nova leva de beneficiários do progresso se apega a seus novos privilégios com uma avareza e uma violência desconhecida das elites mais velhas: o fascismo surgiu entre as novas classes médias criadas pela democracia capitalista, e a *Nomenklatura* soviética, a mais ciumenta das classes dominantes que já existiu neste mundo, nasceu da ascensão de soldados e operários na hierarquia do partido.

Em terceiro lugar, vem talvez o perigo mais grave: um consenso em favor da democracia só é promissor em aparência, porque a democracia, por definição, consiste em prescindir de todo consenso.

Democracia não é concórdia: é uma maneira inteligente de administrar a discórdia. E o clamor universal por “mais democracia”, na medida mesma em que se afirma como um consenso, já dá sinais de não poder suportar nenhuma voz discordante.

Assim, há razões para temer que, se o século XX começou pedindo ditaduras e terminou por exigir a democracia, o novo século acabe por seguir o trajeto precisamente inverso. Afinal, dizia Bernanos, a democracia não é o oposto da ditadura: é a causa dela.

A metonímia democrática

Jornal da Tarde, 21 de janeiro de 1999

Devo aos leitores, talvez, uma explicação sobre o artigo anterior, que saiu muito compacto. O que eu dizia ali é o seguinte: ao contrário do que afirma Bobbio (repetindo Jefferson, segundo me lembra um amável missivista), mais democracia não é o remédio para os males da democracia; é o começo da ditadura.

Explico-me.

Com tanta frequência e de boca tão cheia os tolos e os espertalhões falam de “democracia social”, de “democracia cultural” e até de “democracia sexual”, que acabamos esquecendo que o uso da palavra “democracia” fora do estrito domínio político-jurídico é apenas uma figura de linguagem — a qual, tomada ao pé da letra, resulta em completo *nonsense*.

Democracia é o nome de um regime político definido pela vigência de certos direitos. Como tal, o termo só se aplica ao Estado, nunca ao cidadão, à sociedade civil ou ao sistema econômico, pois em todos os casos o guardião desses direitos é o Estado e somente ele. Só o Estado pratica — ou viola — a democracia. A sociedade civil vive nela e se beneficia de seus direitos, mas nada pode fazer a favor ou contra, exceto através do Estado. O homem que oprime seu vizinho não atenta contra “a democracia”, mas apenas contra um direito individual, o qual existe só porque o oprimido e o opressor são ambos cidadãos de um Estado democrático: democracia é o pressuposto estatal desse direito, não o exercício dele pelo sr. fulano ou beltrano. Se o mesmo direito não existisse, isto é, se o Estado não o reconhecesse, não é o opressor individual que seria antidemocrático, mas sim o Estado. Quando se diz que um cidadão “pratica a democracia” porque respeita tais ou quais direitos, o uso da palavra é rigorosamente metonímico: democrática não é a ação individual em si, mas sim o quadro jurídico e político que a autoriza ou determina.

Do mesmo modo, se uma empresa decide nivelar as diferenças de salários entre seus empregados de funções idênticas, não está “praticando a democracia”, mas apenas pondo em prática um direito que existe porque o Estado democrático o assegura. E se fizer o mesmo fora de um Estado democrático, nem por isto estará implantando uma democracia, pela simples razão de que age por iniciativa isolada, incapaz, por si, de estatuir direitos. Democrático ou antidemocrático é o Estado e somente o Estado; os cidadãos e os grupos sociais são apenas obedientes ou desobedientes à ordem democrática. A democracia é nada mais que a ordem política e jurídica na qual certos atos são possíveis — e dizer que estes atos são “democráticos” é tomar o condicionado pela condição que o possibilita: é metonímia.

Mas o erro em que incorre quem toma literalmente a sério expressões como “democracia econômica” ou “democracia social” vai muito mais fundo do que um mero deslize semântico. Pois a transposição da ideia democrática para outros campos além do político-jurídico, em vez de estender a esses domínios os benefícios que a democracia assegura no seu domínio próprio, resulta apenas em ampliar o domínio político-jurídico: tudo se torna objeto de lei, tudo fica ao alcance da mão da autoridade. Mas a democracia, por essência, consiste justamente em limitar o raio de ação do

governante: estendê-la é destruí-la.

Daí que a vitória mundial da ideia democrática traga, consigo, a tentação suicida de tudo democratizar, que no fim das contas é tudo politizar, dando àquele que tem o poder político um poder ilimitado sobre todos os outros domínios e esferas da vida. Só por uma ilusão verbal é que se pode imaginar uma “democracia sexual”, por exemplo, como um paraíso libertário: a submissão da vida sexual aos critérios democráticos é a universal invasão de privacidade — e esse grão-hierofante da democracia ilimitada, que é o sr. Bill Clinton,[3] está finalmente sentindo na carne os efeitos da sua própria bruxaria.

O remédio para os males da democracia não está em mais democracia: está em reconhecer que a democracia não é o remédio de todos os males.

Democracia normal e patológica — I

Diário do Comércio, 5 de outubro de 2011

A patologia depende da fisiologia. Não é possível saber se um órgão está doente quando não se tem ideia de como deveria funcionar normalmente. O mesmo princípio vigora na análise política. Não se pode falar de uma doença política da democracia quando não se tem uma ideia clara do que é uma democracia normal.

Felizmente para o estudioso, as democracias normais não somente existem, mas são mesmo as nações mais visíveis e influentes do mundo. Malgrado as forças patológicas que permanentemente as assaltam desde dentro e desde fora, e malgrado a inabilidade com que por vezes se defendem, essas democracias ainda exibem uma vitalidade invejável. A Inglaterra e os EUA são as mais antigas. Alguns países escandinavos consolidaram-se como democracias normais desde a segunda metade do século XIX. A Alemanha, a Itália e a França, após várias tentativas falhadas, só conseguiram se estabilizar nessa condição após o término da Segunda Guerra Mundial. A democracia israelense nasceu junto com o próprio Estado de Israel, em 1947. As democracias normais mais novas são a Espanha, Portugal e alguns países do Leste Europeu libertados do jugo comunista no começo dos anos 1990. Material para estudo e comparação, portanto, não falta. Só um cretino ou alguém interessado em confundir propositadamente as coisas pode ignorar o que é normalidade democrática, ou chamar por esse nome algo que não é nem democracia nem muito menos normal.

Que é, no período histórico nascido desde a Revolução Americana, uma democracia política normal no Ocidente? Se o conceito genérico de “democracia” pode ser definido por traços meramente jurídico-formais, como a existência de uma ordem constitucional, partidos políticos, liberdade de imprensa etc., a mera presença desses traços é comum às democracias saudáveis e às doentes. A normalidade do sistema democrático tem de ser aferida por diferenças substantivas que o mero formalismo não apreende.

Normalidade democrática é a concorrência efetiva, livre, aberta, legal e ordenada de duas ideologias que pretendem representar os melhores interesses da população: de um lado, a “esquerda”, que favorece o controle estatal da economia e a interferência ativa do governo em todos os setores da vida social, colocando o ideal igualitário acima de outras considerações de ordem moral, cultural, patriótica ou religiosa; de outro, a “direita”, que favorece a liberdade de mercado, defende os direitos individuais e os poderes sociais intermediários contra a intervenção do Estado e coloca o patriotismo e os valores religiosos e culturais tradicionais acima de quaisquer projetos de reforma da sociedade. Representadas por dois ou mais partidos e amparadas nos seus respectivos mentores intelectuais e órgãos de mídia, essas forças se alternam no governo conforme as favoreça o resultado de eleições

livres e periódicas, de modo que os sucessos e fracassos de cada uma durante sua passagem pelo poder sejam mutuamente compensados e tudo concorra, no fim das contas, para o benefício da população. Entre a esquerda e a direita estende-se toda uma zona indecisa de mesclagens e transigências, que podem assumir a forma de partidos menores independentes ou consolidar-se como política permanente de concessões mútuas entre as duas facções maiores. É o "centro", que se define precisamente por não ser nada além da própria forma geral do sistema indevidamente transmutada às vezes em arremedo de facção política, como se numa partida de futebol o manual de instruções pretendesse ser um terceiro time em campo.

Nas beiradas do quadro legítimo, florescendo em zonas fronteiriças entre a política e o crime, há os "extremismos" de parte a parte: a extrema esquerda prega a submissão integral da sociedade a uma ideologia revolucionária personificada num partido-Estado, a extinção completa dos valores morais e religiosos tradicionais, o igualitarismo forçado por meio da intervenção fiscal, judiciária e policial. A extrema direita propõe a criminalização de toda a esquerda, a imposição da uniformidade moral e religiosa sob a bandeira de valores tradicionais, a transmutação de toda a sociedade numa militância patriótica obediente e disciplinada. Não é o apelo à violência que define, ostensivamente e em primeira instância, os dois extremismos: tanto um quanto o outro admitem alternar os meios violentos e pacíficos de luta conforme as exigências do momento, submetendo a frias considerações de mera oportunidade, com notável amoralismo e não sem uma ponta de orgulho maquiavélico, a escolha entre o morticínio e a sedução. Isso permite que forjem alianças, alternadamente ou ao mesmo tempo, com gangues de delinquentes e com os partidos legítimos, às vezes desfrutando gostosamente de uma espécie de direito ao crime. Não é uma coincidência que, quando sobem ao poder ou se apropriam de uma parte dele, os dois favoreçam igualmente uma economia de intervenção estatista. Isto não se deve a o *slogan* de que "os extremos se tocam", mas à simples razão de que nenhuma política de transformação forçada da sociedade se pode realizar sem o controle estatal da atividade econômica, pouco importando que seja imposto em nome do igualitarismo ou do nacionalismo, do futurismo utópico ou do tradicionalismo mais obstinado. Por essa razão, ambos os extremismos são sempre inimigos da direita, mas, da esquerda, só de vez em quando. A extrema esquerda só se distingue da esquerda por uma questão de grau (ou de pressa relativa), pois ambas visam em última instância ao mesmo objetivo. Já a extrema direita e a direita, mesmo quando seus discursos convergem no tópico dos valores morais ou do antiesquerdismo programático, acabam sempre se revelando incompatíveis em essência: é materialmente impossível praticar ao mesmo tempo a liberdade de mercado e o controle estatal da economia, a preservação dos direitos individuais e a militarização da sociedade. Isso é uma vantagem permanente a favor da esquerda: alianças transnacionais da esquerda com a extrema esquerda sempre existiram, como a Internacional Comunista, o Front Popular da França e, hoje, o Foro de São Paulo.[4] Uma "internacional de direita" é uma impossibilidade pura e simples. Essa desvantagem da direita é compensada no campo econômico, em parte, pela inviabilidade intrínseca do estatismo integral, que obriga a esquerda a fazer periódicas concessões ao capitalismo.

Embora essas noções sejam óbvias e facilmente comprováveis pela observação do que se passa no mundo, você não pode adquiri-las em nenhuma universidade brasileira nem na leitura dos comentários políticos usuais, pois praticamente todo mundo que abre a boca para falar de política neste país, com exceções tão minguadas quanto inaudíveis, é parte interessada e beneficiária da confusão geral, a começar pelos professores universitários e comentaristas de mídia.

No próximo artigo, aplicarei os conceitos aqui resumidos à análise da democracia brasileira.

Democracia normal e patológica — II

Diário do Comércio, 10 de outubro de 2011

Não é preciso dizer que situações especiais podem induzir quaisquer das duas facções maiores a inverter sua política habitual, em vista das conveniências e oportunidades. O governo petista, ao adotar controles monetários ortodoxos para escapar a uma crise econômica, e a administração Bush, ao criar um sistema de vigilância interna quase socialista depois do 11 de Setembro, são exemplos notórios. Fatos como esses bastam para demonstrar que a democracia saudável é a administração bem-sucedida de um conflito insolúvel, destinado a perpetuar-se entre crises e não a produzir a vitória definitiva de uma das facções. Desde o início, a democracia tem encontrado no equilíbrio instável a regra máxima do seu bom funcionamento.

Basta compreender essas noções para perceber, de imediato, que a democracia brasileira é um doente em estado quase terminal. O jogo normal de esquerda e direita, que permite a continuidade do processo democrático e mantém os extremismos sob rédea curta, foi substituído por um sistema de controle monopolístico não só do poder estatal como da cultura e da mentalidade pública; controle tão eficiente que já não é percebido como tal, de modo que, quanto mais patológica é a situação, mais confortavelmente todos se acomodam a ela, acreditando piamente viver na mais pura normalidade democrática.

A facção que domina o governo controla também o sistema de ensino, as universidades e instituições de cultura, o meio editorial e artístico e a quase totalidade dos órgãos de mídia. A mais mínima falha nesse controle, o mais leve sinal de descontentamento, mesmo parcial e apolítico, desperta ou alarma as hostes governistas, que então se apressam a mobilizar seus militantes para o combate a “ameaças golpistas” perfeitamente inexistentes.

A facção dominante compõe-se da aliança indissolúvel entre a esquerda e a extrema esquerda, sendo esta última, então, legitimada como parte da esquerda normal, digna do respeito e da consideração dos eleitores. Tão perfeito é o controle hegemônico que essa aliança exerce sobre a sociedade, que já nem a esquerda nem muito menos a extrema esquerda têm de se apresentar francamente como tais: os eleitores tornaram-se como peixes que, jamais tendo estado fora da água, ignoram a existência de algo que não seja água e, portanto, não distinguem entre a água e o universo em geral. Nessas condições, está perfeitamente realizado o ideal de Antonio Gramsci,[5] em que o partido revolucionário desfruta “da autoridade onipresente invisível de um imperativo categórico, de um mandamento divino”. Tão paradoxal é a situação que os únicos que insistem em exibir sua identidade de esquerdistas, com muito orgulho disso, são justamente os membros da “oposição”, colhidos entre facções da esquerda moderada ou entre oportunistas sem ideologia nenhuma. Uns e outros têm com o governo divergências pontuais e, é claro, disputa de cargos. Nada mais.

Nesse panorama, a ostensiva colaboração política do partido governante com organizações terroristas, por sua vez associadas a gangues de criminosos locais, é incapaz de provocar qualquer escândalo, pelo simples fato de que não se conseguiu provar nenhuma ajuda financeira vinda dos bandidos aos políticos de esquerda. Isto é, só se concebe uma aliança criminosa sob a forma do financiamento ilegal, da “corrupção” no sentido mais genérico e apolítico do termo. A articulação de partidos legais com organizações criminosas para fins de vantagem política mútua não é, em si, considerada um crime ou motivo de alarme. O “direito” à conquista do poder absoluto por quaisquer meios possíveis e imagináveis é aceito como um procedimento democrático normal, desde que não envolva “corrupção”.

Nesse quadro, a direita, como tal, não existe mais. Os ideais que a caracterizavam são cada vez mais criminalizados como extremismo,[6] espalhando entre os políticos o medo de encarná-los em público por um instante sequer, para não ser tachados de golpistas, racistas, nazistas,[7] o diabo.

A anormalidade da situação não deixa de ser percebida pela própria esquerda dominante que, na ausência de uma oposição direitista, tem de inventar uma, toda composta de ficções e de figuras de linguagem, para dar a impressão de que está lutando contra alguma coisa. Essa necessidade é tanto

mais premente porque a esquerda brasileira forjou sua reputação explorando o papel de "minoria perseguida" adquirido no tempo dos militares, e sente a necessidade de continuar a representá-lo em público quando já não há mais ninguém que a persiga e, ao contrário, só ela dispõe dos meios de perseguir. A "ameaça direitista" é construída, então, mediante os seguintes expedientes:

1) Explorar, com renitência obsessiva, a recordação dos feitos malignos do regime militar, ampliados até à demência, de tal modo que trezentos terroristas mortos assumam as proporções de um genocídio mais vasto que a matança de 100 mil cubanos, 2 milhões de cambojanos, 40 milhões de cidadãos soviéticos e 70 milhões de chineses. O fato de que aqueles terroristas fossem, em maior ou menor medida, todos colaboradores do genocídio comunista é descontado como se fosse um nada, e os personagens são transfigurados em heróis da democracia. A menor tentativa de recolocar os fatos nas suas devidas proporções é rejeitada, inclusive nas universidades, como um sinal ameaçador de golpismo iminente. Se isso não é uma psicose, toda a ciência da psicopatologia está errada.

2) Como não é possível, ao mesmo tempo, manter a população sob o temor de um golpe iminente e continuar exibindo como única prova desse risco acontecimentos de meio século atrás, o *establishment* de esquerda e extrema esquerda tem de produzir constantemente novos indícios da existência e periculosidade de uma direita que ele mesmo conseguiu eliminar por completo. Um dos recursos usados para esse fim é dar ares de feroz oposição ideológica direitista a qualquer hostilidade pontual e mínima que surja nas hostes da esquerda moderada, que constitui a quase totalidade da oposição presente. Quando um social-democrata tucano aponta um sinal de ineficiência administrativa ou de corrupção no governo, logo aparece algum Paulo Henrique Amorim bem-pago para denunciar aí o golpe de direita que, é claro, se prepara a olhos vistos. A única reação dos acusados, em geral, é exibir sua certidão de bons serviços prestados à esquerda, para eliminar suspeitas.

3) O mais extremo dos expedientes é apontar indivíduos isolados ou grupos minoritários de dimensões irrisórias como se fossem forças ameaçadoras que se levantam no horizonte, ameaçando esmagar a esquerda nas eleições ou fuzilar todos os comunistas. Organizações ridiculamente pequenas, de trinta ou quarenta membros, sem financiamento ou qualquer suporte político, são aí tratadas como militâncias multitudinárias, capazes de assombrar as noites dos governantes acuados. Vozes solitárias, amputadas de qualquer possibilidade de ação política não só pela completa falta de recursos como também pelas divergências insanáveis que as isolam umas das outras, são tratadas como se constituíssem um bloco único e temível, a "direita" ressurgente, pronta, como em 1964, para dar um golpe e anular maldosamente todas as "conquistas populares". Não é preciso dizer que, nessas circunstâncias, grupos ultraminoritários de extrema direita, como a Resistência Nacionalista, inflados pela propaganda negativa que recebem da esquerda, passam a se sentir mais importantes do que são e vislumbram, excitados, as mais belas oportunidades de futuro, sem perceber que elas, tanto quanto eles próprios, só têm a existência fantasmal das sombras de um delírio. Como a existência de uma direita é um requisito estrutural da normalidade democrática, sua supressão faz com que as formas patológicas de direitismo se sintam chamadas à missão sagrada de recolocar as coisas em seus lugares, como se sua própria existência não fosse baseada na desordem. Também não é de espantar que o medo autoalimentado que viceja na alma da esquerda a leve a não contentar-se com o combate verbal mas, num paroxismo de temor paranoico, a tomar medidas práticas para defender-se de adversários microscópicos, tomando coelhos por leões e julgando que privar um Júlio Severo dos meios de sustentar sua mulher e filhos é um feito heroico, uma vitória espetacular contra a ameaça reacionária rediviva. Também não é de estranhar que os descalabros cometidos nessa luta contra fantasmas acabem produzindo no povo alguma hostilidade real contra o governo, extravasando em movimentos repentinos e sem nenhum conteúdo político-ideológico substantivo, como a Marcha para Jesus ou a Marcha Contra a Corrupção, e fazendo com que a esquerda creia ter encontrado — por fim! — a prova da realidade de seus piores pesadelos, sem notar que ela própria os produziu por excesso de

precaução louca.

A coexistência pacífica das instituições democráticas formais com a total supressão da concorrência ideológica que define as democracias saudáveis, eis precisamente o que caracteriza a situação brasileira atual. É um quadro nitidamente psicótico, onde tudo é mentira, fingimento e pose. A farsa existencial com que a esquerda governante inventa inimigos para camuflar seu controle hegemônico tornou-se norma e padrão para o país inteiro, invadindo as consciências e expelindo cada pensamento para longe da realidade. Quem quer que, num momento de sanidade, ouse enxergar as coisas como são, sente-se imediatamente aterrorizado, ansioso para mergulhar de novo no oceano turvo de alucinações que assumiu o nome de "normalidade".

Extremismo e vergonha

[in: Duas notas]

Diário do Comércio, 8 de janeiro de 2013

Se esbarrasse na rua com algum dos nossos políticos ditos "de direita", eu lhe perguntaria o seguinte: "Você quer destruir a esquerda, destruí-la politicamente, socialmente, culturalmente, de modo que nunca mais se levante e que ser esquerdista se torne uma vergonha que ninguém ouse confessar em público?"

Tenho a certeza de que a resposta do desgraçado seria "não", e viria provavelmente acompanhada das usuais caretas de repugnância fingida com que os bons meninos da direita marcam sua distância de todo "extremismo".

Bem, o fato é que aquilo que a direita não quer fazer com a esquerda é o que a esquerda *já fez* com a direita.

Afinal, só precisa ostentar moderação quem se envergonha da sua própria opinião a ponto de admitir, cabisbaixo e submisso, que ela só vale alguma coisa quando em doses moderadas. Em doses moderadas, filhinho, até a estricnina vale alguma coisa. Só o que é indiscutivelmente bom, como a inteligência, a beleza, a santidade ou a saúde, vale tanto mais quanto maior a dose. A esquerda conseguiu convencer até os direitistas de que nenhuma dose de esquerdismo é excessiva, tanto que o sr. Luiz Inácio Lula, vendendo uma imagem de moderado, não se vexava de presidir o Foro de São Paulo de mãozinhas dadas com um notório extremista, assassino e narcotraficante, o sr. Manuel Marulanda,[8] nem muito menos se esquivou jamais de fazer parceria com o sr. Fidel Castro, que é o extremismo de esquerda encarnado.

Já os homens "da direita" — digo "homens" *cum grano salis* — prefeririam antes morrer do que ser vistos ao lado de alguém que lhes pareça mais direitista que eles.

Notas

1. N. do Org.: Para saber o que é um liberal segundo Olavo de Carvalho, ver "Por que não sou liberal", no capítulo *Libertação*.

2. N. do Org.: Ver, por exemplo, os itens 1, 2 e 3 do artigo "Da fantasia deprimente à realidade temível", no capítulo *Intelligentzia*.

3. N. do E.: O autor se refere ao escândalo sexual que expôs a relação do então presidente dos Estados Unidos Bill Clinton com a estagiária Monica Lewinsky, e que, naquele ano de 1999, seria contado em livro, com o lançamento da biografia autorizada *Monica's Story*.

4. N. do Org.: Fundado em 1990 por Lula e Fidel Castro — por ideia de Lula, como ele mesmo revelou em maio de 2011 [ver: http://youtu.be/y1456joMic4] —, o "Foro de São Paulo é a mais vasta organização política que já existiu na América Latina e, sem dúvida, uma das maiores do mundo. Dele participam todos os governantes esquerdistas do continente. Mas não é uma organização de esquerda como outra qualquer. Ele reúne mais de uma centena de partidos legais e várias organizações criminosas ligadas ao narcotráfico e à indústria dos sequestros, como as Farc e o MIR chileno, todas empenhadas numa articulação estratégica comum e na busca de vantagens mútuas. Nunca se viu, no mundo, em escala tão gigantesca, uma convivência tão íntima, tão persistente, tão organizada e tão duradoura entre a política e o crime" [Olavo de Carvalho, "A maior trama criminosa de todos os tempos", *Digesto Econômico*, setembro/outubro/novembro/dezembro de 2007 — http://www.olavodecarvalho.org/semana/0709digestoeconomico.html]. O Foro e seus efeitos serão analisados ao longo deste livro, mas a obra completa de Olavo de Carvalho sobre o assunto está disponível no link: http://www.theinteramerican.org/blogs/law-and-government/410-what-is-the-sao-paulo-forum.html.

5. N. do Org.: Antonio Gramsci (1891-1937) foi um ideólogo comunista italiano, "do qual a maioria dos brasileiros nunca ouviu falar, e que ademais está morto há mais de meio século, mas que, desde o reino das sombras, dirige em segredo os acontecimentos nesta parte do mundo. (...) Gramsci transformou a estratégia comunista, de um grosso amálgama de retórica e força bruta, numa delicada orquestração de influências sutis, penetrante como a Programação Neurolinguística e mais perigosa, a longo prazo, do que toda a artilharia do Exército Vermelho. Se Lenin foi o teórico do golpe de Estado, ele foi o estrategista da revolução psicológica que deve preceder e aplainar o caminho para o golpe de Estado. (...) A revolução gramsciana está para a revolução leninista assim como a sedução está para o estupro. (...) Para operar essa virada, Gramsci estabeleceu uma distinção, das mais importantes, entre 'poder' (ou, como ele prefere chamá-lo, 'controle') e 'hegemonia'. O poder é o domínio sobre o aparelho de Estado, sobre a administração, o exército e a polícia. A hegemonia é o domínio psicológico sobre a multidão. A revolução leninista tomava o poder para estabelecer a hegemonia. O gramscismo conquista a hegemonia para ser levado ao poder suavemente, imperceptivelmente. (...) O governo revolucionário leninista reprime pela violência as ideias adversas. O gramscismo espera chegar ao poder quando já não houver mais ideias adversas no repertório mental do povo" [Olavo de Carvalho, *A nova era e a revolução cultural*, Instituto de Artes Liberais/Stella Caymmi Editora, 1994; disponível no link: http://www.olavodecarvalho.org/livros/negramsci.htm].

6. N. do Org.: Ver, além dos exemplos presentes ao longo deste livro, o artigo "Exemplo Didático", de Olavo de Carvalho, publicado no *Diário do Comércio* de 7 de outubro de 2009 e disponível no link: http://www.olavodecarvalho.org/semana/091007dc.html.

7. N. do Org.: "A fraude adquire ainda maior potencial destrutivo quando reforçada pelo pressuposto — absolutamente mentiroso, conforme já demonstrei em artigos anteriores — que cataloga na direita o nazismo alemão, uma ideologia revolucionária, socialista, estatizante, materialista e anticristã como o marxismo, e que só se distingue dele por associar sistematicamente o ódio ao burguês com o ódio ao judeu" [Olavo de Carvalho, "Extrema direita e extrema burrice", *O Globo*, 8 de dezembro de 2001 — http://www.olavodecarvalho.org/semana/12082001globo.htm] . Sobre a filiação do nazismo ao movimento revolucionário, ver o artigo "URSS, a mãe do nazismo", publicado no *Diário do Comércio* de 11 de dezembro de 2008 e disponível no link: http://www.olavodecarvalho.org/semana/081211dc.html; bem como o filme documentário nele recomendado, "A história soviética" (*The soviet story*), de Edvins Snore, cujo site oficial é http://www.sovietstory.com e que pode ser encontrado em diversos endereços do Youtube, inclusive legendado, como, por exemplo: http://www.youtube.com/watch?v=SZHhrSo2yJo (parte 1); e http://www.youtube.com/watch?v=E-92UQqWOOs (parte 2).

8. N. do Org.: Manuel Marulanda Vélez, codinome do colombiano Pedro Antonio Marín (1930-2008), também conhecido como *Tirofijo* ("tiro certeiro"), foi o fundador e comandante das Farc, tido como o número um do grupo terrorista.

SOCIALISMO

1. FATOS x INTERPRETAÇÕES

Que é ser socialista?

Jornal da Tarde, 28 de outubro de 1999

O socialismo matou mais de 100 milhões de dissidentes e espalhou o terror, a miséria e a fome por um quarto da superfície da Terra. Todos os terremotos, furacões, epidemias, tiranias e guerras dos últimos quatro séculos, somados, não produziram resultados tão devastadores. Isto é um fato puro e simples, ao alcance de qualquer pessoa capaz de consultar *O livro negro do comunismo* e fazer um cálculo elementar.

Como, porém, o que determina as nossas crenças não são os fatos e sim as interpretações, resta sempre ao socialista devoto o subterfúgio de explicar essa formidável sucessão de calamidades como o efeito de acasos fortuitos sem relação com a essência da doutrina socialista, a qual assim conservaria, imune a toda a miséria das suas realizações, a beleza e a dignidade de um ideal superior.

Até que ponto essa alegação é intelectualmente respeitável e moralmente admissível?

O ideal socialista é, em essência, a atenuação ou eliminação das diferenças de poder econômico por meio do poder político. Mas ninguém pode arbitrar eficazmente diferenças entre o mais poderoso e o menos poderoso sem ser mais poderoso que ambos: o socialismo tem de concentrar um poder capaz não apenas de se impor aos pobres, mas de enfrentar vitoriosamente o conjunto dos ricos. Não lhe é possível, portanto, nivelar as diferenças de poder econômico sem criar desníveis ainda maiores de poder político. E como a estrutura de poder político não se sustenta no ar mas custa dinheiro, não se vê como o poder político poderia subjugar o poder econômico sem absorvê-lo em si, tomando as riquezas dos ricos e administrando-as diretamente. Daí que no socialismo, exatamente ao contrário do que se passa no capitalismo, não haja diferença entre o poder político e o domínio sobre as riquezas: quanto mais alta a posição de um indivíduo e de um grupo na hierarquia política, mais riqueza estará à sua inteira e direta mercê: não haverá classe mais rica do que os governantes. Logo, os desníveis econômicos não apenas terão aumentado necessariamente, mas, consolidados pela unidade de poder político e econômico, terão se tornado impossíveis de eliminar exceto pela destruição completa do sistema socialista. E mesmo esta destruição já não resolverá o problema, porque, não havendo classe rica fora da *nomenklatura*, esta última conservará o poder econômico em suas mãos, simplesmente trocando de legitimação jurídica e autodenominando-se, agora, classe burguesa. A experiência socialista, quando não se congela na oligarquia burocrática, dissolve-se em capitalismo selvagem. *Tertium non datur*. O socialismo consiste na promessa de obter um resultado pelos meios que produzem necessariamente o resultado inverso.

Basta compreender isso para perceber, de imediato, que o aparecimento de uma elite burocrática dotada de poder político tirânico e riqueza nababesca não é um acidente de percurso, mas a consequência lógica e inevitável do princípio mesmo da ideia socialista.

Este raciocínio está ao alcance de qualquer pessoa medianamente dotada, mas, dada uma certa propensão das mentes mais fracas para acreditar antes nos desejos do que na razão, ainda se poderia perdoar a essas criaturas que cedessem à tentação de “fazer uma fezinha” na loteria da realidade, apostando no acaso contra a necessidade lógica.

Ainda que imensamente cretino, isso é humano. É humanamente burro insistir em aprender com a experiência própria, quando fomos dotados de raciocínio lógico justamente para poder reduzir a quantidade de experiência necessária ao aprendizado.

O que não é humano de maneira alguma é rejeitar a um tempo a lição da lógica que nos mostra a

autocontradição de um projeto e a lição de uma experiência que, para redescobrir o que a lógica já lhe havia ensinado, causou a morte de 100 milhões de pessoas.

Nenhum ser humano intelectualmente são tem o direito de apegar-se tão obstinadamente a uma ideia a ponto de exigir que a humanidade sacrifique, no altar das suas promessas, não apenas a inteligência racional, mas o próprio instinto de sobrevivência.

Tamanha incapacidade ou recusa de aprender denuncia, na mente do socialista, o rebaixamento voluntário e perverso da inteligência a um nível infra-humano, a renúncia consciente àquela capacidade de discernimento básico que é a condição mesma da hominidade do homem. Ser socialista é recusar-se, por orgulho, a assumir as responsabilidades de uma consciência humana.

Citações elucidativas

Heitordepaola.com, 12 de fevereiro de 2009

Como todos os maiores jornais, revistas, canais de TV e universidades deste país acham uma questão de honra não só tratar os comunistas como pessoas de bem, mas insistem sempre em contratar algumas dúzias deles, pagando-lhes altos salários para que adornem o comunismo e sua história com as cores das mais altas virtudes morais e teologais, julguei oportuno reproduzir aqui algumas declarações típicas do pensamento comunista, para que os leitores que ainda o ignoram saibam, afinal, do que se trata:

> “Precisamos odiar. O ódio é a base do comunismo. As crianças devem ser ensinadas a odiar seus pais se eles não são comunistas.” (V. I. Lenin)

> “Somos favoráveis ao terror organizado — isto deve ser admitido francamente.” (V. I. Lenin)

> “O comunismo não é amor. É o martelo com que esmagamos nossos inimigos.” (Mao Tsé-tung)

> “O ódio intransigente ao inimigo, que impulsiona o revolucionário para além das limitações naturais do ser humano e o converte em uma efetiva, seletiva e fria máquina de matar: nossos soldados têm de ser assim.” (Che Guevara)

> “Até agora os camponeses não foram mobilizados, mas, através do terrorismo e da intimidação, nós os conquistaremos.” (Che Guevara)

> “Aos *slogans* sentimentalistas da fraternidade, opomos aquele ódio aos russos, que é a principal paixão revolucionária dos alemães. Só conseguiremos garantir a revolução mediante a mais firme campanha de terror contra os povos eslavos.” (Friedrich Engels)

> “A principal missão dos outros povos (exceto os alemães, os húngaros e os poloneses) é perecer no Holocausto revolucionário... Esse lixo étnico continuará sendo, até o seu completo extermínio ou desnacionalização, o mais fanático portador da contrarrevolução.” (Karl Marx)[1]

Diante dos feitos dessas criaturas, nem todos os observadores tiraram conclusões simpáticas como aquelas que são diariamente repassadas ao nosso público, como verdades de Evangelho, pelo *establishment* jornalístico e educacional. Vejam aqui alguns exemplos:

> “Se o que há de lixo moral e mental em todos os cérebros pudesse ser varrido e reunido, e com ele se formar uma figura gigantesca, tal seria a figura do comunismo, inimigo supremo da liberdade e da humanidade.” (Fernando Pessoa)

> “Um comunista é como um crocodilo: quando ele abre a boca, você não sabe se está sorrindo ou preparando-se para devorar você.” (Winston S. Churchill)

> “Ninguém pode ser comunista e preservar um pingo de integridade pessoal.” (Milovan Djilas)

“Comunismo é barbárie.” (James Russell Lowell)

“Eles (os comunistas) não precisavam refutar argumentos adversos: preferiam métodos que terminavam antes em morte do que em persuasão, que espalhavam antes o terror do que a convicção.” (Hannah Arendt)

“A política gnóstica (nazismo e comunismo) é autodestrutiva na medida em que seu desrespeito pela estrutura da realidade leva à guerra contínua: o sistema de guerras em cadeia só pode terminar de duas maneiras: ou resultará em horríveis destruições físicas e concomitantes mudanças revolucionárias da ordem social, ou, com a natural sucessão de gerações, levará ao abandono do sonho gnóstico antes que o pior tenha acontecido.” (Eric Voegelin)

“No meu estudo das sociedades comunistas, cheguei à conclusão de que o propósito da propaganda comunista não era persuadir, nem convencer, nem informar, mas humilhar e, para isso, quanto menos ela correspondesse à realidade, melhor. Quando as pessoas são forçadas a ficar em silêncio enquanto ouvem as mais óbvias mentiras, ou, pior ainda, quando elas próprias são forçadas a repetir as mentiras, perdem de uma vez para sempre todo o seu senso de probidade... Uma sociedade de mentirosos castrados é fácil de controlar.” (Theodore Dalrymple)

“Chegamos ao extremo limite dos horrores com o comunismo, o socialismo, o niilismo, deformidades horríveis da sociedade civil e quase a sua ruína.” (Leão XIII)

“O comunismo destitui o homem da sua liberdade, rouba sua personalidade e dignidade e remove todas as travas morais que impedem as irrupções do instinto cego.” (Pio XI)

Lógica da canalhice

O Globo, 31 de março de 2001

Quando alguém me diz que o comunismo é coisa do passado, que advertir contra ele é açoitar um cavalo morto, tenho às vezes uma certa suspeita de estar conversando com um canalha. Não que o sujeito o seja necessariamente. Mas, a rigor, somente um canalha descontaria 1,2 bilhão de pessoas que ainda vivem sob a tirania comunista como uma quantidade negligenciável, um infinitesimal no infinito. Somente um canalha desprezaria como irrelevantes os quarenta fuzilamentos mensais de mulheres chinesas (e seus respectivos médicos) que se recusam a praticar aborto. Somente um canalha se persuadiria de que, só porque meia dúzia de firmas americanas estão ganhando dinheiro em Pequim (como se já não tivessem faturado outro tanto na Rússia de Lenin), o comunismo se tornou inofensivo como um rinoceronte de pano. Somente um canalha fingiria ignorar que, após a dissolução da URSS, nenhum torcionário do KGB foi demitido, muito menos punido, e que a maior máquina de espionagem, polícia política, terror estatal e tortura institucionalizada que já existiu no universo, com um orçamento superior ao de todos os serviços secretos ocidentais somados, continua funcionando como se nada tivesse acontecido.

Somente um canalha induziria o povo a ignorar essas coisas, para que, quando a revolução que se prepara no Brasil com dinheiro do narcotráfico tomar o poder,[2] ninguém perceba estar revivendo a tragédia da Rússia, da China e de Cuba.

Não é preciso ir para o exterior. Basta olhar para o Brasil mesmo para ver a força monstruosa que o movimento comunista, seja lá com que nome for — pois, ao longo da história, mudou de nome muitas vezes, ao sabor de seus interesses do momento —, vem adquirindo a cada dia que passa. Só para dar um exemplo, a difusão de ideias comunistas nas escolas, da qual muitos brasileiros ainda nem tomaram consciência, e que outros insistem em ignorar propositadamente (entre eles o ministro da Educação),[3] já passou da fase de simples “doutrinação” para a do direto e franco estupro das consciências. Em milhares de escolas oficiais, professores pagos com dinheiro público usam de sua influência e de seu poder não apenas para instaurar o culto de líderes genocidas e o mito da democracia socialista, mas para intimidar e punir qualquer criança que não consinta em repetir seu

discurso magistral. A mais leve divergência, às vezes a simples dúvida, sujeita o aluno ao constrangimento diante dos colegas, incutindo nele o temor pelo futuro da sua carreira escolar e profissional. Meus próprios filhos passaram por isso, e recebo mensalmente dezenas de e-mails com relatos de situações similares. Chamar a isso "propaganda", "doutrinação", é brandura terminológica de quem não quer ver a gravidade do que se passa. E o que se passa é que o terrorismo psicológico já impôs seu domínio sobre os corações infantis, preparando-os para aceitar, como coisa normal, inevitável e até boa, um governo de assassinos e psicopatas como aquele que ainda vigora em Cuba e que já vigora nas regiões sob o domínio das Farc.

Em face disso, os brasileiros reagem... encobrindo fatos com palavras, amortecendo a consciência do perigo mediante chavões soporíferos, exibindo aquele ar de calma fingida que trai o medo, o pavor de encarar a realidade. Direi que isso é ingenuidade? Não. A ingenuidade não tem a astúcia verbal requerida para tamanho autoengano.

Um leitor, todo empombado de falsa ciência, me escreve que o comunismo não foi mais violento do que as guerras de religião, o Santo Ofício, a queima de bruxas ou a Noite de São Bartolomeu. Com aquele ar sabe-tudo de professorzinho de ginásio, cita o horror de Montaigne ante a crueldade das guerras civis de seu tempo e conclui que "a violência sempre esteve presente nas diferentes fases da história". Nada como uma frase feita para um brasileiro brilhar falando do que não sabe. Nada como um belo chavão para igualar, numa pasta verbal uniforme, as mais prodigiosas diferenças. A Inquisição espanhola, o tribunal mais cruel de que se teve notícia antes do século XX, matou 20 mil pessoas ao longo de quatro séculos. O governo leninista completou cifra idêntica em poucas semanas. Ademais, quase todos os exemplos de crueldade em massa observados ao longo da história se deram por ocasião de guerras, seja entre Estados, tribos ou grupos religiosos. A repressão soviética foi o primeiro caso de violência estatal permanente contra cidadãos desarmados, em tempo de paz. O exemplo proliferou. Quando os alemães começaram a enviar judeus a Auschwitz, 20 milhões de russos já tinham sido mortos pelo governo soviético. Mesmo ao término da sua obra macabra, em 1945, o nazismo, com toda a máquina genocida montada para esse fim, não tinha conseguido igualar a produtividade da indústria soviética da morte.

Sob qualquer aspecto que se examine, o socialismo não é de maneira alguma uma ideia decente, que se possa discutir tranquilamente como alternativa viável para um país, ou que se possa, sem crime de pedofilia intelectual, incutir em crianças nas escolas. É uma doutrina hedionda, macabra, nem um pouco melhor que a ideologia nazista, e que, para cúmulo de cinismo, ainda ousa falar grosso, em nome da moral, quando condena os excessos e violências, incomparavelmente menores, que seus adversários cometeram no afã de deter sua marcha homicida de devoradora de povos e continentes.

Tão logo aceitamos a lógica infernal da sua propaganda, obscurecemos nossa inteligência, perdemos o senso da verdade e o senso das proporções. Perdemos até o senso do antes e do depois. Incutem-nos, por exemplo, a noção de que a guerrilha brasileira foi a única saída que lhes foi deixada pelo governo repressor que, em 31 de março de 1964, fechou todas as portas à oposição legal. Mas como pode ter sido isso, se a guerrilha começou em 1961, sempre dirigida e financiada desde Cuba? Dizem-nos que a "Operação Condor" foi uma conspiração internacional entre ditaduras, para sufocar movimentos pacíficos e democráticos. Mas como pode ter sido isso, se a tal operação só surgiu tardiamente, em resposta ao movimento armado tricontinental, dirigido desde Havana e financiado com dinheiro soviético? Mediante as lições dos mestres socialistas, desaprendemos até o senso instintivo da ordem temporal dos fatos.

Acreditar nessa gente, ainda que por breves instantes, é desmantelar o próprio cérebro, é destruir em nossas almas a capacidade para as distinções mais elementares e autoevidentes. Por isso já não tenho mais paciência com pessoas que consentem que seus filhos sejam submetidos a esse tipo de estupidificação. Por um tempo, imaginei que fossem apenas idiotas, covardes ou preguiçosos. Mas a

idiotice, a covardia e a preguiça têm limites: ultrapassado um certo ponto, transformam-se na modalidade mais requintada e sutil de canalhice.

2. SOCIALISMO x CAPITALISMO

Ainda a canalhice

O Globo, 7 de abril de 2001

Quando se fala dos 100 milhões de vítimas do socialismo, isto se refere a pessoas assassinadas de propósito, por ordem de governantes, em tempo de paz. São "inimigos de classe" liquidados mediante fuzilamentos, enforcamentos, espancamentos, torturas várias e inanição forçada. São vítimas de genocídio deliberado. Seu número não inclui nem soldados mortos em combate, nem vítimas civis da guerra ou de crimes comuns, nem muito menos taxas de mortalidade infantil ou cálculos de diminuição da expectativa de vida média por conta da ineficácia econômica do socialismo. Se incluísse, o total, na mais modesta das hipóteses, duplicaria. Mas, mesmo sem isso, 100 milhões já bastam para tornar o socialismo, desde o simples ponto de vista quantitativo, um flagelo mais mortífero que duas guerras mundiais somadas, mais todas as epidemias e terremotos deste e de vários séculos.

Quando, nada tendo a opor à realidade brutal desses dados, o propagandista do socialismo quer aliviar a má impressão desviando os olhos do público para os "horrores do capitalismo", ele não encontra aí nada de parecido. Nem Gulag,[4] nem fuzilamentos em massa, nem expurgos, nem guardas vermelhos a retirar professores de suas cátedras para espancá-los até a morte. Que artifício lhe resta, então, senão apelar à duplicidade de pesos e medidas para ajustar o resultado do cálculo ao efeito publicitário premeditado? Então ele atribuirá às democracias ocidentais a culpa pelas guerras iniciadas por governos totalitários, nivelará moralmente o genocídio premeditado com os efeitos imprevistos de políticas econômicas, fará do governo de Washington o autor intencional das mortes de famintos em países submetidos a regimes estatistas e socializantes da Ásia, da África e da América Latina, onde o capitalismo mal chegou a entrar, e por fim debitará na conta dos governos capitalistas todos os feitos de assaltantes, estupradores, *serial killers* e delinquentes em geral.

Ao perceber que tudo isso ainda não basta para completar a cifra desejada e que a manobra inteira já começa a soar inconvincente, apelará ao derradeiro subterfúgio: negar o valor dos números, abolindo, num golpe de caneta, a diferença entre o assassino de uma só vítima e o assassino de milhões, diferença que minutos antes, quando imaginava poder usá-la contra o capitalismo, ele mesmo enfatizava aos berros. Então, matar os trezentos assassinos de duzentos policiais e soldados, no Brasil, terá se tornado crime tão hediondo quanto fuzilar, em Cuba, 17 mil dissidentes civis desarmados. Revidar o ataque de tropas armadas, numa guerra civil, será tão abominável quanto retirar de suas casas, na calada da noite, dezenas de milhões de cidadãos inermes, para os fuzilar e jogar na vala comum.

Depois de todos esses cortes, enxertos e suturas, não há realidade que resista. A imagem do capitalismo aí fica, sim, pelo menos tão má quanto a do socialismo. Talvez até um pouco pior.

Mas qualquer palavra mais doce do que canalhice, que eu empregasse para qualificar esse gênero de discurso, me tornaria indigno da condição de escritor; indigno, a rigor, da simples identidade funcional de jornalista. Pois, se há uma obrigação elementar do jornalista, é a de dar aos fenômenos que descreve a justa proporção que têm na realidade. E não há um só tratado sobre a arte da argumentação, de Aristóteles e Quintiliano até Schopenhauer e Chaim Perelman, que não exclua da

arte retórica, mãe do jornalismo, o uso daquele tipo de expedientes maliciosos, relegando-os ao lixo da erística, a arte de ludibriar o público, a retórica prostituída dos intrujões e dos canalhas.

Chamá-los canalhas não é, nem de longe, a expressão de um sentimento pessoal. É a justa e exata aplicação de um juízo consagrado entre os mestres da arte da argumentação. É o reconhecimento objetivo da intromissão de um linguajar fraudulento que, se não pode ser eliminado das arengas de arruaceiros e demagogos, deve ser banido, sem complacência, de todo debate que se pretenda intelectualmente respeitável.

Isso é requisito preliminar, independente, mesmo, do mérito das questões em disputa. Mas, no caso presente, se há algo comparável à vileza dos procedimentos argumentativos usados para igualar o inigualável, é a feiura moral da causa a que sacrificam a sua honradez intelectual os que a tanto se prestam.

As dimensões do mal que eles pretendem ocultar são tão colossais, ultrapassam de tal modo as medidas do humanamente concebível, que a Igreja, em sentenças papais proferidas *ex cathedra*, definiu o fenômeno como intrinsecamente diabólico, condenando à excomunhão automática qualquer católico que, por palavras, atos ou omissões, colaborasse com o monstruoso empreendimento.

No entanto, não falta quem se escandalize diante dessa sentença papal mais que diante da imensidão do próprio crime que condena. Onde já se viu, dirão, diabolizar assim as pessoas? Feio, no sentimento de quem assim fala, não é matar 100 milhões de seres humanos. Feio é aliviar, por piedade, as culpas dos criminosos, atribuindo a autoria de seus feitos ao demônio. Feio não é Pol-Pot, não é Stalin, não é Mao, não é Fidel. Feio é o Papa que, vendo-os conduzidos pelo demônio como bonecos, joga as culpas deles sobre o tentador e implora a Deus que os perdoe porque não sabem o que fazem.

É assim que, na imaginação dos que se dizem bem-intencionados, o crime se converte em mérito, e o perdão em crime.

Admito que a visão do mal, nas proporções com que surge no fenômeno socialista, é em si mesma estupefaciente — o bastante para que a alma vacilante, diante dela, dificilmente resista à tentação de negar a realidade, como os olhos do poeta, diante da “sangre derramada” de seu amigo Ignacio Sanchez, gritavam desesperados: “*No! Yo no quiero verla!*”

Admito que a fraqueza humana, para se defender instintivamente da atração hipnótica do mal, prefira negá-lo.

Mas a ignorância voluntária é, já, a vitória do mal.

Confronto de ideologias?

Época, 24 de março de 2001

Se você quer avaliar a extensão do domínio hipnótico que os cacoetes marxistas ainda exercem sobre o sistema neuronal de pessoas que se supõem imunes a qualquer contaminação de marxismo, basta ver que estas, quando argumentam em favor do capitalismo, admitem colar na própria testa o rótulo de defensores de uma determinada “ideologia”.

Uma ideologia é, por definição, um simulacro de teoria científica. É, segundo a correta expressão do próprio Marx, um “vestido de ideias” que encobre interesses ou desejos. Ao aceitar definir-se na linguagem de seu adversário, o liberal moderno assume o papel que ele lhe impõe: confessa-se porta-voz dos interesses dos ricos. Que a confissão seja falsa não a torna menos eficaz. Transferida do confronto objetivo das doutrinas para o terreno da concorrência de interesses, a luta parece opor agora o explorado ao explorador. Por elegante que seja a argumentação deste último, ele estará condenado a personificar sempre o malvado da história.

Descrever o confronto entre capitalismo e socialismo como "luta de ideologias" é aceitar um jogo viciado, no qual um dos lados dita as regras, dá as cartas e predetermina o desenlace.

O capitalismo não é uma ideologia. É um sistema econômico que existiu e provou suas virtudes desde dois séculos antes que alguém se lembrasse de formulá-lo em palavras. E o primeiro que esboça essa formulação, Adam Smith, não é de maneira alguma um ideólogo, um inventor de símbolos retóricos para construir futuros no ar em favor de tais ou quais ambições de classe. É um homem de ciência em toda a extensão do termo, esboçando hipóteses para descrever e explicar uma realidade existente. O socialismo, em contrapartida, milênios antes de existir sequer como estratégia política concreta, já tinha seus ideólogos, seus embelezadores de enganos, seus estilistas de interesses de grupos ressentidos e ambiciosos. Por isso, o confronto de socialistas e liberais não opõe ideologia a ideologia: a defesa do socialismo é sempre a autoatribuição ideológica dos méritos imaginários de um futuro possível; a do capitalismo é sempre a análise científica de processos econômicos existentes e dos meios objetivos de aumentar sua eficiência. Malgrado tudo quanto se possa alegar contra ele sob outros aspectos (e eu mesmo não tenho deixado de alegá-lo), o capitalismo não somente gerou riquezas incalculáveis, mas pôs em ação os meios práticos de distribuí-las ao povo e criou instituições como a democracia parlamentar, a liberdade de imprensa, os direitos humanos, ao passo que o socialismo só o que fez até hoje foi prometer um futuro melhor ao mesmo tempo que reintroduzia o trabalho escravo banido pelo capitalismo, suprimia todos os direitos civis e políticos conhecidos, reduzia mais de 1 bilhão de pessoas a uma angustiante miséria e, para se sustentar no poder, recorria a meios de uma crueldade quase impensável, como por exemplo a empalação e o esfolamento de prisioneiros — um recurso muito usado durante o governo de Lenin.

O capitalismo não é uma ideologia — é uma realidade continuamente aperfeiçoada pela ciência. Ideologia é o socialismo — o vestido de ideias que encobre as ambições sociopáticas[5] de semi-intelectuais ávidos de poder.

E uma prova a mais de que isso é assim poderá ser dada por eventuais reações socialistas a este artigo, as quais, como todas as contestações a meus artigos anteriores, não conseguirão, e aliás nem tentarão, impugnar a veracidade de nenhuma de suas afirmações, mas se limitarão a expressar descontentamento e revolta contra sua publicação.

A vitória do fascismo

O Globo, 26 de julho de 2003

Tom Jobim dizia que no Brasil o sucesso é um insulto pessoal. Sem querer, explicava assim a ampla aceitação da ideologia socialista entre nós. Para o cidadão normal de uma democracia, o êxito de quem quer que seja é resultado do talento e da sorte. Para frustrados e invejosos embriagados de mitologia socialista, é o efeito de uma planificação maligna das classes dominantes, o produto diabólico de uma máquina de exclusão social inventada e controlada por astutos engenheiros sociais burgueses.

Na imaginação socialista, os capitalistas não fazem outra coisa senão reunir-se na calada da noite para premeditar a ruína dos pobres. Para isso, criam todo um aparato ideológico de "reprodução" dos padrões sociais existentes, contratando intelectuais e técnicos para estudar meios de não deixar mais ninguém subir na vida.

O capitalismo, nesse sentido, é uma sociedade administrada, um mecanismo racional calculado nos seus mínimos detalhes para bloquear o progresso social.

Só que, após ter descrito e acusado essa máquina com requintes de análise corrosiva, no instante

seguinte o socialista aparece condenando a “anarquia do mercado” e fazendo a apologia da economia planejada como solução para todos os males...

Já tenho me perguntado como é possível uma criatura mudar de discurso tão radicalmente, sem nem perceber que se contradiz. Cinismo ou inconsciência? Maquiavelismo ou burrice?

Observem a rigidez da disciplina no PT ou no MST, e obterão a resposta. O militante socialista ou comunista sacrifica tudo à hierarquia partidária, mesmo a moralidade, mesmo as exigências mais íntimas da consciência pessoal. É natural que projete essa conduta sobre a fisionomia do inimigo, concebendo-a à sua própria imagem e semelhança. Mas toda fantasia projetiva é necessariamente paradoxal; é ao mesmo tempo direta e inversa. De um lado, o capitalismo aparecerá, aos olhos do socialista, como uma hierarquia maquinal análoga à do seu partido, apenas com signo ideológico oposto. De outro, a atmosfera partidária, com aquele seu unanimismo que dá a cada um dos militantes um sentimento tão vivo de participação, de proteção mútua, de “comunidade solidária”, é vivenciada como o embrião de sociedade ideal, em contraste com a qual a realidade do capitalismo aparecerá como pura confusão e lei da selva.

Basta olhar o capitalismo diretamente, sem o viés projetivo da disciplina socialista, para ver que não é nem uma coisa nem a outra, mas apenas a integração de várias premeditações parciais — os cálculos dos vários interesses privados — num ambiente geral frouxamente atado pelas regras da convivência democrática.

Mas a ideia mesma de “regra” tem sentido diferente para socialistas e capitalistas. Numa democracia capitalista, as regras do jogo são fixas, ao passo que as finalidades gerais do esforço social vão mudando conforme as inclinações da opinião pública a cada momento. Numa sociedade socialista — ou nos partidos que lutam por ela — é o contrário: as finalidades são constantes, cristalizadas no símbolo utópico do “ideal”, e as regras do jogo é que mudam segundo as conveniências estratégicas e táticas vislumbradas pelos líderes em cada etapa da luta.

Por isso é tão difícil um socialista compreender o capitalismo quanto um homem formado nas regras do capitalismo entender a mentalidade socialista. Este último tentará explicar a conduta socialista pela racionalidade de interesses econômicos, acreditando que tais ou quais vantagens obtidas no caminho aplacarão os ódios e as ambições da militância *enragée*. O segundo enxergará o capitalismo por meio de uma grade de fantasias projetivas macabras, e acabará acusando a classe burguesa de ser ao mesmo tempo uma maçonaria racionalmente organizada para saquear o mundo e um aglomerado caótico de egoísmos incapazes de organizar-se.

Não espanta que toda tentativa de fusão entre capitalismo e socialismo resulte numa contradição ainda mais funda: quando os socialistas desistem da estatização integral dos meios de produção e os capitalistas aceitam o princípio do controle estatal, o resultado, hoje em dia, chama-se “terceira via”. Mas é, sem tirar nem pôr, economia fascista. De um lado, burgueses cada vez mais ricos, mas — como dizia Hitler — “de joelhos ante o Estado”. De outro, um povo cada vez mais garantido em matéria de alimentação, saúde, habitação etc., mas rigidamente escravizado ao controle estatal da vida privada.

Também não espanta que os socialistas, não entendendo o capitalismo, procurem descrevê-lo com a fisionomia hedionda do fascismo, que, por afinidade, entendem perfeitamente bem. E muito menos espanta que, abominando então o capitalismo como uma espécie de fascismo, acabem sempre lutando em favor de reformas econômicas e políticas que o transformarão exatamente nisso. Como a economia socialista em sentido integral é inviável, como nunca se chega lá, e como por outro lado os burgueses raramente têm fibra para resistir à investida socialista contra o liberal-capitalismo, o resultado é sempre o mesmo: a vitória do fascismo.

A única diferença entre as economias fascistas dos anos 1930 e a de agora é que aquelas eram de escala nacional e, para impor-se, recorreram muito logicamente a um discurso carregado de mitologia

patrioteira e racista. A de hoje é mundial, devendo portanto usar de pretextos simbólicos que, ao contrário, sirvam para dissolver as identidades nacionais e os valores morais e religiosos a elas associados. Daí o pacifismo, o feminismo, o multiculturalismo, o desarmamentismo civil, o casamento gay etc.

Ideologia, já definia o velho Karl Marx, é um "vestido de ideias" em torno de objetivos que nada têm a ver com ideias. Hitler confessava, em privado, não acreditar nem um pouco na discurseira racista que usava para infundir nos alemães um sentimento de ódio travestido de amor à justiça. Os próceres do globalismo progressista também não acreditam no besteirol politicamente correto que injetam nas massas de militantes idiotizados. Tanto quanto o comunismo e o fascismo de velho estilo, o "socialismo democrático" ou "terceira via" de hoje é um compactado de maus sentimentos numa embalagem de belas palavras.

Notas

1. N. do Org.: E mais: “As classes e raças, demasiado fracas para dominar as novas condições de vida, devem sucumbir” (Karl Marx, *New York Daily Tribune*, 22 de maio de 1853). “Não temos compaixão e não lhe pedimos compaixão alguma. Quando chegar nossa vez, não inventaremos pretextos para o terror” (Karl Marx, *Neue Rheinische Zeitung*, 19 de maio de 1849).

2. N. do Org.: Note-se que o texto é de 2001, mais de um ano e meio antes de Lula ser eleito presidente pela primeira vez.

3. N. do Org.: O ministro da Educação em 2001 — ano de publicação deste artigo — era Paulo Renato Souza, que ocupou o cargo entre janeiro de 1995 e janeiro de 2003.

4. N. do Org.: Sigla em russo para “Administração Geral dos Campos de Trabalho Correcional e Colônias” e símbolo da tirania de Stalin na União Soviética, o Gulag era um sistema de campos de trabalhos forçados para presos comuns e sobretudo presos políticos, incluindo qualquer cidadão que se opusesse ao regime comunista do país. Para um relato estarrecedor de um sobrevivente dos gulags, ver Alexander Soljenítsin, *Arquipélago de Gulag*, Livraria Bertrand, 1975.

5. N. do Org.: O autor utiliza a expressão “sociopata” (e suas variações) com o mesmo sentido de “psicopata” (e suas variações correspondentes).

MILITÂNCIA

1. ESPIRITUALIDADE x FANATISMO

A escolha fundamental

O Globo, 12 de agosto de 2000

Para o cristianismo, o judaísmo, o islamismo e todas as tradições espirituais do mundo, cada vida humana tem um propósito, um sentido, que permanece amplamente invisível às pessoas em torno, que para o próprio indivíduo só se revela aos poucos, e que só se esclarecerá por completo quando essa vida, uma vez encerrada, puder ser medida na escala da suprema perfeição, da suprema sabedoria, da suprema santidade. Essa escala é essencialmente a mesma para todas as épocas e lugares, e se torna conhecida pelos exemplos dos santos e profetas — no cristianismo, o exemplo do próprio Deus encarnado. O problema humano fundamental é descobrir o meio de cada um se aproximar desse ideal unitário através da variedade de suas expressões simbólicas e doutrinais, bem como das contradições e mutações da vida mesma.

Para as modernas ideologias revolucionárias, a vida individual não tem nenhum sentido e só adquire algum na medida da sua participação na luta pela sociedade futura. É a consecução desse objetivo que servirá de medida para a avaliação dos atos individuais. Atingida a meta, tudo o que tenha concorrido para "apressá-la", mesmo o pecado, a fraude, o crime e o genocídio, será resgatado na unidade do sentido final e portanto considerado bom. O que contribua para "atrasá-la" será mau. O mal e o bem resumem-se, em última análise, no "reacionário" e no "progressista". No entanto, como não há prazo predeterminado para o desenlace salvador, o "apressar" e o "atrasar" têm sentidos ambíguos, que se alternam conforme as contradições do movimento histórico. Um déspota, um tirano, o suprassumo do reacionarismo para seus contemporâneos, pode se tornar retroativamente progressista caso se descubra que contribuiu, *malgré lui*, para acelerar um processo que desconhecia por completo. Numa outra fase, o julgamento pode inverter-se, conforme as novas interpretações de "atraso" e "aceleração" pertinentes no momento. Luís XIV, Ivan "o Terrível", Robespierre ou Stalin já passaram várias vezes do céu para o inferno e vice-versa.

Os modelos de conduta do homem espiritual formam um panteão estável, um patrimônio civilizacional adquirido, onde cada indivíduo pode buscar a inspiração que o habilite a agir bem, independentemente das convicções reinantes na sua época e no seu meio, ao passo que os modelos do revolucionário são entidades móveis que nada valem sem a aprovação do consenso contemporâneo. Joana d'Arc e Francisco de Assis puderam ser santos contra a autoridade coletiva. Mas ninguém pode fazer a revolução contra o consenso revolucionário.

Na perspectiva espiritual, a meta da existência é cada um buscar sua perfeição na vida de agora, fazendo o bem a pessoas de carne e osso que podem lhe responder e julgá-lo, dizendo se foi um bem de verdade ou um falso bem que só lhes trouxe o mal. Na ótica revolucionária, o que importa é "transformar o mundo" e beneficiar as gerações futuras, pouco importando o mal que isto custe à geração atual. O destinatário do bem está portanto ausente e não pode julgá-lo, exceto através de seus autonomeados representantes, que são precisamente aqueles mesmos autonomeados benfeitores.

Na visão tradicional, os exemplos de perfeição são muitos e sua conduta está meticulosamente registrada nos livros sacros e nos depoimentos dos crentes. Já a sociedade perfeita nunca existiu e o único modelo à nossa disposição é uma hipótese futura, cuja descrição idealizada é em geral muito vaga e alegórica, quando não completamente evasiva.

"Tudo o que sobe, converge", dizia Teilhard de Chardin. O estudo das religiões comparadas mostra a profunda unidade e coerência das grandes tradições no que diz respeito às virtudes essenciais. Por

isto os profetas judeus são modelos de perfeição para os cristãos, os sábios hindus para os muçulmanos, e assim por diante. Já na esfera revolucionária, quanto mais um homem encarne a sua própria ideologia com perfeição, como Lenin e Stalin, Hitler e Mussolini, tanto mais ele se torna odioso e abominável aos seguidores de outros partidos. No máximo pode haver entre eles a mútua admiração invejosa de quem desejaria apropriar-se dos talentos do inimigo para mais facilmente poder destruí-lo. Não há virtude fora da fidelidade partidária.

As virtudes do homem espiritual são explícitas e definidas, têm um conteúdo conceitual identificável: piedade, generosidade, sinceridade etc. As do revolucionário são ocasionais, utilitárias e instrumentais. Na terminologia de Max Scheler, a ética do religioso é “material”, visa a condutas e atos específicos; a do revolucionário é “formal”, reduz-se a uma equação genérica de fins e meios. Por isso o homem espiritual, conhecendo o conceito da conduta certa, pode se guiar a si mesmo, fazendo o bem de acordo com a sua consciência sem ter de seguir ninguém. Já o revolucionário só pode estar na conduta certa quando age de acordo com a “linha justa” do movimento revolucionário tal como esta é formulada, a cada etapa, pela liderança e pelas assembleias. A possibilidade de conduta independente é aí nula e autocontraditória.

Não existe a mínima possibilidade de acordo entre as éticas das grandes tradições espirituais e a mentalidade revolucionária de qualquer espécie que seja. Um dia cada homem terá de escolher. Aqueles que escamoteiam a fatalidade inescapável dessa escolha, buscando embelezar as ideologias revolucionárias com frases copiadas das tradições espirituais, fazem isso porque, na verdade, já escolheram. Como dizia Simone Weil, estar no inferno é imaginar, por engano, que está no céu.

Psicologia do fanatismo

Jornal da Tarde, 21 de novembro de 2002

Victor Frankl descrevia o fanático por dois traços essenciais: a absorção da individualidade na ideologia coletiva e o desprezo pela individualidade alheia. “Individualidade” é a combinação singular de fatores que faz de cada ser humano um exemplar único e insubstituível. Há individualidades mais e menos diferenciadas. Quanto mais diferenciadas, menos podem ser reduzidas a tipicidades gerais e mais requerem a intuição compreensiva da sua fórmula pessoal. Isto se observa, mais nitidamente, na obra dos grandes artistas e filósofos, para não falar dos santos e profetas. É só de maneira parcial e deficiente que a personalidade criadora se enquadra em categorias gerais como “estilo de época”, “ideologia de classe” etc., que os cientistas sociais inventaram para falar de médias humanas indistintas, mas que o estudioso medíocre insiste em aplicar como camisas de força a tudo o que vá além da média.

Nessa insistência já se manifesta, em forma disfarçada e socialmente prestigiosa, o fanatismo definido por Frankl. Boa parte da “ciência social” de hoje não é senão o recorte das individualidades segundo a medida da mediocridade-padrão. Antonio Gramsci, que limitava o papel dos seres humanos ao de agentes ou pacientes da luta de classes — excluindo os incatalogáveis como aberrações ou como resíduos arqueológicos de etapas anteriores da mesma luta —, foi, nesse sentido, um gênio da mediocridade e um codificador-mor do fanatismo. A palavra “fanático”, aplicada ao fundador do PCI, parecerá insultuosa e inaceitável aos que, como bons medíocres, só entendem “fanatismo” na acepção vulgar e quantitativa da exaltação frenética. O verdadeiro fanatismo, ao contrário, é inteiramente compatível com a serenidade do tom e enverga, não raro, convincentes sinais de “moderação”. O fanático não precisa ser irritadiço, nervoso ou hidrófobo. Apenas, está tão afinado com a ideologia coletiva que ela basta como canal para a expressão de seus sentimentos, vivências e aspirações, sem

nada sobrar daquele hiato, daquele abismo que o homem diferenciado vê abrir-se, com frequência, entre seu mundo interior e o universo em torno. Ele pensa e sente com o partido, ama e odeia com o partido, quer com o partido e age com o partido. Tudo o que no seu ser escape dessa bitola é desimportante ou doente. Nossa época e nosso país acrescentaram a isso um trejeito grotesco que assinala a última rendição da alma: o militante enxerta a sigla da agremiação no seu nome de batismo, tornando-se "Joãozinho do PT", "Mariazinha do PT". Nem o velho Partidão chegou a tanto. A filiação partidária já não é a simples aprovação crítica e condicional que a personalidade autônoma dá a certas ideias políticas: tornou-se o fator estruturante e a essência vivificadora da personalidade mesma, que sem ela tombaria como um saco vazio. A função nomeante e definidora, antes reservada às famílias, às profissões e às regiões, cabe agora ao partido.

Ao mesmo tempo, a filiação dá ao fanático uma localização e um ponto de apoio no espaço externo: pela ideologia coletiva ele se integra tão bem no mundo que nunca se sente isolado e estranho senão pelo curto intervalo de tempo necessário a reconquistar o sentido da sua missão partidária e de seu lugar na história, jogando fora com desprezo o momento de "morbidez". Jamais deslocado neste mundo, ele não aspira a nenhum transmundo senão sob a forma de um futuro cronológico a ser realizado neste mesmo plano de existência. Nada o arraiga mais profundamente na temporalidade, no histórico, do que sua rejeição do presente, contra o qual brada: "Um outro mundo é possível", querendo dizer, precisamente, que se trata deste mesmo mundo, tão logo subjugado pelo seu partido. Kant, com ironia involuntária, denominava o espírito da revolução "sabedoria mundana". A compressão do infinito no finito não poderia ser mais explícita do que no verso do poeta comunista Paul Éluard: "Há outros mundos, mas estão neste." Não poderia? Poderia. Gramsci já apregoava "a total mundanização do pensamento". O fanático, nesse sentido, é desprovido daquela solidão, daquela profundidade, daquela tridimensionalidade próprias dos que "estão no mundo, mas não são do mundo". Ele, ao contrário, pode "não estar" no mundo, mas, com toda a intensidade do seu ser, "é" do mundo.

Num próximo artigo mostrarei como isso torna o fanático incapaz de perceber a individualidade alheia.

Ainda o fanatismo

Jornal da Tarde, 5 de dezembro de 2002

O segundo traço da personalidade fanática, assinalado por Victor Frankl, é o desprezo pela individualidade alheia.

A estrutura da individualidade manifesta-se antes de tudo como hierarquia de metas vitais, diversa em cada ser humano. O que é essencial para um é secundário para outro. Mas todas as metas refletem, de algum modo, algum valor universal, que pode ser reconhecido e apreciado por quem não as compartilhe. Não quero necessariamente para mim o que você quer para você, mas reconheço que querê-lo é bom para você. O homem que deseja a riqueza aprecia o que busca o conhecimento, este respeita o que busca a perfeição artística, a felicidade no casamento, o sucesso político etc. Um mesmo homem pode, de modo simultâneo ou sucessivo, perseguir objetivos diversos, cada um deles traduzindo, na situação do momento, os mesmos valores de base. Para o fanático, só há um objetivo autêntico: as metas do seu partido ou seita. As outras nada valem em si mesmas, tornando-se boas ou más conforme se ajustem ou se afastem daquelas. Digamos, por exemplo, a caridade. Para quem a cultue, é, por si, a meta, o valor e o critério supremo das ações. Para o esquerdista fanático, é um símbolo inócuo, que adquire valor positivo ou negativo conforme seu uso político. Num momento

pode ser condenada como ilusão individualista burguesa, noutro enaltecida como virtude máxima do cidadão, conforme apareça como alternativa autônoma ou como prática social integrada na estratégia de esquerda, como aconteceu com a "campanha do Betinho".

Se, no entanto, você insiste em reafirmar seus próprios critérios, independentemente do serviço ou desserviço que prestem às metas políticas que ele tem em vista, o fanático tem de ignorar você como irrelevante ou enquadrá-lo como inimigo. Reconhecer seus objetivos vitais como independentes, ah!, isto não. Nunca. Esse reconhecimento equivaleria a fazer do sacrossanto ideal político que cultua um simples valor vital entre outros, e isto é precisamente o que não pode admitir de jeito nenhum. Daí que ele seja incapaz de compreender os outros nos próprios termos deles. Ele tem de traduzi-los na linguagem do seu próprio ideal, isto é, reduzi-los a amigos ou inimigos do partido, e julgá-los em função disso, por menos que caibam nesse molde pré-fabricado.

Eric Voegelin, quando jovem, não era a favor nem contra o racismo. Era a favor da ciência histórica. Estudou a história da ideologia racista e, tendo concluído que não tinha nada a ver com a realidade biológica das raças, publicou essa conclusão num livro. Mas, para os nazistas, a ciência histórica não era um critério autônomo admissível. A história tinha de ser a favor do partido ou contra ele. No dia seguinte, a Gestapo estava no encalço de Eric Voegelin.

Boris Pasternak não era a favor nem contra o socialismo. Era a favor da boa poesia lírica, da expressão genuína dos sentimentos humanos. Mas, para o fanático socialista, isso não vale como critério autônomo. A poesia lírica, se não serve ao socialismo, serve aos inimigos do socialismo. Pasternak foi condenado à prisão como inimigo do Estado soviético.

O que o fanático nega aos demais seres humanos é o direito de definir-se nos seus próprios termos, de explicar-se segundo suas próprias categorias. Só valem os termos dele, as categorias do pensamento partidário. Para ele, em suma, você não existe como indivíduo real e independente. Só existe como tipo: "amigo" ou "inimigo". Uma vez definido como "inimigo", você se torna, para todos os fins, idêntico e indiscernível de todos os demais "inimigos", por mais estranhos e repelentes que você próprio os julgue. Eu, por exemplo, já fui catalogado pelos esquerdistas como parceiro ideológico do sr. Lyndon LaRouche, que por sua vez me considera um porta-voz de tudo o que ele abomina. Haverá como explicar a ele ou a eles que não tenho nada a ver com isso?

As intenções pessoais da vítima, aí, desaparecem por completo. Se, por exemplo, você é contra o socialismo por motivos morais e filosóficos que nada têm a ver com o interesse das "classes dominantes" que o socialista diz combater, pouco importa: para ele, você é um ideólogo das classes dominantes. E, se você responde que o que está em jogo para você é algo de completamente diverso, nem lhe dá ouvidos: você já está catalogado, e catalogá-lo é o máximo de gentileza que ele pode conceder a alguém que, aos olhos dele, só serve precisamente para isso.

2. MODELOS x CONDUTAS

Causas sagradas

Diário do Comércio, 17 de janeiro de 2012

É um impulso natural do ser humano evadir-se da estreiteza da rotina pessoal e familiar para aventurar-se no universo mais amplo da história, onde sente que sua vida se transcende e adquire um "sentido" superior. A maneira mais banal e tosca de fazer isso, acessível até aos medíocres, incapazes e pilantras, é a militância num partido ou numa "causa", isto é, em algum egoísmo grupal embelezado de palavras pomposas como "liberdade", "igualdade", "justiça", "patriotismo", "moralidade" ou

"direitos humanos". Essas palavras podem representar algum valor substantivo, mas não quando o indivíduo adquire delas todo o valor que possa ter, em vez de preenchê-las com sua própria substância pessoal. A mais criminosa ilusão da modernidade foi persuadir os homens de que podem enobrecer-se mediante a identificação com uma "causa", quando na verdade todas as causas, enquanto nomes de valores abstratos, só adquirem valor concreto pela nobreza dos homens que a representam. O fundo da degradação se atinge quando algumas "causas" são tão valorizadas que parecem infundir virtudes, automaticamente, em qualquer vagabundo, farsante ou bandido que consinta em representá-las. A palavra mesma "virtude" provém do latim *vir*, *viri*, que significa "varão", designando que é qualidade própria do ser humano individual e não de ideias gerais abstratas, por mais lindos e atraentes que soem os seus nomes.

Não há maior evidência disso do que o próprio cristianismo, o qual, antes de ser um "movimento", uma "causa", uma instituição ou mesmo uma doutrina, foi uma pessoa de carne e osso, a pessoa de Nosso Senhor Jesus Cristo, da qual, e unicamente da qual, tudo o que veio depois na história da Igreja adquire qualquer validação a que possa aspirar.

Quando tomada como medida máxima ou única de aferição do bem e do mal, a "causa" adquire o prestígio das coisas sagradas e se torna objeto de alienação idolátrica. Ora, em maior ou menor medida isso acontece com todas, absolutamente todas as causas políticas, sociais e econômicas do mundo moderno, sem exceção. O comunismo, o fascismo, o feminismo, a negritude, o movimento gay, às vezes o próprio liberalismo ou, em escala menor e local, o petismo, não admitem virtude maior que a de aderir à sua causa, nem pecado mais hediondo que o de combatê-la. Para os militantes, "bom" é quem está do seu lado, "mau" quem está contra. É um julgamento de última instância, contra o qual não se pode alegar, nem como atenuante, qualquer valor mais universal encarnado numa pessoa concreta. Embora todos esses movimentos sejam historicamente localizados, não fazendo sentido fora de um estrito limite cronológico, os julgamentos morais baseados neles vêm com uma pretensão de universalidade atemporal, abolindo até mesmo o senso da relatividade cultural: para as feministas *enragées*, a autoridade do macho é odiosa em qualquer época, mesmo naquelas em que a dureza das condições econômicas, os perigos naturais e a ameaça das guerras constantes tornavam impensável qualquer veleidade de igualitarismo sexual.

Mais ainda: o esforço desenvolvido em público a favor da "causa" é um critério tão absoluto e definitivo de julgamento, que, uma vez atendido, dispensa o indivíduo de praticar na sua vida pessoal as próprias virtudes que o movimento diz representar. Alegar, por exemplo, que Karl Marx instaurou em casa a mais rígida discriminação de classe, excluindo da mesa da família o filho ilegítimo que tivera com a empregada, é considerado um "mero" *argumentum ad hominem* que nada prova contra o valor excelso da "causa" marxista. Do mesmo modo, o sr. Luiz Mott[1] é louvado por seu combate em favor do casamento gay, embora se gabe de ter ido para a cama com mais de quinhentos homens, isto é, de não ter o mínimo respeito pela instituição do casamento, seja hetero, seja homo. *Mutatis mutandis*, as mais óbvias virtudes pessoais do adversário tornam-se irrelevantes ou desprezíveis em comparação com o fato de que ele está "do lado errado". Moralmente falando, Francisco Franco, Charles de Gaule ou Humberto Castelo Branco, homens de uma idoneidade pessoal exemplar, foram infinitamente superiores a Fidel Castro ou Che Guevara, assassinos em série de seus próprios amigos, isto para não falar de Mao Tsé-tung, estuprador compulsivo. Mas qual comunista admitiria enxergar nesse detalhe um sinal, mesmo longínquo, de que a nobreza da causa que defende talvez não seja tão absoluta quanto lhe parece? Mesmo as virtudes dos mártires e dos santos nada significam, em comparação com um alto cargo no partido.

Quando digo que esse fenômeno traduz a sacralização do contingente e do provisório, não estou fazendo figura de linguagem. Mircea Eliade e, na esteira dele, praticamente todos os historiadores da religião definem o "sagrado" como tudo aquilo a que se atribui um valor último, uma autoridade

julgadora soberana e insuperável, imune, por sua vez, a todo julgamento. Na medida em que tomam a adesão ou rejeição à sua causa como critério derradeiro e irrecorrível de julgamento das condutas humanas, os movimentos a que me referi acima se tornam caricaturas grotescas da religião e da moralidade, e por sua simples existência já produzem a degradação moral da espécie humana ao nível da simples criminalidade politicamente oportuna.

O paradoxo esquerdista

Diário do Comércio, 7 de agosto de 2006

Vivenciar conscientemente o tempo histórico em que transcorre a nossa existência é um privilégio, um dever e um direito da inteligência individual, que não alcança sua plenitude senão absorvendo e integrando as tensões e mutações do ambiente maior em torno. Desde o início do século XX, esse direito foi negado a várias gerações de seres humanos, induzidos a viver uma história fictícia no mundo paralelo das militâncias ideológicas e a atravessar a existência em pleno estado de ignorância quanto aos fatores reais que determinaram o seu destino. A ilusão socialista não consiste somente num erro de previsão quanto aos objetivos finais. Se fosse assim seria apenas o final trágico de existências nobres. Mas a expectativa falsa quanto ao futuro já falsifica a vida presente: ela perpassa toda a biografia de cada militante, tingindo de farsa e autoengano cada um de seus atos e pensamentos, mesmo os mais íntimos, pessoais e aparentemente alheios à luta política.

É só estudar as vidas de Marx, de Lenin, de Stalin, de Mao, de Guevara, de Fidel Castro, de Yasser Arafat (ou de seus acólitos intelectuais, os Sartres, Brechts, Althussers e *tutti quanti*) para entender do que estou falando: cada um desses homens que tiveram nas mãos os destinos de milhões de pessoas foi um deficiente emocional, cronicamente imaturo, incapaz de criar uma família, de arcar com uma responsabilidade econômica ou de manter relações pessoais normais com quem quer que fosse. Em compensação do aborto moral de suas vidas, criaram a idealização pomposa do “revolucionário” (isto é, deles próprios), como encarnação de um tipo superior de humanidade, adornando com um toque de estética *kitsch* a mentira existencial total.

Eles não são personagens de tragédia. A regra essencial da tragédia é a ausência de culpa. O herói trágico não pode estar abaixo das circunstâncias, não pode ser um perverso, um fraco, um idiota incapaz de arcar com a própria vida. Ele fracassa porque entra em choque com as exigências superiores de uma ordem cósmica invisível. Seu único delito é não ser sobre-humano numa situação que lhe impõe desafios sobre-humanos. Mas perceber a falácia intrínseca da promessa socialista não é um desafio sobre-humano.[2] É um dever elementar de qualquer inteligência média que se disponha a examinar o assunto objetivamente. Aqueles que fogem a esse exame, transferindo a partidos, a movimentos ou à “opinião pública” as responsabilidades da sua consciência individual, renunciam *ipso facto* à dignidade da inteligência e se consagram a uma luta obstinada e fútil contra a estrutura da realidade. Vai nisso uma mistura de vaidade adolescente, de revolta gnóstica e daquele orgulho satânico que é a compensação quase automática da covardia existencial. Tudo isso é lamentável, mas não é trágico: é grotesco. Não há tragédia no fracasso do socialismo: há apenas uma palhaçada sangrenta.

O modelo dos líderes e dos ídolos intelectuais é repetido, em série ilimitada, nas vidas de militantes, simpatizantes e “companheiros de viagem”, acabando por espalhar-se entre o público geral. O rancor sem fim contra pais e mães, a destruição da unidade familiar, o ódio às exigências morais das tradições religiosas, a busca desesperada de sensações por meio do consumo de drogas, a reivindicação pueril do “direito ao prazer”, a transformação do erotismo numa escalada de exigências

egolátricas que começa no protesto feminista e culmina na apologia aberta da pedofilia e do incesto, a disseminação de técnicas pedagógicas que estimulam a delinquência infanto-juvenil — tudo isso é a projeção ampliada do estilo de vida dos "grandes revolucionários", espraiada no tecido da sociedade a ponto de já não reconhecer-se como tal e transfigurada num sistema de obrigações "éticas", base de julgamentos, acusações, cobranças e chantagens.

O fundo de tudo é o ódio à realidade, a recusa de arcar com o peso da existência, o sonho gnóstico de transfigurar a ordem das coisas por meio da autoexaltação psicótica e de truques mágicos como a "reforma do vocabulário".

Não espanta que a política produzida por essas pessoas seja uma contradição viva, uma imensa engenhoca entrópica que cresce por meio da autodestruição e se inebria de vanglória na contemplação das próprias derrotas. Nenhuma exploração capitalista, por mais "selvagem" que a rotulassem, conseguiu matar de fome multidões tão vastas quanto as que pereceram durante a estatização da agricultura na URSS, o "Grande Salto para a Frente" de Mao Tsé-tung ou os experimentos socialistas em vários países da África. A "luta contra a miséria" continua sendo o principal pretexto moral do socialismo, mas a verdade é que a maior contribuição do socialismo à vitória nessa luta seria simplesmente cessar de existir. Do mesmo modo, o protesto inflamado contra qualquer violência antissocialista é um persistente *leitmotiv* do discurso de esquerda, mas nenhum regime direitista jamais matou, prendeu ou torturou tantos militantes esquerdistas quanto Stalin, Mao, Pol-Pot ou Fidel Castro. É uma simples questão de fazer as contas. Se os socialistas tivessem um pingo de respeito por seus próprios direitos humanos, voltariam para suas casas e deixariam que a boa e velha democracia burguesa os protegesse contra a tentação suicida de implantar o socialismo.

Do mesmo modo, quando os esquerdistas começam a falar em "paz", a prudência recomendaria que começassem a estocar comida no porão para a próxima guerra em que seus líderes os estão metendo naquele mesmo momento. O movimento pacifista encabeçado pelos partidos comunistas da Europa nos anos 1930 foi um truque concebido por Stalin para dar tempo à Alemanha de se rearmar com a ajuda soviética e destruir a "ordem burguesa" do velho mundo.* Milhões de franceses idiotas gritaram em passeatas e agitaram bandeirinhas brancas sem saber que isso era o passaporte para o matadouro. Os tratados que, atendendo ao clamor de uma geração inteira de jovens *enragés*, puseram fim aos combates no Vietnã em 1972 deram um salvo-conduto para que os comunistas invadissem o Vietnã do Sul e o vizinho Camboja e matassem aí três milhões de civis — quatro vezes o número total de vítimas civis e militares da guerra.

Enganam-se aqueles que enxergam na novilíngua (*newspeak*) de George Orwell apenas um truque publicitário concebido por líderes maquiavélicos para induzir militantes estúpidos a aceitar a guerra como paz, a tirania como liberdade. Esses líderes maquiavélicos não têm nenhum controle sobre o processo, que, com raras e inevitáveis exceções, termina por arrastá-los e destruí-los no meio de suas vítimas. O paradoxo autodestrutivo está no centro de cada alma militante porque está na raiz mesma do movimento socialista, que nasce da aspiração gnóstica à supressão do mundo físico e se condensa na proclamação absurda de Hegel: "O ser, na sua indeterminação, é o nada" — uma confusão patética entre discurso e existência, destinada a ter as mais monstruosas consequências intelectuais e históricas. O puro *newspeak* já marca sua presença ostensiva na fórmula de Engels, "a liberdade é o reconhecimento da necessidade", que inspirou tantas autoacusações falsas nos Processos de Moscou e cujo sentido último, de ironia verdadeiramente demoníaca, aparece com nitidez fulgurante no comentário de Bertolt Brecht: "Se eram inocentes, mais ainda mereciam ser condenados." Brecht, aliás, foi aquele mesmo que resumiu com cinismo exemplar a essência da moral socialista: "Mentir em favor da verdade." Experimente fazer isso e, é claro, você nunca mais vai parar de mentir.

Algumas regras usuais do leninismo ilustram esse cinismo na prática diária: "Fomentar a corrupção e denunciá-la" e "Acuse-os do que você faz, xingue-os do que você é" resumem às mil maravilhas a

história do nosso PT, que cresceu pelo discurso de acusação moralista ao mesmo tempo que montava uma máquina de corrupção de dimensões faraônicas, perto da qual os velhos políticos ladrões começam a parecer meninos de escola culpados de roubar chicletes.

Era inevitável que, com o tempo, a *forma mentis* autonegativa do movimento esquerdista se cristalizasse numa fórmula estratégica simples, ingênua até, que por sua simploriedade mesma fosse de aplicação fácil e lucrativa, reprodutível em escala mundial por simples automatismo.

Essa estratégia, cujo nome é hoje proclamado abertamente pelo sr. Hugo Chávez, é a “guerra assimétrica”.

Ela consiste, como explica Jacques Baud em *La Guerre Asymétrique ou la Défaite du Vainqueur* , ** em transformar as derrotas militares em vitórias políticas por meio de um ardil psicológico: outorgar a um dos lados, sob pretextos edificantes, o direito incondicional a todos os crimes, a todas as brutalidades, a todas as baixezas, e desarmar o outro por meio de cobranças morais paralisantes.

O que nem os praticantes nem os colaboradores passivos nem as vítimas desse ardil parecem perceber é que ele traz em si a prova definitiva da superioridade moral do adversário no mesmo momento em que acusa seus supostos crimes e iniquidades. É claro: se o acusado não fosse moralmente sensível, consciencioso, escrupuloso, seria impossível inibi-lo mediante o apelo a seus deveres éticos. E, se o acusador fosse por sua vez aberto a esses mesmos deveres no plano da sua própria conduta, se sentiria igualmente travado por escrúpulos e não haveria assimetria nenhuma. É justamente o fato de dispensar-se das obrigações morais exigidas do inimigo que dá ao praticante da “guerra assimétrica” a vantagem estratégica da sua posição. É essencial para o sucesso desse ardil que o discurso de acusação seja feito sempre pelo culpado contra o inocente, pelo criminoso contra a vítima. O público e a totalidade dos colaboradores passivos usados como caixas de ressonância do moralismo indignado nem de longe se dão conta disso, mas o fato é que, quanto mais veemente a acusação, maior a malícia do acusador e mais irrefutável a prova de seus crimes. A assimetria consiste precisamente nisso.

Um exemplo didático, colhido da guerra entre Israel e o Hezbollah, aparece no contraste entre as atitudes dos dois lados no que diz respeito às vítimas civis. Enquanto na mídia ocidental os israelenses são condenados como monstros porque mataram acidentalmente trinta civis num bombardeio, em países islâmicos as matanças deliberadas de civis israelenses pelos mísseis do Hezbollah são comemoradas como atos meritórios. Se o leitor duvida, veja o documentário em http://pmw.org.il/bulletins_Aug2006.htm#b020806.[3] Os terroristas sabem que as nações ditas infiéis, pecadoras, têm sentimentos morais, enquanto eles próprios, os santos, os eleitos, não têm nenhum e não precisam ter nenhum. Sua moral consiste apenas na glorificação descarada dos próprios crimes — e é ela que lhes dá a vitória na “guerra assimétrica”.

Outros exemplos, ainda mais eloquentes, estão nas fotos[4] que ilustram esta página. Tiradas numa passeata de militantes palestinos em Londres, foram enviadas pela escritora Bella Jozef, uma judia brasileira residente na Inglaterra, a amigos seus em várias partes do mundo, e vieram parar na minha caixa postal. Enquanto na própria comunidade judaica muitos se sentem inibidos de desejar em público a vitória de Israel, preferindo fazer discursos tímidos e genéricos em favor da “paz”, elas mostram a verdadeira face da ideologia radical islâmica, que a mídia ocidental, colaborando na “guerra assimétrica”, esconde para dar feições mais humanas aos terroristas e criar no mínimo uma impressão enganosa de equivalência moral. As inscrições nestes cartazes dizem tudo.[5] O que o “outro mundo possível” promete conscientemente à humanidade, sob os pretextos mais sublimes, é um novo Holocausto, de proporções colossais, e a liquidação de tudo o que conhecemos como liberdade e direitos humanos.

A autoridade religiosa do mal

Diário do Comércio, 29 de janeiro de 2007

Neste momento, a diretoria da PETA — *People for the Ethical Treatment of Animals*, empombadíssima ONG que, em nome dos direitos dos animais, diz horrores das pessoas que comem carne, usam casacos de pele ou vão ao circo — está sendo processada pela matança de milhares de gatos e cachorros. Funcionários da organização recolheram os bichos em depósitos públicos, dizendo que iam arranjar famílias para adotá-los. O pessoal dos depósitos nem pensou em duvidar dos agentes de uma instituição famosa e politicamente correta. Dias depois, os homens da PETA foram surpreendidos jogando os cadáveres de 14.400 animais num terreno baldio, em sacos de lixo. Leia a história completa em www.petakillsanimals.com.

Também neste momento os remanescentes do Khmer Vermelho, a organização genocida liderada pelo famigerado Pol-Pot, estão sendo julgados por um tribunal em Phnom Penh, Camboja, depois de tudo o que a bondosa ONU fez para livrá-los de tão desumano constrangimento. Esses terroristas chegaram ao poder com a ajuda de milhões de jovens militantes americanos e europeus que, manipulados por uma rede de organizações esquerdistas e um exército de *pop stars* das artes e letras, marcharam "pela paz" nos anos sessenta, sob lindos pretextos idealistas e humanitários, forçando os EUA a desistir de uma guerra vitoriosa, sair do Vietnã do Sul e deixar o caminho livre para que os comunistas armados pela China invadissem esse país e o vizinho Camboja. Resultado final do massacre: três milhões de civis mortos, mais de três vezes o total das vítimas da guerra. Leia a história completa em *Triumph Forsaken. The Vietnam War*, *1954-1965*, de Mark Moyar.***

O paralelo entre a matança de animais e a de seres humanos não é fortuito: em ambos os casos um discurso atraente, condensado em *slogans* de grande impacto repetidos *ad nauseam* pela mídia, recobriu com o manto do prestígio moral uma gangue de sociopatas assassinos, criminalizando os que se opunham a seus planos macabros e transformando cidadãos inocentes em cúmplices daquilo que existe de pior no mundo. O fundo ideológico, nas duas ocasiões, é o mesmo: a inversão revolucionária dos sentimentos morais, a imposição do mal em nome do bem.

Educado nos princípios do relativismo, que entrou na moda quando eu era adolescente (embora os adolescentes de hoje acreditem ser os primeiros a tomar conhecimento dele), demorei muito para descobrir por experiência — e tive enorme dificuldade de admitir — que no mundo há pessoas muito boas e pessoas muito más, separadas por um abismo irredutível. Hoje em dia, quem quer que proclame em voz alta a existência dessa diferença, que salta aos olhos na vida diária, é imediatamente acusado de "maniqueísmo". Mas isso não é senão uma inversão a mais, pois o maniqueísmo, historicamente, consiste em equalizar o bem e o mal como princípios, neutralizando a diferença de valor que os separa. E eu não sou covarde o bastante para me abster de dizer as coisas como as vejo, só por medo de uma rotulação pejorativa cuja falsidade já se revela na própria semântica do termo.

Mais doloroso ainda, porém, foi descobrir que todos os mestres-pensadores e líderes políticos que encarnavam os ideais pomposamente alardeados pela militância intelectual esquerdista — todos, sem exceção — pertenciam inequivocamente à segunda categoria. Quem quer que estude as vidas de cada um deles descobrirá que Voltaire, Diderot, Jean-Jacques Rousseau, Sade, Karl Marx, Tolstoi, Bertolt Brecht, Lenin, Stalin, Fidel Castro, Che Guevara, Mao Tsé-tung, Bertrand Russell, Jean-Paul Sartre, Max Horkheimer, Theodor Adorno, Georg Lukács, Antonio Gramsci, Lillian Hellman, Michel Foucault, Louis Althusser, Norman Mailer, Noam Chomsky e *tutti quanti* foram indivíduos sádicos, obsessivamente mentirosos, aproveitadores cínicos, vaidosos até a demência, desprovidos de qualquer sentimento moral superior e de qualquer boa intenção por mais mínima que fosse, exceto, talvez, no sentido de usar as palavras mais nobres para nomear os atos mais torpes. Muitos cometeram

assassinatos pessoalmente, sem jamais demonstrar remorso. Outros foram estupradores ou exploradores de mulheres, opressores vis de seus empregados, agressores de suas esposas e filhos. Outros, orgulhosamente pedófilos. Em suma, o panteão dos ídolos do esquerdismo universal era uma galeria de deformidades morais de fazer inveja à lista de vilões da literatura universal. De fato, não se encontrará entre os personagens de Shakespeare, Balzac, Dostoiévski e demais clássicos nenhum que se compare, em malícia e crueldade, a um Stalin, a um Hitler ou a um Mao Tsé-tung. Um dos motivos da crise permanente do gênero "romance" no século XX foi, precisamente, o fato de que a maldade real ultrapassou a imaginação dos ficcionistas.

Em contrapartida, os representantes das correntes opostas, conservadoras ou reacionárias, conforme fui descobrindo com ainda maior surpresa, eram quase invariavelmente seres humanos de alta qualidade moral, atestada não só na idoneidade do seu trabalho intelectual, onde nada se encontrará das fraudes monstruosas perpetradas por um Voltaire, um Diderot ou um Karl Marx, mas também nas circunstâncias do cotidiano e nos testes mais rigorosos da existência. Dificilmente se encontrará algum capítulo vergonhoso na biografia de Pascal, de Leibniz, de Bossuet, de Donoso Cortés, de Joseph de Maistre, de John Henry Newman, de Edmund Burke, de Vladimir Soloviev, de Nikolai Berdiaev, de Alexis de Tocqueville, de Edmund Husserl, de Ludwig von Mises, de Benjamin Disraeli, de Russel Kirk, de Xavier Zubiri, de Louis Lavelle, de Garrigou-Lagrange, de Joseph Maréchal, de Victor Frankl, de Marcel De Corte e de tantos outros. Ao contrário, essas vidas transbordavam de exemplos de grandeza, generosidade, coragem e humildade. E mesmo aqueles que reconhecidamente pecaram, como Dostoiévski, Winston Churchill, Charles de Gaule, Ronald Reagan ou Maurice Barrès, jamais ostentaram orgulho disso como um Rousseau ou um Brecht, nem muito menos trataram de encobrir suas vergonhas com uma engenhosa teia de mentiras autolisonjeiras como o fizeram Voltaire e Diderot. Para levar a comparação até suas últimas consequências, até os mais notórios ditadores reacionários, Franco, Salazar e Pinochet, com todos os crimes políticos que cometeram, mantiveram em suas vidas pessoais um padrão de moralidade incomparavelmente mais elevado que o dos tiranos revolucionários. Pelo menos não mandavam matar seus mais próximos amigos e companheiros de luta, como Stalin, Hitler e Fidel Castro, nem estupravam garotas menores de idade como o fazia Mao Tsé-tung.

Por favor, não me entendam mal. Há, é claro, um bom número de patifes entre os escritores e sobretudo os políticos de direita, e os descobriremos facilmente se alargarmos o espectro em exame para abranger os de médio e pequeno porte. Mas, numa comparação entre os personagens maximamente influentes dos dois campos, não é possível deixar de notar a superioridade moral dos direitistas e a ausência completa de um só tipo moralmente bom entre os esquerdistas: são todos maus, sem exceção.

À medida que fui acumulando leituras e o conhecimento das biografias dos autores lidos, não tive mais como escapar da conclusão: era impossível que o estofo moral desses dois grupos não se refletisse de algum modo nas suas ideias. Ideias, afinal, não são formas platônicas pairando em abstrato na eternidade. São atos da inteligência humana, são reações de pessoas de carne e osso a situações concretas e são também expressões de seus desejos, temores e ambições.

Havia, por outro lado, o teste evangélico: os frutos. As ideias dos grandes gurus revolucionários não tinham produzido por toda parte senão devastação e morte em proporções jamais vistas ao longo de toda a história anterior e nem de longe comparáveis a qualquer malefício que pudesse algum dia ter resultado das ideias conservadoras. Só a Revolução Francesa matou em um ano dez vezes mais gente do que a Inquisição Espanhola em quatro séculos. Feitas as contas — e, *ad argumentandum*, até mesmo excluindo o nazismo da tradição revolucionária a que inequivocamente pertence —, os regimes inspirados nas ideias desses gurus superaram, em número absoluto de vítimas, não só o total dos morticínios anteriormente ocorridos em todas as civilizações conhecidas, mas também as taxas de

óbitos registradas em todas as epidemias, terremotos e furacões do século XX. Mesmo considerado só do ponto de vista quantitativo, o "ideal revolucionário", enfim, foi o maior flagelo que já se abateu sobre a espécie humana. Mesmo que olhássemos os pensadores reacionários só pelo mal que possam ter provocado voluntária ou involuntariamente, seus feitos, no conjunto, não poderiam jamais competir, nem de longe, com essa pletora cósmica do sangrento e do macabro que é o *curriculum vitae* dos mestres da revolução.

Se ideias nascidas de almas disformes proliferaram em consequências nefastas, seria absolutamente imbecil teimar em ver nisso um mero acúmulo de coincidências, que teria de ser ele próprio a coincidência das coincidências, o mais inexplicável mistério da história humana.

É claro que não tem sentido refutar ideias alegando a má qualidade humana de seus autores. Elas têm de ser examinadas em si mesmas e submetidas ao teste da realidade, não da moral. Mas também não tem sentido confundir o exame crítico da consistência e da veracidade fática das ideias com a compreensão do seu significado histórico, do papel que exercem no desenrolar dos acontecimentos. Neste último caso, a simples afirmação, em si mesma óbvia, de que as más intenções de homens perversos produzem geralmente efeitos malignos é amplamente confirmada pelos exemplos citados, e essa confirmação pouco ou nada tem a ver, logicamente, com o problema de se essas intenções se realizaram por meio de erros filosófico-científicos ou de verdades colocadas a serviço do mal. Dito de outro modo, a condenação radical que as obras desses homens merecem desde o ponto de vista moral é independente da crítica lógica da veracidade ou falsidade parcial ou total das suas teorias, e esta é independente daquela. Estou avisando isto porque sei que infalivelmente aparecerão os espertinhos de sempre, alegando que estou refutando teorias por meio de argumentos *ad hominem* — alegação que passa longe do assunto que estou discutindo aqui.

Mas, por outro lado, tudo isso não quer dizer que, fora de qualquer intenção de julgamento moral, aquelas ideias já não tenham sido bastante examinadas desde o ponto de vista lógico-crítico, nem que tenham se saído muito bem no exame. Teorias como o "contrato social" de Rousseau, a "mais-valia" de Marx, a "consciência possível" de Lukács, a "personalidade autoritária" de Max Horkheimer etc., já viraram poeira atômica no laboratório crítico e hoje só sobrevivem como capítulos exemplares na história da pseudociência universal. Não é preciso nenhum argumento *ad hominem* para dar cabo do que já está morto.

O que é quase inevitável é que a visão de tamanha miséria intelectual somada à baixeza moral das intenções e à natureza catastrófica dos efeitos acabe por suscitar a pergunta: como foi possível que ideias tão inconsistentes, tão maldosas e tão desastradas tenham adquirido a autoridade moral de que ainda desfrutam nos setores nominalmente mais cultos da população?

A resposta é longa e só posso aqui fornecê-la em abreviatura.

A origem do fenômeno remonta à mutação do senso histórico sobrevinda por ocasião das revoluções messiânicas das quais falei no artigo anterior. Até então a estrutura do tempo histórico era geralmente compreendida, no Ocidente, segundo a distinção agostiniana das "duas cidades". Para Agostinho, só a história espiritual da humanidade — a história da criação, da queda e da redenção — tinha verdadeira unidade e sentido. Esse sentido, porém, se realizava no Juízo Final, num supratempo localizado para além da história material: o nexo unificador da história estava na meta-história. Por baixo da narrativa espiritual, porém, desenrolava-se a história social, política e econômica da humanidade. Essa história adquiria algum sentido na medida em que se articulava, ainda que de maneira ambígua e problemática, com a história da redenção. Mas, considerada em si mesma e isoladamente, não tinha forma, unidade nem sentido: era a sucessão caótica dos impérios e das castas, dos esforços e derrotas, dos sofrimentos e desvarios da humanidade na sua luta interminável pelo pão, pelo abrigo, pela segurança e, sobretudo, pelo poder.

Essa ausência de unidade é um fato empiricamente comprovável: civilizações inteiras nasceram,

cresceram e morreram sem ter qualquer contato entre si, deixando vestígios que só vieram a ser desenterrados depois de milênios, saltando sobre muitas civilizações e culturas intermediárias. Ademais, a continuidade histórica não acompanha automaticamente a sucessão biológica das gerações. Depende da transmissão cultural, que é tênue em si mesma e frequentemente interrompida pelas guerras, pelas invasões, pelas catástrofes naturais e pelo simples esquecimento. O fio da história puramente humana não é contínuo: é escandido pela morte. Daí que, até hoje, todas as tentativas de “filosofia da história”, ambicionando reunir numa visão unificada e num sentido de totalidade o conjunto da experiência humana na Terra, tenham falhado miseravelmente. Chega a ser tragicômico que o reconhecimento desse fracasso, na segunda metade do século XX, tenha provocado tanto estupor e desespero. Agostinho, no século V, já havia demonstrado que toda visão totalizante da história material está condenada de antemão, no mínimo porque a história ainda não acabou e ninguém, de dentro dela, pode enxergá-la como um todo ou fechá-la num esquema lógico acabado. Cada novo “fim da história”, anunciado orgulhosamente pelos filósofos, é só mais um capítulo da história que prossegue e o desmente. De tudo o que estudei a respeito, a conclusão é inevitável: Agostinho tinha uma visão muito mais realista do processo histórico do que Vico, Hegel, Karl Marx, Comte e *tutti quanti*. Se descontarmos algumas obras mais recentes que beberam abundantemente em Agostinho (por exemplo, as de Christopher Dawson e Eric Voegelin), *A Cidade de Deus* ainda é o melhor livro de filosofia da história.

Aconteceu que, entre os séculos XIV e XVII, o surgimento dos impérios nacionais rompeu o equilíbrio medieval e espalhou por toda parte a ambição dos ganhos fáceis, a corrupção, a imoralidade, as guerras, o banditismo e a desordem. Desesperados, e imbuídos do que lhes parecia a melhor das intenções, vários monges, pregadores e teólogos acharam que estava na hora de acabar com a bagunça e implantar, à força, o reino de Deus na Terra. Notem que a própria Igreja nunca tivera ambição tão alta, limitando-se a cultivar os jardins da Cidade de Deus no meio da confusão e do sofrimento da Cidade dos Homens, dando a Deus o que era de Deus e no máximo fornecendo alguma ajudinha espiritual a César para que cuidasse do que era de César. A separação dos poderes entre Igreja e Império foi a base mesma do consenso medieval, que se esboroou no instante em que cada pequeno césar quis ter seu próprio império e até sua própria igreja. Em resposta ao desmoronamento da ordem cristã, a ambição de muitos líderes e pensadores religiosos subiu ainda mais alto que a dos césares: acima do emaranhado de novos reinos devia erguer-se, no prazo mais breve possível, o reino mundial de Cristo, a Nova Ordem Mundial, *Novus Ordo Seclorum*, expressão que remonta a um desses reformadores radicais, o pedagogo João Amos Comenius (1592-1670). Entre eles havia sábios e loucos, santos e criminosos, organizadores geniais e desorganizadores furibundos. No conjunto, sua ação consistiu em tomar nas próprias mãos o chicote da Justiça divina e tentar apressar o Juízo Final. E tão longe estava o mundo da perfeição a que aspiravam, que não viram outro meio de alcançar o seu ideal num prazo aceitável senão pela violência e por uma anarquia ainda mais completa do que aquela contra a qual reagiam. A Reforma luterana, sobrevindo no rastro dessa avalanche, foi no fim das contas o contramovimento que deteve a revolução e permitiu que o cristianismo sobrevivesse em algumas das áreas onde ameçava reduzir-se, com quatro séculos de antecedência, a uma espécie de teologia da libertação, com padres enfurecidos pregando a revolução permanente e a matança geral dos ricos. Mas, por toda parte em torno, as sementes da revolta continuaram germinando, condensando-se em novas formulações ideológicas e espoucando aqui e ali em morticínios ocasionais, até que viesse a explosão maior de 1789 na França.

Toda essa formidável sucessão de efeitos político-sociais, no entanto, foi nada em comparação com a marca indelével que o advento do messianismo deixou na imaginação e na cultura dos povos europeus. Num relance, o eixo vertical da história tinha virado de cabeça para baixo. A transfiguração geral do mundo, o advento do reino de Justiça, que a Bíblia e Agostinho situavam num supratempo

espiritual para além da história, tinha sido puxado para dentro da história, tornando-se, na imaginação dos revolucionários, o capítulo seguinte na sucessão dos tempos, a ser produzido à força pela ação social e política. Mas o fim dos tempos, reduzindo-se a uma fração do tempo destinada a passar e desaparecer como qualquer outra, conservava, pelo conteúdo ideal que a esperança revolucionária nele projetava, o prestígio da eternidade. Era como se aquele fragmento especial do tempo estivesse destinado a congelar-se, a ser arrebatado para além do mundo da geração e da corrupção, como um quadro que fixasse para sempre a imagem do instante. A eternidade enquanto tal, presença simultânea de todos os momentos, como a definia Boécio, a eternidade que abarcava o tempo e da qual, segundo Agostinho, o tempo constituía a imagem móvel, desaparecera da imaginação ocidental, substituída pela aspiração impossível do instante perpétuo, cristalizado no ar.

Essa mudança foi uma ruptura total e radical da cultura europeia com a estrutura do tempo, o que vale dizer: com a estrutura da realidade. Precisamente na época em que o progresso das ciências naturais começava a fornecer observações e medições mais precisas dos dados materiais em torno, a inteligência se tornava incapaz de articulá-los com a ordem do real. Daí o contraste patético entre a qualidade crescente da investigação científica e a proliferação de filosofias pueris, montadas em cima de contradições e impossibilidades patentes, e tão pretensiosas nas suas ambições quanto ingênuas e desprovidas do menor senso crítico ao lançar os alicerces de barro de suas construções supostamente eternas. O mito do instante perpétuo está por baixo da "paz eterna" de Kant, do "fim da história" de Hegel, da "democracia plebiscitária" de Rousseau, da "lei dos três estados" de Comte, da ideologia cientificista-materialista do "progresso" e, é claro, da teoria marxista da história como luta de classes destinada a desembocar no esplendor do milênio proletário. Mas estar por baixo significa estar invisível. Nenhuma dessas concepções filosóficas examina criticamente o instante perpétuo. Se o examinasse, veria que era uma bobagem sem par. Ele não é um "conteúdo" dessas filosofias: é a premissa inquestionada, intocável, em cima da qual se erguem, inconscientes da sua presença, como castelos construídos sobre um buraco sem fundo.

Assim, toda a vivência moderna do tempo histórico foi determinada pela autoridade onipresente e invisível de um ilogismo cretino. Protegido ao mesmo tempo pelo manto sacral da sua origem religiosa, o mito do apocalipse intratemporal ganhava ainda mais força por se tornar, através das ideologias do progresso e da revolução, o instrumento por excelência para destruir a religião estabelecida. Substituída a eternidade pela imagem hipnótica do instante perpétuo, na mesma medida Deus e o Juízo Final já não podiam ser concebidos senão através da expectativa messiânica da "justiça social" a ser implantada no mundo por meio do genocídio sistemático.

Foi assim que a ideologia dos mais descarados e brutais se elevou às alturas, não digo de uma religião, mas da própria autoridade divina. Essa mudança afetou tão profundamente a imaginação ocidental que nem a própria religião escapou da sua influência. A confusão entre eternidade e instante perpétuo, paramentada como "teologia da história", perpassa todo o pensamento católico que levou ao Concílio Vaticano II e, através dele, agindo desde dentro em parceria com os inimigos de fora, destruiu o que pôde da autoridade da Igreja.

Hoje em dia, bilhões de pessoas no mundo, independentemente de suas crenças e ideologias, já não podem conceber o bem senão sob a forma de uma sociedade futura, o pecado senão como oposição ao advento dessa sociedade, a eternidade senão como algum tipo de "justiça social" (as concepções variam) a ser alcançada no instante perpétuo do século seguinte, do milênio seguinte ou sabe-se lá quando. Como, porém, os instantes passam e o futuro jamais chega, porque continua futuro por definição, ninguém pode olhar para trás e confessar os pecados e crimes hediondos que cometeu para alcançá-lo. O culto invisível do instante perpétuo não apenas absolve por decreto tácito as matanças, os genocídios, o horror e a desumanidade dos regimes revolucionários, mas dá a todos os ativistas do mundo a licença para continuar oprimindo e matando indefinidamente, sempre em nome das lindezas

hipotéticas de um futuro impossível.

Essa é a força, intrinsecamente anti-humana e diabólica, que faz as multidões servirem ao mal em nome do bem.

Notas

* Leiam o clássico *Stalin's War*, de Ernst Topitsch.

** Paris: Éditions du Rocher, 2003.

*** Cambridge University Press, 2006.

1. N. do Org.: Luiz Roberto de Barros Mott é um antropólogo, historiador e pesquisador, fundador do Grupo Gay da Bahia.

2. N. do Org.: Ver "Quem foi que inventou o Brasil?", no capítulo *Revolução* deste livro.

3. N. do Org.: O documentário não se encontra mais no endereço indicado, porém há diversos vídeos com trechos semelhantes no canal do mesmo instituto israelense de pesquisa Palestinian Media Watch, no Youtube: http://www.youtube.com/user/palwatch.

4. N. do Org.: As fotos não estão presentes neste livro. O autor já as descreve na sequência e a nota seguinte complementará sua descrição.

5. N. do Org.: Nas fotos, as incrições nos cartazes dos manifestantes palestinos são: "Massacre aqueles que insultam o Islam" ("*Massacre those who insult Islam*"); "Degole aqueles que insultam o Islam" ("*Behead those who insult Islam*"); "Mate aqueles que insultam o Islam" ("*Slay those who insult Islam*"); "Extermine aqueles que difamam o Islam" ("*Exterminate those who slander Islam*"); "Abata aqueles que zombam do Islam" ("*Butcher those who mock Islam*"); "Esteja preparado para o verdadeiro Holocausto" ("*Be prepared for the real Holocaust*"); "Liberdade, vá para o inferno" ("*Freedom go to hell*"); "Deus abençoe Hitler" ("*God bless Hitler*"); entre outras.

REVOLUÇÃO

1. GLOBALISMO

A revolução globalista

Digesto Econômico, setembro/outubro de 2009

Para quem quer que deseje se orientar na política de hoje — ou simplesmente compreender algo da história dos séculos passados —, nada é mais urgente do que obter alguma clareza quanto ao conceito de “revolução”. Tanto entre a opinião pública quanto na esfera dos estudos acadêmicos reina a maior confusão a respeito, pelo simples fato de que a ideia geral de revolução é formada quase sempre na base das analogias fortuitas e do empirismo cego, em vez de buscar os fatores estruturais profundos e permanentes que definem o movimento revolucionário como uma realidade contínua e avassaladora ao longo de pelo menos três séculos.

Só para dar um exemplo ilustre, o historiador Crane Brinton, em seu clássico *The Anatomy of Revolution*, busca extrair um conceito geral de revolução da comparação entre quatro grandes fatos históricos tidos nominalmente como revolucionários: as revoluções inglesa, americana, francesa e russa. O que há de comum entre esses quatro processos é que foram momentos de grande fermentação ideológica, resultando em mudanças substantivas do regime político. Bastaria isso para classificá-los uniformemente como “revoluções”? Só no sentido popular e impressionista da palavra. Embora não podendo, nas dimensões deste escrito, justificar todas as precauções conceptuais e metodológicas que me levaram a esta conclusão, o que tenho a observar é que as diferenças estruturais entre os dois primeiros e os dois últimos fenômenos estudados por Brinton são tão profundas que, apesar das suas aparências igualmente espetaculares e sangrentas, não cabe classificá-los sob o mesmo rótulo.

Só se pode falar legitimamente de “revolução” quando uma proposta de mutação integral da sociedade vem acompanhada da exigência da concentração do poder nas mãos de um grupo dirigente como meio de realizar essa mutação. Nesse sentido, jamais houve revoluções no mundo anglo-saxônico, exceto a de Cromwell, que fracassou, e a Reforma Anglicana, um caso muito particular que não cabe comentar aqui. Na Inglaterra, tanto a revolta dos nobres contra o rei, em 1215, quanto a Revolução Gloriosa, de 1688, buscaram antes a limitação do poder central do que a sua concentração. O mesmo aconteceu na América em 1786. E em nenhum desses três casos o grupo revolucionário tentou mudar a estrutura da sociedade ou os costumes estabelecidos, antes forçando o governo a conformar-se às tradições populares e ao direito consuetudinário. Que pode haver de comum entre esses processos, mais restauradores e corretivos do que revolucionários, e os casos da França e da Rússia, onde um grupo de iluminados, imbuídos do projeto de uma sociedade totalmente inédita em radical oposição com a anterior, toma o poder firmemente resolvido a transformar não somente o sistema de governo, mas a moral e a cultura, os usos e costumes, a mentalidade da população e até a natureza humana em geral?

Não, não houve revoluções no mundo anglo-saxônico, e bastaria esse fato para explicar a preponderância mundial da Inglaterra e dos EUA nos últimos séculos. Se, além dos fatores estruturais que as definem — o projeto de mudança radical da sociedade e a concentração do poder como meio de realizá-lo —, algo há de comum entre todas as revoluções, é que enfraquecem e destroem as nações onde ocorrem, deixando atrás de si nada mais que um rastro de sangue e a nostalgia psicótica das ambições impossíveis. A França, antes de 1789, era o país mais rico e a potência dominante da Europa. A revolução inaugura o seu longo declínio, que hoje, com a invasão islâmica, alcança dimensões patéticas. A Rússia, após um arremedo de crescimento imperial artificialmente possibilitado pela ajuda americana, desmantelou-se numa terra de ninguém dominada por bandidos e

pela corrupção irrefreável da sociedade. A China, após realizar o prodígio de matar de fome 30 milhões de pessoas numa só década, só se salvou ao renegar os princípios revolucionários que orientavam a sua economia e entregar-se, gostosamente, às abomináveis delícias do livre mercado. De Cuba, de Angola, do Vietnã e da Coreia do Norte, nem digo nada: são teatros de *Grand Guignol*, onde a violência estatal crônica não basta para esconder a miséria indescritível.

Todos os equívocos em torno da ideia de "revolução" vêm do prestígio associado a essa palavra como sinônimo de renovação e progresso, mas esse prestígio lhe advém precisamente do sucesso alcançado pelas "revoluções" inglesa e americana que, no sentido estrito e técnico com que emprego essa palavra, não foram revoluções de maneira alguma. Essa mesma ilusão semântica impede o observador ingênuo — e incluo nisso boa parte da classe acadêmica especializada — de enxergar a revolução onde ela acontece sob a camuflagem de transmutações lentas e aparentemente pacíficas, como, por exemplo, a implantação do governo mundial que hoje se desenrola ante os olhos cegos das massas atônitas.

O critério distintivo suficiente para eliminar todas as hesitações e equívocos é sempre o mesmo: com ou sem transmutações súbitas e espetaculares, com ou sem violência insurrecional ou governamental, com ou sem discursos de acusação histéricos e matança geral dos adversários, uma revolução está presente sempre que esteja em ascensão ou em curso de implantação um projeto de transformação profunda da sociedade, se não da humanidade inteira, por meio da concentração de poder.

É por não compreenderem isso que muitas vezes as correntes liberais e conservadoras, opondo-se aos aspectos mais vistosos e repugnantes de algum processo revolucionário, acabam por fomentá-lo inconscientemente sob algum outro de seus aspectos, cuja periculosidade lhes escape no momento. No Brasil de hoje, a concentração exclusiva nos males do petismo, do MST e similares pode levar liberais e conservadores a cortejar certos "movimentos sociais", na ilusão de poder explorá-los eleitoralmente. O que aí escapa à visão desses falsos espertos é que tais movimentos, ao menos a longo prazo, desempenham na implantação da nova ordem mundial socialista um papel ainda mais decisivo que o da esquerda nominalmente radical.

Outra ilusão perigosa é a de crer que o advento da administração planetária é uma fatalidade histórica inevitável. A facilidade com que a pequena Honduras quebrou as pernas do gigante mundialista mostra que, ao menos por enquanto, o poder desse monstrengo se constitui apenas de um blefe publicitário monumental.[1] É da natureza de todo blefe extrair sua substância vital da crença fictícia que consegue inocular em suas vítimas. Com grande frequência vejo liberais e conservadores repetindo os *slogans* mais estúpidos do globalismo, como por exemplo o de que certos problemas — narcotráfico, pedofilia etc. — não podem ser enfrentados em escala local, requerendo antes a intervenção de uma autoridade global. O contrassenso dessa afirmativa é tão patente que só um estado geral de sonsice hipnótica pode explicar que desfrute de alguma credibilidade. Aristóteles, Descartes e Leibniz ensinavam que, quando você tem um problema grande, a melhor maneira de resolvê-lo é subdividi-lo em unidades menores. A retórica globalista nada pode contra essa regra de método. Ampliar a escala de um problema jamais pode ser um bom meio de enfrentá-lo. A experiência de certas cidades americanas, que praticamente eliminaram a criminalidade de seus territórios usando apenas seus recursos locais, é a melhor prova de que, em vez de ampliar, é preciso diminuir a escala, subdividir o poder, e enfrentar os males na dimensão do contato direto e local em vez de deixar-se embriagar pela grandeza das ambições globais.

Que o globalismo é um processo revolucionário, não há como negar. E é o processo mais vasto e ambicioso de todos. Abrange a mutação radical não só das estruturas de poder, mas da sociedade, da educação, da moral, e até das reações mais íntimas da alma humana. É um projeto civilizacional completo e sua demanda de poder é a mais alta e voraz que já se viu. Tantos são os aspectos que o

compõem, tal a multiplicidade de movimentos que abrange, que sua própria unidade escapa ao horizonte de visão de muitos liberais e conservadores, levando-os a tomar decisões desastradas e suicidas no momento mesmo em que se esforçam para deter o avanço da "esquerda". A ideia do livre comércio, por exemplo, que é tão cara ao conservadorismo tradicional (e até a mim mesmo), tem sido usada como instrumento para destruir as soberanias nacionais e construir sobre suas ruínas um onipotente Leviatã universal. Um princípio certo sempre pode ser usado da maneira errada. Se nos apegamos à letra do princípio, sem reparar nas ambiguidades estratégicas e geopolíticas envolvidas na sua aplicação, contribuímos para que a ideia criada para ser instrumento da liberdade se torne uma ferramenta para a construção da tirania.

Onipresente e invisível

Diário do Comércio, 26 de março de 2012

Ao ouvir dizer que vive numa "democracia", o cidadão comum imagina que, malgrado algumas tramas sórdidas urdidas pelos políticos por trás das cortinas, o esquema de poder que domina a sociedade coincide com a estrutura visível das instituições e, em última instância, pode ser controlado mediante a pressão do clamor público ou o exercício do voto. Algum resíduo oculto, aqui e ali, será mais cedo ou mais tarde revelado pelos bravos jornalistas que destampam as latrinas e vasculham os esgotos, expondo os ladrões e conspiradores à luz do dia para que sofram as penas da lei. Não obstante falhas ocasionais, no conjunto o sistema, aerado pelos bons ventos da liberdade de imprensa, encarna os ideais iluministas da transparência e da racionalidade.

Lamento informar que há pelo menos vinte anos esse sistema cessou de existir. O poder dos governos sobre as populações civis já é praticamente incontrolável, reduzindo cada vez mais a um mero formalismo jurídico a diferença entre democracia e ditadura. Não, não se trata de nenhuma "teoria da conspiração". Conspirações existem, mas não são elas que produzem esse estado de coisas. Ao contrário, é ele que torna viável, hoje em dia, a criação de um governo global onipotente, imunizado contra qualquer tentativa de controle popular. O fenômeno resulta da convergência de três fatores.

1) A complexidade crescente da administração pública, continuamente fortalecida pelos aportes da tecnologia e das ciências sociais, fornece aos governos toda sorte de instrumentos para implantar as medidas que bem desejem sem ter de passar pelo controle legislativo nem muito menos pelo debate público. Das decisões fundamentais que alteraram a estrutura de poder no mundo nas últimas duas décadas, diluindo soberanias e transferindo a autoridade dos Estados para organismos internacionais, somente uma parte ínfima chegou a ser matéria de discussão parlamentar, e a maioria nem sequer recebeu da mídia uma cobertura proporcional à vastidão das consequências políticas que produziu.

2) A progressiva concentração dos meios de comunicação nas mãos de um reduzido número de grandes grupos econômicos íntimos do poder estatal, associada à tomada das redações por uma nova geração de jornalistas ideologicamente comprometidos, transformou jornais, revistas e canais de TV, de veículos de informação e debate, em agências de engenharia comportamental e controle político. A censura de notícias inconvenientes, a exclusão das opiniões divergentes, a promoção descarada dos ídolos da esquerda, a militância sistemática em favor dos objetivos propugnados pela revolução globalista tornaram-se quase que normas de redação, cinicamente impostas por toda parte como a expressão pura do jornalismo mais neutro e objetivo. Da noite para o dia, valores e critérios explosivamente revolucionários, hostis aos sentimentos de quase toda a população, passaram a ser apresentados como se fossem a opinião majoritária e obrigatória, o padrão supremo da normalidade.

Em todo o Ocidente não há, por exemplo, um só grande jornal ou canal de TV que não trate toda oposição às propostas gayzistas e abortistas como conduta aberrante e criminosa, dando a impressão de que os novos códigos de comportamento que se deseja implantar são consensos universais milenares, só rejeitados por fanáticos e doentes mentais. É evidente que isso não é jornalismo nenhum; é um teatro psicológico planejado para produzir mudanças comportamentais. É a engenharia da complacência, da qual já falei.[2]

3) A queda da URSS deixou desorientadas e órfãs as massas militantes por toda parte, liberando um enorme potencial humano que, não sabendo viver sem uma "causa social" que justifique sua existência, foi facilmente remanejado para servir, agora fartamente subsidiado pela elite financeira, sob as novas bandeiras da revolução global. Foi a vitória completa do fabianismo e do gramscismo sobre as versões mais arcaicas do movimento comunista. Com velocidade impressionante, as militâncias locais foram unificadas, criando, pela primeira vez na história humana, a possibilidade de mobilizações de massa quase instantâneas em escala mundial — a mais formidável máquina de pressão política e intimidação psicológica que o mundo já conheceu.

Sob o influxo desses três fatores, a velha democracia representativa tornou-se apenas a camuflagem jurídica e publicitária de novos esquemas de poder que a maioria dos cidadãos não compreende e em geral não conhece.

Graças a isso, o avanço da tirania global é hoje tão rápido, tão intenso, tão avassalador, que para registrar, simplesmente registrar a sucessão diária dos fatos que o exemplificam, seria preciso um jornal inteiro, não este pobre comentário semanal. Não se passa um dia sem que se criem novas estruturas de poder, novos meios de controle social, novos instrumentos de manipulação psicológica destinados a ter um impacto brutal, quase sempre destrutivo, não só na política e na economia, mas na vida privada e na mente de todos os seres humanos colocados sob a sua órbita. E esses fatos se desenrolam, quase todos, à margem da atenção pública, seja porque são produzidos por meios burocráticos discretos, contornando o debate, seja porque não chegam a ser noticiados, seja porque o são de maneira propositadamente deficiente, sumária e eufemística, de modo que somente uma fração mínima e inofensiva da população se dê conta do seu verdadeiro alcance e significado.

O sonho de Antonio Gramsci, o "poder onipresente e invisível", já é uma realidade em todo o mundo ocidental.

Lula planetário

O Globo, 3 de janeiro de 2004

Se Homero tinha razão ao dizer que os moinhos dos deuses moem lentamente, o cérebro nacional deve ser divino, pois é infinita a lentidão com que processa as mais óbvias informações. O filósofo Raymond Abellio, que nos conhecia bem, observava que nesta parte do universo a germinação das ideias não segue o ritmo histórico, mas o tempo geológico. Nada o ilustra melhor do que a renitente ignorância das elites brasileiras em torno da questão do governo mundial. Nossos líderes empresariais e políticos ainda vivem na época em que toda menção ao assunto podia ser tranquilamente rejeitada, com um sorriso de desdém, como "teoria da conspiração". No entanto, há pelo menos dez anos a ONU já declarou oficialmente sua intenção de consolidar-se como administração planetária: "Os problemas da humanidade já não podem ser resolvidos pelos governos nacionais. O que é preciso é um governo mundial. A melhor maneira de realizá-lo é fortalecendo as Nações Unidas."*

A autoridade avassaladora desse projeto constitui hoje a fonte única e central de onde jorram sobre toda a população terráquea legislações uniformes em matéria de indústria, comércio, ecologia, saúde,

educação, quotas raciais,[3] desarmamento civil[4] etc. A docilidade com que até nações poderosas como a Inglaterra se vergam às suas exigências — embora nenhuma com o entusiástico servilismo brasileiro — deve-se em parte à natureza informal, sutil e tácita do processo, que vai se implantando em doses homeopáticas, delicadamente, sem assumir sua existência de conjunto, transferindo para o recinto fechado das comissões técnicas as decisões rotuladas complexas demais para a competência da opinião pública e antecipando, assim, o fato consumado à mera possibilidade da discussão aberta.

As únicas resistências que tem encontrado vêm dos EUA e de Israel.

Mas os EUA permanecem num constante vaivém entre o desejo de afirmar sua independência contra as pretensões do globalismo e a tentação de tomar as rédeas do processo para conduzi-lo a seu modo. Assumir a liderança da uniformização mundial, arriscando perder a soberania e desarmar-se contra agressões letais, ou então entrincheirar-se numa autoafirmação nacionalista com o risco de desmantelar a aparente “ordem internacional” e suportar a hostilidade consequente, eis as opções que se oferecem aos EUA. A primeira dessas tendências predominou no governo Clinton. O resultado foi que os americanos, de concessão em concessão, consentiram em se enfraquecer militarmente e em curvar-se à intromissão estrangeira em campos vitais como ecologia, educação e imigração, ao mesmo tempo que, envergando a máscara de líderes e beneficiários maiores da globalização, se tornavam o bode expiatório do próprio mal que os debilitava. Com o governo Bush, a orientação girou 180 graus. A virada veio em 2001, com a rejeição do Protocolo de Kyoto[5] e a decisão de reagir ao 11 de setembro sem o beneplácito da ONU.

O projeto do governo mundial é originariamente comunista,** e os grupos econômicos ocidentais que se deixaram seduzir pela ideia, esperando tirar proveito dela, sempre acabaram financiando movimentos comunistas ao mesmo tempo que expandiam globalmente seus próprios negócios. As fundações Ford e Rockefeller[6] são os exemplos mais notórios. Nesses como em outros casos, a contradição entre o interesse econômico envolvido e as ambições políticas de longo prazo é origem de inumeráveis ambiguidades que desorientam o observador e, se ele é preguiçoso, o induzem a não pensar mais no assunto.

Uma coisa é certa: nos anos setenta e oitenta, a globalização parecia favorecer os EUA, mas, na década seguinte, ela tomou o rumo bem claro de uma articulação mundial antiamericana e, por tabela, anti-israelense. A eleição de George W. Bush e a política de afirmação nacional que tem seguido são as respostas lógicas a essa nova situação.

Como isso afeta o Brasil?

O sr. Luiz Inácio da Silva foi posto no poder com o apoio da rede global de partidos e organizações tecida em torno da ONU. Essa rede constitui o núcleo do governo mundial em avançada fase de implantação. A exorbitância de aplausos internacionais que saudaram a eleição do candidato petista não veio do nada: foi a expressão natural de júbilo do criador ante o sucesso da criatura. Se a própria escolha do Brasil como sede do Fórum Social Mundial, poucos meses antes das eleições, já não fosse prova suficiente da articulação planetária montada para esse fim, bastaria como confirmação *ex post facto* a pressa obscena com que a rede se mobilizou para tentar dar ao cidadão um Prêmio Nobel pelo “Fome Zero” antes que uma só colherada de feijão estatal chegasse à boca de algum faminto. O primeiro Nobel a crédito da história não chegou a ser conferido, mas é revelador.

Nesse quadro, a mobilização contra o “império americano” é hoje apenas uma vasta operação diversionista para camuflar a implantação do verdadeiro império e para colocar a serviço dele as veleidades nacionalistas de povos pouco esclarecidos, mais propensos a esbofetear espantalhos convencionais do que a identificar e enfrentar as verdadeiras fontes das limitações que os oprimem. Lutando contra a mera possibilidade teórica de um domínio mundial americano, as nações de cretinos tudo cedem ante uma ditadura global já praticamente vitoriosa no presente.

Quem foi que inventou o Brasil?

Zero Hora, 11 de junho de 2006

Se todos os meios de produção são estatizados, não há mercado. Sem mercado, os produtos não têm preços. Sem preços, não se pode fazer cálculo de preços. Sem cálculo de preços, não há planejamento econômico. Sem planejamento, não há economia estatizada. "Comunismo" é apenas uma construção hipotética destituída de materialidade, um nome sem coisa nenhuma dentro, um formalismo universal abstrato que não escapa ileso à navalha de Occam. Não existiu nem existirá jamais uma economia comunista, apenas uma economia capitalista camuflada ou pervertida, boa somente para sustentar uma gangue de sanguessugas politicamente lindinhos.

Desde que Ludwig von Mises explicou essas obviedades em 1922,[7] muitas consequências se seguiram.

Os líderes comunistas, por mais burros que fossem, entenderam imediatamente que o sábio austríaco tinha razão, mas não podiam, em público, dar o braço a torcer. Tolerando doses cada vez maiores de capitalismo legal ou clandestino nos territórios que dominavam, continuaram teimando em buscar algum arranjo que maquiasse o inevitável. Eduard Kardelij, ministro da Economia da Iugoslávia, chegou mesmo a imaginar que seria possível uma comissão de planejadores iluminados determinar um a um, por decreto, os preços de milhões de artigos, desde aviões supersônicos até agulhas de costura. A ideia jamais foi levada à prática, porque se assemelhava demasiado ao método português de matar baratas jogando uma bolinha de naftalina em cada uma. Os soviéticos permitiram que o capitalismo oficialmente banido continuasse prosperando na sombra e respondesse por quase 50% da economia da URSS. Daí o enxame de milionários que emergiram da toca, da noite para o dia, quando da queda do Estado soviético: eles jamais teriam podido existir num regime de proibição efetiva da propriedade privada.

Alguns grandes capitalistas ocidentais tiraram da demonstração de von Mises algumas conclusões mais agradáveis (para eles próprios). Se a economia comunista era impossível, todos os esforços destinados nominalmente a criá-la acabariam gerando alguma outra coisa. Essa outra coisa só poderia ser um capitalismo oculto, como na URSS, ou um socialismo meia-bomba, uma simbiose entre o poder do Estado e os grupos econômicos mais poderosos, um oligopólio, em suma. As duas hipóteses prometiam lucros formidáveis, aquela pela absoluta ausência de impostos, esta pela garantia estatal oferecida aos amigos do governo contra os concorrentes menos dotados. Se a primeira ainda comportava alguns riscos menores (extorsão, vinganças pessoais de funcionários públicos mal subornados), a segunda era absolutamente segura.

Foi então que um grupo de bilionários criou o plano estratégico mais maquiavélico da história econômica mundial — inventaram a fórmula assim resumida ironicamente pela colunista Edith Kermit Roosevelt (neta de Theodore Roosevelt): "A melhor maneira de combater o comunismo seria uma nova ordem socialista governada por 'especialistas' como eles próprios." Essa ideia espalhou-se como fogo entre os membros do CFR, Council on Foreign Relations, o poderoso *think tank* nova-iorquino. A política adotada desde então por todos os governos americanos (exceto Reagan) para com o terceiro mundo, na base de combater a "extrema esquerda" mediante o apoio dado à "esquerda moderada", foi criada diretamente pelo CFR. O esquema era infalível: se os "moderados" vencessem a parada, estaria instaurado o monopolismo; se os comunistas subissem ao poder, entraria automaticamente em ação o Plano B, o capitalismo clandestino. A "extrema esquerda", apresentada como "o" inimigo, não era na verdade o alvo visado; era apenas a mão esquerda do plano. O verdadeiro alvo era o livre mercado, que deveria perecer sob o duplo ataque de seus inimigos e de seus "defensores" os quais, usando o espantalho da revolução comunista, o induziam a fazer concessões

cada vez maiores ao socialismo alegadamente profilático da esquerda “boazinha”.

Reduzir o leque das opções políticas a uma disputa entre comunistas e socialdemocratas tem sido há meio século o objetivo constante dos bilionários inventores da nova ordem global. O Brasil de hoje é o laboratório dos seus sonhos.

História de quinze séculos

Jornal da Tarde, 17 de junho de 2004

Desmantelado o Império, as igrejas disseminadas pelo território tornaram-se os sucedâneos da esfrangalhada administração romana. Na confusão geral, enquanto as formas de uma nova época mal se deixavam vislumbrar entre as névoas do provisório, os padres tornaram-se cartorários, ouvidores e alcaides. As sementes da futura aristocracia europeia germinaram no campo de batalha, na luta contra o invasor bárbaro. Em cada vila e paróquia, os líderes comunitários que se destacaram no esforço de defesa foram premiados pelo povo com terras, animais e moedas; pela Igreja, com títulos de nobreza e a unção legitimadora da sua autoridade. Tornaram-se grandes fazendeiros, e condes, e duques, e príncipes, e reis.

A propriedade agrária não foi nunca o fundamento nem a origem, mas o fruto do seu poder. Poder militar. Poder de uma casta feroz e altiva, enriquecida pela espada e não pelo arado, ciosa de não se misturar às outras, de não se dedicar portanto nem ao cultivo da inteligência, bom somente para padres e mulheres, nem ao da terra, incumbência de servos e arrendatários, nem ao dos negócios, ocupação de burgueses e judeus.

Durante mais de um milênio governou a Europa pela força das armas, apoiada no tripé da legitimação eclesiástica e cultural, da obediência popular traduzida em trabalho e impostos, do suporte financeiro obtido ou extorquido aos comerciantes e banqueiros nas horas de crise e guerra.

Sua ascensão culmina e seu declínio começa com a fundação das monarquias absolutistas e o advento do Estado nacional. Culmina porque essas novas formações encarnam o poder da casta guerreira em estado puro, fonte de si mesmo por delegação direta de Deus, sem a intermediação do sacerdócio, reduzido à condição subalterna de cúmplice forçado e recalcitrante. Mas já é o começo do declínio, porque o monarca absoluto, vindo da aristocracia, dela se destaca e tem de buscar contra ela — e contra a Igreja — o apoio do terceiro Estado, o qual com isso acaba por tornar-se força política independente, capaz de intimidar juntos o rei, o clero e a nobreza.

Se o sistema medieval havia durado dez séculos, o absolutismo não durou mais de três. Menos ainda durará o reinado da burguesia liberal. Um século de liberdade econômica e política é suficiente para tornar alguns capitalistas tão formidavelmente ricos que eles já não querem submeter-se às veleidades do mercado que os enriqueceu. Querem controlá-lo, e os instrumentos para isso são três: o domínio do Estado, para a implantação das políticas estatistas necessárias à eternização do oligopólio; o estímulo aos movimentos socialistas e comunistas que invariavelmente favorecem o crescimento do poder estatal; e a arregimentação de um exército de intelectuais que preparem a opinião pública para dizer adeus às liberdades burguesas e entrar alegremente num mundo de repressão onipresente e obsediante (estendendo-se até aos últimos detalhes da vida privada e da linguagem cotidiana), apresentado como um paraíso adornado ao mesmo tempo com a abundância do capitalismo e a “justiça social” do comunismo. Nesse novo mundo, a liberdade econômica indispensável ao funcionamento do sistema é preservada na estrita medida necessária para que possa subsidiar a extinção da liberdade nos domínios político, social, moral, educacional, cultural e religioso.

Com isso, os megacapitalistas mudam a base mesma do seu poder. Já não se apoiam na riqueza

enquanto tal, mas no controle do processo político-social. Controle que, libertando-os da exposição aventurosa às flutuações do mercado, faz deles um poder dinástico durável, uma neoaristocracia capaz de atravessar incólume as variações da fortuna e a sucessão das gerações, abrigada no castelo-forte do Estado e dos organismos internacionais. Já não são megacapitalistas: são *metacapitalistas* — a classe que transcendeu o capitalismo e o transformou no único socialismo que algum dia existiu ou existirá: o socialismo dos grão-senhores e dos engenheiros sociais a seu serviço.

Essa nova aristocracia não nasce, como a anterior, do heroísmo militar premiado pelo povo e abençoado pela Igreja. Nasce da premeditação maquiavélica fundada no interesse próprio e, através de um clero postiço de intelectuais subsidiados, se abençoa a si mesma.

Resta saber que tipo de sociedade essa aristocracia autoinventada poderá criar — e quanto tempo uma estrutura tão obviamente baseada na mentira poderá durar.

2. MANIPULAÇÃO

Guerras culturais

Diário do Comércio, 2 de janeiro de 2006

"O segredo é da natureza mesma do poder", dizia René Guénon. Quem ignore essa regra hoje em dia está condenado a servir de instrumento cego e dócil para a realização de planos políticos de enorme envergadura que lhe permanecem totalmente invisíveis e inacessíveis. Isso é particularmente verdadeiro no caso das chamadas "guerras culturais", cujos movimentos, sutis e de longuíssimo prazo, escapam à percepção não só das massas como da quase totalidade das elites políticas, econômicas e militares. Todos sofrem o seu impacto e são profundamente alterados no curso do processo, inclusive nas suas reações mais íntimas e pessoais, mas geralmente atribuem esse efeito à espontaneidade do processo histórico ou a uma fatalidade inerente à natureza das coisas, sem ter a menor ideia de que até mesmo essa reação foi calculada e produzida de antemão por planejadores estratégicos.

A ideia de ter sido usado inconscientemente por outro mais esperto é tão humilhante que cada um instintivamente a rejeita indignado, sem notar que a recusa de enxergar os fios que o movem o torna ainda mais facilmente manejável. O medo de ser ridicularizado como crédulo é um poderoso estimulante da ingenuidade política, e na guerra cultural a exploração desse medo se tornou um dos procedimentos retóricos mais disseminados, erguendo uma muralha de preconceitos e reflexos condicionados contra a percepção de realidades que de outro modo seriam óbvias e patentes.

Uma longa tradição de lendas urbanas em torno de "teorias da conspiração" também ajudou a sedimentar essa reação. A guerra cultural não é, evidentemente, uma "conspiração", mas a sutileza das suas operações, raiando a invisibilidade, faz com que a impressão confusa suscitada pelo conceito em quem ouça falar dele pela primeira vez seja exatamente essa, produzindo quase infalivelmente aquele tipo de resposta que mereceria o nome de suspicácia ingênua, ou incredulidade caipira.

Outra dificuldade é que as armas usadas na guerra cultural são, por definição, uma propriedade quase monopolística da classe dos intelectuais e estudiosos, escapando não só à compreensão como aos interesses do cidadão comum, mesmo de elite, não envolvido em complexos estudos de história literária e cultural, filosofia, linguística, semiologia, arte retórica, psicologia e até mesmo sociologia da arte. Em todo o Congresso Nacional, na direção das grandes empresas e nos comandos militares não se encontrará meia dúzia de portadores dos conhecimentos requeridos para a compreensão do conceito, quanto mais para a percepção concreta das operações de guerra cultural. Sobretudo em países do terceiro mundo, a formação das elites governantes é maciçamente concentrada em estudos

de economia, administração, direito, ciência política e diplomacia. Para esses indivíduos, as letras e artes são, na melhor das hipóteses, um adorno elegante, um complemento lúdico às atividades "peso pesado" da política, da vida militar e da economia. Suas incursões de fim de semana em teatros e concertos podem alimentar conversas interessantes, mas jamais lhe darão aquela visão abrangente do universo cultural sem a qual a ideia mesma de uma ação organizada e controlada sobre o conjunto da cultura de um país (ou mais ainda de vários) seria impensável. De fato, para essas pessoas, ela *é* impensável. A cultura lhes aparece como o florescimento autônomo e incontrolável de "tendências", de impulsos criativos, de inspirações multitudinárias que expressam o "senso comum", o fundo de opiniões e sentimentos compartilhados por todos, a visão espontânea e "natural" da realidade.

Que, para o estrategista da guerra cultural, o "senso comum" seja um produto social como qualquer outro, sujeito a ser moldado e alterado pela ação organizada de uma elite militante;[8] que sentimentos e reações, que, para o cidadão comum, constituem a expressão personalíssima da sua liberdade interior, sejam para o planejador social apenas cópias mecânicas de moldes coletivos que ele mesmo fabricou; que a direção de conjunto das transformações culturais não seja a expressão dos desejos espontâneos da comunidade mas o efeito calculado de planos concebidos por uma elite intelectual desconhecida da maioria da população — tudo isso lhe parece ao mesmo tempo um insulto à sua liberdade de consciência e um atentado contra a ordem do mundo tal a concebe. Mas essa reação está em profundo descompasso com o tempo histórico.

A característica essencial da nossa época é justamente a transformação cultural planejada, e quem não seja capaz de percebê-la estará privado da possibilidade de lhe oferecer uma reação consciente: por mais dinheiro que tenha no bolso ou por mais alto cargo que ocupe na hierarquia política, jurídica ou militar, estará reduzido à condição de "massa de manobra" no sentido mais desprezível do termo. O sonho dos iluministas do século XVIII — uma sociedade inteira à mercê dos planos da elite "esclarecida" — tornou-se realizável dois séculos depois graças a três fatores: a expansão do ensino universitário, criando uma massa de intelectuais sem funções definidas na sociedade e prontos para ser arregimentados em tarefas militantes; o progresso dos meios de comunicação, que permite atingir populações inteiras a partir de uns poucos centros emissores; e a enorme concentração de riquezas nas mãos de alguns grupos oligárquicos imbuídos de ambições messiânicas.

A elite que virou massa

Diário do Comércio, 1º de dezembro de 2008

Em 1939, Eric Voegelin observava que as condições essenciais para a democracia, tal como haviam sido concebidas no século XVIII, já não existiam mais. De um lado, a economia e a administração pública tinham se tornado tão complexas que o cidadão comum já não preenchia as condições mínimas para formar uma opinião racional a respeito: sua razão refluíra para o círculo estreito das atividades profissionais e familiares, deixando suas escolhas políticas à mercê de apegos emocionais, desejos pueris, sonhos e fantasias que o tornavam presa fácil da propaganda totalitária. De outro lado, as novas classes surgidas na sociedade moderna — o proletariado urbano, o baixo funcionalismo público, os empregados de escritório — eram bem diferentes dos pequenos proprietários que criaram a democracia iluminista: eram exemplares do "homem massa" de Ortega y Gasset, menos inclinados à busca da independência pessoal do que a confiar-se cegamente à mágica do planejamento estatal e da disciplina coletiva. Tudo, no mundo, convidava ao totalitarismo.

Passados setenta anos, a composição da sociedade tornou-se ainda mais vulnerável à manipulação totalitária. O advento de massas imensas de subempregados, dependentes em tudo da proteção estatal,

somada à destruição da intelectualidade superior por meio da transformação global das universidades em centros de propaganda revolucionária, reduziu praticamente o eleitorado inteiro à condição de massa de manobra. As consequências disso para a democracia foram devastadoras:

1) A quase totalidade dos eleitores já nem tem ideia do que possa ter sido a independência pessoal, e aqueles que ainda sabem algo a respeito estão cada vez mais dispostos a abdicar dela em troca da proteção governamental, de benefícios previdenciários etc.

2) A defesa das liberdades públicas e privadas tornou-se irrelevante. A mística do "planejamento" apossou-se de todas as consciências a ponto de que o que resta de debate público ser hoje nada mais que o confronto entre diferentes — e em geral não muito diferentes — planos mágicos.

3) A possibilidade mesma de iniciativas sociais independentes foi praticamente eliminada, na medida em que a regulamentação das ONGs as transformou em extensões da administração estatal e em instrumentos de manipulação das massas pela elite iluminada e bilionária.

4) A "liberdade de opinião" tornou-se apenas a liberdade de aderir a distintos ou indistintos discursos de propaganda pré-moldados. O exame racional da situação tornou-se virtualmente incompreensível, sendo marginalizado ou absorvido, *malgré lui*, em algum dos discursos de propaganda existentes.

5) A implantação de políticas de controle totalitário — da economia, da cultura, da religião, da moral, da vida privada — mostrou-se plenamente compatível com a subsistência do processo eleitoral formal, hoje tido como suficiente para conferir a uma nação o título de "democracia". Com esse nome ou o de "democracia de massas", a ditadura por meios democráticos tornou-se praticamente o regime universal.

6) Restringir o uso da racionalidade às atividades profissionais imediatas, abandonando as escolhas políticas à mercê de sonhos e desejos irracionais, deixou de ser um hábito limitado às classes populares. As próprias "elites", hoje em dia — empresários, militares, jornalistas e formadores de opinião em geral — são tão dependentes de propaganda, *slogans* e imagens ilusórias, tão incapazes de um exame realista do estado de coisas, quanto os empregadinhos de escritório de que falava Eric Voegelin. Se um analista político lhe dá fatos, razões, diagnósticos fundamentados e previsões acertadas, a "elite" se sente mal. Ela não se ofende quando você lhe sonega a verdade, como ocorreu no caso do Foro de São Paulo ou da biografia de Barack Hussein Obama, mas quando lhe conta alguma verdade que divirja das pseudocertezas estereotipadas da mídia popular, hoje investida de autoridade pontifícia. A elite, em suma, tornou-se massa — e, como massa, não quer conhecimento, visão, maturidade: quer aquele reconforto, aquele amparo psicológico, aquelas ilusões anestésicas que os manipuladores totalitários jamais deixarão de lhe fornecer.

O exercício da razão, hoje, é um privilégio dividido entre os grandes planejadores estratégicos e engenheiros comportamentais, que por motivos óbvios não pensariam em partilhá-lo com ninguém mais, e os estudiosos independentes que tentam em vão partilhá-lo com quem não o deseja.

Armas da liberdade

Diário do Comércio, 17 de dezembro de 2009

A coisa mais óbvia, na análise da história e da sociedade, é que, quando a situação muda muito, você já não pode descrevê-la com os mesmos conceitos de antes: tem de criar novos ou aperfeiçoar criticamente os velhos, para dar conta de fatos inéditos, não enquadráveis nos gêneros conhecidos.

É patético observar como, já em plena fase de implantação do governo mundial, os analistas políticos, na universidade ou na mídia, continuam oferecendo ao público análises baseadas nos velhos

conceitos de “Estado nacional”, “poder nacional”, “relações internacionais”, “livre comércio”, “democracia”, “imperialismo”, “luta de classes”, “conflitos étnicos” etc., quando é claro que nada disso tem grande relação com os fatos do mundo atual.

Os acontecimentos mais básicos dos últimos cinquenta anos são: primeiro, a ascensão de elites globalistas, desligadas de qualquer interesse nacional identificável e empenhadas na construção não somente de um Estado mundial mas de uma pseudocivilização planetária unificada, inteiramente artificial, concebida não como expressão da sociedade mas como instrumento de controle da sociedade pelo Estado; segundo, os progressos fabulosos das ciências humanas, que depositam nas mãos dessas elites meios de dominação social jamais sonhados pelos tiranos de outras épocas.

Várias décadas atrás, Ludwig von Bertalanffy (1901-1972), o criador da Teoria Geral dos Sistemas, ciente de que sua contribuição à ciência estava sendo usada para fins indevidos, já advertia: “O maior perigo dos sistemas totalitários modernos é talvez o fato de que estão terrivelmente avançados não somente no plano da técnica física ou biológica, mas também no da técnica psicológica. Os métodos de sugestionamento em massa, de liberação dos instintos da besta humana, de condicionamento ou controle do pensamento desenvolveram-se até alcançar uma eficácia formidável: o totalitarismo moderno é tão terrivelmente científico que, perto dele, o absolutismo dos períodos anteriores aparece como um mal menor, diletante e comparativamente inofensivo.”

Em *L’Empire Écologique: La Subversion de l’Écologie par le Mondialisme*,[9] Pascal Bernardin explicou em maiores detalhes como a Teoria Geral dos Sistemas vem servindo de base para a construção de um sistema totalitário mundial, que nos últimos dez anos, definitivamente, saiu do estado de projeto para o de uma realidade patente, que só não vê quem não quer. Mas Von Bertalanffy não se referia somente à sua própria teoria. Ele fala de “métodos”, no plural, e o cidadão comum das democracias nem pode fazer uma ideia da pletora de recursos hoje postos à disposição dos novos senhores do mundo pela psicologia, pela sociologia etc. Se Von Bertalanffy tivesse de citar nomes, não omitiria o de Kurt Levin, talvez o maior psicólogo social de todos os tempos, cujo Instituto Tavistock, em Londres, foi constituído pela própria elite global em 1947 com a finalidade única de criar meios de controle social capazes de conciliar a permanência da democracia jurídica formal com a dominação completa do Estado sobre a sociedade.

Só para vocês fazerem uma ideia de até onde a coisa chega, os programas educacionais de quase todas as nações do mundo, em vigor desde há pelo menos vinte anos, são determinados por normas homogêneas diretamente impostas pela ONU e calculadas não para desenvolver a inteligência ou a consciência moral das crianças, mas para fazer delas criaturas dóceis, facilmente amoldáveis, sem caráter, prontas a aderir entusiasticamente, sem discussão, a qualquer nova palavra de ordem que a elite global julgue útil aos seus objetivos. Os meios usados para isso são técnicas de controle “não aversivas”, concebidas para fazer com que a vítima, cedendo às imposições da autoridade, sinta fazê-lo por livre vontade e desenvolva uma reação imediata de defesa irracional à simples sugestão de examinar criticamente o assunto.

Seria um eufemismo dizer que a aplicação em massa dessas técnicas “influencia” os programas de educação pública: elas são *todo* o conteúdo da educação escolar atual. Todas as disciplinas, incluindo matemática e ciências, foram remoldadas para servir a propósitos de manipulação psicológica. O próprio Pascal Bernardin descreveu meticulosamente o fenômeno em *Machiavel Pédagogue*.[10] Leia e descobrirá por que seu filho não consegue resolver uma equação de segundo grau ou completar uma frase sem três solecismos, mas volta da escola falando grosso como um comissário do povo, cobrando dos pais uma conduta “politicamente correta”.

A rapidez com que mutações repentinas de mentalidade, muitas delas arbitrárias, grotescas e até absurdas, impõem-se universalmente sem encontrar a menor resistência, como se emanassem de uma lógica irrefutável e não de um maquiavelismo desprezível, poderia ser explicada pelo simples

adestramento escolar que prepara as crianças para aceitar as novas modas como mandamentos divinos.

Mas, evidentemente, a escola não é a única agência empenhada em produzir esse resultado. A grande mídia, hoje maciçamente concentrada nas mãos de megaempresas globalistas, tem um papel fundamental na estupidificação das massas. Para isso, uma das técnicas de emprego mais generalizado hoje em dia é a *dissonância cognitiva*,[11] descoberta do psicólogo Leon Festinger (1919-1989). Vejam como a coisa funciona. Se vocês lerem os jornais americanos de hoje, saberão que Tiger Woods, o campeão de golfe, um dos cidadãos americanos mais queridos dos últimos tempos, está agora sob bombardeio cerrado dos jornais e noticiários de TV porque descobriram que o coitado tinha umas amantes. Escândalo! Horror! A indignação geral ameaça cortar metade dos patrocínios do adúltero e excluí-lo do rol das "pessoas maravilhosas" que aparecem em anúncios de tênis, chicletes e dietas miraculosas. Mas há um detalhe: ao lado dos protestos contra a imoralidade do esportista aparecem ataques ferozes aos "extremistas de direita" que não aceitam o abortismo, o casamento gay ou a indução de crianças à deleitação sexual prematura. Os dois códigos morais, mutuamente contraditórios, são oferecidos em simultaneidade, como igualmente obrigantes e sacrossantos. Excitado e impelido a todos os desmandos sexuais, mas ao mesmo tempo ameaçado de *character assassination* caso venha a praticá-los mesmo em dose modesta, o cidadão angustiado reage por uma espécie de colapso intelectual, tornando-se um boboca servil que já não sabe orientar-se a si mesmo e implora por uma voz de comando. O comando pode ser oco e sem sentido, como por exemplo *Change!*,[12] mas, quando vem, soa sempre como um alívio.

Acusar os cientistas por esse estado de coisas é tão idiota quanto jogar nas armas a culpa dos homicídios. Homens como von Bertalanffy, Levin e Festinger criaram instrumentos que podem servir tanto para a construção da tirania quanto para a reconquista da liberdade. Nós é que temos a obrigação de tirar essas armas das mãos de seus detentores monopolísticos, e aprender a usá-las com signo invertido, libertando o nosso espírito em vez de permitir que o escravizem.

A demolição das consciências

Diário do Comércio, 21 de dezembro de 2009

Quem tenha compreendido bem meu artigo "Armas da Liberdade" deve ter percebido também a conclusão implícita a que conduz incontornavelmente: boa parte do esforço moralizante despendido pela "direita religiosa" para sanear uma sociedade corrupta é inútil, já que termina sendo facilmente absorvida pela máquina da "dissonância cognitiva" e usada como instrumento de perdição geral.

Notem bem: moralidade não é uma lista de condutas louváveis e condenáveis, pronta para que o cidadão a obedeça com o automatismo de um rato de Pavlov.

Moralidade é consciência, é discernimento pessoal, é busca de uma meta de perfeição que só aos poucos vai se esclarecendo e encontrando seus meios de realização entre as contradições e ambiguidades da vida.

São Tomás de Aquino já ensinava que o problema maior da existência moral não é conhecer a regra geral abstrata, mas fazer a ponte entre a unidade da regra e a variedade inesgotável das situações concretas, onde frequentemente somos espremidos entre deveres contraditórios ou nos vemos perdidos na distância entre intenções, meios e resultados.

Lutero — para não dizerem que puxo a brasa para a sardinha católica — insistia em que "esta vida não é a devoção, mas a luta pela conquista da devoção".

E o santo padre Pio de Pietrelcina: "É melhor afastar-se do mundo pouco a pouco, em vez de tudo de uma vez."

A grande literatura — a começar pela Bíblia — está repleta de exemplos de conflitos morais angustiantes, mostrando que o caminho do bem só é uma linha reta desde o ponto de vista divino, que tudo abrange num olhar simultâneo. Para nós, que vivemos no tempo e na história, tudo é hesitação, lusco-fusco, tentativa e erro. Só aos poucos, orientada pela graça divina, a luz da experiência vai dissipando a névoa das aparências.

Consciência — especialmente consciência moral — não é um objeto, uma coisa que você possua. É um esforço permanente de integração, a busca da unidade para além e por cima do caos imediato. É unificação do diverso, é resolução de contradições.

Os códigos de conduta consagrados pela sociedade, transmitidos pela educação e pela cultura, não são jamais a solução do problema moral. São quadros de referência, muito amplos e genéricos, que dão apoio à consciência no seu esforço de unificação da conduta individual. Estão para a consciência de cada um como o desenho do edifício está para o trabalho do construtor: dizem por alto qual deve ser a forma final da obra, não como a construção deve ser empreendida em cada uma das suas etapas.

Quando os códigos são vários e contraditórios, é a própria forma final que se torna incongruente e irreconhecível, desgastando as almas em esforços vãos que as levarão a enroscar-se em problemas cada vez mais insolúveis e, em grande número de casos, a desistir de todo esforço moral sério. Muito do relativismo e da amoralidade reinantes não são propriamente crenças ou ideologias. São doenças da alma, adquiridas por esgotamento da inteligência moral.

Em tais circunstâncias, lutar por este ou aquele princípio moral em particular, sem ter em conta que, na mistura reinante, todos os princípios são bons como combustíveis para manter em funcionamento a engenharia da dissonância cognitiva, pode ser de uma ingenuidade catastrófica. O que é preciso denunciar não é este ou aquele pecado em particular, esta ou aquela forma de imoralidade específica: é o quadro inteiro de uma cultura montada para destruir, na base, a possibilidade mesma da consciência moral. O caso de Tiger Woods, que citei no artigo, é um entre milhares. Escândalos de adultério espoucam a toda hora na mesma mídia que advoga o abortismo, o sexo livre e o gayzismo. A contradição é tão óbvia e constante que nenhum aglomerado de curiosas coincidências poderia jamais explicá-la. Ela é uma opção política, a demolição planejada do discernimento moral. Muitas pessoas que se escandalizam com imoralidades específicas não percebem nem mesmo de longe a indústria do escândalo geral e permanente, em que as denúncias de imoralidade se integram utilmente como engrenagens na linha de produção. Ou a luta contra o mal começa pela luta contra a confusão, ou só acaba contribuindo para a confusão entre o bem e o mal.

Engenharia da complacência

Diário do Comércio, 11 de abril de 2012

Indignado ante o conformismo servil com que os americanos, outrora tão apegados às liberdades civis, vão aceitando as intrusões cada vez mais agressivas do governo nas suas vidas privadas, o economista Walter Williams finalmente se deu conta de que “o movimento antifumo explica parcialmente a atual complacência americana. Os zelotes do antitabagismo começaram com exigências ‘razoáveis’, como os avisos do Ministério da Saúde nos pacotes de cigarros. Depois exigiram áreas para não fumantes nos aviões. Encorajados pelo sucesso, exigiram a proibição total do fumo nos aviões, e depois nos aeroportos, nos restaurantes e nos locais de trabalho. Tudo em nome da saúde. Percebendo a resposta complacente dos fumantes, passaram a banir o fumo das praias, nas praças e nas calçadas das grandes cidades. Agora estão clamando por prêmios de seguro-saúde mais caros para os fumantes. Se tivessem apresentado a lista inteira de suas exigências logo no começo, não teriam conseguido nada. Usando a

cruzada antifumo como modelo e vendo os americanos tão complacentes, os zelotes e candidatos a tiranos estão ampliando mais e mais a sua agenda”.***

Meus leitores e ouvintes são testemunhas de que há uma década e meia, ou mais, venho lhes explicando o óbvio: a campanha antitabagista jamais teve nada a ver com a saúde. Como era de se prever desde o início, até hoje não se verificou em parte alguma, com a patente diminuição do número de fumantes, nenhuma, rigorosamente nenhuma redução proporcional da incidência das doenças alegadamente “causadas pelo fumo”. Mas a patente ausência dos resultados prometidos, em vez de colocar em questão as premissas iniciais da campanha e moderar a retórica antifumo, como se esperaria de mentalidades *soi-disant* científicas, é respondida com novas cargas de exigências cada vez mais prepotentes, mais histéricas, mais invasivas. O antitabagismo, como o socialismo, vive de redobrar o blefe após cada novo desmentido das suas pretensões, transfigurando em sucesso publicitário e político o fracasso crônico das metas nominais alardeadas. Não lhe falta, para isso, uma incansável e vociferante militância espalhada pela Europa e pelas Américas, composta de uma bem subsidiada elite ativista e uma massa idiota de “verdadeiros crentes” cada vez mais fanatizados. Tão fanatizados que nem mesmo o uso repetidamente comprovado de meios de propaganda fraudulentos (como as fotos forjadas que o nosso Ministério da Saúde estampou nos maços de cigarros) os leva a duvidar, por um momento sequer, da idoneidade da campanha.

Por trás do que imaginam os crentes, o antitabagismo militante jamais teve por meta proteger a saúde de ninguém. Foi apenas um primeiro e bem-sucedido experimento de engenharia comportamental em escala planetária. Foi um balão de ensaio, preparatório à implantação de controles cada vez mais drásticos, cada vez mais intrusivos, destinados a reduzir a população de todo o Ocidente a uma massa amorfa incapaz de reagir a qualquer imposição, por mais arbitrária, lesiva e absurda, que venha da elite globalista autoconstituída em governo mundial.

A escolha do tema foi especialmente ardilosa, visando a seduzir conservadores, evangélicos e moralistas em geral, desarmando-os preventivamente ante quaisquer campanhas subsequentes baseadas no mesmo modelo e usando a própria força deles para sufocar na “espiral do silêncio”[13] as poucas vozes discordantes. Uma vez que você cedeu tudo à pretensa autoridade científica dos organismos internacionais em matéria de “saúde”, fica difícil reerguer a cabeça quando essa autoridade, em seguida, estende seus domínios para as áreas da alimentação, da educação escolar, da moral sexual, da vida familiar e assim por diante. A facilidade estonteante com que a elite revolucionária instrumentalizou os seus próprios adversários mais ardorosos aparece condensada simbolicamente num detalhe cômico, ou tragicômico, que denota a fragilidade estrutural da reação antiestatista: o uso do tabaco é rigorosamente proibido nas sedes das organizações *libertarians* que defendem a liberação da maconha.

Só o que me espanta é que mesmo uma inteligência privilegiada como a de Walter Williams tenha levado tanto tempo para notar que o antitabagismo, usando do ardil das exigências progressivamente ampliadas (a famosa técnica da rã na panela), impôs muito mais do que sua meta nominal de restringir o consumo de cigarros: impôs, junto com ela, uma nova autoridade, um novo esquema de poder, um novo procedimento legislativo, um novo sistema de comandos que pode ser acionado a qualquer momento, com garantias quase infalíveis de obediência automática, para espalhar entre as massas as reações padronizadas que a elite global bem deseje. O triunfo da prepotência antitabagista não trouxe nem trará jamais os anunciados efeitos benéficos para a saúde da população, mas, depois dele, a humanidade Ocidental já não será mais a mesma. A complacência ante o Estado intrusivo parece ter-se arraigado de uma vez por todas no espírito das massas, pondo um fim à era da livre discussão e inaugurando a da passividade servil e do ódio à divergência.

Conduzidos à força

Diário do Comércio, 24 de setembro de 2012

Abortismo, casamento gay, quotas raciais, desarmamento civil, regulamentos ecológicos draconianos, liberação das drogas, controle estatal da conduta religiosa, redução da idade de consentimento sexual para 12 anos ou menos: tais são, entre alguns outros, os ideais que fazem bater mais forte o coração de estudantes, professores, políticos, jornalistas, ongueiros, empresários "esclarecidos" e demais pessoas que monopolizam o debate público neste país.

Nenhuma dessas propostas veio do povo brasileiro ou de qualquer outro povo. Nenhuma delas tem a sua aprovação.

Isso não importa. Elas vêm sendo e continuarão sendo impostas de cima para baixo, aqui como em outros países, mediante conchavos parlamentares, expedientes administrativos calculados para contornar o debate legislativo, propaganda maciça, boicote e repressão explícita de opiniões adversas e, *last not least*, farta distribuição de propinas, muitas delas sob a forma de "verbas de pesquisa" oferecidas a professores e estudantes sob a condição de que cheguem às conclusões politicamente desejadas.

De onde vêm essas ideias, a técnica com que se disseminam e o dinheiro que subsidia a sua implantação forçada?

A fonte desses três elementos é única e sempre a mesma: a elite bilionária fabiana e globalista que domina a rede bancária mundial e tem nas suas mãos o controle das economias de dezenas de países, assim como da totalidade dos organismos internacionais reguladores.

Nada nos seus planos e ações é secreto. Apenas, para perceber a unidade de um empreendimento cuja implementação se estende por todo um século e abrange as contribuições de milhares de colaboradores altamente preparados — uma plêiade de gênios das humanidades e das ciências —, é preciso reunir e estudar uma massa de fatos e documentos que está infinitamente acima das capacidades da população em geral, aí incluído o "proletariado intelectual" das universidades e da mídia onde esse mesmo empreendimento colhe o grosso da sua militância e dos seus idiotas úteis.

Em geral, nem seus adeptos e servidores, nem a população que se horroriza ante os resultados visíveis da sua política têm a menor ideia de quem é o agente histórico por trás do processo. Os primeiros deixam-se levar pelo atrativo aparente das metas nominais proclamadas e acreditam piamente — ó céus! — estar lutando contra a "elite capitalista".

A população vê o mundo piorando e de vez em quando se revolta contra esta ou aquela mudança em particular, contra a qual brande em vão os mandamentos da moralidade tradicional, sem que nem em sonhos lhe ocorra a suspeita de que essas reações pontuais e esporádicas já estão previstas no esquema de conjunto e canalizadas de antemão no sentido dos resultados pretendidos pela elite iluminada.

Para explicar a confortável invisibilidade que, após décadas de ação ostensiva em todo o mundo, o mais ambicioso projeto revolucionário de todos os tempos continua desfrutando, não é preciso nem mesmo apelar ao famoso adágio esotérico de que "o segredo se protege a si mesmo".

No meio do quadro há, é claro, alguns segredos, bem como a supressão de notícias indesejáveis, ordenada desde muito alto e praticada com notável subserviência pela classe jornalística. Mas esses não são, nem de longe, os fatores decisivos.

O que tem feito das populações as vítimas inermes de mudanças que elas não desejam nem compreendem são três fatores: (a) a luta desigual entre uma elite intelectual e financeira altissimamente qualificada e a massa das pessoas que não recebem informação nem educação senão dessa mesma fonte; (b) a continuidade do projeto ao longo de várias gerações, transcendendo o horizonte de visão histórica de cada uma delas; (c) a prodigiosa flexibilidade das concepções fabiano-

globalistas, cuja unidade reside inteiramente em objetivos de longuíssimo prazo e que, na variedade das situações imediatas, sabem se adaptar camaleonicamente às mais diversas exigências ideológicas, culturais e políticas, sem nenhum dogmatismo, sem nada daquela rigidez paralisante dos velhos partidos comunistas.

Para enxergar a unidade e a coerência por trás da diversidade alucinante das ações empreendidas por essa elite em todo o mundo ocidental, é preciso, além da massa de dados, alguns conceitos descritivos que o "cientista social" vulgar ignora por completo.

É preciso saber, por exemplo, que as "nações" e as "classes" não são nunca sujeitos agentes da história, mas apenas o excipiente com que os verdadeiros agentes injetam no corpo do tempo a substância ativa dos seus planos e decisões. Isto deveria ser óbvio, mas quem, numa intelectualidade acadêmica intoxicada de mitologia marxista (ou, em parte, de formalismo doutrinário liberal-conservador), entende que só grupos e entidades capazes de durar inalteradamente ao longo das gerações podem ter a veleidade de conduzir o processo histórico?

Entre esses grupos destacam-se, é claro, as famílias dinásticas, de origem nobre ou não, que hoje constituem o núcleo vivo da elite globalista. Quando essas famílias têm a seu serviço a classe acadêmica mundial, os organismos reguladores internacionais, o grosso das empresas de mídia, a rede planetária de ONGs e, por meio destas, até a massa de militantes *enragés* que imaginam combater aqueles que na verdade os dirigem, quem pode resistir a tanto poder concentrado?

Decerto, só os dois esquemas globalistas concorrentes, o russo-chinês e o islâmico. Mas o "mundo melhor" que prometem não é nem um pouco mais humano, nem mais livre, do que aquele para o qual a elite fabiana está nos conduzindo à força.

Da servidão hipnótica

O Globo, 15 de julho de 2000

Boa parte do noticiário da semana passada descrevia os debates sobre a passeata gay em Roma como um confronto entre o movimento homossexual e a "extrema direita". É típico exemplo de manipulação de vocabulário, que, adotada em escala mundial, tem mais força persuasiva do que qualquer argumentação ou campanha de publicidade explícita.

O deslocamento semântico da "extrema direita" cada vez mais para o centro visa a criar na opinião pública, por meio da sugestão irracional repetida, uma associação entre a imagem hedionda do nazifascismo e a de qualquer resistência, por mais mínima e discreta, que se oponha aos caprichos e exigências da militância *enragée*.

Extremismo é, por definição, o emprego de meios violentos para impor mudanças ainda mais violentas, como por exemplo leis raciais darwinistas ou a supressão forçada da religião. Quando a imprensa em massa, com o maior ar de inocência, passa a chamar de "extremista" qualquer cidadão pacífico que se apegue aos mandamentos de sua velha religião em vez de curvar-se com veloz solicitude às exigências repentinas de revolucionários histéricos, estamos diante de um caso óbvio de manipulação, destinada a forçar a rápida implantação de novos hábitos e valores por meio do engodo, eludindo os riscos do debate honesto e franco.

Se alguém dissesse, com todas as sílabas, que ser contra casamentos de machos com machos é nazismo, a mentira grotesca se denunciaria no ato. Embutida em frases de noticiário, passa como obviedade inofensiva. Repetido o truque algumas vezes, já se pode proclamá-la em voz alta sem risco de contestação: o hábito introjetado bloqueia as objeções conscientes.

A maior parte da humanidade não tem defesa contra esse ardil. Espremidos entre a hipótese de

ceder às novas palavras de ordem e a de tornar-se suspeitos de nazismo, quantos cidadãos terão o tempo e a prudência de tomar um recuo, de rejeitar a formulação do problema, de desmontar a armadilha lógica preparada para limitar sua visão dos fatos e sua capacidade de escolha? A maioria simplesmente aceitará a opção que lhe impõem. É verdade que cada concessão, isolada, significa pouco. Mas o efeito acumulado de milhares de pequenas concessões é o comprometimento integral da alma, a completa abdicação do juízo crítico. Não se pode nem chamar isso de servidão voluntária: é a servidão hipnótica.

Uma imprensa que submete seus leitores a esse tratamento não tem a menor ideia do que sejam democracia e liberdade de opinião, pois se esforça para liquidá-las no ato mesmo em que alardeia defendê-las. Não há debate possível sem o acesso consciente aos problemas em disputa. Tanto quanto a censura ostensiva, a transferência proposital das escolhas para o reino nebuloso das reações inconscientes é um abuso de autoridade, uma prepotência cínica que suprime o direito de saber, fundamento do direito de opinar.

A falsa rotulação de extremismo é só um exemplo entre milhares. Ninguém, hoje em dia, pode se dizer um cidadão livre e responsável, apto a votar e a discutir como gente grande, se não está informado das técnicas de manipulação da linguagem e da consciência, que certas forças políticas usam para ludibriá-lo, numa agressão mortal à democracia e à liberdade.

Essas técnicas são de emprego maciço, constante e pertinaz nos meios de comunicação e nas escolas. Apesar de sua imensa variedade, todas têm por princípio básico a distração induzida, o bloqueio sutil do julgamento consciente. Opiniões que, expostas com nitidez, suscitariam a mais obstinada oposição, são facilmente aceitas quando apresentadas de maneira implícita e envoltas numa névoa de desatenção. Há publicações inteiras, programas de TV inteiros, livros didáticos inteiros que são, de ponta a ponta, desatenção planejada.

Até a década de 1970, quando a maior parte das técnicas a que me refiro estava ainda em fase de estudos em laboratório, os intelectuais se interessavam pelo assunto, investigavam, discutiam a imoralidade e a periculosidade da ameaça iminente que representavam para a democracia.

Charles Morgan deu o alarma em *Liberties of the Mind*, Aldous Huxley em *Regresso ao admirável mundo novo*, Arthur Koestler promoveu congressos internacionais para discutir o perigo, Ivan Illitch fez pesquisas memoráveis sobre a manipulação das consciências pelo *establishment* médico e educacional.

De súbito, as discussões cessaram e as técnicas denunciadas foram entrando, uma a uma, sem a menor resistência, no uso cotidiano de jornais, escolas, canais de TV. Não é de estranhar que essa mudança tenha sido acompanhada de um vasto recrutamento de intelectuais “progressistas” para organismos internacionais, ONGs, serviços secretos e outras entidades interessadas em conduzir a discreta mutação psíquica dos povos. Hoje praticamente não há mais intelectuais independentes. Todos se cansaram de “interpretar o mundo” e aceitaram ser bem pagos para “transformá-lo”.

A elite de intelectuais ativistas que hoje maneja os cordões é tão cínica que chega a inventar as mais artificiosas justificativas ideológicas dessa manobra maquiavélica. É inútil argumentar racionalmente, proclama Richard Rorty: tudo o que podemos fazer, diz ele, é “inculcar sutilmente nas pessoas os nossos modos de falar”. E Antonio Gramsci, antecipando-se aos tempos, já tinha criado toda uma teoria da “revolução passiva” para demonstrar que a sonsa indiferença da multidão distraída vale por adesão explícita e basta para provar que a tomada do poder pelos comunistas foi uma escolha democrática do povo.

Como não enxergar a dose extraordinária de malícia, de presunção arrogante, de desprezo pela liberdade de consciência, que há nessas doutrinas de farsantes e tiranetes?

3. MENTALIDADE

A mentalidade revolucionária

Diário do Comércio, 16 de agosto de 2007

Desde que se espalhou por aí que estou escrevendo um livro chamado “A mente revolucionária”, tenho recebido muitos pedidos de uma explicação prévia quanto ao fenômeno designado nesse título.

“A mente revolucionária” é um fenômeno histórico perfeitamente identificável e contínuo, cujos desenvolvimentos ao longo de cinco séculos podem ser rastreados numa infinidade de documentos. Esse é o assunto da investigação que me ocupa desde há alguns anos. “Livro” não é talvez a expressão certa, porque tenho apresentado alguns resultados desse estudo em aulas, conferências e artigos e já nem sei se algum dia terei forças para reduzir esse material enorme a um formato impresso identificável. “A mente revolucionária” é o nome do assunto e não necessariamente de um livro, ou dois, ou três. Nunca me preocupei muito com a formatação editorial daquilo que tenho a dizer. Investigo os assuntos que me interessam e, quando chego a algumas conclusões que me parecem razoáveis, transmito-as oralmente ou por escrito conforme as oportunidades se apresentam. Transformar isso em “livros” é uma chatice que, se eu pudesse, deixaria por conta de um assistente. Como não tenho nenhum assistente, vou adiando esse trabalho enquanto posso.

“A mente revolucionária” não é um fenômeno essencialmente político, mas espiritual e psicológico, se bem que seu campo de expressão mais visível e seu instrumento fundamental seja a ação política.

Para facilitar as coisas, uso as expressões “mente revolucionária” e “mentalidade revolucionária” para distinguir entre o fenômeno histórico concreto, com toda a variedade das suas manifestações, e a característica essencial e permanente que permite apreender a sua unidade ao longo do tempo.

“Mentalidade revolucionária” é o estado de espírito, permanente ou transitório, no qual um indivíduo ou grupo se crê habilitado a remoldar o conjunto da sociedade — senão a natureza humana em geral — por meio da ação política; e acredita que, como agente ou portador de um futuro melhor, está acima de todo julgamento pela humanidade presente ou passada, só tendo satisfações a prestar ao “tribunal da história”. Mas o tribunal da história é, por definição, a própria sociedade futura que esse indivíduo ou grupo diz representar no presente; e, como essa sociedade não pode testemunhar ou julgar senão através desse seu mesmo representante, é claro que este se torna assim não apenas o único juiz soberano de seus próprios atos, mas o juiz de toda a humanidade, passada, presente ou futura. Habilitado a acusar e condenar todas as leis, instituições, crenças, valores, costumes, ações e obras de todas as épocas sem poder ser por sua vez julgado por nenhuma delas, ele está tão acima da humanidade histórica que não é inexato chamá-lo de super-homem.

Autoglorificação do super-homem, a “mentalidade revolucionária” é totalitária e genocida em si, independentemente dos conteúdos ideológicos de que se preencha em diferentes circunstâncias e ocasiões.

Recusando-se a prestar satisfações senão a um futuro hipotético de sua própria invenção e firmemente disposto a destruir pela astúcia ou pela força todo obstáculo que se oponha à remoldagem do mundo à sua própria imagem e semelhança, o revolucionário é o inimigo máximo da espécie humana, perto do qual os tiranos e conquistadores da Antiguidade impressionam pela modéstia das suas pretensões e por uma notável circunspecção no emprego dos meios.

O advento do revolucionário ao primeiro plano do cenário histórico — fenômeno que começa a perfilar-se por volta do século XV e se manifesta com toda a clareza no fim do século XVIII — inaugura a era do totalitarismo, das guerras mundiais e do genocídio permanente. Ao longo de dois

séculos, os movimentos revolucionários, as guerras empreendidas por eles e o morticínio de populações civis necessário à consolidação do seu poder mataram muito mais gente do que a totalidade dos conflitos bélicos, epidemias, terremotos e catástrofes naturais de qualquer espécie desde o início da história do mundo.

O movimento revolucionário é o flagelo maior que já se abateu sobre a espécie humana desde o seu advento sobre a Terra.

A expansão da violência genocida e a imposição de restrições cada vez mais sufocantes à liberdade humana acompanham *pari passu* a disseminação da "mentalidade revolucionária" entre faixas cada vez mais amplas da população, pela qual massas inteiras se imbuem do papel de juízes vingadores nomeados pelo tribunal do futuro e concedem a si próprios o direito à prática de crimes imensuravelmente maiores do que todos aqueles que a promessa revolucionária alega extirpar.

Mesmo se não levarmos em conta as matanças deliberadas e considerarmos apenas a *performance* revolucionária desde o ponto de vista econômico, nenhuma outra causa social ou natural criou jamais tanta miséria e provocou tantas mortes por desnutrição quanto os regimes revolucionários da Rússia, da China e de vários países africanos.

Qualquer que venha a ser o futuro da espécie humana e quaisquer que sejam as nossas concepções pessoais a respeito, a "mentalidade revolucionária" tem de ser extirpada radicalmente do repertório das possibilidades sociais e culturais admissíveis antes que, de tanto forçar o nascimento de um mundo supostamente melhor, venha a fazer dele um gigantesco aborto e do trajeto milenar da espécie humana sobre a Terra uma história sem sentido coroada por um final sangrento.

Embora as distintas ideologias revolucionárias sejam todas, em maior ou menor medida, ameaçadoras e daninhas, o mal delas não reside tanto no seu conteúdo específico, ou nas estratégias de que se servem para realizá-lo, quanto no fato mesmo de serem revolucionárias no sentido aqui definido.

O socialismo e o nazismo são revolucionários não porque propõem respectivamente o predomínio de uma classe ou de uma raça, mas porque fazem dessas bandeiras os princípios de uma remodelagem radical não só da ordem política, mas de toda a vida humana. Os malefícios que prenunciam se tornam universalmente ameaçadores porque não se apresentam como respostas locais a situações momentâneas, mas como mandamentos universais imbuídos da autoridade de refazer o mundo segundo o molde de uma hipotética perfeição futura. A Ku-Klux-Klan é tão racista quanto o nazismo, mas não é revolucionária porque não tem nenhum projeto de alcance mundial. Por essa razão seria ridículo compará-la, em periculosidade, ao movimento nazista. Ela é um problema policial puro e simples.

Por isso mesmo é preciso enfatizar que o sentido aqui atribuído ao termo "revolução" é ao mesmo tempo mais amplo e mais preciso do que a palavra tem em geral na historiografia e nas ciências sociais presentemente existentes. Muitos processos sociopolíticos usualmente denominados "revoluções" não são "revolucionários" de fato, porque não participam da "mentalidade revolucionária", não visam à remodelagem integral da sociedade, da cultura e da espécie humana, mas se destinam unicamente à modificação de situações locais e momentâneas, idealmente para melhor. Não é necessariamente revolucionária, por exemplo, a rebelião política destinada apenas a romper os laços entre um país e outro. Nem é revolucionária a simples derrubada de um regime tirânico com o objetivo de nivelar uma nação às liberdades já desfrutadas pelos povos em torno. Mesmo que esses empreendimentos empreguem recursos bélicos de larga escala e provoquem modificações espetaculares, não são revoluções, porque nada ambicionam senão à correção de males imediatos ou mesmo o retorno a uma situação anterior perdida.

O que caracteriza inconfundivelmente o movimento revolucionário é que sobrepõe a autoridade de um futuro hipotético ao julgamento de toda a espécie humana, presente ou passada. A revolução é, por

sua própria natureza, totalitária e universalmente expansiva: não há aspecto da vida humana que não pretenda submeter ao seu poder, não há região do globo a que não pretenda estender os tentáculos da sua influência.

Se, nesse sentido, vários movimentos político-militares de vastas proporções devem ser excluídos do conceito de "revolução", devem ser incluídos nele, em contrapartida, vários movimentos aparentemente pacíficos e de natureza puramente intelectual e cultural, cuja evolução no tempo os leve a constituir-se em poderes políticos com pretensões de impor universalmente novos padrões de pensamento e conduta por meios burocráticos, judiciais e policiais. A rebelião húngara de 1956 ou a derrubada do presidente brasileiro João Goulart, nesse sentido, não foram revoluções de maneira alguma. Nem o foi a independência americana, um caso especial que terei de explicar num outro artigo. Mas sem dúvida são movimentos revolucionários o darwinismo e o conjunto de fenômenos pseudorreligiosos conhecido como Nova Era. Todas essas distinções terão de ser explicadas depois em separado e estão sendo citadas aqui só a título de amostra.

Direita x Esquerda

Entre outras confusões que este estudo desfaz está aquela que reina nos conceitos de "esquerda"e "direita". Essa confusão nasce do fato de que essa dupla de vocábulos é usada por sua vez para designar duas ordens de fenômenos totalmente distintos. De um lado, a esquerda é a revolução em geral, e a direita a contrarrevolução. Não parecia haver dúvida quanto a isso no tempo em que os termos eram usados para designar as duas alas dos Estados Gerais. A evolução dos acontecimentos, porém, fez com que o próprio movimento revolucionário se apropriasse dos dois termos, passando a usá-los para designar suas subdivisões internas. Os girondinos, que estavam à esquerda do rei, tornaram-se a "direita" da revolução,[14] na mesma medida em que, decapitado o rei, os adeptos do Antigo Regime foram excluídos da vida pública e já não tinham direito a uma denominação política própria. Esta retração do "direitismo" admissível, mediante a atribuição do rótulo de "direita" a uma das alas da própria esquerda, tornou-se depois um mecanismo rotineiro do processo revolucionário. Ao mesmo tempo, remanescentes contrarrevolucionários genuínos foram frequentemente obrigados a aliar-se à "direita" revolucionária e a confundir-se com ela para poder conservar alguns meios de ação no quadro criado pela vitória da revolução. Para complicar mais as coisas, uma vez excluída a contrarrevolução do repertório das ideias politicamente admissíveis, o ressentimento contrarrevolucionário continuou existindo como fenômeno psicossocial, e muitas vezes foi usado pela esquerda revolucionária como pretexto e apelo retórico para conquistar para a sua causa faixas de população arraigadamente conservadoras e tradicionalistas, revoltadas contra a "direita" revolucionária imperante no momento. O apelo do MST à nostalgia agrária ou a retórica pseudotradicionalista adotada aqui e ali pelo fascismo fazem esquecer a índole estritamente revolucionária desses movimentos. O próprio Mao Tsé-tung foi tomado, durante algum tempo, como um reformador agrário tradicionalista. Também não é preciso dizer que, nas disputas internas do movimento revolucionário, as facções em luta com frequência se acusam mutuamente de "direitistas" (ou "reacionárias"). À retórica nazista que professava destruir ao mesmo tempo "a reação" e "o comunismo" correspondeu, no lado comunista, o duplo e sucessivo discurso que primeiro tratou os nazistas como revolucionários primitivos e anárquicos e depois como adeptos da "reação" empenhados em "salvar o capitalismo" contra a revolução proletária.

Os termos "esquerda" e "direita" só têm sentido objetivo quando usados na sua acepção originária de revolução e contrarrevolução respectivamente. Todas as outras combinações e significados são arranjos ocasionais que não têm alcance descritivo, mas apenas uma utilidade oportunística, como símbolos da unidade de um movimento político e signos demonizadores de seus objetos de ódio.

Nos EUA, o termo "direita" é usado ao mesmo tempo para designar os conservadores em sentido estrito, contrarrevolucionários até a medula, e os globalistas republicanos, "direita" da revolução mundial. Mas a confusão existente no Brasil é muito pior, onde a direita contrarrevolucionária não tem nenhuma existência política e o nome que a designa é usado, pelo partido governante, para nomear qualquer oposição que lhe venha desde dentro mesmo dos partidos de esquerda, ao passo que a oposição de esquerda o emprega para rotular o próprio partido governante.

Para mim está claro que só se pode devolver a esses termos algum valor descritivo objetivo tomando como linha de demarcação o movimento revolucionário como um todo e opondo-lhe a direita contrarrevolucionária, mesmo onde esta não tenha expressão política e seja apenas um fenômeno cultural.

A essência da mentalidade contrarrevolucionária ou conservadora é a aversão a qualquer projeto de transformação abrangente, a recusa obstinada de intervir na sociedade como um todo, o respeito quase religioso pelos processos sociais regionais, espontâneos e de longo prazo, a negação de toda autoridade aos porta-vozes do futuro hipotético.

Nesse sentido, o autor destas linhas é estritamente conservador. Entre outros motivos, porque acredita que só o ponto de vista conservador pode fornecer uma visão realista do processo histórico, já que se baseia na experiência do passado e não em conjeturações de futuro. Toda historiografia revolucionária é fraudulenta na base, porque interpreta e distorce o passado segundo o molde de um futuro hipotético e, aliás, indefinível. Não é uma coincidência que os maiores historiadores de todas as épocas tenham sido sempre conservadores.

Se, considerada em si mesma e nos valores que defende, a mentalidade contrarrevolucionária deve ser chamada propriamente "conservadora", é evidente que, do ponto de vista das suas relações com o inimigo, ela é estritamente "reacionária". Ser reacionário é reagir da maneira mais intransigente e hostil à ambição diabólica de mandar no mundo.

Ainda a mentalidade revolucionária

Diário do Comércio (editorial), 10 de outubro de 2007

Em acréscimo ao meu artigo de 16 de agosto,[15] eis aqui mais alguns traços que definem a "mentalidade revolucionária":

1) O revolucionário não entende a injustiça e o mal como fatores inerentes à condição humana, que podem ser atenuados mas não eliminados, e sim como anomalias temporárias criadas por uma parcela da humanidade; parcela — os burgueses, os judeus, os cristãos etc. — que pode ser localizada e punida, extirpando-se destarte a raiz do mal.

2) A parcela culpada espalha o mal e o pecado por meio do exercício de um poder — econômico, político, militar e cultural. Logo, deve ser eliminada por meio de um poder superior, o poder revolucionário, criado deliberadamente para esse fim.

3) O poder maligno domina a sociedade como um todo, moldando-a à imagem e semelhança de seus interesses, fins e propósitos. A erradicação do mal deve tomar portanto a forma de uma reestruturação radical da ordem social inteira. Nada pode permanecer intocado. O poder revolucionário, como o Deus da Bíblia, "faz novas todas as coisas". Não há limites para a abrangência e profundidade da ação revolucionária. Ela pode atingir mesmo as vítimas da situação anterior, acusando-as de ter-se habituado ao mal a ponto de se tornar suas cúmplices e por isso necessitar de castigo purificador tanto ou quase tanto quanto os antigos donos do poder.

4) Embora causado por uma parcela determinada da espécie humana, o mal se espalha tão

completamente por toda parte que se torna difícil conceber a vida sem ele. A nova sociedade de ordem, justiça e paz não pode portanto ser imaginada senão em linhas muito gerais, tão diferente ela será de tudo o que existiu até agora. O revolucionário não tem, pois, a obrigação — nem mesmo a possibilidade — de expor de maneira clara e detalhada o plano da nova sociedade, muito menos de provar sua viabilidade ou demonstrar, em termos da relação custo-benefício, as vantagens da transformação. Estas são dadas como premissas fundantes, de modo que a exigência de provas é impugnada automaticamente como subterfúgio para evitar a mudança e condenada *ipso facto* como elemento a ser eliminado. A revolução é fundamento de si própria e não pode ser questionada de fora.

5) Embora conhecida apenas como uma imagem muito geral e vaga, a sociedade futura coloca-se por isso acima de todos os julgamentos humanos e se torna ela própria a premissa fundante de todos os valores, de todos os juízos, de todos os raciocínios. Uma consequência imediata disso é que o futuro, não tendo como ser concebido racionalmente, só pode ser conhecido por meio de sua imagem na ação revolucionária presente, ação que, por isto mesmo, se subtrai por sua vez a qualquer julgamento humano, exceto o dos líderes revolucionários que a encarnam e personificam. Mas mesmo estes podem representá-la de maneira imperfeita, por serem filhos da velha sociedade e carregarem em si, ao menos parcialmente, os germes do antigo mal. A autoridade intelectual e profética dos líderes revolucionários é portanto provisória e só dura enquanto eles têm o poder material de assegurá-la. A condição de guia dos povos em direção ao futuro beatífico é, pois, incerta e revogável, conforme as irregularidades do percurso revolucionário. Os erros e crimes do líder caído, não podendo ser imputados à sociedade futura, nem ao processo revolucionário enquanto tal, nem ao movimento como um todo, só podem ser explicados portanto como um efeito residual do passado condenado: o revolucionário, por definição, só peca por não ser revolucionário o bastante.

A ilusão corporalista

Jornal do Brasil, 4 de dezembro de 2008

O que separa da humanidade normal os abortistas, gayzistas, globalistas, marxistas, liberais materialistas e outras criaturas afetadas de “mentalidade revolucionária” não é uma questão de opinião ou crença: é uma diferença mais profunda, de ordem imaginativa e afetiva.

Aristóteles já ensinava — e a experiência de 24 séculos não cessa de confirmar — que a inteligência humana não forma conceitos diretamente desde os objetos da percepção sensível, mas desde as formas conservadas na memória e alteradas pela imaginação. Isso quer dizer que aquilo que escape dos limites do seu imaginário será, para você, perfeitamente inexistente. O imaginário, por sua vez, não reflete somente as disposições do indivíduo, mas os esquemas linguísticos e simbólicos transmitidos pela cultura. A cultura tem o poder de moldar o imaginário individual, ampliando-o ou circunscrevendo-o, tornando-o mais luminoso ou mais opaco.

O imaginário da espécie humana quase inteira, ao longo dos milênios, foi formado por influências culturais que o convidavam a conceber o universo físico como uma parte, apenas, da realidade total. Para além do círculo da experiência imediata, existia uma variedade de outras dimensões possíveis, ocupando o território imensurável entre o infinito e o finito, a eternidade e o instante que passa.

A partir do momento em que o universo cultural passou a girar em torno da tecnologia e das ciências naturais, com a exclusão concomitante de outras perspectivas possíveis, era inevitável que o imaginário das multidões fosse se limitando, cada vez mais, aos elementos que pudessem ser expressos em termos da ação tecnológica e dos conhecimentos científicos disponíveis. Gradativamente, tudo o que escape desses dois parâmetros vai perdendo força simbolizante e acaba

sendo reduzido à condição de "produto cultural" ou "crença", sem mais nenhum poder de preensão sobre a realidade. O empobrecimento do imaginário é ainda agravado pela crescente devoção pública ao poder da ciência e da tecnologia, depositárias de todas as esperanças e detentoras, por isso mesmo, de toda autoridade. Isso não quer dizer que as dimensões supramateriais desapareçam de todo, mas elas só se tornam acessíveis ao imaginário popular quando traduzidas em termos de simbologia tecnológica e científica. Daí a moda da ficção científica, dos extraterrestres e dos deuses astronautas. Mas é claro que essa tradução não é uma verdadeira abertura para as dimensões espirituais, e sim apenas a sua redução caricatural à linguagem do imediato e do banal.

Uma das consequências disso é que o corpo, milenarmente compreendido como um aspecto entre outros na estrutura da individualidade, passou a ser não apenas o seu centro, mas o limite último das suas possibilidades. Aquelas potências do ser humano, que só aparecem quando é confrontado com a dimensão da infinitude e da eternidade, tornam-se absolutamente inacessíveis e passam a ser explicadas como "crenças culturais" de épocas extintas, com a conotação de atraso e barbarismo. Daí, também, que as mais hediondas realizações da sociedade tecnológica, como a guerra total e o genocídio, tenham de ser explicadas, de maneira invertida e totalmente irracional, como resíduos de épocas incivilizadas em vez de criações originais e típicas da nova cultura. O "formador de opinião" dos dias que correm é incapaz de perceber a diferença específica entre o totalitarismo moderno e as formas imensuravelmente mais brandas de tirania e opressão conhecidas na Antiguidade e na Idade Média. Para ele, o Gulag e Auschwitz são a mesma coisa que a Inquisição.[16] Quando lhe demonstramos que as formas extremas de controle totalitário da conduta individual eram perfeitamente desconhecidas em toda parte antes do século XIX, ele sente aquele mal-estar de quem vê o chão abrir-se sob seus pés. Então muda de conversa imediatamente ou nos amaldiçoa como fanáticos fundamentalistas.

Ascetas do mal

Leader (Porto Alegre), nº 21, 25 de dezembro de 2001

Enquanto heróis da saga revolucionária, Che Guevara e Osama bin Laden assemelham-se em pelo menos um ponto essencial, no qual sua autoimagem se confunde com sua imagem pública. Quero dizer que algo que eles acreditam piamente de si mesmos coincide com algo que sua plateia acredita piamente a respeito deles. Como todas as vidas de revolucionários modernos, sem exceção, as desses dois compõem-se essencialmente de um autoengano pessoal transfigurado em lenda mundial pelo efeito amplificador da propaganda, seja a propaganda organizada da esquerda militante, seja a propaganda informal da mídia simpática.

A crença pessoal a que me refiro — e que ambos expressaram abundantemente, por atos e palavras, não se tratando aqui de uma "interpretação" minha, mas da simples constatação de um fato — é a seguinte: exatamente como os heréticos da seita do "Livre Espírito" estudados por Norman Cohn em *The Pursuit of the Millennium*, um e outro acreditam-se tão profundamente, tão essencialmente identificados a uma causa superiormente justa e nobre, que mesmo seus pecados mais flagrantes e seus crimes mais hediondos lhes parecem resgatados, de antemão, pela unção incondicional de uma divindade legitimadora. Pouco importa que essa divindade seja, num deles, só informalmente teológica (a história, o progresso, a revolução), e só no outro expressamente teológica. Em ambos os casos há o apelo a uma fonte suprema da autoridade, que consagra o mal como bem.

Mas não é que se coloquem acima do bem e do mal, no sentido da amoralidade aristocrática do super-homem de Nietzsche ou do "amoralista" de Gide. Ao contrário: identificaram-se de tal modo

com o que lhes parece o bem, que mesmo o mal que praticam se transfigura, a seus olhos, automaticamente em bem. Atingiram, enfim, a seus próprios olhos, o estágio divino da impecância essencial.

Daí que, neles, a total falta de escrúpulos e a prática costumeira da violência criminosa coexistam sem maiores problemas com uma fé perfeitamente sincera na própria bondade, santidade até — implícita em Guevara, ostensiva em Osama.

E nada de confundi-los, por favor, com o farsante vulgar, o santarrão de opereta. Este é cômico porque nele os traços incompatíveis são mantidos juntos pela solda bem frágil da hipocrisia. No fundo ele tem consciência da sua falsidade e, pego de jeito, pode ser desmascarado perante si mesmo. No herói revolucionário, a mentira existencial tomou por completo o lugar da consciência, numa espécie de sacrifício ascético. A divindade macabra, ante cujo altar se consuma esse sacrifício, responde então ao postulante: ao contrário do mentiroso comum, que se enfraquece pela falsidade da sua posição, o asceta do mal ganha redobrado vigor a cada nova abjuração da verdade, tornando-se, no cume da sua antirrealização espiritual, capaz de projetar hipnoticamente sua imagem sobre as multidões.

Daí uma segunda semelhança: no paroxismo do culto idolátrico, militantes e simpatizantes chegam a ver em seus ídolos presenças divinas ou ao menos proféticas. Expressando uma convicção coletiva bem disseminada hoje em dia, Frei Betto nivelou ostensivamente Che Guevara a Jesus Cristo, e Arnaldo Jabor denominou Osama de Maomé II.

A mentira estrutural

Jornal do Brasil, 27 de setembro de 2007

Quando falo em "mentalidade revolucionária", não me refiro só aos revolucionários *ex professo*, mas a uma certa estrutura de percepção que pode estar presente em indivíduos alheios à atividade política. Um de seus traços característicos é o pseudoprofetismo: o sujeito se imagina o portador de um novo mundo — que pode ser um novo mundo científico, artístico, moral, religioso, político ou tudo isso ao mesmo tempo — e tão inebriado fica ante a visão desse futuro brilhante que sua percepção da vida atual se torna deformada, grotesca e, no sentido mais radical e absoluto, falsa.

A mentira e o fingimento, que a humanidade normal usa como expedientes ocasionais e momentâneos, são no revolucionário a base constante da sua visão de si mesmo e do universo. Eu usaria a palavra "histeria" para descrever esse quadro, se ele não fosse compatível com uma conduta externa aparentemente normal em tudo quanto esteja fora da área de atuação específica do indivíduo. Quando René Descartes, nas *Meditações de filosofia primeira*, confunde o seu eu temporal concreto com a ideia universal do eu cognoscente, e passa de um ao outro sem perceber que toma como narrativa autobiográfica o que é mera análise lógica de um conceito abstrato, isso é evidentemente um sintoma histérico, embora na vida diária o filósofo não desse o menor indício de histeria. Talvez "histeria intelectual" seja o termo. E histeria significa deixar-se arrebatar pelo próprio fingimento a ponto de acreditar nele piamente.

No revolucionário político, o fingimento exerce por isso mesmo uma função totalmente diversa daquela que tem nos políticos normais. Estes mentem quando lhes interessa, com a parcimônia necessária a manter um controle razoável da própria encenação. Suas mentiras são conscientes e refletidas, compatíveis com o realismo mais grosso e saudável. O revolucionário, como mede a vida presente com a régua do futuro maravilhoso que imagina personificar, simplesmente não pode enxergar as coisas como são. Ele tem de falsificar tudo para que os méritos hipotéticos da sociedade prometida sejam tomados como virtudes atuais da sua própria pessoa e do seu partido.

A mentira do político comum é instrumental e pontual, a do revolucionário é estrutural, permanente e expansiva: não podendo dosar conscientemente a mentira e a verdade, ele tem de destruir no público mesmo a capacidade de fazer essa distinção. Daí a “revolução cultural”, o desmantelamento sistemático da inteligência popular.

Quando o sr. Luiz Inácio[17] posa de nacionalista durão ao proclamar que “a Amazônia tem dono” e poucas horas depois abre o território amazônico à cobiça internacional como quem anuncia um loteamento, o contraste é tão ostensivo, tão obviamente escandaloso, que a hipótese do fingimento instrumental tem de ser afastada *in limine*. O sr. Luiz Inácio não é idiota a ponto de pensar que pode enganar alguém com uma mentira tão patente. Mas é louco o bastante para deixar-se enganar ele mesmo por ela, acreditando que o entreguismo, se praticado por um representante autorizado do futuro beatífico, se torna instantaneamente uma espécie de amor à pátria. Transfigurada pelo pseudoprofetismo, a contradição vira identidade, e *honny soit qui mal y pense*.

Longe de camuflar o abismo entre suas palavras e seus atos, o revolucionário o exibe com uma candura estupefaciente, que desarma o espectador. Ele não quer propriamente enganar o público. Quer estupidificá-lo para que viva em estado de engano permanente, como aliás ele próprio.

4. SOCIEDADE x CULPA

Direto do inferno

Jornal da Tarde, 13 de abril de 2000

O clamor obsessivo dos intelectuais, dos políticos e da mídia pela “supressão das desigualdades” e por uma “sociedade mais justa” pode não produzir, mesmo no longo prazo, nenhum desses dois resultados ou qualquer coisa que se pareça com eles. Mas, de imediato, produz ao menos um resultado infalível: faz as pessoas acreditarem que o predomínio da justiça e do bem depende da sociedade, do Estado, das leis, e não delas próprias. Quanto mais nos indignamos com a “sociedade injusta”, mais os nossos pecados pessoais parecem se dissolver na geral iniquidade e perder toda importância própria.

Que é uma mentira isolada, uma traição casual, uma deslealdade singular no quadro de universal safadeza que os jornais nos descrevem e a cólera dos demagogos verbera em palavras de fogo do alto dos palanques? É uma gota d’água no oceano, um grão de areia no deserto, uma partícula errante entre as galáxias, um infinitesimal ante o infinito. Ninguém vai ver. Pequemos, pois, com a consciência tranquila, e discursemos contra o mal do mundo.

Eliminemos do nosso coração todo sentimento de culpa, expelindo-o sobre as instituições, as leis, a injusta distribuição da renda, a alta taxa de juros e as hediondas privatizações.

Só há um problema: se todo mundo pensa assim, o mal se multiplica pelo número de palavras que o condenam. E, quanto mais maldoso cada um se torna, mais se inflama no coração de todos a indignação contra o mal genérico e sem autor do qual todos se sentem vítimas.

É preciso ser um cego, um idiota ou completo alienado da realidade para não notar que, na história dos últimos séculos, e sobretudo das últimas décadas, a expansão dos ideais sociais e da revolta contra a “sociedade injusta” vem junto com o rebaixamento do padrão moral dos indivíduos e com a consequente multiplicação do número de seus crimes. E é preciso ter uma mentalidade monstruosamente preconceituosa para recusar-se a ver o nexo causal que liga a demissão moral dos indivíduos a uma ética que os convida a aliviar-se de suas culpas lançando-as sobre as costas de um universal abstrato, “a sociedade”.

Se uma conexão tão óbvia escapa aos examinadores e estes se perdem na conjeturação evasiva de

mil e uma outras causas possíveis, é por um motivo muito simples: a classe que promove a ética da irresponsabilidade pessoal e da inculpação de generalidades é a mesma incumbida de examinar a sociedade e dizer o que se passa. O inquérito está a cargo do criminoso. São os intelectuais que, primeiro, dissolvem o senso dos valores morais, jogam os filhos contra os pais, lisonjeiam a maldade individual e fazem de cada delinquente uma vítima habilitada a receber indenizações da sociedade má, e, depois, contemplando o panorama da delinquência geral resultante da assimilação dos novos valores, se recusam a assumir a responsabilidade pelos efeitos de suas palavras. Então têm de recorrer a subterfúgios cada vez mais artificiosos para conservar uma pose de autoridades isentas e cientificamente confiáveis.

Os cientistas sociais, os psicólogos, os jornalistas, os escritores, as “classes falantes”, como as chama Pierre Bourdieu, não são as testemunhas neutras e distantes que gostam de parecer em público (mesmo quando em família se confessam reformadores sociais ou revolucionários). São forças agentes da transformação social, as mais poderosas e eficazes, as únicas que têm uma ação direta sobre a imaginação, os sentimentos e a conduta das massas. O que quer que se degrade e apodreça na vida social pode ter centenas de outras causas concorrentes, predisponentes, associadas, remotas e indiretas; mas sua causa imediata e decisiva é a influência avassaladora e onipresente das “classes falantes”.

Debilitar a consciência moral dos indivíduos a pretexto de reformar a sociedade é tornar-se autor intelectual de todos os crimes — e depois, com redobrado cinismo, apagar todas as pistas. A culpa dos intelectuais ativistas na degradação da vida social, na desumanização das relações pessoais, na produção da criminalidade desenfreada é, no seu efeito conjunto, ilimitada e incalculável. É talvez por eles terem se sujado tanto que suas palavras de acusação contra a sociedade têm aquela ressonância profunda e atemorizante que ante a plateia ingênua lhes confere uma aparência de credibilidade. Ninguém fala com mais força e propriedade contra o pecador do que o demônio que o induziu ao pecado. O discurso dos intelectuais ativistas contra a sociedade vem direto do último círculo do inferno.

A fórmula para enlouquecer o mundo

Diário do Comércio, 11 de junho de 2007

Adam Smith observa que em toda sociedade coexistem dois sistemas morais: um, rigidamente conservador, para os pobres; outro, flexível e permissivo, para os ricos e elegantes. A história confirma abundantemente essa generalização, mas ainda podemos extrair dela muita substância que não existia no tempo de Adam Smith.

O que aconteceu foi que o advento da moderna democracia modificou bastante a convivência entre os dois códigos. Primeiro elevou até à classe dominante o moralismo dos pobres: na América do século XIX vemos surgir, pela primeira vez na história, uma casta de governantes que admitem ser julgados pelas mesmas regras vigentes entre o resto da população. No século seguinte, as proporções se invertem: a permissividade não só se instala de novo entre a classe chique, mas daí desce e contamina o povão. É verdade que não o faz por completo: metade da nação americana ainda se compreende e se julga segundo os preceitos da Bíblia. Mas os efeitos da “revolução sexual” foram profundos, espalhando por toda parte o permissivismo e o deboche para muito além da esfera sexual. O episódio Clinton, perdoado pelo parlamento após ter usado o salão oval da Casa Branca como quarto de motel, mostra que, para uma grande parcela da opinião pública, até as aparências de moralidade se tornaram dispensáveis. Um breve exame das estatísticas de gravidez infanto-juvenil e do uso de

drogas mostra que idêntica transformação ocorreu nos países da Europa ocidental, onde a dissolução dos costumes já vinha desde o fim da Primeira Guerra Mundial.****

As consequências dessa transformação se ampliam para muito além do domínio "moral". Conforme vem demonstrando E. Michael Jones numa série memorável de estudos,***** é aí mesmo que se deve procurar a causa do sucesso das ideologias totalitárias no século XX. Articulando o seu diagnóstico com o de Gertrude Himmelfarb,****** podemos chegar a algumas conclusões bem elucidativas.

O poeta Stephen Spender, após romper com o Partido Comunista, já havia admitido que o que conduzia os intelectuais ocidentais à paixão por ideologias contrárias à própria liberdade de que desfrutavam era o sentimento de culpa e o desejo de livrar-se dele a baixo preço. A origem dessa culpa reside no fato de que amplas faixas da classe média passaram a desfrutar de lazeres e prazeres praticamente ilimitados, sem ter de arcar com as responsabilidades políticas, militares e religiosas com que a antiga aristocracia pagava o preço moral dos seus desmandos sexuais e etílicos. Num tempo em que a França era o país mais cristão da Europa, Luís XIV tinha nada menos de 28 amantes, mas sua rotina de trabalho era mais pesada que a de qualquer executivo de multinacional, sem contar o fato, tão brilhantemente enfatizado por René Girard,******* de que a função real trazia consigo a obrigação de servir de bode expiatório para os males nacionais: quando a cabeça de Luís XVI rolou em pagamento das dívidas de seu pai e de seu avô, isso não foi uma inovação revolucionária, mas o simples cumprimento de um acordo tácito vigente no cerne mesmo do sistema monárquico. Já na Idade Média, os encargos da defesa territorial incumbiam inteiramente à classe aristocrática: ninguém podia obrigar um camponês ou comerciante a ir para a guerra, mas o nobre que fugisse aos seus deveres bélicos seria instantaneamente executado pelos seus pares. *Noblesse oblige*: a classe aristocrática era liberada de parte dos rigores morais cristãos na mesma medida em que pagava pela sua liberdade com a permanente oferta da própria vida em sacrifício pelo bem de todos.

A democratização da permissividade espalha os direitos da aristocracia por uma multidão de recém-chegados que de repente se veem liberados da pressão religiosa, sem ter de assumir por isso nenhum encargo extra, por mínimo que seja, capaz de restaurar o equilíbrio entre direitos e deveres. Ao contrário, junto com a liberdade vem o acesso a bens inumeráveis e a um padrão de vida que chega mesmo a ser superior ao da velha aristocracia — tudo isso a leite de pato.

Ortega y Gasset notou, no seu clássico de 1928, *La Rebelión de las Masas*, que o típico representante da moderna classe média, o "homem massa", era realmente um filhinho de papai, um *señorito satisfecho* que se julgava herdeiro legítimo de todos os benefícios da civilização moderna para os quais não havia contribuído em absolutamente nada, pelos quais não tinha de pagar coisa nenhuma e dos quais, geralmente, ignorava tudo quanto aos sacrifícios que os produziram.

Por toda parte, nas civilizações anteriores, um certo equilíbrio entre custo e benefício, entre direitos e deveres, entre prazeres e sacrifícios, era reconhecido como o princípio central da sanidade humana. A liberação de massas imensas de população para o desfrute de prazeres e requintes gratuitos é uma das situações psicológicas mais ameaçadoras já vividas pela humanidade desde o tempo das cavernas. Para cada indivíduo engolfado nesse processo, o efeito mais direto e incontornável da experiência é um sentimento de culpa tanto mais profundo e avassalador quanto menos conscientizado. Mas como poderia ele ser conscientizado, se na mesma medida em que se abrem as portas do prazer se fecham as da consciência religiosa?

O *señorito satisfecho* é corroído por um profundo ódio a si mesmo, mas está proibido, pela cultura vigente, de perceber a verdadeira natureza de suas culpas, e mais ainda de aliviá-las mediante a confissão religiosa e o cumprimento de deveres penitenciais. A culpa mal conscientizada, conforme a psicanálise demonstrou vezes sem conta, acaba sempre se exteriorizando como fantasia persecutória e acusatória projetada sobre os outros, sobre "o mundo", sobre "o sistema". O homem medianamente instruído do nosso tempo joga suas culpas sobre "o sistema", fingindo para si mesmo que está

revoltado pelo que ele nega aos pobres, quando na realidade o odeia por aquilo que esse sistema lhe dá sem exigir nada em troca. Não que o sistema seja isento de culpas; mas a mesma prosperidade geral, que espalha os benefícios da civilização entre massas crescentes que jamais poderiam sonhar com isso nos séculos anteriores, mostra que essas culpas não são de ordem econômica, mas cultural: o capitalismo não cria miséria e sim riqueza; mas junto com ela espalha o laicismo e o permissivismo, rompendo o equilíbrio entre o prazer e o sacrifício, necessidade básica da psique humana. Daí o aparente paradoxo de que o ódio ao sistema se dissemine principalmente — ou exclusivamente — entre as classes que dele mais se beneficiam materialmente (lembre-se do que eu disse sobre o movimento gay no artigo “Consequências mais que previsíveis”).[18]

A tentação socialista aparece aí como o canal mais fácil por onde as culpas do filhinho de papai são jogadas precisamente sobre as fontes do seu bem-estar e da sua liberdade. Vejam essa meninada da USP, gente de classe média e alta, depredando uma universidade gratuita, e compreenderão do que estou falando: o que esses garotos precisam não é de mais benefícios; é de uma cobrança moral que restaure a sua sanidade. Mas, como os representantes do Estado são eles próprios *señoritos satisfechos* que também não compreendem a origem das suas próprias culpas, sua tendência é fazer dos jovens *enragés* um símbolo da sua própria consciência moral faltante; daí que lhes cedam tudo, num arremedo de penitência, corrompendo-os e corrompendo-se cada vez mais e precipitando uma acumulação de culpas que só pode culminar na suprema culpa da sangueira revolucionária.

“Vivemos num mundo demente, e sabemos perfeitamente disso”, dizia Jan Huizinga na década de 1930, pouco antes que o desequilíbrio da alma europeia desaguasse no morticínio geral. Transcorridas quase oito décadas, a humanidade ocidental nada aprendeu com a experiência e está pronta a repeti-la. Hipnotizada pela lógica do desejo, que não enxerga cura para os males senão na busca de mais satisfações e mais liberdade, como poderia ela descobrir que seu problema não é falta de bens ou prazeres, mas falta de deveres e sacrifícios que restaurem o sentido da vida e a integridade da alma?

Não é preciso dizer que a adesão ao *ersatz* revolucionário e socialista, sendo na base uma farsa neurótica, não alivia as culpas de maneira alguma, mas as recalca ainda mais fundo no inconsciente, onde se tornam tanto mais explosivas e letais quanto mais encobertas por um discurso de autobeatificação ideológica (Marilena Chauí sonhava em “viver sem culpas”; o sr. Luiz Inácio Lula da Silva admite modestamente ter realizado esse ideal). O ódio ao sistema — com sua expressão mais típica hoje em dia, o antiamericanismo — cresce na medida mesma em que a ilusão autolisonjeira da pureza de intenções induz cada um a sujar-se cada vez mais na cumplicidade com a corrupção e os crimes do partido revolucionário. Os capitalistas, os representantes do “sistema”, por sua vez, aceitam passivamente ser objeto de ódio e até se regozijam nele, na vã esperança de assim purgar suas próprias culpas; mas, como estas não residem onde as aponta o discurso revolucionário, cada nova concessão ao clamor esquerdista os torna ainda mais culpados e vulneráveis.

Antecipando as análises de Jones e de Himmelfarb, Igor Caruso******** localizava a origem das neuroses não na repressão do desejo sexual, mas na rejeição dos apelos da consciência moral. O abandono da consciência de culpa não pode trazer outro resultado senão a proliferação de culpas inconscientes. E as culpas inconscientes necessitam de novos e novos bodes expiatórios, cujo sacrifício só as torna ainda mais angustiantes e intoleráveis.

Sociedade justa

Diário do Comércio, 10 de março de 2011

Outro dia perguntaram qual o meu conceito de uma sociedade justa. A palavra “conceito” entrava aí

com um sentido antes americano e pragmatista do que greco-latino. Em vez de designar apenas a fórmula verbal de uma essência ou ente, significava o esquema mental de um plano a ser realizado. Nesse sentido, evidentemente, eu não tinha conceito nenhum de sociedade justa, pois, persuadido de que não cabe a mim trazer ao mundo tão maravilhosa coisa, também não me parecia ocupação proveitosa ficar inventando planos que não tencionava realizar.

O que estava ao meu alcance, em vez disso, era apenas analisar a ideia mesma de "sociedade justa" — o seu conceito no sentido greco-latino do termo — para ver se fazia sentido e se tinha alguma serventia.

Desde logo, os atributos de justiça e injustiça só se aplicam aos entes reais capazes de agir. Um ser humano pode agir, uma empresa pode agir, um grupo político pode agir, mas "a sociedade", como um todo, não pode. Toda ação subentende a unidade da intenção que a determina, e nenhuma sociedade chega a ter jamais uma unidade de intenções que justifique apontá-la como sujeito concreto de uma ação determinada. A sociedade, como tal, não é um agente: é o terreno, a moldura onde as ações de milhares de agentes, movidos por intenções diversas, produzem resultados que não correspondem integralmente nem mesmo às intenções deles, quanto mais às de um ente genérico chamado "a sociedade"!

"Sociedade justa" não é portanto um conceito descritivo. É uma figura de linguagem, uma metonímia. Por isso mesmo, tem necessariamente uma multiplicidade de sentidos que se superpõem e se mesclam numa confusão indeslindável, que basta para explicar por que os maiores crimes e injustiças do mundo foram praticados, precisamente, em nome da "sociedade justa". Quando você adota como meta das suas ações uma figura de linguagem imaginando que é um conceito, isto é, quando você se propõe realizar uma coisa que não consegue nem mesmo definir, é fatal que acabe realizando algo de totalmente diverso do que imaginava. Quando isso acontece há choro e ranger de dentes, mas quase sempre o autor da encrenca se esquiva de arcar com suas culpas, apegando-se com tenacidade de caranguejo a uma alegação de boas intenções que, justamente por não corresponderem a nenhuma realidade identificável, são o melhor analgésico para as consciências pouco exigentes.

Se a sociedade, em si, não pode ser justa ou injusta, toda sociedade abrange uma variedade de agentes conscientes que, estes sim, podem praticar ações justas ou injustas. Se algum significado substantivo pode ter a expressão "sociedade justa", é o de uma sociedade onde os diversos agentes têm meios e disposição para ajudar uns aos outros a evitar atos injustos ou a repará-los quando não puderam ser evitados. "Sociedade justa", no fim das contas, significa apenas uma sociedade onde a luta pela justiça é possível. "Meios" quer dizer: poder. Poder legal, decerto, mas não só isso: se você não tem meios econômicos, políticos e culturais de fazer valer a justiça, pouco adianta a lei estar do seu lado. Para haver aquele mínimo de justiça sem o qual a expressão "sociedade justa" seria apenas um belo adorno de crimes nefandos, é preciso que haja uma certa variedade e abundância de meios de poder espalhados pela população em vez de concentrados nas mãos de uma elite iluminada ou sortuda. Porém, se a população mesma não é capaz de criar esses meios e, em vez disso, confia num grupo revolucionário que promete tomá-los de seus atuais detentores e distribuí-los democraticamente, aí é que o reino da injustiça se instala de uma vez por todas. Para distribuir poderes, é preciso primeiro possuí-los: o futuro distribuidor de poderes tem de tornar-se, antes, o detentor monopolístico de todo o poder. E mesmo que depois venha a tentar cumprir sua promessa, a mera condição de distribuidor de poderes continuará fazendo dele, cada vez mais, o senhor absoluto do poder supremo.

Poderes, meios de agir, não podem ser tomados, nem dados, nem emprestados: têm de ser criados. Caso contrário, não são poderes: são símbolos de poder, usados para mascarar a falta de poder efetivo. Quem não tem o poder de criar meios de poder será sempre, na melhor das hipóteses, o escravo do doador ou distribuidor.

Na medida em que a expressão "sociedade justa" pode se transmutar de figura de linguagem em

conceito descritivo viável, torna-se claro que uma realidade correspondente a esse conceito só pode existir como obra de um povo dotado de iniciativa e criatividade — um povo cujos atos e empreendimentos sejam variados, inéditos e criativos o bastante para que não possam ser controlados por nenhuma elite, seja de oligarcas acomodados, seja de revolucionários ávidos de poder.

Aquele que deseja sinceramente libertar o seu povo do jugo de uma elite mandante não promete jamais tomar o poder dessa elite para distribuí-lo ao povo: trata, em vez disso, de liberar as forças criativas latentes no espírito do povo, para que este aprenda a gerar seus próprios meios de poder — muitos, variados e imprevisíveis —, minando e diluindo os planos da elite — de qualquer elite — antes que esta possa sequer compreender o que se passou.

Regra geral

Diário do Comércio, 13 de novembro de 2012

Se vocês ainda não notaram, aproveitem o festival de homicídios em São Paulo como ocasião perfeita para notar esta regra geral nunca desmentida: com a mesma constância com que em qualquer nação agrária e atrasada as revoluções socialistas resultam imediatamente na instauração de ditaduras genocidas, em todo país mais ou menos próspero e democrático onde a esquerda se torne hegemônica as taxas de criminalidade sobem e não param mais de subir. O primeiro desses fenômenos observou-se na Rússia, na China, na Coreia do Norte, no Camboja, em Cuba etc. O segundo, na França, na Inglaterra, na Argentina, na Venezuela, nos EUA, no Brasil e um pouco por toda parte no Ocidente.

Por quê? E há alguma relação entre essas duas séries de fatos?

Todo o esquema socialista baseia-se na ideia de Karl Marx de que o proletariado industrial é a classe revolucionária por excelência, separada da burguesia por uma contradição inconciliável entre seus interesses respectivos.

Quando um partido revolucionário toma o poder numa nação atrasada, predominantemente agrária, como a Rússia de 1917 e a China de 1949, não encontra ali uma classe proletária suficientemente numerosa para poder servir de base à transformação da sociedade. O remédio é apelar à industrialização forçada, para criar um proletariado da noite para o dia e "desenvolver as forças produtivas" até o ponto de ruptura em que a burguesia se torne desnecessária e possa ser substituída por administradores proletários. Para isso é preciso instaurar uma ditadura totalitária que possa controlar e remanejar a força de trabalho a seu bel-prazer (Trótski chamava isso de "militarização do trabalho"). Daí a semelhança de métodos entre os regimes revolucionários socialistas e fascistas: ambos têm como prioridade a industrialização forçada, com a única diferença de que os fascistas a desejam por motivos nacionalistas e os socialistas pelo anseio da revolução mundial.

Já quando a esquerda revolucionária sobe ao poder por via eleitoral numa nação mais ou menos democrática e desenvolvida, ela encontra um proletariado numeroso e às vezes até organizado. Mas é um proletariado que já não serve como classe revolucionária, porque a evolução do capitalismo, em vez de empobrecê-lo e marginalizá-lo como previa Marx, elevou seu padrão de vida formidavelmente e o integrou na sociedade como uma nova classe média, indiferente ou hostil à proposta de revoluções. Para não ficar socialmente isolados e politicamente ineficazes, os revolucionários têm de encontrar algum outro grupo social cujo conflito de interesses com o resto da sociedade possa ser explorado. Mas não existe nenhum que tenha com a burguesia um antagonismo econômico tão direto e claro, um potencial revolucionário tão patente quanto aquele que Karl Marx imaginou enxergar no proletariado. Não havendo nenhuma "classe revolucionária" pura e pronta, o remédio é tentar formar uma juntando grupos heterogêneos, movidos por insatisfações diversas.

Daí por diante, quaisquer motivos de queixa, por mais subjetivos, doidos ou conflitantes entre si, passarão a ser aproveitados como fermentos do espírito revolucionário. O preço é a dissolução completa da unidade teórica do movimento, obrigado a acolher em seu seio os interesses mais variados e mutuamente incompatíveis. Narcotraficantes sedentos de riqueza e poder, ladrões, assassinos e estelionatários revoltados contra o sistema penal, milionários ávidos de um prestígio político (ou até intelectual) à altura da sua conta bancária, professores medíocres ansiosos para tornar-se guias morais da multidão, donas de casa pequeno-burguesas insatisfeitas com a rotina doméstica, estudantes e pequenos intelectuais indignados com a sociedade que não recompensa os seus méritos imaginários, imigrantes recém-chegados que exigem seu quinhão de uma riqueza que não ajudaram a construir, pessoas inconformadas com o sexo em que nasceram — todos agora marcham lado a lado com lavradores expulsos de suas terras, pais de família desempregados e minorias raciais discriminadas, misturando, numa pasta confusa e explosiva, os danos reais e supostos, objetivos e subjetivos, que todos acreditam ter sofrido, e lançando as culpas num alvo tão onipresente quanto impalpável: o “sistema” ou “a sociedade injusta”.

Sendo obviamente impossível unificar todos esses interesses numa construção ideológica coerente e elegante como o marxismo clássico, a solução é apelar a algo como a “teoria crítica” da Escola de Frankfurt, que atribui ao intelectual revolucionário a missão única de tudo criticar, denunciar, corroer e destruir, concentrando-se no “trabalho do negativo”, como o chamava Hegel, sem nunca se preocupar com o que vai ser posto no lugar dos males presentes. O sr. Lula nunca estudou a teoria crítica, mas fez eco ao falatório dos intelectuais ao seu redor quando, após vários anos na presidência e duas décadas como líder absoluto do Foro de São Paulo, confessou: “Ainda não sabemos qual o tipo de socialismo que queremos.” Não sabemos nem precisamos saber: só o que interessa é seguir em frente — *forward*, como no lema de campanha de Barack Hussein Obama —, acusando, inculpando e gerando cada vez mais confusão, que, em seguida, será debitada, invariavelmente, na conta da “sociedade injusta”.

Se na esfera intelectual essa atitude chegou a produzir até a negação radical da lógica e da objetividade da linguagem e a condenar como autoritária a simples exigência de veracidade, como não poderia suscitar, no campo da moral social, o florescimento sem precedentes da amoralidade cínica e da criminalidade galopante?

5. CAPITALISTAS x REVOLUCIONÁRIOS

Capitalismo e Cristianismo

República, dezembro de 1998

Uma tolice notável que circula de boca em boca contra os males do capitalismo é a identificação do capitalista moderno com o usurário medieval, que enriquecia com o empobrecimento alheio.

Lugar-comum da retórica socialista, essa ideiazinha foi no entanto criação autêntica daquela entidade que, para o guru supremo Antonio Gramsci, era a inimiga número um da revolução proletária: a Igreja Católica.[19]

Desde o século XVIII, e com frequência obsessivamente crescente ao longo do século XIX, isto é, em plena Revolução Industrial, os papas não cessam de verberar o liberalismo econômico como um regime fundado no egoísmo de poucos que ganham com a miséria de muitos.

Mas que os ricos se tornem mais ricos à custa de empobrecer os pobres é coisa que só é possível no quadro de uma economia estática, onde uma quantidade mais ou menos fixa de bens e serviços tem de

ser dividida como um bolo de aniversário que, uma vez saído do forno, não cresce mais. Numa tribo de índios pescadores do alto Xingu, a "concentração do capital" equivaleria a um índio tomar para si a maior parte dos peixes, seja na intenção de consumi-los, seja na de emprestá-los a juros, um peixe em troca de dois ou três. Nessas condições, quanto menos peixes sobrassem para os outros cidadãos da taba, mais estes pobres infelizes ficariam devendo ao maldito capitalista índio — o homem de tanga que deixa os outros na tanga.

Foi com base numa analogia desse tipo que, no século XIII, São Tomás, com razão, condenou os juros como uma tentativa de ganhar algo em troca de coisa nenhuma. Numa economia estática como a ordem feudal, ou mais ainda na sociedade escravista do tempo de Aristóteles, o dinheiro, de fato, não funciona como força produtiva, mas apenas como um atestado de direito a uma certa quantidade genérica de bens que, se vão para o bolso de um, saem do bolso de outro. Aí a concentração de dinheiro nas mãos do usurário só serve mesmo para lhe dar meios cada vez mais eficazes de sacanear o próximo.

Mas pelo menos do século XVIII em diante, e sobretudo no XIX, o mundo europeu já vivia numa economia em desenvolvimento acelerado, onde a função do dinheiro tinha mudado radicalmente sem que algum papa desse o menor sinal de percebê-lo. No novo quadro, ninguém podia acumular dinheiro embaixo da cama para acariciá-lo de madrugada entre delíquios de perversão fetichista, mas tinha de apostá-lo rapidamente no crescimento geral da economia antes que a inflação o transformasse em pó. Se cometesse a asneira de investi-lo no empobrecimento de quem quer que fosse, estaria investindo na sua própria falência.

São Tomás, sempre maravilhosamente sensato, havia distinguido entre o investimento e o empréstimo, dizendo que o lucro só era lícito no primeiro caso, porque implicava participação no negócio, com risco de perda, enquanto o emprestador, que se limitava sentar-se e esperar com segurança, só deveria ter o direito à restituição da quantia emprestada, nem um tostão a mais. Na economia do século XIII, isso era o óbvio — aquele tipo de coisa que todo mundo enxerga depois que um sábio mostrou que ela existe. Mas, no quadro da economia capitalista, mesmo o puro empréstimo sem risco aparente já não funcionava como antes — só que nem mesmo os banqueiros, que viviam essa mudança no seu dia a dia e aliás viviam dela, foram capazes de explicar ao mundo em que é que consistia. Eles notavam, na prática, que os empréstimos a juros eram úteis e imprescindíveis ao desenvolvimento da economia, que portanto deviam ser alguma coisa de bom. Mas, não sabendo formular teoricamente a diferença entre essa prática e a do usurário medieval, só podiam enxergar-se a si próprios como usurários, condenados, pois, pela moral católica. A incapacidade de conciliar o bem moral e a utilidade prática tornou-se aí o vício profissional do capitalista, contaminando de dualismo toda a ideologia liberal (até hoje todo argumento em favor do capitalismo soa como a admoestação do adulto realista e frio contra o idealismo quixotesco da juventude). Karl Marx procurou explicar o dualismo liberal pelo fato de que o capitalista ficava no escritório, entre números e abstrações, longe das máquinas e da matéria — como se fazer força física ajudasse a solucionar uma contradição lógica, e aliás como se o próprio Karl Marx houvesse um dia carregado algum instrumento de trabalho mais pesado que uma caneta ou um charuto. Mais recentemente, o nosso Roberto Mangabeira Unger, o esquerdista mais inteligente do planeta, e que só não é plenamente inteligente porque continua esquerdista, fez uma crítica arrasadora da ideologia liberal com base na análise do dualismo ético (e cognitivo, como se vê em Kant) que é a raiz da esquizofrenia contemporânea.

Mas esse dualismo não era nada de inerente ao capitalismo enquanto tal, e sim o resultado do conflito entre as exigências da nova economia e uma regra moral cristã criada para uma economia que já não existia mais. O único sujeito que entendeu e teorizou o que estava acontecendo foi um cidadão sem qualquer autoridade religiosa ou prestígio na Igreja: o economista austríaco Eugen Böhm-

Bawerk. Este gênio mal reconhecido notou que, no quadro do capitalismo em crescimento, a remuneração dos empréstimos não era apenas uma conveniência prática amoral, mas uma exigência moral legítima. Ao emprestar, o banqueiro simplesmente trocava dinheiro efetivo, equivalente a uma quota calculável de bens na data do empréstimo, por um dinheiro futuro que, numa economia em mudança, podia valer mais ou menos na data da restituição. Do ponto de vista funcional, já não existia mais, portanto, diferença positiva entre o empréstimo e o investimento de risco. Daí que a remuneração fosse tão justa no primeiro caso como o era no segundo. Tanto mais justa na medida mesma em que o liberalismo político, banindo a velha penalidade da prisão por dívidas, deixava o banqueiro sem a máxima ferramenta de extorsão dos antigos usurários.

Um discípulo de Böhm-Bawerk, Ludwig von Mises, explicou mais detalhadamente essa diferença pela intervenção do fator *tempo* na relação econômica: o emprestador troca dinheiro atual por dinheiro potencial, e pode fazê-lo justamente porque, tendo concentrado capital, está capacitado a *adiar* o gasto desse dinheiro, que o prestamista por seu lado necessita gastar imediatamente para tocar em frente o seu negócio ou sua vida pessoal. Von Mises foi talvez o economista mais filosófico que já existiu, mas, ainda um pouco embromado por uns resíduos kantianos, nem por um instante pareceu se dar conta de que estava raciocinando em termos rigorosamente aristotélico-escolásticos: o direito à remuneração provém de que o banqueiro não troca simplesmente uma riqueza por outra, mas troca riqueza *em ato* por riqueza *em potência*, o que seria rematada loucura se o sistema bancário, no seu conjunto, não estivesse apostando no crescimento geral da economia e sim apenas no enriquecimento da classe dos banqueiros. A concentração do capital para financiar operações bancárias não é, pois, um malefício que só pode produzir algo de bom se for submetido a “finalidades sociais” externas (e em nome delas policiado), mas é, em si e por si, finalidade socialmente útil e moralmente legítima.

São Tomás, se lesse esse argumento, não teria o que objetar e certamente veria nele um bom motivo para a reintegração plena e sem reservas do capitalismo moderno na moral católica. Mas São Tomás já estava no céu e, no Vaticano terrestre, ninguém deu sinal de ter lido Böhm-Bawerk ou Von Mises até hoje. Daí a contradição grosseira das doutrinas sociais da Igreja, que, celebrando da boca para fora a livre iniciativa em matéria econômica, continuam a condenar o capitalismo liberal como um regime baseado no individualismo egoísta, e terminam por favorecer o socialismo, que agradece essa colaboração instituindo, tão logo chega ao poder, a perseguição e a matança sistemática de cristãos, isto é, aquilo que o dr. Leonardo Boff, referindo-se particularmente a Cuba, denominou “o Reino de Deus na Terra”. Daí, também, que o capitalista financeiro (e mesmo, por contaminação, o industrial), se ainda tinha algo de cristão, continuasse a padecer de uma falsa consciência culpada da qual só podia encontrar alívio mediante a adesão à artificiosa ideologia protestante da “ascese mundana” (juntar dinheiro para ir para o céu), que ninguém pode levar a sério literalmente, ou mediante o expediente ainda mais postiço de fazer majestosas doações em dinheiro aos demagogos socialistas, que, embora sejam ateus ou no máximo deístas, sabem se utilizar eficazmente da moral católica como instrumento de chantagem psicológica, e ainda são ajudados nisto — porca miséria! — pela letra e pelo espírito de várias encíclicas papais.

Uma das causas que produziram o trágico erro católico na avaliação do capitalismo do século XIX foi o trauma da Revolução Francesa, que, roubando e vendendo a preço vil os bens da Igreja, enriqueceu do dia para a noite milhares de arrivistas infames e vorazes, que instauraram o império da amoralidade cínica, o capitalismo selvagem tão bem descrito na obra de Honoré de Balzac. Que isso tenha se passado logo na França, “filha dileta da Igreja”, marcou profundamente a visão católica do capitalismo moderno como sinônimo de egoísmo anticristão. Mas seria o saque revolucionário o procedimento capitalista por excelência? Se o fosse, a França teria evoluído para o liberal-capitalismo e não para o regime de intervencionismo estatal paralisante que a deixou para sempre atrás da Inglaterra e dos Estados Unidos na corrida para a modernidade. Um governo autoritário que mete a

pata sobre as propriedades de seus adversários para distribuí-las a seus apaniguados é tudo, menos liberal-capitalista; é, já, o progressismo intervencionista, no qual, por suprema ironia, a Igreja busca ainda hoje enxergar um remédio contra os supostos males do liberal-capitalismo, que por seu lado, onde veio a existir — Inglaterra e Estados Unidos —, nunca fez mal algum a ela e somente a ajudou, inclusive na hora negra da perseguição e do martírio que sofreu nas mãos dos comunistas e de outros progressistas estatizantes, como os revolucionários do México que inauguraram nas Américas a temporada de caça aos padres. O caso francês, se algo prova, é que o "capitalismo selvagem" floresce à sombra do intervencionismo estatal, e não do regime liberal (coisa aliás arquiprovada, de novo, pelo cartorialismo brasileiro). Insistindo em dizer o contrário, movida pela aplicação extemporânea de um princípio tomista e vendo no estatismo francês o liberal-capitalismo que era o seu inverso, a Igreja fez como essas mocinhas de filmes de suspense, que, fugindo do bandido, pedem carona a um caminhão... dirigido pelo próprio. A incapacidade de discernir amigos e inimigos, o desespero que leva o pecador a buscar o auxílio espiritual de satanás, são marcas inconfundíveis de burrice moral, intolerável na instituição que o próprio Cristo designou mãe e mestra da humanidade. *Errare humanum est, perseverare diabolicum*: a obstinação da Igreja em suas reservas contra o liberal-capitalismo e em sua consequente cumplicidade com o socialismo é talvez o caso mais prolongado de cegueira coletiva já notado ao longo de toda a história humana. E quando em pleno século XIX o papa, já assediado de contestações dentro da Igreja mesma, proclama sua própria infalibilidade em matéria de moral e doutrina, isto não deixa de ser talvez uma compensação psicológica inconsciente para a sua renitente falibilidade em matéria econômica e política. Daí até o "pacto de Metz", em que a Igreja se ajoelhou aos pés do comunismo sem nada lhe exigir em troca, foi apenas um passo. Ao confessar que, com o último Concílio, "a fumaça de satanás entrara pelas janelas do Vaticano", o papa Paulo VI esqueceu de observar que isso só podia ter acontecido porque alguém, de dentro, deixara as janelas abertas.

Que uma falsa dúvida moral paralise e escandalize as consciências, introduzindo nelas a contradição aparentemente insolúvel entre a utilidade prática e o bem moral, e, no meio da desorientação resultante, acabe por levar enfim a própria Igreja a tornar-se cúmplice do mais assassino e anticristão dos regimes já inventados — eis aí uma prestidigitação tão inconfundivelmente diabólica que é de espantar que ninguém, na Igreja, tenha percebido a urgência de resolver essa contradição no interior mesmo da sua equação lógica, como o fizeram Böhm-Bawerk e von Mises (cientistas alheios a toda preocupação religiosa). Mais espantoso ainda é que, em vez disso, todos os intelectuais católicos, papas inclusive, tenham se contentado com arranjos exteriores meramente verbais, que acabaram por deixar no ar uma sugestão satânica de que o socialismo, mesmo construído à custa do massacre de dezenas de milhões de cristãos, seja no fundo mais cristão que o capitalismo.

Não há alma cristã que possa resistir a um paradoxo desse tamanho sem ter sua fé abalada. Ele foi e é a maior causa de apostasias, o maior escândalo e pedra de tropeço já colocado no caminho da salvação ao longo de toda a história da Igreja.

Arrancar da nossa alma essa sugestão hipnótica, restaurar a consciência de que o capitalismo, com todos os seus inconvenientes e fora de toda intervenção estatal pretensamente corretiva, é *em si e por essência* mais cristão que o mais lindinho dos socialismos, eis o dever número um dos intelectuais liberais que não queiram colaborar com o farsesco monopólio esquerdista da moralidade, trocando sua alma pelo prato de lentilhas da eficiência amoral.

O bem e o mal segundo Olívio Dutra

7 de abril de 2000

Um empresário é um sujeito que ganha a vida organizando a atividade econômica. Ele acumula um capital, investe, ganha, paga suas dívidas para com os fornecedores, os empregados e o Estado, e no fim, se tudo dá certo, tem um lucro. A quase totalidade do lucro é reinvestida no mesmo ou em outros negócios. Uma parte ínfima ele pode gastar em benefício próprio e da família. Se seu negócio é muito, muito próspero, mesmo essa parte ínfima basta para que compre mansões, iates, jatinhos e jatões, carros de luxo, cavalos de raça, e tenha, se é do seu gosto, múltiplas amantes. Em geral, contenta-se com muito menos.

Um político de esquerda é um sujeito que ganha a vida tentando jogar os empregados contra os empregadores. Ele mostra aos operários os aviões, os cavalos de raça e os carros de luxo do patrão e grita: "É roubo!" No começo, faz isso de graça. É um investimento. Assim como o empresário investe dinheiro, ele investe insultos, gestos, caretas de indignação, apelos à guilhotina. Em troca, dão-lhe dinheiro. Vive disso. Quando alcança o sucesso, pode dispor de mansões, iates, jatinhos e jatões, carros de luxo, cavalos de raça e amantes em quantidade não inferior às do mais próspero capitalista.

Tanto a atividade do empresário quanto a do político de esquerda pode ser exercida de maneira honesta ou desonesta. O empresário pode dar golpes em seus fornecedores, vender produtos fraudados, sonegar o pagamento devido aos operários, ou então pode pagar tudo direitinho e vender produtos bons. Do mesmo modo, o político de esquerda pode desviar dinheiro público, utilizar-se indevidamente de imóveis do Estado, possuir sob ameaça aterrorizadas empregadinhas domésticas como o fazia Mao Tsé-tung. Ou então pode fazer tudo dentro da lei que ele próprio instaurou e ser incorruptível como Robespierre.

A diferença é a seguinte: da atividade do empresário, mesmo o mais desonesto, resultam sempre uma ativação da economia, uma elevação da produtividade, a expansão dos empregos. Esses resultados podem vir em quantidade grande ou pequena, mas têm de vir necessariamente, pela simples razão de que "empresa" consiste em produzi-los e em nada mais.

Da atividade do político de esquerda, mesmo o mais honesto, resultam sempre um aumento do ódio entre as classes, o crescimento do aparato estatal que terá de ser sustentado, pelos padrões, com dinheiro extraído aos empregados e consumidores, a politização geral da linguagem, que transformará todos os debates em confrontos de força e, em última instância, desembocará num morticínio redentor. Esses resultados também podem vir em quantidades grandes ou pequenas, mas virão necessariamente, pois "política de esquerda" consiste em produzi-los e em nada mais.

Um empresário, honesto ou desonesto, está no auge do sucesso quando pode, sem prejuízo de seus investimentos, comprar mansões, iates, carros de luxo, jatinhos, jatões etc. Ele alcança isso quando se torna um mega-empresário. Para chegar a esse ponto, tem de deixar em seu rastro fábricas, bancos, plantações, jornais, canais de TV e mil e um outros negócios dos quais vivem e prosperam milhares de pessoas.

Um político de esquerda, honesto ou desonesto, está no auge do sucesso quando destruiu toda oposição às suas ideias e comanda uma sociedade fielmente disposta a realizá-las. Ele alcança isso quando se torna o chefe de uma revolução vitoriosa. Para chegar a esse ponto, tem de deixar em seu rastro milhares ou milhões de cadáveres, edifícios destruídos, plantações queimadas, órfãos e viúvas vagando pelas ruas, fome, miséria e desespero.

O governador Olívio Dutra acha que é imoral ser empresário e que é lindo ser um político de esquerda.

Ele não tem maturidade intelectual suficiente para perceber que o sucesso final de um empresário, mesmo desonesto, traz sempre mais bem do que mal, e que o sucesso final de um político de esquerda, mesmo inflexivelmente honesto como ele, produz uma quantidade de mal acima do que qualquer bem poderá jamais reparar.

O governador Olívio Dutra, como qualquer outro político de esquerda, tem uma consciência moral

deformada por um uso falso da linguagem. Ouviu dizer na infância: “lucro egoísta”, “justiça social”, e impregnou-se de tal modo desses símbolos verbais do mal e do bem, que pôs sua vida a serviço do que lhe parece uma nobre causa: combater as coisas que têm nomes feios e louvar as que têm nomes bonitos. Uma coisa que criou as nações mais prósperas e livres da Terra deve ser muito má, pois tem o nome hediondo de “lucro egoísta”. Uma coisa que matou cem milhões de bodes expiatórios e reduziu à escravidão e à miséria um bilhão e meio de outros inocentes deve ser ótima, pois leva o belo nome de “justiça social”.

Romper a unidade mágica de nomes e coisas é uma operação dolorosa. Custa vergonhas e humilhações à mente altiva. Mas é o preço da maturidade. No julgamento são do homem maduro — o *spoudaios*[20] —, via Aristóteles a única esperança de um governo justo, do predomínio, ainda que relativo e precário, do bem sobre o mal. Não existe bem onde não existe amor à verdade, e não existe amor à verdade onde uma mente obstinada se apega ao instinto pueril de julgar as coisas pelos nomes que ostentam.

O problema do governador Olívio Dutra, assim como de milhares que pensam como ele, já foi diagnosticado por Jesus Cristo dois milênios atrás: “Na verdade, amais o que devíeis odiar e odiais o que devíeis amar.” Eles pecaram contra o espírito, protegendo-se por trás das belas palavras contra a visão das realidades feias, e receberam como castigo exatamente aquilo que pediam: a cegueira forçada tornou-se espontânea, e hoje a sua moralidade invertida lhes parece a atitude mais natural do mundo, a única maneira possível de julgar as coisas — o caminho do bem, fora do qual tudo é perdição e “lucro egoísta”.

Não creio sequer que valha a pena rezar para que despertem. Eles não despertarão enquanto não enviarem milhões de seres humanos para o sono eterno.

Dinheiro e poder

Jornal da Tarde, 16 de setembro de 1999

Sempre que ouço um político de esquerda verberar em tom profético a cobiça capitalista, pergunto-me se ele imagina mesmo que o anseio de poder é uma paixão moralmente superior ao desejo de dinheiro, ou se simplesmente finge acreditar nisso para se fazer de santinho. Evidentemente, não há terceira alternativa. Nenhum militante esquerdista quer fazer uma revolução só para depois ir para casa viver como obscuro cidadão comum da república socialista: cada um deles é, por definição, o virtual detentor de uma fatia de poder no Estado futuro. Essa é, entre os adeptos de um partido, a única diferença entre o militante e o simples eleitor. Ao assumir a luta revolucionária, o mínimo que um sujeito espera é um cargo de comissário do povo. Afinal, não teria sentido que, após ter arcado com a responsabilidade de líder ativo na destruição do capitalismo, desse menos de si à “construção do socialismo”. (O mesmo, é claro, aplica-se, *mutatis mutandis*, aos militantes do fascismo ou de qualquer outra proposta de mudança radical da sociedade. Enfatizo o socialismo pela simples razão de que no Brasil de hoje não há um movimento de massas de inspiração fascista.)

Toda militância revolucionária é, pois, inseparável da ânsia de poder, e é preciso um brutal descaramento ou uma inconsciência patológica para não perceber que essa paixão é infinitamente mais destrutiva que o desejo de riqueza. A riqueza, por mais que as abstrações dos financistas tentem relativizá-la, tem sempre um fundo de materialidade — casas, comida, roupas, utensílios — que faz dela uma coisa concreta, um bem visível que vale por si, independentemente da opulência ou miséria circundantes. Já o poder, como bem viu Nietzsche, não é nada se não é *mais* poder. Isto é a coisa mais óbvia do mundo: por mais mediada que esteja pelas relações sociais, a riqueza é, em última instância,

domínio sobre as coisas. O poder é domínio sobre os homens. Um rico não se torna pobre quando seus vizinhos também enriquecem, mas um poder que seja igualado por outros poderes se anula automaticamente. A riqueza desenvolve-se por acréscimo de bens, ao passo que o poder, em essência, não aumenta pela ampliação de seus meios, e sim pela supressão dos meios de ação dos outros homens. Para instaurar um Estado policial não é preciso dar mais armas à polícia; basta tirá-las dos cidadãos. O ditador não se torna ditador por se arrogar novos direitos, mas por suprimir os velhos direitos do povo.

Foi preciso que a inteligência humana descesse a um nível quase infranatural para que uma filosofia — ou coisa assim — chegasse a inverter equação tão evidente, vendo na miséria o fundamento da riqueza e no poder político o instrumento criador da igualdade.

O fenômeno mais característico do século XX, o totalitarismo, não foi um desvio ou acidente de percurso no caminho do sonho democrático: foi a consequência inescapável de uma aposta suicida na superioridade moral do poder político e na sua missão social igualitária. O resultado dessa aposta está diante dos olhos de todos. A prometida igualdade econômica não veio, mas, em contrapartida, a diferença de meios de ação entre governados e governantes cresceu a um ponto que os mais ambiciosos tiranos da Antiguidade não ousaram sequer sonhar. Júlio César, Átila ou Gêngis Khan recuariam horrorizados se alguém lhes oferecesse os meios de escutar todas as conversas particulares ou de desarmar todos os homens adultos. Hoje os governantes já estudam como programar geneticamente a conduta das gerações futuras. Não se contentam com o poder destrutivo dos demônios; querem o poder criador dos deuses.

É uma das mais atrozes perversidades da nossa época que o homem imbuído do simples desejo de enriquecer seja considerado um tipo moralmente lesivo e quase um criminoso, enquanto o aspirante ao poder político é visto como um belo exemplo de idealismo, bondade e amor ao próximo. Um século que pensa assim clama aos céus para que lhe enviem um Stalin ou um Hitler.

6. DINHEIRO x CONHECIMENTO

Vaidade mortal

Zero Hora, 16 de junho de 2002

A burguesia tece a corda com que será enforcada.

V. I. Lenin

No Brasil, qualquer sujeito que tenha algum dinheiro no bolso — e principalmente na bolsa — acredita-se por isso um conhecedor do mundo, um dominador dos segredos mais íntimos da mente humana, da história, da sociedade e do poder. Mesmo devida ao acaso, à ajuda dos amigos ou a um pai generoso, sua vitória financeira lhe parece uma prova incontestável da veracidade das suas ideias e da sabedoria das suas preferências. Baseado nessa convicção, acredita poder opinar com razoável certeza sobre uma variedade de assuntos sem necessitar para isso de estudos longos e dificultosos, bastando-lhe, na mais estafante das hipóteses, uma lambida no noticiário do dia e uma rápida inspeção dos últimos best sellers aclamados pelo *New York Times*.

Esse é o perfeito idiota opulento que os intelectuais de esquerda utilizam para subsidiar a “revolução cultural” destinada a preparar a destruição da classe dos idiotas opulentos.

A vaidade suprema desse tipo de indivíduo é mostrar que não é apenas um grosseirão materialista e voraz, mas uma alma superior, uma mente aberta — e, segundo a lógica convencional que o inspira,

ninguém pode ser mais aberto do que aquele que se abre ao que lhe é adverso. Mais ainda, ser hospitaleiro para com o inimigo não é somente um sinal de tolerância e espírito democrático: é prova da coragem e da tranquilidade sobranceira de quem, sentindo ter em suas mãos o controle completo da situação, pode se permitir o luxo de se expor desarmado àqueles que teriam razões para matá-lo.

Pode haver tentação mais atraente para um homem que, saciado o seu apetite de bens materiais, nada mais tem a desejar deste mundo senão algum prazer psicológico, alguma satisfação do ego?

Assim, pois, o idiota, crendo homenagear-se a si mesmo, corteja, alimenta e fortalece seus inimigos, que o lisonjeiam pela frente enquanto escarnecem dele pelas costas e, contando os milhões que dele obtiveram para o fomento da revolução cultural socialista, já o anteveem em estado de cadáver após a vitória da causa que financiou.

Por mais patente que seja aos observadores de fora, a periculosidade dessa causa permanece invisível para aquele que a subsidia. Isso é necessariamente assim, porque nenhum idiota poderia imaginar-se superior se não se mostrasse também superior aos vulgares conflitos ideológicos e partidários, declarando reiteradamente que esquerda e direita são estereótipos superados e portanto aceitando como altas produções culturais, ideologicamente neutras por sua superioridade mesma, as mais ostensivas e violentas expressões da propaganda esquerdista. Cultivar metodicamente a incapacidade de captar o sentido ideológico do que lê e do que ouve torna-se assim o princípio dominante da autoeducação do idiota opulento, que quanto mais se afunda nessa cegueira obstinada mais é lisonjeado pelo meio em torno como homem culto e de bom gosto, terminando por acreditar que é mesmo portador dessas duas excelsas qualidades.

Mas nenhum gozo da tolerância vaidosa seria completo se não viesse complementado e sublinhado pela ascética renúncia a tudo o que pudesse parecer uma argumentação em causa própria, uma vergonhosa submissão da alta cultura aos interesses da classe burguesa.

Assim, o idiota não apenas financiará generosamente os que conspiram contra a sua classe, mas se absterá de fazer o mesmo com os que desejam ajudá-la, e negará até mesmo a mais módica contribuição a pessoas e entidades que pareçam de algum modo pró-capitalistas, liberais ou conservadoras.

Mas, como não basta que a mulher de César seja honesta, sendo igualmente importante parecê-lo, ele se afastará até mesmo do contato com suspeitos de direitismo em qualquer grau, comprazendo-se em fazer piadinhas a respeito deles nas rodas da esquerda elegante e em censurá-los como paranoicos, alarmistas, medrosos ou radicais, bem diferentes das pessoas tolerantes, democráticas, tranquilas e seguras de si como, por exemplo, ele próprio.

Eis portanto que o idiota opulento não apenas ajuda a difundir as ideias de seus inimigos, mas colabora ativamente para a censura e a supressão das de seus aliados.

A partir do momento em que essas condutas se consolidam em hábitos, o idiota opulento está transformado, em caráter provavelmente definitivo, num praticante devoto e guardião cioso daquela espécie de tolerância que Herbert Marcuse, ao inventá-la, nomeou "tolerância libertadora" e definiu em termos que não deixam margem para a menor ambiguidade: "Toda a tolerância para com a esquerda, nenhuma para com a direita."

Uma prova de que a aplicação dessa regra vem alcançando sucesso é que, enquanto entidades inúteis e daninhas como o Viva-Rio e o MST nadam em dinheiro, o Instituto Liberal de Brasília está a ponto de fechar por falta de recursos. E não faltam imbecis para imaginar que os Institutos Liberais representam o poder da alta finança, enquanto aquela dupla de instituições perversas e suas inúmeras congêneres personificam o povinho inerme em luta contra os poderosos...

A contracultura no poder

Já observei mil vezes que no Brasil de hoje a linguagem da elite *soi disant* alfabetizada se reduziu a um sistema formal de pressões e contrapressões, onde as palavras valem pela sua carga emocional acumulada, com pouca ou nenhuma referência aos dados correspondentes na experiência real de falantes e ouvintes.[21]

A mais alta função da linguagem — a transposição da realidade em pensamento abstrato e o retorno deste à realidade, como instrumento de iluminação da experiência — fica assim bloqueada, restando apenas, de um lado, a expressão tosca e direta de desejos e temores, e, de outro, a imposição de reações estereotípicas, como os comandos emitidos por um amestrador de bichos que não espera de seus amestrados nenhuma compreensão racional, apenas a obediência automática, sonsa, impensada.

As causas desse estado de coisas remontam à "contracultura" dos anos 1960, sob cuja influência formou-se a mentalidade dos homens que hoje dirigem o país. Enquanto pura expressão do protesto juvenil ante um mundo complexo demais, a contracultura podia até exercer alguma função positiva, como estímulo crítico à renovação do legado milenar que legitimava, cada vez mais da boca para fora, a cultura dominante. Transmutada ela própria em cultura dominante, a onda contracultural cristaliza-se em inversão compulsiva, mecânica e burra, de todos os valores e de todos os princípios. No prazo de uma geração, os mais altos conhecimentos, as mais ricas e delicadas funções da inteligência, os valores mais essenciais da racionalidade, da moral e das artes cedem lugar à repetição maquinal de *slogans* e chavões carregados de ódios insensatos e apelos chantagistas, boa somente para despertar aquela obediência servil extremada que, para maior satisfação do manipulador, se camufla sob afetações de espontaneidade e até de rebeldia no instante mesmo em que tudo cede às injunções de cima. Transmutado ele próprio em estereótipo, o inconformismo torna-se o pretexto oficial do conformismo mais extremo e mais abjeto, aquele que não se contenta em obedecer, mas procura mostrar serviço, agradar, bajular.

Num primeiro momento, a única vítima é a alta cultura, que desaparece sob a glorificação do pior e do mais baixo. Logo em seguida, o sistema educacional inteiro é infectado: substituída a exigência de qualidade pela da "correção política", o clamor dos grupos de pressão torna-se a única fonte da autoridade pedagógica, impondo novos padrões de conduta em vez das regras da gramática, da lógica e da aritmética, premiando o *sex appeal* em vez das boas notas e, nos casos mais escandalosos, incentivando abertamente atos criminosos sob a desculpa de que são próprios da juventude ou justas expressões de protesto contra o *establishment*, como se os propugnadores dessa ideia não fossem eles próprios, agora, o *establishment*.

Até aí, a velha elite dominante pode permanecer indiferente ao processo, que não a afeta diretamente. Pode até sentir uma ponta de satisfação malévola ao ver que os revolucionários se contentam em destruir a educação e a cultura, que para ela não significam nada, sem tocar no seu rico dinheirinho. Quando, ante a devastação revolucionária de todos os valores, o homem de posses assegura com tranquilidade olímpica que "nossas instituições democráticas são sólidas", o que ele quer dizer é que pouco lhe importa a destruição do mundo, desde que permaneça intacto o seu patrimônio — como se este fosse uma entidade metafísica, subsistente no vácuo, independentemente das contingências político-sociais.

Mas o passo seguinte da demolição revolucionária da sociedade já vem abalar até a falsa segurança do burguês. Isso acontece quando a geração de jovens formados sob a influência da contracultura começa a ocupar os altos postos na burocracia legislativa, fiscal e judiciária e a transmutar em estados de fato as fantasias torpes de seus cérebros meticulosamente desengonçados: diante dos feitos dessas criaturas, pela primeira vez os ricos começam a tomar ciência de que o dinheiro não é um poder em si;

é apenas um símbolo provisório garantido pelo poder efetivo, o poder político, agora em mãos de pessoas que já não querem garanti-lo mais.

Já nem falo, por óbvio demais, do Plano Nacional de “Direitos Humanos”, que assegura ao invasor a posse imediata do imóvel invadido e faz dele o juiz soberano do seu próprio crime. Igualmente perverso, e muito mais sorrateiro, o Projeto de Lei nº 2.412 modifica os critérios para o processamento administrativo das execuções fiscais. Conforme alertou recentemente o professor Denis Rosenfield, “o projeto está atemorizando o setor jurídico do país e começa a mobilizar o grande empresariado. Ele simplesmente concede o direito de transferência de bens de devedores tributários para a União, excluindo o devido processo legal.” Você deve ao fisco? Ele vem e toma as suas propriedades instantaneamente, diretamente, sem precisar de uma sentença judicial para isso.

Você dirá que é inconstitucional? De que serve isso, diante da Súmula Vinculante nº. 10 do Supremo Tribunal Federal, com base na qual se sustenta a tese de que os juízes singulares não podem mais, por si, suspender a aplicação das leis ou atos normativos que lhes pareçam inconstitucionais? Inconstitucional ou não, cada lei, decreto ou portaria continuará valendo para todos os casos particulares até que o plenário do tribunal ou o STF, ao fim de alguns anos ou décadas e de uma série infindável de danos, decidam em contrário.

Esse tipo de justiça hedionda não surge do nada. Ela pressupõe décadas de destruição da inteligência jurídica, substituída gradativamente por automatismos verbais politicamente agradáveis à “mentalidade revolucionária”. E essa substituição não ocorre antes que toda a esfera da cultura superior e da educação tenha sido infectada de contracultura. De que adianta “mobilizar o empresariado” para neutralizar este ou aquele efeito específico de um processo geral de degradação cultural ante o qual esse empresariado permaneceu neutro ou alegremente cúmplice ao longo de trinta anos? De que vale tentar enxugar uns respingos, quando a onda que os dispara já se avolumou a ponto de submergir o território inteiro? De que vale tentar vencer uma batalha, quando já se aceitou perder a guerra?

Ou o empresariado se dispõe a combater em todos os *fronts*, inclusive os mais remotos do seu interesse imediato, ou para logo com essa farsa suicida de defender no varejo aquilo que já cedeu no atacado.

O suicídio coletivo dos ricos

[in: Duas notas de rodapé]

Zero Hora, 12 de janeiro de 2003

Se você ainda se surpreende ante a pressa indecente com que neste país os empresários se atiram aos braços de um partido que não esconde seu propósito de exterminá-los como classe, é porque está atrasado em pelo menos dois séculos. Fenômenos semelhantes já foram observados e bem explicados desde o tempo da Revolução Francesa, e terminam sempre do mesmo modo: com a extinção da classe.

Leia o seguinte parágrafo:

> Enquanto a ordem permanece, a propriedade tem influência superior à daqueles que podem querer violar a paz pública; mas, quando a lei e a ordem estão em grande parte destruídas, os ricos são sempre demasiado inclinados a buscar na submissão, ou na mudança de partido, os meios de proteger-se a si mesmos e às suas fortunas. A propriedade, que nos tempos normais faz corajosos os seus detentores, torna-se, nos tempos de perigo iminente, a causa de sua covardia egoísta.

Sir Walter Scott, que a maioria só conhece como romancista, mas que foi também excelente historiador, escreveu isso na sua monumental *Life of Napoleon Buonaparte, Emperor of the French, with A Preliminary View of the French Revolution*.********* É um livro cheio de defeitos,

compreensíveis numa primeira tentativa de sintetizar tamanha massa de documentos — talvez a maior já examinada até então por qualquer historiador — sobre um passado ainda recente. Mas continua um clássico e, se falha aqui e ali na reconstituição dos acontecimentos (Sainte-Beuve apontou-lhe erros graúdos nas *Causeries du Lundi*), sua melhor parte reside justamente nas observações de psicologia.

Observações similares encontram-se em *Origines de la France Contemporaine*, de Hippolyte Taine, para o meu gosto o melhor livro de história que já se escreveu neste mundo. As ideias revolucionárias não se espalham pelo povo antes de ter ganho a adesão ou pelo menos a cumplicidade da “classe dominante”. Antonio Gramsci deu receitas precisas de como apressar o suicídio coletivo dos ricos. Em nenhum outro lugar foram aplicadas com tanto sucesso como no Brasil.

Amostra desse sucesso: não há hoje um rico que não tenha pelo menos um vago sentimento de culpa por ser rico, por ter subido na vida através da organização racional dos meios de obter lucro. Em contrapartida, ninguém sente vergonha de ter subido pela organização da militância *enragée*, pela exploração da inveja e do ressentimento coletivos, pela engenharia do ódio. É claro que, objetivamente, nenhum capitalista pode ser, enquanto capitalista, tão ruim e pérfido quanto um agitador revolucionário. Mas a nova escala de valores, que faz deste um anjo e daquele um demônio, já está tão profundamente impregnada na sensibilidade coletiva que funciona como premissa automática de qualquer julgamento moral. Os capitalistas são os primeiros a subscrevê-la, prosternando-se aos pés do adversário como pecadores em busca de absolvição. É o que já dizia Sir Walter.

Lembrem-se de Karl Radek

Jornal do Brasil, 31 de maio de 2007

Karl Radek, um dos mentores do levante comunista de 1917, foi também um pioneiro da revolução sexual. Sua campanha contra a “moral burguesa” e seus apelos ao amor livre impregnaram de tal modo a propaganda revolucionária que toda uma geração de jovens desajustados, filhos de mães solteiras, veio a ser conhecida como “a prole de Karl Radek”. Mais tarde, o homem caiu em desgraça, como outros tantos pais da revolução. Stalin, num lance de humor negro, mandou interná-lo num presídio de delinquentes juvenis, que fizeram do velho revolucionário, já doente e alquebrado, seu saco de pancadas predileto. Karl Radek morreu surrado e pisoteado pelos filhos da sua revolução sexual.

O episódio não me sai da cabeça quando ouço os discursos edificantes com que os apóstolos do chavismo justificam o fechamento da RCTV,[22] acusando o canal de disseminar a imoralidade e destruir a sacrossanta instituição da família. A esquerda é assim. Num dia prega o abortismo generalizado, o casamento gay, a criminalização da Bíblia, o ensino da homossexualidade nas escolas infantis. Quando você embarca na onda e colabora, ótimo, torna-se duplamente útil: ajuda os esquerdistas a disseminar o caos moral no capitalismo e já fornece o pretexto com que eles vão jogar você às urtigas quando não precisarem mais da sua ajuda. O que me espanta aí não é a duplicidade de línguas — ela é inerente ao espírito revolucionário. O que me espanta é o número de pessoas poderosas, ricas e, no seu próprio entender, espertas, que caem de novo e de novo nas ofertas sedutoras do tentador, sem lembrar que ele alterna esse papel com o de acusador, hoje induzindo ao erro, amanhã jogando-o na cara do pecador, com eloquência furiosa, desde o alto dos púlpitos, como o bispo Chávez.

Nos meus quarenta anos de jornalismo, jamais vi nenhum dos grandes empresários de mídia colocar sua empresa a serviço da libertinagem por puro e grosso desejo de lucro. Todos preservavam sua imagem de cidadãos respeitáveis e se abstinham da pornografia explícita, deixando-a para os

aventureiros, os marginais da indústria midiática. Só entraram eles próprios na área quando sentiram que a gandaia tinha sido legitimada e, por assim dizer, enobrecida pelo consenso da intelectualidade falante. Aí, libertos de escrúpulos, descobriram o potencial de um mercado que antes desprezavam. A chave que muda a atitude do empresariado é acionada pelo clero leigo, os intelectuais iluminados, portadores das novas tábuas da lei, sancionadas pela autoridade de charlatães como Alfred Kinsey, Margaret Mead e os frankfurtianos.

Pois bem, senhores, esses mesmos que os induziram a envergonhar-se da sua velha “moral burguesa” e os aconselharam a transformar seus órgãos de mídia em megafones da revolução pornocultural sabem que os senhores só lhes são úteis numa parte do trajeto. Quando estiverem seguros de controlar o poder de polícia, fecharão os canais de TV e os jornais dos quais se serviram, e os acusarão de corromper a moral e de fomentar os maus costumes. Então será tarde para aprender com o exemplo de Karl Radek.

7. REVOLUCIONÁRIOS x MUNDO MELHOR

O único mal absoluto

O Globo, 9 de fevereiro de 2002

Norman Cohn, em *The Pursuit of the Millenium*, assinala uma característica proeminente de certas seitas gnósticas medievais: seus adeptos sentiam-se tão intimamente unidos a Deus que se imaginavam libertos da possibilidade de pecar. “Isto, por sua vez, os liberava de toda restrição. Cada impulso que sentiam era vivenciado como uma ordem divina. Então podiam mentir, roubar ou fornicar sem problemas de consciência.”

A continuidade essencial da visão gnóstica do mundo nas ideologias messiânicas modernas — nazismo, fascismo, socialismo — é um dado histórico bem estabelecido pelos estudos de Cohn, Voegelin, Billington e tantos outros pioneiros que desbravaram o assunto desde a década de 1930. É verdade que esses estudos continuam quase desconhecidos do nosso *establishment* universitário. Mas, quer o saiba ou não a elite intelectual de Catolé do Rocha, o fato é este: uma linha de sucessão perfeitamente nítida vem das heresias medievais aos revolucionários de 1789, a Marx, a Sorel, a Gramsci e a todos os seus sucessores na missão autoatribuída de “transformar o mundo”.

Ao longo dessa linha, a crença na própria impecância essencial, derivada da certeza de união íntima a Deus, ao sentido da história, aos ideais eternos de justiça e liberdade ou a qualquer outra autoridade legitimadora transcendente — pois esta varia conforme a moda cultural, sem mudar de função — é que lhes infunde, geração após geração, um sentimento perfeitamente sincero de honradez e santidade no instante mesmo em que mergulham no mais fundo da abominação e do crime.

Não se trata de vulgar hipocrisia, mas de uma efetiva ruptura da consciência, que, elevando a alturas inatingivelmente divinas as virtudes da sociedade futura que o indivíduo acredita representar desde já, o torna *ipso facto* incapaz de julgar suas próprias ações à luz da moralidade comum, ao mesmo tempo que o investe, a seus próprios olhos, da máxima autoridade moral para condenar os pecados do mundo. Eis como as mais baixas condutas podem coincidir com as mais altas alegações de nobreza e santidade.

Foi com perfeita sensação de idoneidade que, após o fim da Segunda Guerra, os marxistas continuaram discursando retroativamente contra a tirania e o genocídio nazistas, ao mesmo tempo que superavam rapidamente esses seus antigos concorrentes na prática da tirania e do genocídio.

Nas democracias, qualquer político vulgar flagrado em delito menor perde a pose, entra em crise

depressiva e faz deplorável figura ante o olhar da multidão. É que não se imunizou previamente, por imersão nas águas lustrais da autobeatificação ideológica, contra o sentimento de culpa. Acossado pelas denúncias, ouve brotar desde dentro o clamor da sua própria consciência moral que, longamente reprimida, retorna das sombras para condená-lo, justamente no momento em que ele mais precisaria reunir suas forças para defender-se dos adversários externos. Então vacila e cai. Foi assim que caiu Nixon. Foi assim que caiu Collor.

Já o revolucionário, o militante, o malfeitor ideológico, quando exposto às provas inumeráveis de seus crimes sangrentos e inumanos, se sente revigorado, fortalecido, enaltecido. Pois esses crimes, para ele, não são crimes: são sinais da bondade futura. Só assim se explica que homens que, por onde quer que tenham subido ao poder, só espalharam morte, miséria e sofrimentos incomparáveis, como fizeram no leste europeu, na China, no Vietnã, na Coreia do Norte, no Camboja e em Cuba, ainda se sintam com autoridade bastante para verberar os pecados das democracias capitalistas, como se estas não tivessem provado mil e uma vezes sua capacidade de corrigir-se a si mesmas e se encontrassem urgentemente necessitadas dos conselhos morais de revolucionários, narcoguerrilheiros e genocidas.

Não é necessário dizer que essa autodivinização, que preserva da consciência dos próprios pecados o apóstolo do “mundo melhor”, corresponde literalmente à total rendição da alma ao pior dos pecados: a soberba demoníaca. “Todos os pecados se apegam ao mal, para que se realize”, dizia Santo Agostinho: “Só a soberba se apega ao bem, para que pereça.”

A destruição do bem por parasitagem interna é mais eficiente do que a simples acumulação de males. Reduzido a pretexto legitimador da violência, da crueldade e da desordem revolucionárias, o bem acaba por se identificar com elas, e qualquer tentativa de lhes opor resistência é que se torna um pecado nefando. Quando o encargo de julgar moralmente a sociedade recai precisamente sobre aqueles indivíduos que se tornaram os mais incapazes de julgar-se a si mesmos, o resultado é esse: uma moral invertida, uma antimoral de perversos e celerados afirma-se com a intransigência de um neomoralismo mais rígido e intolerante do que todos os moralismos conhecidos. Hoje em dia, em círculos letrados, já ninguém pode falar contra o consumo de drogas, contra a libertinagem, contra o aborto em massa ou contra certas formas de banditismo sem ver-se cercado de olhares de reprovação, como se tivesse dito algo de indecente.

Confundindo, rebaixando e prostituindo os padrões de julgamento, a simples presença, na vida intelectual e política, de um número suficiente de homens imbuídos dessa religiosidade às avessas já é um poderoso fator de deterioração moral da sociedade, inibindo a ação repressiva e infundindo nos delinquentes uma autoconfiança ilimitada.

No fim, nada mais haverá a alegar contra um assalto, um homicídio, um estupro, exceto que, eventualmente, lhe faltou o devido *nihil obstat* ideológico. Tal é, por exemplo, o raciocínio do deputado Walter Pinheiro, líder do PT na Câmara Federal, ao pronunciar-se contra os sequestradores de Washington Olivetto: “Eles sequestram, torturam por dinheiro, não têm ética. Não são guerrilheiros, são bandidos.” Que é que isso significa, senão que sequestrar, torturar e matar em nome das crenças do deputado, à maneira de um Fidel Castro ou de um Pol-Pot, faria, dos delinquentes, lindos exemplos de moral superior? E notem que não há aí a simples diferença do “crime comum” para o “crime político”. Pinochet também não matou por dinheiro. Matou por política, mas isto não basta para beatificá-lo aos olhos do deputado. Não é qualquer motivo político que serve. A esquerda tem, hoje como nos tempos de Stalin, não apenas o monopólio da licença para delinquir, mas o monopólio do crime bondoso. Sequestros, torturas, homicídios não são maus nem bons em si mesmos. São relativos. O único crime, o único pecado, o único mal absoluto, é estar contra o partido de S. Excia. Daí que sua correligionária, Heloísa Helena, se mostre menos indignada com a maré montante da criminalidade do que com a simples tentativa de investigar as ligações, mais que prováveis, entre sequestros, narcotráfico e revolução continental. Crimes podem ser condenáveis ou louváveis,

conforme a gradação de pureza de seus pretextos ideológicos. A investigação é má em absoluto, porque é coisa “da direita”.

A transfiguração do desastre

O Globo, 16 de junho de 2001

Sempre que os esquerdistas querem impor um novo item do seu programa, alegam que é a única maneira de curar determinados males. Invariavelmente, quando a proposta sai vencedora, os males que prometia eliminar são agravados. O normal seria que, em tais circunstâncias, a esquerda fosse responsabilizada pelo desastre. Mas isto jamais acontece, pois instantaneamente o argumento legitimador originário desaparece do repertório e é substituído por um novo sistema de alegações, que celebra o fracasso como um sucesso ou como necessidade histórica incontornável.

Ninguém compreenderá nada da história do século XX — nem deste começo do XXI — se não conhecer esse mecanismo de justificação retroativa pelo qual se leva o povo a trabalhar em prol de metas não declaradas, que o escandalizariam se as conhecesse e que por isto só podem ser atingidas pela via indireta da cenoura de burro.

Alguns exemplos tornarão isso bem claro.

1) Quando o Partido Comunista lançou seu programa de destruição das instituições familiares “burguesas”, consubstanciado no que mais tarde viria a ser a “liberação sexual”, sua alegação principal, elaborada pelo dr. Wilhelm Reich, consistia em que homossexualismo, sadomasoquismo, fetichismo etc. eram frutos da educação patriarcal repressiva. Eliminada a causa, essas condutas desviantes tenderiam a desaparecer do cenário social. Bem, os últimos resíduos de valores patriarcais foram suprimidos da educação ocidental entre as décadas de setenta e oitenta, e o que se viu em seguida? A disseminação, em escala apocalíptica, daquelas mesmas condutas que se prometia eliminar. Obtido o resultado, essas condutas começaram a ser celebradas como saudáveis, dignas e meritórias, e toda crítica a elas passou a ser condenada — às vezes sob as penas da lei — como abuso intolerável e atentado contra os direitos humanos.

2) Quando a esquerda mundial começou a lutar pela legalização do aborto, um de seus argumentos principais consistia em que o grande número de abortos era causado pela proibição, que facilitava a ação de charlatães, intrometidos e gente não habilitada em geral. A legalização, prometia-se, obrigaria a realizar o aborto em condições medicamente aceitáveis, portanto diminuindo o número de casos. Qual foi o resultado? No primeiro ano, o número de abortos nos EUA subiu de 100 mil para um milhão e não parou de crescer até hoje. Pelo menos 30 milhões de bebês já foram sacrificados, ao mesmo tempo que os apologistas da legalização, em vez de admitir a falácia do seu argumento inicial, festejam o fato consumado, tratando de marginalizar e criminalizar qualquer crítica ao novo estado de coisas.

3) Quando os esquerdistas norte-americanos inventaram a política de quotas e indenizações conhecida como *affirmative action*, alegavam que diminuiria a criminalidade entre a população negra. Oficializada a nova política, o número de crimes cometidos por negros contra brancos aumentou significativamente, segundo estatísticas do FBI. Que fizeram então os apóstolos da *affirmative action*? Reconheceram humildemente que reforçar o sentimento de identidade racial era alimentar preconceitos e conflitos de raça? Nada. Celebraram o aumento da hostilidade racial como um progresso da democracia.[23]

4) Quando, querendo destruir a tradição norte-americana que considerava a educação um dever da comunidade, das igrejas e das famílias antes que do Estado, a esquerda norte-americana reivindicou a

burocratização do ensino, um de seus argumentos básicos era que a delinquência juvenil só poderia ser controlada mediante a ação educacional do Estado. Com Jimmy Carter, em 1980, os EUA passaram a ter pela primeira vez um Ministério da Educação e programas de ensino uniformes. Duas décadas depois, a delinquência entre crianças e adolescentes não apenas vem crescendo muito mais que antes, mas adotou como seu quartel-general as escolas públicas, hoje transformadas em áreas de risco, a ponto de que, no começo do ano, a prefeitura de Nova York estava privatizando as suas por não ter meios de controlar a violência nelas. Em resposta, que faz a esquerda? Admite que errou? Não. Luta pela uniformização estatal do ensino em escala mundial.

5) No Brasil, a única maneira de diminuir a violência nas áreas rurais, proclamavam os esquerdistas, era dar terras e dinheiro ao MST. Pois bem, as terras foram dadas — foi a maior distribuição de toda a história humana, com muito dinheiro atrás. A violência não diminuiu. Ao contrário, aumentou muito. A esquerda confessa que errou? Não. Trata de organizar a violência e celebrá-la como a conquista de um novo patamar histórico na luta pelo socialismo.

Os exemplos poderiam multiplicar-se *ad infinitum* — e notem que propositadamente evitei mencionar os casos extremos, sucedidos no próprio âmbito dos países socialistas, como a coletivização da agricultura na URSS, o Grande Salto para a Frente e a Revolução Cultural na China, a revolução cubana etc., limitando-me a fatos sucedidos no mundo capitalista.

A promessa salvadora transfigurada em desastre e seguida da troca de discurso legitimador foi, em suma, o *modus agendi* essencial e constante da esquerda mundial ao longo de um século, e não se vê o menor sinal de que algum mentor esquerdista tenha problemas de consciência por isso. Ao contrário, todos continuam prometendo a solução dos males, ao mesmo tempo que já têm pronta, na gaveta, a futura legitimação dos males agravados. Prometem diminuir o consumo de drogas mediante a liberalização, controlar a corrupção mediante o “orçamento participativo”, reprimir a delinquência mediante o desarmamento civil ou mediante o “direito alternativo” leninista que criminaliza antes a posição social do acusado do que o seu ato criminoso. Sabem perfeitamente aonde tudo isso leva — mas sabem também que ninguém os apoiaria se proclamassem em voz alta o que desejam.

Até que enfim

Diário do Comércio, 21 de setembro de 2011

A mídia brasileira sempre acaba descobrindo as coisas. Basta esperar umas quantas décadas, e você, já maduro ou velhinho, recebe a informação vital que poderia ter mudado o seu destino se lhe chegasse na juventude.

Quem primeiro me falou de Roger Scruton, no início dos anos 1990, foi Daniel Brilhante de Brito, o brasileiro mais culto que já conheci. Citei o filósofo inglês em 1993, em *A nova era e a revolução cultural*, antevendo — nada é mais fácil neste país — que sua obra dificilmente chegaria ao conhecimento dos nossos compatriotas. Decorridos sete anos, o *Dicionário crítico do pensamento da direita*, pago com dinheiro do governo à fina flor da esquerda falante — 104 intelectuais que prometiam esgotar o assunto —, ainda exibia despudoradamente a total ignorância universitária de um autor que, àquela altura, já era tido no seu país e nos EUA como um dos mais vigorosos homens de ideias no campo conservador.[24] Só se pode alegar como atenuante o fato de que não haviam excluído Scruton por birra pessoal. Ao contrário, eram rigorosamente democráticos na distribuição da sua ignorância: desconheciam, por igual, Ludwig von Mises, Friedrich von Hayek, Murray Rothbard, Russel Kirk, Thomas Sowell, Bertrand de Jouvenel, Alain Peyrefitte e praticamente todos os demais autores sem os quais não existiria nenhum “pensamento da direita” para ser dicionarizado. Uma breve

consulta ao popular *Dictionary of American Conservatism*, publicado três anos antes, teria bastado para dar àqueles cavalheiros a informação mínima que lhes faltava sobre o assunto em que pontificavam, mas provavelmente as verbas federais com que encheram os bolsos não bastaram para comprar um exemplar.

Voltei a falar de Scruton, à base de uma vez por ano, de 1999 até 2008. Em vão. Durante muito tempo vigorou nas redações de jornais e nas universidades o mandamento comunista de Milton Temer, “Olavo de Carvalho não é para ser comentado”,[**********] que o zelo dos discípulos estendia aos autores citados nos meus artigos. Alguns, é claro, liam esses autores em segredo, como quem se escondesse no banheiro com um livreto de Carlos Zéfiro. Mas esperavam, para comentá-los, que o tempo apagasse toda associação entre aqueles nomes e a minha pessoa. Assim transcorreu o prazo de uma geração.

Imagino o que teria sido a vida de milhares de estudantes brasileiros se lessem, logo que publicado, em 1985, o hoje clássico *Thinkers of the New Left*.[25] Naquela época, o marxismo já estava cambaleante, mas as ideias da “nova esquerda”, que prometiam injetar-lhe vida nova, estavam acabando de aterrissar na taba. Se Antonio Gramsci e Louis Althusser já eram estrelas nos céus acadêmicos tabajaras, outros, como Michel Foucault e Jürgen Habermas, mal haviam desembarcado, e outros ainda, como Immanuel Wallerstein e E. P. Thompson, ainda eram vagas promessas de novos deslumbramentos que só na década de 1990 iriam espoucar ante os olhos ávidos da estudantada devota. A cada um desses autores Scruton consagrava modestas oito ou dez páginas que os reduziam ao estado de múmias, fazendo jus àquilo que mais tarde se diria de outro filósofo conservador, o australiano David Stove (também desconhecido nestas plagas): “Ele não faz prisioneiros. Escreve para matar.”

Se alguma longínqua esperança na recuperação da dignidade intelectual marxista ainda restava na minha cabeça de esquerdista desencantado, foi sobretudo esse livro que a exorcizou. Uma tradução brasileira dele teria feito bem a muita gente. Talvez tivesse até debilitado a fé de Milton Temer no monopólio esquerdista da racionalidade, poupando-o do vexame de continuar carregando essa cruz nas suas costas vergadas de septuagenário.

Foi para impedir essa tragédia que a elite esquerdista dominante nos meios universitários e editoriais[26] não só se absteve de ler livros conservadores como também tomou todas as providências para que ninguém mais os lesse. Não que agisse assim por um plano deliberado. Não: essa gente pratica a exclusão e a marginalização dos adversários com espontânea naturalidade. A regra leninista de que não se deve conviver com a oposição, mas eliminá-la, incorporou-se na sua mente como uma segunda natureza, e desde que a esquerda tomou o poder neste país tornou-se um hábito generalizado e corriqueiro suprimir as vozes discordantes para em seguida proclamar que não existem.

Por isso é que só agora o indispensável Roger Scruton chega ao conhecimento do público brasileiro, por iniciativa das páginas amarelas da *Veja* de 21 de setembro, onde diz o que todo mundo pensa mas não tem meios de dizer em voz alta. Exemplos:

1) Os arruaceiros de Londres não são pobres excluídos. São meninos mimados, sustentados pela previdência social, que se acostumaram à ideia de que têm todos os direitos e nenhuma obrigação.[27]

2) Nenhum país pode suportar um fluxo ilimitado de imigrantes sem integrá-los na sua cultura nacional.

3) Toda a ideologia de esquerda é baseada na ideia imbecil da “soma zero”, em que alguém só pode ganhar alguma coisa se alguém perder outro tanto.

4) Marx, Lenin e Mao pregaram abertamente a liquidação violenta de populações inteiras, mas a esquerda fica indignada quando lhes imputamos a culpa moral pelas consequências óbvias da aplicação de suas ideias. Porém, se um conservador escreve uma palavrinha contra os excessos da imigração forçada, é imediatamente acusado de fomentar crimes contra os imigrantes.

5) A União Europeia é inviável. O euro, paciente terminal, que o diga.

6) A esquerda sente a necessidade de sempre explicar tudo em termos de culpados e vítimas, mas, como cada explicação desse tipo logo se revela insustentável, é preciso buscar sempre novas vítimas para que as ondas de indignação se sucedam sem parar, alimentando a liderança revolucionária que sem isso não sobreviveria uma semana. A primeira vítima oficial foram os proletários, depois os índios, os negros, as mulheres, os jovens, os gays e agora, finalmente, a maior vítima de todas: o planeta. Em nome da salvação do planeta, supostamente ameaçado de extinção pelo capitalismo, é lícito matar, roubar, sequestrar, incendiar, ludibriar, mentir sem parar e, sobretudo, gastar dinheiro extorquido dos malvados capitalistas por meio do Estado redentor.[28]

Em todos esses casos, é historicamente comprovado que a situação das alegadas vítimas, sob o capitalismo, jamais parou de melhorar, na mesma medida em que piorava substancialmente nos países socialistas, mas a mentalidade esquerdista tem a tendência compulsiva de sentir-se tanto mais indignada com os outros quanto mais suas próprias culpas aumentam. É o velho preceito leninista: “Acuse-os do que você faz, xingue-os do que você é.”

A par da sua obra propriamente filosófica, de valor inestimável para os estudiosos, Scruton tem dito essas coisas, de uma verdade patente, há muitas décadas e com uma linguagem ao mesmo tempo elegante e ferina que desencoraja o mais inflamado dos contendores.

Espero que a entrevista da *Veja* desperte a atenção dos leitores para os livros desse autor imprescindível.

A respeito do item 6, convém acrescentar aqui uma informação de que talvez o próprio Scruton não disponha, mas que vem mostrar o quanto ele tem razão. Nos anos 1950, grupos globalistas bilionários — os metacapitalistas, como os chamo, aqueles sujeitos que ganharam tanto dinheiro com o capitalismo que agora já não querem mais se submeter às oscilações do mercado e por isso se tornam aliados naturais do estatismo esquerdista — tomaram a iniciativa de contratar algumas dezenas de intelectuais de primeira ordem para que escolhessem a vítima das vítimas, alguém em cuja defesa, em caso de ameaça, a sociedade inteira correria com uma solicitude de mãe, lançando automaticamente sobre todas as objeções possíveis a suspeita de traição à espécie humana. Depois de conjeturar várias hipóteses, os estudiosos chegaram à conclusão de que ninguém se recusaria a lutar em favor da Terra, da mãe natureza. Foi a partir de então que os subsídios começaram a jorrar para os bolsos dos ecologistas que se dispusessem a colaborar na construção do mito do planeta ameaçado pela liberdade de mercado. As conclusões daquele estudo foram publicadas sob o título de *Report from Iron Mountain* — a prova viva de que o salvacionismo planetário é o maior engodo científico de todos os tempos. O escrito foi publicado anonimamente, mas o economista John Kenneth Galbraith, do qual não há razões para duvidar nesse ponto, confirmou a autenticidade do documento ao confessar que ele próprio fizera parte daquele grupo de estudos e ajudara a redigir as conclusões.[29]

8. DESMASCARAMENTO

A boa e velha língua dupla

Diário do Comércio, 28 de novembro de 2010

Se há algo que a história confirma sem um único exemplo em contrário, é isto: toda e qualquer verdade ou ideia valiosa que algum dia chegou ao conhecimento dos seres humanos foi descoberta de um ou alguns indivíduos isolados; ao disseminar-se entre as massas, perde o impulso originário e se cristaliza em fórmulas ocas, infindavelmente repetíveis, que se podem preencher com os sentidos

mais diversos e usar para os mais diversos fins.

Tudo começa na inspiração e termina em macaqueação. Sempre foi assim e sempre será.

O que distingue o pensamento dito “moderno”, do século XVIII em diante, e o diferencia radicalmente de todos os anteriores, é sua capacidade de gerar teorias que vêm prontinhas para ser massificadas, e que extraem daí, precisamente daí, todo o prestígio “intelectual” que possam vir a desfrutar. É como se saltassem por cima da etapa de inspiração solitária e já se enunciassem, desde o berço, como apelo às massas. Isso começou a acontecer desde o momento em que os homens de ideias perderam a fé no conhecimento da verdade e passaram a buscar, em vez dela, o afinamento com o “espírito da época”. Quantos filósofos e escritores, hoje em dia, não são abertamente louvados, não porque tenham descoberto alguma verdade, algum valor essencial, mas apenas e sobretudo porque expressaram, com seus erros e mentiras, as aspirações mais loucas e abjetas do “seu tempo”? Se não fosse por isso, tipos como Maquiavel, Diderot, Marx, Freud ou até mesmo Darwin não teriam hoje em dia um só admirador devoto. Seriam lidos, se tanto, como documentos históricos de um passado desprezível.

O traço distintivo das teorias a que me refiro é a ambiguidade congênita. Nada afirmam de muito claro, desdizem-se a cada linha, esquivam-se com destreza luciferina à confrontação com os fatos e, quando acuadas contra a parede por alguma objeção demolidora, mudam de significado com a maior facilidade, cantando vitória quando conseguem mostrar que o adversário nada provou contra o que não tinham dito.

É claro que a aptidão de uma teoria para essa transmutação proteiforme não aparece toda de uma vez. A continuação dos debates e o zelo dos discípulos em preservar a imagem do mestre é que trazem à mostra o potencial de desconversa escorregadia contido na exposição da ideia originária.

O darwinismo, por exemplo, começou como uma “teoria do *design* inteligente”, tentando mostrar a lógica de uma intencionalidade divina por trás da variedade das formas naturais. Hoje aparece como a antítese mais extrema de todo “*design* inteligente”, sem que ninguém nos explique como é possível que duas teorias simetricamente opostas continuem sendo uma só e a mesma.

A psicanálise, então, tem tantas versões que o que quer que você diga contra uma delas pode ser sempre reciclado como argumento em favor de alguma outra — e os ganhos de todas revertem sempre, é claro, em favor do dr. Freud.

A facilidade mesma com que uma teoria se converte em suas contrárias é louvada como prova do mais alto mérito intelectual: o que importa não é a “veracidade”, mas a “fecundidade”.

Mas a teoria mais capaz de explorar em proveito próprio tudo o que a desminta é, com toda a certeza, o marxismo. Tudo o que diz já vem, na fonte, em duas versões: uma que diz sim, a outra que diz não. Qualquer das duas que saia vencedora aumentará formidavelmente o crédito da teoria marxista.

Como Marx se esquiva de esclarecer qual o coeficiente de influência que as causas econômicas têm na produção das mutações históricas em comparação com outras causas, você pode optar por um determinismo econômico integral ou pela completa inocuidade das causas econômicas e continuar se declarando, nos dois casos, um puro marxista. Ernesto Laclau chega a declarar que a mera propaganda cria a classe oprimida incumbida de legitimá-la *ex post facto*, e ninguém deixa de considerá-lo, por isso, um luminar do pensamento marxista.

A própria ideia marxista da *práxis* — a mistura inextricável de teoria e prática — parece criada sob medida para tirar proveito das situações mais opostas: o que desmente o marxismo em teoria pode favorecer o movimento comunista na prática (é o caso das ideias de Laclau); as derrotas do comunismo na política prática podem sempre ser alegadas como efeitos de “desvios” e, portanto, como confirmações da teoria marxista (Trótski falando de Stalin).

A duplicidade de línguas no marxismo aparece não só nas grandes linhas da teoria e da estratégia,

mas nas atitudes dos intelectuais marxistas ante qualquer acontecimento da vida cultural ou política. Tudo aí tem duas caras, cada uma exibida ou encoberta, em rodízio, conforme as conveniências do momento. Em 1967, quando a União dos Escritores da URSS proclamava Soljenítsin um tipo execrável e perigosíssimo, o filósofo comunista Georg Lukács jurava que o autor de *Um dia na vida de Ivan Denissovitch* tinha uma visão ortodoxamente marxista das coisas. O movimento comunista ficava assim preparado para as duas eventualidades: se o romancista viesse a ser ignorado no Ocidente, já estava garantido o seu lugar na lata de lixo da história; se fizesse sucesso, seria um sucesso do marxismo. Alguns exemplos próximos de nós ilustram o jogo com ainda mais clareza. Lula e o comandante das Farc, Raúl Reyes, podem presidir juntos[30] as assembleias do Foro de São Paulo e em seguida alegar que nunca fizeram nada em parceria.[31] As Farc podem publicar em sociedade com o PT a mais importante revista de discussão marxista do continente (*America Libre*) e ao mesmo tempo ser proclamadas, na mídia, como umas malditas traidoras que abandonaram o marxismo para entregar-se à pura cobiça de dinheiro. Se as Farc vencem, o Foro de São Paulo vence junto. Se perdem, ele sai limpo.

A língua dupla caracteriza as serpentes, no mundo natural, o diabo, no reino do espírito, e as ideias queridas da modernidade, no mundo humano e histórico.

Língua dupla e estratégia

O Globo, 2 de fevereiro de 2002

Os "lugares-comuns" foram assim nomeados pelos retóricos greco-romanos, que os comparavam a depósitos públicos de lixo mental, onde o mais pobre dos argumentadores poderia sempre encontrar alguma ferramenta usada que o tirasse do aperto no confronto desvantajoso com o adversário mais sábio. Cada vez que alguém lança mão de um desses utensílios para dar impressão de pensamento quando não pensou coisa nenhuma, todo mundo sai perdendo: o idioma é lesado, a inteligência aviltada, a opinião pública ludibriada. No entanto, longe de mim desprezar a força dessas velhas armas.

A potência inesgotável de lugares-comuns, clichês ou frases feitas assemelha-se à do moto-perpétuo: quanto mais gastos, tanto mais persuasivos; quanto mais deslocados do assunto, tanto mais eficazes. Sua maior virtude reside precisamente em desviar a discussão de um tema difícil e mal conhecido para o terreno firme das banalidades costumeiras, onde as conclusões se produzem com o automatismo fácil das secreções orgânicas. O preço, evidentemente, é escapar por completo da questão em debate — mas que importa isso a quem quer apenas dar boa impressão?

Não há hoje em dia lugar-comum mais comum do que descartar *in limine* qualquer alegação contra o esquerdismo sob o pretexto de que nasce do "ódio". Mais tipicamente: do ódio "visceral". Você diz que os comunistas promoveram os maiores genocídios da história? É "ódio visceral". Você afirma que criaram o Gulag e o Laogai, redes de campos de concentração que superaram as mais macabras ambições dos nazistas? "Ódio visceral". Você se queixa de que bloqueiam a divulgação de seus crimes? "Ódio visceral". Depois de repetirem isso umas centenas de vezes, você ficará parecendo mais mau do que aqueles que mataram 100 milhões de seres humanos, prenderam outros tantos e hoje proíbem você de tocar no assunto. Pensando bem, você é que é um genocida, um tirano, um monstro. Eles mataram apenas uns quantos milhões de pessoas, conservando, mediante prodígios de inventividade lógica, uma linda autoimagem de almas santas e bem-intencionadas. Aí vem você e, impiedosamente, rasga essa autoimagem. Você é muito malvado, rapaz. Você não tem amor no coração.

O mais curioso é que essa rotulação venha justamente de adeptos, simpatizantes e colaboradores passivos de uma ideologia que, em família, jamais escondeu a motivação última que a movia. Ainda ressoa nesta página o conselho de Górki, escritor oficial da revolução russa, que ensinava aos militantes a repulsa física ao inimigo. Talvez o leitor recorde também a observação de Brecht, de que, se os acusados dos Processos de Moscou eram inocentes, tanto mais mereciam ser fuzilados pelo bem do socialismo. Talvez conheça a declaração de Eldridge Cleaver, de que estuprar mulheres brancas é um mérito revolucionário. E talvez não tenha sumido da sua memória a fórmula de Che Guevara, que aconselhava "o ódio intransigente ao inimigo, ódio que impulsiona além das limitações naturais do ser humano e converte o guerrilheiro numa eficiente e fria máquina de matar".

Mas, naturalmente, nenhum desses cavalheiros disse ou praticou essas coisas por ódio. Odiento é você, que sai contando para todo mundo que eles as disseram e praticaram.

É com base na peculiar lógica comunista dessa conclusão que, por exemplo, o Fórum Social Mundial pode ostentar a bandeira da "paz", entendendo por paz a suspensão das ações americanas no Afeganistão, que mataram umas centenas de pessoas, mas não a da ocupação chinesa no Tibete, que já matou mais de um milhão.

Quando Orwell disse que os comunistas inventaram um novo idioma no qual amor é ódio, paz é guerra, sim é não e não é sim, ele não exagerou em nada.

Duplicidade, diversionismo, camuflagem são o cerne mesmo da alma comunista. E quem quer que, discutindo com comunistas ou similares, atenha-se ao conteúdo literal de seu discurso, sem perceber que se destina apenas a encobrir a lógica profunda de suas ações, estará sendo feito de otário. Diga francamente o caro leitor: se um visitante, imbuído da manifesta intenção de seduzir sua esposa, começa a frequentar sua casa sob o pretexto de jogar cartas, você acha que o melhor que tem a fazer com o intruso é empenhar-se em ganhar o jogo?

Assim procede quem, diante de organizações políticas envolvidas até a goela num movimento revolucionário continental associado ao narcotráfico, discuta com elas programas de governo e remédios para os problemas nacionais, ajudando-as a fingir uma atmosfera democrática de paz e normalidade.

Para o revolucionário, todo discurso público, sobretudo eleitoral, é apenas utensílio. Utensílio tão provisório, tão descartável quanto uma tira de papel higiênico ou uma camisinha. A conquista definitiva do poder, o controle absoluto do Estado, a destruição completa das oposições — tais são, hoje como sempre, os únicos objetivos daqueles que se dizem esquerdistas de um novo tipo, convertidos à democracia, mas que continuam cúmplices do regime de Fidel Castro e usam, como se fossem instrumentos legítimos do processo democrático, as mesmas armas comunistas de sempre: incentivar e legitimar a violência das massas (denunciando histericamente a reação dos agredidos), desmantelar desde dentro e desde cima o aparato militar, policial e judiciário, manipular e alterar o sentido das leis, controlar os meios de informação, o ensino, as fontes de energia e a rede viária, fomentar o banditismo e depois culpar por ele a sociedade capitalista.

Discutir economia e administração com esses farsantes é cair num jogo sujo, é desempenhar na pantomima precisamente o papel que eles reservaram para suas futuras vítimas. Só o que cabe é desmascarar, por trás de suas alegações variadas, artificiosas e desnorteantes, a constância e a lógica implacável da sua estratégia de conquista.

Pelas mesmas razões, é inútil tentar combatê-los com acusações de corrupção banal, idênticas àquelas com que eles destroem facilmente as reputações de seus adversários. Primeiro, porque a parcela ideologicamente intoxicada do eleitorado, que constitui o contingente dos seus votantes fixos, não se escandaliza com atos desonestos cometidos por seus líderes, que lhe parecem vir em proveito da revolução. Segundo, porque a organização empenhada na luta por um objetivo geral que é mau, desonesto e pérfido em essência há de tratar sempre de ser a mais honesta possível nos detalhes

instrumentais da política diária, não só para evitar problemas de percurso mas também para poder prevalecer-se de uma aparência enganosa de superioridade moral: nada mais rígido que o moralismo interno das máfias e dos partidos revolucionários. Não, a perfídia esquerdista não será jamais vencida por meio de tímidas mordidas nas beiradas. É preciso feri-la no coração, e esse coração chama-se: estratégia. Ou a desmascaramos, ou nos conformamos em vir a ser governados por um Pol-Pot, um Fidel Castro, um Ceaucescu.

Como debater com esquerdistas

Diário do Comércio (editorial), 20 de junho de 2007

Os liberais e conservadores deste país nunca hão de tirar o pé da lama enquanto continuarem acreditando que nada mais os separa dos esquerdistas senão uma divergência de ideias, apta a ser objeto de polidas discussões entre pessoas igualmente honestas, igualmente respeitáveis. A diferença específica do movimento revolucionário mundial é que infunde em seus adeptos, servidores e mesmo simpatizantes uma substância moral e psicológica radicalmente diversa daquela que circula nos corações e mentes da humanidade normal. O revolucionário sente-se membro de uma supra-humanidade ungida, portadora de direitos especiais negados ao homem comum e até mesmo inacessíveis à sua imaginação. Quando você discute com um esquerdista, ele se apoia amplamente nesses direitos, que você ignora por completo. A regra comum do debate, que você segue à risca esperando que ele faça o mesmo, é para ele apenas uma cláusula parcial num código mais vasto e complexo, que confere a ele meios de ação incomparavelmente mais flexíveis que os do adversário. Para você, uma prova de incoerência é um golpe mortal desferido a um argumento. Para ele, a incoerência pode ser um instrumento precioso para induzir o adversário à perplexidade e subjugá-lo psicologicamente. Para você, a contradição entre atos e palavras é uma prova de desonestidade. Para ele, é uma questão de método. A própria visão do confronto polêmico como uma disputa de ideias é algo que só vale para você. Para o revolucionário, as ideias são partes integrantes do processo dialético da luta pelo poder; elas nada valem por si; podem ser trocadas como meias ou cuecas. Todo revolucionário está disposto a defender “x” ou o contrário de “x” conforme as conveniências táticas do momento. Se você o vence na disputa de “ideias”, ele tratará de integrar a ideia vencedora num jogo estratégico que a faça funcionar, na prática, em sentido contrário ao do seu enunciado verbal. Você ganha, mas não leva. A disputa com o revolucionário é sempre regida por dois códigos simultâneos, dos quais você só conhece um. Quando você menos espera, ele apela ao código secreto e lhe dá uma rasteira.

Você pode se escandalizar de que um desertor das tropas nacionais seja promovido a general *post mortem* enquanto, no regime que ele desejava implantar no país, o fuzilamento sumário é o destino não só dos desertores, mas de meros civis que tentem abandonar o território. Você acha que denunciando essa monstruosa contradição acertou um golpe mortal nas convicções do revolucionário. Mas, por dentro, ele sabe que a contradição, quanto menos explicada e mais escandalosa, mais serve para habituar o público à crença implícita de que os revolucionários não podem ser julgados pela moral comum. A derrota no campo dos argumentos lógicos é uma vitória psicológica incomparavelmente mais valiosa. Serve para colocar a causa revolucionária acima do alcance da lógica.

Você não pode derrotar o revolucionário mediante simples “argumentos”. A eles é preciso acrescentar o desmascaramento psicológico integral de uma tática que não visa vencer debates, mas usar como um instrumento de poder até mesmo a própria inferioridade de argumentos. Em cada

situação de debate é preciso transcender a esfera do confronto lógico e pôr à mostra o esquema de ação em que o revolucionário insere a troca de argumentos e qual o proveito psicológico e político que pretende tirar dela para muito além do seu resultado aparente.

Mas isso quer dizer que o único debate eficiente com esquerdistas é aquele que não consente em ficar preso nas regras formais dum confronto de argumentos, e que se aprofunda num desmascaramento psicológico completo e impiedoso. Provar que um esquerdista está errado nada significa. Você tem é de mostrar como ele é mau, perverso, falso, deliberado e maquiavélico por trás de suas aparências de debatedor sincero, polido e civilizado. Faça isso e você fará essa gente chorar de desespero, porque, no fundo, ela se conhece e sabe que não presta. Não lhe dê o consolo de uma camuflagem civilizada tecida com a pele do adversário ingênuo.

Notas

* *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano*, 1994.

** Ver Goodman, Elliot R. *O Plano Soviético de Estado Mundial.* Rio de Janeiro: Presença, 1965.

*** O artigo completo está em http://frontpagemag.com/2012/03/16/americans-have-become-compliant.

**** Ver Modris Eksteins, *Rites of Spring*.

***** Ver *Degenerate Moderns: Modernity as Rationalized Sexual Misbehavior*. São Francisco: Ignatius Press, 1993, e volumes subsequentes.

****** Ver *One Nation, Two Cultures: A Searching Examination of American Society in the Aftermath of Our Cultural Revolution* . Nova York: Vintage Books, 1999.

******* *Le Bouc Émissaire*. Paris: Grasset, 1982.

******** *Psychanalyse pour la Personne*. Paris: Le Seuil, 1962.

********* Uso a edição americana: Filadélfia, 1827, vol. I.

********** Ver http://www.fazendomedia.com/fm0023/entrevista0023.htm.

1. N. do Org.: "Em 28 de junho, a Suprema Corte de Honduras determinou a prisão do presidente Manuel Zelaya por ter infringido a Constituição e ameaçado usar a força contra o poder legislativo. Os militares, em vez de executar a ordem, deixaram-se enternecer pelo desgraçado e permitiram que escapasse para a Costa Rica. Resultado: a esquerda mundial inteira os acusa de ter 'expulsado' Zelaya, de ter dado um 'golpe', de ter 'rompido a estabilidade das instituições'. Se tivessem prendido o delinquente e o levado a julgamento, a esquerda mundial poderia estar tão enfezada quanto está agora, mas não teria nenhum pretexto para dizer essas coisas. Teria de inventar outras mentiras, mais trabalhosas, menos persuasivas" [Olavo de Carvalho, "Honduras contra a mentira global", *Diário do Comércio*, 28 de setembro de 2009 — http://www.olavodecarvalho.org/semana/090928dc.html].

2. N. do Org.: Ver "Engenharia da complacência", na seção Manipulação do presente capítulo.

3. N. do Org.: Sobre as consequências desastrosas das cotas raciais nas universidades, ver nota no item 3 do artigo "A transfiguração do desastre", no capítulo *Revolução*.

4. N. do Org.: Sobre o desarmamento civil, ver os três últimos textos da seção Obama do capítulo *EUA*.

5. N. do Org.: Tratado internacional estabelecido em Kyoto, no Japão, em 1997, com metas para a redução da emissão de gases que supostamente agravam o chamado efeito estufa. Para uma análise dos propósitos por trás do Protocolo, como o de enfraquecer as soberanias dos Estados em favor dos órgãos mundiais, tal qual queria o presidente do *Council on Foreign Relations*, Richard Haas, ver Olavo de Carvalho, "Travessia perigosa", *Diário do Comércio*, 12 de maio de 2008 — http://www.olavodecarvalho.org/semana/080512dc.html. Para entender por que o efeito estufa e o alarmismo sobre a emissão de gases são grandes embustes, ver na internet as entrevistas do climatologista e professor da USP Ricardo Augusto Felício.

6. N. do Org.: O banqueiro norte-americano David Rockefeller, patriarca da família, confessa na página 427 de seu livro autobiográfico *Memoirs* (Nova York, Random House, 2002): "Por mais de um século, extremistas ideológicos, provenientes dos dois polos do espectro político, apoderaram-se de acontecimentos amplamente divulgados, como meu encontro com Fidel Castro, para atacar a família Rockefeller pela excessiva influência que dizem que temos sobre instituições políticas e econômicas americanas. Alguns acreditam que somos parte de um grupo secreto de conspiradores trabalhando contra os melhores interesses dos Estados Unidos, caracterizando minha família e eu como 'internacionalistas' e afirmando que conspiramos com outras pessoas ao redor do mundo para construir uma estrutura global política e econômica mais integrada — um mundo unificado, se quiser chamá-lo assim. Se esta é a acusação, declaro-me culpado e tenho orgulho da minha culpa."

7. N. do Org.: Ver Ludwig von Mises, *Socialism: An Economic and Sociological Analysis*, Ludwig von Mises Institute, 2011; disponível em pdf no link: http://mises.org/document/2736.

8. N. do Org.: "A luta pela hegemonia não se resume apenas ao confronto formal das ideologias, mas penetra num terreno mais profundo, que é o daquilo que Gramsci denomina — dando ao termo uma acepção peculiar — 'senso comum'. O senso comum é um aglomerado de hábitos e expectativas, inconscientes ou semiconscientes na maior parte, que governam o dia a dia das pessoas. Ele se expressa, por exemplo, em frases feitas, em giros verbais típicos, em gestos automáticos, em modos mais ou menos padronizados de reagir às situações" [Olavo de Carvalho, *A nova era e a revolução cultural*, Instituto de Artes Liberais/Stella Caymmi Editora, 1994; disponível no link: http://www.olavodecarvalho.org/livros/negramsci.htm] . No texto indicado, o autor explica que a missão providencial dos intelectuais gramscianos é reformar o senso comum.

9. N. do Org.: Éditions Notre-Dame des Grâces, 1998. Sobre este livro de Pascal Bernardin, ver também a tradução de Olavo de Carvalho do artigo "O Império ecológico e o totalitarismo planetário", de Charles Lagrave, publicado originalmente na revista *Lectures Françaises* de março de 1999 e disponível no link: http://www.olavodecarvalho.org/convidados/empeco.htm.

10. N. do Org.: Publicado em 2012 no Brasil pela Vide Editorial, a conselho de Olavo de Carvalho, com o título *Maquiavel pedagogo ou o ministério da reforma psicológica*. Olavo considera o livro "a obra-padrão sobre o assunto".

11. N. do Org.: "Dissonância cognitiva é conflito entre as crenças e a conduta. Dissonâncias cognitivas temporárias são normais e até

desejáveis no desenvolvimento humano. Quando o quadro se torna crônico, rompe-se a unidade da consciência moral e o indivíduo tem de buscar fora dele mesmo, na aprovação grupal ou na repetição de *slogans* ideológicos, um sucedâneo da integridade perdida. Ao espalhar-se entre a população, a incapacidade de julgar realisticamente a própria conduta resulta na queda geral do nível de moralidade, assim como na disseminação concomitante da criminalidade e das condutas destrutivas, mas isso, segundo os engenheiros sociais, é um preço módico a pagar pela dissolução do senso comum e pela implantação dos novos modelos de conduta desejados" [Olavo de Carvalho, "Perdendo o senso", *Diário do Comércio*, 1o de abril de 2013 — http://www.dcomercio.com.br/index.php/opiniao/sub-menu-opiniao/107126-perdendo-o-senso].

12. N. do Org.: O comando "*Change!*" ecoou pelo mundo em 2008 como parte do lema "*Hope and Change*" ("Esperança e Mudança"), utilizado pelo Partido Democrata na primeira campanha de Barack Hussein Obama para a presidência dos Estados Unidos.

13. N. do Org.: Ver "Maquiadores do crime", no capítulo *Religião*.

14. N. do Org.: Analisando o artigo de um magistrado brasileiro, o autor esclarece como os girondinos passaram da esquerda do rei para a "direita" da revolução: "Nos Estados Gerais, abertos a 5 de maio de 1789, os girondinos ainda nem tinham esse nome. E não estavam à direita, e sim à esquerda. Não eram inimigos dos jacobinos, mas eram eles próprios membros ativos do Clube Jacobino. E, longe de ser um grupo moderado, ficaram famosos pelo radicalismo com que defendiam o uso da força para derrubar o regime. O mesmo papel continuaram desempenhando na Assembleia Nacional Constituinte. Foi só na Convenção Nacional, já em 1793, que, assustados com o terror e a confusão que eles próprios haviam criado, os girondinos tentaram frear a violência crescente, sendo então acusados de reacionários e recebendo o apelido pejorativo que aludia à região natal de alguns de seus líderes. Os Estados Gerais já tinham acabado fazia quatro anos" [Olavo de Carvalho, "Um luminar da ciência", *O Globo*, 14 de maio de 2005 — http://www.olavodecarvalho.org/semana/050514globo.htm. Ver também: "Resposta a um burro pretensioso", 9 de junho de 2005 — http://www.olavodecarvalho.org/textos/grijalbo.htm].

15. N. do Org.: Neste livro, é o artigo anterior, à página 186.

16. N. do Org.: "A Santa Inquisição, que a cultura *pop* do esquerdismo consagrou como o símbolo máximo da prepotência repressora, chamava-se 'inquisição' precisamente porque inquiria, isto é, fazia perguntas e deixava o acusado responder. O termo 'inquisitório' opunha-se a 'acusatório'. No costume processual dos séculos bárbaros, a acusação reforçada por um juramento e, se preciso, sustentada em duelo, bastava como garantia legal para enviar o réu para o outro mundo. A Inquisição proibiu o método acusatório, fazendo do direito de defesa uma *conditio sine qua non* para a racionalidade da prova. Muito aperfeiçoado, esse princípio acabou por ultrapassar as fronteiras do domínio jurídico estrito, impondo-se como regra básica em todas as discussões de culpa e inocência" [Olavo de Carvalho, "Abolindo a Inquisição", publicado no *Jornal do Brasil* de 1º de junho de 2006 e disponível no link: http://www.olavodecarvalho.org/semana/060601jb.html] . Sobre a Inquisição, o autor recomenda o livro *L' inquisizione. Atti del Simposio Internazionale (Città del Vaticano, 29-31 ottobre 1998)*, da coleção "*Studi e testi*", em edição de 2003 da Biblioteca Apostólica Vaticana — v. http://www.ibs.it/code/9788821007613/inquisizione-atti-del.html.

17. N. do Org.: O então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula.

18. N. do Org.: O artigo "Consequências mais que previsíveis" integra o capítulo *Gayzismo*.

19. N. do Org.: "Da estratégia, tal como vista por ele [Antonio Gramsci], constituía um capítulo importante a criação de um novo calendário dos santos, que pudesse desbancar, na imaginação popular, o prestígio do hagiológio católico (uma vez que a Igreja, na visão dele, era o maior obstáculo ao avanço do comunismo). O novo panteão seria inteiramente constituído de líderes comunistas célebres, e baseado no critério segundo o qual 'Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht são maiores do que os maiores santos de Cristo' — palavras textuais de Gramsci. Os seguidores do novo culto, com inteira lógica, puseram ainda mais alto na escala celeste o instituidor do calendário, motivo pelo qual não se pode falar dele sem a correspondente unção" [Olavo de Carvalho, *A nova era e a revolução cultural*, Instituto de Artes Liberais/Stella Caymmi Editora, 1994; disponível no link: http://www.olavodecarvalho.org/livros/negramsci.htm].

20. N. do Org.: Sobre o homem maduro segundo Aristóteles, ver o artigo "Jesus e a pomba de Stalin" no capítulo *Educação*.

21. N. do Org.: Ver o capítulo *Linguagem*, especialmente o artigo "A palavra-gatilho".

22. N. do E.: Primeira emissora de televisão da Venezuela, fundada em 1953, a RCTV (Radio Caracas Televisión) foi extinta pelo governo de Hugo Chávez em 27 de maio de 2007 e teve sua sede imediatamente ocupada por militares.

23. N. do Org.: Sobre a política de cotas raciais nas universidades, há pelo menos dois pontos fundamentais a serem levados em consideração: 1) Em vídeo do programa *True Outspeak* de 2 de maio de 2012, disponível no link: http://www.midiasemmascara.org/true-outspeak/13028-true-outspeak-2-de-maio-de-2012.html, o autor comenta um polêmico texto da jornalista Mírian Macedo sobre a desconfiança generalizada que resultará das cotas em relação aos profissionais negros, tendo em vista que, se antes não fazia diferença alguma a cor da pele para clientes e pacientes destes, "agora o sujeito já vem com um cartaz: sou da cota! Isso aí desmoraliza qualquer um. A Mírian falou uma coisa absolutamente inegável. Isto vai criar mesmo uma prevenção contra os profissionais negros, prevenção que na maior parte dos casos será injusta, claro; mas que vai criar, vai". Ou seja: mesmo que médicos e dentistas negros, por exemplo, tenham competência, sofrerão a suspeita de que não têm, em função de uma formação acadêmica possivelmente facilitada pelas cotas raciais. 2) Nos EUA, os desempenhos sofríveis — bem como o alto índice de desistência — de alunos que entram em universidades de elite através das cotas raciais já renderam reportagens até de publicações progressistas como o *New York Times* (http://www.nytimes.com/2013/03/17/opinion/sunday/does-affirmative-action-do-what-it-should.html) e a revista *Atlantic* (http://www.theatlantic.com/national/archive/2012/10/the-painful-truth-about-affirmative-

action/263122/) , demonstrando que as políticas afirmativas estão produzindo efeitos contrários aos anunciados por seus propagandistas. Para um bom resumo em português do problema (chamado de *mismatch* pelos americanos), ver o artigo "Desembarques na Normandia", de João Pereira Coutinho, publicado na *Folha de S. Paulo* de 19 de março de 2013 e disponível no link: http://www1.folha.uol.com.br/colunas/joaopereiracoutinho/1248221-desembarques-na-normandia.shtml.

24. N. do Org.: Ver "Tudo o que você queria saber sobre a direita — e vai continuar não sabendo", de Olavo de Carvalho, publicado no caderno *Prosa & Verso* do jornal *O Globo* de 22 de setembro de 2000 e disponível no link: http://www.olavodecarvalho.org/textos/naosabendo.htm.

25. N. do Org.: Longman, 1985.

26. N. do Org.: "Sem a menor dificuldade posso listar mais de quinhentos livros importantes, que suscitaram discussões intensas e estudos sérios nos EUA e na Europa, e que permanecem totalmente desconhecidos do nosso público, pelo simples fato de que sua leitura arriscaria furar o balão da autolatria esquerdista e varrer para o lixo do esquecimento inumeráveis prestígios acadêmicos e literários consagrados neste país ao longo das últimas décadas" [Olavo de Carvalho, "Miséria intelectual sem fim", *Diário do Comércio*, 15 de agosto de 2005 — http://www.olavodecarvalho.org/semana/050815dc.htm] . No texto, o autor divide os livros ignorados pelo mercado editorial brasileiro em sete categorias principais, citando diversos títulos em cada uma.

27. N. do Org.: "As hordas de arruaceiros que hoje espalham o caos pelas ruas de Londres, como fizeram em Paris em 1968, em Oslo em 2009 e em dezenas de outras capitais do Ocidente em datas diversas, constituem-se daqueles indivíduos que, invariavelmente, prezam e enaltecem os governos mais tirânicos do mundo. Em Cuba, no Irã, no Zimbábue, no Sudão ou na China, aceitariam docilmente o trabalho escravo e, nas grandes festividades cívicas, cantariam louvores ao regime. Seriam modelos de conduta disciplinada. Soltos numa democracia moderna, tornam-se rancorosos e antissociais, desprezam a ordem constitucional que os protege, e, inflados de arrogância sem fim, saem derrubando e queimando tudo o que encontram em torno. Que é isso? Mentalidade escrava. Inaptos para viver em liberdade, respeitam somente o chicote, que obedecem quando está perto e celebram em prosa e verso quando está longe" [Olavo de Carvalho, "Escravos por natureza", *Diário do Comércio*, 22 de agosto de 2011 — http://www.olavodecarvalho.org/semana/110822dc.html].

28. N. do Org.: Sobre a farsa do aquecimento global, por exemplo, ver os documentários "The Great Global Warming Swindle" ("A grande farsa do aquecimento global"), produzido pelo Canal 4 da TV inglesa (e legendado em português no link: http://www.youtube.com/watch?v=tpvpiBiuki4) e "Global Warming or Global Governance?" ("Aquecimento Global ou Governança Global?"), da Sovereignty International (http://www.youtube.com/watch?v=_u81qXOYfKg). "Em ambos a tese da origem humana do aquecimento global é não só contestada, mas denunciada como uma fraude proposital. Uma das provas mais eloquentes é que o ex-presidente americano Al Gore exibe por toda parte um gráfico da evolução comparativa das emissões de CO2 e do aumento da temperatura global ao longo de 400 mil anos, daí concluindo triunfalmente que o primeiro desses fenômenos causa o segundo. Toda a credibilidade dessa conclusão advém de um pequeno detalhe: Gore mostra as duas curvas separadamente. Quando as superpomos, verificamos que as elevações de temperatura não se seguem aos aumentos das emissões de CO2, *mas os antecedem*. O espertinho simplesmente trocou a causa pelo efeito" [Olavo de Carvalho, "Nós quem, cara pálida?", editorial do *Diário do Comércio*, 28 de agosto de 2008].

29. N. do Org.: Ver também "A face oculta do mundialismo verde", de Pascal Bernardin (http://www.olavodecarvalho.org/convidados/bernardin2.htm) ; e o já citado "O Império ecológico e o totalitarismo planetário", de Charles Lagrave (http://www.olavodecarvalho.org/convidados/empeco.htm).

30. N. do Org.: Hugo Chávez confessou ter conhecido um dos então comandantes das Farc Raúl Reyes e o ex-presidente Lula na reunião do Foro de São Paulo de 1995, em San Salvador, capital de El Salvador, na América Central. Traduzo trechos do discurso de Chávez na ocasião da morte de Reyes [ver nota no texto "Falsos segredos", do capítulo *Intelligentzia*]: "Recebi o convite para assistir, em 1995, ao Foro de São Paulo, que se instalou naquele ano em San Salvador. (...) Naquela ocasião conheci Lula, entre outros. E chegou alguém ao meu posto na reunião, a uma mesa de trabalho onde estávamos em grupo conversando, e lembro que colocou sua mão aqui [no ombro esquerdo] e disse: 'Cara, quero conversar com você.' E eu lhe disse: 'Quem é você?' 'Raúl Reyes, um dos comandantes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia.' Nós nos reunimos nesta noite, em algum bairro humilde lá de El Salvador. (...) E então se abriu um canal de comunicação e ele veio aqui (...) e conversamos horas e horas. Depois, em uma terceira e última ocasião, passou por aqui também." Este discurso está no vídeo de março de 2008 em que Chávez lamenta a eliminação de Reyes pelo Exército colombiano no nordeste do Equador, e pode ser encontrado em diversos endereços no Youtube, como, por exemplo: http://www.youtube.com/watch?v=BRW-fdcaMfM.

31. N. do Org.: "Quer dizer então, ó figura, que o Raúl Reyes mentiu ao dizer que presidira a uma assembleia do Foro ao lado de Lula? Quer dizer que o Hugo Chávez estava delirando ao dizer que conhecera Raúl Reyes e Lula numa reunião do Foro? Quer dizer que o expediente da revista *América Libre* é todo falsificado? Quer dizer que as atas do Foro foram inventadas por mim, que ainda tive o requinte de escrevê-las em espanhol? Ora, vá lamber sabão." [Olavo de Carvalho, no artigo "Vista calças", *Diário do Comércio*, 24 de agosto de 2010, respondendo ao dirigente nacional do PT e secretário executivo do Foro de São Paulo, Valter Pomar, que queria, segundo o autor, "impingir-nos, com a cara mais bisonha do universo, a mentirinha pueril de que as Farc nunca participaram do Foro"].

INTELLIGENTZIA
(mas pode chamar de MÁFIA)

1. ANALFABETISMO & GLÓRIA

Tutto è burla nel mondo

Zero Hora, 15 de dezembro de 2002

Se informo que, em dezembro de 2001, o sr. Luiz Inácio Lula da Silva assinou um pacto de solidariedade com a narcoguerrilha colombiana, respondem-me que sou um sujeito raivoso e muito malvado. Se daquele dado extraio a conclusão logicamente incontornável de que o presidente eleito não poderá reprimir as atividades das Farc no Brasil sem romper o compromisso firmado e atrair contra si a ira de seus antigos aliados, aí então sou diagnosticado como um caso perdido de direitismo hidrófobo, satânico, genocida.

E essas respostas não vêm de analfabetos nem de meninos de 12 anos. Vêm de pessoas adultas e diplomadas. Vêm da classe dita superior, dirigente, consciente e sabedora.

Que mais posso concluir daí senão que muitos componentes dessa classe já não sabem sequer distinguir entre um fato e uma opinião pessoal, muito menos entre uma análise lógica e a expressão de um sentimento?

O nome dessa incapacidade é *analfabetismo funcional*. O problema das classes falantes no Brasil é que, excetuando mensagens corriqueiras, não compreendem o que leem, portanto muito menos compreendem o mundo real, seja na escala macroscópica dos acontecimentos mundiais, seja naquela mais próxima e modesta do seu horizonte de experiência direta. Pois o sentido de um texto, que já vem hierarquizado em categorias — pré-mastigado, por assim dizer —, é infinitamente mais fácil de apreender do que o nexo entre acontecimentos reais, onde a inteligência do observador tem de fazer sozinha todo o serviço, desde as analogias primitivas até as últimas precisões lógicas. O sujeito que é burro diante de um escrito é necessariamente mais burro diante da vida, exceto, é claro, no círculo limitado da sua experiência repetitiva, onde a eficácia das soluções herdadas lhe dá uma ilusão de inteligência.

Para piorar, quanto mais um indivíduo se mostra incapaz de apreender a mera referência fática do que a gente lhe diz, mais se sente habilitado a diagnosticar, por adivinhação, os sentimentos íntimos e as motivações ocultas do interlocutor — como se a inépcia linguística fosse um atestado de especial acuidade psicológica.

Ao ler este mesmo artigo, certos leitores, justamente por não ter concentração bastante para comparar com os dados de sua experiência interior as reações nele descritas, para ver se o caso assinalado não é precisamente o seu, se sentirão instantaneamente habilitados a proclamar que o escrevi por tais ou quais motivações sórdidas ou doentias, tão somente para insultá-los sem razão, por mero sadismo. Cada analfabeto funcional que encontrei nesta vida imaginava ser o dr. Freud em pessoa. Um pequeno estoque de chavões psicológicos *prêts-à-porter* é a melhor defesa contra os riscos da autoconsciência, sempre um tanto humilhantes.

Quando, num teste de compreensão de leitura entre estudantes de 32 países, os brasileiros tiraram o último lugar, afirmei resolutamente que o resultado seria o mesmo se em vez de estudantes os examinandos fossem profissionais adultos — incluindo acadêmicos, jornalistas, educadores, parlamentares, ministros da Educação e (por que não?) presidentes da República. Os estudantes não deveriam ser considerados *a priori* uma exceção devida a fatores acidentais, mas uma amostra significativa da população em geral.

Por mais razoável que fosse, a conclusão pareceu hiperbólica e ditada — é claro — unicamente pelos meus maus instintos. A hipótese de confrontá-la com os dados objetivos nem sequer passou

pelas cabecinhas que a repeliram com esgares de indignação moral. Claro: o primeiro e mais patente dado objetivo a ser levado em conta teria de ser precisamente esse — o fato de que, naquele mesmo momento, não estavam entendendo o que liam.

Todo esse estado de coisas, que já era alarmante uns anos atrás, agravou-se muito com a onda nacional de entusiasmo em torno da pessoa do sr. Luiz Inácio da Silva, cuja vitória foi, explicitamente, uma vingança da incultura ressentida contra a erudição supostamente real e supostamente pecaminosa que, sem a mínima razão plausível, se associava à imagem de seus adversários.

Parece incrível, mas, num país onde as maiores conquistas da inteligência foram mérito de pés-rapados — um Machado de Assis, um Capistrano de Abreu, um Cruz e Souza, um Farias Brito e *tutti quanti* —, a cultura continua a ser vista, sobretudo pelos que têm preguiça de adquiri-la, como um bem de consumo reservado às classes superiores, um emblema de chiqueza com que os pedantes humilham os pequeninos. Daí a ambiguidade dos sentimentos que evoca: todos a desejam, mas apenas para usá-la, sem que ela os afete por dentro. A cultura deve permanecer exterior, como uma peruca ou u m *soutien*, que embelezam sem modificar substancialmente a coisa embelezada. Cultura é a capacidade de expressar com requintes de linguagem acadêmica as mesmas opiniões toscas e preferências irracionais que o sujeito já tinha antes de adquiri-la. Nenhum objeto de desejo poderia ser mais ambíguo e perturbador: quanto mais intensamente cobiçado, mais absurdo parece, e mais revoltante a cobrança social que o exige para o desempenho de certos cargos. Daí o inevitável choque de retorno: exausto de lutar em vão pela posse inútil de um simulacro vazio, o cidadão por fim se revolta e proclama, do alto dos telhados, a superioridade da ignorância explícita, agora rotulada “experiência da vida” e enobrecida por um doutorado *honoris causa*. A farsa, cansada de si mesma, assume-se como tal e obtém uma vitória de Pirro na afirmação gloriosa da falsidade de tudo. Como o Falstaff de Verdi, que, condenado a ser sempre o bufão da história, encontra alívio na proclamação da universal bufonaria: *Tutto è burla nel mondo.*

Glórias acadêmicas lulianas

Diário do Comércio, 27 de dezembro de 2011

O sr. Paulo Moreira Leite, que no exercício do jornalismo assumiu como sua particular missão e glória nunca entender nada, escreve que as reclamações contra a pletora de títulos universitários concedidos ao ex-presidente Luiz Inácio da Silva refletem um preconceito, um pedantismo acadêmico que não se conforma em ver subir na vida um *self made man* cuja pobreza o impediu de adquirir educação escolar.

Anos atrás dei ao sr. Moreira o apelido de sr. Moleira, por me parecer que a formação do seu aparato craniano tinha sido ainda mais incompleta que a educação do sr. Lula. Seu palpite de agora sugere que ela tenha mesmo retrocedido um pouco.

Quem quer que conheça a história intelectual do nosso país sabe que é uma constante da sociedade brasileira o ódio à inteligência, misto de temor e despeito, e acompanhado, à guisa de compensação neurótica, pelo culto devoto aos títulos, cargos e honrarias exteriores que a substituem eficazmente em festividades acadêmicas e homenagens parlamentares.

A mentalidade geral, já antiga e tão bem retratada por Lima Barreto, segue a das vizinhas fofoqueiras do major Quaresma, que, ao ver pela janela a biblioteca daquele infausto patriota, comentavam: “Para quê tanto livro, se não é nem bacharel?”

Que, em contrapartida, faltem livros nas estantes dos bacharéis e doutores, onde abundam garrafas

de uísque e fotos de viagens internacionais, é coisa que não ofende nem choca a alma nacional. O estudante universitário brasileiro lê em média menos de dois livros por ano, e nem por isso deixa de receber seu diplominha e tornar-se, no devido tempo, chefe de departamento, reitor ou ministro.

Um amigo meu, nascido e criado no morro da Rocinha, no Rio de Janeiro, confessava: "Sofri mais discriminação na favela, por ler livros, do que aqui na cidade por ser preto."

Todo mundo sabe que, neste país, para subir na carreira universitária, não é preciso conhecimento nenhum, apenas ter as amizades certas e emitir, nos momentos decisivos, as opiniões políticas recomendáveis. Pessoas ilustres como o dr. Emir Sader, o ex-ministro da Educação Fernando Haddad, o ex-reitor da UNB Cristovam Buarque, assim como inumeráveis outras cujos pensamentos e obras exaltei em *O imbecil coletivo*, já deram provas sobejas de que uma sólida incultura e uma inépcia pertinaz são não somente úteis mas indispensáveis ao sucesso acadêmico, desde que acompanhadas de uma carteirinha do PT ou documento equivalente.

Se os títulos acadêmicos são tidos como valores absolutos em si mesmos, independentemente de quaisquer méritos intelectuais correspondentes, e se estes por sua vez nada valem se desacompanhados daqueles, a razão disso está nos profundos sentimentos democráticos do povo brasileiro. A inteligência e o talento são dons inatos, que a natureza ou a providência distribuem desigualmente aos seres humanos, criando entre eles uma diferenciação hierárquica que, do ponto de vista dos mal dotados, é uma humilhação permanente, uma ofensa intolerável e um mecanismo de exclusão verdadeiramente fascista. Os títulos acadêmicos foram inventados para aplanar essa diferença, dando aos incapazes e medíocres uma oportunidade de se sentir, ao menos em público e oficialmente, igualados aos maiores gênios criadores das artes, das letras, das ciências e da filosofia, se não mesmo aos santos da Igreja, aos anjos do céu e até a segunda pessoa da Santíssima Trindade, como é precisamente o caso do sr. Lula.

Ao contrário do que diz o sr. Moleira, o que faltou a este último não foi a educação formal, foi justamente a educação informal, aquela que um trabalhador impedido de frequentar escola adquire em casa, em ônibus, em trens ou no metrô, lendo livros. O sr. Lula já expressou mais de uma vez sua invencível ojeriza a essa atividade dolorosa, na qual tantos escritores brasileiros, pobres como ele ou ainda mais pobres, adquiriram a única formação que tiveram.

A diferença entre eles e o sr. Lula reside precisamente aí: conquistaram seus méritos intelectuais por seu próprio esforço solitário, sem a ajuda de professores, do Estado ou de qualquer entidade que fosse, ao passo que o sr. Lula preferiu subir na vida sem precisar de quaisquer méritos intelectuais ou morais, contando apenas com a ajuda de algumas dezenas de organizações bilionárias — empresas, bancos, sindicatos, partidos — e o dinheiro do mensalão.

Isso não o torna nem um pouco diferente dos bacharéis e doutores, apenas mostra que levou à perfeição o sonho de todos eles: ostentar um punhado de títulos universitários sem precisar, para isso, ter estudado ou aprendido absolutamente nada exceto a arte sublime do alpinismo social.

Quando cidadãos de nível universitário reclamam das glórias acadêmicas lulianas, não o fazem, como o imagina o sr. Moleira, por elitismo intelectual genuíno, que ao menos supõe algum amor ao conhecimento. Fazem-no por pura inveja do concorrente desleal que conquistou mais títulos sabendo ainda menos. Quem fala pela boca deles não é a inteligência humilhada pelo sucesso da ignorância: é o corporativismo do *establishment* acadêmico, que gostaria de reservar para si o monopólio da produção de analfabetos diplomados, sem dividi-lo com a mídia e os partidos políticos.

O sr. Moleira imagina que se opõe a essas criaturas, mas na verdade expressa melhor que ninguém o sentimento delas todas, ao proclamar que os títulos acadêmicos de Lula devem ser motivo de orgulho nacional. Que maior motivo de orgulho existe, numa alma de brasileiro, senão o título enquanto tal, o título em si, o título sem nada dentro?

Frases e Vidas

Zero Hora, 25 de março de 2001

Abraham Lincoln, que de lenhador se fez presidente, teve ainda fôlego para se tornar, mediante o estudo dos clássicos, um dos maiores estilistas da língua inglesa. Theodore Roosevelt, no intervalo de lutas políticas e aventuras militares, escreveu ensaios literários que ainda hoje se leem com proveito. Nada digo de Jefferson, intelectual dentre os mais notáveis do seu tempo, muito menos dos Adams, uma dinastia de eruditos. Saltando de continente, admito que devo a Sir Winston Churchill algumas das horas de leitura mais divertidas e estimulantes que já vivi, e da filosofia moral de Lorde Balfour só tenho a lamentar que autor tão bom escrevesse tão pouco.

Na França, ninguém chegou a presidente ou primeiro-ministro sem que uma digna folha de serviços literários lhe abrisse caminho. Não preciso citar gênios como Clemenceau ou de Gaulle. Mesmo o humilde Georges Pompidou, em campanha, jamais deixava de fazer uma pausa para proferir eruditas conferências sobre Racine ou Victor Hugo. Já se disse que um político francês não liga para imputações de corrupção, mas chega a bater-se em duelo se acusado de um erro de gramática. Mas essas coisas não acontecem só em países estrangeiros.

O Brasil antigo deu belos exemplos de consciência literária em políticos eminentes. A tradição nasce com o fundador mesmo do nosso país, o Andrada. Ele fixou um nível de exigência sob cuja autoridade floresceram, na política nacional, infindáveis personalidades intelectuais de alto calibre, de José de Alencar a Joaquim Nabuco, de Oliveira Lima a Ruy Barbosa. A República, a Revolução de 30 e o regime militar conservaram o padrão, mesmo declinante. Mas esse Brasil morreu, abruptamente, na década de 1980. A pretexto de democratização, abriram-se às portas a uma autêntica "invasão vertical dos bárbaros".

Na nova onda de políticos que então brotou do nada, o justo orgulho de representar as "classes populares" passou a comprovar-se mediante a apresentação de um novo e inusitado tipo de credencial: o direito à ignorância, fundamentado na origem pobre de suas excelências.

Malgrado o fato de que ao longo da nossa história o crescimento da corrupção acompanhasse a curva ascendente da participação popular na política, continuou-se a proclamar como um dogma inquestionável o refrão de que "o mau exemplo vem de cima" e a não ver mal algum na presença maciça de semianalfabetos e mocorongos em postos de responsabilidade.

Ao contrário, tornou-se hábito e até obrigação moral admitir que pessoas de origem humilde, ao ascender aos primeiros escalões do poder, continuassem a cultivar, ao menos em público, uma autoimagem de pobres e oprimidos, como se seus salários de deputados ou governadores não bastassem para custear sua educação e libertá-los de sua miséria cultural originária.

Eu, que, neto de lavadeira e filho de operária, julguei ter o dever de estudar para defender a honra da minha classe humilhada — e que, ao assim proceder, não fiz senão seguir os passos de um Machado, de um Cruz e Souza, de um Lima Barreto e de tantos outros que, na minha ingenuidade, supus exemplares —, passei a me sentir, no novo ambiente, um anormal. A moda agora era o sujeito vir da ignorância e, subindo, permanecer nela, cultivá-la e atirá-la ao rosto da sociedade, com o orgulho masoquista da vítima que exibe suas chagas para atormentar o culpado. Mas todo exibicionismo forçado tem limites. O orgulho da ignorância é tão hipócrita que, na mesma medida em que se exibe, procura ocultar-se.

A prova é que muitas dessas criaturas alternam seu desempenho populista de iletrados orgulhosos com tentativas de fazer-se passar por jornalistas e escritores, publicando artigos e livros escritos por anônimos terceiros. Governantes atarefados, ou sem talento específico para determinadas matérias, sempre recorreram a redatores auxiliares. A diferença é que hoje quase todos os políticos, mesmo

insignificantes e desocupados, têm seu *ghost-writer*, não porque lhes falte tempo ou o domínio de assuntos especializados, mas simplesmente porque lhes falta o conhecimento da língua geral do Brasil.

Trombeteiam nos palanques em defesa da "identidade nacional", mas não concedem sequer a homenagem de uns minutos de atenção ao primeiro e essencial componente dela: o idioma. Tornado habitual, esse uso passa por inocente. Poucos se dão conta de que revela o caráter de farsa grotesca, e no fim trágica, assumido desde há alguns anos por todo o chamado "debate político nacional". O homem que não domina as palavras é dominado por elas: vive num mundo de ilusões verbais, que toma por realidades. Quando consegue montar uma frase, imagina que provou um fato. A fala, em vez de ser uma janela para o mundo, substitui o mundo. É a auto-hipnose verbal tomando o lugar do conhecimento.

É o psitacismo elevado à condição de suprema ciência. Sempre que me vejo na circunstância de discutir com um desses sujeitos, sinto-me tentado a desanimar ante a inutilidade do empreendimento. Na melhor das hipóteses, o infeliz captará a lógica das palavras, sem a mínima intuição das realidades subentendidas, e fará frases, julgando que me refutou. Por isso, em vez de discutir com eles, talvez seja melhor apenas descrevê-los, na esperança de que se reconheçam na descrição e, num relance, tenham uma salvadora visão do imensurável ridículo de suas vidas fingidas.

2. POVO & REPRESENTAÇÃO

Abaixo o povo brasileiro

Diário do Comércio, 24 de agosto de 2009

Confirma-se pela enésima vez aquilo que venho dizendo há anos:[1] a maioria absoluta dos brasileiros, especialmente jovens, é um eleitorado maciçamente conservador desprovido de representação política, de ingresso nos debates intelectuais e de espaço na "grande mídia". É um povo marginalizado, escorraçado da cena pública por aqueles que prometeram abrir-lhe as portas da democracia e da participação.

Enquanto as próximas eleições anunciam repetir a já tradicional disputa em família entre candidatos de esquerda, mais uma pesquisa, desta vez realizada pela Universidade Federal de Pernambuco, mostra que, entre jovens universitários, 81% discordam da liberação da maconha e 76% são contra o aborto. "É um comportamento de aceitação das leis... a gente vê a religião influenciando muito a vida dos jovens", explica o coordenador da pesquisa, Pierre Lucena, na notinha miúda, quase confidencial, com que *O Globo*, a contragosto, fornece a seus leitores essa notícia abominável.*

Na *Folha de S. Paulo*, no *Estadão* e no *Globo*, quem quer que pense como esses jovens — ou seja, o eleitorado nacional quase inteiro — é considerado um extremista de direita, indigno de ser ouvido. Nas eleições, nenhum partido ou candidato ousa falar em seu nome. A intelectualidade tagarela refere-se a eles como a uma ralé fundamentalista, degenerada, louca, sifilítica. Qualquer político, jornalista ou intelectual que fale como eles entra imediatamente no rol dos tipos excêntricos e grotescos, se não no dos culpados retroativos pelos "crimes da ditadura", mesmo se cometidos quando o coitado tinha 3 anos de idade.

Nunca o abismo entre a elite falante e a realidade da vida popular foi tão profundo, tão vasto, tão intransponível. Tudo o que o povo ama, os bem-pensantes odeiam; tudo o que ele venera, eles desprezam; tudo o que ele respeita, eles reduzem a objeto de chacota, quando não de denúncia indignada, como se estivessem falando de um risco de saúde pública, de uma ameaça iminente à

ordem constitucional, de uma epidemia de crimes e horrores jamais vistos.

Trinta anos atrás eu já sabia que isso ia acontecer. Era o óbvio dos óbvios. Quando uma vanguarda revolucionária professa defender os interesses econômicos do povo mas, ao mesmo tempo, despreza a sua religião, a sua moral e as suas tradições familiares, é claro que não quer fazer o bem a esse povo, mas apenas usar aqueles interesses como chamariz para lhe impor valores que não são os dele, firmemente decidida a atirá-lo à lata de lixo se ele não concordar em remoldar-se à imagem e semelhança de seus novos mentores e patrões. É precisamente isto o que está acontecendo. Jogam ao povo as migalhas do Bolsa-Família, mas se, em troca dessa miséria, ele não passa a renegar tudo o que ama e a amar tudo o que odeia, se não consente em tornar-se abortista, gayzista, quotista racial, castrochavista, pró-terrorista, defensor das drogas e amante de bandidos, eles o marginalizam, excluem-no da vida pública, e ainda se acreditam merecedores da sua gratidão porque lhe concedem de quatro em quatro anos, democraticamente, generosamente, o direito de votar em partidos que representam o contrário de tudo aquilo em que ele crê.

Pense bem. Se alguém lhe promete algum dinheiro mas não esconde o desprezo que tem pelas suas convicções, pelos seus valores sagrados, por tudo aquilo que você ama e venera, você pode acreditar que ele lhe tem alguma amizade sincera, por mínima que seja? Não está na cara que essa é uma amizade aviltante e corruptora, que aceitá-la é jogar a honra e a alma pela janela, é submeter-se a um rito sacrificial abjeto em troca de uma promessa obviamente enganosa? Só um bajulador compulsivo, uma alma de cão, aceitaria essa oferta. Mas as mentes iluminadas que nos governam querem não apenas que o povo a aceite, mas que a aceite abanando a cauda de felicidade.

O óbvio esotérico

Diário do Comércio, 31 de outubro de 2012

A derrota do sr. José Serra em São Paulo[2] demonstra, pela enésima vez, que é impossível vencer o PT e seus aliados sem fazer precisamente as duas coisas que a oposição tem evitado a todo preço: (1) livrar-se do resíduo ideológico “politicamente correto”, adotando um discurso conservador sem concessões nem atenuações; (2) denunciar incansavelmente a aliança criminosa de partidos comunistas e quadrilhas de narcotraficantes — o Foro de São Paulo.

Quem duvida que o sucesso de Magalhães Neto,[3] em contrapartida, deveu muito à nostalgia de um conservadorismo linha-dura que o seu nome de família ainda evoca na imaginação do eleitorado baiano? Antônio Carlos Magalhães[4] nunca foi um conservador em sentido estrito, mas, *faute de mieux*, a esquerda fez dele o símbolo quintessencial da direita, e, ao menos nos seus últimos anos, ele vestiu a camiseta com alguma bravura,[5] cujo prestígio agora reverte em benefício do seu neto.

Uma das razões mais óbvias do triunfo da esquerda, não só no Brasil mas em toda parte, é a solidariedade profunda, a aliança inquebrantável entre seus setores moderados e radicais, sempre articulados para bater no adversário com duas mãos. Na direita, ao contrário, os moderados, menos ciosos do seu futuro político que da imagem que exibem na mídia esquerdista, tratam de marcar distância dos radicais, seja fingindo ignorá-los, seja mesmo insultando-os, ao menos da boca para fora.

A mensagem que isso transmite ao eleitor é clara: o esquerdismo é um remédio bom, do qual se pode, no máximo, discutir a dosagem; o direitismo, ao contrário, é um veneno que só pode ser bom em doses mínimas.

É preciso ter subido muito na escala da idiotice para não entender que isso é a política de quem já se acostumou tanto com a derrota que já não pode viver sem ela.

O PT não se inibe de aliar-se ao PSOL, ao PSTU, aos sem-terra e até, mais discretamente, às Farc. Mas quem pode imaginar os homens do DEM — para não falar de José Serra — posando numa foto em visita, mesmo de pura cortesia, ao Instituto Plínio Correia de Oliveira ou ao Clube Militar? Cito essas entidades de caso pensado: elas nada têm de radical, mas assim as rotulou a mídia esquerdista para isolá-las da direita oficial, que, como sempre, aceitou servilmente jogar segundo a regra imposta pelo adversário.

O mais elementar bom senso político ensina que toda maioria moderada precisa dos radicais — ou de quem o pareça — para dizer em público o que ela não pode dizer. Ensina também que a minoria enfezada só pode ser posta sob controle quando inserida numa aliança. A esquerda já aprendeu isso há décadas. A direita nem começou a pensar no assunto.

Na França, a vitória da esquerda teve como causa principal ou única a impossibilidade de um diálogo entre a direita gaullista e o *Front National*. Nos EUA, em 2008, John McCain jamais teria perdido a eleição[6] se não houvesse caprichado tanto naquele bom-mocismo centralista que os conservadores abominam. E no Brasil o sr. José Serra teria tido uma carreira mais brilhante se atirasse à lata de lixo da história um passado esquerdista que, quanto mais ostentado, mais honra e eleva a imagem dos seus inimigos.

Desculpem-me por insistir no óbvio,[7] mas, neste país, o óbvio vai-se tornando cada vez mais um segredo esotérico, só acessível a um círculo de iniciados: num campeonato de esquerdismo, vence, por definição, o mais esquerdista. O eleitorado brasileiro é maciçamente conservador, mas, não tendo quem o represente na política, acaba votando a esmo, conforme simpatias de momento ou interesses de ocasião que no fim o tornam tão corrupto, ao menos psicologicamente, quanto os políticos que despreza. O voto interesseiro vai, necessariamente, para quem está no poder, para quem controla a usina de favores.[8] A oposição teria tudo a ganhar se contrapusesse a esse estado de coisas um discurso ideologicamente carregado, restaurando o senso da política como conflito de valores em vez de mera disputa de cargos. Mas ela não vai fazer isso. Há tempos já se persuadiu de que acumular derrotas é mais confortável do que fazer um exame de consciência.

Império do fingimento

Jornal da Tarde, 20 de junho de 2002

A visão que o público tem da realidade do mundo depende do que lhe chega pela mídia. Conforme a seleção das notícias, tal será o critério popular para distinguir o real do ilusório, o provável do improvável, o verossímil do inverossímil.

Goethe foi um dos primeiros a assinalar um dos efeitos mais característicos da ascensão da mídia moderna. Dizia ele: “Assim como em Roma, além dos romanos, há uma outra população de estátuas, assim também existe, ao lado do mundo real, um outro mundo feito de alucinações, quase mais poderoso, no qual está vivendo a maioria das pessoas.”

Não há dúvida de que o próprio progresso da mídia, estimulando a variedade de pontos de vista, neutraliza em parte esse efeito, mas volta e meia ele aparece de novo, nas periódicas retomadas dos meios de comunicação por grupos ideologicamente orientados, que impõem sua própria fantasia gremial como a única realidade publicamente admitida.

O controle da mídia por uma classe ideologicamente homogênea leva inevitavelmente a opinião popular a viver num mundo falso e a rejeitar como loucura qualquer informação que não combine com o estreito padrão de verossimilhança aprovado pelos detentores do microfone.

Quem são esses detentores? Os jornalistas de esquerda continuam se fazendo de coitadinhos

oprimidos pelas empresas jornalísticas. Mas o fato é que hoje nenhuma empresa jornalística, do Brasil, dos EUA ou da Europa, se aventura a tentar controlar o esquerdismo desvairado que impera nas redações. A “ocupação de espaços” pela militância esquerdista cresceu junto com o poder da própria classe jornalística, e hoje ambas, fundidas numa unidade indissolúvel, exercem sobre a opinião pública uma tirania mental que só meia dúzia de inconformados ousa desafiar. Quando esse estado de coisas dura por tempo suficiente, mesmo aqueles que o criaram já não se lembram mais de que é um produto artificial: vivem no mundo ficcional que conceberam e adaptam para as dimensões dele todas as distinções entre realidade e fantasia, tornadas por sua vez pura fantasia.

Assim, pois, todos já se esqueceram de que o PT e o PSDB foram essencialmente criações de um mesmo grupo de intelectuais esquerdistas empenhados em aplicar no Brasil o que Lenin chamava “estratégia das tesouras”: a partilha do espaço político entre dois partidos de esquerda, um moderado, outro radical, de modo a eliminar toda resistência conservadora ao avanço da hegemonia esquerdista e a desviar para a esquerda o quadro inteiro das possibilidades em disputa. Tendo-se esquecido disso, interpretam o predomínio temporário da esquerda moderada, que eles próprios instauraram para fins de transição, como um efetivo império do “conservadorismo”, e então se sentem — sinceramente — oprimidos e jogados para escanteio no momento mesmo em que sua estratégia triunfa por completo.

Ora, chamar de direitista um governo que dissemina a pregação marxista nas escolas, que premia como heróis nacionais os terroristas pró-Cuba da década de 1970 e que respalda com verbas milionárias a agitação armada do MST é, evidentemente, alucinação, mas essa alucinação tornou-se o único critério vigente de realidade, impossibilitando a percepção de tudo o mais. A única coisa que poderia efetivamente distinguir entre a esquerda moderada no governo e a esquerda radical na oposição seria, teoricamente, sua leve diferença no que concerne à política econômica. Mas mesmo essa diferença já está virtualmente anulada pela promessa do candidato Lula de cumprir os compromissos da nação para com os credores estrangeiros. A negação obstinada da identidade essencial entre governo tucano e oposição petista só tem portanto um fundamento: o desejo de ampliar mais ainda a hegemonia esquerdista, desejo que determinou, na origem, a criação de um e da outra. O crescimento global da esquerda alimenta-se assim da sua própria negação histérica pela ala radical, complementada dialeticamente pela sua camuflagem “neoliberal” tucana momentaneamente no poder.

Daí a farsa grotesca da presente eleição,[9] na qual todos os concorrentes são de esquerda e todos discursam contra um inexistente conservadorismo que, não tendo forças sequer para lançar um candidato, deve, por outro lado, representar nominalmente o papel de poderoso *establishment* dominante, a ser destruído por qualquer dos quatro heróis[10] que venha a ser eleito. Que sanidade, que instinto da realidade pode sobreviver a um tão completo e perfeito império do fingimento? Na sua corrida para o poder ilimitado, a voracidade esquerdista não se inibe de destruir, de passagem, a alma e a consciência de todo um povo.

3. MÍDIA & OCULTAÇÃO

Quem eram os ratos?

Diário do Comércio, 7 de dezembro de 2012

As épocas luminosas da história são aquelas em que um mesmo corpo de crenças é compartilhado pelo povo e pelos sábios, diferindo apenas no grau de compreensão refletida com que apreendem substancialmente as mesmas verdades.

Nas épocas de obscuridade, ao contrário, aquilo que os estudiosos sabem se torna dificilmente

comunicável à população em geral, não por um mero descompasso de vocabulário técnico, mas por um abismo de diferença entre duas concepções do mundo mutuamente incompatíveis e intraduzíveis. É numa dessas épocas que vivemos.

Um setor da experiência humana onde isso se mostra evidente são as ciências. Enquanto nos círculos de estudiosos *high brow* ninguém ignora que uma ciência cada vez menos inteligível e mais reduzida a produzir aplicações práticas em lugar de explicações teóricas representa, no fim das contas, um fracasso colossal da inteligência humana, na mídia e na educação popular essas mesmas aplicações são festejadas como a prova final da autoridade da ciência, do seu domínio sobre o mistério do mundo. Os cientistas vivem num inferno de dúvidas, perplexidades e temores; a massa, num paraíso de certezas inabaláveis, garantidas, segundo imagina, por esses mesmos cientistas.

É como se no século XIII a população fiel continuasse a orar piedosamente enquanto nos conventos e nos claustros os monges e santos se vissem obsediados por toda sorte de dúvidas cépticas e rejeições ateísticas. Isso não aconteceu, é claro. A religião de São Tomás e do quase ilegível John Duns Scot não era diferente da do camponês analfabeto. Era só mais elegante intelectualmente. Mas hoje um *big shot* como Brian Ridley, membro da Royal Society e portador da Medalha Paul Dirac por suas contribuições à física teórica, pode confessar que acha a relatividade e a teoria quântica cada vez menos compreensíveis, ao passo que a mesma confissão, publicada na mídia popular, atrairia sobre seu autor toda sorte de invectivas e chacotas. Definitivamente, Brian Ridley e o leitor de jornais não vivem no mesmo universo de crenças como São Tomás e o camponês medieval.

No setor da política, então, a diferença entre o mundo do *connoisseur* e o do leigo ampliou-se de tal modo que os fatos se tornam tanto mais inverossímeis e inaceitáveis para o público geral quanto mais documentados e comprovados cientificamente. Quando o matemático Christopher Monckton, visconde de Brenchley, calculou que era da ordem de 1 para 75 trilhões a possibilidade de serem acidentais os pequenos e grandes defeitos da certidão de nascimento de Barack Hussein Obama,[11] esse cálculo estatisticamente impecável não afetou em nada o sentimento de verossimilhança popular, o qual, sem cálculo nenhum, continua jurando que a possibilidade de um falsário eleger-se presidente dos EUA é ainda menor ou nula.

Foi assim que, no Brasil de 2002, o sr. Luiz Inácio Lula da Silva se elegeu presidente com a estampa de reformador democrático, legalista e paladino da moralidade, quando doze anos de desempenho no Foro de São Paulo já o mostravam como um leninista cínico, disposto a todas as mentiras e todas as trapaças para manter o seu grupo no poder pelos séculos dos séculos. Um vídeo da campanha do PT de 2002 exibe um bando de ratos roendo a bandeira nacional, enquanto ao fundo uma voz soturna adverte: “Ou a gente acaba com eles, ou eles acabam com o Brasil”.[12] O vídeo, de autoria de Duda Mendonça, foi visto por todo mundo; as atas do Foro de São Paulo,[13] por meia dúzia de pesquisadores curiosos cuja palavra, àquela altura, soava como a mais pura e doida “teoria da conspiração”. Hoje até as crianças sabem que os ratos eram os próprios petistas, mas por que esperar uma década para admitir o que já estava bem provado em 2002?

O livro chinês *Os 36 estratagemas*,[14] que já citei aqui, ensina: “Todo fenômeno é no começo um germe, depois termina por se tornar uma realidade que todo mundo pode constatar. O sábio pensa no longo prazo. Eis por que ele presta muita atenção aos germes. A maioria dos homens tem a visão curta. Espera que o problema se torne evidente, para só então atacá-lo.”

O pior é que, no tempo decorrido para o problema se tornar visível na praça pública, os meios de atacá-lo podem ter-se tornado cada vez mais escassos, débeis ou inacessíveis. Se desafiado pelo parlamento e pela OEA, terá ainda o nosso STF o poder de fazer valer a condenação dos mensaleiros? Terá, a respaldá-lo, as Forças Armadas, ou estas, temendo o rótulo de golpistas, tomarão o partido de quem fala mais grosso?

O fato é que o germe cresceu demais, tornou-se um monstro arrogante, seguro de si, dificilmente

controlável. Isso jamais teria acontecido sem a proteção da mídia cúmplice, que por dezesseis anos se recusou a manchar a reputação do seus queridinhos com alguma menção aos planos criminosos do Foro de São Paulo. Mesmo agora, quando tremem sob a ameaça do controle estatal, jornais e canais de TV ainda sonegam ao público o essencial da história, para não confessar sua parcela de culpa no embelezamento publicitário dos ratos.[15]

Os "meios de difusão" tornaram-se "meios de ocultação" numa escala tal que já não há nenhum exagero em dizer que a mídia popular tem hoje por missão principal ou única tornar a verdade inverossímil ou inalcançável. Qualquer pessoa que tenha os jornais e a TV como sua fonte principal de informações está excluída, *in limine*, da possibilidade de julgar razoavelmente a veracidade e a importância relativa das notícias. A política tornou-se um assunto esotérico, onde somente um reduzido círculo de estudiosos pode atinar com o que está acontecendo.

O preço do colaboracionismo

Diário do Comércio, 17 de dezembro de 2012

Não há nada que um comunista odeie mais do que o companheiro de viagem frouxo, ou escrupuloso, que não o acompanha em todos os seus desvarios, não endossa todas as suas mentiras, não acoberta ou aplaude todos os seus crimes.

Uma vez que você lhe deu alguma compreensão e ajuda, ele jamais o perdoará se não continuar a fazê-lo pelos séculos dos séculos, até o amargo fim, sacrificando no caminho a honra, a consciência e até a capacidade elementar de perceber o momento em que a tolerância a um erro se transmuta em cumplicidade com um crime.

Se existe um direito que todo comunista nega sistematicamente aos seus amigos e benfeitores é o de dizer: "É demais. Cheguei ao meu limite. Não posso lhe dar mais nada."

Para um comunista, a amizade que não consente em transformar-se em escravidão não é amizade: é traição.

É por isso que a *Carta Capital*, o *Portal Vermelho*, a *Hora do Povo* e todos os outros canais por onde escoa a massa fecal comunista impressa e eletrônica despejam agora todo o seu ódio sobre a "mídia burguesa" ou "mídia golpista",[16] aquela mesma que, com seu silêncio obsequioso e cúmplice, reforçado de tempos em tempos por negações explícitas, ajudou o Foro de São Paulo a crescer em paz e segurança, escondidinho, longe dos olhos da multidão curiosa, até tornar-se o dominador quase monopolístico não só da política brasileira, mas de meio continente.

Essa mídia finge surpresa e escândalo, agora, quando o depoimento de Marcos Valério[17] e o caso Rosemary[18] terminam de revelar as dimensões oceânicas da sujeira petista e rompem até a blindagem laboriosamente construída e mantida, ao longo de pelo menos dezesseis anos, em torno da figura do sr. Luiz Inácio Lula da Silva.

Mas quem quer que lesse as atas do Foro, onde o impoluto cavalheiro aparecia presidindo assembleias ao lado do sr. Manuel Marulanda, comandante da maior organização terrorista e narcotraficante da América Latina, compreenderia de imediato não estar diante de nenhum santo proletário, mas sim de um leninista cínico, disposto a usar de todos os meios lícitos e ilícitos, morais e imorais, para aumentar o poder do seu grupo.

Se a população tivesse sido alertada disso em tempo, a "era Lula", com todo o seu cortejo de crimes e abjeções, teria permanecido no céu das hipóteses, sem jamais descer e realizar-se no planeta Terra. Não só a grande mídia, mas os partidos "de direita", as lideranças empresariais, as igrejas, os comandos militares e até os propugnadores ostensivos da causa "liberal", todos unidos, sonegaram ao

povo essa informação vital que teria posto o país num rumo menos deprimente e menos vergonhoso.

Mas não foi só o Foro, nem os podres de São Lula, que essa gente escondeu. Durante pelo menos duas décadas, a versão esquerdista da história do regime militar foi endossada e repetida fielmente em todos os jornais, canais de TV, escolas e discursos parlamentares, até incorporar-se no imaginário popular como uma espécie de dogma sacrossanto, a encarnação mesma da verdade objetiva, acima de partidos e ideologias.

Nenhum "repórter investigativo", daqueles que vasculhavam até os últimos desvãos obscuros da vida particular do sr. Collor de Mello, teve jamais a curiosidade de perguntar o que fizeram em Cuba, ao longo de trinta anos ou mais, os terroristas brasileiros que ali se asilaram. Quantos, por exemplo, à imagem e semelhança do sr. José Dirceu, se integraram na polícia política e nos serviços de espionagem da ditadura fidelista, acumpliciando-se a atos de perseguição, tortura e assassinato político incomparavelmente maiores e mais cruéis do que aqueles pelos quais viriam depois a choramingar e exigir indenizações no Brasil?

Omitindo essa e outras partes decisivas da história, nossa mídia e nossas "classes dominantes" permitiram que uma visão monstruosamente deformada do passado se incorporasse à linguagem usual da nossa política, deixando que criminosos amorais e frios ostentassem diante do povo a imagem de vítimas sacrificiais inocentes e obtivessem disso lucros publicitários e eleitorais incalculáveis.

Qual o nome dessas atitudes, senão "colaboracionismo"? Todos aqueles que tinham o poder e os meios de barrar a ascensão comunopetista fizeram exatamente o contrário: estenderam o tapete vermelho e, curvando-se gentilmente dos dois lados da pista, deram passagem a quantos Lulas e Dirceus houvesse, aplaudindo, como prova de grande evolução democrática, a tomada do país por um bando de delinquentes psicopatas, insensíveis e coriáceos, tão hábeis na simulação de boas intenções quanto incapazes do menor sentimento de vergonha e culpa, mesmo quando pegos de calças na mão.

Mas, é claro, um belo dia até o estômago de avestruz do colaboracionista mais impérvio chega ao limite da sua capacidade digestiva. Com toda a boa vontade do mundo, sorrindo, entre lisonjas e rapapés, o sujeito engoliu sapos e mais sapos, depois cobras e lagartos e por fim jacarés. Mas então pedem-lhe que engula um dinossauro, e ele por fim desaba: "Não, não aguento. Isso é demais."

Foi o que aconteceu com a nossa mídia (e a classe que representa) quando vieram as provas do mensalão.

A reação brutal do bloco lulocomunista expressa a indignação da criança mimada ante a repentina supressão dos afagos usuais, que o tempo havia consagrado como direitos adquiridos.

O maior dos perigos

Diário do Comércio, 24 de outubro de 2012

Tudo na vida de uma democracia depende do seguinte: os cidadãos deixam-se mais facilmente persuadir por provas e documentos ou por um sorriso sarcástico de superioridade vagamente atemorizante?

O sucesso de Barack Hussein Obama nos EUA, bem como o do Foro de São Paulo na América Latina, deveu-se inteiramente ao predomínio da segunda hipótese. Lá como cá, a grande mídia, em massa, esquivou-se à obrigação elementar de investigar e informar, preferindo um jogo de cena destinado a inibir, mediante a ameaça velada da humilhação e do ridículo, todas as perguntas politicamente indesejadas.

A bem disciplinada uniformidade desse comportamento não pode ser explicada por nenhuma convergência acidental de preconceitos. Sem nenhuma exceção visível, tanto as empresas quanto os

repórteres, redatores e editores, definitivamente, tomaram posição, e mostraram colocar os interesses de suas facções políticas prediletas acima do dever jornalístico de investigar, de informar e, sobretudo, de ouvir os dois lados. Vozes divergentes, pouquíssimas e débeis, não puderam ser caladas de todo, mas, manifestando-se exclusivamente nas seções de opinião ou em *blogs*, acabaram por tornar-se inaudíveis sob a monstruosa orquestração de desconversas, piadinhas cínicas e rotulações pejorativas nas páginas noticiosas.

Poucos fatos na história foram jamais tão bem averiguados, testados e provados quanto a falsidade documental do presidente americano e o esquema de dominação continental do Foro de São Paulo, no qual se irmanam, como sempre na estratégia comunista, organizações criminosas e partidos nominalmente legais, tornados assim eles próprios criminosos. Por isso mesmo, ambos esses fatos foram sistematicamente suprimidos do noticiário por tempo suficiente para que os beneficiários da cortina de silêncio alcançassem, sob a proteção dela, seus objetivos mais ambiciosos. E justamente por serem certos e irrefutáveis é que não foram impugnados mediante uma discussão franca e aberta, mas sonegados ou minimizados sumariamente por meio de caretas de desprezo, afetações de certeza olímpica e zombarias subginasianas — a mais vasta, organizada e abjeta pantomima que já se viu no mundo.

A mídia, como o próprio nome diz, é o que está no meio, no centro, interconectando classes, grupos, regiões e famílias na visão simultânea de um conjunto de informações disponíveis uniformemente a todos. Ela é por excelência o "lugar comum" (*locus communis*, *tópos koinós*), a fonte das premissas geralmente aceitas numa comunidade humana como garantias de verossimilhança e razoabilidade, bases de toda argumentação e crença. Desfruta, assim, de uma autoridade mais ampla e avassaladora do que qualquer casta sacerdotal jamais dispôs no passado, em qualquer lugar do planeta.

Até aproximadamente os anos 1970, alguma idoneidade no exercício dessa função suprema ainda era garantida, nas democracias, pela variedade ideológica das publicações que livremente concorriam no mercado, como por exemplo, no Brasil da segunda gestão Vargas, a *Última Hora* de Samuel Wainer, na esquerda, e o *Estadão*, na direita. Desde então, não só neste país ou nos EUA, mas em todo o hemisfério ocidental, a concentração das empresas em poucas mãos, aliada à progressiva padronização das mentes dos jornalistas por intermédio do ensino universitário que as forma, reduziu a mídia a instrumento de governo e força uniformizadora da alma popular, sem que ela nada perdesse do prestígio residual de *locus communis* adquirido em épocas de maior diversidade e franqueza.

Qualquer observador atento pode notar que, quando mais um *slogan* ou chavão da nova moralidade que se pretende impor à humanidade aparece no programa do globalismo fabiano, ele é imediatamente adotado por toda a mídia mundial, e as opiniões diferentes, que até a véspera circulavam normalmente como expressões respeitáveis, são repentinamente marginalizadas e expostas à execração pública como sintomas de radicalismo ou doença mental. Hoje basta você ser contra o aborto para tornar-se imediatamente suspeito de nazismo ou de intenções terroristas. A velocidade crescente com que as ideias mais extravagantes e incongruentes se impõem do dia para a noite como padrões obrigatórios de normalidade anuncia para breve a extinção de toda possibilidade de debate franco sobre o que quer que seja. Não é preciso dizer que essas ideias são criações de mentes psicopáticas e, como contrariam a experiência real mais direta e óbvia, resultam, quando se arraigam na linguagem corrente e exorcizam toda veleidade de pensamento alternativo, em espalhar por toda a sociedade o fingimento histérico como norma de comportamento e padrão formativo das personalidades, trazendo como consequência inevitável o embrutecimento da consciência moral e a disseminação das condutas criminosas. Também não é preciso dizer que o caos decorrente é em seguida reaproveitado como pretexto para a imposição de normas ainda mais psicopáticas e destrutivas.

Por isso, Daniel Greenfield foi até eufemístico quando, escrevendo no *Front Page Magazine*[19] de David Horowitz, afirmou que a grande mídia é hoje "a maior ameaça à integridade do processo

político”. Ela tornou-se, isto sim, uma ameaça à inteligência, à civilização, a toda a espécie humana.

Saudades da idiotice

Diário do Comércio, 17 de janeiro de 2011

Se você espera encontrar qualquer cobertura honesta, por mínima que seja, na grande mídia nacional ou internacional hoje em dia, está implorando para ser enganado. A falsificação, antigamente limitada, discreta e contrabalançada ao menos por arremedos de bom jornalismo, tornou-se ostensiva, cínica e generalizada. É como se os profissionais soubessem que podem contar com a obediência passiva de milhões de otários que eles mesmos treinaram para isso ao longo das duas últimas gerações.

Jared Lee Loughner,[20] que atirou na deputada Gabrielle Giffords, é um fanático esquerdista educado numa escola cujos mentores foram Barack Obama e o terrorista Bill Ayers — mas esse fato decisivo foi omitido por quase todos os grandes jornais e canais de TV dos EUA. Preferiam explicar a motivação do crime pela ação mágica de uma ilustração colocada na página de Sarah Palin no Youtube, onde o distrito de Giffords e seus vinte deputados aparecem destacados no mapa americano por uma moldura em forma de alvo. Não se sabe nem mesmo se Loughner viu essa ilustração, e é claro que interpretá-la como estímulo, mesmo indireto e sutil, ao assassinato político em vez da simples luta eleitoral é forçar a imaginação até a fronteira da demência — mas a hipótese psicótica de que a figura exibida no Youtube tenha sido mais determinante na conduta do atirador do que toda a formação ideológica recebida ao longo de uma vida vem sendo imposta ao público americano como se fosse a verdade mais banal do universo. E os responsáveis pela palhaçada não hesitam em tirar dela as conclusões políticas mais virulentas. Keith Olbermann, colunista da MSNBC, chegou a dizer que, se Sarah Palin não abjurar do “apelo à violência” publicado no seu canal, ela deve ser “excluída da política”. Entre os figurões da mídia, ninguém, é claro, lembrou-se de pedir que Obama e Ayers se penitenciassem de colocar ideias revolucionárias na cabeça de Loughner, embora seja óbvio que sem essas ele não teria tido jamais o desejo de praticar um assassinato político.

O jornalismo que se pratica hoje em dia já ultrapassou até mesmo os limites da falsificação premeditada. O que era premeditação tornou-se hábito automatizado, meio inconsciente, como num fingimento histérico em que o doente, no começo, sabe que está mentindo, mas depois se deixa iludir por suas próprias palavras e, entre lágrimas e protestos de indignação, termina “sentindo” que diz a verdade e — sentindo-o tanto mais intensamente quanto mais luta consigo próprio para sufocar a lembrança da mentira inicial. Bem dizia Eric von Kunhelt-Leddin que a histeria é a base da personalidade esquerdista.

Quem não sabe, por exemplo, que a situação econômica do Brasil nos últimos anos só melhorou porque os banqueiros internacionais decidiram usar o país como abrigo seguro de seus investimentos enquanto se esforçam para demolir a economia americana? A história do Brasil sempre se escreveu desde o exterior, mas no caso são os mesmos centros decisórios estrangeiros que têm interesse em esconder-se por trás de louvores ao governo brasileiro, atribuindo a este a autoria de ações que são inteiramente deles e nas quais a participação de Lula e seus ministros foi, no máximo, tão ativa quanto a de um tubo de lubrificante numa relação sexual.

Explicar pelo Fome Zero o aliás modestíssimo incremento do poder aquisitivo dos brasileiros é como achar que a água aumenta de volume ao ser trocada de balde, mas até “formadores de opinião” tidos como conservadores se sentem obrigados a repetir essa cretinice a título de *captatio benevolentiae* antes de esboçar alguma crítica, mesmo leve e tímida, à elite petista que lhes inspira tanto ódio escondido quanto temor reverencial exibido.

O jornalismo, dizia Joseph Conrad no início do século XX, é uma coisa escrita por idiotas para ser lida por imbecis. Bons tempos, aqueles. Hoje é uma coisa escrita por fingidores compulsivos para ser lida por masoquistas que só respeitam quem lhes mente na cara. A opinião pública mundial evoluiu da idiotice à psicose.

É proibido parar de mentir

Diário do Comércio (editorial), 27 de junho de 2008

Seja em ciência política, seja no mero comentário jornalístico, a análise de um candidato a qualquer cargo eletivo, para ter o mínimo de confiabilidade, tem de abranger os seguintes aspectos e suas inter-relações:

1) Sua imagem publicitária, o "personagem" criado pela sua campanha, o qual pode coincidir em mais ou em menos com a sua personalidade real.

2) Seu programa de governo ou plano de ação, considerado na sua pura lógica interna.

3) A comparação entre esse plano e a situação externa objetiva que ele promete alterar ou corrigir.

4) As correntes de pensamento atuais ou pretéritas que, de maneira mais próxima ou mais remota, se refletem nesse plano.

5) Os grupos políticos, econômicos e culturais que apoiam o candidato de maneira ostensiva ou discreta.

6) A posição real do candidato ante esses grupos, seja como seu líder efetivo, como seu parceiro permanente ou temporário ou como seu agente e serviçal.

7) As alternativas reais ou possíveis contra as quais sua candidatura se opõe de maneira explícita ou velada.

Só quando esses sete fatores estão esclarecidos você pode ter uma certeza razoável de que conhece o candidato e sabe a que veio. É essa a condição *sine qua non* do alardeado "voto consciente". E não é preciso dizer que essa condição depende, fundamentalmente, dos "formadores de opinião" — dos intelectuais públicos e da mídia.

Pois bem: em duas eleições sucessivas o brasileiro votou em Lula sem ter a menor ideia de que ele era o fundador e presidente da maior organização revolucionária que já existiu na América Latina. Faltaram por completo, na imagem pública do candidato, os itens 5, 6 e 7 da lista. Essas informações foram propositadamente, sistematicamente sonegadas ao eleitor pela propaganda partidária e por toda a "grande mídia", com a cumplicidade passiva da pretensa Justiça Eleitoral.

Essas duas eleições foram ilegais no mais estrito sentido da palavra. Não atenderam às condições mínimas de informação fidedigna que o público precisa para escolher uma marca de automóvel, uma geladeira ou um remédio para hemorroidas. Todos os proprietários de jornais, revistas e canais de TV sabiam disso perfeitamente. A Justiça Eleitoral sabia disso. As Forças Armadas sabiam disso. A cumplicidade geral deu ao crime ares de legitimidade, marcando a ruptura definitiva entre o debate público e a realidade da vida nacional e gerando a atmosfera de alienação e loucura da qual a corrupção e a violência, em doses jamais vistas no mundo, são apenas o sintoma mais visível e escandaloso.

Jamais, na história de qualquer nação, a elite falante, por amor e temor a um grupo político ambicioso e cínico, traiu e ludibriou tão completamente um povo.

Não é de estranhar que, decorridos alguns anos, o hábito da trapaça consciente e fria tenha se impregnado tão profundamente na moral dessa elite que até mesmo ao falar de outros países ela tenha de mentir compulsivamente — e mentir no preciso sentido que interessa ao grupo dominante. Só para

dar um exemplo, a cobertura jornalística da candidatura Barack Obama na mídia brasileira limita-se estritamente a vender ao público a sua imagem publicitária — item 1 da nossa lista —, sem chegar a tocar nem mesmo no seu programa de governo. Ela mente em favor de Obama ainda mais espetacularmente do que mentiu em favor de Lula. Nenhum jornal ou canal de TV brasileiro jamais informou que Obama é um apóstolo da *Media Reform*, calculada para eliminar a liberdade de opinião no rádio, um defensor ardente da proibição total de armas de fogo pela população civil (na mesma linha que Hitler adotou na Alemanha), um partidário fervoroso do imediato desmantelamento das defesas americanas antimíssil (portanto, da rendição incondicional ante qualquer poder nuclear estrangeiro). Ninguém jamais informou que ele votou contra a proibição de matar bebês que sobrevivam ao aborto, e que é um discípulo da "teologia da libertação" na sua versão mais radical e extremada. Ninguém informou que os grupos que o apoiam são círculos bilionários globalistas aos quais ele serve como agente para a destruição da soberania americana e a imediata implantação de um governo mundial pelos meios mais antidemocráticos que se pode imaginar. E ninguém informou que sua maior vantagem ante o concorrente republicano[21] reside precisamente na superioridade dos seus fundos de campanha (400 milhões de dólares contra 85), o que já basta para mostrar que Obama não é de maneira alguma o candidato dos pobres e oprimidos.

Contra todas essas informações essenciais, a mídia brasileira martela e remartela a imagem publicitária baseada exclusivamente na cor da pele. Se Obama fosse candidato a presidente do Brasil, teria a maior votação da nossa história.

A técnica da rotulagem inversa

Diário do Comércio, 19 de janeiro de 2011

O que no Brasil se chama de "noticiário internacional" consiste em repetir, ampliando-as e radicalizando-as, as mentiras mais cínicas da mídia esquerdista norte-americana, com a certeza tranquilizante de não ter de enfrentar, como ela, a enérgica reação conservadora de metade da população, que só ouve rádio e não acredita numa só palavra dos jornais e da TV. É, a vida da mídia chapa branca, nos EUA, não é fácil como a da sua confrade brasileira: aos domingos, o *New York Times* tira um milhão de exemplares — a trigésima parte do número de ouvintes de Rush Limbaugh, o radialista conservador que a família Sulzberger adora odiar. No Brasil há um clone do *New York Times*, que é a *Folha*, mas as estações de rádio, concessões federais, estão bem defendidas contra a mera possibilidade de ali surgir um Rush Limbaugh. Contra a farsa geral da mídia, só nos resta resmungar em *blogs* ou, com mais sorte, neste *Diário do Comércio*. O resto é silêncio — ora indignado e impotente, ora temeroso e servil.

Nos EUA, quanto mais perde público, mais o *establishment* jornalístico apela a recursos de difamação histérica que o próprio dr. Joseph Goebbels consideraria, talvez, um tanto grosseiros demais para persuadir um público adulto.

Um desses expedientes é cobrir de invectivas odiosas os personagens que se pretende rotular de odientos. Não é preciso, para sustentar o ataque, citar um só apelo de ódio que tenha saído da boca da vítima. Não é preciso nem mesmo torcer suas palavras, dando um sentido odiento ao que não tem nenhum. Ao contrário: basta espumar de ódio contra a criatura, e fica provado — espera-se — que odienta é ela. Tudo é feito na expectativa insana de que o automatismo mental do público o induza a sentir que pessoas que despertam tanto ódio devem ter ainda mais ódio no coração do que os jornalistas que as odeiam. Há sempre uma faixa de militantes estudantis e ativistas ongueiros que, por infalível instinto colaboracionista, finge acreditar na coisa, reforçando o ataque com insultos

escatológicos e ameaças de morte, de modo que a violência crua despejada sobre o alvo inerme acabe por se mesclar tão intimamente à sua imagem que pareça provir dele.

Lançada pela "grande mídia" em tons de noticiário posadamente neutro e superior, a tentativa artificialíssima de inculpar a "direita odienta" e especialmente Sarah Palin pelos feitos mortíferos de um fanático esquerdista em Tucson, Arizona, foi imediatamente reforçada por estes e outros apelos colocados em circulação no Youtube:**

> Por que não atiraram em Sarah Palin (em vez da deputada democrata)?
>
> Espero que Sarah Palin morra de uma morte horrível e leve com ela o seu ódio estúpido.
>
> Alguém, por favor, pode atirar em Sarah Palin?
>
> Espero que Sarah Palin pegue câncer e morra nos próximos dois anos.
>
> Sarah Palin deveria ser baleada por encorajar o fanatismo contra os democratas.
>
> Junte-se a nós orando para que Sarah Palin contraia câncer e morra.
>
> Sarah Palin é a mais perigosa ameaça ao futuro da espécie humana. Alguém, por favor, atire nela.

Não sendo possível encontrar nas palavras de Sarah Palin nem o mais mínimo sinal de ódio a quem quer que seja, espera-se que a virulência dos ataques que sofre venha a servir de prova contra ela. A premissa implícita aposta na estupidez do público, e às vezes acerta: se a mulherzinha não fosse mesmo uma peste, não seria tão odiada. Os que não são tontos o bastante para deixar-se iludir por esse arremedo de malícia demoníaca têm ainda um subterfúgio mais "adulto" para não escapar de todo à contaminação: no mínimo, no mínimo, quem desperta tanto ódio é, mesmo sem culpa, uma força divisiva, alguém que, para a felicidade geral da nação, deve ser mantido longe da Casa Branca, talvez até da política em geral. Como recomendava Talleyrand: "Caluniem, caluniem, alguma coisa sempre acabará pegando."

Em ambos os casos, tanto os acusadores quanto seu público de idiotas úteis seguem fielmente o mecanismo da inversão revolucionária: para você ter fama de odiento, não precisa odiar ninguém; basta que o odeiem.

A imitação brasileira do processo mergulha ainda mais fundo na infâmia, porque Sarah Palin é personagem distante, alheia aos debates nacionais. Só mediante uma boa dose de fantasia histriônica nossos compatriotas podem chegar a odiá-la pessoalmente. Também é claro que nos EUA ninguém lê a imprensa brasileira: a vida dos nossos jornalistas consiste em fingir para si mesmos que são forças auxiliares da esquerda americana, a qual nem sabe da existência deles. Ah, como os argentinos acertaram ao apelidar nossos compatriotas de *los macaquitos*!

Os iluminados

Diário do Comércio, 7 de novembro de 2005

O advento da *internet* multiplicou de tal maneira as fontes de dados ao alcance do público que, para o estudioso capaz de tirar proveito delas — um tipo raro, admito —, a experiência rotineira de ler os jornais ou ver os noticiários de TV se tornou uma lição de psicopatologia social, tal é a distância entre a realidade e o universo subjetivo dos "formadores de opinião", incluídos nisto não só os jornalistas, é claro, mas o conjunto dos indivíduos e grupos que eles costumam ouvir: políticos, líderes

empresariais, professores universitários, gente do *show business* etc.

As conversações dessas pessoas constituem o foco da atenção pública. Tudo o que escape ao interesse habitual delas é, para o povo em geral, como se não existisse. Mesmo realidades patentes que o cidadão comum observa e comprova na sua vida de todos os dias podem ser relegadas a um segundo plano e desaparecer por completo do seu campo de visão consciente quando a importância delas não é legitimada pelo reconhecimento comum dos bons de bico. Se a coisa não aparece nos jornais e não é debatida na TV, não pesa na hora de tirar conclusões. No mínimo, aquilo que não entra nos debates das classes "cultas" não tem uma linguagem estabilizada na qual expressar-se, e seria ridículo esperar que o homem da multidão, desprovido do apoio de chavões consagrados, conseguisse inventar na hora os meios de transmitir impressões pessoais diretas. O que não se consegue falar acaba-se esquecendo. O homem medíocre não acredita no que vê, mas no que aprende a dizer.

A premissa geral que fundamenta a tremenda autoridade das "classes falantes" — como as chamava Pierre Bourdieu — é que, pela lei das probabilidades, dificilmente algo de muito relevante pode escapar aos olhos de lince das parcelas supostamente mais esclarecidas da população. O problema é que estas acreditam na mesma premissa, e portanto só recebem informações do seu mesmo círculo, ignorando tudo o mais e imaginando que sabem tudo. Toda verdade relativa, quando se torna crença geral, acaba se revestindo de um sentimento de certeza absoluta que a transforma, quase que automaticamente, em erro mais que relativo.

Um mínimo indispensável de prudência recomendaria a essas pessoas duvidar um pouco das suas crenças grupais e tentar dar uma espiada no subsolo da conversação dominante, nas zonas mais humildes da realidade, onde germinam as sementes do futuro. Toda gestação é envolta em sombras. Quem só olha para onde todo mundo olha condena-se a ignorar poderosas forças históricas que estão subindo desde as profundezas neste mesmo momento e que arriscam, de uma hora para outra, irromper no palco destruindo brutalmente o sentido usual do espetáculo. Quando vocês ouvirem algum figurão expondo, com superior tranquilidade, as certezas do momento, lembrem-se disto: a máquina de corrupção petista, a maior já montada ao longo de toda a epopeia da safadeza nacional, foi negada pelos onissapientes durante mais de dez anos, por mais que gente de dentro do partido oferecesse informações de primeira mão a respeito. Negavam-na no mesmo tom de autoridade superior com que hoje negam a ajuda ilegal de Fidel Castro à campanha de Lula. O tal do Cervantes, enquanto isso, tratou é de dar no pé. Uma só opinião expressa em atos vale mais que mil em belas palavras.

Nem vale a pena discutir as alegações dessa orquestra de silenciadores. Cuba não tem dinheiro? Fidel Castro tem. As Farc têm muito mais. A operação é tosca demais para o alto nível da estratégia cubana? Só acredita nessa desculpa quem não conhece a biografia militar de Fidel Castro, uma sucessão de erros pueris transmutados em vitórias publicitárias. Cuba está quietinha no seu canto, sem mexer na política de outros países? Leiam as atas do Foro de São Paulo.[22] Cuba governa o continente.

Os subterfúgios bobos só pegam porque respaldados em três décadas de fantasias transfiguradas em senso comum pela mágica da mídia. Não há um só luminar do jornalismo brasileiro que não acredite, por exemplo, na balela das *conquistas de la revolución*. Em 1957, dois anos antes de Fidel Castro chegar ao poder, Cuba já tinha duas vezes mais médicos *per capita* do que os EUA (e não com o atual salário de trinta dólares por mês), sua taxa de mortalidade infantil era a mais baixa da América Latina (a décima-terceira no mundo, inferior à da França, da Alemanha Ocidental, da Bélgica e de Israel), sua renda *per capita* era o dobro da espanhola, a participação dos trabalhadores cubanos no PNB era proporcionalmente maior que a dos suíços e a taxa nacional de alfabetização era de 80%. E Cuba era lotada de imigrantes, não de virtuais fugitivos.

Esses dados jamais aparecem nos jornais e na TV. Sem eles, parece mesmo que Fidel Castro fez alguma coisa pelos cubanos. Não fez nada, além de enviar à morte uns 100 mil deles, aprisionar outros 500 mil e atormentar tanto a população que a quinta parte dela fugiu para Miami, onde hoje forma

uma das comunidades mais prósperas dos EUA, enquanto os que ficaram na ilha alcançavam os dois únicos recordes espetaculares que podem ser atribuídos ao regime comunista: a quota de vigilantes, policiais e olheiros subiu para 28% da população, enquanto a taxa de suicídios chegava a 24 para cada mil cubanos em 1986 (tendo desde então desaparecido das estatísticas oficiais).

Esses dados, repito, jamais aparecem na mídia popular brasileira. Suas fontes são muitas: o *Livro negro da revolução cubana*, relatórios da ONU e da Anistia Internacional, os livros de Armando Valladares, Carlos Alberto Montaner, Humberto Fontova, Guillermo Cabrera Infante, Luís Grave de Peralta Morell, a imprensa cubana exilada em Miami. Quem, na mídia nacional, lê essas coisas? Jamais. Fontes confiáveis em assuntos cubanos, para os jornalistas brasileiros, só as que vêm com o *imprimatur* de Fidel Castro. O resto descarta-se com três palavras: "máfia de Miami". Acompanhada de um muxoxo de desprezo, essa expressão tem efeito probante imediato. Como se a máfia não estivesse em Havava, como se sucessivos traficantes cubanos presos nos EUA já não tivessem delatado o papel central de Fidel Castro no banditismo continental, como se um promotor federal americano não tivesse declarado ao *Miami Herald*, em julho de 1996, possuir "mais provas contra Fidel Castro do que aquelas que levaram ao indiciamento de Manuel Noriega em 1988". Tudo propaganda da CIA, é claro.

Mas não pensem que a cegueira das classes falantes se limite a fatos sucedidos num país sem imprensa livre, onde a informação extraoficial é inexistente. Elas não sabem nem o que se passa nos EUA. E não o sabem porque, nesse ponto igualmente, só confiam em seus semelhantes: a grande mídia americana e os "intelectuais públicos" tipo Chomsky e Michael Moore.[23] Por isso acreditam, por exemplo, que o vazamento de informações sobre a identidade de uma agente da CIA seja mesmo um caso sério, daqueles de derrubar governo. De dentro dos EUA, a coisa se mostra bem menor. Tudo o que o feroz promotor Fitzgerald conseguiu até agora foi indiciar o assessor de um assessor do vice-presidente. E indiciá-lo por perjúrio, crime pessoal que não tem como envolver os superiores do acusado. Fitzgerald apegou-se a isso justamente porque, na questão central do inquérito, nada podia fazer além de barulho na mídia. Milton Temer, um dos sábios de plantão na taba, diz que o vazamento "é episódio considerado dos mais graves na legislação dos Estados Unidos, um ato de traição abominável, punido com trinta anos de cadeia, mais multa pesada". Haja paciência. Dar o nome de um agente só é crime quando o sujeito está no exterior, em missão confidencial, protegido pelo governo e sob recomendação expressa de sigilo. A dona estava em casa, sem missão nenhuma. Juridicamente, ninguém pode fazer, com isso, nada contra Dick Cheney, Karl Rove ou o próprio Lewis Libby. Resta tentar dar uma bela impressão de crise para ver se vira crise de verdade. Sei que o que estou dizendo não é o que aparece no *New York Times*. Mas quem, aqui nos EUA, leva a sério o *New York Times*? Isso é leitura para pseudointelectuais do terceiro mundo. Uma pesquisa recente do próprio jornal mostrou que só 30% dos seus leitores confiam nele. E 30% de quanto? De um milhão e pouco de exemplares, num país de 300 milhões de habitantes. É um crente contra mil céticos. Se você quer saber no que acredita o eleitorado americano, sintonize no programa de Rush Limbaugh: 38 milhões de ouvintes diários. Ou o do Sean Hannity: 18 milhões. Os grandes jornais americanos são como a elite intelectual brasileira: um punhado de idiotas que se esfregam uns aos outros como drogados numa orgia, desprezando tudo do mundo em volta e se imaginando, por mera loucura, no topo da hierarquia universal.

O autoengano coletivo, que, partindo da grande mídia americana, penetra nos cérebros brasileiros como uma carga maciça de cocaína, chega ao ponto de abafar, com renitência obstinada e criminosa, os fatos mais essenciais da época, substituindo-os por frases feitas que, depois de umas quantas repetições, se tornam dogmas da opinião pública e premissas incumbidas de sustentar, com sua solidez inabalável, as conclusões mais bobocas e mecânicas que um cérebro galináceo poderia produzir. Exemplo de silogismo:

Premissa maior: não havia armas de destruição em massa no Iraque.
Premissa menor: Bush disse que havia.
Conclusão: logo, Bush mentiu para matar criancinhas e encher a Halliburton de dinheiro iraquiano.

Bem, quem disse que não havia armas de destruição em massa no Iraque? A corte dos iluminados. Os relatórios militares dizem que foram encontrados até agora:

— 1,77 toneladas métricas de urânio enriquecido;
— 1.500 galões de agentes químicos usados em armas;
— Dezessete ogivas químicas com ciclosarina, um agente venenoso cinco vezes mais mortal que o gás sarin;
— Mil materiais radiativos em pó, prontos para dispersão sobre áreas populosas.
— Bombas com gás de mostarda e gás sarin.

Se essas coisas não são armas de destruição em massa, são o quê? Peças do estojo "O Pequeno Químico"?

Não há, no Pentágono, quem as ignore. Mas o Pentágono, na guerra de mídia, é nada. Só fiquei sabendo dessas descobertas porque as li no livro de Richard Miniter, *Disinformation: 22 Media Myths That Undermine the War on Terror* . Miniter, veterano jornalista investigativo, foi colunista do *Wall Street Journal* e do *Washington Post*. Escreveu também no *New York Times*, que hoje pode não gostar muito do que ele diz mas não pode tirá-lo da sua lista de best sellers, onde está entrando pela terceira vez.*** Miniter também reduz a pó dois artigos de fé das classes falantes: mostra que Bin Laden *não foi* treinado pela CIA e que a Halliburton *não está* ganhando dinheiro no Iraque.

Mas nem de longe pensem que, nos EUA, só a esquerda vive se intoxicando com seus próprios mitos. O *entourage* de George W. Bush conseguiu convencer o presidente de que, na América Latina, a única cobra venenosa é Hugo Chávez e de que o antídoto para a mordida da bicha é... Luiz Inácio Lula da Silva. Os espertinhos chegaram a essa conclusão analisando o estado de coisas com olhos de mascates. Acham que não há encrenca que um bom acordo comercial não resolva. Pena que não contaram isso a Lenin, a Hitler, a Mao Tsé-tung, a Pol-Pot e ao próprio Fidel Castro. Não entendem sequer que a política latino-americana não se faz Estado por Estado, mas desde uma aliança continental forjada por Fidel Castro, a qual precedeu e criou a ascensão de Lula, Chávez, Kirchner e *tutti quanti*, sobre os quais tem autoridade absoluta sedimentada no poder financeiro e militar das Farc. O economicismo insano, que sai festejando uma vitória econômica quando fornece armas atômicas aos generais chineses que prometem destruir a América,[24] é também a orientação básica da política de Washington para a América Latina há mais de uma década, e seus resultados são visíveis: todo o continente sob o domínio da esquerda e embriagado de ódio americano como nunca se viu no mundo. Bush foi persuadido a continuar na mesma linha, e o irrealismo da sua posição é tal que se obriga, num ritual masoquista, a tomar como amigo do peito o líder máximo do partido que organiza contra ele as mais vastas manifestações antiamericanas já observadas no Brasil.

Karl Marx, autor de tantas bobagens, disse uma coisa certíssima: "A maioria, quase sempre, está errada." Esqueceu-se de ressalvar que essa observação não se aplica à maioria das pessoas em geral, mas especialmente à maioria dos "intelectuais", no sentido ampliado que Gramsci deu ao termo.[25] Eles criam a "opinião pública" e depois apelam à autoridade dela para sentir-se seguros. Pintam um deus-asno na parede e se ajoelham diante dele, pedindo-lhe a verdade revelada.

Foram esses sujeitos que meteram na cabeça de Chamberlain que Hitler era um perfeito cavalheiro, na de Roosevelt que Stalin era um honrado homem do povo e Mao Tsé-tung, um reformador cristão. Foram eles que convenceram a América de que as tropas soviéticas sairiam da Europa quando os soldados americanos voltassem para casa. Foram eles que anunciaram ao mundo que Fidel Castro iria restaurar a democracia em Cuba e que os comunistas vietcongues seriam gentis com as populações do Vietnã do Sul e do Camboja quando vissem os malditos ianques pelas costas. Foram eles que

persuadiram a humanidade de que a África, bastando livrar-se do "imperialismo", se tornaria uma potência industrial em poucas décadas. Foram eles que, entre nós, criaram a lenda do "partido ético" e repeliram, como insinuação maldosa, cada denúncia de corrupção petista entre 1990 e 2005. São eles que asseguram, agora, que Fidel Castro não deu a Lula nenhum dinheiro por baixo do pano.

4. MORALIDADE & INVERSÃO

Professores de corrupção

Diário do Comércio, 7 de maio de 2012

Ninguém é mais imoral, nem mais perigoso para a sociedade, do que o juiz da conduta alheia que tome a sua própria alma corrompida como medida máxima da moralidade humana. O homem que julga por esse padrão — pior ainda, o que ensina a julgar assim — é uma força dissolvente e corruptora ainda mais daninha do que o imoralista praticante, o bandido, o ladrão, que ao menos não faz da sua torpeza pessoal uma teoria, um critério e uma lei.

Jean-Jacques Rousseau, que abandonou os filhos num orfanato, mentia mais que um cabo eleitoral, ia regularmente para a cama com as mulheres de seus benfeitores e ainda saía falando mal deles, jurava que em toda a Europa não havia ninguém melhor que ele — e, quando falava de suas altas qualidades morais, derramava lágrimas de comoção.

Rousseau tinha ao menos a desculpa de ser louco, mas sua loucura inaugurou a moda universal de tomar o próprio umbigo como ponto culminante da perfeição humana e medir tudo pela distância que vai daí ao chão.

Não faltam exemplos disso na mídia nacional. Em artigo recente, o sr. Paulo Moreira Leite jura que todo discurso moralizante é falso, porque "tem como base uma visão fantasiosa das sociedades humanas. Considera que há pessoas de caráter límpido... incapazes... de ter segredos inconfessáveis e ambições que condenam em público mas cultivam na vida privada... A vida real não é assim..."

O que ele está dizendo é que, na vida real, não existem — prestem atenção: absolutamente não existem — pessoas "sem segredos inconfessáveis e ambições que condenam em público mas cultivam na vida privada". A conclusão é inevitável: se essas pessoas não existem, o sr. Moreira Leite, que existe, não pode ser uma delas. Logo, ele tem segredos inconfessáveis e ambições que condena em público mas cultiva na vida privada. E notem bem: ele não disse "alimentar em segredo", que ainda poderia ter a acepção de mera fantasia; disse "cultivar em privado", isto é, praticar escondido. Ele não se limita, portanto, a sonhar em ser um dia tão bem-sucedido quanto os malvados que critica em público: dedica-se ativamente a emulá-los quando não há ninguém olhando. E não apenas ele é assim, mas não concebe que exista alguém melhor que ele, alguém isento desses defeitos morais abjetos.

Ninguém pediu ao sr. Moreira essa confissão de baixeza. Ele a fez porque quis. Se entendesse o que escreve (como se isto não fosse exigir demais!), deveria admitir que ela o desautoriza automaticamente a falar mal de pessoas que, no fim das contas, não têm outro defeito senão o de ser tão ruins quanto ele.

Afinal, se não há seres humanos melhores, que possam servir de medida de aferição das virtudes e dos pecados, então só há duas alternativas: condenar os vícios em nome de padrões abstratos confessadamente inatingíveis ou deleitar-se em criticar o mal em nome do mal. A primeira hipótese chama-se moralismo insano; a segunda, fingimento cínico. O sr. Moreira critica a primeira em nome da segunda.

Todo julgamento moral sensato deve partir de certas constatações óbvias e autoprobantes. Como o

bem infinito e o mal absoluto são entidades metafísicas que se furtam à experiência humana, só resta aos nossos pobres cérebros raciocinar em termos relativos, pesar as coisas na balança do melhor e do pior. Para isso o sujeito tem de ampliar a sua imaginação moral, pelo estudo, pela experiência e pela meditação, numa escala que vai da máxima santidade comprovada à maldade mais extrema registrada nos anais da história. Só quem se entregou a esse exercício por anos a fio tem condições de julgar a conduta alheia objetivamente, e mesmo assim com algum risco de erro. Os demais opinam arbitrariamente, em nome de preconceitos bobocas, preferências subjetivas, caprichos de momento ou interesses camuflados.

A imaginação moral do sr. Paulo Moreira Leite é, nesse sentido, a mais atrofiada e mesquinha que se pode conceber. No alto da sua escala de valores, está ele próprio. Embaixo, alguém que não é pior que ele. Em grego, *idios* quer dizer "o mesmo". *Idiotes*, de onde veio o nosso termo "idiota", é o sujeito que nada enxerga além dele mesmo, que julga tudo pela sua própria pequenez.

Que alguém tão obviamente despreparado para opinar em questões de moralidade tenha à sua disposição uma revista de circulação nacional, para aí infundir na cabeça do público a miséria dos seus julgamentos, é, por si, um sintoma de debacle moral muito mais alarmante, por seus efeitos sociais, do que qualquer caso específico de corrupção, de roubo, de obscenidade, até de violência. Platão já ensinava que a desordem se instala na sociedade quando muitas pessoas começam a galgar postos de importância e prestígio para os quais não têm a mais mínima qualificação. Isso refere-se principalmente àqueles que hoje chamaríamos "intelectuais" ou "formadores de opinião". Delinquentes, vigaristas e políticos ladrões trazem dano material às suas vítimas, mas só se corrompem a si próprios. Quando a corrupção penetra na alma dos críticos sociais, dos professores de moral, alastra-se por toda a sociedade.

É proibido perceber

Diário do Comércio, 19 de setembro de 2011

Será que já esqueceram? O projeto de lei que dá à corrupção o estatuto de "crime hediondo" não teve origem inocente, nem sequer decente: foi enviado à Câmara em 2009 por aquele mesmo indivíduo que, acusado de inventor e gestor do maior esquema de corrupção que já se viu neste país, apostou na lentidão da Justiça como garantia de sua eterna e tranquilíssima impunidade.

Nada mais típico da mentalidade criminosa que a afetação de honestidade exagerada, hiperbólica, histriônica. Encobrindo com uma máscara de severidade o sorrisinho cínico que lhe vai por dentro, o *capomafioso* não se satisfaz com ostentar a idoneidade média do cidadão comum. Não. Ele tem de ser o *mais* honesto, o mais puro, o modelo supremo das virtudes cívicas e, no fim das contas, o caçador de meliantes, a garantia viva da lei e da ordem.

Confiante, como sempre, na eficácia da sua *performance*, o indivíduo permitia-se até blefar discretamente, sabendo que, no ambiente de culto reverencial montado em torno da sua pessoa, ninguém se permitiria perceber que falava de si mesmo: "O corrupto é o que mais denuncia, porque acha que não será pego."

Isso era, de fato, mais que o resumo sintético de trinta anos de luta de um partido que galgou os degraus do poder escalando pilhas de cadáveres políticos embalsamados em acusações de corrupção. Era a definição do que aquele homem estava fazendo naquele mesmo momento. Mas quem, neste país, ainda é capaz de comparar a fala com a situação e distinguir entre a sinceridade e o fingimento?

Li outro dia um estudo sobre os males do *botox*, que, travando o jogo natural dos músculos da face, destrói a expressão emocional espontânea e confunde a leitura imediata de sinais em que se baseia

toda a convivência humana.

Mais que o *botox*, porém, têm esse efeito as imposições legais e morais de um Estado psicologicamente prepotente e invasivo, que em nome dos direitos humanos extingue o direito às reações naturais.

Se por lei é proibido distinguir, na fala e no tratamento, entre uma mulher e um homem vestido de mulher, ou entre a voz feminina e a sua imitação masculina, se a simples associação da cor preta com o temor da noite é alusão racista, se o simples fato de designar uma espécie animal pelo seu exemplar masculino é um ato de opressão machista, todas as demais distinções espontâneas, naturais, autoevidentes, arraigadas no fundo do subconsciente humano pela natureza das coisas e por uma experiência arquimilenar, tornam-se automaticamente suspeitas e devem ser refreadas até prova suficiente de que não infringem nenhum código, não ofendem nenhum grupo de interesses, não magoam nenhuma suscetibilidade protegida pelo Estado.

Quantas mais condutas pessoais são regradas pela burocracia legisferante, mais complexa e dificultosa se torna a percepção humana, até que todas as intuições instantâneas se vejam paralisadas por uma escrupulosidade mórbida e estupidificante, e o temor das convenções arbitrárias suprima, junto com as reações espontâneas, todo sentimento moral genuíno.

Não é de espantar que, nessa atmosfera de inibição geral das consciências, a encenação de combate moralista por um corrupto notório não desperte nem mesmo o riso, e que a proposta cínica com que encobre seus próprios crimes seja levada literalmente a sério no instante mesmo em que ele, brincando com a plateia como gato com rato, se permite mostrar sua face de denunciante hipócrita sem o menor temor de que alguém venha a comparar suas palavras com seus atos.

A desgraça vai mais fundo. Pouco a pouco, o código de inibições fabricado por grupos de pressão vai sendo elevado à condição de único sistema moral vigente, e ninguém parece se dar conta de que o nível de corrupção tem algo a ver com a moralidade comum. À medida que as consciências se entorpecem, as aspirações morais perdem toda ligação com a realidade e se enrijecem num ritual mecânico de poses e caretas sem sentido. Todos parecem imaginar que, num ambiente de degradação geral onde 50 mil homicídios anuais são aceitos como uma banalidade indigna de discussão, é possível preservar intacto e imune um único bem — o dinheiro público —, isolado e protegido de todos os pecados. Num Estado para o qual as fantasias sexuais são mais santas, mais dignas de proteção do que os direitos da consciência religiosa e os princípios da moral popular, todo combate oficial à corrupção nunca pode passar de uma farsa — esta sim — hedionda.

A reciclagem da ética

[in: 500 anos em cinco notas]

Bravo!, abril de 2000

Bem escondidinha, a elite pode cultivar em segredo os intuitos mais perversos, sempre posando de corte de anjos.

Assim, por exemplo, uns anos atrás ocorreu-lhe a ideia de que todos os valores positivos ainda dotados de credibilidade numa época de degradação geral podiam ser reciclados para servir ao imediatismo de suas ambições políticas.

O mais notório desses valores foi a “ética”. É natural que um povo que se sente ludibriado sem saber por quem tenha um fundo e dolorido anseio de moralidade. Com um pouco de esperteza, esse anseio pode ser pervertido em desconfiança, a desconfiança em ódio, o ódio em instrumento de destruição sistemática de lideranças indesejáveis.

A existência da vasta máquina de espionagem política que se montou desde então para pôr em

movimento a fábrica de denúncias e manter a nação em sobressalto já constitui, por si, a total corrupção do sistema. Quanto mais intensamente essa máquina atua, mais a atmosfera se sobrecarrega de chantagens, deslealdades, mentiras. Mas a máquina permanece invisível, lançando petardos contra a corrupção que ela própria alimenta. Seu primeiro efeito é embotar na mente do público o senso da gravidade relativa dos males. Hoje um funcionário que desvie uma verba, corrompendo uma repartição, já parece mais criminoso do que o espião que grampeia telefones, desvia papéis, usurpa a função policial do Estado e corrompe todo o sistema.

A ética não é uma ciência exata. Seu exercício depende de um *esprit de finesse* capaz de avaliar quantidades não mensuráveis. Existe em todo ser humano um conhecimento espontâneo dos princípios morais. Os princípios não são regras: são critérios formais que embasam as regras. As regras variam conforme os tempos e os lugares, mas subentendendo sempre os mesmos princípios. Qualquer selvagem sabe que aquilo que põe em risco a comunidade inteira é mais grave do que o que dana apenas uma parte dela. Qualquer analfabeto compreende que o que é mais básico e geral deve ser preservado com mais carinho do que aquilo que é periférico e particular.

As virtudes morais de um povo podem ser arranhadas aqui ou ali pelo descumprimento de regras específicas. Mas se a percepção dos princípios gerais é embotada, não é uma ou outra virtude que cai: é a possibilidade mesma de distinguir entre a virtude e o vício. É nesse preciso instante que o discurso de acusação moral se transforma na caça oportunista aos bodes expiatórios. Tão confundido e atordoado pelos moralistas de ocasião tem sido o povo brasileiro, que já começa a aceitar como normais e louváveis a delação de parentes, o grampo generalizado e a nova escala de valores na qual surrupiar um dinheiro do Estado é mais criminoso do que matar, estuprar, vender tóxicos para crianças. Crenças como essas destroem, na base, qualquer ordem possível e alimentam *ad infinitum* a criminalidade.

Não foi só a "ética". Iguais reciclagens sofreram as noções de caridade, de paz, de direito, de história. Todas as palavras que expressam as aspirações mais altas foram prostituídas, rebaixadas, moídas na máquina do oportunismo. E a aliança do banqueiro com o assassino brilha no altar da "solidariedade".

A destruição da linguagem precede o embotamento das consciências. Para elevar a moralidade de um povo é preciso aguçar o seu senso dos valores, não embotá-lo. Quem, a pretexto de punir políticos corruptos, destrói as bases mesmas da moral pública, ou é um idiota irrecuperável ou tem uma agenda secreta. A diferença é que a idiotice sente alguma vergonha de si mesma; a ambição política, não.

Aguardem o pior

Jornal do Brasil, 6 de maio de 2006

Não faz sentido querer que o Estado, o governo, a classe política tenham um nível de moralidade mais elevado que o de seus fiscais e críticos — os intelectuais e a mídia.

Ninguém jamais refutou a tese de Reinhold Niebuhr, exposta em *Moral Man and Immoral Society*, de que a sociedade e sua representação estatal se permitem necessariamente condutas que, no indivíduo, seriam condenadas como imorais.

O crítico que se ergue contra a corrupção estatal tem portanto a obrigação de ser mais exigente para consigo próprio do que para com o objeto da sua crítica.

No Brasil, a maior prova da imoralidade geral não é o sucesso da máquina de corrupção petista; é a presunção de impecabilidade angélica com que aqueles que ajudaram a construí-la falam contra ela, no tom de vítimas inocentes e não no de cúmplices arrependidos.

O primeiro passo para a institucionalização do gangsterismo estatal neste país foi a destruição da moral tradicional e sua substituição pelo aglomerado turvo de *slogans* e casuísmos politicamente corretos que, por vazios e amoldáveis às conveniências táticas do momento, só servem mesmo é para concentrar o poder nas mãos dos mais cínicos e despudorados.

Quando as noções simples de veracidade, honestidade e sinceridade são neutralizadas como meras construções ideológicas e, em lugar delas, se consagram fetiches verbais hipnóticos como "justiça social", "inclusão", "diversidade", que mais se pode esperar senão a confusão geral das consciências e a ascensão irrefreável da vigarice?

E como evitar o embotamento moral, quando duas gerações de estudantes são vampirizados por professores insanos, que, após terem proclamado a total inexistência da verdade, saem no instante seguinte arrogando-se a credibilidade absoluta do discurso veraz e reprimindo como "autoritária" qualquer veleidade de enxergar nisso uma contradição?

Quem, entre os jornalistas e intelectuais, pode honestamente dizer que não contribuiu para essa imbecilização em massa, celebrada ao longo dos anos como um avanço meritório da "consciência crítica"?

Quem, entre eles, reconhece agora no descalabro petista o fruto das suas próprias ações, em vez de ocultar seu passado sob feiuras alheias que já não se pode mesmo camuflar?

Quando, no começo dos anos 1990, se lançou entre fanfarras triunfais a "Campanha pela Ética na Política", que fui o único a denunciar como ardil maquiavélico inventado para prostituir a ética no leito da política,[26] o destino do Brasil estava selado: beatificar os piores, erigi-los em modelos de boa conduta, projetar neles todas as esperanças de uma transfiguração redentora da nacionalidade e, por fim, entregar-lhes uma dose de poder maior que a de qualquer grupo político ao longo de toda a nossa história.

Quem, na época em que os Dirceus e Mercadantes brilhavam como apóstolos da virtude no picadeiro das CPIs, parou para examinar a moralidade intrínseca das suas acusações, não raro alimentadas pelo aparato de espionagem petista cuja mera existência já era então a ilegalidade estabelecida, a usurpação das prerrogativas do Estado pelo partido-príncipe autoincumbido de exercer, nas palavras de seu guru Antonio Gramsci, "a autoridade onipresente e invisível de um imperativo categórico, de um mandamento divino"?

Quem, sabendo das ligações entre esse partido e as Farc, não julgou legítimo e moralmente defensável ocultá-las para não dar força aos Malufs e Magalhães, aos objetos de ódio pré-selecionados para servir de vítimas sacrificiais no grande espetáculo do rito purificador, oficiado entre discretos risinhos e piscadelas de olho por um clero de espertalhões?

Muitos, hoje, apontam o dedo contra a corrupção governamental. Poucos, entre eles, são menos culpados dela do que o próprio Lula. Mais raros ainda os que têm a hombridade de limpar-se antes de mostrar a sujeira dos outros.

O teor geral da polêmica antipetista hoje em dia não prenuncia nenhuma restauração da moralidade, apenas mais um *remake* da farsa costumeira. Aguardem o pior, e não serão decepcionados.

A fossa de Babel

Diário do Comércio, 12 de junho de 2006

Os dois heroizinhos da semana foram os srs. Fernando Gabeira e Antônio Carlos Magalhães[27] — o primeiro, por ter cumprido o dever banal de ser gentil com os seguranças que, para defendê-lo, tiveram braços quebrados e cabeças rachadas na invasão da Câmara; o segundo, por ter clamado por

uma intervenção necessária, tardia e mais que improvável das Forças Armadas no circo sangrento da realidade nacional.[28]

“Pobre do país que precisa de heróis”, dizia Brecht. Mas Brecht era um mentiroso cínico. Todo país precisa de heróis. Tanto precisa que, quando na hora do aperto não encontra nenhum, inventa logo algum simulacro patético e se apega a ele com aquela esperança histérica que nasce do matrimônio da covardia com a estupidez.

Heróis genuínos fazem-se desde dentro, na luta da alma pela verdade da existência. Antes de brilhar em ações espetaculares, têm de vencer a mentira interior e pagar, com a solidão moral extrema, o preço da sinceridade.

Os que não podem fazer isso aproveitam os momentos de desespero geral para dizer umas palavinhas oportunas que os façam parecer o que não são.

Os srs. Gabeira e Magalhães, como pais fundadores do próprio estado de coisas que denunciam, deveriam limpar-se do seu passado antes de apresentar-se como salvadores do presente. A Igreja, inspirada na sabedoria eterna, instituiu a confissão antes da comunhão. Os dois heróis de chanchada da Atlântida querem subir aos céus da glória nacional antes de descer aos infernos da sua miséria interior. Querem ser exaltados sem precisar humilhar-se.

O sr. Gabeira classifica a atual prepotência petista como uma traição aos belos ideais da aurora da sua vida. Que ideais eram esses, que, segundo o sequestrador e terrorista aposentado, os anos não trazem mais? Eram os do socialismo continental de Fidel Castro, modelados pelo regime cubano e espalhados no continente, sob a forma de bombas e assassinatos, pela Organização Latino-Americana de Solidariedade, OLAS, a primeira edição do Foro de São Paulo. Ninguém metido nisso podia dizer honestamente que lutava pela liberdade de expressão. Agora o sr. Gabeira se queixa de que o partido lhe impõe decisões prontas, não o deixa votar como bem entende. Mas em Cuba, no tempo em que ele desfrutava da hospitalidade e proteção do regime castrista, alguém podia votar como bem lhe parecia? Sob esse aspecto, o PT de hoje (como aliás a Cuba de hoje) não é o avesso dos sonhos de juventude do sr. Gabeira: é a sua realização. Quanto à violência física, o deputado verde não há de querer nos persuadir de que os arruaceiros do MST sejam páreo para a polícia secreta cubana. Na ilha onde o sr. Gabeira encontrou abrigo contra uma ditadura que matara duas centenas de terroristas armados, outra ditadura já havia matado, até então, mais de 10 mil civis desarmados, mas ele a achava linda. Não é possível que umas dúzias de policiais mortos pelo PCC sejam uma realidade demasiado chocante em comparação com o modelo que ele então cultuava. Ademais, foram os companheiros de ideal do sr. Gabeira que começaram a preparar a bandidagem vulgar, na Ilha Grande, para o *upgrade* ideologicamente adestrado que a transfigurou em guerrilha urbana. Ele nunca disse sequer: “Não deveríamos ter feito isso.” Ao contrário, ele orgulha-se dos feitos da sua geração. Como pode então sentir-se escandalizado de que, no devido tempo, deem frutos? Resta ainda o aspecto da honestidade, da lisura. Fidel Castro, nos anos 1970, já começara a amealhar, mediante acordos com narcotraficantes para que seus aviões atravessassem impunemente o espaço aéreo cubano, a fortuna que o colocaria na lista da *Forbes* entre os homens mais ricos do mundo. Se Gabeira nunca se arrependeu de ter servido a o *gangster* máximo da América Latina, não é verossímil que se sinta tão envergonhado de haver contribuído para a ascensão de bandidinhos chinfrins como Delúbio e Valério.

Não, não há um pingo de sinceridade nas críticas do sr. Gabeira, como não há nas suas autocríticas. Há apenas o desejo de explorar a debilidade da memória popular, para espalhar a impressão de que a causa foi mais nobre que o efeito, de que os construtores da desgraça presente são, na verdade, suas pobres vítimas desiludidas ou seus denunciadores heroicos.

Isso não é, decerto, grande novidade. Desde a decapitação de Luís XVI o movimento revolucionário mundial vive de proxenetar seus próprios crimes e vexames, atribuindo-os às suas vítimas, a circunstâncias fortuitas ou à ação de traidores. Tantas confissões repetidas da incapacidade de

governar o curso das coisas já bastam, é claro, para impugnar a presunção do poder absoluto e infalível de forjar um futuro melhor. Mas o público que as ouve não parece relacionar umas com as outras. Toma cada uma isoladamente, como se fosse a primeira, e investe de novo e de novo na serpente do Éden.

Quanto ao sr. Magalhães, o sentimento que inspira sua explosão de cólera não é o zelo do patriota; é o ressentimento do bajulador rejeitado. Em 2002, acossado pela hostilidade esquerdista, esmagado sob denúncias sem fim, antevendo o fim próximo dos seus dias de glória, o senador baiano, *in extremis*, apostou tudo na cartada do adesismo e da lisonja. Apostou e perdeu. De nada lhe adiantou lamber as botas daqueles que ainda na véspera o chamavam dos piores nomes. Desprezado e humilhado pelo objeto de suas afeições repentinas, recolheu-se a um silêncio rancoroso, preparando a vingancinha.

Quatro anos atrás, a denúncia da máquina de corrupção petista já era velha de mais de uma década, o MST já incendiava fazendas, as ligações entre a elite esquerdista nacional, a espionagem cubana, os narcotraficantes das Farc e o crime organizado local já eram uma tradição consolidada, meia dúzia de testemunhas do processo Celso Daniel já tinham sido providencialmente assassinadas e o sr. Luiz Inácio Lula da Silva, como oficiante-mor dos ritos macabros do Foro de São Paulo, já era o coveiro da dignidade e da soberania nacionais.[29] Por que achar tudo isso merecedor de aplauso na ocasião, e agora subir à tribuna do Senado, com ares de escândalo no rosto, para denunciar algo que então já era sabido e mais que provado?

A mudança de atitude do sr. Magalhães para com Lula não veio de repente, sob o impacto de uns socos e pontapés desferidos nos seguranças do Congresso. Veio logo depois das eleições, quando, frustrado seu intento de vencer por meio da adesão, o ex-governador da Bahia teve de descer do seu pedestal de árbitro supremo da política brasileira e recolher-se à modesta posição de líder provinciano, de onde nunca deveria ter saído.

Descendentes de Macunaíma e Tartufo, Magalhães e Gabeira são o Gordo e o Magro do grande épico do anti-heroísmo nacional.

Mas o que me irrita e deprime não é que tipos como esses brotem, como cogumelos, da decomposição geral. É a pressa obscena com que são aplaudidos por gente letrada, que deveria ao menos ter um pouco de memória, e se tornam modelos de conduta patriótica. Notem bem: eu disse que isso me irrita e deprime, não que me espanta. Há décadas venho observando a progressiva, firme e aparentemente irreversível descida de nível dos padrões de julgamento moral, intelectual e estético neste país, uma degradação — no sentido estrito e etimológico do termo — jamais observada em parte alguma e época nenhuma da história do mundo. Não faz muito tempo, um estrategista espertalhão, o sr. Herbert de Souza, foi tido como uma reedição melhorada de S. Francisco de Assis pelo mérito divino de haver conseguido transformar as instituições de caridade em instrumentos da propaganda esquerdista. Nas eleições de 2002, o jornalista Hélio Fernandes, que jamais se notabilizara pela ingenuidade crédula, escreveu, com toda a seriedade, que Lula era o salvador providencial anunciado na profecia de S. João Bosco. Falastrões bobocas como os srs. Leandro Konder, Emir Sader, Luiz Eduardo Soares e Gilberto Felisberto de Vasconcelos (Gilberto Felisberto, vê se pode!) brilhavam no céu como astros supremos da inteligência. Simples testemunhas judiciais, que diziam a verdade para evitar um processo de perjúrio, eram canonizadas como pináculos da honestidade. E logo em seguida um cantorzinho como qualquer outro, cuja máxima originalidade era ter posado de *collant* ao lado de Roberta Close e respectivo maridão no baile gay do Scala, era consagrado por um cargo ministerial como epítome da “cultura nacional” — seja isso lá o que for.

Vendo tudo isso, eu não podia senão lembrar o haicai de Antonio Machado:

> *“Cuán dificil es*
> *Cuando todo baja*

No bajar también.”

Pior que a degradação da realidade era a descida das próprias expectativas ideais. A medida de altitude máxima concebível pela imaginação popular ia baixando, baixando, para adaptar-se ao material disponível cada vez mais ordinário.

Não que as aspirações brasileiras tivessem algum dia sido muito elevadas. Sempre estivemos, sob esse aspecto, muito abaixo da média humana — a ponto de não conseguirmos conceber os heróis, santos e sábios de outras épocas e culturas senão sob o prisma redutivo e caricatural que nos era próprio. Por isso considero *Desenvolvimento e cultura. O problema do estetismo no Brasil*, de Mário Vieira de Mello,**** e *Psicologia do subdesenvolvimento*, de José Osvaldo de Meira Penna,***** os estudos mais úteis que alguém já escreveu sobre a índole da cultura nacional. O primeiro discerne, nas fontes europeias que mais nos influenciaram, o predomínio do prazer estético sobre a consciência moral. O segundo mostra que esse prazer nem chega a ser estético: é lúdico e erótico. O brasileiro em geral, mesmo culto, não capta as exigências específicas do domínio moral, intelectual e religioso. Decide as questões mais graves do destino humano pelo mesmo critério de atração e repulsa imediatos com que julga a qualidade da pinga ou avalia o perfil dos bumbuns na praia. Daí sua tendência incoercível de tomar a simpatia pessoal, a identidade de gostos ou a adequação às preferências da moda na classe artística como sinais infalíveis de alta qualificação moral. O sr. Gabeira, por exemplo, sai por aí de tanguinha e diz que fuma maconha. Logo, só pode ser “bom sujeito”. Magalhães cai no samba e é amigo das mães de santo. Por mais que seja odiado politicamente, permanece um tipo popular, íntimo de todos. Inversa e complementarmente, homens da mais elevada estatura moral, como Gustavo Corção ou o príncipe D. Bertrand, foram odiados e desprezados, menos pelo conteúdo de suas crenças políticas (as mesmas de Nélson Rodrigues, do qual todo mundo gosta) do que pela rigidez hierática do seu estilo de viver, incompatível com aquele mínimo de esculacho promíscuo que é preciso para ser admitido no panteão dos “bons sujeitos”.

Agora imaginem o que pode acontecer a um país assim desguarnecido psicologicamente quando uma geração inteira de intelectuais ativistas, ambiciosos como a peste, decide sugar o pouquinho de valores morais ainda disseminados na sociedade como resíduos de épocas mais nobres e rebaixá-los a instrumentos de doutrinação comunista, senão a *slogans* de propaganda eleitoral. Aí é, como diria Raymond Abellio, “a fossa de Babel”: é a competição geral pela taça da baixaria universal, cada um tentando mostrar que é mais podre, mais sórdido, mais esculhambado que o vizinho, e chamando isso de ética, patriotismo e cultura. É assim que se explica o contraste, aqui assinalado em artigo anterior, entre o Brasil de agora e o dos anos 1950. Naquela época, já era a meleca geral, mas nela algumas centenas de escritores e artistas ainda bracejavam para manter-se à tona, resguardando a dignidade da inteligência. Agora, o próprio sentido medicinal da cultura superior está perdido. Os que ainda têm um pouquinho de estudo envergonham-se dele, querem ser “povão” como Lula, cortejar os afagos da massa, adaptar-se o mais rápido possível ao bundalelê imperante, como o chama esse sobrevivente pré-histórico que é Bruno Tolentino.

Creio que com isso respondi, meio involuntariamente, à carta gentil e perplexa que recebi de um leitor gaúcho:

> Já há bastante tempo venho lendo seus artigos na imprensa e acompanhando semanalmente a exposição de suas opiniões no *blog* que mantém na internet. Todos os textos de sua autoria vêm sempre acompanhados de uma advertência ou de uma previsão futura. É tudo de uma clareza impressionante, a tal ponto de parecer que você possui bola de cristal, joga tarô ou sonha feito profeta, de tanto que acerta. Mesmo um simples título, como “Aguardem o pior”, publicado no JB de 6 de maio deste ano,[30] (tendo em vista esse ataque ao Congresso) revela a sua capacidade de acerto sobre os acontecimentos futuros, embasadamente lúcida e probante. Mas algo me intriga... Por que, mesmo com toda essa clareza com que você expõe os fatos políticos que irão se desenrolar, ninguém lhe dá ouvidos ou leva seus artigos em consideração? Será que no Brasil existe um ódio satânico à verdade?

Se eu fosse um político de direita, ocultaria o que sei de Gabeira e Magalhães e trataria de tirar proveito tático de suas performances antipetistas. Mas não fui treinado para isso. Todo o adestramento que adquiri foi para perceber o curso dos fatos no meio da confusão e das mentiras, e expressá-lo da maneira mais clara e direta que pudesse. Nunca estudei para brilhar, para fazer carreira, mas para enxergar a realidade, talvez para superar o sentimento opressivo de ignorância e confusão que me atormentava na infância. Desde que me entendo por gente, repeti diariamente a prece de Maomé: "Senhor, mostra-me as coisas como são". E, tão logo aprendi a me expressar como escritor, me dei conta de que, se sacrificasse minha inteligência verbal a outras finalidades, dizendo o que parecia conveniente e não o que enxergava, ela acabaria se perdendo por completo e eu seria mais um cabo eleitoral, mais um sedutor barato, mais um beletrista de partido. Logo na adolescência, uma leitura que me inspirou muito foi a página em que Julián Marías, na sua adorável *Introducción a la Filosofía*, mostrava a conexão essencial entre os três termos básicos da filosofia grega: *theoréin*, *ón* e *logos* — "ver", "ser" e "linguagem". O filósofo, originariamente, não se entendia como um autor de discursos complicados, mas como alguém que tinha uma função precisa: enxergar o ser e dizer as coisas exatamente como são. Quando li essa página, disse para mim mesmo: "É isso o que eu quero ser quando crescer" — o sujeito que sabe o que está acontecendo e o explica da melhor maneira que pode. Não sei fazer outra coisa. Se minhas habilidades são menos prezadas que as dos Gabeiras, Magalhães, Sáderes e Gilbertos Felisbertos em geral, isso faz parte da própria realidade que estou tentando apreender, e não me impressiona mais do que o restante do panorama de miséria espiritual no qual o aplauso, se o recebesse, não poderia ter sobre mim senão o efeito de uma cusparada, e vice-versa.

É verdade que nem todo mundo reclama do que escrevo. Há quem goste. Mas uma boa parte gosta naquela mesma clave lúdica em que o conhecimento adquirido é uma forma de diversão, sem alcance sobre a vida prática e as decisões reais. Quando dou conselhos a essa gente, quase sempre me sinto como um médico que, tendo receitado uma medicação de emergência, depois a encontra esquecida num canto da sala onde a família presta sua última homenagem ao cadáver do paciente. Não me sinto um gênio incompreendido, não tenho nem um pouco de dó de mim mesmo: tenho dó daqueles a quem estendi o socorro dos meus conhecimentos e que só os aproveitaram como deslumbre passageiro. Não entenderam que eu não queria os seus aplausos, mas a sua salvação.

5. UNIVERSIDADE & FARSA

Uma geração de predadores

Diário do Comércio, 3 de junho de 2011

Desde que me distanciei do Brasil, tenho visto a inteligência dos meus compatriotas cair para níveis que às vezes ameaçam raiar o sub-humano. Não posso medi-la pela produção literária, que veio rareando até tornar-se praticamente inexistente num país que já teve alguns dos melhores escritores do mundo. Meço-a pelas teses universitárias que me chegam, cada vez mais repletas de solecismos e contrassensos grotescos, pelos comentários de jornal, pelos pronunciamentos das chamadas "autoridades" e, de modo geral, pelas discussões públicas. Em todo esse material, o que mais salta aos olhos não é o vazio de ideias, não é a estupidez dos raciocínios, não é nem mesmo a miséria da linguagem; é a incapacidade geral de distinguir entre o essencial e o acessório, o decisivo e o irrelevante. Não há problema, não há tema, não há assunto que, uma vez trazido ao palco — ou picadeiro —, não seja infindavelmente roído pelas beiradas, como se não tivesse um centro, um significado, um sentido em torno do qual articular uma discussão coerente. Cada um que abre a boca

quer externar apenas algum sentimento subjetivo deslocado e extemporâneo, exibir bom-mocismo, angariar simpatias ou votos, como se se tratasse de uma rodada de apresentações pessoais num grupo de psicoterapia e não de uma conversa sensata sobre — digamos — alguma coisa. A coisa, o objeto, o fato, o tema, este, coitado, fica esquecido num canto, como se não existisse, e depois de algum tempo cessa mesmo de existir. A impressão que me sobra é a de que toda a população legente e escrevente está sofrendo de síndrome de déficit de atenção. Ninguém consegue fixar um objeto na mente por dez segundos, a imaginação sai logo voando para os lados e tecendo, embevecida, um rendilhado de frivolidades em torno do nada.

Se me perguntarem quais são os problemas essenciais do Brasil, responderei sem a menor dificuldade:

1) A matança de brasileiros, entre 40 e 50 mil por ano.

2) O consumo de drogas, que aumenta mais do que em qualquer país vizinho, e que alguns celerados pretendem aumentar ainda mais mediante a liberação do narcotráfico — o maior prêmio que as Farc poderiam receber por décadas de morticínio.

3) A absoluta ausência de educação num país cujos estudantes tiram sempre os últimos lugares nos testes internacionais, concorrendo com crianças de nações bem mais pobres; num país, mais ainda, onde se aceita como ministro da Educação um sujeito que não aprendeu a soletrar a palavra “cabeçalho” porque jamais teve cabeça, e onde se entende que a maior urgência do sistema escolar é ensinar às crianças as delícias da sodomia — sem dúvida uma solução prática para estudantes e professores, já que o exercício dessa atividade não requer conhecimentos de português, de matemática ou de coisa nenhuma exceto a localização aproximada das partes anatômicas envolvidas.

4) A falta cada vez maior de mão de obra qualificada de nível superior, que tem de ser trazida de fora porque das universidades não vem ninguém alfabetizado.

5) A dívida monstruosa acumulada por um governo criminoso que não se vexa de estrangular as gerações vindouras para conquistar os votos da presente, e que ainda é festejado, por isso, como o salvador da economia nacional.

6) A completa impossibilidade da concorrência democrática num quadro onde governo e oposição se aliaram, com o auxílio da grande mídia e a omissão cúmplice da classe rica, para censurar e proibir qualquer discurso político que defenda os ideais e valores majoritários da população, abomináveis ao paladar da elite.[31]

7) A debilitação alarmante da soberania nacional, já condenada à morte pela burocracia internacional em ascensão e pelo cerco continental do Foro de São Paulo (aquela entidade que até ontem nem mesmo existia, não é?).

8) A destruição completa da alta cultura, num estado catastrófico de favelização intelectual onde a função de respiradouro para a grande circulação de ideias no mundo, que caberia à classe acadêmica como um todo, é exercida praticamente por um único indivíduo, um último sobrevivente, que em retribuição leva pedradas e cuspidas por todo lado, especialmente dos plagiários e usurpadores que vivem de parasitar o seu trabalho.

Se me perguntam a causa desses oito vexames colossais, digo que é a coisa mais óbvia do mundo: quarenta anos atrás, as instituições que se gabam de ser as maiores universidades brasileiras lançaram na praça uma geração de pseudointelectuais morbidamente presunçosos, que na juventude já se pavoneavam de ser “a parcela mais esclarecida da população”. Hoje essas mentes iluminadas dominam tudo — sistema educacional, partidos políticos, burocracia estatal, o diabo —, moldando o país à sua imagem e semelhança. Matança, dívidas, emburrecimento geral, debacle do ensino, é tudo mérito de um reduzido grupo de cérebros de péssima qualidade intoxicados de ideias bestas e vaidade infernal. Dentre todas as gerações de intelectuais brasileiros, a pior, a mais predatória, a mais destrutiva.

Se querem saber agora por que os temas fundamentais não podem ser enxergados e discutidos na sua essência, por que as atenções são sempre desviadas para detalhes laterais e por que, em suma, nenhum problema neste país tem solução, a resposta também não é difícil: quem molda os debates públicos, por definição, é a elite dominante, e esta não permite que nada seja discutido exceto nos moldes do seu vocabulário, dos seus interesses, da sua agenda, da sua irresponsabilidade psicótica, da sua ambição megalômana, da sua autoadoração abjeta.

Enquanto vocês não perderem o respeito por essa gente, nada de sério se poderá discutir no Brasil.

A opção pela farsa

Diário do Comércio (editorial), 22 de agosto de 2008

O traço mais saliente e característico da classe intelectual no Brasil de hoje (quero dizer, dos últimos trinta anos) é o seu espírito de solidariedade grupal mafiosa, muito mais coeso, ciumento e impenetrável que o das corporações similares em outros países.

Vários fatores produzem esse fenômeno.

Um deles é a fusão indissolúvel do ofício intelectual com a militância partidária (esquerdista, é claro). Algo disso existe um pouco por toda parte, mas não em dosagem brasileira. Neste país a ascensão de um professor na escala acadêmica depende em quase nada das suas realizações intelectuais — em geral nulas ou desprezíveis — e em quase tudo da posição que ocupe na hierarquia partidária ou pelo menos nas afeições da liderança esquerdista. Carreiras como as dos srs. Emir Sader, Quartim de Moraes, Fernando Haddad, Luis Felipe de Alencastro e tantos outros seriam inexplicáveis sem isso. O dever de fidelidade partidária transmite-se, pela convivência estreita, à comunidade acadêmica, infundindo-lhe aquele sentimento de unanimismo e de autoproteção corporativa, que ao chamado da liderança mobiliza, num instante, um por todos, todos por um, com homogeneidade quase militar.

Uma segunda causa é a intimidade promíscua — também muito maior do que em outros países — de mídia e universidade, esta ditando as normas do aceitável e do inaceitável, aquela seguindo-as fielmente e, em troca, influindo na ascensão e na queda das estrelas acadêmicas, produzindo do nada prestígios intelectuais tão formidáveis quanto incompreensíveis e condenando ao ostracismo quem caia no desagrado do mandarinato provinciano.

Mas, sem dúvida, o fator mais decisivo que aproxima e gruda esses sujeitos uns nos outros como uma colônia de ostras é a secreta consciência de sua própria inépcia, que rói cada um por dentro e o impele a buscar na aprovação do grupo um talismã contra os riscos da aventura intelectual solitária. Sim, o que o típico intelectual brasileiro de hoje mais teme, o que ele evita como à peste, é embrenhar-se sozinho na busca da verdade, desbravando territórios desconhecidos, sem que a bênção maternal da comunidade o venha tranquilizar assegurando-lhe que não está louco nem raiando perigosamente alguma heresia.

Curiosamente, esse apego uterino, esse gregarismo pastoso de mentes atrofiadas é vendido ao público — e aos próprios membros do grupo — como se fosse a mesma coisa que a colaboração acadêmica, sem que aparentemente ninguém perceba a distância imensa que separa essas duas coisas, tão distintas entre si quanto um rosto humano e uma caricatura infernal.

É verdade que nenhum progresso do conhecimento se alcança sem o diálogo, sem que as intuições pessoais, mesmo fundadas em investigações profundas, se exponham ao exame da comunidade erudita, conhecedora do *status quaestionis*. Mas não pode haver esse tipo de diálogo senão entre inteligências personalizadas, cada qual possuidora de um universo mental próprio, conquistado na

audácia da busca solitária, sem o suporte consolador das crenças coletivas.

Isso simplesmente não existe — ou não existe mais — no meio intelectual brasileiro. Mentalidades reduzidas à impotência pelo vício do gregarismo não precisam nem podem entrar em diálogo, porque nada têm a trocar senão o igual pelo idêntico, o usual pelo costumeiro e o banal pelo ordinário. O que fazem não é diálogo, é monólogo coletivo. Tão plana, vulgar e torpe é a uniformidade das suas ideias que, às vezes, têm de se apegar a miúdas diferenças de estilo ou de vocabulário — se não a alguma ciumeira pessoal, que nunca falta — para dar um arremedo de colorido ao cinzento ritual diuturno da confirmação recíproca. Chamar esse ambiente de medíocre seria louvá-lo imerecidamente. Mediocridade é apenas um padrão estatístico, distribuído anonimamente na multidão. Quando os medíocres se agregam e se condensam numa corporação organizada, o peso comum se adensa e o conjunto acaba descendo muito abaixo da média. O brasileiro comum é muito, muito mais inteligente do que os sessenta conselheiros acadêmicos do sr. presidente da República,[32] autodenominados coletivamente "os intelectuais" para dar a entender que são os únicos que existem. O homem comum sabe que o problema mais grave do Brasil é a criminalidade. "Os intelectuais" não sabem. O primeiro aproveita para falar do assunto em cada oportunidade que as pesquisas lhe dão. Os segundos reúnem-se com o sr. presidente para passar metodicamente em revista os males nacionais, e nem um único dentre eles se lembra de mencionar, mesmo por alto, que 50 mil brasileiros morrem assassinados por ano (parece que, como meio de glorificação do governo pelos intelectuais da corte, o crime não compensa).

Um lado especialmente deplorável do fenômeno é que, como a busca da segurança psíquica é às vezes mais forte do que os dois motivos políticos acima citados, o *esprit de corps* da submediocridade acadêmica se estende, por automatismo, até aos membros não esquerdistas (ou não muito esquerdistas) da comunidade. Não podendo aderir ativamente à política dominante, eles partem para a adesão passiva, refreando toda conduta verbal que dê sinal de direitismo, omitindo qualquer citação a autores tidos por inconvenientes ou, nos momentos extremos, assinando um ou outro manifesto de esquerda, naturalmente pelos motivos mais apolíticos que lhes ocorram no momento.

O mais irônico de tudo é que a própria miséria mental do grupo lhe dá uma certa autoconfiança *ad hoc*, na medida em que, eliminada toda investigação pessoal da verdade, o que resta no ar é um feixe de certezas coletivas reconfortantemente indiscutíveis. Com base nessa confiança, cada um dos integrantes do grupo está apto a posar de autoridade científica perante seus alunos, aos quais impõe opiniões com tanto mais facilidade quanto mais convencido esteja de personificar, como membro da comunidade iluminada, a verdade, o bem, o justo e o belo, isto é, precisamente aquelas coisas que, segundo as crenças marxistas e desconstrucionistas ali vigentes, não existem de maneira alguma e foram apenas inventadas pela burguesia para ludibriar os pobres.

O que não é de estranhar é que, sendo toda a sua segurança psicológica baseada num amálgama das mentiras existenciais de seus membros, uma comunidade tão coesa, tão ciosa da sua própria importância imaginária, viva assombrada pelo temor da decomposição e se torne tanto mais medrosa quanto mais escorada num sistema rígido de autodefesas neuróticas, acreditando enxergar perigos apocalípticos ao menor sinal de que alguém lhe fez alguma censura fora dos padrões admissíveis da autocrítica controlada, corporativa e comunista.

Por várias vezes tive a oportunidade de ser pessoalmente o fator aterrorizante que sacudiu até aos alicerces a autoconfiança da *troupe*, ocasiões nas quais tive o desgosto de ver centenas ou milhares de veneráveis anciãos e graves senhores de meia-idade correndo, como crianças assustadas, para defender a comunidade ameaçada pelo total de um (hum) atacante.

Houve época em que eu ria desse espetáculo. Hoje sei que não é coisa para rir. A farsa acadêmica brasileira não expressa só a pobreza intelectual assustadora da elite ensinante, que, por si, basta para explicar o desastre da educação nacional. Ela põe à mostra também uma miséria humana sem fim, já

que ninguém opta pelo fingimento pomposo senão para esconder o desprezo que, no fundo, sente por si mesmo — e no Brasil acadêmico essa opção é o único tipo de vida intelectual que resta.

A vigarice acadêmica em ação

Diário do Comércio (editorial), 10 de abril de 2007

A declaração escandalosa da ministra Matilde Ribeiro,[33] incentivando abertamente a hostilidade dos negros aos brancos, não é um produto original da sua cabecinha oca. É o eco passivo de uma longa e ativíssima tradição cultural. Desde que Stalin ordenou que o movimento comunista explorasse todos os possíveis conflitos de raça e lhes desse o sentido de luta de classes,[34] ninguém obedeceu talvez a essa instrução com mais presteza, fidelidade e constância do que os "cientistas sociais" brasileiros.

Praticamente toda a nossa produção universitária nesse domínio consiste num longo e barulhento esforço para instigar nos negros e mulatos o ódio retroativo não só aos senhores de escravos e aos descendentes de senhores de escravos, mas aos brancos em geral, inclusive os que lutaram pela libertação dos escravos, os que se casaram com pessoas negras, os que nunca disseram uma palavra contra a raça negra nem lhe fizeram mal algum. Todos esses, segundo a doutrina do nosso *establishment* acadêmico, são racistas inconscientes, virtualmente tão perigosos quanto Joseph Goebbels ou a Ku-Klux-Klan. Até os negros são um pouco racistas contra si próprios. Inocentes do crime de racismo, só mesmo os distintos autores desses estudos e os militantes das organizações inspiradas neles. Ou seja: ou você é um dos acusadores, ou é um dos culpados. *Tertium non datur*.

Um fluxo incessante de teses de mestrado e doutorado, fartamente subsidiadas pelo governo e por fundações internacionais bilionárias, jorra das nossas universidades para dar credibilidade a essa doutrina adorável. Os oito preceitos metodológicos que a fundamentam são os seguintes:

1) Atribuir à discriminação racial a diferença de padrão econômico entre negros e brancos, omitindo o fato de que entre a abolição da escravatura e o início da industrialização nacional transcorreram mais de quarenta anos durante os quais a população negra libertada se reproduziu incomparavelmente mais que o número de empregos disponíveis.[35]

2) Mostrar os negros como vítimas predominantes de crimes violentos, sem perguntar se não são também predominantemente os autores desses crimes. Todo assassino, branco ou negro, é assim considerado *a priori* um instrumento da violência branca contra os negros.[36]

3) Do mesmo modo, explicar toda violência policial contra negros como efeito do racismo branco, sem perguntar se os policiais que a cometeram eram negros ou brancos.[37]

4) Mostrar os europeus sempre como escravizadores e os negros como escravizados, omitindo sistematicamente o fato de que as tropas muçulmanas, repletas de negros, invadiram a Europa e aí escravizaram milhões de brancos desde oito séculos antes da chegada dos europeus à África.[38]

5) Explicar portanto a escravidão interna na África como mero efeito da escravidão europeia, invertendo a ordem do tempo histórico.[39]

6) Transformar cada raça em pessoa jurídica, titular de direitos, quando negra, e de responsabilidade penal, quando branca.[40]

7) Dar por implícito que todo branco é culpado pelos atos dos senhores de escravos, mesmo quando não tenha um só deles entre os seus antepassados e mesmo que tenha chegado ao Brasil, como imigrante, décadas depois do fim da escravidão.

8) Lançar a culpa de tudo na "civilização judaico-cristã", justamente a única que, ao longo de toda a história humana, fez alguma coisa em favor das raças escravizadas.[41]

A palavra "viés" é delicada e sutil demais para qualificar a atitude mental que gera esses estudos. A

sociologia das raças que se produz nas nossas universidades é puro material de propaganda, deliberadamente mentiroso e calculado para legitimar a violência revolucionária contra aquilo que o ex-governador Cláudio Lembo chamou de "elite branca cruel e egoísta". Ciência social, no Brasil, é crime organizado.

A verdadeira cultura negra

Folha de S. Paulo, 20 de novembro de 1997

Quando ouço falar de "cultura negra", saco do meu exemplar da *História da inteligência brasileira*, de Wilson Martins, e esfrego-o na cara do interlocutor: "Cultura negra? Cultura negra para mim é o Aleijadinho, é Gonçalves Dias, é Machado de Assis, é Capistrano de Abreu, é Cruz e Sousa, é Lima Barreto. Quer Vossa Senhoria me explicar como esses negros e mulatos puderam subir tão alto, numa sociedade escravocrata, enquanto seus netos e bisnetos, desfrutando das liberdades republicanas, paparicados pela *intelligentzia* universitária, não conseguem hoje produzir senão samba, funk e macumba, e ainda se gabam de suas desprezíveis criações como se fossem elevadíssima cultura?"

O interlocutor, aterrorizado ante a perspectiva de ter de raciocinar por uns minutos fora da área de segurança dos chavões estabelecidos, fica mudo. Então, dou eu mesmo a resposta. É que aqueles ilustres brasileiros não tinham bebido o veneno universitário norte-americano e conservavam seus cérebros em bom estado. Entendiam que suas remotas origens africanas tinham sido neutralizadas pela absorção na cultura ocidental, que sua condição de raça era apenas um fato biológico sem significação cultural por si, que a cultura a que tinham se integrado não era branca, mas universal, que era mais útil e mais honroso para o negro vencer individualmente no quadro da nova cultura mundial do que ficar choramingando coletivamente as saudades de culturas tribais extintas.

Ao afirmar-se como valores da cultura ocidental, esses homens ainda prestaram-lhe o mais relevante serviço: cobraram dela o compromisso universalista firmado na cruz do Calvário, libertando-a das amarras do falso compromisso, acidental e transitório, que ela firmara mais tarde com a raça branca. Elevando-se, elevaram-na. Quem eram, afinal, ante os negros, os portadores dessa cultura? Eram portugueses — uma raça céltica, tardiamente cristianizada por invasores imperialistas. E de onde vinha a força dos portugueses? Vinha da desenvoltura, do otimismo, da pujança com que, em vez de cair no ressentimento saudosista, em vez de revoltar-se contra a perda de suas "raízes" locais e raciais, em vez de buscar falsos consolos no ódio aos colonizadores, souberam se integrar criativamente no mundo cristão e tornar-se, mais que seus porta-vozes, seus soldados e seus poetas.

Coisas análogas podem dizer-se dos franceses, dos ingleses, dos dinamarqueses, dos suecos e, enfim, de todos os povos europeus: todos abandonaram seus cultos primitivos para integrar-se na nova cultura. Transfigurados pela cultura universalizante que os absorveu, puderam por isso mesmo tornar-se nações grandes e poderosas, ganhando com a renúncia e recuperando sua identidade num plano mais alto. E de onde veio a tragédia cultural do povo alemão senão de sua cristianização imperfeita, de sua deficiente universalização, que, deixando à mostra as doloridas raízes da velha cultura bárbara, ocasionou a crise de regressão uterina que foi o nazismo? É precisamente por não ter se libertado de seu apego a origens raciais e a cultos mitológicos que a Alemanha jamais alcançou, no mundo, o posto de liderança a que tão ardorosamente aspira: não há grandeza fora do senso de universalidade, que exclui por definição o apego atávico à comunidade de sangue. O destino da Alemanha é uma lição para os negros. E o antissemitismo do sr. Louis Farrakhan[42] não é, definitivamente, mera coincidência.

Se os portugueses, em vez de agir como agiram, tivessem dado ouvidos ao saudosismo rancoroso, apegando-se a cultos bárbaros e abominando o cristianismo como "religião dos dominadores", teriam

sido varridos do cenário histórico e hoje teriam de viver da caridade dos museus de antropologia. A máxima expressão de sua cultura não seria Luís de Camões, mas alguma coisa como o sr. Pierre Verger. E Portugal mesmo, mais tarde, ao abdicar da vocação universalista para cair no culto atávico do passado, saiu da história... Os negros de gênio que se ocidentalizaram galhardamente, sem um gemido de rancor impotente, e que enriqueceram a cultura ocidental com suas criações imortais fizeram mais pelos seus irmãos — da sua e de todas as raças — do que os demagogos e palhaços que hoje querem não apenas escravizar os negros na adoração regressiva de cultos museológicos, mas africanizar todo o Brasil.

6. HISTÓRIA & EMBUSTE

A História oficial de 1964

O Globo, 19 de janeiro de 1999

Se houve na história da América Latina um episódio *sui generis*, foi a Revolução de Março (ou, se quiserem, o golpe de abril) de 1964. Numa década em que guerrilhas e atentados espoucavam por toda parte, sequestros e bombas eram parte do cotidiano e a ascensão do comunismo parecia irresistível, o maior esquema revolucionário já montado pela esquerda neste continente foi desmantelado da noite para o dia e sem qualquer derramamento de sangue.

O fato é tanto mais inusitado quando se considera que os comunistas estavam fortemente encravados na administração federal, que o presidente da República apoiava ostensivamente a rebelião esquerdista no Exército e que, em janeiro daquele ano, Luís Carlos Prestes, após relatar à alta liderança soviética o estado de coisas no Brasil, voltara de Moscou com autorização para desencadear — por fim! — a guerra civil no campo. Mais ainda, a extrema direita civil, chefiada pelos governadores Adhemar de Barros, de São Paulo, e Carlos Lacerda, da Guanabara, tinha montado um imenso esquema paramilitar mais ou menos clandestino, que totalizava não menos de 30 mil homens armados de helicópteros, bazucas e metralhadoras e dispostos a opor à ousadia comunista uma reação violenta. Tudo estava, enfim, preparado para um formidável banho de sangue.

Na noite de 31 de março para 1º de abril, uma mobilização militar meio improvisada bloqueou as ruas, pôs a liderança esquerdista para correr e instaurou um novo regime num país de dimensões continentais — sem que houvesse, na gigantesca operação, mais que duas vítimas: um estudante baleado na perna acidentalmente por um colega e o líder comunista Gregório Bezerra, severamente maltratado por um grupo de soldados no Recife. As lideranças esquerdistas, que até a véspera se gabavam de seu respaldo militar, fugiram em debandada para dentro das embaixadas, enquanto a extrema-direita civil, que acreditava ter chegado sua vez de mandar no país, foi cuidadosamente imobilizada pelo governo militar e acabou por desaparecer do cenário político.

Qualquer pessoa no pleno uso da razão percebe que houve aí um fenômeno estranhíssimo, que requer investigação. No entanto, a bibliografia sobre o período, sendo de natureza predominantemente revanchista e incriminatória, acaba por dissolver a originalidade do episódio numa sopa reducionista onde tudo se resume aos lugares-comuns da “violência” e da “repressão”, incumbidos de caracterizar magicamente uma etapa da história onde o sangue e a maldade apareceram bem menos do que seria normal esperar naquelas circunstâncias.

Os trezentos esquerdistas mortos após o endurecimento repressivo com que os militares responderam à reação terrorista da esquerda, em 1968, representam uma taxa de violência bem modesta para um país que ultrapassava a centena de milhões de habitantes, principalmente quando

comparada aos 17 mil dissidentes assassinados pelo regime cubano numa população quinze vezes menor. Com mais nitidez ainda, na nossa escala demográfica, os 2 mil prisioneiros políticos que chegaram a habitar os nossos cárceres foram rigorosamente um nada, em comparação com os 100 mil que abarrotavam as cadeias daquela ilhota do Caribe. E é ridículo supor que, na época, a alternativa ao golpe militar fosse a normalidade democrática. Essa alternativa simplesmente não existia: a revolução destinada a implantar aqui um regime de tipo fidelista, com o apoio do governo soviético e da Conferência Tricontinental de Havana, já ia bem adiantada. Longe de se caracterizar pela crueldade repressiva, a resposta militar brasileira, seja em comparação com os demais golpes de direita na América Latina seja com a repressão cubana, se destacou pela brandura de sua conduta e por sua habilidade de contornar com o mínimo de violência uma das situações mais explosivas já verificadas na história deste continente.[43]

No entanto, a historiografia oficial — repetida *ad nauseam* pelos livros didáticos, pela TV e pelos jornais — consagrou uma visão invertida e caricatural dos acontecimentos, enfatizando até à demência os feitos singulares de violência e omitindo sistematicamente os números comparativos que mostrariam — sem abrandar, é claro, a sua feiura moral — a sua perfeita inocuidade histórica.

Por uma coincidência das mais irônicas, foi a própria brandura do governo militar que permitiu a entronização da mentira esquerdista como história oficial. Inutilizada para qualquer ação armada, a esquerda se refugiou nas universidades, nos jornais e no movimento editorial, instalando aí sua principal trincheira. O governo, influenciado pela teoria golberiniana da "panela de pressão", que afirmava a necessidade de uma válvula de escape para o ressentimento esquerdista, jamais fez o mínimo esforço para desafiar a hegemonia da esquerda nos meios intelectuais, considerados militarmente inofensivos numa época em que o governo ainda não tomara conhecimento da estratégia gramsciana e não imaginava ações esquerdistas senão de natureza insurrecional, leninista.[44] Deixados à vontade no seu feudo intelectual, os derrotados de 1964 obtiveram assim uma vingança literária, monopolizando a indústria das interpretações do fato consumado. E, quando a ditadura se desfez por mero cansaço, a esquerda, intoxicada de Gramsci, já tinha tomado consciência das vantagens políticas da hegemonia cultural, e apegou-se com redobrada sanha ao seu monopólio do passado histórico. É por isso que a literatura sobre o regime militar, em vez de se tornar mais serena e objetiva com a passagem dos anos, tanto mais assume o tom de polêmica e denúncia quanto mais os fatos se tornam distantes e os personagens desaparecem nas brumas do tempo.

Mais irônico ainda é que o ódio não se atenue nem mesmo hoje em dia, quando a esquerda, levada pelas mudanças do cenário mundial, já vem se transformando rapidamente naquilo mesmo que os militares brasileiros desejavam que fosse: uma esquerda social-democrática parlamentar, à europeia, desprovida de ambições revolucionárias de estilo cubano. O discurso da esquerda atual coincide, em gênero, número e grau, com o tipo de oposição que, na época, era não somente consentido como incentivado pelos militares, que viam na militância social-democrática uma alternativa saudável para a violência revolucionária.

Durante toda a história da esquerda mundial, os comunistas votaram a seus concorrentes, os social-democratas, um ódio muito mais profundo do que aos liberais e capitalistas. Mas o tempo deu ao "renegado Kautsky" a vitória sobre a truculência leninista. E, se os nossos militares tudo fizeram justamente para apressar essa vitória, por que continuar a considerá-los fantasmas de um passado tenebroso, em vez de reconhecer neles os precursores de um tempo que é melhor para todos, inclusive para as esquerdas?

Para completar, muita gente na própria esquerda já admitiu não apenas o caráter maligno e suicidário da reação guerrilheira, mas a contribuição positiva do regime militar à consolidação de uma economia voltada predominantemente para o mercado interno — uma condição básica da soberania nacional. Tendo em vista o preço modesto que esta nação pagou, em vidas humanas, para a eliminação

daquele mal e a conquista deste bem, não estaria na hora de repensar a Revolução de 1964 e remover a pesada crosta de *slogans* pejorativos que ainda encobre a sua realidade histórica?

Resumo do que penso sobre 1964

Bah! (jornal universitário gaúcho), maio de 2004

Tudo o que tenho lido sobre o movimento de 1964 divide-se nas seguintes categorias: (a) falsificação esquerdista, camuflada ou não sob aparência acadêmica respeitável; (b) apologia tosca e sem critério, geralmente empreendida por militares que estiveram de algum modo ligados ao movimento e que têm dele uma visão idealizada.

Toda essa bibliografia, somada, não tem valor intelectual nenhum. Serve apenas de matéria-prima, muito rudimentar, para um trabalho de compreensão em profundidade que ainda nem começou.

Para esse trabalho, a exigência preliminar, até hoje negligenciada, é distinguir entre o golpe que derrubou João Goulart e o regime que acabou por prevalecer nos vinte anos seguintes.

Contra o primeiro, nada se pode alegar de sério. João Goulart acobertava a intervenção armada de Cuba no Brasil desde 1961, estimulava a divisão nas Forças Armadas para provocar uma guerra civil, desrespeitava cinicamente a Constituição e elevava os gastos públicos até as nuvens, provocando uma inflação que reduzia o povo à miséria, da qual prometia tirá-lo pelo expediente enganoso de dar aumentos salariais que a própria inflação tornava fictícios. A derrubada do presidente foi um ato legítimo, apoiado pelo Congresso e por toda a opinião pública, expressa na maior manifestação de massas de toda a história nacional (sim, a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” foi bem maior do que todas as passeatas subsequentes contra a ditadura). É só ler os jornais da época — os mesmos que hoje falsificam sua própria história — e você tirará isso a limpo.

O clamor geral pela derrubada do presidente chegou ao auge em dois editoriais do *Correio da Manhã* que serviram de incitação direta ao golpe. Sob os títulos “Basta!” e “Fora!”, ambos foram escritos por Otto Maria Carpeaux, um escritor notável que depois se tornou o principal crítico do novo regime. Por esse detalhe você percebe o quanto era vasta e disseminada a revolta contra o governo.

O golpe não produziu diretamente o regime militar. Este foi nascendo de uma sequência de transformações — quase “golpes internos” — cujas consequências ninguém poderia prever em março de 1964. Na verdade, não houve um “regime militar”. Houve *quatro* regimes, muito diferentes entre si: (1) o regime saneador e modernizador de Castelo Branco; (2) o período de confusão e opressão que começa com Costa e Silva, prossegue na Junta Militar e culmina no meio do governo Médici: (3) o período Médici propriamente dito; e (4) a dissolução do regime, com Geisel e Figueiredo.

Quem disser que no primeiro desses períodos houve restrição séria à liberdade estará mentindo. Castelo demoliu o esquema político comunista sem sufocar as liberdades públicas. Muito menos houve, nessa época, qualquer violência física, exceto da parte dos comunistas, que praticaram 82 atentados antes que, no período seguinte, viessem a ditadura em sentido pleno, as repressões sangrentas, o abuso generalizado da autoridade. O governo Médici é marcado pela vitória contra a guerrilha, por uma tentativa fracassada de retorno à democracia e por um sucesso econômico estrondoso (o Brasil era a 46ª economia do mundo, subiu para o 8º lugar na era Médici, caindo para o 16º de Sarney a Lula). Geisel adota uma política econômica socializante da qual pagamos o prejuízo até hoje, tolera a corrupção, inscreve o Brasil no eixo terceiro-mundista antiamericano e ajuda Cuba a invadir Angola, um genocídio que não fez menos de 100 mil vítimas (o maior dos crimes da ditadura e o único autenticamente hediondo — contra o qual ninguém diz uma palavra, porque foi a favor da esquerda). Figueiredo prossegue na linha de Geisel e nada lhe acrescenta — mas não se pode negar-lhe

o mérito de entregar a rapadura quando já não tinha dentes para roê-la.

É uma estupidez acreditar que esses quatro regimes formem unidade entre si, podendo ser julgados em bloco. Na minha opinião pessoal, Castelo foi um homem justo e um grande presidente; Médici foi o melhor administrador que já tivemos, apesar de mau político. Minha opinião sobre Costa, a Junta Militar, Geisel e Figueiredo não pode ser dita em público sem ferir a decência.

Em 1964, eu estava na esquerda. Por vinte anos odiei e combati o regime, mas nunca pensei em negar suas realizações mais óbvias, como hoje se faz sem nenhum respeito pela realidade histórica, nem em ocultar por baixo de suas misérias os crimes incomparavelmente mais graves praticados por comunistas que agora falseiam a memória nacional para posar de anjinhos.

O tempo dos militares e os dias de hoje

[in: Droga é cultura]

O Globo, 1º de janeiro de 2005

Do ponto de vista do direito à vida, a diferença entre o tempo dos militares e os dias de hoje é simples e autoevidente: naquela época havia tranquilidade para a maioria dos brasileiros, mas não para a pequena elite esquerdista que tinha boas razões para sentir-se ameaçada. Hoje, essa elite — 10 mil pessoas no máximo — desfruta de todas as garantias de paz e segurança que a prosperidade à sombra do governo pode oferecer, enquanto os demais brasileiros vivem expostos ao terror cotidiano nas mãos dos narcotraficantes, assaltantes, homicidas e sequestradores.

Passamos de uma relativa igualdade capitalista à cruel e cínica desigualdade socialista. Em cima, a *nomenklatura*, arrogante, prepotente, onissapiente, segura de si, vivendo às custas do Estado, sob a proteção de guardas armados. Embaixo, o povo, sem meios de defesa, entregue aos caprichos de delinquentes sanguinários.

Tão egoísta e desavergonhada é essa elite, que chora mais — e despende mais dinheiro público — pelos seus trezentos velhos companheiros, terroristas mortos pela repressão militar, do que pelos cinquenta civis desarmados que são anualmente assassinados por bandidos neste país.

O ano em que o tempo parou

Jornal do Brasil, 22 de novembro de 2007

Se 1968 ainda é chamado "o ano que não terminou", é porque não terminou mesmo — nem dá sinais de pretender fazê-lo tão cedo. Ao menos no Brasil é assim. Os trejeitos e cacoetes verbais que dominam o horizonte mental "dêfte paíf" ainda são em essência aqueles que então ecoavam pela rua Maria Antônia e pelos bares do Leblon, os dois polos neuronais, Tico e Teco, entre os quais circulava o comércio local de ideias.

Isso não quer dizer que o Brasil esteja preso no passado. Está é fora do tempo. Na França, nossa principal fornecedora de *gadgets* intelectuais, 1968 não foi propriamente um capítulo da história; foi uma crise abrupta de esquecimento, quando o acesso cognitivo a milênios de tradição cultural se tornou inviável graças ao consumo conspícuo de dois poderosos estupefacientes. De um lado, veio a repentina substituição do ensino tradicional, baseado em letras clássicas e ciências físicas, pela nova cultura de sexo, drogas, *rock n' roll* e guevarismo, criada para atender a um público de adolescentes que a prosperidade da classe média no pós-guerra transformara em consumidores independentes e vorazes (o processo está relativamente bem documentado na obra apologética *Linguistique et Culture*

Nouvelle, de Philippe Rivière e Laurent Danchin******). De outro, as próprias instituições nominalmente encarregadas de conservar a inteligibilidade do passado foram incapacitadas para essa tarefa pela disseminação epidêmica da moda “desconstrucionista”. Se a alfabetização consiste em construir pontes entre os sinais escritos e o mundo da experiência exterior e interior, é evidente que dinamitar essas pontes, fazendo da linguagem um universo autorreferente, não pode resultar em nenhuma elevação do nível de compreensão da cultura, e sim apenas numa forma superior de analfabetismo, praticamente irreversível por vir legitimada pelo aval da intelectualidade acadêmica, aliás a mais presunçosa e pedante que já existiu. Também é patente que, na impossibilidade de apelar ao testemunho da realidade experienciada, o único critério de julgamento que resta é precisamente a palavra daquela intelectualidade, investida assim, gramscianamente, da “autoridade onipresente e invisível de um imperativo categórico, de um mandamento divino”.

Cortando a comunicação com o passado, 1968 destruiu o senso de continuidade histórica, de modo que todo o progresso alcançado desde então no mundo do pensamento — e ele foi considerável — se deu à margem da zona “desconstrucionista”, tornando-se incompreensível ou totalmente invisível aos que permanecem dentro dela. Esses adolescentes perpétuos continuam fechados numa redoma de atemporalidade postiça, separados da história e da atualidade, entregues aos prazeres mórbidos da autorreferência narcisista psicoticamente repetitiva, que os vai tornando cada vez mais estúpidos e incapazes à medida mesma em que reforça a sua devoção aos mitos culturais e políticos de um ano lendário transfigurado em caricatura grotesca da eternidade.

Foi assim que a França saiu da história intelectual do mundo, e o Brasil, que nunca havia entrado nessa história senão como apêndice da França, saiu junto com ela sem nem perceber. O reinado da inconsciência que desde então se instalou no país, eliminando toda possibilidade de vida intelectual genuína ao menos dentro das fronteiras do *establishment*, está na origem da assombrosa degradação moral e política da qual hoje todos se queixam mas que, no fim das contas, é o destino que escolheram.

1968, o embuste que não terminou

Jornal do Brasil, 29 de maio de 2008

Se a celebração das seis décadas de existência do Estado de Israel vem consistindo essencialmente em culpá-lo por todo o mal que lhe fazem e em desejar com fervor a sua morte próxima, a dos quarenta anos das rebeliões estudantis de 1968 não tem feito outra coisa senão tomar como realidade, *a priori* e sem o mínimo exame crítico, a autointerpretação lisonjeira que seus líderes fizeram desse movimento na época da sua eclosão.

Uma das poucas vozes dissonantes foi Nicolas Sarkozy, que em discurso recente afirmou:

> O Maio de 68 impôs o relativismo moral e intelectual a todos nós. Impôs a ideia de que não existia mais qualquer diferença entre bom e mau, verdade e falsidade, beleza e feiura. Sua herança introduziu o cinismo na sociedade e na política, ajudando a enfraquecer a moralidade do capitalismo, a preparar o terreno para o inescrupuloso capitalismo das regalias e das proteções para executivos velhacos.

Reagindo com indignação a essas palavras, o ativista-historiador Tariq Ali — ele mesmo um dos agitadores de 1968 — exclama: “Não me venha com essa, Sarkozy!” E, imaginando brandir contra o presidente francês argumentos irrespondíveis, pergunta:

> Então, nós é que somos responsáveis pela crise do *subprime*, pelos políticos corruptos, pela desregulamentação, pela ditadura do livre mercado, pela cultura infestada por um oportunismo descarado, pela Enron, pela Conrad Black, entre outras coisas?

Mas a resposta a essa pergunta é, incontornavelmente, “sim”. O movimento de 1968, que na verdade começou em Harvard, em 1967, marcou a conversão mundial da esquerda aos cânones da “revolução cultural” preconizada por Georg Lukács, Antonio Gramsci e os frankfurtianos. A ambição da militância, daí por diante, já não era tomar o poder, nem muito menos implantar o socialismo. Estas metas eram adiadas para depois de conquistado o objetivo primordial: destruir a civilização do Ocidente, corroer até a extinção completa as bases culturais e morais sobre as quais tinha se erigido o capitalismo. Ora, o que é o mais bem-sucedido sistema econômico, quando amputado de seus fundamentos civilizacionais e reduzido à pura mecânica das leis de mercado? É um mundo de riqueza sem alma, um inferno dourado. Os revolucionários de 1968 produziram esse efeito por três vias e em três fronts:

1) Espalhados na mídia e nas instituições de cultura, empreenderam a agressão direta, pertinaz e brutal a todos os valores e símbolos mais veneráveis da civilização e a demolição deliberada do sistema de ensino, onde as aulas de grego e latim foram substituídas por seminários de sexo anal.

2) Infiltrados no meio empresarial como técnicos e consultores, persuadiram os capitalistas a “modernizar-se”, mandando às favas as exigências da moral tradicional e passando a agir segundo o modelo deformado do argentário sem escrúpulos. A caricatura marxista do empresariado tornou-se realidade, não raro encarnada pelos próprios homens de 1968, cuja posadíssima conversão à livre-empresa vinha acompanhada de uma ênfase cínica na eficiência amoral do sistema, propaganda irônica que só fazia ressaltar, de maneira implícita mas por isto mesmo ainda mais contundente, a superioridade moral do socialismo injustamente derrotado pelo mundo mau.

3) Atuando como líderes e porta-vozes de movimentos sociais, condenavam os efeitos de suas próprias ações como se elas não fossem obra deles e sim de uma abstração hedionda, “o capitalismo”, e simultaneamente exploravam a nostalgia do universo cultural destruído, cooptando de volta os velhos valores e símbolos civilizacionais, até mesmo os religiosos, esvaziando-os de seu sentido originário e reduzindo-os a slogans da propaganda anticapitalista.

Com essa tripla operação, adquiriram o simulacro terrivelmente convincente de autoridade que até hoje aufere lucros morais de seus próprios crimes, debitando-os na conta da burguesia sonsa que se deixa intoxicar pelo seu discurso.

7. MARXISMO & VIGARICE

Devotos de um vigarista

Diário do Comércio, 13 de maio de 2013

A *Folha de S. Paulo******** perguntou a quatro dos seus mais típicos mentores[45] por que é ainda importante ler Karl Marx. Nenhum deles deu a resposta certa: porque ninguém pode ignorar, sem grave risco, as ideias que mataram mais seres humanos do que todos os terremotos, furacões, epidemias e desastres aéreos do último século, mais duas guerras mundiais. Infringindo a regra elementar do próprio Karl Marx, de que a verdadeira substância de uma ideia é a sua prática e não a sua mera formulação conceitual, três deles mostraram enxergar o marxismo como pura teoria, separada da ação que exerceu no mundo, e incorreram assim no delito de “formalismo burguês”, o mais abominável para um cérebro marxista. Eu não tomaria aulas de marxismo com esses sujeitos nem se eles me pagassem.

O quarto, prof. Delfim Neto, na ânsia de redimir-se ante a intelectualidade esquerdista do pecado de ter servido à ditadura militar, caprichou no hiperbolismo e atribuiu a Karl Marx o dom da eternidade,

que numa perspectiva marxista não faz o menor sentido.

O prof. José Arthur Gianotti recomendou reler Karl Marx cuidadosamente, porque "sua concepção da história foi adulterada, por ter sido colada, sem os cuidados necessários, a um darwinismo respingado de religiosidade." Adulterada? Colada? Nenhum dos continuadores de Karl Marx revelou tanta dívida intelectual para com Charles Darwin quanto o próprio Karl Marx, que declarou sua filosofia nada mais que a interpretação darwinista da história e só não dedicou *O capital* ao autor de *A origem das espécies* porque este não permitiu. Quanto à tonalidade religiosa, ou pseudorreligiosa, ela é mais do que notável nos *Manuscritos* de 1944 e ressoa em cada linha das verberações proféticas anticapitalistas espalhadas ao longo de toda a obra de Marx. O prof. Gianotti é que quer separar artificialmente aquilo que nasceu junto. "Reler cuidadosamente"? Não é preciso. Bastaria ter lido.

Mas o mais cômico dos quatro foi o sr. Leandro Konder, que intelectualmente já saiu do mundo dos vivos há três décadas e não precisaria ter abandonado seu estado de animação suspensa para confirmar, na *Folha*, aquilo que já provou centenas de vezes: sua prodigiosa incultura, seu total desconhecimento dos assuntos em que opina.

Disse ele: "Os grandes pensadores são grandes porque abordam problemas vastíssimos e o fazem com muita originalidade. A perspectiva burguesa, conservadora, evita discuti-los. E é isso o que caracteriza seu conservadorismo."

Os conhecimentos que não só ele pessoalmente, mas toda a corriola de mentecaptos marxistas deste país, têm daquilo que ele chama "perspectiva burguesa" podem ser avaliados pelo *Dicionário crítico do pensamento da direita*, em que 104 dessas criaturas ridículas se encheram de dinheiro público para dar um show de ignorância como nunca se viu no mundo.********

Essa gente simplesmente não estuda os pensadores que parecem antipáticos ao seu partido. Adivinha ou cria suas ideias à distância, partindo de fofocas, piadas, fantasias preconcebidas e lendas urbanas que constituem, no seu ambiente mental sufocantemente provinciano, a única bibliografia requerida para quem deseje pontificar a respeito. Fazem isso até comigo, que tenho uma obra publicada relativamente escassa, por que não o fariam com os autores de muitas dezenas de volumes, como Leibniz, Husserl, Voegelin ou o nosso Mário Ferreira dos Santos?

A um boboca que desconhece tudo aquilo que despreza, é forçoso que o horizonte de problemas pensado por Karl Marx pareça, em comparação com o nada, "vastíssimo". Mas Karl Marx, em verdade, pensou num único problema: a luta de classes. Todos os outros conceitos da sua filosofia foram recebidos prontos, como os de dialética, de alienação ou de comunismo, ou são apenas afirmados sem nenhuma discussão crítica, como o próprio "materialismo dialético", ou derivam da luta de classes por mero automatismo, como os de ideologia, superestrutura etc. Longe de ampliar o horizonte dos problemas filosóficos, o que Karl Marx fez foi restringi-lo com um dogmatismo acachapante, instituindo aquilo que Eric Voegelin caracterizou como "proibição de perguntar". Já nem falo dos grandes problemas clássicos como o fundamento do ser, o sentido da existência, o bem e o mal etc. Nem o próprio conceito de "valor", essencial na sua economia, ele discute. Postula-o no começo de *O capital* e segue adiante, sem notar que disse uma tremenda asneira.

Comparado ao de Leibniz, de Aristóteles ou de Platão (ou mesmo ao de um Eric Voegelin, de um Max Weber, de um Christopher Dawson ou de um Pitirim Sorokin), o horizonte de problemas de Karl Marx é deploravelmente pobre. Sua cultura literária é a de um professor de ginásio, seus conhecimentos de história da pintura, da arquitetura e da música praticamente nulos, suas noções de teologia não fazem inveja a nenhum seminarista. Pergunto-me, por exemplo, qual a relevância do pensamento de Karl Marx para as ciências biológicas, para a física, para as matemáticas. Zero. A breve incursão do seu amigo Engels nesses domínios foi um vexame espetacular.

Em matéria de ética, então, o tratamento que Marx dá ao problema da felicidade humana é decerto o mais besta, o mais grosseiro de todos os tempos: tomemos o dinheiro da burguesia e todos serão

felizes. Enfeitado o quanto seja, o argumento é esse. Só por esse detalhe o homem já mereceria o adjetivo com que o resumiu Eric Voegelin: “vigarista”.

O plano e o fato

Diário do Comércio, 11 de março de 2013

O caso do *Dicionário crítico do pensamento da direita*, que lembrei no artigo “Devotos de um vigarista”,[46] é somente a figura mais extrema, caricatural e grotesca que o fenômeno assume no Terceiro Mundo, mas ignorar o pensamento do adversário e tampar os ouvidos às objeções são hábitos gerais e infalíveis da intelectualidade esquerdista em toda parte.

Em *Thinkers of the New Left*,********* onde examina os principais expoentes de uma escola de pensamento que ainda é a mais influente na esquerda hoje em dia, Roger Scruton observa que nenhum deles jamais deu o menor sinal de querer responder às críticas feitas à teoria marxista por Max Weber, Werner Sombart, F. W. Maitland, Raymond Aron, W. H. Mattlock, Böhm-Bawerk, Popper, Hayek ou von Mises.

Poderia acrescentar Eric Voegelin, Cornelio Fabro, Rosenstock-Huessy, Norman Cohn, Dietrich von Hildebrand, Alain Besançon e uma infinidade de outros autores merecidamente tidos também como clássicos.

No Brasil você não verá nenhum marxista discutindo as objeções de Gilberto Freyre, Mário Ferreira dos Santos, J. O. de Meira Penna, Paulo Mercadante, Antonio Paim, Orlando Tambosi, Ricardo Velez Rodriguez, Gustavo Corção, João Camilo de Oliveira Torres, José Guilherme Merquior.

O marxismo universitário vive e prospera de ignorar a cultura universal das ideias e sonegá-la aos estudantes. Ao mesmo tempo, infunde neles a impressão sedutora e enganosa de que, por terem lido os autores aprovados pelo Partido, são muito cultos. Trata-se da forma mais extrema e radical da incultura organizada, da ignorância obrigatória, da burrice prepotente e intolerante.[47]

Enquanto os anticomunistas de todos os matizes não cessam de analisar e refutar o marxismo, escrevendo milhares de livros a respeito, os marxistas fogem sistematicamente ao debate.

Quando não se contentam em baixar sobre os adversários a mais pesada cortina de silêncio, dedicam-se a difamá-los pelas costas, inventando a respeito as histórias mais escabrosas, tratando-os como criminosos, colocando-os em “listas de inimigos” e cumprindo à risca a regra de Lenin: não discutir com o contestador, mas destruí-lo politicamente, socialmente e, se possível, fisicamente.

Que maior prova se poderia exigir de que essas pessoas, que se atribuem o monopólio de todas as virtudes, são as mais perversas, malignas e desprezíveis que já infestaram a profissão intelectual?

A ascensão da escória marxista ao primeiro plano da vida nacional foi e é a causa principal ou única da destruição da cultura superior e do sistema educacional no Brasil.[48]

Com ares de escândalo e indignação, a *Folha* noticia a descoberta de um plano do governo militar, concebido pelo ministro Alfredo Buzaid nos anos 1970, para refrear a infiltração comunista nas universidades e órgãos de mídia. O plano não foi levado a efeito, tanto que a era dos militares foi o período de maior prosperidade da indústria do livro esquerdista no Brasil e a época da conquista da mídia pelos comunistas. Mas o jornal do sr. Frias não perdoa nem a simples ideia. Que horror, que coisa mais tirânica, mais nazista, pensar em impedir o acesso dos comunistas a todas as cátedras, a todas as páginas de jornais, a todos os megafones!

O que o sr. Frias e seus empregados fingem ignorar é que aquilo que a ditadura quis fazer e não fez é exatamente o que os comunistas já fizeram e que já está em plena vigência neste país, com uma amplitude e uma rigidez que ultrapassa tudo o que os militares pudessem ter sonhado em matéria de

controle hegemônico dos canais de comunicação e ensino. As gerações mais novas, que não conheceram o Brasil dos anos 1950-60, já nasceram dentro dessa atmosfera, que lhes parece normal, e não notam a diferença.

Mas um simples detalhe basta para mostrar o que aconteceu: o ponto de vista cristão-conservador, que era oficialmente o do *Estadão,* do *Globo* e parcialmente da própria *Folha* naquela época, está totalmente excluído, proibido e criminalizado em toda a mídia.

Os editoriais escritos pelos srs. Roberto Marinho e Júlio de Mesquita Filho jamais poderiam ser publicados, hoje, nos próprios jornais que esses homens fundaram, onde o máximo que se permite, num espacinho minoritário, é um pouco de liberalismo chocho e inofensivo, quando não a pura crítica de esquerda a algum desmando ou patifaria mais vistosa do governo petista. Se até essa oposição mole e parcial é hoje abertamente condenada como "extremismo de direita", é notório que a medida geral de aferição mudou, e quem a mudou foi a própria mídia. E se jornais e canais de TV dão alguma cobertura à srta. Yoani Sanchez,[49] é precisamente porque esta é anticastrista sem ser anticomunista e suas críticas ao governo cubano são brandas e autocensuradas em comparação com as de outros dissidentes, que contam a história inteira. Estes jamais aparecerão em *O Globo* ou na *Folha*. E alguém é capaz de imaginar, hoje em dia, uma novela da Globo defendendo os valores cristãos que eram tão caros ao sr. Roberto Marinho?

Por que uma simples intenção não realizada do governo militar deveria ser considerada mais repugnante e assustadora do que o fato consumado, a mesmíssima intenção realizada em muito maior escala pela esquerda triunfante e dominadora, senhora absoluta das páginas da própria *Folha*? A simples redação dessa mesma notícia já não revela a inversão de critérios, imposta como norma universal e inquestionável que só loucos e extremistas ousariam contestar? O sr. Frias não sabe ler o seu próprio jornal? Não enxerga que ele mesmo foi, em pessoa, um dos artífices do plano do ministro Buzaid realizado com signo oposto?

Debilidades

Diário do Comércio, 2 de junho de 2013

Já expliquei[50] que um dos mais velhos truques do movimento revolucionário é limpar-se na sua própria sujeira, cuja existência negava até a véspera.

Desde a queda da URSS, a maneira mais usual de aplicar esse truque consiste em jurar que tudo aquilo que, durante setenta anos, todos os comunistas do mundo chamaram de comunismo não foi comunismo de maneira alguma: foi capitalismo. Mediante essa simples troca de palavras a ideia comunista sai limpa e inocente de todo o sangue que se derramou para realizá-la, e gentilmente solicita da plateia um novo crédito de confiança, isto é, mais sangue, jurando que desta vez vai ser um pouquinho só, um tiquinho de nada. Por exemplo, varrer Israel do mapa ou exterminar a raça branca.

O apresentador dessa modesta sugestão não explica nunca como bilhões de pessoas, inspiradas na teoria histórica mais científica de todos os tempos — insuperável, no dizer de Jean-Paul Sartre —, puderam se enganar tão profundamente quanto àquilo que elas mesmas estavam fazendo, nem como foi que ele próprio, subindo acima de Lenin, de Stalin, de Mao Tsé-tung e de tantos luminares do marxismo, foi o primeirão a ver a luz.

Nem muito menos explica como é possível, de uma teoria que ensina a unidade substancial de ideia e prática, obter uma separação tão radical dessas duas coisas que uma delas saia inteiramente limpa e a outra inteiramente suja.

Mas esse pessoal é assim mesmo: quando chega na página seguinte, já esqueceu a anterior.

Dois exemplos recentes vêm-nos da sra. Lúcia Guimarães, que é talvez o caso mais típico de ignorância elegante no jornalismo brasileiro, e da srta. Yoani Sanchez, uma abnegada que procura salvar a imagem do comunismo cubano isolando-a de um breve erro de percurso de apenas meio século.

O argumento das duas é substancialmente o mesmo: não se pode culpar o comunismo por nada do que aconteceu na URSS, na China, no Camboja ou em Cuba, porque o comunismo é a posse e domínio dos meios de produção pelos proletários, e não pelo Estado, como se viu nesses lugares.

Dona Lúcia chega a passar pito no dramaturgo David Mamet porque este diz que a doce promessa de Karl Marx, "de cada um conforme suas possibilidades a cada um conforme suas necessidades", não passa de uma expressão cifrada para justificar a espoliação de todos pelo Estado. Em todos os regimes comunistas foi isso o que se deu realmente, mas ainda assim Dona Lúcia assegura que o dramaturgo "levaria nota baixa em marxismo, porque o espantalho invocado por Mamet estava pensando numa utopia do proletariado, não do Estado".

No mesmo sentido pronuncia-se Yoani Sanchez para jurar que em Cuba nunca houve comunismo, apenas capitalismo de Estado.

Não é preciso observar que assim, com um estalar de dedos, a teoria que se apresentava como idêntica à sua encarnação histórica se torna uma ideia pura platônica, um ente metafísico separado, imune a toda contaminação deste baixo mundo.

Eu não seria cruel de esperar dessas duas criaturas a compreensão dessa sutileza, mas poderiam ao menos ter lido um dos mais célebres parágrafos de Karl Marx, no *Manifesto comunista*:

> A última etapa da revolução proletária é a constituição do proletariado como classe dominante... O proletariado servir-se-á da sua dominação política para arrancar progressivamente todo o capital da burguesia, para centralizar todos os meios de produção *nas mãos do Estado*, isto é, do proletariado organizado...

Aí não existe, no mais mínimo que seja, o antagonismo que aquelas duas inteligências iluminadas acreditaram enxergar entre o Estado e o proletariado: o Estado é o proletariado organizado, o proletariado organizado é o Estado. E o proletariado organizado não é outra coisa senão o Partido.

A profecia da "autodissolução do Estado" na apoteose dos tempos é somente uma figura de linguagem, um jogo de palavras, uma pegadinha infernal. Marx explica que, como tudo pertencerá ao Estado, este já não existirá como entidade distinta, mas a própria sociedade será o Estado. É uma curiosa inversão da regra biológica de que quando o coelho come alface não é o coelho que vira alface, mas a alface que vira coelho. Se o Estado engole a sociedade, não é o Estado que desaparece: é a sociedade. Que a sociedade dominada, esmagada e anulada não sinta mais o peso da dominação não quer dizer que esta não exista, mas que o dominado está exausto e estupidificado demais para tomar consciência dela. É o totalitarismo perfeito em que, nas palavras de Antonio Gramsci, o poder do partido-Estado já não é percebido como tal, mas se torna "uma autoridade onipresente e invisível como a de um imperativo categórico, de um mandamento divino".

Um exame atento dos textos de Karl Marx teria bastado, em plena metade do século XIX, para perceber neles o Gulag, o Laogai[51] e centenas de milhões de mortos, todo o terror e misérias dos regimes comunistas como consequências incontornáveis da própria lógica interna da teoria, caso tentasse sair do papel para encarnar-se na história. Marx, Engels e Lenin em pessoa reconheceram isso inúmeras vezes, enaltecendo o genocídio e a tirania como "parteiros da história".[52] Que, decorridos 160 e tantos anos, ainda haja tantas pessoas que insistam em explicar como fruto de desagradáveis coincidências aquilo que a própria teoria exige como condição *sine qua non* da sua realização é, decerto, uma das provas mais contundentes de uma debilidade intelectual que não deixa de refletir, talvez, alguma debilidade de caráter.

8. DECADÊNCIA

Saudades do jornalismo

Diário do Comércio, 23 de abril de 2012

Quatro ou cinco décadas atrás, você abria os jornais e encontrava análises políticas substantivas. Fossem “de esquerda” ou “de direita”, os articulistas ainda acreditavam numa coisa chamada “verdade” e faziam algum esforço para encontrá-la. Eram também homens de boa cultura literária, conheciam e respeitavam o idioma. Tenho saudades dos longos artigos de Júlio de Mesquita Filho, Paulo Francis, Antônio Olinto, Paulo de Castro, José Lino Grünewald, Nicolas Boer, Gustavo Corção; do próprio Oliveiros da Silva Ferreira, que está vivo mas longe da mídia diária. E tantos outros. Tantos e tantos.

Hoje em dia temos puros polemistas, que não investigam nada, não explicam nada, não fazem nenhum esforço intelectual, não tentam entender coisa nenhuma, só tomam posição, lavram sentenças como juízes e ditam regras. Também os havia então, mas como escreviam bem! Carlos Lacerda, Nelson Rodrigues e Raquel de Queiroz eram provavelmente os melhores. O próprio Otto Maria Carpeaux era do time. Contrastando com a destreza dialética alucinante da sua crítica literária, os artigos de política que publicava no *Correio da Manhã*, produzidos em série e como que por automatismo, eram traslados servis das palavras de ordem do Partidão, do qual, em pleno declínio de suas faculdades intelectuais, ele se fizera “companheiro de viagem” por puro medo da ditadura, talvez do desemprego. Estão repletos de erros pueris, desinformação[53] comunista grossa, mas neles ainda se reconhece o pulso firme do escritor. Do outro lado, havia, por exemplo, David Nasser. Sempre se sabia de antemão o que ia defender ou atacar. Mas com que graça se repetia, variando as formas a ponto de fazer as opiniões mais estereotipadas soarem como novidades!

Tudo isso está morto e enterrado. Em toda a grande mídia só raros colunistas ainda honram o idioma, e o melhor deles não é brasileiro, é português: João Pereira Coutinho. Leio com satisfação Reinaldo Azevedo (o mais informado) e Neil Ferreira (o mais engraçado). Os outros que dão gosto estão só na *internet*. Em todos os grandes jornais ninguém escreve com a seriedade de Heitor de Paola, a elegância de Percival Puggina, a inventividade de Yuri Vieira, a precisão vernácula de José Carlos Zamboni, a erudição bem-humorada de J. O. de Meira Penna. Os outros que me perdoem: a lista dos melhores excluídos não tem mais fim.

Nas faculdades estuda-se, por incrível que pareça, a decadência do jornalismo brasileiro. Mas lança-se a culpa em tudo, menos nos jornalistas. Como se a má pintura não fosse nunca obra de maus pintores ou a comida sempre fosse ruim a despeito dos excelentes cozinheiros. A classe tem um tremendo *esprit de corps* quando lhe interessa, mas nunca faz um julgamento sério de seus próprios atos, uma avaliação realista do seu impacto na sociedade. Narra sua história como se fosse autora de tudo o que é bom, vítima inerme de tudo o que é mau. Nada, absolutamente nada, lhe dói na consciência. Não lhe ocorre nem mesmo a conveniência de um vago mea culpa por ter ocultado o Foro de São Paulo ao longo de dezesseis anos, praticando a censura com mais eficácia, amplitude e tenacidade do que a Polícia Federal do tempo dos militares. Sua falsa autoimagem raia a sociopatia pura e simples.[54] Nos anos da ditadura, como a liberdade de imprensa e a liberdade de ação da esquerda sofressem juntas as mesmas restrições oficiais (amplamente inoperantes na prática), jornalismo e esquerdismo se deram as mãos na luta contra o inimigo comum. Foi justo e oportuno. Mas, decorridas três décadas do fim do regime, a aliança de ocasião não quer admitir que seu tempo passou, que não há mais inimigos armados contra os quais o fingimento é a única defesa da parte mais débil. Na época a

esquerda já dominava a mídia, mas fazia-se de coitadinha, de nanica, de excluída. Oprimida nas ruas e nas praças, discriminava os direitistas nas redações (como a intelectualidade acadêmica fazia nas universidades), reproduzindo às avessas, no microcosmo da profissão, o controle repressivo que o governo exercia na escala maior em torno. Hoje ela domina o país inteiro, e o que era precaução tática compreensível se tornou instrumento de perpetuação de poderes e prestígios imerecidos. A arma dos fracos tornou-se uma gazua nas mãos dos fortes. Nunca, ao longo de todo o período militar, a esquerda esteve tão amordaçada quanto a direita conservadora, especialmente religiosa, está hoje na grande mídia. Para camuflar esse estado de coisas, é preciso eternizar o luto, alimentar e realimentar, com um jorro constante de lágrimas forçadas e caretas de pavor fingidas, padecimentos e temores velhos de mais de um quarto de século. Essa é a mentira estrutural que está na raiz de todas as degradações do jornalismo brasileiro. É a proibição total da sinceridade. A destruição da linguagem vem daí. Ninguém pode escrever direito quando vive de se esconder de si mesmo.

Onde começou a queda

Diário do Comércio, 4 de março de 2010

Até hoje, nos EUA, discute-se acaloradamente se Thomas Jefferson teve ou não um filho com sua escrava Sally Hemmings. A suspeita, se comprovada, lançaria, segundo entende a sensibilidade politicamente correta, uma nódoa infamante sobre a reputação daquele *Founding Father*, o qual, para maior constrangimento geral, não foi nenhum exemplo de conservador religioso que o *establishment* intelectual e midiático atual tivesse especial prazer em surrar, mas um deísta voltairiano, iluminista de quatro costados, laicista radical, contestador da fé cristã, o santo patrono ideal, enfim, de todo o “progressismo” do Partido Democrata. Barack Obama, deixando a família à míngua enquanto subia a jato na vida montado num discurso assistencialista, não faz figura pior num país onde cada político, se não quer ser exposto ao ridículo, tem de encarnar uma nova mulher de César.

No Brasil, ninguém se pergunta sequer quantas negras ou índias passaram pelas camas dos nossos condes, barões e senhores de terra em geral, admitindo-se aliás que dos desmandos lúbricos desses cavalheiros se originou, não uma horda de renegados, sepultada sob o tapete da história, mas, pura e simplesmente, o núcleo inicial da população brasileira. É fato sabido que, nas nossas velhas classes dominantes, anteriores à imigração maciça de italianos, alemães, japoneses e polacos, dificilmente se encontrava um branco sem alguma gota de sangue africano ou índio. Ainda hoje, um presidente ou senador brasileiro ter uma ou muitas amantes em nada depõe contra sua reputação, mas até contribui para o maior *glamour* da sua biografia. Fala-se mais mal de D. João VI por seus excessos à mesa que de seu filho Pedro I por suas aventuras amorosas, embora o primeiro fosse o verdadeiro criador do Estado brasileiro e o segundo, o inventor da nossa primeira ditadura. Nas preferências populares, a reputação deste último supera até mesmo a de seu filho Pedro II, exemplo de tolerância e de administração honrada, talvez o melhor governante brasileiro de todos os tempos, mas homem arredio e distante, encerrado em sua biblioteca, devotado a estudos de ciência nos quais o povão enxergava não um mérito, mas uma esquisitice.

Essas duas séries de fatos condensam, ao menos simbolicamente, uma diferença essencial não só entre o Brasil e os EUA, mas entre o nosso país e a maioria das grandes nações do Ocidente. Cada uma destas nasceu sob a inspiração de uma casta de clérigos, que trazia consigo a memória civilizacional e os princípios da educação intelectual e moral. Quando digo “clérigos”, uso o termo no sentido amplo que tinha na Idade Média, incluindo não só os sacerdotes ordenados mas todos os homens cultos imbuídos do espírito da religião. Nesse sentido, os fundadores dos EUA foram todos clérigos, com as

únicas exceções — não por incultos, mas por antirreligiosos — de Jefferson e Franklin. O Brasil, em contraste, foi criação de senhores de terra vorazes, incultos, impudicos e brutais, que na religião não viam senão uma incomodidade incontornável e na cultura superior um adorno importado a recobrir mal e mal a mesquinharia, a feiura de seus costumes.

Assim constituída a nação, nela só podiam florescer dois tipos de intelectuais: os áulicos, protegidos da classe dominante, satisfeitos de si, ocupando com gratidão que raiava o puxa-saquismo os escassos lugares abertos em raras instituições de alta cultura, e, em torno deles, uma multidão de fracassados e marginalizados, vivendo de empregos infames e bradando contra a injustiça do mundo. Homens de talento, sempre houve em ambos os grupos. Os exemplos respectivos de Machado de Assis e Lima Barreto — ou, nada mudando decorrido um século, os de Gilberto Freyre e Otto Maria Carpeaux — personificam às mil maravilhas os dois tipos. Mas é evidente que a situação existencial de uns e outros só poderia, a longo prazo, corromper os dois grupos por igual, negando a um e a outro um papel histórico decente e estreitando, pouco a pouco, o horizonte da sua vida mental.

Como poderiam resistir os primeiros à tentação de produzir uma literatura que se limitasse a ser, na fórmula célebre de Afrânio Peixoto, “o sorriso da sociedade”? Que não é fácil, prova-o a afeição constante da Academia Brasileira às mediocridades coroadas, em prejuízo da genuína alta cultura. Quanto aos segundos, seu destino estava selado desde que, nas primeiras décadas do século XX, entraram no Brasil os discursos revolucionários do anarquismo, do marxismo e do fascismo. Pouco a pouco, esses homens foram se convencendo de que a dignidade da sua existência não devia se fundar na qualidade insigne da sua criação intelectual, mas na sua colaboração ou adesão a movimentos políticos empenhados, ao menos da boca para fora, em corrigir os males do mundo. Que pode haver de mais sedutor do que vingar-se de um sentimento pessoal de exclusão sob a desculpa de lutar em favor dos pobres e oprimidos? Gradativamente, os escritores e professores ditos “de esquerda” foram abdicando de seus deveres intelectuais e passando a buscar uma legitimação existencial na mera aprovação solidária de seus companheiros de militância. O golpe de 1964 forneceu-lhes o pretexto final. Os romances *Quarup*, de Antonio Callado, e *Pessach: a travessia*, de Carlos Heitor Cony, ambos de 1967, soaram o apelo fingidamente heroico à transformação dos letrados em militantes. A universidade foi o forno alquímico onde se consumou a transmutação dos intelectuais em “intelectuais” no sentido gramsciano do termo, isto é, ativistas políticos sem nenhuma obrigação mental específica, diferenciados tão somente pela instrumentalização da sua atividade *soi disant* artística, educacional ou científica a serviço da causa esquerdista.

A redução da vida intelectual a megafone de interesses partidários e a consequente debacle da alta cultura no Brasil estão bem documentadas no meu livro *O imbecil coletivo*, de 1996. Depois disso, porém, muita água rolou. A casta gramsciana chegou ao poder, já no governo Fernando Henrique Cardoso, consolidando-se, no governo Lula, a versão tupiniquim da *trahison des clercs*, no momento em que, tirando por fim a máscara, os representantes nominais da alta inteligência passaram a celebrar a abjeta incultura presidencial como uma prova de méritos sublimes, se não de algum carisma profético. A vingança triunfal dos antigos intelectuais ressentidos transformados em arrogantes apologistas da ignorância consagra, de maneira aparentemente definitiva, a completa destruição da vida intelectual e da educação no Brasil.

Da fantasia deprimente à realidade temível

Diário do Comércio, 11 de setembro de 2006

A sentença de Hugo von Hofmannsthal já citada nesta coluna — “Nada está na realidade política de

um país se não estiver primeiro na sua literatura” — é tão verdadeira e profunda que pode ser aplicada à análise das situações políticas desde vários ângulos diferentes, sempre rendendo algum conhecimento.

Vejam, por exemplo, o que aconteceu na Rússia entre a metade do século XIX e a queda da URSS. Por volta de 1860-70 a cultura russa, até então raquítica em comparação com as da Europa ocidental, começava a tomar impulso para lançar-se a grandes realizações. A inspiração que a movia era sobretudo a confiança mística no destino da nação como portadora de uma importante mensagem espiritual a um Velho Mundo debilitado pelo materialismo cientificista. Preservada da corrosão revolucionária por um regime político fortemente teocrático, em que as crenças oficiais da corte e a religiosidade popular se confirmavam e se reforçavam mutuamente, a Rússia contrastava de maneira dramática com as nações ocidentais onde a elite e as massas viviam num divórcio ideológico permanente e que, por isso, só se modernizavam à custa de reprimir e marginalizar os sentimentos religiosos da população. O regime tzarista, não obstante o peso da sua burocracia emperrada, havia conseguido encontrar o caminho para reformas que não iam contra os ensinamentos da igreja ortodoxa, mas, bem ao contrário, nasciam deles. O futuro da Rússia parecia emergir diretamente do messianismo cristão das duas figuras máximas da intelectualidade russa, o romancista F. M. Dostoiévski e o filósofo Vladimir Soloviev.

Em comparação com a grande cultura nacional do período, a contribuição do movimento comunista russo consistiu sumariamente em rebaixar tudo ao nível de um automatismo dialético miserável, quando não da pura literatura de propaganda. A redução da cultura superior a instrumento de formação da militância neutralizou os efeitos benéficos das reformas universitárias empreendidas pelo governo e transformou grande parte da juventude letrada russa naquela multidão de tagarelas alucinados que povoam os romances de Dostoiévski, especialmente *Crime e castigo* e *Os demônios*. Experimentem ler qualquer página de Vladimir Soloviev ou do próprio Dostoiévski, depois comparem com as platitudes revolucionárias de George Plekhanov — tido na ocasião como o mais capacitado intelectual comunista russo — ou com as filosofices grotescas de V. I. Lenin em *Materialismo e empiriocriticismo*, e saberão do que estou falando. Os comunistas começaram por destruir a inteligência superior de uma grande nação antes de criar o regime político mais estúpido e animalesco de que se tivera notícia na história. Quem, na época, quisesse prever o futuro da economia russa sob os comunistas poderia fazê-lo facilmente por meio da simples avaliação da literatura que produziam. Mesmo o mais talentoso ficcionista nas hostes revolucionárias, Maxim Gorki, estava formidavelmente abaixo da geração anterior. Hoje em dia já não se pode lê-lo senão como documento histórico. Nem é preciso dizer que o mesmo se aplica à literatura produzida sob os governos de Lenin, Stalin, Kruschev e *tutti quanti*. Até os melhores romances do período — os de Sholokhov — se tornaram ilegíveis por excesso de babaquice revolucionária. Nem falo dos filósofos e ensaístas, uma multidão subsidiada que o tempo se encarregou de jogar na lata de lixo. O pensamento russo só sobreviveu no exterior, integrado na cultura europeia ou americana, com Berdiaev, Chestov, Sorokin. A imaginação literária só veio a se recuperar a partir dos anos 1950, mas no subterrâneo, longe da cultura oficial, com Soljenítsin, Bukovski, Zinoviev. E não é preciso dizer que a inspiração para isso veio principalmente do antigo messianismo de Dostoiévski e Soloviev.

O que sucedeu na cultura literária e filosófica reproduziu-se, com exatidão milimétrica, na economia. Aqueles que se acostumaram a imaginar o tzarismo sob o aspecto estereotipado da “repressão”, do “atraso” e da “decadência” ignoram solenemente os fatos principais do período: a progressiva abertura da burocracia para elementos vindos de fora da camada aristocrática (inclusive judeus) e a industrialização acelerada. Nos cinquenta anos que antecederam a revolução comunista, a economia russa foi a que mais cresceu na Europa, deixando longe a Inglaterra e a Alemanha, que então pareciam ser as encarnações mesmas do progresso e das luzes, e só encontrando rival do outro lado do

oceano, nos Estados Unidos da América. Se o regime tzarista não tivesse sido destruído pela Primeira Guerra Mundial e pela subsequente ascensão dos comunistas, o simples crescimento vegetativo da economia teria acabado por dar aos russos, por volta de 1940, um padrão de vida comparável ao dos americanos. Em contraste com isso, na União Soviética dos anos 1980 o cidadão médio consumia menos carne do que um súdito pobre do tzar um século antes e tinha menos acesso a automóveis, assistência médica e serviços públicos em geral do que os negros sul-africanos vivendo sob o regime humilhante do *apartheid*. Nada está na realidade política de um país que não esteja primeiro na sua literatura.

O exemplo russo é só um entre muitos. O utopismo abstrato da Revolução Francesa, que num choque de realidade acabou levando a resultados tão paradoxais quanto o terror, a ditadura napoleônica e a restauração monárquica, foi antecedido de pelo menos meio século de linguagem abstratista, forçada, artificial e artificiosa, que sufocava a experiência direta sob toneladas de construções idealísticas sem pé nem cabeça. O processo foi descrito e analisado com muita acuidade por Hyppolite Taine em *Les Origines de la France Contemporaine*, uma das obras históricas mais notáveis de todos os tempos. Na Alemanha e na Áustria, a longa degradação da linguagem pública, contra a qual em vão reagiram Karl Kraus e Stefan George, é hoje reconhecida como um dos fatores que tornaram possível a ascensão do irracionalismo nazista. De modo geral, a explosão de cacofonias na literatura modernista anunciou e preparou o caminho para a invasão dos totalitarismos. Já não há como negar isso depois desse *tour de force* historiográfico que é *Rites of Spring. The Great War and the Birth of the Modern Age*, de Modris Eksteins.********** Não, Hofmannsthal não deu um palpite a esmo: se nada está na política que não esteja antes na literatura, é pela simples razão de que a imaginação vem antes da ação. Se há uma “lei histórica” que funcione, é essa. Digo-o entre aspas porque não é uma lei histórica; é um dado estrutural da ação humana que nenhuma mutação histórica pode alterar.

Se o leitor compreendeu isso, com muita facilidade perceberá a loucura suicida que foi confiar os destinos do Brasil a uma corrente político-ideológica que, dos anos 1970 até hoje, se empenhou sistematicamente em destruir a cultura superior do país e de modo especial a sua literatura,[55] mediante a submissão de tudo às exigências estratégicas e táticas da “revolução cultural” de Antonio Gramsci.

O entorpecente gramsciano penetrou no cérebro nacional a partir da publicação das obras do ideólogo italiano pelo editor comunista Ênio Silveira, logo depois do golpe de 1964.[56] Na confusão geral que se apossou das esquerdas ante o fracasso de suas esperanças de cubanização rápida e indolor da sociedade brasileira, uma ala mergulhou na leitura das idiotices de Régis Débray e Che Guevara, torrando suas energias na “revolução impossível” das guerrilhas. Outra, mais esperta, recuou e apostou na estratégia de longo prazo que propunha ir conquistando o universo inteiro das artes, do ensino, da cultura, do jornalismo — discretamente, como quem não quer nada — antes de arriscar a sorte na luta direta contra o inimigo político.

O governo militar, obsediado pelo empenho de reprimir as guerrilhas, não ligou a mínima para esses empreendimentos pacíficos, aparentemente inofensivos. Fez vista grossa e até os apoiou como derivativo e alternativa aceitável à oposição violenta. A ideia gramsciana foi tão bem-sucedida que, já em plena ditadura militar, a esquerda mandava nas redações, marginalizando os direitistas mais salientes — Gustavo Corção, Lenildo Tabosa Pessoa — até excluí-los totalmente das colunas de jornais. O esquerdismo controlava tão eficazmente o sistema de ensino, que a própria disciplina de Educação Moral e Cívica, timidamente instituída por um governo que se abstinha de estender ao campo cultural a autoridade de que desfrutava na área policial-militar, acabou fornecendo uma tribuna para a disseminação das concepções “politicamente corretas” que vieram a forjar a mentalidade das gerações seguintes. No teatro, no cinema e na TV, a autoridade da esquerda pode ser medida pelo poder inconteste de veto ideológico exercido, na seleção das novelas da Globo — o mais vasto aparato

de formação do imaginário popular —, pelo casal de militantes comunistas Dias Gomes e Janete Clair. Idêntica filtragem aconteceu no movimento editorial. Aos poucos, todos os autores não aprovados pelo Partido Comunista desapareceram das livrarias, das bibliotecas escolares, dos programas universitários, e isto ainda na vigência de um regime cuja fama de anticomunista intolerante era apregoada aos quatro ventos pelos próprios comunistas que se beneficiavam de sua sonsa tolerância e omissão ideológica.

Em toda a esfera cultural, artística, escolar e jornalística, a única diferença que se viu, com o fim da ditadura, foi a passagem da hegemonia tácita da esquerda ao domínio explícito e, agora sim, intolerante. A confortável hospitalidade com que, no tempo dos militares, esquerdistas notórios eram aceitos nos mais altos postos do jornalismo, do ensino e do show business contrasta de tal modo com a exclusão radical dos direitistas hoje em dia que a aplicação do termo "ditadura" à primeira dessas épocas e "democracia" à segunda acaba soando singularmente irônica. Na época havia, é claro, o jornalismo "nanico", *soi disant* alternativo à grande mídia. Mas esta última estava quase que inteiramente nas mãos de esquerdistas como Cláudio Abramo, Luiz Alberto Bahia, Alberto Dines, Luiz Garcia e outros tantos, de modo que a diferença com os nanicos era antes de estilo que de conteúdo. Hoje, os jornalistas "de direita" estão todos na mídia nanica. Os poucos que ainda aparecem nas páginas dos grandes jornais são apenas colaboradores contratados. Nem entram nas redações.

O total domínio da cultura por uma corrente política, qualquer que seja, constitui já um mal em si. Mas o que aconteceu no Brasil foi muito mais grave:

1) Aquele domínio implicava, desde logo, o rebaixamento proposital do nível de exigência, em vista da ampliação semântica do termo "intelectual", que no contexto gramsciano abrange a totalidade dos indivíduos, com qualquer nível de instrução ou QI, que possam atuar na propaganda ideológica. Daí derivou a promoção de sambistas, roqueiros, publicitários e strip-teasers ao estatuto de "intelectuais", que resultou, em última análise, nesse descalabro da promoção do sr. Gilberto Gil ao cargo de ministro "da cultura".

2) O próprio termo "cultura" perdeu toda acepção qualitativa e pedagógica, reduzindo-se ao seu uso antropológico como denominação neutra e geral das "formas de expressão" populares. Nesse sentido, o samba de roda do Recôncavo Baiano deve ser incluído, segundo aquele ministro, entre os grandes tesouros culturais da humanidade, junto com a filosofia de Aristóteles, a Catedral de Chartres e a mecânica quântica. *Todo es igual, nada es mejor*.

3) De maneira mais genérica, toda diferenciação do melhor e do pior, do mais alto e do mais baixo acabou sendo condenada como discriminatória e até racista. Milhares de livros e teses universitárias foram produzidos para consagrar como fundamento da cultura brasileira a proibição de distinguir[57] (que não obstante continuou sendo usada contra "a direita").

4) Para legitimar o estado de total confusão mental daí decorrente, introduziram-se os princípios do relativismo[58] e do desconstrucionismo, que, a pretexto de promover um pensamento supralógico, destroem nos estudantes até mesmo a capacidade de raciocínio lógico elementar, substituída por uma verborreia presunçosa que lhes dá uma ilusão de superioridade justamente no momento em que mergulham no mais fundo da estupidez.

5) Uma vez amortecida a capacidade de distinção, foi fácil disseminar por toda a sociedade os contravalores que deram forma ao Estatuto da Criança e a outros instrumentos legais que protegem os criminosos contra a sociedade, criando propositadamente o estado de violência, terror e anomia em que hoje vivemos, e do qual a própria esquerda se aproveita como atmosfera propícia para o comércio de novas propostas salvadoras.

Uma corrente política capaz de rebaixar a esse ponto a inteligência e a capacidade de discernimento de um povo não hesitará em destruir o país inteiro para conquistar mais poder e realizar os planos concebidos em encontros semissecretos com movimentos revolucionários e organizações criminosas

do exterior.

A esquerda brasileira — toda ela — é um bando de patifes ambiciosos, amorais, maquiavélicos, mentirosos e absolutamente incapazes de responder por seus atos ante o tribunal de uma consciência que não têm.

Está na hora de o país retirar de uma vez o voto de confiança que deu a essa gente num momento de fraqueza fabricado por ela própria.

9. HOSPÍCIO

O Brasil falante

Diário do Comércio, 28 de fevereiro de 2011

Quanto mais de longe se olha o Brasil, mais se vê que não é um país: é um hospício. Um hospício sem médicos, administrado pelos próprios loucos que se imaginam médicos.

Nada aí funciona segundo os preceitos normais do cérebro humano. É o perfeito "mundo às avessas" do dr. Emir Sader — chefe do conselho médico desde que o dr. Simão Bacamarte deixou este baixo mundo.

A loucura não vem de hoje. Certo dia, após uma das minhas aulas na PUC do Paraná, reuniu-se um grupo de alunos para ouvir e apoiar o protesto de um deles, que, entre lágrimas — sim, entre lágrimas —, clamava contra o que lhe parecia uma depreciação infamante da cultura nacional. "Onde já se viu — soluçava o rapaz — chamar de decadente e miserável um país que tem intelectuais da envergadura de Chico Buarque de Holanda?"

Eu soube do caso por terceiros, mas se ali estivesse teria gravado o episódio em vídeo, para ilustrar as aulas subsequentes, quando voltasse ao tema da patologia mental brasileira. A destruição da cultura superior evidencia-se não somente na desaparição dos espíritos criadores, mas na inversão da escala de julgamentos: na ausência de qualquer grandeza à vista, a pequenez torna-se a medida da máxima grandeza concebível. Pois um professor gaúcho não chegou a proclamar o referido Chico um artista universal da envergadura de Michelangelo? Seria preciso anos de exercícios de percepção para fazer ver a essas criaturas que numa só pincelada de Michelangelo há mais riqueza de intenções, mais informação essencial, mais intensidade de consciência do que em tudo o que se publicou no Brasil sob o rótulo de "literatura" desde a década de oitenta, da autoria de não sei quantos Chicos. Mas a mera sugestão de que deveriam submeter-se a esse aprendizado lhes soaria brutalmente ofensiva — uma prova de autoritarismo fascista. A ideia mesma de que a literatura deva refletir uma intensidade de consciência, uma riqueza de experiência humana, acabou por se tornar incompreensível quando tudo o que se espera é, na mais ambiciosa das hipóteses, que o artista invente variações engraçadinhas para os slogans de praxe (isso é a definição de Chico Buarque de Holanda, com a diferença de que ele já não é mais tão engraçadinho).

Nos anos mais recentes, porém, a situação agravou-se para além da possibilidade de uma descrição de conjunto. O máximo que se pode fazer é chamar a atenção para detalhes significativos, na esperança de que o interlocutor vislumbre a gravidade da doença pelo sintoma isolado. Um desses sintomas é a decomposição do idioma. Dou graças aos céus por não ser escritor de ficção nos dias que correm, quando se tornou impossível conciliar linguagem coloquial e correção da gramática. Leiam Marques Rebelo ou Graciliano Ramos e entenderão o que estou dizendo. Os personagens deles falavam com extrema naturalidade sem incorrer em solecismos. Hoje em dia, tudo o que se pode fazer é escrever como gente nos trechos narrativos e descritivos, deixando que nos diálogos os personagens

falem como macacos *nerds*. É a literatura exemplificando o abismo entre a linguagem culta e a fala cotidiana. Mas a existência desse abismo prova, ao mesmo tempo, a inutilidade social de uma literatura que já não poderia ser compreendida pelos seus próprios personagens.

Antigamente, esse dualismo extremo de linguagem culta e vulgar só aparecia quando o autor queria documentar a fala das classes muito pobres, afastadas da civilização por circunstâncias econômicas ou geográficas insanáveis. Na era Lula, tornou-se necessário usá-lo para reproduzir a fala de um presidente da República — e, depois, a de senadores, deputados, líderes empresariais e *tutti quanti*. Um jornalista decente já não pode escrever na linguagem de seus entrevistados. Não há mais medida comum entre a consciência e os dados que ela apreende. Isso é o mesmo que dizer que já não é mais possível elaborar intelectualmente a realidade, ao menos sem improvisar arranjos linguísticos que estão acima do alcance da maioria.

Alguns ouvintes já entenderam que a linguagem paradoxal do meu programa *True Outspeak* — explicações eruditas entremeadas de palavrões grosseiros — é um esforço barroco, talvez falhado, de sintetizar o insintetizável, de resgatar para a esfera da alta cultura a fala disforme e quase animal do novo Brasil. Muitos nem percebem a diferença entre a linguagem tosca e sua imitação caricatural.

Gansos que falam

O Globo, 24 de agosto de 2002

O trabalhador inculto é apegado demais a seus costumes para deixar-se influenciar por novidades. O homem de espírito superior tem aquela intelecção direta e pessoal que prescinde da aprovação grupal e até a despreza. Resta, no meio, a multidão dos escravos da moda: estudantes, jornalistas, pequenos literatos, fabricantes de discursos partidários — o “proletariado intelectual”, como o chamava Otto Maria Carpeaux. A maior loucura do mundo moderno foi ter feito dessa categoria de pessoas, sob o nome de *intelligentzia*, a guiadora e mestra de seu destino. Essa gente supremamente verbosa, oca e imbuída do mais elevado conceito de si mesma retribuiu a gentileza criando o fascismo, o nazismo e o socialismo e matando em um século mais gente do que a soma de todas as tiranias antigas, com terremotos e epidemias de acréscimo.

Todas as civilizações confiaram-se ao guiamento luminoso de uns poucos sábios e ao conservadorismo obstinado dos homens do povo. Só a nossa confiou-se a um exército de tagarelas imbuídos do dever sacrossanto de destruir o que não compreendem. E depois se queixa de que está sendo destruída.

S. Paulo Apóstolo disse que o demônio nos cercaria pela direita e pela esquerda, pela frente e por trás. Significativamente, não disse “por cima” nem “por baixo”. O que nos eleva até Deus ou firma nossos pés no solo está livre do influxo demoníaco. Restam, entre o céu e a terra, as quatro direções horizontais, o “mundo intermediário”, o *mezzo del cammin* onde os demônios arrastam no seu giro louco as ambições da inteligência vã que se imagina criadora.

A democratização do ensino, abolindo as barreiras econômicas, deveria ter instituído barreiras intelectuais em compensação, para impedir que a descida do padrão social trouxesse, de contrabando, uma queda do nível de consciência. A nova elite de pés-rapados talvez fosse menos numerosa, mas teria superado em mérito e qualidade suas antecessoras. Na verdade, o que se fez foi o contrário: já que o ensino é para todos, por que haveria de ser um ensino de elite? Para qualquer um, basta qualquer coisa. A massa dos neoletrados, lisonjeada até as nuvens, corre às escolas, às livrarias, à mídia, aos teatros e aos cinemas para receber sua ração diária de lixo, que ela imagina superior à educação de um nobre do Renascimento ou de um clérigo do século XIII. Qualquer garoto de escola, incapaz de

soletrar, se crê um portador das luzes, por haver nascido depois de Platão. Qualquer cronista de província fala com desprezo das “trevas do passado”.

Entre o homem que sabe e o que não sabe, dizia Montaigne, há mais diferença do que entre um homem e um ganso. Quem quer que tenha algum conhecimento do que foi a educação nos séculos antigos não pode deixar de sentir-se deprimido até as lágrimas ao contemplar hoje a multidão dos gansos que falam. E como falam!

Pois o mais incrível é a facilidade, a desenvoltura com que qualquer um, consciente de não possuir em pessoa determinados conhecimentos, se atribui os méritos deles por algum tipo de participação mística no “espírito da época”, baseado na simples crença de que existem em algum lugar, em alguma biblioteca, em algum banco de dados. Sim, decerto existem, mas a informação de que existem deveria dar a cada cidadão a medida da sua ignorância. Em vez disso, infunde-lhe o sentimento insano da própria sabedoria.

Se não fosse essa falsa certeza, alicerçada no *argumentum ad ignorantiam* que proclama inexistente o que o ignorante desconheça, não existiria nenhum “direito alternativo”, nenhuma “teologia da libertação”, nenhum desses monumentos de arrogância imbecil voltados contra tesouros espirituais que, por estar acima da compreensão do intelectualzinho médio, podem ser facilmente negados, desprezados ou usados como bodes expiatórios dos crimes do próprio intelectualzinho médio.

Pois este, hoje, tornou-se inacessível e coriáceo. Cada aula que recebe, cada livro que lê, cada programa de televisão que o desgraçado assiste o reforça mais ainda na sua certeza louca, ao exaltar a superioridade do “nosso tempo” sem lembrar-lhe que essa superioridade é apenas de registros materiais acumulados, não transmissível por osmose a quem não os decifre pessoalmente. Claro: esse lembrete seria demasiado constrangedor. A consciência dos valores civilizacionais milenares tornou-se o mais inestimável dos bens. Inestimável e quase inacessível. Seu preço é alto demais: a humilhação do filho do século. Os ricos pagam fortunas para não passar por isso. Os pobres, para evitá-lo, derramam o próprio sangue em revoluções inúteis.

Não é a menor das ironias da situação o fato de que, sem deixar de percebê-la por completo, a *intelligentzia*, em vez de reconhecê-la como obra sua, culpe por ela algum fator econômico-social externo, prometendo coisa melhor para a próxima sociedade, a ser sacada da cartola de algum “direito alternativo” ou “teologia da libertação”. E assim o mal se perpetua, fortalecido pelas promessas de extingui-lo.

Contra essas promessas, resta a pergunta: o que sobrou de oitenta anos de produção escrita da *intelligentzia* soviética? Nunca houve tantos sábios como naquela república celeste onde os verdureiros tinham diplomas de ph.D. e na qual, profetizava Trótski, cada mecânico de automóveis seria um novo Leonardo Da Vinci. Onde foram parar aquelas toneladas de tratados, de teses acadêmicas, de ensaios magistrais? Nada sobrou. Nem mesmo na China se lê mais essa formidável porcariada. Nem em Cuba. Mas isso não é problema: se a importação de tolices soviéticas acabou, a produção das universidades ocidentais tornou-se autônoma. Não haverá escassez de Negris e Chomskis no mercado.

A revolução dos loucos

Zero Hora, 24 de março de 2002

Nos anos que precederam a revolução nazista, os sinais da demência em ascensão foram muito bem captados pelos intelectuais e artistas alemães. Um dos documentos reveladores da época é o romance *Ulrike* de Jacob Wassermann, história da mocinha enfeitiçada que, investindo-se da autoridade

caprichosa de uma deusa maligna, se infiltra numa família com o único propósito de desgraçá-la. O tema do juiz insano, que toma seu rancor arbitrário como manifestação terrena de uma lei superior, aparece também na obra-prima de Wassermann, a trilogia *Etzel Andergast*. Etzel é um adolescente sonhador, filho de um importante magistrado. Um dia, descobre que seu pai cometeu um erro judiciário e decide investigar por conta própria para reparar o equívoco. Consegue seu objetivo, destruindo a reputação do pai. Quando o leitor está persuadido de que Etzel é a encarnação do autêntico espírito de justiça contra a maldade e a loucura em torno, o herói de repente revela toda a sua própria maldade e loucura, traindo e humilhando covardemente seu bondoso mestre e protetor, Joseph Kerkhoven: a "justiça" de Etzel era apenas autolatria sociopática, incapacidade de respeitar qualquer valor ou autoridade.

Como testemunho dos tempos, o jornalismo não ficou atrás da grande literatura: numa série de artigos brilhantes, Karl Kraus assinalou, na decadência acelerada do idioma alemão, a queda de nível da consciência nacional.

Mas o esgueirar soturno das forças demoníacas também foi captado pelo cinema, especialmente o de Fritz Lang, cuja série *Doutor Mabuse* apresenta o personagem fantástico do gênio maligno que, recolhido ao manicômio judiciário, arregimenta os internos para uma revolução dos loucos — e toma o poder. Em *M — o Vampiro de Düsseldorf*, a inversão dos valores já é completa: a polícia, incapaz de encontrar o assassino estuprador que aterroriza a cidade, é substituída pelo banditismo organizado, que se arregimenta para liquidar o criminoso avulso que lhe atrapalha os negócios.

Na raiz da demência em ascensão, estava a politização fanática da vida humana, no sentido de Carl Schmitt. O grande estudioso, que flertou com o nazismo o bastante para passar o resto de seus dias num perene *mea culpa*, definia (e apreciava) a política como aquilo que sobra no fundo da sociedade quando toda arbitragem racional dos conflitos desaparece e é substituída pelo confronto direto dos "amigos" com os "inimigos". Aí o crime, o pecado, a mentira já não são males: o único mal é praticá-los contra "os amigos". No fim, os "inimigos" são suprimidos. Resta apenas a tirania dos "amigos", numa celebração feroz do unanimismo triunfante.

Nenhuma inteligência, nenhuma virtude, nenhum senso de honra sobrevivem a isso. Na década que preparou a ascensão do nazismo, tudo se politizou na vida alemã. Na mesma medida, tudo se prostituiu.

No Brasil, língua, consciência, segurança e moralidade se esfarelam a olhos vistos, com a mesma rapidez do que se passou na Alemanha. Tudo se politiza e se prostitui, e os próprios politizadores, agentes da dissolução, são os primeiros a denunciá-la como obra dos "inimigos", de modo que todos os rancores acabem desaguando na esperança insana do unanimismo vingador.

Tudo, nessa atmosfera, lembra a Alemanha pré-nazista. Tudo, exceto uma coisa: os sinais de consciência disso estão ausentes na literatura, nas artes, no jornalismo. Não parece haver, entre nossos romancistas, contistas, cineastas e cronistas um único que, nadando a contracorrente da loucura, seja capaz de captá-la e descrevê-la. Nossas letras não fazem senão repetir os lugares-comuns do discurso político *enragé*, engrossando, pela redundância obsessiva e pela retórica da indignação estereotipada, o caldo fervente da revolução em marcha.

O motivo da diferença é óbvio. A cultura da Alemanha tinha toda uma tradição de *apolitheia*, toda uma nobre linhagem de escritores e sábios apolíticos que, por isso mesmo, souberam compreender o horror da politização. Nessa hora, foram os grandes apolíticos que souberam fazer política superior, aquela política que serve à inteligência e à moralidade em vez de servir-se delas.

No Brasil, ao contrário, a política, tradicionalmente, domina tudo. Já era assim no tempo do Império — nossos escritores eram deputados, ministros, diplomatas — e se tornou pior ainda com o advento da influência marxista que, não querendo "compreender o mundo, mas transformá-lo", consegue apenas transformá-lo num inferno incompreensível.

Por isso nossos intelectuais, em vez de dar um testemunho da loucura dos tempos, não fazem senão alimentá-la com sua própria loucura. Querem um exemplo?

A carta do PCC ao Comando Vermelho, publicada em *O Globo* de 9 de março, revela que o banditismo organizado assimilou as lições de Marcuse e Hobsbawn[59] e já tem uma visão de si como força revolucionária, investida de uma missão histórica transcendente e imbuída de uma noção sublime da própria superioridade moral perante o Estado e a sociedade. É o espírito de Ulrike encarnado no lumpemproletariado nacional, pronto a transfigurar-se em dr. Mabuse.

A intelectualidade esquerdista é moralmente culpada por isso. O mentor do Comando Vermelho, William Lima da Silva, o "professor", jamais teria deixado de ser um obscuro personagem do noticiário local para tornar-se uma liderança nacional se suas pretensões não tivessem sido legitimadas em 1996 pela festiva acolhida do seu livro *Um contra mil*, glorificação idiota de sua carreira de crimes, prestigiada por um prefácio do dr. Rubem César Fernandes e pelo badalado lançamento na sede da ABI, sob as bênçãos centenárias do inatacável Barbosa Lima Sobrinho. Na época, nenhum dos envolvidos no episódio tinha a menor dúvida de que o lançamento era um ato político, destinado, se não a consagrar o banditismo como protesto social, ao menos a solapar a legitimidade da repressão estatal.

Hoje, ninguém responderá pelas consequências hediondas desse ato político. A intelectualidade não pode nem sequer tomar consciência do estado de coisas, quando a culpa pela instauração dele lhe incumbe diretamente. Nossos doutores Mabuses estão subindo ao poder com a ajuda de milhares de Etzels Andergasts.

10. CONSPIRAÇÃO

Teoria da conspiração

Jornal da Tarde, 18 de setembro de 2003

Não creio ter merecido a gozação que o caro embaixador Meira Penna fez comigo no *JT* do dia 15, ao dizer que atribuo o esquerdismo febril da nossa mídia a "uma conspiração com centro diretor em Moscou".

Doravante, meus detratores poderão alegar que até um de meus melhores amigos, intelectual digno de todo o respeito, me cataloga entre os teóricos da conspiração. Mas é claro que o embaixador não quis nada disso: apenas abreviou em excesso uma referência que, por extenso, ocuparia todo o seu artigo. Compactada até o absurdo, virou caricatura, facilitando involuntariamente a negação maliciosa dos fatos que o próprio Meira Penna denunciava.

O expediente usual de quem nada tem a responder a uma denúncia irrefutável é deformá-la por meio de um rótulo pejorativo — e "teoria da conspiração" é pejorativo o bastante para colocar o acusado sob suspeita de delírio paranoico. O próprio embaixador, malgrado suas precauções, não escapará dessa rotulação.

É verdade que a maioria dos usuários do termo só soube dele pelo filme com Mel Gibson e Julia Roberts, mas isso só dá ainda maior eficácia ao seu emprego difamatório, pois a plateia também está por fora do assunto e nada tem mais força persuasiva do que a cumplicidade espontânea de duas ignorâncias. Se você quer ser acreditado sem a mínima contestação, fale sobre coisas das quais nada sabe a alguém que delas tudo ignore. É infalível. Na ausência total de referência objetiva, a unanimidade sonsa é uma tábua para os náufragos.

É óbvio que nunca expliquei o esquerdismo da mídia por qualquer conspiração, e sim pela

hegemonia de um movimento de massas que, pelo seu próprio tamanho, é o inverso de uma conspiração. A dominação esquerdista é gritante, escancarada e cínica, a ponto de nem sequer precisar responder aos seus críticos. Conspiração é, ao contrário, uma trama secreta com objetivos pontuais, urdida entre o menor número possível de participantes para evitar vazamentos, e posta em execução pelos meios mais discretos à disposição dos interessados. Uma "teoria da conspiração" é o oposto exato da explicação fundada numa estratégia ampla e de longo prazo como a da "revolução cultural" gramsciana.

Mas não importa: no Brasil os termos correntes do vocabulário político nunca são usados para designar os objetos que lhes correspondem, mas para expressar os sentimentos toscos e confusos de adesão ou repulsa que se agitam na alma do falante. Por isso mesmo, as genuínas teorias da conspiração nunca são impugnadas como tais. São aceitas, ao contrário, como verdades de senso comum, com a condição única de que o suspeito da trama seja norte-americano. A população brasileira está maciçamente persuadida de que a CIA matou Kennedy, de que o Pentágono montou o golpe militar de 1964 no Brasil e o de 1973 no Chile, e de que um grupo de astutos capitalistas do petróleo planejou a invasão do Iraque. Se, porém, desafiando as coerências estereotipadas, você informa que Jimmy Carter usou o FMI para estrangular o governo Somoza e entregar o poder aos sandinistas, que Bill Clinton cedeu à China segredos nucleares vitais depois de eleito com verbas de propaganda chinesas, e que Al Gore é acionista de uma empresa que fez lavagem de dinheiro para o Comintern, você é carimbado imediatamente de "teórico da conspiração", embora nem de longe esteja falando de conspirações e sim de dados oficiais, públicos e amplamente documentados.

"Teoria da conspiração" é, igualmente, qualquer menção, por mais leve e indireta, à ação do KGB no mundo, quanto mais no Brasil. O KGB, no imaginário nacional, é uma entidade etérea e inexistente, criada pela engenhosidade pérfida de conspiradores anticomunistas. Documentos, testemunhos, análises, bibliotecas inteiras nada podem contra a força obstinada dos símbolos mágicos inoculados, desde os bancos escolares, no fundo das almas de milhões de brasileiros.

Em suma, "teoria da conspiração" é uma dentre mil muletas léxicas a serviço dos deficientes mentais loquazes que orientam e dirigem o país. Se, de passagem, um escritor sério se permite usar o termo no sentido enganoso consolidado pelo uso mágico, isto só prova que o domínio exercido pelos pajés esquerdistas sobre o ambiente mental da taba não é uma conspiração, mas o efeito difuso da lenta e profunda impregnação hegemônica do vocabulário: num momento de distração, até o homem honesto acaba falando na língua deles.

Falsos segredos

Diário do Comércio, 14 de janeiro de 2010

Não há, no jornalismo ou nos debates em geral, atitude mais indigna, mais abjeta e, no fundo, mais ridícula, do que tentar impugnar uma denúncia sob o pretexto de que ela é "teoria da conspiração". Numa era em que as polícias secretas, os serviços de inteligência e as organizações clandestinas de toda sorte cresceram até alcançar dimensões planetárias e agiram mais intensamente do que em qualquer outra época da história, a presunção de tudo explicar só pelos fatos mais visíveis e notórios é, francamente, de uma estupidez sem limites. Não estranha que essa recusa dogmática de encarar o óbvio tenha instalado suas trincheiras precisamente na mídia e nas instituições de ensino — os dois pilares em que se assenta o trono da ignorância contemporânea. Quando entidades tão vastamente poderosas como o Grupo Bilderberg[60] (ou em escala local, o Foro de São Paulo) são tratadas como inexistentes ou irrelevantes, ao mesmo tempo que os formadores de opinião tentam impingir a si

próprios e ao mundo a mentira tola de que não existe poder fora das entidades oficiais e dos interesses financeiros mais patentes, está claro que o debate público se tornou apenas uma modalidade coletiva de defesa psicótica contra a realidade.

Porém, como toda crença imbecil que se arraiga na alma das multidões, essa também é uma profecia autorrealizável. A proibição de discutir seriamente um assunto importante faz com que dele se apossem charlatães, malucos e gozadores que, por impulso próprio ou mesmo a serviço de entidades interessadas em camuflar seu segredo sob densas camadas de lendas e mentiras, dejetam no mercado uma inesgotável subliteratura com presunções de "história secreta", alimentando no público as fantasias mais extraordinárias e atravancando de detritos o caminho do estudioso sério que busque se orientar nessa *selva selvaggia*. É a profusão desses fenômenos que infunde na expressão "teoria da conspiração" uma carga pejorativa que o termo, por si, não comporta, fazendo dela uma vacina quase infalível contra a percepção de fatos genuínos e bem-comprovados.

Boa parte desse lixo editorial pode ser identificada à primeira vista por um traço comum: organiza montanhas de informações, linearmente coerentes — mas protegidas de qualquer confronto com as informações adversas —, para provar que todo o mal do mundo provém de uma determinada fonte em particular, que em si mesma nada tem de secreta. Os culpados de plantão *full time* são os judeus, a maçonaria, a Igreja Católica, o Império Britânico e a CIA (o KGB é misteriosamente poupada: os livros contra ela acusam-na quase sempre de algum delito específico e até minimizam a dimensão do seu poder geral). O remédio mais eficaz contra esse tipo de intoxicações é ler vários desses livros de uma vez, misturados, de modo a que a profusão de suspeitos dissolva as acusações pendentes contra cada um em particular e, ao fim da leitura, você se veja obrigado a admitir que está de volta ao ponto em que estava antes de começá-la: você não tem a menor ideia de quem é o culpado dos males do mundo. Isso é tudo o que você pode aprender com esse gênero de livros. Nesse sentido, são até úteis: a confissão de ignorância é o começo da ciência.

O segundo passo é admitir algo que deveria ser autoevidente desde o início: não é possível que todos os empreendimentos secretos sejam obra de entidades publicamente conhecidas. Pelo menos algumas organizações secretas devem ser realmente secretas, o que significa que nem mesmo se parecem com organizações. Por exemplo, os acordos discretos entre famílias arquipoderosas, os pactos informais entre megaempresários, o juramento de obediência de um fiel islâmico a um *sheikh* que ninguém de fora conhece, as seções mais interiores dos serviços de inteligência (ignorados até pela massa de seus servidores oficiais), as esferas mais altas e reservadas de algumas sociedades ocultistas, as conexões discretas entre organizações criminosas e entidades legalmente constituídas: nada disso tem sequer um nome, nada disso é propriamente uma "organização" ou "entidade", mas um pouco de estudo basta para mostrar que aí estão as fontes invisíveis de muitas decisões históricas, frequentemente catastróficas, que proliferam em efeitos horrivelmente visíveis quando já ninguém tem condições de averiguar de onde vieram. Não tendo um nome pelo qual identificá-las, designamos essas redes de conexões, em geral, pelas denominações das entidades mais ostensivas que lhes servem de canal, de ocasião ou de camuflagem. Dizemos que tal ou qual medida foi imposta pelo Grupo Bilderberg, ou pelo *Council on Foreign Relations*, quando na verdade veio de meia dúzia de membros dessas entidades, unidos sem rótulo ou bandeira, frequentemente pelas costas dos demais. Dizemos que tal ou qual desgraça foi tramada pelo Foro de São Paulo, mas queremos nos referir a conversações discretas entre tipos como Fidel Castro, Raúl Reyes[61] ou Lula, travadas longe das assembleias e grupos de trabalho daquele órgão.[62] Esse uso dos nomes de entidades — praticamente o único à disposição de quem deseje falar desses assuntos — é indireto, metonímico. Não designa o sujeito real da ação, mas uma de suas aparências. Aí torna-se fácil, para o guardião do segredo, absolver o culpado mediante a simples artimanha verbal de inocentar as aparências. Praticamente tudo o que se escreve na mídia sobre o Foro de São Paulo, sobre os Bilderberg, sobre o CFR, sobre governo mundial e assuntos

correlatos vem contaminado por esses equívocos propositais.

Ocultistas devotos professam a crença de que “o segredo se protege a si mesmo”. Crença falsa. O que protege o segredo são os falsos segredos.

Credibilidade zero

Diário do Comércio, 14 de agosto de 2012

Praticamente tudo o que se lê na mídia brasileira sob o rótulo de “análise política” não passa da elaboração apressada de fatos que o comentarista extraiu da própria mídia. É a imagem popular do mundo maquiada na linguagem do manual de redação. Nada mais.

Não é uma coisa séria. É *show business*, é diversão pública, é circo. Não existe para orientar o leitor, mas para mantê-lo satisfeito com um estado habitual de desorientação no qual se sente informadíssimo e repleto de certezas.

Análise política séria supõe informações ao nível dos melhores serviços de inteligência, trabalhadas por uma consciência longamente adestrada na meditação da história, da filosofia e da ciência política.

Isso está tão acima das possibilidades do comentarista vulgar que, confrontado com algo do gênero, o infeliz se sente perplexo ante o inusitado e reage com aquela típica irritação neurótica da burrice humilhada.

Em tal circunstância, exclamações de “teoria da conspiração!” emergem da sua boca quase que por reflexo condicionado.

Chamar uma ideia de “teoria da conspiração” não é refutá-la; é apenas xingá-la. Xingar é o que você faz quando chegou ao último limite da sua capacidade e não conseguiu nada. (Favor não confundir xingamento com palavrões humorísticos usados para fins de sátira nos momentos apropriados.)

Diagnósticos de paranoia, de visão delirante, aos quais também muitos recorrem nessas ocasiões, só valem quando embasados em algum conhecimento de psicologia clínica, que invariavelmente falta a quem usa desses termos como descarga de um sentimento de inferioridade insuportável.

Não por coincidência, análises sérias, tão escassas nas páginas de política, não faltam naquele setor especializado do jornalismo que se dedica à economia e aos investimentos. É que o público dessa seção é exigente, conhece o assunto, paga bem e quer opiniões sólidas. Não é um bando de sonsos em busca de alívio.

Nenhum empresário ou investidor aceitaria como analista econômico um amador que tivesse como única ou predominante fonte de informações a própria mídia popular na qual escreve. Mas o amador assim descrito é a própria definição do que se entende por “analista político” no Brasil. É um sujeito que não conhece os clássicos da filosofia política, não lê revistas científicas da sua área, não tem a menor ideia de como funcionam os serviços secretos dos diversos países, não pesquisa fontes de informação discretas, e, enfim, acredita que o mundo é realmente como sai na mídia. Pratica, em resumidas contas, aquilo que um jornalista de verdade, Rolf Kuntz, chamava de autofagia jornalística: escreve nos jornais aquilo que leu nos jornais.

Quando digo que isso é “praticamente tudo”, e não “tudo”, é porque, descontados dois ou três sobreviventes do jornalismo às antigas, há ainda um segundo grupo de exceções notáveis: são os desinformantes profissionais ou agentes de influência. Pagos por organizações partidárias, por governos estrangeiros, por elites bilionárias ou por organizações revolucionárias internacionais (fontes que às vezes se mesclam e se confundem), mentem mais que a peste, mas mentem com método, segundo um plano racional, às vezes sofisticadíssimo, que o analista habilitado discerne nas entrelinhas e que é, por si, informação fidedigna, às vezes da mais alta qualidade.

Esses profissionais da desconversa são raros, mas não inexistentes na mídia nacional. É preciso muita prática para distingui-los da massa dos seus papagaios e clones, que aceitam as mentiras deles por hábito e as repassam por automatismo. Quando uma informação falsa se tornou de domínio público, é quase impossível rastrear-lhe a fonte, a qual só aparece, quando aparece, na rara hipótese de um agente arrependido dar com a língua nos dentes, quase sempre trinta ou quarenta anos depois de a coisa ter perdido toda importância estratégica.

A ocorrência desses casos permite medir a confiabilidade média do jornalismo político, quase matematicamente, pelo tempo decorrido entre o engodo inicial e o reconhecimento público do engano quando o autor da façanha, ou a revelação de documentos reservados, finalmente fornece à classe jornalística os meios de corrigir-se.

Por exemplo, a onda de pânico da mídia europeia ante a "ameaça neonazista" na Alemanha cessou quando, com a reunificação do país, os documentos da Stasi vieram à tona, mostrando que os principais movimentos neonazistas na Alemanha Ocidental, e até alguns nas nações vizinhas, eram fantoches criados e subsidiados pelo governo comunista da Alemanha Oriental para despistar operações de terrorismo e assassinatos políticos (o atentado ao Papa João Paulo II foi um caso típico: leiam *The Time of the Assassins*, de Claire Sterling, e *Le KGB au Coeur du Vatican*, de Pierre e Danièle de Villemarest).

E no Brasil? Foi em 1973 que o ex-chefe da inteligência soviética no Rio de Janeiro, Ladislav Bittman, confessou ter sido, em 1964, o inventor e disseminador da lenda de que o golpe militar fora tramado e subsidiado pelo governo americano. Como, decorridos 28 anos da revelação, ninguém na mídia tupiniquim desse o menor sinal de desejar corrigir o engano geral, escrevi um artigo em *Época* para lembrar aos colegas que antes tarde do que nunca.[63] Mais onze anos se passaram desde então, e até hoje a conversa de que "o golpe começou em Washington" ainda reaparece nos nossos "grandes jornais", a intervalos regulares, no tom de verdade consagrada. Credibilidade, neste país, é isso.

Notas

* Ver http://g1.globo.com/jornalhoje/0,,MUL1268367-16022,00-OS+JOVENS+ESTAO+MAIS+CONSERVADORES+E+PREOCUPADOS+COM+O+FUTURO.html.

** Ver http://www.newsmax.com/InsideCover/Palin-death-tweets-YouTube/2011/01/14/id/382872?s=al&promo_code=B79C-1.

*** As duas anteriores foram com *Shadow War: The Untold Story of How Bush Is Winning the War on Terror* e *Losing Bin Laden: How Bill Clinton's Failures Unleashed Global Terror*.

**** São Paulo: Nacional, 1958.

***** Rio de Janeiro: Apec, 1972.

****** Paris: Éditions Universitaires, 1971.

******* Ver http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/1234518-intelectuais-brasileiros-explicam-porque-ainda-e-importante-ler-marx.shtml.

******** Leia em http://www.olavodecarvalho.org/textos/naosabendo.htm e depois volte aqui. [Nota do Org.: O "show de ignorância" a que o autor se refere é o *Dicionário crítico do pensamento da direita*, Rio de Janeiro, Faperj/Mauad, 2000, criticado por ele no artigo "Tudo o que você queria saber sobre a direita — e vai continuar não sabendo", publicado no jornal *O Globo* de 22 de setembro de 2000 e disponível no link indicado.]

********* Harlow Longman, 1985.

********** Boston: Houghton Mifflin, 1989. No Brasil: *A sagração da primavera. A grande guerra e o nascimento da era moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

1. N. do Org.: Ver, por exemplo, "Por que o brasileiro vota na esquerda", *Zero Hora*, 1º de setembro de 2006, em http://www.olavodecarvalho.org/semana/060901zh.html.

2. N. do Org.: José Serra, do PSDB, perdeu para Fernando Haddad, do PT, as eleições de 2012 para prefeito de São Paulo. No segundo turno, Serra teve 44,3% dos votos válidos; Haddad, 55,7%.

3. N. do Org.: Antônio Carlos Magalhães Neto foi eleito prefeito de Salvador em 2012.

4. N. do Org.: Antônio Carlos Peixoto de Magalhães (1927-2007), conhecido pelo acrônimo ACM, foi um médico, empresário e político, três vezes governador da Bahia e eleito senador em 1994 e 2002.

5. N. do Org.: Ver "A fossa de babel", no capítulo *Intelligentzia*.

6. N. do Org.: O autor se refere à eleição presidencial americana de 2008, em que o candidato John McCain, do Partido Republicano, perdeu para Barack Hussein Obama, do Partido Democrata.

7. N. do Org.: O autor já fizera o alerta de tal obviedade muitas vezes, como, por exemplo, nos artigos "O óbvio invisível" e "Profissionais e amadores", publicados no *Diário do Comércio* em 17 de dezembro de 2007 e 8 de novembro de 2010, respectivamente, e disponíveis nos links: http://www.olavodecarvalho.org/semana/071217dc.html; e http://www.olavodecarvalho.org/semana/101108dc.html.

8. N. do Org.: "Todos conhecem a previsão do general Olimpio Mourão Filho, publicada no seu livro de 1978, A *verdade de um revolucionário*: 'Ponha-se na presidência qualquer medíocre, louco ou semianalfabeto, e 24 horas depois a horda de aduladores estará à sua volta, brandindo o elogio como arma, convencendo-o de que é um gênio político e um grande homem, e de que tudo o que faz está certo. Em pouco tempo transforma-se um ignorante em um sábio, um louco em um gênio equilibrado, um primário em um estadista. E um homem nessa posição, empunhando as rédeas de um poder praticamente sem limites, embriagado pela bajulação, transforma-se num monstro perigoso.' A Era Lula foi muito além da profecia" [Olavo de Carvalho, "A voz dos fatos", *Diário do Comércio*, 7 de outubro de 2010: http:www.olavodecarvalho.org/semana/101007dc.html].

9. N. do Org.: O autor se refere à eleição presidencial brasileira de 2002, data do texto.

10. N. do Org.: Os quatro principais candidatos a presidente em 2002 eram (por ordem de classificação no primeiro turno): Lula (PT), José Serra (PSDB), Anthony Garotinho (PSB) e Ciro Gomes (PPS). No segundo turno, com apoio de Ciro e Garotinho, Lula derrotou Serra.

11. N. do Org.: Ver "O império das puras coincidências", na seção Obama do capítulo *EUA*.

12. N. do Org.: O endereço do vídeo no Youtube é http://www.youtube.com/watch?&v=0T7fA20S9ss.

13. N. do Org.: As atas do Foro de São Paulo estão disponíveis para download no site *Mídia Sem Máscara*, criado por Olado de Carvalho, no seguinte link: http://www.midiasemmascara.org/arquivo/atas-do-foro-de-sao-paulo.html.

14. N. do Org: Olavo se refere ao livro chinês, de autor anônimo, *Os 36 estratagemas — manual secreto da arte da guerra*, publicado no Brasil pela editora Landy.

15. N. do Org.: "O analista que quer saber para onde a política está indo, ou de onde ela veio, tem pois de se interessar por uma vasta

rede de discussões que, para a mídia usual, é de todo invisível: só aparece em livros de poucos leitores, revistas acadêmicas, publicações nanicas, sites especializados, conversações pessoais, documentos reservados. Quando as opiniões dos intelectuais brilham nos jornais ou na TV, é porque já não são germes: são aspectos e sintomas do fato consumado, às vezes empenhados, precisamente, em camuflar-lhe as origens. É por isso que o comentário jornalístico usual, simples reciclagem estilística do noticiário da véspera, quase nunca acerta em prever mesmo os desenvolvimentos mais inevitáveis da situação" [Olavo de Carvalho, "Visão curta e visão mais curta", publicado no *Diário do Comércio* em 2 de setembro de 2012 e disponível no link: http://www.olavodecarvalho.org/semana/120902dc.html].

16. N. do Org.: Ver, por exemplo, os artigos "A imbecilidade, segundo ela própria", "Causa mortis" e "Registro para a História", publicados no *Diário do Comércio* em 13, 14 e 27 de fevereiro de 2013, respectivamente, e disponíveis nos links: http://www.olavodecarvalho.org/semana/130213dc.html; http://www.olavodecarvalho.org/semana/130214dc.html; http://www.olavodecarvalho.org/semana/130227dc.html. Trecho do primeiro: "Em recente edição da *Carta Capital* o sr. Mino Carta deplora o que ele chama de 'imbecilização coletiva', no tom de quem soa um alerta pioneiro e fingindo ignorar que esse termo, há muito tempo, já deixou de ser uma expressão genérica para se tornar alusão a um dos livros mais lidos das últimas décadas. Talvez eu devesse estar contente de que, mesmo sem menção ao tremendo esforço que fiz para revelá-lo, o fenômeno mesmo se tornasse por fim objeto de alguma atenção. Mas o sr. Carta só toca no problema com a finalidade de encobrir suas causas, lançar as culpas sobre os bodes expiatórios de sempre e bloquear, enfim, toda possibilidade da discussão séria pela qual venho clamando desde 1996."

17. N. do E.: O publicitário Marcos Valério, em depoimento ao Ministério Público, havido em outubro de 2012, acusou Lula de ser o responsável pelo esquema do mensalão.

18. N. do E.: O autor refere-se a Rosemary Noronha, então chefe do escritório da Presidência da República em São Paulo e bem próxima de Lula, acusada de se valer da influência junto a vários líderes do PT e do governo para práticas corruptas.

19. N. do Org: Ver "*Mediacracy: Why the Media is the Greatest Threat to the Integrity of the Political Process*", de Daniel Greenfield, em http://frontpagemag.com/2012/dgreenfield/mediacracy-why-the-media-is-the-greatest-threat-to-the-integrity-of-the-political-process/.

20. N. do E.: Em janeiro de 2011, na cidade de Tucson, Arizona, durante um ato político num supermercado, Jared Lee Loughner matou seis pessoas e deixou outras 13 feridas — incluindo a deputada democrata Gabrielle Giffords.

21. N. do Org.: O então senador John McCain, em 2008.

22. N. do Org.: Lembro mais uma vez ao leitor que as atas do Foro de São Paulo estão disponíveis para *download* no site Mídia Sem Máscara, no link: http://www.midiasemmascara.org/arquivo/atas-do-foro-de-sao-paulo.html.

23. Nota do Org.: Em artigo de 2005 sobre o mercado editorial brasileiro, Olavo explica o sucesso de Michael Moore no Brasil. "Resta ainda o fenômeno, mórbido em último grau, da polêmica de mão única. Sua fórmula é a seguinte: uma discussão qualquer aparece na mídia americana, conservadores e esquerdistas produzem dezenas de livros a respeito e a parte esquerdista é publicada no Brasil sem suas respostas conservadoras, simulando consenso universal em questões que, no mínimo, permanecem em disputa. O *establishment* cultural brasileiro materializa assim o *koan* budista de bater palmas com uma mão só. (...) [O]s filmes *Farenhype 9/11* (www.fahrenhype911.com) e *Michael Moore Hates America* (www.michaelmoorehatesamerica.com), respostas devastadoras à empulhação fabricada por Michael Moore em *Farenheit 9/11*, permanecem fora do alcance do público e não mereceram nem uma notinha nos jornais. Resultado: o mais notório charlatão cinematográfico de todos os tempos, que nos EUA tem fama apenas de mentiroso criativo, é citado como fonte respeitável até nas universidades. É patético" [Olavo de Carvalho, "Miséria intelectual sem fim", *Diário do Comércio*, 15 de agosto de 2005 — http://www.olavodecarvalho.org/semana/050815dc.htm].

24. N. do Org.: Ver "A China no Walmart", de Olavo de Carvalho, publicado no *Diário do Comércio* de 20 de junho de 2005 e disponível no link: http://www.olavodecarvalho.org/semana/050620dc.htm.

25. N. do Org.: "O conceito gramsciano de intelectual funda-se exclusivamente na sociologia das profissões e, por isto, é bem elástico: há lugar nele para os contadores, os meirinhos, os funcionários dos Correios, os locutores esportivos e o pessoal do show business. Toda essa gente ajuda a elaborar e difundir a ideologia de classe (...). Jornalistas, cineastas, músicos, psicólogos, pedagogos infantis e conselheiros familiares representam uma tropa de elite do exército gramsciano. Sua atuação informal penetra fundo nas consciências, sem nenhum intuito político declarado, e deixa nelas as marcas de novos sentimentos, de novas reações, de novas atitudes morais que, no momento propício, se integrarão harmoniosamente na hegemonia comunista" [Olavo de Carvalho, *A nova era e a revolução cultural*, Instituto de Artes Liberais/Stella Caymmi Editora, 1994; disponível no link: http://www.olavodecarvalho.org/livros/negramsci.htm].

26. N. do Org.: "[O] público nacional ignora a inspiração diretamente gramsciana do Movimento pela Ética na Política e nem de longe suspeita que seu único objetivo é politizar a ética, canalizando as aspirações morais mais ou menos confusas da população de modo a que sirvam a objetivos que nada têm a ver com o que um cidadão comum entende por moral. O Estado ético, na verdade, não apenas é compatível com a total imoralidade, como na verdade a requer, pois consolida e legitima duas morais antagônicas e inconciliáveis, onde a luta de classes é colocada acima do bem e do mal e se torna ela mesma o critério moral supremo. Daí por diante, a mentira, a fraude ou mesmo o homicídio podem se tornar louváveis, quando cometidos em defesa da 'nossa' classe, ao passo que a decência, a honestidade, a compaixão podem ter algo de criminoso, caso favoreçam a classe adversária" [Olavo de Carvalho, *A nova era e a revolução cultural*, Instituto de Artes Liberais/Stella Caymmi Editora, 1994; disponível no link: http://www.olavodecarvalho.org/livros/negramsci.htm].

27. N. do Org.: O texto é de 2006. ACM morreu em 2007, aos 79 anos.

28. N. do Org.: O discurso, de 6 de junho de 2006, em que o então senador Antônio Carlos Magalhães se refere a Lula como "o maior ladrão do Brasil" e clama pela intervenção das Forças Armadas pode ser encontrado em diversos endereços no Youtube, como, por exemplo: http://www.youtube.com/watch?v=iGPtfmt_PaU.

29. N. do Org.: Sobre a "cova" da soberania nacional, ver as próprias declarações do ex-presidente Lula no artigo "Lula, réu confesso", no capítulo *Petismo*.

30. N. do Org.: Neste livro, "Aguardem o pior" é o texto anterior a este.

31. N. do Org.: Ver a seção Povo & Representação do presente capítulo.

32. N. do Org.: Lula, à época.

33. N. do Org.: "BBC Brasil — E no Brasil tem racismo também de negro contra branco, como nos Estados Unidos?

> Matilde Ribeiro — Eu acho natural que tenha. Mas não é na mesma dimensão que nos Estados Unidos. Não é racismo quando um negro se insurge contra um branco. Racismo é quando uma maioria econômica, política ou numérica coíbe ou veta direitos de outros. A reação de um negro de não querer conviver com um branco, ou não gostar de um branco, eu acho uma reação natural, embora eu não esteja incitando isso. Não acho que seja uma coisa boa. Mas é natural que aconteça, porque quem foi açoitado a vida inteira não tem obrigação de gostar de quem o açoitou" [Entrevista concedida pela então ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Política da Promoção da Igualdade, à *BBC Brasil*, publicada em 27 de março de 2007 com o título "Não é racismo se insurgir contra branco, diz ministra" — http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/03/070326_ministramatildedb.shtml].

34. N. do Org.: Ver William Waack, *Camaradas*, São Paulo, Cia. das Letras, 1993.

35. N. do Org.: "Eles não foram expelidos dos empregos por serem pretos. Simplesmente não havia empregos. Que é que isso tem que ver com a discriminação racial? Para não dizer que não tem nada, lanço a seguinte hipótese: nós, racistas brancos, decidimos de propósito não industrializar o Brasil para não dar emprego aos malditos pretos" [Olavo de Carvalho, "Gilberto Freyre: Ciência social e consciência pessoal", Fundação Gilberto Freyre, Recife, 24 de março de 2000 — http://www.olavodecarvalho.org/textos/freyre2.htm].

36. N. do Org.: "Os esforços devotados de intelectuais e da mídia para provar que o Brasil é um país racista seriam desnecessários se o Brasil fosse racista. Ninguém teve de provar cientificamente o racismo da África do Sul. Quando a prova tem de ser obtida mediante contorcionismos estatísticos, o que fica provado é apenas o desejo incontido que uma certa elite tem de produzir, desde cima, um conflito racial que jamais brotaria de baixo espontaneamente, como de fato não brotou" [Olavo de Carvalho, "Provas científicas", *Jornal da Tarde*, 28 de maio de 1998 — http://www.olavodecarvalho.org/semana/980528jt.htm]. Sobre contorcionismos estatísticos, ver também "Aritmética da fraude", *Jornal do Brasil*, 5 de julho de 2007 — http://www.olavodecarvalho.org/semana/070705jb.html.

37. N. do Org.: "Simplesmente não é possível estudar o fator racial na conduta da polícia sem estudá-lo simultaneamente no próprio fenômeno da criminalidade. Até hoje ninguém provou que o número de 'afrodescendentes' oprimidos ou assassinados pela polícia seja maior, proporcionalmente, do que o número deles no contingente de criminosos ou, mais ainda, na própria composição racial das tropas policiais. Sem essa prova, falar em racismo policial é calúnia pura e simples" [Olavo de Carvalho, "Inventando certezas: Brasil-Mentira V", *Diário do Comércio*, 30 de abril de 2009 — http://www.olavodecarvalho.org/semana/090430dc.html].

38. N. do Org.: Sobre o tráfico de escravos no Islam, ver a bibliografia indicada por Olavo de Carvalho em sua página no Facebook, em 11 de agosto de 2012: http://www.facebook.com/olavo.decarvalho/posts/10151088930482192.

39. N. do Org.: "Os europeus só chegaram à África por volta da metade do século XV. Muito antes disso, o desprezo racista pelos negros era senso comum entre os árabes, como se vê pela palavra de alguns de seus mais destacados intelectuais (...). Em contrapartida, teorias que afirmavam a inferioridade racial dos negros não se disseminaram na Europa culta senão a partir do século XVIII (...). Ou seja: os europeus de classe letrada tornaram-se racistas quase ao mesmo tempo em que o tráfico declinava e em que eclodiam os movimentos abolicionistas, dos quais não há equivalente no mundo árabe, de vez que a escravidão é permitida pela religião islâmica e ninguém ousaria bater de frente num mandamento corânico. O racismo antinegro é pura criação árabe e, na Europa, não contribuiu em nada para fomentar o tráfico negreiro" [Olavo de Carvalho, "A África às avessas", *Diário do Comércio*, 14 de setembro de 2009 — http://www.olavodecarvalho.org/semana/090914dc.html].

40. N. do Org.: "Absoluto e incondicionado, o direito racial se sobrepõe, assim, aos direitos constitucionais do cidadão individual, que implicam obrigações. Para piorar as coisas, o direito racial viola flagrantemente um princípio constitucional: se ninguém pode ser discriminado por motivo de raça, é absurdo que, por igual motivo, desfrute de direitos especiais" [Olavo de Carvalho, "Direito racial é racismo", suplemento do suplemento de *O imbecil coletivo*, É Realizações, São Paulo, edição de 2006]. "O que penso é simples: conferir direitos especiais aos cidadãos de determinada raça é negá-los aos de outras raças; é racismo descarado" [Olavo de Carvalho, "Jurisprudência hedionda", publicado originalmente na revista *República* de junho de 1999 com o título editorial "Só preto, com preconceito" — http://www.olavodecarvalho.org/textos/hedionda.htm] . Sobre as consequências desastrosas das cotas raciais nas universidades, ver nota no item 3 do artigo "A transfiguração do desastre", presente no capítulo *Revolução* deste livro.

41. N. do Org.: "O cristianismo foi religião de negros muito antes de ser religião de brancos europeus. Havia igrejas na Etiópia no tempo em que os ingleses ainda eram bárbaros pagãos. Mais de mil anos antes das grandes navegações, era na África que estavam os reinos cristãos mais antigos do mundo, alguns bastante cultos e prósperos. Foram os árabes que os destruíram, na sanha de tudo

islamizar à força. Boa parte da região que vai desde o Marrocos, a Líbia, a Argélia e o Egito até o Sudão e a Etiópia era cristã até que os muçulmanos chegaram, queimaram as igrejas e venderam os cristãos como escravos. Quatro quintos do prestígio das lendas terceiro-mundistas repousam na ocultação desse fato. À inversão da cronologia soma-se, como invariavelmente acontece no discurso revolucionário, a da responsabilidade moral. Não é nem necessário dizer que a fúria verbal dos árabes de hoje contra a 'civilização cristã escravagista' é pura culpa projetada: se os europeus trouxeram para as Américas algo entre 12 e 15 milhões de escravos, os mercadores árabes levaram para os países islâmicos aproximadamente outro tanto, com três diferenças: (1) foram eles que os aprisionaram — coisa que os europeus nunca fizeram, exceto em Angola e por breve tempo —; (2) castraram pelo menos dez por cento deles, costume desconhecido entre os traficantes europeus; (3) continuaram praticando o tráfico de escravos até o século XX. O escravagismo árabe foi assunto proibido por muito tempo, mas o tabu pode-se considerar rompido desde que a editora Gallimard, a mais prestigiosa da França, consentiu em publicar o excelente estudo do autor africano Tidiane N'Diaye, *Le Genocide Voilé* (2008)" [Olavo de Carvalho, "A África às avessas", *Diário do Comércio*, 14 de setembro de 2009 — http://www.olavodecarvalho.org/semana/090914dc.html].

42. N. do Org.: O pastor nova-iorquino Louis Farrakhan é um agitador islâmico — o líder radical muçulmano do grupo negro Nation of Islam ("Nação do Islam") —, para quem Barack Hussein Obama é o "Messias" (ver http://www.wnd.com/2008/10/77539/). "Ele [Obama] foi admirador e companheiro de protestos do pastor Louis Farrakhan, aquele segundo o qual 'o judaísmo é a religião do esgoto'. Isso faz tempo, mas depois de eleito senador ele deu 225 mil dólares em verbas federais à igreja de seu amigo Michael Pfleger, onde Farrakhan é um dos mais frequentes e aplaudidos pregadores convidados" [Olavo de Carvalho, "Checando biografias", editorial do *Diário do Comércio* de 11 de setembro de 2008, disponível no link: http://www.olavodecarvalho.org/semana/080911dce_fontes.html, com a indicação de fontes que confirmam as informações].

43. N. do Org.: "Ademais, senhora, faça um breve cálculo sobre os acontecimentos de 1964-1984. Do lado das forças do governo, havia aproximadamente 30 mil soldados e policiais mobilizados contra a guerrilha rural e urbana. Do lado da guerrilha, havia não mais de quinhentos combatentes. O governo fez aproximadamente trezentas vítimas, os guerrilheiros duzentas, o que significa a média de 0,01 vítima para cada combatente governista, em contraste com a média de 0,4 feita por cada guerrilheiro individual. É uma diferença, senhora, de um para quarenta, por soldado. Proporcionalmente, se a esquerda tivesse o mesmo número de combatentes que as forças legais, conservando o poder de fogo de cada soldado, teria matado 12 MIL PESSOAS. Diga agora qual das duas forças, a governista e a esquerdista, foi mais assassina, e diga se para impedir a morte de 12 mil pessoas é excessivo matar trezentas. Esses cálculos, senhora, são obrigatórios para quem quer que pretenda, no julgamento de tais fatos, ser justo e imparcial como a senhora diz que é. Recusar-se a essa comparação é ceder a impressões carregadas de ódio irracional, coisa bem diferente do ódio refletido e justo a que se refere N. S. Jesus Cristo" [Olavo de Carvalho, "Carta de um cego acordado a uma vidente adormecida", resposta ao longo e-mail de uma leitora, recebido em 28 de maio de 1999 — http://www.olavodecarvalho.org/textos/cego.htm].

44. N. do Org.: "O que Gramsci lhe [à geração esquerdista derrotada pela ditadura militar] ensinou foi abdicar do radicalismo ostensivo para ampliar a margem de alianças; foi renunciar à pureza dos esquemas ideológicos aparentes para ganhar eficiência na arte de aliciar e comprometer; foi recuar do combate político direto para a zona mais profunda da sabotagem psicológica. Com Gramsci ela aprendeu que uma revolução da mente deve preceder a revolução política; que é mais importante solapar as bases morais e culturais do adversário do que ganhar votos; que um colaborador inconsciente e sem compromisso, de cujas ações o partido jamais possa ser responsabilizado, vale mais que mil militantes inscritos" [Olavo de Carvalho, prefácio à segunda edição de *A nova era e a revolução cultural*, Instituto de Artes Liberais/Stella Caymmi Editora, 1994; disponível no link: http://www.olavodecarvalho.org/livros/neprefacio.htm].

45. N. do Org.: Conforme a apresentação da *Folha*, são eles: o crítico literário Roberto Schwarz, o economista Delfim Netto e os filósofos José Arthur Gianotti e Leandro Konder.

46. N. do Org.: Neste livro, é o artigo anterior.

47. N. do Org.: "[O] marxismo não é uma filosofia política, não é uma economia, não é um partido político, não é nenhuma dessas coisas isoladamente, mas é uma *cultura*, no sentido antropológico do termo. Uma cultura significa um universo inteiro, um complexo inteiro de crenças, símbolos, discursos, reações humanas, sentimentos, lendas, mitos, sentimentos de solidariedade, esquemas de ação e, sobretudo, dispositivos de autopreservação e de autodefesa. (...) Então, de geração em geração, nós vamos nos perguntando: afinal, quando aparecerá o verdadeiro marxismo? A resposta pode ser dada já: nunca. Porque o verdadeiro marxismo não existe como nenhuma formulação explícita, que possa ser discutida racionalmente. (...) Marxismo é uma cultura e, na defesa da unidade e preservação de uma cultura, todos os meios são legítimos. (...) É tão absurdo você discutir com um marxista sobre a sua cultura quanto seria você chegar numa tribo de índios do Alto Xingu e dizer a eles que algum de seus costumes é imoral. Não entenderá o que você diz, porque a moral para ele são exatamente os costumes da tribo, não existe uma moral supracultural a que possa apelar. Nós temos ideia de uma moral supracultural porque vivemos em enormes blocos civilizacionais multiculturais, recebemos o impacto de muitas culturas e podemos compará-las entre si. Isto, por um lado, nos induz ao relativismo e, por outro lado, nos induz à busca de um padrão de abstração e abrangência maiores, mais científicos. Mas, dentro da cultura marxista só vigora o que ela própria criou, e qualquer produto externo só será admitido lá dentro uma vez trabalhado e modificado no seu sentido, de modo que se torne inofensivo. Por exemplo, o pensamento conservador todo será substituído por pensadores de direita de baixíssimo nível — de preferência psicopatas nazistas que se denunciem a si mesmos na primeira palavra, porque daí fica fácil lidar com eles" [Olavo de Carvalho, parte 2 de "Marxismo, Direito e Sociedade", um debate entre ele e Alaor Caffé Alves na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em 19 de novembro de 2003, disponível no link: http://www.olavodecarvalho.org/textos/debate_usp_2.htm].

48. N. do Org.: "Dificilmente se encontrará hoje um romance, um filme, uma peça de teatro, um livro didático onde as crenças do

marxismo cultural, no mais das vezes não reconhecidas como tais, não estejam presentes com toda a virulência do seu conteúdo calunioso e perverso. Tão vasta foi a propagação dessa influência, que por toda parte a ideia antiga de tolerância já se converteu na 'tolerância libertadora' proposta por Marcuse: 'Toda a tolerância para com a esquerda, nenhuma para com a direita'. Aí aqueles que vetam e boicotam a difusão de ideias que os desagradam não sentem estar praticando censura: acham-se primores de tolerância democrática. Por meio do marxismo cultural, toda a cultura transformou-se numa máquina de guerra contra si mesma, não sobrando espaço para mais nada" [Olavo de Carvalho, "Do marxismo cultural", *O Globo*, 8 de junho de 2002 — http://www.olavodecarvalho.org/semana/06082002globo.htm].

49. N. do Org.: Nascida em 1975, Yoani Sanchez é uma filóloga e jornalista cubana, que ganhou fama e prêmios internacionais com críticas à ditadura dos irmãos Castro publicadas em seu blog *Generación Y*. Sua polêmica visita ao Brasil em fevereiro de 2013 suscitou, também, o artigo indicado na nota a seguir.

50. N. do Org.: Ver "Em torno de Yoani Sanchez", publicado no *Diário do Comércio* de 25 de fevereiro de 2013 e disponível no link: http://www.olavodecarvalho.org/semana/130225dc.html.

51. N. do E.: Laogai, nome dos campos de trabalho forçado, verdadeiros campos de extermínio nas décadas de 1950 e 1960, ainda hoje existentes na República Popular da China, integrados ao sistema penal do país, embora chamados de outra forma.

52. N. do Org.: Ver "Citações elucidativas" no capítulo *Socialismo*.

53. N. do Org.: "Para quem zela pela sobrevivência do seu cérebro num tempo de naufrágio universal da inteligência, nada mais urgente do que compreender o que é realmente 'desinformação'. (...) O primeiro tipo — e, de longe, o mais importante — é aquele que tem como alvo não o público em geral, a massa ignara, e sim os homens do poder, os que tomam decisões de grande alcance. (...) O outro tipo de desinformação é antes uma obra de engenharia social. (...)" [Olavo de Carvalho, "ABC da desinformação", *Diário do Comércio*, 10 de janeiro de 2013]. Para uma análise detalhada desses tipos, portanto, ver o texto indicado.

54. N. do Org.: Ver os artigos "O mito da imprensa nanica — I" (http://www.olavodecarvalho.org/semana/111124dc.html); "O mito da imprensa nanica — II" (http://www.olavodecarvalho.org/semana/111125dc.html) e "Os comunistas na chefia" (http://www.olavodecarvalho.org/semana/111130dc.html), publicados originalmente no *Diário do Comércio* de 24, 25 e 30 de novembro de 2011, respectivamente.

55. N. do Org.: Ver capítulo *Linguagem*.

56. N. do Org.: O autor se refere às obras *Cartas do cárcere* e *O materialismo histórico e a filosofia de Benedetto Croce* (publicada com o título de *Concepção dialética da história*), ambas lançadas no Brasil em 1966; além de *Maquiavel, a política e o Estado moderno*, *Os intelectuais e a organização da cultura* e *Literatura e vida nacional*, lançadas em 1968 — todas pela Civilização Brasileira, do editor Ênio Silveira. Para uma edição mais completa e recente, ver Antonio Gramsci, C*adernos do cárcere*, seis volumes, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999-2002. Os *Cadernos* foram escritos entre 1926 e 1937, no período em que Gramsci esteve prisioneiro na Itália.

57. N. do Org.: "(...) esse hábito ainda tem uma consequência mais profunda e letal: ele nos incapacita para a escolha e a renúncia, que advêm necessariamente da hierarquização dos valores (...)" [Olavo de Carvalho, *O futuro do pensamento brasileiro*, É Realizações, 1997.]

58. N. do Org.: "Relativizado quer dizer referido ou condicionado a uma situação. (...) O historicismo é um dos pais do relativismo generalizado que hoje impera. As pessoas estão seguras de que todas as ideias sempre mudaram e de que nunca houve ideia permanente ao longo de toda a história, e isto é completamente falso. Mas hoje passa como se fosse um verdadeiro dogma" [Olavo de Carvalho, segunda aula do curso *Pensamento e atualidade de Aristóteles*, Casa de Cultura Laura Alvim, Rio de Janeiro, 22 de março de 1994, disponível no link: http://www.olavodecarvalho.org/apostilas/pensaris2_1.htm]. Para entender melhor o relativismo e suas origens, portanto, ver esta aula.

59. N. do Org.: Eric Hobsbawn (1917-2012) foi um historiador marxista de nacionalidade britânica, muito querido pela *intelligentzia* brasileira. Em entrevista para o *Times Literary Supplement* de 28 de outubro de 1994, o prof. Michael Ignatieff lhe perguntou o seguinte, para esclarecer de vez suas respostas já um tanto estarrecedoras: "No final das contas, o que isso quer dizer é que se o futuro brilhante tivesse sido criado [pelo experimento soviético], a perda de 15, 20 milhões de pessoas teria sido justificada?" Hobsbawn respondeu: "Sim."

60. N. do Org.: "No seu livro *The True Story of the Bilderberg Group* (Chicago, Independent Publishers Group, 2009), o jornalista espanhol Daniel Estulin mostra como essa plutocracia globalista, empenhada na construção de uma ditadura mundial, conseguiu se manter oculta desde 1954 até pelo menos 1998, estigmatizando como 'teoria da conspiração' qualquer tentativa de revelar sua existência: seus componentes simplesmente compraram todos os grandes jornais e redes de TV dos EUA e da Europa. Isso determinou uma mudança mais profunda das funções do jornalismo do que a maioria da população pode ainda conceber. Como o objetivo da elite globalista é derrubar a economia americana e implantar em cima de seus escombros um novo sistema com moeda mundial unificada, impostos globais e administração burocrática planetária, as notícias, na quase totalidade da mídia, já não são selecionadas por nenhum critério de importância objetiva, mas pelo serviço que prestem à programação mental das multidões, de modo a fazê-las aceitar passivamente mudanças drásticas que em condições normais suscitariam explosões de ódio e revolta. A supressão e a manipulação tornaram-se gerais e sistemáticas, a ponto de atentar diariamente contra a dignidade da inteligência humana e de transformar os mecanismos eleitorais da democracia num mero jogo de aparências" [Olavo de Carvalho, "Horror e insensibilidade", publicado no *Diário do Comércio* de 22 de junho de 2009 e disponível no link: http://www.olavodecarvalho.org/semana/090622dc.html].

61. N. do Org.: Considerado o número dois das Farc, Raúl Reyes, codinome de Luis Edgar Devia Silva, foi morto pelas forças militares da Colômbia em 2008, aos 59 anos, em território equatoriano. A operação, autorizada pelo governo Álvaro Uribe no país vizinho, revoltou o presidente do Equador, Rafael Correa, bem como os demais políticos e militantes da esquerda latino-americana. Sobre o episódio, Olavo de Carvalho escreveu: "Quem, afinal, violou o espaço territorial alheio? O que cruzou a fronteira para caçar bandidos ou o que fornecia aos bandidos abrigo e ajuda para suas incursões criminosas no país vizinho? Amparando e armando as Farc, Equador e Venezuela vêm atacando o território colombiano há tempos, e nem uma palavra contra isso se ouviu jamais dos srs. José Miguel Insulza, Marco Aurélio Garcia e *tutti quanti*. É o mesmo que se passa no Oriente Médio: Israel está lá para levar bombas todos os dias, sob o plácido silêncio do mundo; ao mais mínimo sinal de revide, a 'consciência jurídica internacional' cai de pau nos malditos judeus. Não há quem não tenha conhecido, na escola, um desses meninos safados que vivem batendo nos menores e, ao primeiro e tardio sinal de reação, saem lacrimejando e vão contar tudo para a professora. Alma de esquerdista é isso. Foram os esquerdistas que ensinaram os crocodilos a chorar" [Olavo de Carvalho, "Alma de crocodilo", editorial do *Diário do Comércio* de 7 de março de 2008, disponível no link: http://www.olavodecarvalho.org/semana/080307dce.html].

62. N. do Org.: Em entrevista à *Folha de S. Paulo* de 27 de agosto de 2003, o próprio Raúl Reyes deu as seguintes declarações:

> "Reyes: As Farc têm contatos não apenas no Brasil com distintas forças políticas e governos, partidos e movimentos sociais...
> Folha: O senhor pode nomear as mais importantes?
> Reyes: Bem, o PT, e, claro, dentro do PT há uma quantidade de forças; os sem-terra, os sem-teto, os estudantes, sindicalistas, intelectuais, sacerdotes, historiadores, jornalistas...
> Folha: Quais intelectuais?
> Reyes: [O sociólogo] Emir Sader, frei Betto [assessor especial de Lula] e muitos outros."

63. N. do Org.: O autor se refere ao artigo "Sugestão aos colegas", publicado na revista *Época* de 17 de fevereiro de 2001 e disponível no link: http://www.olavodecarvalho.org/semana/sugestao.htm.

EDUCAÇÃO

Jesus e a pomba de Stalin

O Globo, 20 de outubro de 2001

Quando Cristo disse: “Na verdade amais o que deveríeis odiar, e odiais o que deveríeis amar”, ensinou da maneira mais explícita que os sentimentos não são guias confiáveis da conduta humana. Antes de podermos usá-los como indicadores do certo e do errado, temos de lhes ensinar o que é certo e errado. Os sentimentos só valem quando subordinados à razão e ao espírito.

Razão não é só pensamento lógico: reduzi-la a isso é uma idolatria dos meios acima dos fins, que termina num fetichismo macabro. Razão é o senso da unidade do real, que se traduz na busca da coesão entre experiência e memória, percepções e pensamentos, atos e palavras etc. A capacidade lógica é uma expressão parcial e limitada desse senso. Também são expressões dele o senso estético e o senso ético: o primeiro anseia pela unidade das formas sensíveis, o segundo pela unidade entre saber e agir. Tudo isso é razão.

Espírito é aquilo que inspira a razão a buscar a chave da unidade da visão do mundo no supremo Bem de todas as coisas, e não num detalhe acidental qualquer, tomado arbitrariamente como princípio de explicação universal, como algumas escolas filosóficas fazem com a linguagem, outras com a história, outras com o inconsciente etc. O espírito é o topo do edifício da razão, que por ele se abre para o sentido do Bem infinito, libertando-se da tentação de enrijecer-se num fetichismo trágico ou utópico.

Nem a razão nem o espírito se impõem. Só nos abrimos a eles por livre vontade. A abertura para a razão vem essencialmente da caridade, do amor ao próximo, pelo qual o homem renuncia a impor seu desejo e aceita submeter-se ao diálogo, à prova, ao senso das proporções e, em suma, ao primado da realidade. A abertura para a razão é educação. Educação vem de *ex ducere*, que significa levar para fora. Pela educação a alma se liberta da prisão subjetiva, do egocentrismo cognitivo próprio da infância, e se abre para a grandeza e a complexidade do real. A meta da educação é a conquista da maturidade. O homem maduro — o *spoudaios* de que fala Aristóteles — é aquele que tornou sua alma dócil à razão, fazendo da aceitação da realidade o seu estado de ânimo habitual e capacitando-se, por esse meio, a orientar sua comunidade para o bem. Este ponto é crucial: ninguém pode guiar a comunidade no caminho do bem antes de tornar-se maduro no sentido de Aristóteles. Líderes revolucionários e intelectuais ativistas são apenas homens imaturos que projetam sobre a comunidade seus desejos subjetivos, seus temores e suas ilusões pueris, produzindo o mal com o nome de bem.

A abertura ao espírito é um ato de confiança prévia no bem supremo da existência, ato sem o qual a razão perde o impulso ascendente que a anima e, fugindo do infinito, se aprisiona em alguma pseudototalidade, mais alienante ainda que o egoísmo subjetivo inicial. O nome religioso desse ato de confiança é fé, mas a confiança que eleva a razão à busca do infinito transcende o sentido da mera adesão a um credo em particular e tem antes uma dimensão antropológica: tudo o que o ser humano fez de bom, fez movido pela fé e por meio da razão.

O espírito e a razão educam os sentimentos. Os sentimentos do homem amadurecido pelo espírito e pela razão são diferentes dos do homem imaturo, porque aquele ama o que deve amar e odeia o que deve odiar, enquanto o segundo ama ou odeia às tontas, segundo as inclinações arbitrárias da sua subjetividade moldada pelas pressões e atrativos do meio social.

Mas o que atrai a alma para a abertura ao espírito e à razão é a esperança, e o despertar da esperança é um mistério. Homens submetidos à mais dura opressão e aos mais tormentosos sofrimentos conservam sua esperança, enquanto outros a perdem à primeira frustração de um desejo tolo. A esperança não está sob o nosso controle. Seu advento depende do espírito mesmo, que sopra onde quer. Todos os enredos humanos, da vida e da ficção, giram em torno do mistério da esperança.

A esperança, a fé e a caridade educam os sentimentos para o amor ao que deve ser amado. O culto idolátrico dos sentimentos é um egocentrismo cognitivo, um complexo de Peter Pan que recusa a maturidade. Quanto mais o homem busca afirmar sua liberdade por meio da adesão cega a seus sentimentos e desejos, mais se torna escravo da tagarelice ambiente. O caminho da liberdade é para cima, não para baixo. Libertar-se não é afirmar-se: é transcender-se.

Das várias formas de escravidão a que o homem se sujeita pelo culto dos sentimentos, a pior é a escravidão às palavras. Por meio do falatório em torno o homem pode ser adestrado para ter certos sentimentos e emoções à simples audição de determinadas palavras, independentemente dos fatos e do contexto. Paz e guerra, por exemplo, suscitam reações automáticas. Por isso as massas imaturas aceitam com a maior credulidade os novos regimes de governo que prometem acabar com as guerras e instaurar a paz. Mas é só nominalmente que guerra significa morticínio e paz significa tranquilidade e segurança. As guerras, no século XX, mataram 70 milhões de pessoas. É muita gente. Mas 180 milhões, mais que o dobro disso, foram mortos por seus próprios governos, em tempo de paz e em nome da paz. O homem maduro sabe que as relações entre guerra e paz são ambíguas, que só um exame criterioso da situação concreta permite discernir a dosagem do bem e do mal misturados em cada uma delas a cada momento. Ele sabe que a "pomba da paz", oferecida à adoração infantil nas escolas, foi um desenho encomendado a Pablo Picasso por Josef Stalin com o intuito de fazer com que o símbolo da *Pax* soviética — a ordem social totalitária construída sobre trabalho escravo, prisões em massa e genocídio — se sobrepusesse, na imaginação dos povos, ao símbolo cristão do Espírito Santo. O homem maduro sabe que, tanto quanto a "pomba da paz", também manifestos pela paz, discursos pela paz e até missas pela paz são, muitas vezes, blasfêmias e armas de guerra. No dicionário, os sentidos da guerra e da paz estão nitidamente distintos, mas o homem maduro não se refugia da complexidade das coisas no apelo pueril a absolutos verbais.

Igualdade, liberdade, direito, ordem, segurança e milhares de outras palavras foram também incutidas na mente das massas como programas de computador para acionar nelas automaticamente as emoções desejadas pelo programador, fazendo com que amem o que deveriam odiar e odeiem o que deveriam amar. Até a esperança, chave da fé e da caridade, se torna aí uma arma contra o espírito, quando se coisifica na expectativa de um mundo melhor, de uma sociedade mais justa ou, no fim das contas, de ganhar mais dinheiro. Jesus deixou claro que não era nenhuma dessas esperanças a que trazia. Era a esperança de fazer de cada um de nós um novo Cristo, encarnação e testemunha do espírito. Quem aceitar menos que isso só ganhará, em vez da paz de Cristo, uma bandeirinha da ONU com a pomba de Stalin.

Educação ao contrário

Diário do Comércio, 27 de janeiro de 2009

Clicando no *Google* a palavra "educação", seguida da expressão "direito de todos", encontrei 671 mil referências. Só de artigos acadêmicos a respeito, 5.120. "Educação inclusiva" dá 262 mil respostas. Experimente clicar agora "educar-se é dever de cada um": nenhum resultado. "Educar-se é dever de todos": nenhum resultado. "Educar-se é dever do cidadão": nenhum resultado.

Isso basta para explicar por que os estudantes brasileiros tiram sempre os últimos lugares nos testes internacionais. A ideia de que educar-se seja um dever jamais parece ter ocorrido às mentes iluminadas que orientam (ou desorientam) a formação (ou deformação) das mentes das nossas crianças.

Eis também a razão pela qual, quando meus filhos me perguntavam por que tinham de ir para a

escola, só conseguia lhes responder que, se não fizessem isso, eu iria para a cadeia; que, portanto, deveriam submeter-se àquele ritual absurdo por amor ao seu velho pai. Jamais consegui encontrar outra justificativa. Também lhes recomendei que só se esforçassem o bastante para tirar as notas mínimas, sem perder mais tempo com aquela bobagem. Se quisessem adquirir cultura, que estudassem em casa, sob a minha orientação. Tenho oito filhos. Nenhum deles é inculto. Mas o mais erudito de todos, não por coincidência, é aquele que frequentou escola por menos tempo.

A ideia de que a educação seja um direito é uma das mais esquisitas que já passaram pela mente humana. É só a repetição obsessiva que lhe dá alguma credibilidade. Que é um direito, afinal? É uma obrigação que alguém tem para com você. Amputado da obrigação que impõe a um terceiro, o direito não tem substância nenhuma. É como dizer que as crianças têm direito à alimentação sem que ninguém tenha a obrigação de alimentá-las. A palavra “direito” é apenas um modo eufemístico de designar a obrigação dos outros.

Os outros, no caso, são as pessoas e instituições nominalmente incumbidas de “dar” educação aos brasileiros: professores, pedagogos, ministros, intelectuais e uma multidão de burocratas. Quando essas criaturas dizem que você tem direito à educação, estão apenas enunciando uma obrigação que incumbe a elas próprias. Por que, então, fazem disso uma campanha publicitária? Por que publicam anúncios que logicamente só devem ser lidos por elas mesmas? Será que até para se convencer das suas próprias obrigações têm de gastar dinheiro do governo? Ou são tão preguiçosas que precisam incitar a população para que as pressione a cumprir seu dever? Cada tostão gasto em campanhas desse tipo é um absurdo e um crime.

Mais ainda, a experiência universal dos educadores genuínos prova que o sujeito ativo do processo educacional é o estudante, não o professor, o diretor da escola ou toda a burocracia estatal reunida. Ninguém pode “dar” educação a ninguém. Educação é uma conquista pessoal, e só se obtém quando o impulso para ela é sincero, vem do fundo da alma e não de uma obrigação imposta de fora. Ninguém se educa contra a sua própria vontade, no mínimo porque estudar requer concentração, e pressão de fora é o contrário da concentração. O máximo que um estudante pode receber de fora são os meios e a oportunidade de educar-se. Mas isso não servirá para nada se não estiver motivado a buscar conhecimento. Gritar no ouvido dele que a educação é um direito seu só o impele a cobrar tudo dos outros — do Estado, da sociedade — e nada de si mesmo.

Se há uma coisa óbvia na cultura brasileira, é o desprezo pelo conhecimento e a concomitante veneração pelos títulos e diplomas que dão acesso aos bons empregos. Isso é uma constante que vem do tempo do Império e já foi abundantemente documentada na nossa literatura. Nessas condições, campanhas publicitárias que enfatizem a educação como um direito a ser cobrado, e não como uma obrigação a ser cumprida pelo próprio destinatário da campanha, têm um efeito corruptor quase tão grave quanto o do tráfico de drogas. Incitam as pessoas a esperar que o governo lhes dê a ferramenta mágica para subir na vida sem que isto implique, da parte delas, nenhum amor aos estudos, e sim apenas o desejo do diploma.

O futuro da boçalidade

O Globo, 2 de dezembro de 2000

Um *topos*, ou “lugar-comum”, é um trecho da memória coletiva onde estão guardados certos argumentos estereotipados, de credibilidade garantida por mera associação de ideias, independentemente do exame do assunto. Muitos lugares-comuns formam-se espontaneamente, pela experiência social acumulada. Outros são criados propositadamente pela repetição de *slogans*, que se

tornam lugares-comuns quando, esquecida a sua origem artificial, se impregnam na mentalidade geral como verdades autoevidentes.

Os lugares-comuns não são um simples amontoado, mas organizam-se num sistema, que pode ser analisado e descrito mais ou menos como se faz com um complexo em psicanálise, e cujo conhecimento permite prever, com razoável margem de acerto, as reações do público a determinadas ideias ou palavras. Contando com essas respostas padronizadas, o argumentador pode fazer aceitar ou rejeitar certas opiniões sem o mínimo exame, de modo que, à simples menção das palavras pertinentes, a catalogação mental se faz automaticamente e o julgamento vem pronto como *fast food*. A impressão de certeza inabalável é então inversamente proporcional ao conhecimento do assunto, e o sentimento de estar opinando com plena liberdade é diretamente proporcional à quota de obediente automatismo com que um idiota repete o que lhe ditaram.

É claro que para isso é preciso começar o adestramento bem cedo. Daí a insistência de Antonio Gramsci na importância da escola primária. Também é preciso que algumas crenças sejam inoculadas sem palavras, através de imagens ou gestos, de modo que não possam ser examinadas pela inteligência reflexiva sem um penoso esforço de concentração que poucas pessoas se dispõem a fazer. Assim é possível consolidar reações tão padronizadas e repetitivas que, em certas circunstâncias, um simples muxoxo ou sorriso irônico funciona como se fosse a mais probante das demonstrações matemáticas.

Se as pessoas soubessem a que ponto se humilham e se rebaixam no instante mesmo em que orgulhosamente creem exercer sua liberdade, não atenderiam com tanta presteza ao convite de dizer o que pensam, ou o que pensam pensar. É por amor a esse tipo de liberdade barata que os jovens, sobretudo, se dispõem a servir aos revolucionários que os lisonjeiam.

Para desgraçar de vez este país, a esquerda triunfante não precisa nem instaurar aqui um regime cubano. Basta-lhe fazer o que já fez: reduzir milhões de jovens brasileiros a uma apatetada boçalidade, a um analfabetismo funcional no qual as palavras que leem repercutem em seus cérebros como estimulações *pavlovianas*, despertando reações emocionais à sua simples audição, de modo direto e sem passar pela referência à realidade externa.

Há quatro décadas a tropa de choque acantonada nas escolas programa esses meninos para ler e raciocinar como cães que salivam ou rosnam ante meros signos, pela repercussão imediata dos sons na memória afetiva, sem a menor capacidade ou interesse de saber se correspondem a alguma coisa no mundo.

Um deles ouve, por exemplo, a palavra “virtude”. Pouco importa o contexto. Instantaneamente produz-se em sua rede neuronal a cadeia associativa: virtude-moral-catolicismo-conservadorismo-repressão-ditadura-racismo-genocídio. E o bicho já sai gritando: É a direita! Mata! Esfola! *Al paredón!*

De maneira oposta e complementar, se ouve a palavra “social”, começa a salivar de gozo, arrastado pelo atrativo mágico das imagens: social-socialismo-justiça-igualdade-liberdade-sexo-e-cocaína-de-graça-oba!

Não estou exagerando em nada. É exatamente assim, por blocos e engramas consolidados, que uma juventude estupidificada lê e pensa. Essa gente nem precisa do socialismo: já vive nele, já se deixou reduzir à escravidão mental mais abjeta, já reage com horror e asco ante a mais leve tentativa de reconduzi-la à razão, repelindo-a como a uma ameaça de estupro. Tal é a obra educacional daqueles que, trinta anos atrás, posavam como a encarnação das luzes ante o obscurantismo cujo monopólio atribuíam ao governo militar.

Milhares de seitas pseudomísticas, armadas de técnicas de programação neurolinguística e lavagem cerebral, não obtiveram esse resultado. Ele foi obra de educadores pagos pelo Ministério da Educação, imbuídos da convicção sublime de serem libertadores e civilizadores. O mal que isso fez ao país já é irreparável. Supondo-se que todos esses adestradores de papagaios fossem demitidos hoje mesmo, e se

inaugurasse um programa nacional de resgate das inteligências, trinta ou quarenta anos se passariam antes que uma média razoável de compreensão verbal pudesse ser restaurada. Duas gerações ficariam pelo caminho, intelectualmente inutilizadas para todo o sempre.

É em parte por estar conscientes disso que esses mesmos educadores são os primeiros a advogar a liberação das drogas. Sabem que o lindo Estado assistencial com que sonham necessitará largar na ociosidade uma boa parcela da população, danificada, incapacitada, sonsa. Para que não interfira na máquina produtiva, será preciso tirá-la do espaço social, removê-la para os mundos lúdicos e fictícios onde o preço do ingresso é um grama de pó. Na sociedade futura, a recompensa daqueles que consentiram em ser idiotizados para fazer número na militância já está garantida: cafungadas e picos de graça, sob os auspícios do governo, e liberdade para transar nas vias públicas, sob a proteção da polícia, ante um público tão indiferente quanto à visão banal de uma orgia de cães em torno de um poste.

Mas não é precisamente isso o que desejam? Não é essa a essência do ideal socialista que anima seus corações?

O novo imbecil coletivo

Diário do Comércio, 30 de outubro de 2012

Quando, entre os anos 1980 e 1990, comecei a redigir as notas que viriam a compor *O imbecil coletivo*, os personagens a que ali me referia eram indivíduos inteligentes, razoavelmente cultos, apenas corrompidos pela autointoxicação ideológica e por um corporativismo de partido que, alçando-os a posições muito superiores aos seus méritos, deformavam completamente sua visão do universo e de si mesmos. Foi por isso que os defini como “um grupo de pessoas de inteligência normal ou mesmo superior que se reúnem com a finalidade de imbecilizar-se umas às outras”.

Essa definição já não se aplica aos novos tagarelas e opinadores, que atuam sobretudo através da internet[1] e que hoje estão entre os 20 e os 40 anos de idade. Tal como seus antecessores, são pessoas de inteligência normal ou superior separadas do pleno uso de seus dons pela intervenção de forças sociais e culturais. A diferença é que essas forças os atacaram numa idade mais tenra e já não são bem as mesmas que lesaram os seus antecessores.

Até os anos 1970, os brasileiros recebiam no primário e no ginásio uma educação normal, deficiente o quanto fosse. Só vinham a corromper-se quando chegavam à universidade e, em vez de uma abertura efetiva para o mundo da alta cultura, recebiam doses maciças de doutrinação comunista, oferecida sob o pretexto, àquela altura bastante verossímil, da luta pela restauração das liberdades democráticas. A pressão do ambiente, a imposição do vocabulário e o controle altamente seletivo dos temas e da bibliografia faziam com que a aquisição do *status* de brasileiro culto se identificasse, na mente de cada estudante, com a absorção do estilo esquerdista de pensar, de sentir e de ser — na verdade, nada mais que um conjunto de cacoetes mentais.

O trabalho dos professores-doutrinadores era complementado pela grande mídia, que, então já amplamente dominada por ativistas e simpatizantes de esquerda, envolvia os intelectuais e artistas de sua preferência ideológica numa aura de prestígio sublime, ao mesmo tempo que jogava na lata de lixo do esquecimento os escritores e pensadores considerados inconvenientes, exceto quando podia explorá-los como exceções que, por sua própria raridade e exotismo, confirmavam a regra.

Criada e mantida pelas universidades, pelo movimento editorial e pela mídia impressa, a atmosfera de imbecilização ideológica era, por assim dizer, um produto de luxo, só acessível às classes média e alta, deixando intacta a massa popular.

A partir dos anos 1980, a elite esquerdista tomou posse da educação pública, aí introduzindo o sistema de alfabetização “socioconstrutivista”, concebido por pedagogos esquerdistas como Emilia Ferrero, Lev Vigotsky e Paulo Freire para implantar na mente infantil as estruturas cognitivas aptas a preparar o desenvolvimento mais ou menos espontâneo de uma cosmovisão socialista, praticamente sem necessidade de “doutrinação” explícita.

Do ponto de vista do aprendizado, do rendimento escolar dos alunos, e sobretudo da alfabetização, os resultados foram catastróficos.

Não há espaço aqui para explicar a coisa toda, mas, em resumidas contas, é o seguinte. Todo idioma compõe-se de uma parte mais ou menos fechada, estável e mecânica — o alfabeto, a ortografia, a lista de fonemas e suas combinações, as regras básicas da morfologia e da sintaxe — e de uma parte aberta, movente e fluida: o universo inteiro dos significados, dos valores, das nuances e das intenções de discurso. A primeira aprende-se eminentemente por memorização e exercícios repetitivos. A segunda, pelo autoenriquecimento intelectual permanente, pelo acesso aos bens de alta cultura, pelo uso da inteligência comparativa, crítica e analítica e, *last not least*, pelo exercício das habilidades pessoais de comunicação e expressão. Sem o domínio adequado da primeira parte, é impossível orientar-se na segunda. Seria como saltar e dançar antes de ter aprendido a andar. É exatamente essa inversão que o socioconstrutivismo impõe aos alunos, pretendendo que participem ativamente — e até criativamente — do “universo da cultura” antes de ter os instrumentos de base necessários à articulação verbal de seus pensamentos, percepções e estados interiores.

O socioconstrutivismo mistura a alfabetização com a aquisição de conteúdos, com a socialização e até com o exercício da reflexão crítica, tornando o processo enormemente complicado e, no caminho, negligenciando a aquisição das habilidades fonético-silábicas elementares sem as quais ninguém pode chegar a um domínio suficiente da linguagem.

O produto dessa monstruosidade pedagógica são estudantes que chegam ao mestrado e ao doutorado sem conhecimentos mínimos de ortografia e com uma reduzida capacidade de articular experiência e linguagem. Na universidade aprendem a macaquear o jargão de uma ou várias especialidades acadêmicas que, na falta de um domínio razoável da língua geral e literária, compreendem de maneira coisificada, quase fetichista, permanecendo quase sempre insensíveis às nuances de sentido e incapazes de apreender, na prática, a diferença entre um conceito e uma figura de linguagem. Em geral não têm sequer o senso da “forma”, seja no que leem, seja no que escrevem.

Aplicado em escala nacional, o socioconstrutivismo resultou numa espetacular democratização da inépcia, que hoje se distribui mais ou menos equitativamente entre todos os jovens brasileiros, estudantes ou diplomados, sem distinções de credo ou de ideologia. O novo imbecil coletivo, ao contrário do antigo, não tem carteirinha de partido.

Viva Paulo Freire!

Diário do Comércio, 19 de abril de 2012

Vocês conhecem alguém que tenha sido alfabetizado pelo método Paulo Freire? Alguma dessas raras criaturas, se é que existem, chegou a demonstrar competência em qualquer área de atividade técnica, científica, artística ou humanística? Nem precisam responder. Todo mundo já sabe que, pelo critério de “pelos frutos os conhecereis”, o célebre Paulo Freire é um ilustre desconhecido.

As técnicas que inventou foram aplicadas no Brasil, no Chile, na Guiné-Bissau, em Porto Rico e outros lugares. Não produziram *nenhuma* redução das taxas de analfabetismo em parte alguma.

Produziram, no entanto, um florescimento espetacular de louvores em todos os partidos e

movimentos comunistas do mundo. O homem foi celebrado como gênio, santo e profeta.

Isso foi no começo. A passagem das décadas trouxe, a despeito de todos os amortecedores publicitários, corporativos e partidários, o choque de realidade. Eis algumas das conclusões a que chegaram, por experiência, os colaboradores e admiradores do sr. Freire:

> "Não há originalidade no que ele diz, é a mesma conversa de sempre. Sua alternativa à perspectiva global é retórica bolorenta. Ele é um teórico político e ideológico, não um educador." (John Egerton, "Searching for Freire", *Saturday Review of Education*, abril de 1973.)

> "Ele deixa questões básicas sem resposta. Não poderia a 'conscientização' ser um outro modo de anestesiar e manipular as massas? Que novos controles sociais, fora os simples verbalismos, serão usados para implementar sua política social? Como Freire concilia a sua ideologia humanista e libertadora com a conclusão lógica da sua pedagogia, a violência da mudança revolucionária?" (David M. Fetterman, "Review of The Politics of Education", *American Anthropologist*, março de 1986.)

> "[No livro de Freire] não chegamos nem perto dos tais oprimidos. Quem são eles? A definição de Freire parece ser 'qualquer um que não seja um opressor'. Vagueza, redundâncias, tautologias, repetições sem fim provocam o tédio, não a ação." (Rozanne Knudson, Resenha da *Pedagogy of the Oppressed*; Library Journal, abril de 1971.)

> "A 'conscientização' é um projeto de indivíduos de classe alta dirigido à população de classe baixa. Somada a essa arrogância vem a irritação recorrente com 'aquelas pessoas' que teimosamente recusam a salvação tão benevolentemente oferecida: 'Como podem ser tão cegas?'" (Peter L. Berger, *Pyramids of Sacrifice*, Basic Books, 1974.)

> "Alguns veem a 'conscientização' quase como uma nova religião e Paulo Freire como o seu sumo sacerdote. Outros a veem como puro vazio e Paulo Freire como o principal saco de vento." (David Millwood, "Conscientization and What It's All About", *New Internationalist*, junho de 1974.)

> "A *Pedagogia do oprimido* não ajuda a entender nem as revoluções nem a educação em geral." (Wayne J. Urban, "Comments on Paulo Freire", comunicação apresentada à *American Educational Studies Association* em Chicago, 23 de fevereiro de 1972.)

> "Sua aparente inabilidade de dar um passo atrás e deixar o estudante vivenciar a intuição crítica nos seus próprios termos reduziu Freire ao papel de um guru ideológico flutuando acima da prática." (Rolland G. Paulston, "Ways of Seeing Education and Social Change in Latin America", *Latin American Research Review*. Vol. 27, n. 3, 1992.)

> "Algumas pessoas que trabalharam com Freire estão começando a compreender que os métodos dele tornam possível ser crítico a respeito de tudo, menos desses métodos mesmos." (Bruce O. Boston, "Paulo Freire", em Stanley Grabowski, ed., *Paulo Freire*, Syracuse University Publications in Continuing Education, 1972.)

Outros julgamentos do mesmo teor encontram-se na página de John Ohliger, um dos muitos devotos desiludidos.*

Não há ali uma única crítica assinada por direitista ou por pessoa alheia às práticas de Freire. Só julgamentos de quem concedeu anos de vida a seguir os ensinamentos da criatura, e viu com seus própios olhos que a pedagogia do oprimido não passava, no fim das contas, de uma opressão da pedagogia.

Não digo isso para criticar a nomeação póstuma desse personagem como "patrono da educação nacional". Ao contrário: aprovo e aplaudo calorosamente a medida. Ninguém melhor que Paulo Freire pode representar o espírito da educação petista, que deu aos nossos estudantes os últimos lugares nos testes internacionais, tirou nossas universidades da lista das melhores do mundo e reduziu para um tiquinho de nada o número de citações de trabalhos acadêmicos brasileiros em revistas científicas internacionais. Quem poderia ser contra uma decisão tão coerente com as tradições pedagógicas do partido que nos governa? Sugiro até que a cerimônia de homenagem seja presidida pelo ex-ministro da Educação Fernando Haddad, aquele que escrevia "cabeçário" em vez de "cabeçalho", e tenha como mestre de cerimônias o principal teórico do Partido dos Trabalhadores, dr. Emir Sader, que escreve Getúlio com LH. A não ser que prefiram chamar logo, para alguma dessas funções, a própria presidenta Dilma Roussef, aquela que não conseguia lembrar o título do livro que tanto a havia

impressionado na semana anterior, ou o ex-presidente Lula, que não lia livros porque lhe davam dor de cabeça.

Educando para a boiolice

Diário do Comércio, 23 de abril de 2007

Mal eu havia acabado de escrever que os alunos das escolas americanas são *sitting ducks* e um dos sobreviventes do massacre da Virginia Tech apareceu no show "Today", da MSNBC, dizendo a mesma coisa. Mas justamente esse, Zach Petkewicz, não foi pato nem ficou sentado. Encostou uma mesa na porta e impediu que Cho Seung Hui fizesse na sua sala de aula o que acabara de fazer nas vizinhas. Salvou uma classe inteira. Por que tão poucos, entre milhares de alunos, professores e funcionários, tiveram idêntica presença de espírito? Por que ninguém atacou o coreano maluco enquanto recarregava sua pistola automática ou trancava as portas com correntes?

Meu filho Pedro, que suportou pacientemente um ano e meio de escola pública na Virginia, garante: "É uma educação para boiolas." O equivalente inglês da palavra é *sissies*. Uma *sissy* não é necessariamente um gay. Sujeitos que nunca tiveram um único impulso homossexual podem ser *sissies* perfeitas. Basta lhes ensinar que o macho branco heterossexual cristão americano é o bicho mais desprezível da face da Terra e que, se ele for exatamente um deles, deve fazer o possível para parecer outra coisa. Aos mais sortudos ocorrerá a ideia, ridícula mas inofensiva, de usar trancinhas afro nos cabelos louros. Outros tentarão formas de adaptação mais incisivas — e, dentre elas, a mais popular e politicamente correta é tornar-se tão tímidos, fracotes e efeminados quanto possível. Depois de alguns anos desse adestramento, o sujeito está pronto para desmaiar, ter crise histérica ou ficar paralisado de medo ante o agressor, exibindo ainda mais fragilidade na esperança insensata de comovê-lo.

Impossível, diante do espetáculo de pusilanimidade coletiva na Virginia Tech, não recordar aquela vovó tagarela e empombada do conto *A Good Man is Hard to Find*, de Flannery O'Connor, que, diante do assassino armado que acaba de matar a tiros toda a sua família, se apega até o último instante à crença idiota de que ele é no fundo um homem bom, incapaz de lhe fazer dano. Mais ou menos a mesma ideia com que aqueles cabeças de toucinho do Viva Rio subiram o morro levando flores no "Dia do Carinho" — e foram expulsos a bala.

Há gays valentes e heterossexuais boiolas. A quintessência da boiolice não tem nada a ver com sexo. É uma covardia abjeta, um desfibramento da alma, uma pusilanimidade visceral — que os educadores de hoje em dia consideram o suprassumo da perfeição moral e os engenheiros sociais da ONU gostariam de espalhar por toda a humanidade. É a fórmula da pedagogia usada nas escolas públicas americanas. É por isso que o pessoal cristão foge delas, preferindo o *homeschooling*. Os meninos educados em casa só vão à escola no fim do ano, fazer exame, e tiram sempre melhores notas do que os trouxas que ficaram lá o ano inteiro só aprendendo boiolice.

Para os negros, as mulheres, os gays e os membros de "minorias" em geral, o *establishment* usa uma outra receita corruptora, simetricamente inversa. Lisonjeia-os até enlouquecê-los por completo. Infla seus egos até a divinização. Ensina-os a achar que são credores do universo, que o simples fato de dirigirem a palavra a um branco adulto é um ato de generosidade imperial. O fato de que negros e asiáticos, aqueles vindos nas tropas muçulmanas, estes nas hordas bárbaras, tenham atacado e escravizado milhões de europeus séculos antes de que o primeiro português desembarcasse na África é suprimido da história como se jamais tivesse acontecido. O branco — e, por ironia, especialmente o americano, dos povos ocidentais o que escravizou menos gente e por menos tempo — é definido como

escravagista por natureza, o escravagista eterno, herdeiro de Caim, só digno de viver por uma especial concessão da ONU. Cada página dos manuais didáticos usados nas escolas americanas traz essas crenças insinuadas nas entrelinhas. Cada vez que um professor abre a boca em sala de aula, espalha mais um pouco desse entorpecente pedagógico nos cérebros infantojuvenis. A coisa foi evidentemente calculada para estragar as almas, para alimentar o ódio e o ressentimento, para destruir o país por desmontagem sistemática.

Todos os preconceitos que existem no mundo surgiram espontaneamente dos conflitos entre os seres humanos. Agora, pela primeira vez na história, há o preconceito planejado, calculado matematicamente por engenheiros comportamentais e inoculado com requintes de técnica pedagógica nas cabeças da molecada. É por isso que há aqui um verdadeiro abismo entre as gerações. As pessoas de quarenta anos para cima são simpáticas, prestativas, generosas e patriotas. Os jovens são ranhetas insuportáveis, tanto mais pretensiosos e arrogantes quanto mais dependentes, incapazes de cuidar de si próprios e defender-se nas situações difíceis. Falo, é claro, daqueles que foram educados nas escolas públicas. Os que não querem ficar como eles buscam refúgio nas escolas particulares conservadoras (que existem aos montões, mas são caras), nas igrejas, no *homeschooling* e nas Forças Armadas.

Alguns anos atrás, a escritora Christina Hoff Sommers, em *The War Against Boys: How Misguided Feminism is Harming Our Young Men,*** já advertia contra a epidemia de frescura planejada que educadores e psicólogos feministas, desarmamentistas, pacifistas, gayzistas etc. estavam montando, muitos deles imbuídos da alta missão de amansar, por meio da castração generalizada, a "cultura americana da violência" — um estereótipo hollywoodiano em cuja realidade acreditavam piamente pelo simples fato de ter sido inventado por feministas, desarmamentistas, pacifistas, gayzistas iguais a eles. *Asinum asinus fricat*, já observavam os romanos: o asno afaga o asno — um panaca esquerdista inventa uma lenda difamatória, os outros levam a coisa mortalmente a sério, e dali a pouco há milhares de teses universitárias a respeito, com ares de profunda ciência social, e comissões técnicas pagas a peso de ouro pelas fundações beneméritas para criar soluções geniais. O resultado é Cho Seung Hui. Cada um desses garotos que de repente saem matando gente a esmo tem a cabeça cheia de ódio ao país que lhe deu tudo. Tim McVeigh queria derrubar o sistema, os meninos de Columbine eram gays intoxicados de falatório anticristão, Cho Seung Hui sonhava em tornar-se um vingador ismaelita para fazer o Ocidente em cacos. Cada um foi educado e doutrinado para fazer o que fez. Enquanto uns intelectuais iluminados lhe infundiam o desejo de vingança contra quem nunca lhe fez mal algum, outros votavam leis que desarmavam os professores e funcionários nas escolas, os padres e pastores nas igrejas. Uns preparavam psicologicamente o assassino, outros amarravam as mãos das vítimas. Vocês já repararam que os invasores armados de pistolas e rifles só atacam igrejas e escolas? Já ouviram falar de algum que invadisse um clube de caça, um estande de tiro, uma assembleia da National Rifle Association? Aí vigora o princípio do *loco si, pero no tonto*. O país está repleto de estandes de tiro ao pato — e os Zachs Petkewicz se tornam cada vez mais raros. E depois aqueles que criaram propositadamente essa situação saem diagnosticando o fenômeno como produto da "cultura americana", recomendando mais desarmamento civil, mais antiamericanismo, mais efeminamento compulsório da juventude nas escolas. Tiram proveito publicitário retroativo da sua própria maldade. É a receita infalível da propaganda revolucionária: "Xingue-os do que você é, acuse-os do que você faz."

Mas o pessoal por aqui já começou a perceber o truque, ainda que com um bocado de atraso. Allen Hill, um consultor de segurança entrevistado no mesmo programa que divulgou o episódio de Zach Petkewicz, declarou em alto e bom som que as escolas têm de ensinar os meninos a ser mais valentes e agressivos: "Os bandidos estão contando com que os americanos fiquem sentados e não façam nada. Os maus planejam seus ataques. As escolas têm de planejar sua defesa e reagir com igual agressividade. O treinamento tem de ser tão intensivo e levado tão a sério quanto o assassino leva a

sério sua missão de matar.”

Há um país da América do Sul que, se ouvisse esse conselho, talvez não fosse vítima de 50 mil homicídios por ano. Com uma diferença: ali os jovens não são tão fracotes. A boiolice está espalhada entre os homens adultos, nas ruas, nas fábricas, nos escritórios. Essa gente tem medo de armas até quando vistas pelo lado do cabo. E o governo, a Rede Globo e a *Folha de S. Paulo* querem lhe infundir mais medo ainda. É uma situação muito mais desesperadora que a dos americanos. Com o dobro da população brasileira, os EUA têm cinco vezes menos crimes violentos do que o Brasil.

Nota

* Ver http://www.bmartin.cc/dissent/documents/Facundo/Ohliger1.html#I.

** Nova York: Simon & Schuster, 2000.

1. N. do Org.: Ver o capítulo *Discussão*.

INVEJA

Dialética da inveja

Folha de S. Paulo, 26 de agosto de 2003

A inveja é o mais dissimulado dos sentimentos humanos, não só por ser o mais desprezível mas porque se compõe, em essência, de um conflito insolúvel entre a aversão a si mesmo e o anseio de autovalorização, de tal modo que a alma, dividida, fala para fora com a voz do orgulho e para dentro com a do desprezo, não logrando jamais aquela unidade de intenção e de tom que evidencia a sinceridade.

Que eu saiba, o único invejoso assumido da literatura universal é *O sobrinho de Rameau*, de Diderot, personagem caricato demais para ser real. Mesmo *O homem do subterrâneo* de Dostoiévski só se exprime no papel porque acredita que não será lido. A gente confessa ódio, humilhação, medo, ciúme, tristeza, cobiça. Inveja, nunca. A inveja admitida se anularia no ato, transmutando-se em competição franca ou em desistência resignada. A inveja é o único sentimento que se alimenta de sua própria ocultação.

O homem torna-se invejoso quando desiste intimamente dos bens que cobiçava, por acreditar, em segredo, que não os merece. O que lhe dói não é a falta dos bens, mas do mérito. Daí sua compulsão de depreciar esses bens, de destruí-los ou de substituí-los por simulacros miseráveis, fingindo julgá-los mais valiosos que os originais. É precisamente nas dissimulações que a inveja se revela da maneira mais clara.

As formas de dissimulação são muitas, mas a inveja essencial, primordial, tem por objeto os bens espirituais, porque são mais abstratos e impalpáveis, mais aptos a despertar no invejoso aquele sentimento de exclusão irremediável que faz dele, em vida, um condenado do inferno. Riqueza material e poder mundano nunca são tão distantes, tão incompreensíveis, quanto a amizade de Abel com Deus, que leva Caim ao desespero, ou o misterioso dom do gênio criador, que humilha as inteligências medíocres mesmo quando bem-sucedidas social e economicamente. Por trás da inveja vulgar há sempre inveja espiritual.

Mas a inveja espiritual muda de motivo conforme os tempos. A época moderna, explica Lionel Trilling em *Beyond Culture*, "é a primeira em que muitos homens aspiram a altas realizações nas artes e, na sua frustração, formam uma classe despossuída, um proletariado do espírito."

Para novos motivos, novas dissimulações. O "proletariado do espírito" é, como já observava Otto Maria Carpeaux em *A cinza do purgatório*, a classe revolucionária por excelência. Desde a Revolução Francesa, os movimentos ideológicos de massa sempre recrutaram o grosso de seus líderes da multidão dos semi-intelectuais ressentidos. Afastados do trabalho manual pela instrução que receberam, separados da realização nas letras e nas artes pela sua mediocridade endêmica, que lhes restava? A revolta.

Mas uma revolta em nome da inépcia se autodesmoralizaria no ato. O único que a confessou, com candura suicida, foi justamente o "sobrinho de Rameau". Como que advertidos por essa cruel caricatura, os demais notaram que era preciso a camuflagem de um pretexto nobre. Para isso serviram os pobres e oprimidos. A facilidade com que todo revolucionário derrama lágrimas de piedade por eles enquanto luta contra o *establishment*, passando a oprimi-los tão logo sobe ao poder, só se explica pelo fato de que não era o sofrimento material deles que o comovia, mas apenas o seu próprio sofrimento psíquico. O direito dos pobres é a poção alucinógena com que o intelectual ativista se inebria de ilusões quanto aos motivos da sua conduta. E é o próprio drama interior da inveja espiritual que dá ao seu discurso aquela hipnótica intensidade emocional que W. B. Yeats notava nos apóstolos do pior.* Nenhum sentimento autêntico se expressa com furor comparável ao da encenação histérica.

Por ironia, o que deu origem ao *grand guignol* das revoluções modernas não foi a exclusão, mas a

inclusão: foi quando as portas das atividades culturais superiores se abriram para as massas de classe média e pobre que, fatalmente, o número de frustrados das letras se multiplicou por milhões.

A “rebelião das massas” a que se referia José Ortega y Gasset** consistia precisamente nisso: não na ascensão dos pobres à cultura superior, mas na concomitante impossibilidade de democratizar o gênio. A inveja resultante gerava ódio aos próprios bens recém-conquistados, que pareciam tanto mais inacessíveis às almas quanto mais democratizados no mundo: daí o clamor geral contra a “cultura de elite”, justamente no momento em que já não era privilégio da elite.

Ortega, de maneira tão injusta quanto compreensível, foi por isso acusado de elitista. Mas Eric Hoffer, operário elevado por mérito próprio ao nível de grande intelectual, também escreveu páginas penetrantes sobre a psicologia dos ativistas, “pseudointelectuais tagarelas e cheios de pose... Vivendo vidas estéreis e inúteis, não possuem autoconfiança e autorrespeito, e anseiam pela ilusão de peso e importância.”***

Por isso, leitores, não estranhem quando virem, na liderança dos “movimentos sociais”, cidadãos de classe média e alta, diplomados pelas universidades mais caras, como é o caso aliás do próprio sr. João Pedro Stedile, economista da PUC-RS. Se esses movimentos fossem autenticamente de pobres, eles se contentariam com o atendimento de suas reivindicações nominais: um pedaço de terra, uma casa, ferramentas de trabalho. Mas o vazio no coração do intelectual ativista, o buraco negro da inveja espiritual, é tão profundo quanto o abismo do inferno. Nem o mundo inteiro pode preenchê-lo. Por isso a demanda razoável dos bens mais simples da vida, esperança inicial da massa dos liderados, acaba sempre se ampliando, por iniciativa dos líderes, na exigência louca de uma transformação total da realidade, de uma mutação revolucionária do mundo. E, no caos da revolução, as esperanças dos pobres acabam sempre sacrificadas à glória dos intelectuais ativistas.

Da inveja mal confessada

O Globo, 11 de maio de 2002

Quando, no final do “Big Brother Brasil”, o público deu uma surpreendente vitória ao mais inexpressivo dos candidatos, até profissionais da saúde mental foram entrevistados em busca de explicações. A melhor foi a do psicanalista Luiz Fernando Py: o tal Kleber fora escolhido justamente por ser insignificante demais para despertar inveja. Fora escolhido porque qualquer um podia escolhê-lo sem sentir que rendia homenagem a alguém melhor que ele próprio.

Envio, com atraso, meus parabéns ao dr. Py. Num país em que os debates em geral se restringem ao intercâmbio de chavões sem nenhum contato com a realidade, uma observação pessoal certeira é uma grande proeza intelectual. E essa é tão certeira que se aplica não somente a um caso, mas a toda uma tendência que, de ano para ano, vem ganhando espaço na alma brasileira, invadindo até a política: a tendência de usar o aplauso e o voto não como meios de reconhecimento das qualidades da pessoa eleita, mas como mecanismos de compensação neurótica da pobre autoestima do votante.

O Brasil não era assim. Jânio, Lacerda ou JK podiam ter todos os defeitos do mundo, menos a falta de talentos. O eleitor sabia que não podia competir com a inventividade e o dom teatral do primeiro, a eloquência e a coragem do segundo, a simpatia e o carisma do terceiro. Nem por isso fugia deles, esquivando-se covardemente à humilhação da inveja e, *ipso facto*, já cedendo a ela. Ao contrário: aplaudia seu desempenho com a alegria de quem contemplasse uma jogada de Pelé. Quando lhes recusava o voto, era por objeção política, sem nenhuma depreciação de seus dons pessoais.

Tudo isso perdeu-se. A inveja, o mais aviltante dos sentimentos, apossou-se do coração dos brasileiros. Pior ainda é aquela inveja mal confessada que, pretendendo esconder-se, rebaixa e corrói

não somente a imagem da pessoa invejada — como seria do estilo da inveja consciente — mas o próprio padrão de julgamento, enaltecendo o que é estúpido e cinzento para não se confessar humilhada ante o brilho, a graça e o talento de ninguém.

Desprezo afetado

O Globo, 12 de junho de 2004

Como já escrevi tempos atrás, o maior obstáculo à formação superior da inteligência não está em fatores de ordem econômica, social, racial ou familiar, mas de ordem moral. Está naquilo que os gregos chamavam *apeirokalia*:[1] a falta de experiência das coisas mais belas. A alma que, desde tenra idade, não seja exposta à visão de exemplos concretos de beleza natural, artística, intelectual, espiritual e moral, torna-se incapaz de conceber qualquer realidade mais alta que o topo das suas percepções corriqueiras. Como o sapo do fundo do poço, se lhe perguntamos “Que é o céu?”, responde: “É um buraquinho no teto da minha casa.”

Esse é o mal crônico da cultura nacional, sempre devota do irrelevante e cheia de despeito por tudo o que esteja acima da sua precária capacidade de compreensão.

Um exame dos principais romances brasileiros já revela: não há literatura mais rica em personagens fúteis, medíocres, desprovidos de qualquer profundidade de alma ou de espírito. É um mundo de pequenos funcionários, atormentados, na mais nobre das hipóteses, pelo orçamento exíguo, pela libido insatisfeita ou por alguma cólica intestinal. A literatura de ficção é ao mesmo tempo retrato e sintoma: se nosso cosmos ficcional é assim, não é só porque a sociedade é assim, mas porque assim também são os escritores. Sua única diferença é que têm algum dom de observação crítica para descrever a mediocridade geral, mas não para superá-la. A prova é que, quando analisam a situação, tratam logo de atribuí-la a causas econômicas, raciocinando por sua vez como pequenos funcionários e anestesiando-se para não enxergar sua própria miséria interior.

Nos últimos tempos, e com estímulo oficial, a mesquinharia nacional tornou-se ainda mais tacanha e empedernida ao adornar-se de pretextos sociais edificantes. A indolência mental virou sinal de amor ao povo; a incultura, uma prova de altos ideais; a mediocridade pétrea, uma aura de santidade em torno da cabeça oca de um candidato presidencial.

A jaula de sentimentos ruins e ilusões jactanciosas em que se fechou o povo brasileiro acaba por separá-lo tão completamente do universo, que já não concebe o belo e o sublime senão como produtos enganosos da astúcia publicitária de algum Duda Mendonça.

Daí a imagem que se pintou, na nossa mídia, do recém-falecido presidente americano Ronald Reagan.

Nos EUA, o colunista Jack Wheeler escreveu: “Ronald Reagan foi o maior dos americanos — não apenas dos presidentes americanos. Mais que qualquer outro, personificou o ideal moral descrito por Aristóteles como *megalopsiquia*, o ‘homem de grande alma’. Este tem um caráter de tanta integridade indissolvida e de tanta realização no mundo real que sua alma expressa, para Aristóteles, o *kálon*, a beleza moral.”

Essa é mais ou menos a opinião que têm de Reagan até alguns de seus mais belicosos adversários políticos.

Um homem dessa envergadura pode ser amado, temido ou odiado, nunca desprezado. A afetação de desprezo olímpico com que a mídia brasileira escreveu sobre ele é apenas o disfarce convencional do mais vil dos sentimentos: a inveja rancorosa, insanável e desesperadora que as almas miúdas têm das grandes.

Nunca uma camuflagem neurótica foi tão transparente, nem tão dolorida a consciência de inferioridade aflorando à casca da superioridade fingida.

Mais que amostra de uma situação cultural e política deprimente, a mídia brasileira tornou-se um sintoma psiquiátrico em sentido estrito.

A ingenuidade da astúcia

O Globo, 23 de setembro de 2000

O século XX julgou-se muito astuto porque descobriu, com Marx, Freud e Nietzsche, que as mais altas qualidades humanas podiam encobrir preconceitos de classe, desejos recalcados e a busca de compensações para o ressentimento.

À luz dessas revelações, a imagem dos grandes homens que os séculos anteriores haviam exaltado fragmentou-se numa poeira de pequenas misérias, a tal ponto que se tornou necessário explicar seus feitos e obras notáveis como projeções imaginárias do meio cultural.

Pelo fim do século, virou moda nos círculos universitários a produção de biografias pejorativas, empenhadas em ressaltar pecados, defeitos e pontos cegos nas almas dos indivíduos melhores, de modo a sugerir à multidão de leitores que nesses personagens nada havia de especial que não tivesse sido depositado lá pelos acasos da fama, por uma bem orquestrada campanha de publicidade ou por um concurso de arranjos convenientes aos interesses da classe dominante.

Tendo assim levado a consequências extremas a propensão moderna de deleitar-se na autocorrosão masoquista, o século XX parecia não ter maior motivo de orgulho do que a inflexível suspicácia que fizera dele, depois de tantos séculos de sonhos e desvarios, o primeiro a não se deixar enganar.

Essa estranha soberba de olhar frio, que se compraz na visão da própria miséria porque ela investe seu portador do poder soberano de desfazer com uma frase lacônica os mais altos valores e esperanças, é a perfeita inversão da humildade cristã, que só vasculha com idêntico rigor os próprios pecados para enaltecer através deles a glória da cura divina.

Enquanto o cristão se humilha para que Deus o exalte, o homem moderno se humilha para humilhar os outros. Deus nos amedronta porque conserva em suas mãos, em vez das nossas, o segredo da salvação; o discurso da modernidade nos amedronta porque nos persuade de que possui o segredo último de que não há salvação.

O modelo supremo de sabedoria a que aspira a inteligência moderna é, indiscutivelmente, o demônio. Ele não pode nos salvar; mas pode justificar de maneira cada vez mais científica a nossa danação. Essa ascese demoníaca se tornou tão disseminada e obrigatória nos meios acadêmicos que praticamente chegou a se identificar com a imagem do saber científico em geral, a ponto de, quando se fala em fé e caridade hoje em dia, ser quase sempre no tom de uma concessão paternal que o rigor intelectual faz às necessidades pueris de consolo e de ilusão, incontornáveis naquela parcela majoritária da espécie humana que ainda não alcançou os patamares mais altos de consciência reservados aos acadêmicos de olhar frio e sorriso desdenhoso.

Foi numa avançada etapa desse desenvolvimento que surgiu a ideia de esfarelar, depois das imagens divinas, as próprias qualidades humanas que as manifestavam. A atração que as biografias pejorativas e os diagnósticos insultuosos da psique dos grandes homens exercem sobre a massa dos leitores "médios" explica-se facilmente pelo mecanismo de sedução. "Sedução" vem de *sub ducere*, conduzir ou atrair por baixo: dominar a mente de um sujeito apelando às suas piores qualidades, às suas fraquezas, aos seus temores.

Sobretudo à sua inveja. Inveja é um sentimento de inferioridade que encontra alívio na

contemplação das inferioridades reais ou imaginárias dos outros. Incapaz de superar suas fraquezas, o invejoso consola-se com o pensamento de que todos as têm em dose igual. É a democracia dos complexos.

Esse tipo de literatura acadêmica visa a despertar no leitor aquilo que John Le Carré chamou "a típica percepção corrosiva dos fracos". Tê-la disseminado entre as classes letradas fez o século XX sentir-se especialmente astuto.

Mas o que parecerá supremamente ingênuo aos futuros historiadores é que tão vastas porções das classes letradas de uma época acreditassem na possibilidade de apreender a personalidade e o gênio de um Goethe, de um Shakespeare — isto para não mencionar os santos e os profetas — a partir do exame das deficiências e pecados que tinham em comum com o restante da humanidade, sem ter em conta o que tinham de diferente. Porque, justamente, se suas fraquezas são iguais às de todo mundo, resta explicar por que nem todo mundo consegue escrever o *Fausto* ou o *Hamlet* — e muito menos operar curas milagrosas ou fazer profecias confirmadas pelo tempo.

Para aliviar a incomodidade dessa questão, a engenharia acadêmica concebeu teorias como o desconstrucionismo e a estética da recepção, que, desviando a atenção dos leitores da unidade estrutural na qual se apreende o sentido superior das grandes obras, dispersam sua inteligência na contemplação da infinidade de elementos soltos que as compõem ou da variedade inesgotável de reações que os públicos de várias épocas e lugares tiveram ante essas obras.

Invariavelmente, da dispersão da inteligência segue-se o esfarelamento do seu objeto: no fim o que é negado é a própria integridade das obras, o que é o mesmo que dizer: sua existência.

Com isto fica definitivamente sanada a incomodidade acima referida, pois ninguém se sente inferiorizado diante do que não existe.

Que milhares de invejosos em todo o mundo cedessem tão facilmente à tentação desse alívio barato e chegassem a acreditar piamente nos truques intelectuais pueris concebidos para obtê-lo, eis o que fará do século XX, na visão dos tempos vindouros, o mais ingênuo século da história.

Nota

* Ver “The Second Coming” e “The Leaders of the Crowd” em *Michael Robartes and The Dancer*, 1921.

** *La Rebelión de las Masas*, 1928.

*** *The Ordeal of Change*, 1952.

1. N. do Org.: Para uma análise detalhada deste impedimento de ordem moral, ver o artigo “*Apeirokalia*”, de Olavo de Carvalho, publicado na revista *Bravo!*, ano I, nº 1, de novembro de 1997 e disponível no link: http://www.olavodecarvalho.org/livros/apeirokalia.htm.

ABORTO

Desejo de matar

Jornal da Tarde, 22 de janeiro de 1998

Amigos e leitores pedem-me uma opinião sobre o aborto. Mas, inclinado por natureza à economia de esforço, meu cérebro se recusa a criar uma opinião sobre o quer que seja, exceto quando encontra um bom motivo para fazê-lo. Diante de um problema qualquer, sua reação instintiva é apegar-se ferozmente ao direito natural de não pensar no caso. Mas, ao argumentar em favor desse direito, ele acaba tendo de se perguntar por que afinal existe o maldito problema. Assim, o que era uma tentativa de não pensar acaba por se tornar uma investigação de fundamentos, isto é, o empreendimento mais filosófico que existe. Os futuros autores de biografias depreciativas dirão, com razão, que me tornei filósofo por mera preguiça de pensar. Mas, como a preguiça gradua os assuntos pela escala de atenção prioritária mínima, acabei por desenvolver um agudo sentimento da diferença entre os problemas colocados pela fatalidade das coisas e os que só existem porque determinadas pessoas querem que existam.

Ora, o problema do aborto pertence, com toda a evidência, a esta última espécie. O questionamento do aborto existe porque a prática do aborto existe, e não ao contrário. Que alguém decida em favor do aborto é o pressuposto da existência do debate sobre o aborto. Mas o que é pressuposto de um debate não pode, ao mesmo tempo, ser a sua conclusão lógica. A opção pelo aborto, sendo prévia a toda discussão, é inacessível a argumentos. O abortista é abortista por decisão livre, que prescinde de razões. Essa liberdade afirma-se diretamente pelo ato que a realiza e, multiplicado por milhões, se torna liberdade genericamente reconhecida e consolidada num “direito”. Daí que o discurso em favor do aborto evite a problemática moral e se apegue ao terreno jurídico e político: não quer tanto afirmar um valor, mas estatuir um direito (que pode, em tese, coexistir com a condenação moral do ato).

Quanto ao conteúdo do debate, os adversários do aborto alegam que o feto é um ser humano, que matá-lo é crime de homicídio. Os partidários alegam que o feto é apenas um pedaço de carne, uma parte do corpo da mãe, que deve ter o direito de extirpá-lo à vontade. No presente *score* da disputa, nenhum dos lados conseguiu ainda persuadir o outro. Nem é razoável esperar que o consiga, pois, não havendo na presente civilização o menor consenso quanto ao que é ou não é a natureza humana, não existem premissas comuns que possam fundamentar um desempate.

Mas o empate mesmo acaba por transfigurar toda a discussão: diante dele, passamos de uma disputa ético-metafísica, insolúvel nas presentes condições da cultura ocidental, a uma simples equação matemática cuja resolução deve, em princípio, ser idêntica e igualmente probante para todos os seres capazes de compreendê-la. Essa equação formula-se assim: se há 50% de probabilidades de que o feto seja humano e 50% de que não o seja, apostar nesta última hipótese é, literalmente, optar por um ato que tem 50% de probabilidades de ser um homicídio.

Com isso, a questão toda se esclarece mais do que poderia exigi-lo o mais refratário dos cérebros. Não havendo certeza absoluta da inumanidade do feto, extirpá-lo pressupõe uma decisão moral (ou imoral) tomada no escuro. Podemos preservar a vida dessa criatura e descobrir mais tarde que empenhamos em vão nossos altos sentimentos éticos em defesa do que não passava, no fim das contas, de mera coisa. Mas podemos também decidir extirpar a coisa, correndo o risco de descobrir, tarde demais, que era um ser humano. Entre a precaução e a aposta temerária, cabe escolher? Qual de nós, armado de um revólver, se acreditaria moralmente autorizado a dispará-lo, se soubesse que tem 50% de chances de acertar numa criatura inocente? Dito de outro modo: apostar na inumanidade do feto é jogar na cara ou coroa a sobrevivência ou morte de um possível ser humano.

Chegados a esse ponto do raciocínio, todos os argumentos pró-aborto tornaram-se argumentos contra. Pois aí saímos do terreno do indecidível e deparamos com um consenso mundial firmemente

estabelecido: nenhuma vantagem defensável ou indefensável, nenhum benefício real ou hipotético para terceiros pode justificar que a vida de um ser humano seja arriscada numa aposta.

Mas, como vimos, a opção pró-aborto é prévia a toda discussão, sendo este o motivo pelo qual o abortista ressente e denuncia como "violência repressiva" toda argumentação contrária. A decisão pró-aborto, sendo a precondição da existência do debate, não poderia buscar no debate senão a legitimação *ex post facto* de algo que já estava decidido irreversivelmente com ou sem debate. O abortista não poderia ceder nem mesmo ante provas cabais da humanidade do feto, quanto mais ante meras avaliações de um risco moral. Ele simplesmente deseja correr o risco, mesmo com chances de 0%. Ele quer porque quer. Para ele, a morte dos fetos indesejados é uma questão de honra: trata-se de demonstrar, mediante atos e não mediante argumentos, uma liberdade autofundante que prescinde de razões, um orgulho nietzschiano para o qual a menor objeção é constrangimento intolerável.

Creio descobrir, aí, a razão pela qual meu cérebro se recusava obstinadamente a pensar no assunto. Ele pressentia a inocuidade de todo argumento ante a afirmação brutal e irracional da pura vontade de matar. É claro que, em muitos abortistas, esta vontade permanece subconsciente, encoberta por um véu de racionalizações humanitárias, que o apoio da mídia fortalece e a vociferação dos militantes corrobora. Porém, é claro também que não adianta argumentar com pessoas capazes de mentir tão tenazmente para si próprias.

Lógica do abortismo

Diário do Comércio, 14 de outubro de 2010

O aborto só é uma questão moral porque ninguém conseguiu jamais provar, com certeza absoluta, que um feto é mera extensão do corpo da mãe ou um ser humano de pleno direito. A existência mesma da discussão interminável mostra que os argumentos de parte a parte soam inconvincentes a quem os ouve, se não também a quem os emite. Existe aí portanto uma dúvida legítima, que nenhuma resposta tem podido aplacar. Transposta ao plano das decisões práticas, essa dúvida transforma-se na escolha entre proibir ou autorizar um ato que tem 50% de chances de ser uma inocente operação cirúrgica como qualquer outra, ou de ser, em vez disso, um homicídio premeditado. Nessas condições, a única opção moralmente justificada é, com toda a evidência, abster-se de praticá-lo. À luz da razão, nenhum ser humano pode arrogar-se o direito de cometer livremente um ato que ele próprio não sabe dizer, com segurança, se é ou não um homicídio. Mais ainda: entre a prudência que evita correr o risco desse homicídio e a afoiteza que se apressa em cometê-lo em nome de tais ou quais benefícios sociais hipotéticos, o ônus da prova cabe, decerto, aos defensores da segunda alternativa. Jamais tendo havido um abortista capaz de provar com razões cabais a inumanidade dos fetos, seus adversários têm todo o direito, e até o dever indeclinável, de exigir que se abstenha de praticar uma ação cuja inocência é matéria de incerteza até para ele próprio.

Se esse argumento é evidente por si mesmo, é também manifesto que a quase totalidade dos abortistas opinantes hoje não logra perceber o seu alcance, pela simples razão de que a opção pelo aborto supõe a incapacidade — ou, em certos casos, a má vontade criminosa — de apreender a noção de "espécie". Espécie é um conjunto de traços comuns, inatos e inseparáveis, cuja presença enquadra um indivíduo, de uma vez para sempre, numa natureza que ele compartilha com outros tantos indivíduos. Pertencem à mesma espécie, eternamente, até mesmo os seus membros ainda não nascidos, inclusive os não gerados, que, quando gerados e nascidos, vierem a portar os mesmos traços comuns. Não é difícil compreender que os gatos do século XXIII, quando nascerem, serão gatos e não tomates.

A opção pelo abortismo exige, como condição prévia, a incapacidade ou recusa de apreender essa noção. Para o abortista, a condição de "ser humano" não é uma qualidade inata definidora dos membros da espécie, mas uma convenção que os já nascidos podem, a seu talante, aplicar ou deixar de aplicar aos que ainda não nasceram. Quem decide se o feto em gestação pertence ou não à humanidade é um consenso social, não a natureza das coisas.

O grau de confusão mental necessário para acreditar nessa ideia não é pequeno. Tanto que raramente os abortistas alegam de maneira clara e explícita essa premissa fundante dos seus argumentos. Em geral mantêm-na oculta, entre névoas (até para si próprios), porque pressentem que enunciá-la em voz alta seria desmascará-la, no ato, como presunção antropológica sem qualquer fundamento possível e, aliás, de aplicação catastrófica: se a condição de ser humano é uma convenção social, nada impede que uma convenção posterior a revogue, negando a humanidade de retardados mentais, de aleijados, de homossexuais, de negros, de judeus, de ciganos ou de quem quer que, segundo os caprichos do momento, pareça inconveniente.

Com toda a clareza que se poderia exigir, a opção pelo abortismo repousa no apelo irracional à inexistente autoridade de conferir ou negar, a quem bem se entenda, o estatuto de ser humano, de bicho, de coisa ou de pedaço de coisa.

Não espanta que pessoas capazes de tamanho barbarismo mental sejam também imunes a outras imposições da consciência moral comum, como por exemplo o dever que um político tem de prestar contas dos compromissos assumidos por ele ou por seu partido. É com insensibilidade moral verdadeiramente sociopática que o sr. Lula da Silva[1] e sua querida dona Dilma,[2] após terem subscrito o programa de um partido que ama e venera o aborto a ponto de expulsar quem se oponha a essa ideia, saem ostentando inocência de qualquer cumplicidade com a proposta abortista.

Seria tolice esperar coerência moral de indivíduos que não respeitam nem mesmo o compromisso de reconhecer que as demais pessoas humanas pertencem à mesma espécie deles por natureza e não por uma generosa — e altamente revogável — concessão da sua parte.

Também não é de espantar que, na ânsia de impor sua vontade de poder, mintam como demônios. Vejam os números de mulheres supostamente vítimas anuais do aborto ilegal, que eles alegam para enaltecer as virtudes sociais imaginárias do aborto legalizado. Eram milhões, baixaram para milhares, depois viraram algumas centenas. Agora parece que fecharam negócio em 180, quando o próprio SUS já admitiu que não passam de oito ou nove. É claro: se você não apreende ou não respeita nem mesmo a distinção entre espécies, como não seria também indiferente à exatidão das quantidades? Uma deformidade mental traz a outra embutida.

Aristóteles aconselhava evitar o debate com adversários incapazes de reconhecer ou de obedecer as regras elementares da busca da verdade. Se algum abortista desejasse a verdade, teria de reconhecer que é incapaz de provar a inumanidade dos fetos e admitir que, no fundo, eles serem humanos ou não é coisa que não interfere, no mais mínimo que seja, na sua decisão de matá-los. Mas confessar isso seria exibir um crachá de sociopata. E sociopatas, por definição e fatalidade intrínseca, vivem de parecer que não o são.

Conversa franca sobre o aborto

Rádio Imprensa,[3] 4 de dezembro de 1996

A resposta à questão do aborto depende inteiramente de duas perguntas.

A primeira é: O feto no ventre da mãe é um ser humano ou não?

Se não é, então ele tem de se tornar um ser humano em algum momento da gestação.[4] Há duas

classes de imbecis que apostam nesta hipótese absurda.

Os imbecis espiritualistas acreditam que isso acontece no instante em que a alma “entra” no corpo. Mas a alma não é uma “coisa” alheia ao corpo: é a própria vida do corpo. Para que ela entrasse num corpo já existente seria preciso que o corpo, até esse instante, não tivesse vida. Neste caso, é preciso admitir que o feto, nas primeiras semanas depois de gerado, está mortinho da silva. Já viu coisa mais doida?

Os imbecis materialistas alegam que um feto de três meses não se distingue, na aparência, de um feto de macaco — um argumento que é pura macaquice. Pablo Picasso, bem examinado, é mais parecido com o homem de Neanderthal do que com Tom Cruise.

Toda tentativa de provar que o feto não é humano esbarra em contrassensos intransponíveis. Mas negar que o outro seja humano é a mais velha desculpa de quem deseja matá-lo. A ciência nazista provava, com argumentos parecidos, que os judeus não eram gente.

Afastada a hipótese maluca de que o feto não seja humano, surge então a segunda pergunta decisiva: Existe alguma diferença substancial entre matar um ser humano no ventre da mãe e matá-lo depois que saiu?

Os aborteiros procuram enganar as mulheres com lisonjas, assegurando que tudo o que está dentro do corpo delas é delas, e que podem fazer o que bem entendem com o que é delas. Este raciocínio subentende que o feto é um órgão do corpo da mulher, e não um ser humano independente. Mas, mesmo que o feto fosse um órgão, que é um órgão? É, por definição, algo que não pode ser retirado sem dano para o corpo. Estão como alegar, em apoio do direito de retirar o feto, o argumento de que é um órgão? Se é um órgão, retirá-lo é mutilar o corpo. E, uma vez aceito o direito à automutilação, seria uma odiosa discriminação concedê-lo a quem desejasse cortar o dedão do próprio pé e negá-lo a quem pretendesse algo mais requintado, como cortar a própria cabeça, ou cortar o restante do corpo e sair por aí só com a cabeça flutuando no ar.

Excluída, por absurda, a hipótese de que o feto seja um órgão, resta saber se, mesmo sendo alguma outra coisa, ele pertence à mulher que o carrega no ventre. A resposta é não, porque não é feito só de óvulo, mas também de esperma. O esperma não é produzido pelo corpo da mãe, mas pelo do pai, que apenas o deposita no corpo da mãe. A mãe não é portanto dona do feto inteiro, mas apenas de uma parte; da outra parte, que veio do pai, é apenas depositária — e tem tanto direito de jogar o feto no lixo quanto um banco tem o direito de jogar no lixo o dinheiro dos nossos depósitos.

A rejeição categórica do direito ao aborto decorre de evidências cristalinas, que só uma mentalidade torpe pode negar. Mas o mal não está nas mulheres que abortam, enganadas pelo desespero. Está no defensor do aborto, que com fala mansa pretende induzi-las a tornar-se homicidas. Caso aceitem a proposta, das duas uma: ou estarão criando ainda mais um motivo de culpa, sofrimento e desespero, ou então terão de sufocar no seu coração todo sentimento de culpa, tornando-se frias e desumanas como seu pérfido conselheiro.

Faço um apelo à mulher pobre e desesperada, que tem medo de pôr um filho no mundo: não creia nesses falsos amigos. Quando ouvir um deputado, um senador, um intelectual bem situado na vida dizer que defende o aborto porque tem pena das mulheres pobres, pergunte a ele:

— Mas, doutor, se o senhor é tão bom e generoso que se oferece para ajudar a matar o meu filhinho, por que não pode me dar algum dinheiro para ajudá-lo a viver?

Notas

1. N. do Org.: Ver “Lula é abortista sim. Provas e mais provas, aqui”, documentação reunida e apresentada por Alberto R. S. Moteiro em outubro de 2006, disponível no link: http://www.olavodecarvalho.org/textos/mensagem_aborto.html.

2. N. do Org.: A posição pública de Dilma Rousseff em relação à legalização do aborto variou ao longo dos anos, sendo ora a favor, ora perfeitamente dúbia ou incompreensível, ora contra. Seguem suas mais célebres declarações a respeito, todas disponíveis na internet, algumas inclusive com os vídeos originais. Em sabatina de 4 de outubro de 2007 da *Folha*: “Olha, eu acho que tem de haver a descriminalização do aborto. Hoje, no Brasil, isso é um absurdo que não haja.” Em entrevista de abril de 2009 à revista *Marie Claire*: “Abortar não é fácil pra mulher alguma. Duvido que alguém se sinta confortável em fazer um aborto. Agora, isso não pode ser justificativa para que não haja a legalização.” Em entrevista à revista *Isto É* de 8 de maio de 2010: Dilma, já candidata a presidente, diz-se a favor de uma legislação “que obrigue a ter tratamento para as pessoas, para não haver risco de vida, igual [àquela que existe] nos países desenvolvidos do mundo inteiro” e também defende atendimento público “para quem estiver em condições de fazer o aborto ou querendo fazer o aborto”. Em debate de 23 de setembro de 2010 promovido pela CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil: “Eu também tenho uma posição clara em defesa da vida. (...) O aborto é uma violência contra a mulher. Eu, pessoalmente, não sou favorável ao aborto. Como presidente da República, se eleita, eu terei de tratar da questão das milhares de mulheres pobres deste país que usam métodos absolutamente, eu diria assim, bárbaros e que correm, sistematicamente, risco de vida. Elas têm de ser protegidas. E é nesse sentido que eu afirmei sempre que isso é uma questão de saúde pública. Não é uma questão que pode confundir-se com a minha opção por um processo de favorecimento do aborto. Não acho que isso resulte em nenhum benefício para a sociedade. Agora, considero também que a legislação vigente já prevê os casos em que o aborto é factível e eu não sei se acho que seria necessário ampliar esses casos; não vejo muito sentido.” Em encontro de 29 de setembro de 2010 com católicos e evangélicos, a quatro dias das eleições: “Eu, pessoalmente, sou contra o aborto. Acho o aborto uma violência contra a mulher. (...) Eu não sou a favor de modificar a legislação.” Vale lembrar ainda que o Plano Nacional-Socialista de Direitos Humanos, que trazia a proposta da legalização do aborto, ganhou forma final na Casa Civil, da qual Dilma era a titular.

3. N. do Org.: Lido no programa de Heitor Bastos-Tigre.

4. N. do Org.: “[Segundo o editorial da *Folha* de 15 de abril de 2007:] ‘A única alternativa é deixar que o direito estabeleça o ponto, que será necessariamente arbitrário.’ Ou seja: se ignoramos se o feto é gente ou não é, o legislador pode fazer com ele o que bem entenda. Correr ou não o risco de matar um possível ser humano é apenas uma questão de gosto. É claro que o editorialista não tem a menor consciência da imoralidade do que escreveu. Para uma mente sã, qualquer conduta baseada numa dúvida é dúbia em si mesma; e ninguém tem direito à ação dúbia quando ela põe em risco uma possível vida humana.” [Olavo de Carvalho, “Lógica de abortista”, *Jornal do Brasil*, 19 de abril de 2007 — http://www.olavodecarvalho.org/semana/070419jb.html].

CIÊNCIA

A ciência contra a razão

Diário do Comércio, 7 de janeiro de 2009

Aquilo que hoje se chama orgulhosamente de “ciência”, pretendendo-se com isso designar a instância última e suprema no julgamento de todas as questões públicas e privadas, nem é uma entidade univocamente reconhecível, nem muito menos um conhecimento que tenha em si seu próprio fundamento.

A possibilidade da existência de algo como a “ciência” repousa numa variedade de pressupostos que nem podem ser eles próprios submetidos a teste “científico”, nem muito menos fornecem qualquer base racional para dar à dita “ciência” a autoridade da última palavra não só nas questões gerais da existência humana, mas até no próprio domínio especializado de cada área científica em particular.

Só para dar um exemplo elementar, sem as palavras “sim” e “não” nenhum raciocínio lógico é possível. Nenhuma ciência pode nos dizer o que significam. Toda a lógica formal baseia-se nessas duas palavras, e a própria lógica formal não pode defini-las. Qualquer definição lógico-formal que se ofereça para elas será sempre puramente tautológica, nada dizendo em si mesma e baseando enfim toda a sua compreensão no apelo à experiência pessoal do ouvinte ou leitor. Se dizemos, por exemplo, que o sentido de “sim” é anuência, concordância, aceitação etc., nada afirmamos exceto que dizer sim é dizer sim. Do mesmo modo, o “não” não pode ser definido como rejeição, impugnação etc., pela simples razão de que o sentido dessas palavras consiste precisamente em dizer não. O único significado possível da palavra “sim” é o da responsabilidade moral integral que uma pessoa assume ao declarar alguma coisa. Essa responsabilidade, por sua vez, subdivide-se em graus que vão desde a disposição absoluta de morrer pelo que se diz até a mera aceitação provisória de uma hipótese para fins de argumentação, portanto também de refutação. O mesmo acontece com o “não”.

Não há como definir essas palavras senão mediante o apelo à responsabilidade pessoal tal como aparece no autoconhecimento subjetivo. Isso quer dizer, simplesmente, que todo emprego puramente lógico-formal desses termos, amputado da sua raiz na experiência moral humana, é apenas um uso convencional e hipotético que não permite distinguir se, no fim das contas, o “sim” quer dizer “sim” ou “não”, e o “não” quer dizer “não” ou “sim”.

Fenômeno idêntico acontece com inúmeros outros termos usados no raciocínio científico, como por exemplo “igualdade”, “diferença”, “causa”, “relação”, etc. Nenhuma ciência pode definir esses termos e também não o pode a metodologia científica se tomar como pressuposto a validade do conhecimento científico em vez de fundamentá-lo desde suas raízes. Podemos, é claro, fixar significados lógico-formais para essas palavras, bem como para muitas outras, mas somente como um recorte convencional operado em cima daquilo que elas significam na experiência humana responsável.

Também não teria sentido imaginar que essa dificuldade afeta apenas a expressão do conhecimento científico em palavras e não a substância mesma desse conhecimento. Ou os termos usuais da linguagem científica expressam o conteúdo mesmo e a própria estrutura do conhecimento científico, ou este último é em si um conhecimento indizível e místico cuja tradução em palavras permanece sempre externa, aproximativa e imperfeita.

Em suma, o conhecimento científico — e mais ainda aquilo que hoje se entende popularmente como tal — é uma subdivisão especializada da capacidade racional geral e tem nela o seu fundamento, não podendo julgá-la por seus próprios critérios. O que aqui se entende como “razão” não se resume também às capacidades usuais da linguagem coerente e do cálculo, pois ambas essas capacidades também não passam de especializações de uma capacidade mais básica. A razão é, em primeiro lugar, a capacidade de abrir-se imaginativamente ao campo inteiro da experiência real e virtual como uma totalidade e de contrastar essa totalidade com a dimensão de infinitude que a transcende

imensuravelmente. O finito e o infinito são as primeiras categorias da razão, e não me refiro aos equivalentes matemáticos desses termos, que são apenas as traduções deles para um domínio especializado. Dessa primeira distinção surgem inúmeras outras, como inclusão e exclusão, limitado e ilimitado, permanência e mudança, substância e acidente e assim por diante. Sem essa imensa rede de distinções e inclusões que constitui a estrutura básica da razão, o método científico seria um nada. É ainda mais estúpido imaginar que, uma vez formado historicamente, o método científico se tornou independente da razão e pode prescindir dela ou julgá-la segundo seus próprios critérios. É a razão, e não o método científico, que confere sentido ao próprio discurso científico, o qual por sua vez não pode dar conta dela no mais mínimo que seja. A “ciência” não pode jamais ser a autoridade última em nenhum assunto exceto dentro dos limites que a razão lhe prescreva, limites estes que por sua vez continuam sujeitos à crítica racional a qualquer momento e em qualquer circunstância do processo científico.

O objeto da razão é a experiência humana tomada na sua totalidade indistinta, só limitada pelo senso da infinitude. O objeto da ciência é um recorte operado convencionalmente dentro dessa totalidade, recorte cuja validade não pode ser senão relativa e provisória, condicionada sempre à crítica segundo as categorias gerais da razão que transcende infinitamente não só o domínio de cada ciência em particular, mas o de todas em conjunto.

Afinal, como se constitui uma ciência? Supõe-se que determinado grupo de fenômenos obedece a certas constantes e em seguida se recortam amostras dentro desse mesmo grupo para averiguar, mediante observações, experiências e medições, se as coisas se passam como previsto na hipótese inicial. Repetida a operação um certo número de vezes, busca-se articular os seus resultados num discurso lógico-dedutivo, estruturando a realidade da experiência na forma de uma demonstração lógica, evidenciando, ao menos idealmente, a racionalidade do real. Tudo isso é impossível sem as categorias da razão, obtidas não desta ou daquela experiência científica, nem de todas em conjunto, mas do próprio senso da experiência humana como totalidade ilimitada.

A experiência humana, tomada como totalidade ilimitada, é a mais básica das realidades, ao passo que o objeto de cada ciência é uma construção hipotética erigida dentro de um recorte mais ou menos convencional dessa totalidade. Essa construção nada vale se amputada do fundo desde o qual se constituiu. O apego à autoridade da “ciência”, tal como hoje se vê na maior parte dos debates públicos, não é senão a busca de uma proteção fetichista, socialmente aprovada, contra as responsabilidades do uso da razão.

O mais evidente sintoma disso é a facilidade, a trêfega e saltitante mudança de canal com que os porta-vozes da “ciência” transitam das atenuações relativistas e desconstrucionistas, para as quais todos os discursos são válidos de algum modo, às proclamações absolutistas de “fatos científicos” imunes a toda discussão, tão sagrados que seus contestadores devem ser excluídos do meio universitário e expostos à execração pública. O culto da “ciência” começa na ignorância do que seja a razão e culmina no apelo explícito à autoridade do irracional.[1]

Sonhando com a teoria final

Diário do Comércio, 2 de dezembro de 2012

A prova lógica perfeita independe das paixões e veleidades humanas. Independe de testemunhas. Independe até da existência de seres humanos. Impõe-se com a impessoalidade dos terremotos e dos ciclos planetários. Mas terremotos e ciclos planetários são, na escala do universo, acontecimentos limitados. Infinitamente acima deles, a prova lógica perfeita impõe-se com a autoridade absoluta da

vontade divina.

Aquele que dispõe de uma prova lógica perfeita pode aceitar a discordância como um fato, não como um direito. Em última instância, explicará toda divergência como fruto da ignorância ou da perversão e, mais dia menos dia, desejará suprimi-la pela doutrinação ou pela força.

Felizmente, provas lógicas perfeitas só existem no domínio puramente ideal. Não dizem respeito às realidades do mundo. Mesmo a ciência mais exata admite que o seu reino não é o das verdades definitivas, mas o das probabilidades e incertezas. Isso não impede, no entanto, que muitos cientistas continuem sonhando com a “teoria final”: a explicação unificada e cabal da natureza e de tudo quanto existe dentro dela — o que inclui necessariamente o ser humano com todos os seus pensamentos, desejos, emoções, crenças e valores.

Os devotos desse ideal, quando falam dele, apressam-se em reconhecer que “ainda estamos longe” de alcançá-lo. A aparente modéstia dessa confissão esconde a fé inabalável de que ele será alcançado. Inclui também o esquecimento de que, no passado, houve quem acreditasse piamente *já tê-lo* alcançado, já possuir ao menos em linhas gerais os princípios fundantes da natureza inteira, e estar capacitado, portanto, a aplicá-los a todos os domínios do conhecimento e da ação, modelando por eles a sociedade, as leis, a cultura, a educação e a mente humana. Em nenhum desses casos a fundamentação chegava ao nível de uma prova lógica perfeita. Incluía sempre alguns pressupostos não provados, às vezes incongruentes ou incompreensíveis. Mas, em todo caso, comparada com o restante das opiniões em circulação, a “teoria geral” parecia ser o que mais se aproximava de uma prova lógica perfeita, tornando difícil, aos seus porta-vozes, resistir à tentação de arrogar-se a autoridade ilimitada de um mandamento divino, sufocando toda oposição como irracional e anticientífica.

Isso aconteceu pelo menos três vezes na história. A primeira foi quando Sir Isaac Newton, tendo obtido sucesso em deduzir de princípios mecânicos alguns fenômenos da natureza, fez votos de que em breve se pudesse explicar pelos mesmos princípios todos os demais fenômenos. O desenvolvimento posterior das ciências mostrou que o sonho era impossível. Mas, no século XVIII, à medida que o prestígio de Sir Isaac se espalhava pela Europa, esse sonho foi tomado como realidade consumada e se consagrou em doutrina obrigatória sob o nome de “mecanicismo”. Logo o mecanicismo transfigurou-se em projeto de reforma social e começou a cortar cabeças — inclusive as de alguns mecanicistas insatisfeitos com as consequências políticas da doutrina. (Anos atrás escrevi umas linhas sobre os danos que o mecanicismo trouxe ao mundo, e fui acusado, numa lista de discussões entre professores de lógica, de querer “refutar Newton” — o que sugere que, ao menos no Brasil, é possível ser professor de lógica sem ter aprendido a ler.)

A segunda vez foi quando a doutrina evolucionista de Charles Darwin, mal publicada, e embora não fosse nem mesmo uma teoria de tudo e sim apenas uma explicação abrangente da variedade dos seres vivos, foi aplaudida como chave geral da história humana e fundamento científico tanto da guerra de raças quanto da luta de classes. Adotada com ligeiras modificações pelos dois regimes totalitários que disputavam o poder no mundo no início do século XX, serviu de fundamento ideológico à matança organizada de uns 200 milhões de seres humanos.

A terceira, que se entremescla à segunda, foi a proclamação do marxismo como suprema explicação científica da evolução histórica e, no dizer de Jean-Paul Sartre, “a filosofia insuperável do nosso tempo”. Deu no que deu.

Nos três casos, é inócua a tentativa piedosa de cavar um fosso intransponível entre o núcleo “puramente científico” dessas teorias e os seus efeitos histórico-sociais maléficos, atribuindo estes últimos exclusivamente à distorção ideológica superveniente e à contaminação da “pseudociência”. Teorias científicas não descem prontas do céu das ideias puras. Todas trazem no fundo algum elemento ideológico, por discreto e indesejado que seja, o qual cedo ou tarde acaba por subir à superfície da história, como as paixões rejeitadas sobem do inconsciente e acabam por engolfar a

personalidade.

Newton não concebeu sua teoria gravitacional só para explicar determinados fatos da natureza — embora ela ainda seja ensinada assim à população ginasiana —, mas como parte de um projeto abrangente de destruir o cristianismo trinitário e substituí-lo por uma religião da "unidade absoluta", de inspiração esotérica. É preciso ser muito sonso para não notar aí o alcance da ambição totalitária subjacente.

Darwin e Marx foram bem mais explícitos quanto às consequências previsíveis das suas teorias: o primeiro aceitou o genocídio como um fato normal da natureza,[2] o segundo como um instrumento indispensável para a instauração do paraíso socialista.[3]

A deleitação utópica com que tantos cientistas sonham com a "teoria final" e se esmeram em aprimorar os instrumentos lógicos para fundamentá-la não parece, nesse sentido, ser um prenúncio de dias melhores para a espécie humana.

Por que não sou um fã de Charles Darwin

Diário do Comércio, 20 de fevereiro de 2009

As festividades bilionárias em comemoração aos duzentos anos de nascimento de Charles Darwin tornam momentaneamente invisíveis alguns fatos essenciais da vida e da obra desse homem de ciência.

Desde logo, Darwin não inventou a teoria da evolução: encontrou-a pronta, sob a forma de doutrina esotérica, na obra do seu próprio avô, Erasmus Darwin, e como hipótese científica em menções inumeráveis espalhadas nos livros de Aristóteles, Santo Agostinho, São Tomás de Aquino e Goethe, entre outros.

Tudo o que fez foi arriscar uma nova explicação para essa teoria — e a explicação estava errada. Ninguém mais, entre os autoproclamados discípulos de Darwin, acredita em "seleção natural". A teoria da moda, o chamado "neodarwinismo", proclama que, em vez de uma seleção misteriosamente orientada ao melhoramento das espécies, tudo o que houve foram mudanças aleatórias. Que eu saiba, o mero acaso é precisamente o contrário de uma regularidade fundada em lei natural, racionalmente expressável. O darwinismo é uma ideia escorregadia e proteiforme, com a qual não se pode discutir seriamente: tão logo espremido contra a parede por uma nova objeção, ele não se defende — muda de identidade e sai cantando vitória. Muitas teorias idolatradas pelos modernos fazem isso, mas o darwinismo é a única que teve a cara de pau de transformar-se na sua contrária e continuar proclamando que ainda é a mesma.

Todos os celebrantes do ritual darwiniano, neodarwinistas inclusos, rejeitam como pseudocientífica a teoria do "*design* inteligente". Mas quem inventou essa teoria foi o próprio Charles Darwin. Isso fica muito claro nos parágrafos finais de *A origem das espécies*, que na minha remota adolescência li de cabo a rabo com um enorme encantamento e que fez de mim um darwinista, fanático a ponto de colocar o retrato do autor na parede do meu quarto, rodeado de dinossauros (só agora compreendo que é um deles). Agora, graças à amabilidade de um leitor, tomei conhecimento dos estudos desenvolvidos por John Angus Campbell sobre a "retórica das ciências". Ele estuda os livros científicos sob o ponto de vista da sua estratégia de persuasão. Num vídeo fascinante,* demonstra que o "*design* inteligente" não é apenas um complemento final da teoria darwinista, mas a sua premissa fundamental, espalhada discretamente por todo edifício argumentativo de *A origem das espécies*. O "*design* inteligente" é, portanto, a única parcela da teoria darwiniana que ainda tem defensores: e estes são os piores inimigos do darwinismo.

É certamente um paradoxo que o inventor de uma explicação falsa para uma teoria preexistente seja celebrado como criador dessa teoria, porém um paradoxo ainda maior é que a premissa fundante da argumentação darwiniana seja repelida como a negação mesma do darwinismo.

Puramente farsesco, no entanto, é o esforço geral para camuflar a ideologia genocida que está embutida na própria lógica interna da teoria da evolução. Quando os apologistas do cientista britânico admitem a contragosto que a evolução "foi usada" para legitimar o racismo e os assassinatos em massa, eles o fazem com monstruosa hipocrisia. O darwinismo é genocida em si mesmo, desde a sua própria raiz. Não teve de ser deformado por discípulos infiéis para tornar-se algo que não era. Leiam estes parágrafos de Charles Darwin e digam com honestidade se o racismo e a apologia do genocídio tiveram de ser enxertados *a posteriori* numa teoria inocente:

> Em algum período futuro, não muito distante se medido em séculos, as raças civilizadas do homem vão certamente exterminar e substituir as raças selvagens em todo o mundo. Ao mesmo tempo, os macacos antropomorfos... serão sem dúvida exterminados. A distância entre o homem e seus parceiros inferiores será maior, pois mediará entre o homem num estado ainda mais civilizado, esperamos, do que o caucasiano, e algum macaco tão baixo quanto o babuíno, em vez de, como agora, entre o negro ou o australiano e o gorila.[4]

Imaginem, durante as eleições americanas, a campanha de John McCain proclamar que Barack Hussein Obama estava mais próximo do gorila do que o candidato republicano!

Tem mais:

> Olhando o mundo numa data não muito distante, que incontável número de raças inferiores terá sido eliminado pelas raças civilizadas mais altas![5]

Para completar, um apelo explícito à liquidação dos indesejáveis:

> Entre os selvagens, os fracos de corpo ou mente são logo eliminados; e os sobreviventes geralmente exibem um vigoroso estado de saúde. Nós, civilizados, por nosso lado, fazemos o melhor que podemos para deter o processo de eliminação: construímos asilos para os imbecis, os aleijados e os doentes; instituímos leis para proteger os pobres; e nossos médicos empenham o máximo da sua habilidade para salvar a vida de cada um até o último momento... Assim os membros fracos da sociedade civilizada propagam a sua espécie. Ninguém que tenha observado a criação de animais domésticos porá em dúvida que isso deve ser altamente prejudicial à raça humana. É surpreendente ver o quão rapidamente a falta de cuidados, ou os cuidados erroneamente conduzidos, levam à degenerescência de uma raça doméstica; mas, exceto no caso do próprio ser humano, ninguém jamais foi ignorante ao ponto de permitir que seus piores animais se reproduzissem.[6]

Notem bem: não sou contra a hipótese evolucionista. Do que tenho observado até hoje, devo concluir que sou o único ser humano, no meu círculo de relações próximas e distantes, que não tem a menor ideia de se a evolução aconteceu ou não aconteceu. Todo mundo tem alguma crença a respeito, e parece disposto a matar e morrer por ela. Eu não tenho nenhuma.

No entanto, minha abstinência de opiniões a respeito de uma questão que considero insolúvel não me proíbe de notar a absurdidade das opiniões de quem tenha alguma. Há muito tempo já compreendi que os cientistas são ainda menos dignos de confiança do que os políticos, e os paradoxos da fama de Charles Darwin não fazem senão confirmá-lo.[7] Meus instintos malignos impelem-me a pegar os darwinistas pela goela e perguntar-lhes:

Por que tanta onda em torno de Charles Darwin? Ele inventou o "*design* inteligente", que vocês odeiam, e a seleção natural, que dizem que é falsa. Pregou abertamente o racismo e o genocídio, que dizem abominar. Para celebrá-lo, vocês têm de criar do nada um personagem fictício que é o contrário do que foi historicamente. Não veem que tudo isso é uma palhaçada?

Notas

* Assistam em http://www.youtube.com/watch?v=VYoKSyxLsC0.

1. N. do Org.: É imperdível o vídeo — legendado em português, com menos de três minutos de duração — em que o filósofo americano William Lane Craig dá uma resposta arrasadora sobre a suposta onipotência da ciência ao químico inglês Peter W. Atkins em debate de 1998, disponível no link: http://www.youtube.com/watch?v=0_TLzIR2ptM. O debate completo pode ser assistido sem legendas no link: http://www.youtube.com/watch?v=w1Y6ev152BA.

2. N. do Org.: Para declarações de Charles Darwin neste sentido, ver o texto seguinte, à página 398.

3. N. do Org.: Para declarações de Karl Marx neste sentido, ver “Citações elucidativas” no capítulo *Socialismo*.

4. N. do Org.: Charles Darwin, *The Descent of Man and Selection in Relation to Sex*, 1896.

5. N. do Org.: Charles Darwin, *The Life and Letters of Charles Darwin*, Part 1, 1897.

6. N. do Org.: Charles Darwin, *The Descent of Man and Selection in Relation to Sex*, 1896.

7. N. do Org.: “Mas um darwinista clamando contra a violência das religiões [o cientista inglês Richard Dawkins declarou à revista *Veja* de 23 de junho de 2004 que o mundo teria mais paz se todas as religiões fossem abolidas] é a imagem mais completa e perfeita da impostura intelectual. O evolucionismo foi o pai do comunismo e do nazismo. Todas as guerras de religião desde o começo do mundo, somadas, não mataram senão uma fração minúscula do número de vítimas que esses regimes fizeram em poucas décadas. Mesmo levando em conta a diferença populacional entre as épocas, a desproporção é assustadora” [Olavo de Carvalho, “Impostura darwinista”, *O Globo*, 26 de junho de 2004 — http://www.olavodecarvalho.org/semana/040626globo.htm].

RELIGIÃO

1. FÉ x IDEOLOGIA

O testemunho proibido

O Globo, 14 de julho de 2001

And Kaipha was, in his own mind, a benefactor of mankind.

William Blake

The best lack all conviction, while the worst are full of passionate intensity.

William Butler Yeats

Um dos trechos que mais me impressionam no Evangelho é aquele em que Jesus, sob a acusação de difundir ensinamentos suspeitos, apela ao testemunho do público: “Tenho falado francamente ao mundo”, afirma, “e nada disse em oculto. Pergunta-o aos que me ouviram.” Um dos guardas lhe dá então uma bofetada. Jesus lhe responde: “Se eu disse mal, prova-o. Se disse bem, por que me feres?”*

Quando Northrop Frye demonstrou, em *The great code*, que em última instância todos os enredos da literatura de ficção estão prefigurados nos livros sacros, ele se esqueceu de dizer que todos os acontecimentos das nossas vidas estão prefigurados na literatura de ficção. Que é a ficção, afinal, senão o conjunto dos esquemas imaginários das vidas possíveis? Pelo menos assim o entendia Aristóteles, mestre de Frye. E que é o conjunto das vidas possíveis senão a sinfonia dos ecos terrenos da vida divina, a reverberação do eterno no tempo? Nossas biografias são as cópias de uma cópia. Por trás delas, uma única história se passou: a da vida, paixão e morte de N. S. Jesus Cristo.

A cena do testemunho rejeitado repete-se milhões de vezes, ao longo dos séculos, onde quer que um escritor, um professor, um orador, seja acusado de dizer o que não disse, de ensinar o que não ensinou, de pregar o que não pregou. Se nesse momento alega o testemunho público de seus escritos, de seus ouvintes, de tudo o que é arquinotório e documentado, isso não o livra da má vontade do juiz iníquo. O simples desejo de provar é tido como insolência. Calem-se as testemunhas, suprimam-se os documentos: o que vale não é a palavra de quem viu, leu ou ouviu. O que vale é a palavra de quem, nada tendo visto, lido ou ouvido, conjetura, suspeita e acusa. A ignorância maliciosa torna-se fonte da autoridade, suprimindo não somente os fatos, mas a simples possibilidade de alegá-los. O que importa não é conhecer, é odiar com intensidade.

Esse modelo eterno reaparece diariamente na nossa imprensa, no parlamento, nas cátedras acadêmicas e nas escolas de crianças, quando aqueles que desagradam ao consenso dominante são rotulados de “fascistas”. Se apelam ao testemunho de seus escritos, alegando que jamais disseram uma palavra em favor do fascismo, que o condenaram e que pregaram o contrário dele, terão de dar-se por felizes se em resposta não receberem uma bofetada, mas apenas um riso de escárnio. No tribunal dos infernos, o escárnio dos canalhas é a prova suprema. Todos os testemunhos, todos os documentos do mundo não valem para impugná-lo. Mais probante que ele, só a bofetada do guarda.

Milhões de pequenos brasileiros estão sendo educados nessa pedagogia de Anás e Caifás. Logo estarão prontos para, à simples menção de certos nomes dos quais nada sabem, gritar em uníssono: “Fascistas!” Ai de quem tombe sob o olhar fulminante desse temível tribunal mirim!

Não por coincidência, a acusação de fascismo provém sempre daquela corrente que se consolidou no poder na Rússia com a ajuda nazista, que vendeu a Espanha aos franquistas em troca de favores anglo-franceses, que amparou tantos militarismos nacionalistas em toda parte, que no Brasil se aliou à ditadura de Vargas e em Cuba, sim, em Cuba, apoiou a ascensão de Fulgencio Batista e depois usurpou os lucros de sua destituição engendrada pelos americanos. Tudo isso é fato histórico conhecido, ao

menos de quem estudou.

Não é preciso dizer que, nos tribunais nazifascistas, análoga sintaxe governava o uso da acusação de "comunista", naqueles anos mesmos em que Hitler e Stalin, por baixo da contenda de superfície entre seus devotos militantes, trocavam favores, informes secretos, armas e dinheiro — já muito antes do pacto Ribbentrop-Molotov,[1] que apenas formalizou aos olhos do mundo essa aliança macabra.

Mas, na lógica da alma revolucionária, é a própria cumplicidade no crime que, pelo bem conhecido efeito potencializador da inversão histérica, confere ao juiz a sua postiça autoridade de acusar. Quanto mais ele tenha manchado suas mãos no sangue, tanto mais seu ódio reprimido a si mesmo se transfigurará, no nível da sua falsa consciência intoxicada de ideologia, em indignada eloquência contra o inocente. Tal é o mecanismo íntimo daquela *passionate intensity* de que falava Yeats, da qual só os fanáticos assassinos são capazes, e que desarma, pela força avassaladora do cinismo, as defesas do homem normal. O homem comum dos tempos modernos, esvaziado do espírito e reduzido a confiar-se à autoridade exterior do consenso dominante, não resiste à retórica insana do mal: sob o violento ataque frontal à verdade, acaba sempre cedendo, admitindo-se culpado do que não fez, como milhares de réus nos Processos de Moscou na década de 1930. Só a fé amparada no exemplo de Cristo pode permanecer imperturbável e, ante o assalto da mentira demoníaca, retrucar simplesmente: "Se eu disse mal, prova-o. Se disse bem, por que me feres?"

Do mito à ideologia

Jornal da Tarde, 29 de março de 2001

A falta de santos, de místicos e de filósofos num país de dimensões continentais e quinhentos anos de existência já basta para fazer dele uma anomalia espiritual assustadora, provavelmente sem similar na história universal.

Porém, mais anormal ainda é que ninguém se preocupe com isso, que todos creiam dever constituir primeiro a sociedade ideal, com 200 milhões de cidadãos satisfeitos e rechonchudos, para depois, só depois, tratar de adquirir alguma consistência no plano do espírito. Esta pretensão insensata é talvez a maior manifestação de desprezo coletivo à "única coisa necessária" que já se observou na espécie humana.

Não há, no repertório das possibilidades históricas conhecidas, exemplo de sociedade que lograsse encher todos os estômagos para só depois alimentar os corações e cérebros. Os povos mais primitivos, as comunidades mais rudimentares já mostravam saber que algum tipo de conhecimento metafísico precedia, no tempo e na ordem hierárquica dos fatores, a organização material da sociedade — pois a sociedade é feita por homens, e a organização da alma humana precede a possibilidade mesma da ação racional na sociedade.

A expressão "mito fundador" anda hoje nas bocas dos nossos acadêmicos, mas é evidente que eles não têm a menor ideia do que seja isso. Imaginam que se trate de uma enorme ilusão coletiva inventada por espertalhões da classe dominante para colocar os homens a seu serviço — uma imensa cenoura de burro a orientar o trajeto da carroça histórica. Santo Deus! Acham que mito fundador é ideologia.

O conceito de mito fundador vem de Schelling. Um mito fundador não é uma ideologia. Ideologia é um discurso que não compreende a realidade, mas motiva os homens a substituir uma realidade que compreenderam mal por outra da qual não vão compreender nada. Inspirados pela ideologia do socialismo, os seguidores de Lenin substituíram a sociedade tzarista, da qual tinham uma compreensão falseada, pela monstruosidade incompreensível que foi a sociedade soviética. Inspirados

nos falsos diagnósticos sociais de Hitler, os nazistas desmantelaram uma república que não compreendiam e puseram no lugar dela um pesadelo ininteligível. Guiados por pessoas que acham que mito fundador é ideologia, um povo que não compreende a raiz de seus males se prepara, neste país, para produzir males infinitamente maiores que, se vierem a se consumar, talvez já não possam ser compreendidos por nenhuma inteligência humana.

Ideologia é isso: um discurso que, partindo de uma falsa visão do presente, atrai os homens para a construção de um futuro que, depois de pronto, é feio demais para que suportem reconhecer nele a obra de suas mãos. Por isso os desiludidos de ideologias criminosas raramente se apresentam como aquilo que são: cúmplices fracassados de um crime sem recompensa. Apresentam-se como vítimas traídas pelo destino. Falseiam o passado como falsearam o futuro.

Um autêntico mito fundador, ao contrário, é uma verdade inicial compactada que, no desenrolar da história, vai desdobrando o seu sentido e florescendo sob a forma de ciência, de leis, de valores, de civilização. Um mito fundador não é um "produto cultural", pela simples razão de que ele, e só ele, é a semente de toda cultura possível.

Um mito fundador constitui-se, em geral, da narrativa simbólica de fatos que efetivamente sucederam, fatos tão essenciais e significativos que acabam por transferir parte do seu padrão de significado para tudo o que venha a acontecer em seguida numa determinada área civilizacional. Assim, por exemplo, Northrop Frye demonstrou que todos os esquemas narrativos conhecidos na grande literatura ocidental são variações de enredos bíblicos.

Ora, os esquemas narrativos da literatura superior são os padrões de autocompreensão imaginativa de uma civilização. E os padrões de autocompreensão imaginativa são, por sua vez, os esquemas de ação possíveis.

A Bíblia, mito fundador da civilização ocidental, está no fundo de toda a nossa compreensão de nós mesmos e de todas as nossas possibilidades de ação.

Fora disso, não há senão ideologia, erro, loucura. A desorientação radical da sociedade brasileira vem da ligação tênue, cada vez mais distante, cada vez mais evanescente, que nossa história tem com as raízes bíblicas da civilização do Ocidente. Tanto perdemos a compreensão do nosso mito fundador que chegamos a querer substituí-lo por mitos tribais, indígenas ou africanos, belos e sugestivos o quanto sejam, mas ineptos a dar forma a uma civilização vasta e complexa. Mas hoje descemos abaixo dos mitos tribais, que, limitados o quanto fossem, tinham a sua verdade. Já não queremos nem mesmo construir o Brasil em cima de verdades parciais. Queremos a mentira total. Queremos uma ideologia.

Como ler a Bíblia

Jornal do Brasil, 17 de janeiro de 2008

Quando você lê um romance ou peça de teatro, não tem como julgar a verossimilhança das situações e dos caracteres se antes não deixar que a trama o impressione e seja revivida interiormente como um sonho. Ficção é isso: um sonho acordado dirigido. Como os personagens não existem fisicamente (mesmo que porventura tenham existido historicamente no passado), você só pode encontrá-los na sua própria alma, como símbolos de possibilidades humanas que estão em você como estão em todo mundo, mas que eles encarnam de maneira mais límpida e exemplar, separada das contingências que podem tornar obscura a experiência de todos os dias. A leitura de ficção é um exercício de autoconhecimento antes de poder ser análise literária, atividade escolar ou mesmo diversão: não é divertido acompanhar uma história opaca, cujos lances não evocam as emoções correspondentes.

A mesma exigência vigora para os livros de história, com o atenuante de que em geral o historiador

já processou intelectualmente os dados e nos fornece um princípio de compreensão em vez da trama bruta dos acontecimentos. Se você não apreende os atos dos personagens históricos como símbolos investidos de verossimilhança psicológica, não tem a menor condição de avaliar em seguida se são historicamente verdadeiros ou não. Um livro de história tem de ser lido primeiro como ficção, só depois como realidade.

O problema é que nem sempre as possibilidades que dormem no fundo da nossa alma nos são conhecidas — e então não podemos reconhecê-las quando aparecem na ficção ou na história. O resultado é que a narrativa se torna opaca. Pior ainda, você pode se deixar enganar por falsas semelhanças, reduzindo os símbolos da narrativa a sinais convencionais das possibilidades já conhecidas, senão a estereótipos banais da atualidade. O reconhecimento interior não é só um exercício de memória, mas um esforço sério para ampliar a imaginação de modo que possa abarcar mesmo as possibilidades mais extremas e inusitadas. Você não pode fazer isso se não se dispõe a descobrir na sua alma monstros, heróis e santos que jamais suspeitaria encontrar lá.

Compreensivelmente, os monstros são mais fáceis de descobrir do que os heróis e santos. O medo, o nojo, a raiva e o desprezo são emoções corriqueiras, e bastam para tornar verossímil o que quer que nos pareça pior do que nós mesmos. Já aquilo que é nobre e elevado só transparece a quem o ama, e esse amor traz imediatamente consigo um sentimento de dever, de obrigação, como no célebre soneto de Rilke em que a perfeição de uma estátua de Apolo transcende a mera contemplação estética e convoca o observador a mudar de vida, a tornar-se melhor. A impressão humilhante de não estar à altura desse apelo produz quase automaticamente uma reação negativa — o despeito. Negando a existência do melhor, reduzindo-o ao banal ou fazendo dele uma camuflagem enganosa do feio e do desprezível, a alma encontra um alívio momentâneo para o seu orgulho ferido, restaurando uma autoimagem tranquilizante à custa de encurtar miseravelmente a medida máxima das possibilidades humanas.

Se esse problema existe em qualquer livro de ficção ou de história, imaginem na Bíblia, onde o personagem central é o próprio Deus. Abrir-se ao chamado da perfeição divina é trabalho para uma vida inteira e mais uns dias, e vem entremeado de inumeráveis derrotas e humilhações — mas sem isso você não compreenderá uma só palavra da Bíblia. Cem por cento do ateísmo militante consistem em despeito e incapacidade de leitura séria.

2. PERSEGUIÇÃO x SILÊNCIO

Para além da sátira

Folha de S.Paulo, 31 de agosto de 2004

Não há discussão possível sem o acesso dos interlocutores a um mesmo conjunto de dados. Os dados do presente artigo estão nos livros *Their Blood Cries Out: The Untold Story of Persecution Against Christians in the Modern World*, de Paul A. Marshall e Lela Gilbert** e *Persecution: How Liberals Are Waging War Against Christianity*, de David Limbaugh,*** e nos *sites* Religious Tolerance, Freedom House, Watson's Web e Persecution.****

Dessas fontes, a primeira demonstra acima de qualquer dúvida razoável que está acontecendo em países islâmicos e comunistas um morticínio organizado de cristãos, sem outro motivo que não o de serem cristãos, alcançando já um total de mais de dois milhões de vítimas desde a última década.

A segunda mostra, com idêntica riqueza de evidências, um tipo diferente de perseguição que se observa no outro lado do mundo: o genocídio cultural anticristão nos EUA. Sob a pressão do *lobby*

politicamente correto que domina as classes superiores e a mídia, os cristãos americanos vêm sendo expulsos, deliberada e sistematicamente, das instituições de ensino e cultura, proibidos de rezar em voz alta nas escolas, nos quartéis, nas repartições públicas e em muitas empresas privadas. Estudantes são punidos porque entraram em classe com um crucifixo ou uma Bíblia. Associações cristãs de caridade são ostensivamente desfavorecidas na distribuição de verbas oficiais, candidatos cristãos a cargos públicos são vetados por conta de sua religião. Enquanto um fluxo ininterrupto de propaganda anticristã inunda as livrarias, os jornais e os cinemas (*O corpo* e *O Código Da Vinci* são só dois dos exemplos mais populares), alguns estados tornaram obrigatório o ensino do islamismo e das religiões dos índios americanos nas escolas, punindo qualquer preferência cristã ostensiva com estágios obrigatórios de "reeducação da sensibilidade" que incluem horas de recitações corânicas ou prática de ritos indígenas. Desde a lei dos direitos civis, jamais alguma comunidade minoritária americana sofreu discriminação tão ampla, tão prepotente e tão mal disfarçada como aquela que hoje vem sendo imposta à maioria cristã.

As demais fontes mencionadas fornecem confirmações às duas primeiras, em dose superior ao que poderiam exigir as mentes mais lerdas e recalcitrantes.

Embora se passem em hemisférios opostos, os dois fenômenos estão interligados. A indústria cultural que usa de todo o seu poder para fomentar o preconceito contra o povo cristão dentro da própria América não haveria de querer alertá-lo, ao mesmo tempo, para o perigo de morte que ronda os seus correligionários na Ásia e na África: ele poderia ver nisso uma antecipação do destino que o aguarda, já que todo genocídio vem sempre antecedido da destruição das defesas culturais da vítima. A conexão, assim, torna-se óbvia: sem a cumplicidade ativa ou passiva, barulhenta ou silenciosa do *establishment* anticristão do Ocidente, nunca os ditadores da China, do Sudão, do Vietnã e da Coreia do Norte poderiam continuar matando cristãos sem ser incomodados. O discurso da mídia em favor de "minorias" hoje privilegiadas, que nos EUA nunca sofreram uma parte ínfima do sofrimento imposto aos cristãos no mundo — discurso sempre acompanhado da inculpação ao menos implícita do cristianismo —, é ele mesmo um meio eficaz de dessensibilizar o público para a perseguição anticristã.

O pesadelo de povos inteiros trucidados ante o olhar indiferente do mundo e os sorrisos sarcásticos dos bem-pensantes repete-se, igualzinho ao dos anos 1930. Oito milhões de ucranianos ameaçados por Stalin poderiam ter sobrevivido se o *New York Times* não assegurasse que estavam em boas mãos. Seis milhões de judeus poderiam ter sido poupados se, na Inglaterra o sr. Chamberlain, nos EUA os comunistas comprados pelo pacto Ribbentropp-Molotov e na França uma esquerda católica podre, sob a liderança do açucarado Emmanuel Mounier, não garantissem que Adolf Hitler era da paz. A credibilidade dos apaziguadores é uma arma letal a serviço dos genocidas. Mas hoje não é preciso nem mesmo desmentir o horror. Ninguém sabe que ele existe. O mundo estreitou-se às dimensões de uma telinha de TV, de uma manchete de jornal. O que não cabe nelas está fora do universo. A mídia elegante tornou-se o maior instrumento de controle e manipulação jamais concebido pelos supremos tiranos. Joseph Goebbels e Willi Munzenberg eram apenas amadores. Acreditavam em propaganda ostensiva, quando hoje se sabe que a simples alteração discreta do fluxo de notícias basta para gerar nas massas uma confiança ilimitada nos manipuladores e o ódio feroz a bodes expiatórios, sem que ninguém pareça tê-las induzido a isso. O tempo das mentiras repetidas está superado. Entramos na era da inversão total.

Por isso mesmo, dizê-lo é inútil. Conheço bem a classe letrada brasileira. Sei que nela, sobretudo entre os jornalistas, são muitos os que, à simples leitura deste artigo, sem a mínima tentação de consultar as fontes, negarão tudo *a priori* mediante um risinho de desprezo cético e o recurso infalível ao estereótipo pejorativo da "teoria da conspiração". Serão ouvidos com aprovação como se fossem as supremas autoridades no assunto, e eu passarei por louco. Um mundo em que trejeitos afetados

convencem mais que toneladas de provas está abaixo da possibilidade de ser descrito até mesmo pelos instrumentos mais contundentes da arte da sátira. George Orwell, Karl Kraus, Eugène Ionesco, Franz Kafka e até mesmo Alexandre Zinoviev, professor de lógica matemática que usou os instrumentos da sua disciplina para forjar uma linguagem apta a representar literariamente a incongruência total da vida soviética, prefeririam calar-se. A sátira existe, afinal, para retratar seres humanos. Ela paira acima da estupidez satânica, incapaz de descer o bastante para poder descrevê-la.

A guerra contra as religiões

Diário do Comércio, 23 de janeiro de 2006

Embora desde a Revolução Francesa o grosso da violência militante tenha se originado sempre nas ideologias materialistas e escolhido como vítima preferencial a população religiosa; embora a perseguição aos católicos, ortodoxos, protestantes e judeus tenha matado mais gente só no período de 1917 a 1990 do que todas as guerras religiosas somadas mataram ao longo da história universal; embora nas duas últimas décadas o morticínio de cristãos tenha voltado a ser rotina nos países comunistas e islâmicos, chegando a fazer 150 mil vítimas por ano; embora todos esses fatos sejam de facílima comprovação e de domínio público;***** e embora nas próprias nações democráticas o acúmulo de legislações restritivas exponha os religiosos ao perigo constante das perseguições judiciais — a grande mídia e o sistema de ensino na maior parte dos países insistem em continuar usando uma linguagem na qual religião é sinônimo de violência fanática e na qual a eliminação de todas as religiões é sugerida ao menos implicitamente como a mais bela esperança de paz e liberdade para a humanidade sofrida.

A mentira gigantesca em que se sustenta essa campanha é tão patente, tão ostensiva, tão cínica, que combatê-la só no campo das discussões públicas é o mesmo que querer parar um assassino, ladrão ou estuprador mediante a alegação polida de que seus atos são ilegais. Os mentores e autores da campanha antirreligiosa universal sabem perfeitamente que estão mentindo. Não precisam ser avisados disso. Precisam é ser detidos, desprovidos de seus meios de agressão, reduzidos à impotência e tornados inofensivos como tigres empalhados.

A propaganda insistente contra uma comunidade exposta a risco não é simples expressão de opiniões: é ação criminosa, é cumplicidade ostensiva ou disfarçada com o genocídio. Aqueles que a praticam não devem ser apenas contestados educadamente, como se tudo não passasse de um pacífico debate de ideias: devem ser responsabilizados judicialmente por crimes contra a humanidade. A jurisprudência acumulada em torno das atrocidades nazistas, unânime em condenar a cumplicidade moral mesmo retroativa, fornece base mais que suficiente para condenar, por exemplo, um Richard Dawkins quando sai alardeando que o judaísmo e o cristianismo são “abuso de menores”, como se a noção mesma da proteção à infância não tivesse sido trazida ao mundo por essas religiões e como se elas não fossem, hoje, o último obstáculo à erotização total da infância e à subsequente legalização universal da pedofilia (já praticamente institucionalizada no Canadá, um dos países mais ateus do universo).

Quando o sr. Dawkins se diz avesso ao uso de meios violentos para extinguir as religiões, mas propõe os mesmos objetivos ateísticos que há dois séculos buscam realizar-se precisamente por esses meios, ele sabe perfeitamente que a ênfase do seu discurso, e portanto seu efeito sobre a plateia, está na promoção dos fins e não na seleção dos meios. Voltaire, quando bradava “esmagai a infame”, negava estar incitando quem quer que fosse à violência física contra a Igreja Católica. Mas, quando os revolucionários de 1789 saíram incendiando conventos, destripando freiras e decapitando bispos, era

esse grito que ecoava nos seus ouvidos e saía pelas suas bocas. Se a religião é, segundo o sr. Dawkins, "o maior de todos os crimes", a matança de todos os religiosos terá sempre o atenuante da gravidade menor e o da sublime intenção libertadora. Quando, no começo do século XX, Edouard Drumont escrevia *La France Juive*, ele não tinha em mente nenhuma crueldade a ser praticada coletivamente contra os judeus. Mas é impossível ler hoje suas páginas sem sentir o cheiro das câmaras de gás. Uma única e breve página vagamente antissemita escrita por Winston Churchill na juventude precipitou-o numa tal crise de arrependimento, diante da ascensão do nazismo, que isso decidiu o restante da sua vida de líder e combatente. Drumont, que morreu em 1917, não poderia ter adivinhado o destino que os leitores dos seus livros dariam aos judeus. Mas o sr. Dawkins não precisa adivinhar o futuro para calcular o efeito de suas palavras: conhece a história do século XX; sabe a que resultados levam não somente as propostas explícitas como a de Lenin, "varrer o cristianismo da face da Terra", mas também o anticristianismo mais sutil, mais sofisticado de um Heidegger, que, pretendendo expulsar Deus para fora da metafísica, convocou Adolf Hitler para dentro da história. O homem que, sabendo de tudo isso, se oferece para gravar programas de TV que apresentam a religião como a raiz de todos os males, como se os mais amplos morticínios da história não fossem males de maneira alguma, esse homem é simplesmente um apologista do genocídio, um criminoso vulgar como qualquer neonazista de arrabalde.

O sr. Dawkins já ultrapassou aquele limite da truculência mental e do desprezo à verdade, para além do qual toda a discussão de ideias se torna inútil. Não se trata de provar nada para o sr. Dawkins. Trata-se de provar seu crime perante os tribunais. O dele e o de inumeráveis organizações militantes, subsidiadas por fundações bilionárias, dedicadas a fomentar por todos os meios o ódio às religiões.

Todas as organizações religiosas que não se mobilizarem para a defesa comum não só no campo midiático, mas no judicial, devem ser consideradas traidoras, colaboracionistas e vendidas ao inimigo. E não espanta que usem para legitimar sua covardia abominável o pretexto do perdão e da caridade, prostituindo o sentido da mensagem evangélica que manda cada um de nós perdoar as ofensas feitas a ele próprio, nunca pavonear-se de cristão mediante o expediente fácil de perdoar crimes cometidos contra terceiros, que aliás nunca lhe deram procuração para isso. Não é um discípulo de Jesus aquele que, vendo seu irmão ser esbofeteado, se apressa em cortejar o agressor oferecendo-lhe a outra face da vítima.

Fundamentalismo?

O mais extraordinário é que as forças anticristãs e antijudaicas, mal escondendo seu apoio à ocupação islâmica do mundo ocidental, prevalecem-se da própria imagem sangrenta do radicalismo islâmico para projetá-la sobre todas as comunidades religiosas, sobretudo aquelas que são vítimas usuais da violência muçulmana, e transmitir ao mundo a noção de que todas são, no fundo, terroristas. O manejo astuto do termo "fundamentalismo" tem servido para esse ardil, que desonra qualquer língua culta. Esse termo designava originariamente certas seitas protestantes afeitas a uma leitura literal da Bíblia ou, mais genericamente, qualquer comunidade religiosa decidida a conservar o apego às suas tradições (um direito que hoje se reserva para muçulmanos, índios, africanos e seus descendentes, negando-o a todo o restante da espécie humana). Ao transferir o uso desse qualificativo para os terroristas islâmicos, a grande mídia e os intelectuais ativistas que a frequentam cometeram uma impropriedade proposital. De um lado, esse uso camuflava o fato de que esses radicais não eram de maneira alguma tradicionalistas: eram revolucionários profundamente influenciados pelas ideologias de massa ocidentais — comunismo e nazifascismo —, bem como pelo pensamento "vanguardista" de Heidegger, Foucault, Derrida e *tutti quanti*. De outro lado, e por isso mesmo, o termo assim empregado ia-se imantando de conotações repugnantes, preparando seu uso futuro como arma de

guerra psicológica contra as mesmas comunidades religiosas que o radicalismo islâmico tomava e toma como suas vítimas preferenciais: os cristãos e os judeus. Numa terceira fase, o qualificativo passou a ser usado ostensivamente contra essas comunidades, ao mesmo tempo que se espalhava pelo mundo a campanha de difamação antirreligiosa da qual o sr. Richard Dawkins é agora o mais espalhafatoso garoto-propaganda. Durante a invasão do Iraque, rotular como "fundamentalistas" o presidente Bush (cristão) e o secretário Rumsfeld (judeu) tornou-se repentinamente obrigatório em toda a mídia chique, com uma uniformidade que comprova, uma vez mais, a presteza da classe jornalística em colaborar com a reforma *orwelliana* do vocabulário.

Maquiadores do crime

Diário do Comércio, 20 de setembro de 2010

Lenin dizia que, quando você tirou do adversário a vontade de lutar, já venceu a briga. Mas, nas modernas condições de "guerra assimétrica", controlar a opinião pública tornou-se mais decisivo do que alcançar vitórias no campo militar. A regra leninista converte-se portanto automaticamente na técnica da "espiral do silêncio": agora trata-se de extinguir, na alma do inimigo, não só sua disposição guerreira, mas até sua vontade de argumentar em defesa própria, seu mero impulso de dizer umas tímidas palavrinhas contra o agressor.

O modo de alcançar esse objetivo é trabalhoso e caro, mas simples em essência: trata-se de atacar a honra do infeliz desde tantos lados, por tantos meios de comunicação diversos e com tamanha variedade de alegações contraditórias, com frequência propositadamente absurdas e farsescas, de tal modo que ele, sentindo a inviabilidade de um debate limpo, acabe preferindo recolher-se ao silêncio. Nesse momento ele se torna politicamente defunto. O mal venceu mais uma batalha.

A técnica foi experimentada pela primeira vez no século XVIII. Foi tão pesada a carga de invencionices, chacotas, lendas urbanas e arremedos de pesquisa histórico-filológica que se jogou sobre a Igreja Católica que os padres e teólogos acabaram achando que não valia a pena defender uma instituição venerável contra alegações tão baixas e maliciosas. Resultado: perderam a briga. O contraste entre a virulência, a baixeza, a ubiquidade da propaganda anticatólica e a míngua, a timidez dos discursos de defesa ou contra-ataque, marcou a imagem da época, até hoje, com a fisionomia triunfante dos iluministas e revolucionários. Pior ainda: recobriu-os com a aura de uma superioridade intelectual que, no fim das contas, não possuíam de maneira alguma. A Igreja continuou ensinando, curando as almas, amparando os pobres, socorrendo os doentes, produzindo santos e mártires, mas foi como se nada disso tivesse acontecido. Para vocês fazerem uma ideia do poder entorpecente da "espiral do silêncio", basta notar que, durante aquele período, uma só organização católica, a Companhia de Jesus, fez mais contribuições à ciência do que todos os seus detratores materialistas somados, mas foram estes que entraram para a história — e lá estão até hoje — como paladinos da razão científica em luta contra o obscurantismo. (Se esta minha afirmação lhe parece estranha e — como se diz no Brasil — "polêmica", é porque você continua acreditando em professores semianalfabetos e jornalistas semialfabetizados. Em vez disso, deveria tirar a dúvida lendo John W. O'Malley e Mordecai Feingold.)******

Foi só quase um século depois desses acontecimentos que Alexis de Tocqueville descobriu por que a Igreja perdera uma guerra que tinha tudo para vencer. Deve-se a ele a primeira formulação da teoria da "espiral do silêncio", que, em extensa pesquisa sobre o comportamento da opinião pública na Alemanha, Elizabeth Noëlle-Neumann veio a confirmar integralmente em *The Spiral of Silence: Public Opinion, Our Social Skin*.******* Calar-se ante o atacante desonesto é uma atitude tão suicida

quanto tentar rebater suas acusações em termos “elevados”, conferindo-lhe uma dignidade que não tem. As duas coisas jogam você direto na voragem da “espiral do silêncio”. A Igreja do século XVIII cometeu esses dois erros, como a Igreja de hoje os está cometendo de novo.

A sujidade, a vileza mesma de certos ataques são plenejadas para constranger a vítima, instilando nela a repulsa de se envolver em discussões que lhe soam degradantes e forçando-a assim, seja ao silêncio, seja a uma ostentação de fria polidez superior que não tem como não parecer mera camuflagem improvisada de uma dor insuportável e, portanto, uma confissão de derrota. Você não pode parar um assalto recusando-se a encostar um dedo na pessoa do assaltante ou demonstrando-lhe, educadamente, que o Código Penal proíbe o que está fazendo.

As lições de Tocqueville e Noëlle-Newmann não são úteis só para a Igreja Católica. Junto com ela, as comunidades mais difamadas do universo são os americanos e os judeus. Os primeiros preferem antes pagar por crimes que não cometeram do que incorrer numa falta de educação contra seus mais perversos detratores. Os segundos sabem se defender um pouco melhor, mas se sentem inibidos quando os atacantes são oriundos das suas próprias fileiras — o que acontece com frequência alarmante. Nenhuma entidade no mundo tem tantos inimigos internos quanto a Igreja Católica, os EUA e a nação judaica. É que viveram na “espiral do silêncio” por tanto tempo que já não sabem como sair dela — e até a fomentam por iniciativa própria, antecipando-se aos inimigos.

A única reação eficaz à espiral do silêncio é quebrá-la — e não se pode fazer isso sem quebrar, junto com ela, a imagem de respeitabilidade dos que a fabricaram. Mas como desmascarar uma falsa respeitabilidade respeitosamente? Como denunciar a malícia, a trapaça, a mentira, o crime, sem ultrapassar as fronteiras do mero “debate de ideias”? Quem comete crimes não são ideias: são pessoas. Nada favorece mais o império do mal do que o medo de partir para o “ataque pessoal” quando este é absolutamente necessário. Aristóteles ensinava que não se pode debater com quem não reconhece — ou não segue — as regras da busca da verdade. Os que querem manter um “diálogo elevado” com criminosos tornam-se maquiadores do crime. São esses os primeiros que, na impossibilidade de um debate honesto, e temendo cair no pecado do “ataque pessoal”, se recolhem ao que imaginam ser um silêncio honrado, entregando o terreno ao inimigo. A técnica da “espiral do silêncio” consiste em induzi-los a fazer precisamente isso.

Má conselheira

Diário do Comércio, 30 de maio de 2011

Quando reagem aos ataques cada vez mais virulentos que a religião sofre da parte de gayzistas, abortistas, feministas *enragées*, neocomunistas, iluministas deslumbrados etc., certos católicos e protestantes invertem a ordem das prioridades: colocam menos empenho em vencer o adversário do que em evitar, por todos os meios, “combatê-lo à maneira do Olavo de Carvalho”. O que querem dizer com isso é que Olavo de Carvalho é violento, cruel e impiedoso, humilhando o inimigo até fazê-lo fugir com o rabo entre as pernas, ao passo que eles, as almas cristianíssimas, piedosíssimas, boníssimas, preferem “odiar o pecado, jamais o pecador”. Daí que, em vez de ferir os maliciosos com o ferro em brasa da verdade feia, prefiram admoestá-los em tom de correção fraterna ou, no máximo, argumentar genericamente em termos de direitos e valores.

São, em primeiro lugar, péssimos leitores da Bíblia. Cristo, é verdade, mandou odiar o pecado e não o pecador. Mas isso se refere ao sentimento, à motivação íntima, não à brandura ou dureza dos atos e das palavras expressas. Ele nunca disse que é possível reprimir o pecado sem magoar, contrariar e, nos casos mais obstinados, humilhar o pecador. Quando expulsou os comerciantes do templo, chicoteou

“pecados” ou o corpo dos pecadores? Quando chamava os incrédulos de “raça de víboras”,[2] dirigia-se a noções abstratas, no ar, ou a ouvidos humanos que sentiam a dor da humilhação? Quando disse que o molestador de crianças deveria ser jogado ao mar com uma pedra no pescoço, referia-se ao pescoço do pecado ou ao do pecador? O pecado, não só nesses casos em particular, mas em todos os casos possíveis e imagináveis, só pode ser reprimido, punido ou combatido na pessoa do pecador, não em si mesmo e abstratamente. Discursar genericamente sobre o pecado, sem nada fazer contra o agente que o pratica, é transformar a moral numa questão de mera teoria, sem alcance prático.

Em segundo lugar, não têm discernimento moral. Não o têm, pelo menos, na medida suficiente para avaliar a gravidade relativa dos atos privados e públicos, nem para distinguir entre a paixão da carne e o ódio aberto, demoníaco, ao Espírito Santo.

Mais imbuídos de moralismo sexual burguês que de autêntica inspiração evangélica, abominam, na mesma medida, a prática homossexual em si e o uso dela como instrumento público de ofensa deliberada a Jesus, à Igreja, a tudo quanto é sagrado. Não sabem a diferença entre a tentação carnal, que é humana, e o impulso de humilhar a cristandade, que é satânico. Falam de uma coisa e da outra no mesmo tom, como se o pecado contra o Espírito Santo fosse tão perdoável quanto uma fraqueza da carne, um deslize, um vício qualquer. Assim procedendo, colocam-se numa posição logicamente insustentável. Sentindo então a própria vulnerabilidade sem perceber com clareza onde está o ponto fraco, vacilam, tremem e passam a atenuar seu discurso como quem pede licença ao adversário para ser o que é, para crer no que crê. Daí é que lhes vem o temor servil de “combater à maneira de Olavo de Carvalho”, a compulsão de marcar distância daquele que não se deixa inibir por idêntica fragilidade de coração.

É verdade que Olavo de Carvalho usa às vezes palavras duras, deprimentes, humilhantes. Mas jamais elevou sua voz em público para condenar qualquer conduta privada, por abominável que lhe parecesse. De pecados privados fala-se em privado, com discrição, prudência, compaixão. Pode-se também falar deles em público, mas genericamente, sem apontar o dedo para ninguém. E o tom, em tal circunstância, deve ser de exortação pedagógica, não de acusação. Examinem a conduta de Olavo de Carvalho e digam se alguma vez ele se afastou dessas normas. Quando humilha o pecador em público, é sempre por conta de pecados públicos, que não vêm nunca de uma simples fraqueza pessoal e sim de uma ação cultural ou política racional, premeditada, maliciosa até a medula.

Homossexualismo é uma coisa, movimento gay é outra. O primeiro é um pecado da carne, o segundo é o acinte organizado, politicamente armado, feroz e sistemático, à dignidade da Igreja e do próprio Deus — algo que vai muito além até mesmo da propaganda ateística, já que esta se constitui de meras palavras e aquele de atos de poder. Atos de prepotência, calculados para humilhar, atemorizar e aviltar, preparando o caminho para a agressão física, a repressão policial e o morticínio. O cinismo máximo dessa gente é alardear choramingando a violência pública contra os gays, estatisticamente irrisória, e alegá-la justamente contra a comunidade mais perseguida e mais ameaçada do universo, que já forneceu algumas centenas de milhões de vítimas aos rituais sangrentos dos construtores de “mundos melhores”. O indivíduo que se deixou corromper a ponto de entregar-se a esse exercício de mendacidade psicótica com a boa consciência de estar servindo a uma causa humanitária está longe de poder ser atingido, na sua alma, por exortações morais, apelos à “liberdade de religião”, queixas formuladas em linguagem de debate acadêmico pó de arroz ou mesmo argumentações racionais maravilhosamente fundamentadas. Só uma coisa pode inibi-lo: o temor da humilhação pública, que, nas almas dos farsantes e hipócritas, é sempre exacerbado e, às vezes, o seu único ponto sensível.

Sim, Olavo de Carvalho usa às vezes palavras brutais. Mas o faz por premeditação pedagógica, que exclui, por hipótese, qualquer motivação passional, especialmente o ódio, ao passo que outros só se esquivam de usar essas palavras porque têm medo de parecer malvados, porque têm horror de dar má

impressão e buscam abrigo sob uma capa de bom-mocismo, de desculpas evangélicas perfeitamente deslocadas, nisto concorrendo em falsidade e hipocrisia com os próceres do gayzismo.

Cometem, aliás, o mesmo erro suicida em que os liberais brasileiros caíram desde duas décadas atrás, quando, fugindo ao exemplo de Olavo de Carvalho, preferiram debater economia de mercado com os petistas em vez de denunciar o Foro de São Paulo e a lista inumerável de seus crimes. Hoje estão liquidados. A covardia é sempre má conselheira.

A briga que ninguém quer comprar

Diário do Comércio, 12 de abril de 2010

Em cada momento do tempo, o estado geral de uma sociedade é indicado por uma série de fatores que podem ser medidos e comparados, como por exemplo a renda média, a criminalidade, o aproveitamento escolar, o número de casamentos e divórcios etc.

A comparação entre esses fatores permite avaliar a importância relativa de cada fato — ou série de fatos — no conjunto da vida social. Por exemplo, o número de crimes e de vítimas, distribuído entre várias regiões, grupos sociais e faixas etárias. O conhecimento geral desse quadro desperta na população o senso das proporções que servirá de régua para medir a credibilidade das opiniões circulantes. Acima das preferências pessoais e grupais, o núcleo factual conhecido por todos é o tribunal de última instância no qual as ideias e propostas serão julgadas conforme sua adequação ou inadequação à realidade.

Ora, só há um canal por onde o conhecimento do quadro geral pode chegar à população: a mídia. O desempenho normal e saudável dessa função pelos jornais depende não somente de que divulguem os fatos, mas de que os selecionem e lhes confiram destaque maior ou menor conforme a sua importância real naquele quadro comparativo, de modo que os focos de atenção popular se hierarquizem segundo a importância objetiva dos fatores.

Em toda sociedade há um determinado número de estudiosos que têm acesso a fontes diretas e não dependem da mídia popular para formar sua visão das coisas. Para a população em geral, no entanto, vigora uma espécie de movimento circular: a constância e o destaque com que os fatos são noticiados na mídia tornam-se o padrão de aferição para o julgamento dos fatos subsequentes divulgados pela mesma mídia. Em suma: a mídia cria sua própria regra de credibilidade, não havendo, para o grosso da população, nenhum outro quadro de referência pelo qual essa credibilidade possa ser julgada.

Até os anos 1950-60, cada órgão de mídia neste país, malgrado a multiplicidade de interesses a que devia atender, mantinha-se razoavelmente submisso à ordem objetiva dos fatores, por saber que exageros ou distorções muito visíveis seriam, no dia seguinte, desmascarados por seus concorrentes. Até certo ponto, a imagem geral da sociedade tal como aparecia nos jornais coincidia com o quadro quantitativo real: o que merecia destaque e cobertura continuada era aquilo que, na vida social, tinha alguma importância objetiva.

Quatro fatores contribuíram para libertar a mídia nacional desses escrúpulos de realismo.

O primeiro foi a solidariedade maior entre as empresas, forjada durante o regime militar para a defesa comum contra as imposições do governo. As denúncias mútuas de fraude e de mau jornalismo desapareceram quase que por completo, colocando cada empresa jornalística na posição confortável de poder mentir a salvo de represálias dos concorrentes. Na mesma medida, a disputa de mercado praticamente cessou, distribuindo-se os leitores mais ou menos equitativamente entre as maiores publicações.

O segundo foi a diversificação das atividades lucrativas das empresas jornalísticas, que passaram a

depender cada vez menos da aprovação dos leitores. A prova máxima dessa transformação é que essas empresas se tornaram formidavelmente mais ricas e poderosas sem que a tiragem de seus jornais aumentasse no mais mínimo que fosse. Com a escolaridade crescente, o número de leitores potenciais subiu de ano para ano, mas os maiores jornais brasileiros não vendem, hoje em dia, mais exemplares do que nos anos 1950. É um fenômeno único no jornalismo mundial.

Em terceiro lugar, a obrigatoriedade do diploma universitário promoveu a uniformização cultural e ideológica da classe jornalística, de modo que já não há diferenças substantivas entre os climas de opinião nas várias redações de jornais e revistas. Na homogeneidade geral, as exceções individuais tornam-se irrelevantes.

Por último, as influências intelectuais que vieram a dominar as faculdades de jornalismo, deprimindo a confiança nos velhos critérios de objetividade e enfatizando antes a função dos jornalistas como "agentes de transformação social", acabaram transmutando maciçamente as redações em grupos militantes imbuídos de uma agenda político-cultural e dispostos a implementá-la por todos os meios. Por isso é que, de milhares de profissionais de mídia que ocultaram a existência do Foro de São Paulo por dezesseis anos, só um, um único, mostrou algum arrependimento. Os outros, inclusive os autonomeados fiscais da moralidade jornalística alheia, preferiram, retroativamente, ocultar a ocultação — e não perderam um minuto de sono por isso.

Some-se a tudo isso um quinto fator, de dimensões internacionais: o tremendo desenvolvimento, nas últimas décadas, das técnicas de engenharia social e da sua aplicação pelos meios de comunicação.

Quem pode impedir que empresas mutuamente solidárias, libertas até mesmo do temor ao público, tendo a seu serviço uma massa bem adestrada de "transformadores do mundo" e um conjunto de instrumentos de ação tão discretos quanto eficientes, mandem às favas todo senso objetivo das proporções e se empenhem em criar uma "segunda realidade", uma nova ordem dos fatores, totalmente inventada, legitimando de antemão qualquer nova mentira que lhes ocorra distribuir amanhã ou depois?

Nessas condições, toda presunção de "objetividade jornalística", personificada ou não nessa moderna versão do bobo da corte que é o *ombudsman*, tornou-se hoje apenas um adorno publicitário sem qualquer eficácia real na prática das redações.

O total desprezo pelos critérios quantitativos de aferição da importância das notícias tornou-se, portanto, a norma usual e corriqueira em todas as maiores publicações. Não havendo padrão de medida exterior pelo qual o jornalismo possa ser julgado, os jornais passaram a viver de um noticiário autofágico e uniforme, publicando todos as mesmas coisas, com igual destaque, e confirmando-se uns aos outros no autoengano comum.

Não há um só jornal ou grande revista, por exemplo, que gradue o destaque dado a denúncias de padres pedófilos pelo exame comparativo de casos similares em outros grupos sociais. Esse exame mostraria, acima de qualquer possibilidade de dúvida, que o número de delitos é muito, muito menor entre padres católicos do que em qualquer outra comunidade humana, embora o destaque dado na mídia a esses casos induza a população a crer o contrário. Em artigo recente,[3] o sociólogo italiano Massimo Introvigne mostrou que, num período de várias décadas, apenas cem sacerdotes foram denunciados e condenados na Itália, enquanto 6 mil professores de educação física sofriam condenação pelo mesmo delito. Introvigne citou os professores de educação física apenas como grupo-controle. Poderia ter mencionado dezenas de outros:[4] no conjunto, os casos de padres pedófilos revelariam ser as raridades que são, contrastando dramaticamente com a disseminação alarmante do crime de pedofilia na sociedade em geral. Eu mesmo, examinando as estatísticas alardeadas pela campanha anticlerical na Irlanda, e tirando delas as conclusões aritméticas que os autores do documento maliciosamente se recusavam a tirar, mostrei que, em cada escola católica daquele país, ocorrera não mais de um caso de pedofilia a cada dezesseis anos. Chamar isso, como a mídia o chama,

de “pedofilia epidêmica”, é evidentemente uma fraude, mas como pode a população percebê-lo se não tem acesso a outro critério comparativo senão aquele que lhe é fornecido pela própria mídia segundo o recorte de uma agenda politicamente interesseira?

Mutatis mutandis, o número e a gravidade das ocorrências entre os Legionários de Cristo são tão maiores que os dos casos registrados em qualquer outra instituição católica que tratar delas sem sublinhar a diferença, antes reduzindo-as a exemplos de “pedofilia católica” como quaisquer outros, é falsificar por completo a visão dos fatos.

Uma coisa é a realidade da vida social, outra a sua imagem na mídia e nos debates públicos. A segunda pode estar muito deslocada da primeira, fazendo com que a atenção pública se aliene da realidade a ponto de a população tornar-se incapaz de compreender o que está acontecendo. O deslocamento completo assinala um estado de psicose social.

Massimo Introvigne tem razão ao dizer que a campanha contra a Igreja Católica sob o pretexto de denúncias de pedofilia é um caso de “pânico moral”. Mas a sociologia só lida com fatores gerais, impessoais, anônimos. Não lhe cabe rastrear origens históricas, nem sondar o coeficiente de premeditação e planejamento criminoso na produção desses fenômenos. Só a investigação histórica, judicial e, é claro, jornalística, pode elucidar esse ponto e identificar os culpados por uma das campanhas caluniosas mais vastas e pérfidas de todos os tempos. Hoje há documentação suficiente para isso. O que falta, inclusive na Igreja Católica, é vontade de comprar essa briga.

Cem anos de pedofilia

O Globo, 27 de abril de 2002

Na Grécia e no Império Romano, o uso de menores para a satisfação sexual de adultos foi um costume tolerado e até prezado. Na China, castrar meninos para vendê-los a ricos pederastas foi um comércio legítimo durante milênios. No mundo islâmico, a rígida moral que ordena as relações entre homens e mulheres foi não raro compensada pela tolerância para com a pedofilia homossexual. Em alguns países isso durou até pelo menos o começo do século XX, fazendo da Argélia, por exemplo, um jardim das delícias para os viajantes depravados (leiam as memórias de André Gide, *Si le grain ne meurt*).

Por toda parte onde a prática da pedofilia recuou, foi a influência do cristianismo — e praticamente ela só — que libertou as crianças desse jugo temível.

Mas isso teve um preço. É como se uma corrente subterrânea de ódio e ressentimento atravessasse dois milênios de história, aguardando o momento da vingança. Esse momento chegou.

O movimento de indução à pedofilia começa quando Sigmund Freud cria uma versão caricaturalmente erotizada dos primeiros anos da vida humana, versão que com a maior facilidade é absorvida pela cultura do século. Desde então a vida familiar surge cada vez mais, no imaginário ocidental, como uma panela de pressão de desejos recalcados. No cinema e na literatura, as crianças parecem que nada mais têm a fazer do que espionar a vida sexual de seus pais pelo buraco da fechadura ou entregar-se elas próprias aos mais assombrosos jogos eróticos.

O potencial politicamente explosivo da ideia é logo aproveitado por Wilhelm Reich, psiquiatra comunista que organiza na Alemanha um movimento pela “libertação sexual da juventude”, depois transferido para os EUA, onde virá a constituir talvez a principal ideia-força das rebeliões de estudantes na década de sessenta.

Enquanto isso, o Relatório Kinsey, que hoje sabemos ter sido uma fraude em toda a linha,[5] demole a imagem de respeitabilidade dos pais, mostrando-os às novas gerações como hipócritas sexualmente doentes ou libertinos enrustidos.

O advento da pílula e da camisinha, que os governos passam a distribuir alegremente nas escolas, soa como o toque de liberação geral do erotismo infantojuvenil. Desde então a erotização da infância e da adolescência se expande dos círculos acadêmicos e literários para a cultura das classes média e baixa, por meio de uma infinidade de filmes, programas de TV, “grupos de encontro”, cursos de aconselhamento familiar, anúncios, o diabo. A educação sexual nas escolas torna-se uma indução direta de crianças e jovens à prática de tudo o que viram no cinema e na TV.

Mas até aí a legitimação da pedofilia aparece apenas insinuada, de contrabando no meio de reivindicações gerais que a envolvem como consequência implícita.

Em 1981, no entanto, a *Time* noticia que argumentos pró-pedofilia estão ganhando popularidade entre conselheiros sexuais. Larry Constantine, um terapeuta de família, proclama que as crianças “têm o direito de expressar-se sexualmente, o que significa que podem ter ou não ter contatos sexuais com pessoas mais velhas”. Um dos autores do Relatório Kinsey, Wardell Pomeroy, pontifica que o incesto “pode às vezes ser benéfico”.

A pretexto de combater a discriminação, representantes do movimento gay são autorizados a ensinar nas escolas infantis os benefícios da prática homossexual. Quem quer que se oponha a eles é estigmatizado, perseguido, demitido. Num livro elogiado por J. Elders, ex-ministro da Saúde dos EUA (*surgeon general* — aquele mesmo que faz advertências apocalípticas contra os cigarros), a jornalista Judith Levine afirma que os pedófilos são inofensivos e que a relação sexual de um menino com um sacerdote pode ser até uma coisa benéfica. Perigosos mesmo, diz Levine, são os pais, que projetam “seus medos e seu próprio desejo de carne infantil no mítico molestador de crianças”.

Organizações feministas ajudam a desarmar as crianças contra os pedófilos e armá-las contra a família, divulgando a teoria monstruosa de um psiquiatra argentino segundo a qual pelo menos uma entre cada quatro meninas é estuprada pelo próprio pai.

A consagração mais alta da pedofilia vem num número de 1998 do “Psychological Bulletin”, órgão da American Psychological Association. A revista afirma que abusos sexuais na infância “não causam dano intenso de maneira pervasiva”, e ainda recomenda que o termo pedofilia, “carregado de conotações negativas”, seja trocado para “intimidade intergeracional”.

Seria impensável que tão vasta revolução mental, alastrando-se por toda a sociedade, poupasse miraculosamente uma parte especial do público: os padres e seminaristas. No caso destes somou-se à pressão de fora um estímulo especial, bem calculado para agir desde dentro. Num livro recente, *Goodbye, good men*, o repórter americano Michael S. Rose mostra que há três décadas organizações gays dos EUA vêm colocando gente sua nos departamentos de psicologia dos seminários para dificultar a entrada de postulantes vocacionalmente dotados e forçar o ingresso maciço de homossexuais no clero. Nos principais seminários a propaganda do homossexualismo tornou-se ostensiva e estudantes heterossexuais foram forçados por seus superiores a submeter-se a condutas homossexuais.

Acuados e sabotados, confundidos e induzidos, é fatal que, mais dia menos dia, muitos padres e seminaristas acabem cedendo à geral gandaia infantojuvenil. E, quando isso acontece, todos os porta-vozes da moderna cultura “liberada”, todo o *establishment* “progressista”, toda a mídia “avançada”, todas as forças, enfim, que ao longo de cem anos foram despojando as crianças da aura protetora do cristianismo para entregá-las à cobiça de adultos perversos, repentinamente se rejubilam, porque encontraram um inocente sobre o qual lançar suas culpas. Cem anos de cultura pedófila, de repente, estão absolvidos, limpos, resgatados ante o Altíssimo: o único culpado de tudo é... o celibato clerical! A cristandade vai agora pagar por todo o mal que ela os impediu de fazer.

Não tenham dúvida: a Igreja é acusada e humilhada porque está inocente. Seus detratores a acusam porque são eles próprios os culpados. Nunca a teoria de René Girard, da perseguição ao bode expiatório como expediente para a restauração da unidade ilusória de uma coletividade em crise,

encontrou confirmação tão patente, tão óbvia, tão universal e simultânea.

Quem quer que não perceba isso, neste momento, está divorciado da sua própria consciência. Tem olhos mas não vê, tem ouvidos mas não ouve.

Mas a própria Igreja, se em vez de denunciar seus atacantes preferir curvar-se ante eles num grotesco ato de contrição, sacrificando *pro forma* uns quantos padres pedófilos para não ter de enfrentar as forças que os injetaram nela como um vírus, terá feito sua escolha mais desastrosa dos últimos dois milênios.

Notas

* João, 18:19-23 *passim.*

** Dallas: Word Publishing, 1997.

*** Washington: Regnery, 2003.

**** Pela ordem, http://www.religioustolerance.org/rt_overv.htm; http://www.freedomhouse.org; http://www.markswatson.com/Persecution.html; http://www.persecution.org/newsite/.

***** Fontes sobre a perseguição antirreligiosa: 1) Livros: David Limbaugh, *Persecution: How Liberals Are Waging War Against Christianity* (Washington, Regnery, 2003); Roy Moore, *So Help Me God: The Ten Commandments, Judicial Tyranny, and The Battle for Religions Freedom* (Nashville, Tennessee, Broadman & Holman, 2005); Janet L. Folger, *The Criminalization of Christianity* (Systers, Oregon, Multnomah, 2005); Rabbi David G. Dalin, *The Myth of Hitler's Pope* (Washington DC, Regnery, 2005); David B. Barrett & Todd Johnson, *World Christian Trends, Ad 30-Ad 2200: Interpreting the Annual Christian Megacensus* (William Carey Library, Send the Light Inc, 2003); E. Michael Jones, *Libido Dominandi: Sexual Liberation and Political Control* (South Bend, Indiana, St. Augustine's Press, 2000). 2) Internet: http://www.christianpersecution.info/; http://zbh.com/links/martyred.htm; http://www.freedomhouse.org/religion/; http://www.christianmonitor.org/; http://www.worship.com/help/; http://www.wayoflife.org/fbns/state.htm; http://www.thegreatseparation.com/newsfront/christian_persecution/; http://www.persecution.com/; http://www.jews4fairness.org/index.php; http://www.wnd.com (*site* de informações em geral, acompanha regularmente as notícias de perseguição religiosa no mundo).

****** Pela ordem, *The Jesuits: Cultures, Sciences, and The Arts, 1540-1773* (Toronto, University of Toronto Press, 1999) e *Jesuit Science and the Republic of Letters* (Cambridge: MIT Press, 2003).

******* Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

1. N. do Org.: O pacto Ribbentrop-Molotov foi um tratado de não agressão entre a Alemanha nazista e a União Soviética, assinado em agosto de 1939 pelos ministros do Exterior alemão, Joachim von Ribbentrop, e soviético, Vyacheslav Molotov.

2. N. do Org.: Para uma ideia do vocabulário usado por Jesus Cristo e os santos católicos em casos assim, ver a lista "Xingando com os santos — xingamentos para católicos com testosterona", disponível no link: http://advhaereses.blogspot.com.br/2010/09/xingando-com-os-santos.html; e o artigo de Olavo de Carvalho "Concurso Santo Palavrão: o prêmio é meu", de 21 de julho de 2011, no link: http://www.olavodecarvalho.org/textos/110721concurso.html. Eis uma citação apreciada pelo autor: "Se, porém, eles pelas obras profanam a fé e não se escondem, cobertos de vergonha, debaixo da terra, por que se irritam contra nós, que condenamos com palavras o que eles manifestam com ações?" (São João Crisóstomo).

3. N. do Org.: "Padres pedófilos: um pânico moral" ("*Preti Pedofili: un panico morale*"), de Massimo Introvigne. Versão original em italiano no link: http://www.cesnur.org/2010/mi_preti_pedofili.html; e em PDF, traduzida para o português por Miguel Nagib, no link: www.deuslovult.org/wp-content/uploads/2010/03/Padres-pedofilos-panico-moral.pdf?9d7bd4.

4. N. do Org.: "Por enquanto a taça [de recordista de pedófilos *per capita*] parece estar com aquela classe autoincumbida de velar, em lugar do antigo clero, pela proteção e formação moral das crianças do mundo: os assistentes sociais da ONU. Só em 2001 chegaram a 400, segundo dados da própria secretaria-geral da entidade, as queixas apresentadas por famílias de refugiados da África Ocidental contra esses molestadores multinacionais de crianças. Quatrocentos episódios num ano, numa única comunidade, configuram inequivocamente um caso de pedofilia em massa. E com o detalhe especialmente repugnante: as vítimas não foram colhidas nas ruas ou nas escolas, mas entre as massas de miseráveis, famintos e doentes que, no extremo do desespero, se entregaram nas mãos desses monstros confiando na sua promessa de socorro. Isso, sim, é um escândalo de proporções mundiais, um crime contra a Humanidade no sentido mais estrito em que esta expressão foi definida em Nuremberg. Mas os assistentes sociais da ONU são intocáveis. São o novo clero, incumbido de espalhar no mundo o evangelho 'politicamente correto' da Humanidade de amanhã" [Olavo de Carvalho, "Farsa monstruosa", *Jornal da Tarde*, 9 de maio de 2002 — http://www.olavodecarvalho.org/semana/05092002jt.htm].

5. N. do Org.: "(...) Alfred Kinsey, o charlatão (e pedófilo nas horas vagas) que enganou metade do país entrevistando criminosos sexuais sobre suas práticas eróticas e depois alardeando as respostas como se viessem da população média" [Olavo de Carvalho, "Loucuras americanas", editorial do *Diário do Comércio* de 20 de abril de 2006: http://www.olavodecarvalho.org/semana/060420dce.html].

LINGUAGEM

1. LITERATURA x LÍNGUA DE PAU

Longa noite

Diário do Comércio, 4 de junho de 2012

Se há uma coisa que, quanto mais você perde, menos sente falta, é a inteligência. Uso a palavra não no sentido vulgar de habilidadezinhas mensuráveis, mas no de percepção da realidade. Quanto menos você percebe, menos percebe que não percebe. Quase que invariavelmente, a perda vem por isso acompanhada de um sentimento de plenitude, de segurança, quase de infalibilidade. É claro: quanto mais burro você fica, menos atina com as contradições e dificuldades, e tudo lhe parece explicável em meia dúzia de palavras.

Se as palavras vêm com a chancela da *intelligentzia* falante, então, meu filho, nada mais no mundo pode se opor à força avassaladora dos chavões que, num estalar de dedos, respondem a todas as perguntas, dirimem todas as dúvidas e instalam, com soberana tranquilidade, o império do consenso final. Refiro-me especialmente a expressões como "desigualdade social", "diversidade", "fundamentalismo", "direitos", "extremismo", "intolerância", "tortura", "medieval", "racismo", "ditadura", "crença religiosa" e similares. O leitor pode, se quiser, completar o repertório mediante breve consulta às seções de opinião da chamada "grande imprensa". Na mais ousada das hipóteses, não passam de uns vinte ou trinta vocábulos. Existe algo, entre os céus e a terra, que esses termos não exprimam com perfeição, não expliquem nos seus mais mínimos detalhes, não transmutem em conclusões inabaláveis que só um louco ousaria contestar? Em torno deles gira a mente brasileira hoje em dia, incapaz de conceber o que quer que esteja para além do que esse exíguo vocabulário pode abranger.

Que essas certezas sejam ostentadas por pessoas que ao mesmo tempo fazem profissão de fé relativista e até mesmo neguem peremptoriamente a existência de verdades objetivas, eis uma prova suplementar daquilo que vinha dizendo: quanto menos você entende, menos entende que não entende. Ao inverso da economia, onde vigora o princípio da escassez, na esfera da inteligência rege o princípio da abundância: quanto mais falta, mais dá a impressão de que sobra. A estupidez completa, se tão sublime ideal se pudesse atingir, corresponderia assim à plena autossatisfação universal.

O mais eloquente indício é o fato de que, num país onde há trinta anos não se publica um romance, uma novela, uma peça de teatro que valha a pena ler, ninguém dê pela falta de uma coisa outrora tão abundante, tão rica nestas plagas, que era a — como se chamava mesmo? — "literatura". Digo que essa entidade sumiu porque — creiam — não cesso de procurá-la. Vasculho catálogos de editoras, reviro a *internet* em busca de sites literários, leio dezenas de obras de ficção e poesias que seus autores têm o sadismo de me enviar, e no fim das contas encontrei o quê? Nada. Tudo é monstruosamente bobo, vazio, presunçoso e escrito em língua de orangotangos. No máximo aponta aqui e ali algum talento anêmico, que para vingar precisaria ainda de muita leitura, experiência da vida e uns bons tabefes.

Mas, assim como não vejo nenhuma obra de literatura imaginativa que mereça atenção, muito menos deparo, nas resenhas de jornais e nas revistas "de cultura" que não cessam de aparecer, com alguém que se dê conta do descalabro, do supremo escândalo intelectual que é um país de quase 200 milhões de habitantes, com uma universidade em cada esquina, sem nenhuma literatura superior. Ninguém se mostra assustado, ninguém reclama, ninguém diz um "ai". Todos parecem sentir que a casa está na mais perfeita ordem, e alguns até são loucos o bastante para acreditar que o grande sinal de saúde cultural do país são eles próprios. Pois não houve até um ministro da Cultura que assegurou

estar a nossa produção cultural atravessando um dos seus momentos mais brilhantes, mais criativos? Media, decerto, pelo número de shows de *funk*.

Estão vendo como, no reino da inteligência, a escassez é abundância?

Mas o pior não é a penúria quantitativa.

Da Independência até os anos 1970, a história social e psicológica do Brasil aparecia, translúcida, na literatura nacional. Lendo os livros de Machado de Assis, Raul Pompeia, Lima Barreto, Antônio de Alcântara Machado, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Jorge Amado, Marques Rebelo, José Geraldo Vieira, Ciro dos Anjos, Octávio de Faria, Anníbal M. Machado e tantos outros, obtínhamos a imagem vívida da experiência de ser brasileiro, refletida com toda a variedade das suas manifestações regionais e epocais e com toda a complexidade das relações entre alma e história, indivíduo e sociedade.

A partir da década de 1980, a literatura brasileira desaparece. A complexa e rica imagem da vida nacional que se via nas obras dos melhores escritores é então substituída por um sistema de estereótipos, vulgares e mecânicos até o desespero, infinitamente repetidos pela TV, pelo jornalismo, pelos livros didáticos e pelos discursos dos políticos.

No mesmo período, o Brasil sofreu mudanças histórico-culturais avassaladoras, que, sem o testemunho da literatura, não podem se integrar no imaginário coletivo nem muito menos tornar-se objeto de reflexão. Foram trinta anos de metamorfoses vividas em estado de sono hipnótico, talvez irrecuperáveis para sempre.

O tom de certeza definitiva com que qualquer bobagem politicamente correta se apresenta hoje como o *nec plus ultra* da inteligência humana jamais teria se tornado possível sem esse longo período de entorpecimento e de trevas, essa longa noite da inteligência, ao fim da qual estava perdida a simples capacidade de discernir entre o normal e o aberrante, o sensato e o absurdo, a obviedade gritante e o ilogismo impenetrável.

A palavra-gatilho

Diário do Comércio, 8 de junho de 2012

No artigo anterior, mencionei alguns termos da “língua de pau” que domina hoje o debate público no Brasil, inclusive e sobretudo entre intelectuais que teriam como obrigação primeira analisar a linguagem usual, libertando-a do poder hipnótico dos chavões e restaurando o trânsito normal entre língua, percepção e realidade.

Mas estou longe de pensar que os chavões são inúteis. Para o demagogo e charlatão, servem para despertar na plateia, por força do mero automatismo semântico decorrente do uso repetitivo, as emoções e as reações desejadas. Para o estudioso, são a pedra de toque para distinguir entre o discurso da demagogia e o discurso do conhecimento. Sem essa distinção, qualquer análise científica da sociedade e da política seria impossível.

A linguagem dos chavões caracteriza-se por três traços inconfundíveis:

1) Aposta no efeito emocional imediato das palavras, contornando o exame dos objetos e experiências correspondentes.

2) Procura dar a impressão de que as palavras são um traslado direto da realidade, escamoteando a história de como seus significados presentes se formaram pelo uso repetido, expressão de preferências e escolhas humanas. Confundindo propositadamente palavras e coisas, o agente político dissimula sua própria ação e induz a plateia a crer que decide livremente com base numa visão direta da realidade.

3) Confere a autoridade de verdades absolutas a afirmações que, na melhor das hipóteses, têm uma

validade relativa.

Um exemplo é o uso que os nazistas faziam do termo “raça”. É um conceito complexo e ambíguo, onde se misturam elementos de anatomia, de antropologia física, de genética, de etnologia, de geografia humana, de política e até de religião. A eficácia do termo na propaganda dependia precisamente de que esses elementos permanecessem mesclados e indistintos, formando uma síntese confusa capaz de evocar um sentimento de identidade grupal. Eis por que a Gestapo mandou apreender o livro de Eric Voegelin, *História da ideia de raça* (1933), um estudo científico sem qualquer apelo político: para funcionar como símbolo motivador da união nacional, o termo tinha de aparecer como a tradução imediata de uma realidade visível, não como aquilo que realmente era — o produto histórico de uma longa acumulação de pressupostos altamente questionáveis.

Do mesmo modo, o termo “fascismo”,[1] que cientificamente compreendido se aplica com bastante propriedade a muitos governos esquerdistas do terceiro mundo,* é usado pela esquerda como rótulo infamante para denegrir ideias tão estranhas ao fascismo como a liberdade de mercado, o antiabortismo ou o ódio popular ao mensalão. Certa vez, num debate, ouvi um ilustre professor da USP exclamar: “Liberalismo é fascismo!” Gentilmente pedi que a criatura citasse um exemplo — unzinho só — de governo fascista que não praticasse um rígido controle estatal da economia. Não veio nenhum, é claro. A palavra “fascismo”, na boca do distinto, não era o signo de uma ideia ou coisa: era uma palavra-gatilho, fabricada para despertar reações automáticas.

Deveria ser evidente à primeira vista que os termos usados no debate político e cultural raramente denotam coisas, objetos do mundo exterior, mas sim um amálgama de conjeturas, expectativas e preferências humanas; que, portanto, nenhum deles tem qualquer significado além do feixe de contradições e dificuldades que encerra, através das quais, e só através das quais, chegam a designar algo do mundo real. Você pode saber o que é um gato simplesmente olhando para um gato, mas “democracia”, “liberdade”, “direitos humanos”, “igualdade”, “reacionário”, “preconceito”, “discriminação”, “extremismo” etc. são entidades que só existem na confrontação dialética de ideias, valores e atitudes. Quem quer que use essas palavras dando a impressão de que refletem realidades imediatas, improblemáticas, reconhecíveis à primeira vista, é um demagogo e charlatão. Aquele que assim escreve ou fala não quer despertar em você a consciência de como as coisas se passam, mas apenas uma reação emocional favorável à pessoa dele, ao partido dele, aos interesses dele. É um traficante de entorpecentes posando de intelectual e professor.

A frequência com que as palavras-gatilho são usadas no debate nacional como símbolos de premissas autoprobantes, valores inquestionáveis e critérios infalíveis do certo e do errado já mostra que o mero conceito da atividade intelectual responsável desapareceu do horizonte mental das nossas “classes falantes”, sendo substituído por sua caricatura publicitária e demagógica.

Como chegamos a esse estado de coisas? Investigá-lo é trabalhoso, mas não substancialmente complicado. É só rastrear o processo da “ocupação de espaços” na mídia, no ensino e nas instituições de cultura, que foi, pelo uso obsessivamente repetitivo de chavões, uniformizando a linguagem dos debates públicos e imantando de valores positivos ou negativos, atraentes ou repulsivos, um certo repertório de palavras que então passaram a ser utilizadas como gatilhos de reações automatizadas, uniformes, completamente predizíveis.

Se você é treinado para ter sempre as mesmas reações diante das mesmas palavras, acaba enxergando somente o que é capaz de dizer, e dificilmente consegue pensar diferente do que os donos do vocabulário o mandaram pensar. Esse foi um dos principais mecanismos pelos quais a festiva “democratização” do Brasil acabou extinguindo, na prática, a possibilidade de qualquer debate substantivo sobre o que quer que seja.

Figuras de linguagem

[in: A fórmula para enlouquecer o mundo]

Diário do Comércio, 11 de junho de 2007

Toda figura de linguagem expressa compactamente uma impressão sem indicar com clareza o fenômeno objetivo que a suscitou. Decomposta analiticamente, revela-se portadora de muitos significados possíveis, alguns contraditórios entre si, que podem corresponder à experiência em graus variados. No Brasil de hoje, todos os "formadores de opinião" mais salientes, sem exceção visível — comentaristas de mídia, acadêmicos, políticos, figuras do *show business* — pensam por figuras de linguagem, sem a mínima preocupação — ou capacidade — de distinguir entre a fórmula verbal e os dados da experiência. Impõem seus estados subjetivos ao leitor ou ouvinte de maneira direta, sem uma realidade mediadora que possa servir de critério de arbitragem entre emissor e receptor da mensagem. A discussão racional fica assim inviabilizada na base, sendo substituída pelo mero confronto entre modos de sentir, uma demonstração mútua de força psíquica bruta que dá a vitória, quase que necessariamente, ao lado mais barulhento, histriônico, fanático e intolerante. Como as pessoas pressentem de algum modo que essa situação ameaça descambar para a pura e simples troca de insultos, se não de tapas ou de tiros, o remédio que improvisam por mero automatismo é apegar-se às regras de polidez como símbolo convencional e sucedâneo da racionalidade faltante, como se um sujeito declarar calma e educadamente que os gatos são vegetais fosse mais racional do que berrar indignado que são animais. O resultado é que a linguagem dos debates públicos se torna ainda mais artificiosa e pedante, facilitando o trabalho dos demagogos e manipuladores.

É um ambiente de alucinação e farsa, no qual só o pior e mais vil pode prevalecer.

O cúmulo da devassidão mental se alcança quando as leis penais passam a ser redigidas dessa maneira. Se a definição de uma conduta delituosa é vaga e imprecisa, a tipificação do crime correspondente se torna pura matéria de preferência subjetiva do juiz ou de pressão política por parte de grupos interessados. Assim, por exemplo, o agitador que pregue abertamente a inferioridade da raça negra e o engraçadinho que faça uma piada ocasional sobre negros podem ser condenados à mesma pena por delito de "racismo". Duas condutas qualitativamente incomparáveis são niveladas por baixo: não há mais diferença entre delito e aparência de delito. É a mulher de César às avessas: não é preciso ser criminoso, basta parecê-lo. Basta caber numa definição ilimitadamente elástica que inclui desde o uso impensado de certas palavras até a doutrinação genocida explícita e feroz. "Racismo" é uma figura de linguagem, não um conceito rigoroso correspondente a condutas determinadas. Uma lei que o criminalize é um jogo de azar no qual a justiça e a injustiça são distribuídas a esmo, por juízes que têm a consciência tranquila de estar agindo a serviço da liberdade e da democracia. É uma comédia. Quem se der o trabalho de distinguir analiticamente os vários sentidos com que a palavra "racismo" é usada em diversos contextos verificará que correspondem a condutas muito diferentes entre si, das quais algumas podem ser criminosas. Estas é que têm de ser objeto de lei, não o saco de gatos denominado "racismo". E "homofobia", então? Seu sentido abrange desde o impulso homicida até devoções religiosas, desde a discussão científica de uma classificação nosológica até a repulsa espontânea por certo tipo de carícias — tudo isso criminalizado por igual. Quem cria e redige essas leis são obviamente pessoas sem o mínimo senso de responsabilidade por seus atos: são adolescentes embriagados de um delírio de poder; são mentes disformes e antissociais, são sociopatas perigosos. Só eleitores totalmente ludibriados podem ter elevado esses indivíduos à condição de legisladores, dando realidade à fantasia macabra do *Doutor Mabuse* de Fritz Lang: a revolução dos loucos, tramada no hospício para subjugar a humanidade sã e impor a demência como regra. E não pensem que ao dizer isso esteja eu mesmo apelando a uma figura de linguagem,

hiperbolizando os fatos para chamar a atenção sobre eles. A incapacidade de distinguir entre sentido literal e figurado, a perda da função denominativa da linguagem e a redução da fala a um jogo de intimidação e sedução sem satisfações a prestar à realidade são sintomas psiquiátricos característicos. Quando tomei conhecimento dos diagnósticos político-sociais elaborados pelos psiquiatras Joseph Gabel e Lyle H. Rossiter, Jr., que, indo além da concepção *schellinguiana* da "doença espiritual", classificavam as ideologias revolucionárias como patologias mentais em sentido estrito, achei que exageravam. Hoje sei que estavam certos.

As figuras de linguagem são instrumentos indispensáveis não só na comunicação como na aquisição de conhecimento. Quando não sabemos declarar exatamente o que é uma coisa, dizemos a impressão que ela nos causa. Todo conhecimento começa assim. Benedetto Croce definia a poesia como "expressão de impressões". Toda incursão da mente humana num domínio novo e inexplorado é, nesse sentido, "poética". Começamos dizendo o que sentimos e imaginamos. É do confronto de muitas fantasias diversas, incongruentes e opostas que a realidade da coisa, do objeto, um dia chega a se desenhar diante dos nossos olhos, clara e distinta, como que aprisionada numa malha de fios imaginários — como a tridimensionalidade do espaço que emerge das linhas traçadas numa superfície plana. Suprimir as metáforas e metonímias, as analogias e as hipérboles, impor universalmente uma linguagem inteiramente exata, definida, "científica", como chegaram a ambicionar os filósofos da escola analítica, seria sufocar a capacidade humana de investigar e conjeturar. Seria matar a própria inventividade científica sob a desculpa de dar à ciência plenos poderes sobre as modalidades "pré-científicas" de conhecimento.

Mas, inversamente, encarcerar a mente humana numa trama indeslindável de figuras de linguagem rebeldes a toda análise, impor o jogo de impressões emotivas como substituto da discussão racional e fazer de simbolismos nebulosos a base de decisões práticas que afetarão milhões de pessoas é um crime ainda mais grave contra a inteligência humana; é escravizar toda uma sociedade — ou várias — à confusão interior de um grupo de psicopatas megalômanos.

2. ESCRITORES x FINGIDORES

Literatura do baixo ventre

Jornal da Tarde, 3 de julho de 2003

Nas suas *Memórias*, de 1994, Adolfo Bioy Casares deixou este depoimento sobre sua colaboração com Jorge Luís Borges:

> As primeiras coisas vêm primeiro, e as segundas podem-se esquecer: a prioridade era a literatura, a adequação literária, a filosofia, a verdade... Para os dois, o mais importante era compreender... Então não se tratava dele nem de mim, de quem havia falado, mas de haver entendido a verdade de algo.

No mesmo sentido, já havia anotado em *Diário e Fantasia*: "A inteligência trabalha como uma espécie de ética. Não permite concessões, não tolera ruindades."

Quantos escritores brasileiros das últimas três ou quatro décadas poderiam repetir essas palavras com igual sinceridade?

Para começar, não acreditam em "verdade". Livram-se dela com dois ou três chavões relativistas ou desconstrucionistas, e não pensam mais nisso. Quanto à sinceridade, imaginam que consista em detalhes de fisiologia sexual.

A grande literatura nasce da síntese do fervor, da devoção, da sinceridade moral, com a elevação da

inteligência e a amplitude da visão do mundo. Entre as décadas de vinte e sessenta as letras brasileiras quase alcançaram o ponto de fusão em que a mistura desses elementos produziria a *high seriousness* exigida por Mathew Arnold. Mas, depois, a mistura desandou. Voltamos miseravelmente à escrita dos samoiedas, os literatos da Bruzundanga, assim descritos por Lima Barreto em 1922:

> Não há na maioria daquela gente uma profundeza de sentimento que a impila a ir ao âmago das coisas que fingem amar, de decifrá-las pelo amor sincero em que as têm, de querê-las totalmente, de absorvê-las. Só querem a aparência das coisas... A glória das letras, só a tem quem a elas se dá inteiramente; nelas, como no amor, só é amado quem se esquece de si inteiramente e se entrega com fé cega. Os samoiedas contentam-se com as aparências literárias e a banal simulação de notoriedade, umas vezes por incapacidade de inteligência, em outras por instrução insuficiente ou viciada, quase sempre, porém, por falta de verdadeiro talento poético, de sinceridade...

A sinceridade mede-se pelo esforço. Antes de acertar definitivamente a mão com *La Invención de Morel* (1940), Bioy escreveu, dos 20 aos 26 anos, uma infinidade de contos e romances muito ruins. Mas não foi tempo perdido:

> Naquele período de criação contínua e desafortunada, li e estudei muito. Li literatura espanhola, com a intenção de abarcá-la na diversidade dos seus gêneros, desde os começos até o presente, sem limitar-me aos autores e livros mais conhecidos; literatura argentina, sem excluir formas populares, como as letras de tango e milonga, que selecionava em *El Alma que Canta* e em *El Canta Claro*, para uma provável antologia; literatura francesa, inglesa, norte-americana e russa; algo da alemã, da italiana, da portuguesa (desde logo, Eça de Queiroz); literatura grega e latina, algo da chinesa, da japonesa, da persa. Teorias literárias. Versificação, sintaxe, gramática. *The Art of Writing* de Stevenson, *Dealing with Words* de Vernon Lee. Filosofia, lógica, lógica simbólica. Introduções às ciências, classificações das ciências, introdução às matemáticas. A Bíblia. Santo Agostinho. Padres da Igreja. A relatividade. A quarta dimensão. Teorias biológicas.

Basta ler esse parágrafo para perceber instantaneamente o que há de errado com a cultura nacional. O romancista argentino — como aliás em seu tempo o pobre Lima Barreto, espremendo o orçamento raquítico para comprar livros de filosofia e ciência — estudou mais durante esses seis anos do que o fez ao longo da vida inteira qualquer dos escritores nacionais que o nosso público de hoje aplaude. Quantos dentre eles chegam a ter ao menos o interesse, por vago e preguiçoso que seja, de estender sua visão das coisas por um domínio tão amplo de conhecimentos? Nenhum chega mesmo a conceber a possibilidade de fazê-lo, e, se lhe insinuamos que haveria nisso alguma conveniência, a resposta quase infalível é um par de olhos arregalados seguidos de uma desconversa mordaz. Estudo sério é para professores, e mesmo assim olhe lá! Moderação nisso. Nada além do exigido pelo currículo. Literato brasileiro que se preza tem o esforço intelectual na conta de pedantismo reacionário e, segundo afirma um deles com orgulho, "escreve com o baixo ventre".

Coisas sérias

Bravo!, julho de 1998

Se algumas décadas atrás o governo brasileiro resolvesse homenagear a cultura francesa e convidasse, para representá-la, Françoise Sagan em vez de André Malraux, Fernandel em vez de François Mauriac, Edith Piaff em vez de Raymond Aron, os franceses julgariam a coisa uma piada, e o general Charles de Gaulle, se nunca tivesse dito que o Brasil não é um país sério — como de fato parece que jamais o disse —, veria aí uma boa ocasião para dizê-lo.

No entanto nós, brasileiros, levamos perfeitamente a sério o Salão do Livro em Paris quando ele homenageia a nossa cultura literária nas pessoas dos srs. Chico Buarque, Frei Betto, Paulo Coelho, Fernando Gabeira, Zuenir Ventura, Luis Fernando Verissimo e outros de calibre igual ou menor.

Ninguém negará que essas criaturas representam, de algum modo, a cultura brasileira. Mas de qual modo, precisamente?

Para ser representativo da cultura de um país e de um momento, o escritor tem de atender a três condições óbvias. Primeira: tem de ser ótimo, tem de expressar o melhor e o mais alto de que sua nação é capaz, tem de ter dado algo de valor ao mundo em nome do seu país. Segunda: tem de ser atual, isto é, atuante. Tem de estar *up-to-date*, seja pelas obras, seja pelos atos. Terceira: tem de ser influente, ser poderoso, ser muito lido e muito falado.

Dos 37 escritores brasileiros da lista de homenageados do Salão de Paris, três e somente três, atendem a essas condições: Carlos Heitor Cony, João Ubaldo Ribeiro e Antonio Olinto. Todos os outros falham a uma, a duas ou às três.

Alguns deles são ótimos, mas inatuais. A falta de atualidade é, dos males, o menor. Tira a representatividade de um escritor sem diminuir em nada os seus méritos. Jorge Amado e Rachel de Queirós, por mais que tenham escrito coisas boas depois, nunca deixarão de ser o modernismo nordestino. Estão cravados nesse lugar do tempo. É um lugar honroso, o mais honroso de nossa literatura — mas não é o lugar onde estamos hoje. Lygia Fagundes Telles é maravilhosa, porém o melhor do que fez já tem duas décadas. Millôr Fernandes jamais decaiu, mas ninguém dirá que, nos últimos vinte anos, fez coisa mais digna e de destaque do que *Um elefante no caos* ou *Liberdade, Liberdade*. Geraldo Mello Mourão é um gênio assombroso — mas há tempos ninguém ouve falar de suas obras. Quem dirá que Antonio Torres não é grande? É sim, mas não cresceu na última década: sua fama e sua melhor produção estão indissoluvelmente associadas aos anos tenebrosos da ditadura. O mesmo deve ser dito de Plínio Marcos. Há mais dois ou três nessa categoria, mas, não tendo a lista diante dos olhos, falo apenas do que conservo na memória. Por justo que seja homenageá-los, sua escolha jamais seria prioritária num evento destinado a apresentar a um povo estrangeiro a cultura brasileira de hoje.

Há um segundo grupo: o daqueles que são ótimos e atuais, mas não influem em nada, porque ninguém os leu. São uma possibilidade, uma esperança. Tenho esperança de que Adriano Espínola venha a ser o Brasil de amanhã, quando *Língua-Mar* e *Táxi*, como merecem, forem lidos em todas as escolas. No Brasil de hoje, é uma glória literária em estado de hipótese. Dizer que nos representa é fazer um discurso de posse antes de inscrever a candidatura. O terceiro grupo é o dos escritores que são apenas atuais sem ser influentes ou ótimos: fizeram recentemente coisas que não tiveram a menor repercussão e que, por coincidência, também não valiam nada. Sua presença na lista é um enigma insondável. Não citarei nomes. *Non raggionam di lor, ma guarda e passa*.

A ala mais interessante é a dos que são influentes e atuais, apenas. Especializaram-se, aliás, em sê-lo, e não fariam o mínimo esforço para se tornar também ótimos, seja porque ignoram que raio de coisa é isso, seja porque imaginam que consista em ser exatamente aquilo que são. Por inacreditável que pareça, esses constituem o grosso da lista. Traduzem, portanto, a essência do critério que inspirou a seleção. São precisamente aqueles que citei no começo deste artigo e mais uma dezena de outros de idêntico teor intelectual. É pela análise dos motivos de sua escolha que descobriremos o que o Salão do Livro de Paris pensa do Brasil.

Não se pode dizer, repito, que esses nomes não representam a cultura nacional. Representam-na, porém não no sentido eminente em que a representaram Machado de Assis e Villa-Lobos, Gilberto Freyre e Portinari, ou no sentido em que representam, hoje — e atendendo às três condições —, Ariano Suassuna, Bruno Tolentino, Ferreira Gullar, Wilson Martins, Roberto Mangabeira Unger, Miguel Reale, Meira Penna, Amaral Viera, Edino Krieger e alguns outros que, como esses, não entram na lista. Aqueles escolhidos não representam o “gênio” brasileiro, mas, sim, apenas a “atualidade” brasileira, aquilo de que todos falam no dia a dia. Numa palavra, representam a nossa cultura no sentido antropológico do termo: gostos e hábitos do povo. Precisamente aquele sentido no qual estaria mais que justificada a escolha de Fernandel, Edith Piaff e Françoise Sagan como representantes da França.

Ora, o que define o ponto de vista antropológico é a abstenção de juízos de valor. Para o antropólogo, o canibalismo ou o controle da natalidade pelo estrangulamento dos recém-nascidos são meros fatos, "dados culturais": como amostras de "cultura", valem tanto quanto a Catedral de Chartres, as obras completas de Pascal ou o autossacrifício de Joana d'Arc. Do mesmo modo, Frei Betto ou Paulo Coelho não são valores brasileiros. São fatos e têm uma altíssima relevância antropológica. Não podemos negar que aconteceram, embora haja quem o lamente.

O ponto de vista antropológico pressupõe, no observador, uma neutralidade, um distanciamento, que dificilmente ele poderia ou desejaria sentir ante sua própria cultura. Malinovski nas Ilhas Trobriand ou Ruth Benedict entre os índios do Novo México podiam olhar as coisas de longe porque tinham vindo de longe e sabiam que iam voltar para longe — para o lugar onde estavam as coisas amadas e odiadas, as coisas verdadeiramente importantes e valiosas, as coisas que exigem decisões e compromissos. Comparada com as exigências concretas da vida, a "cultura" que o antropólogo estuda é um modelo funcional ou estrutural, uma cultura de brinquedo, desmontável e inofensiva.

Quem se coloca desse ponto de vista, geralmente, não pretende adotar para si nenhum dos valores da cultura estudada, mas, confortavelmente instalado nos valores da própria cultura, quer apenas observar com isenção de entomologista uns tipos exóticos que usam osso atravessado no nariz e comem criancinhas. Ninguém olha uma cultura com tamanha frieza quando pretende aprender com ela, isto é, incorporá-la, moldar por ela valores, hábitos, critérios e decisões pessoais, muito menos nacionais. Essa é a diferença que existe num francês quando estuda tribos nigerianas e quando lê Goethe ou Hegel, Shakespeare ou Leopardi. Ele aprende em ambos os casos, mas a diferença é a mesma que há entre um objeto de estudo e o professor que o ensina. O objeto é passivo e inerme ante o estudante. O professor ou mestre, ao contrário, ensina, dirige, molda. O interesse por uma cultura não é o mesmo conforme se trate, para o observador, de uma cultura-objeto ou de uma cultura-mestra. Se o Salão do Livro de Paris houvesse escolhido, para representar o Brasil, um Suassuna, um Tolentino, um Mangabeira, um Miguel Reale, haveria motivo para supor que a França, a orgulhosa França, consentira em aprender com brasileiros que têm algo a lhe ensinar. Como escolheu predominantemente aquelas pessoas que mencionei, torna-se claro que ela deseja aprender sobre nós, mas não de nós. Não nos quer como professores, mas como objetos de estudo. Como objetos de estudo, os escolhidos foram, sem dúvida, bem escolhidos: o sr. Chico Buarque é pelo menos tão significativo, antropologicamente, quanto um exemplar de *Notícias Populares*, as práticas orçamentárias do Congresso Nacional, o time do Corinthians ou a banheira do Gugu.

Não sou eu quem há de dizer que a França não é um país sério. Um país que para realizar ideias de *philosophes* faz rolar um milhão de cabeças é mais que sério. É mortalmente sério. Ora, como se vê por esse mesmo exemplo, as atitudes das pessoas sérias têm consequências mais letais que as de pessoas frívolas. Logo, se a França julga que a cultura brasileira deve ser encarada sobretudo como um objeto, um dado antropológico em que as considerações de valor não têm importância, muito provavelmente sua visão do Brasil será levada a sério, adotada e copiada pelos brasileiros mesmos, para os quais a cultura francesa é mestra e não objeto. Para seguirmos o que nossa mestra nos ensina sobre nós mesmos, haveremos de nos abster de qualquer julgamento de valor sobre as nossas produções culturais, e, com isenção antropológica, não distinguiremos mais entre Chico Buarque e Bruno Tolentino, entre Frei Betto e Mangabeira Unger, entre Zuenir Ventura e Miguel Reale. E aí é que as coisas começarão a ficar bem mais sérias.

Conversa sobre estilo

Resposta a e-mail do leitor L.B.,[2] de 28 de abril de 2000,
publicada em *Olavodecarvalho.org*

Prezado amigo,

Muito obrigado pela sua mensagem e pela maneira gentil com que se refere a meus escritos, malgrado a perplexidade que lhe causam. Essa perplexidade é natural, porém se atenuaria bastante se, em vez de medi-los pelo padrão dos escritores citados em sua carta, você os aferisse pelos *meus* modelos. A obra de um escritor, afinal, deve ser avaliada pelo que *ele* está tentando fazer, não pelo que os outros, com ou sem razão, acham que deveria fazer. Meus mestres de estilo, para a parte polêmica de meus escritos, foram Tertuliano, São Bernardo de Clairvaux, William Hazlitt, Léon Bloy, Georges Bernanos e Camilo Castelo Branco. São autores muito pouco frequentados pela nossa intelectualidade acadêmica, a qual, por falta de repertório, escolhe seus modelos no jornalismo da moda, impondo assim, pela repetição fácil, um padrão de polidez fingida que acaba por passar como o único modo elegante e aceitável de escrever.[3] São Bernardo, pregando do alto do púlpito — uma situação de discurso que me permito considerar um tanto mais solene do que um bate-boca entre acadêmicos —, dizia: “Os pregadores esforçados são como os bois que puxam o arado. Os preguiçosos vêm atrás e comem a bosta dos bois.” O dr. Antônio Cândido, que é homem fino, jamais escreveria uma coisa dessas. Por isto mesmo São Bernardo converteu multidões, enquanto o dr. Antônio Cândido só consegue nos mostrar o quanto é chique ter uma alma vacilante.

Não é de espantar que, contrastado ao modelo pó de arroz, o estilo de qualquer um que escreva desde a medula de sua pessoa deva parecer “truculento”. No entanto esta palavra, que já se tornou um chavão entre meus desafetos acadêmicos para qualificar meus escritos, e que não sem certo automatismo você emprega com o mesmo fim, é obviamente inadequada ao objeto que busca circunscrever, e denota em quem a usa — não me leve a mal — apenas a falta de domínio do vocabulário. Um escrito não pode ser truculento sem um certo *pathos* emocional que falta completamente às produções deste jocoso e pedagógico escriba. O que essas criaturas querem dizer no fundo é que tais escritos as assustam, mas, como não fica bem confessar temor ante a simples demonstração de verdades óbvias, recorrem ao clássico expediente dos covardes orgulhosos, que é medir a periculosidade da ameaça pelo tamanho do pavor que lhes infunde, em vez de graduar este por aquela como o fazem as almas dotadas de uma quota normal de valentia e serenidade. Nessa ótica torta e subjetivista, não há meio de distinguir entre a contundência de uma prova e a truculência do puro insulto: não podendo refutar a primeira, fingem-se de alvos do segundo, transferindo a discussão da esfera dos fatos para a das boas maneiras, onde se sentem mais a salvo. Dizer que pessoas capazes de recorrer a esse tipo de subterfúgio são “intelectuais dignos de respeito”, caro amigo, é ter uma concepção bem mesquinha do que sejam intelectualidade, dignidade e respeito.

Se fosse preciso definir com poucas palavras a maneira que adoto nos meus escritos jornalísticos — pois há outros, que requerem outras artes —, eu diria que são antes desconfortáveis ou inquietantes, na medida em que mesclam, às vezes na mesma frase, estilos e tons diversos, passando com a maior sem-cerimônia da fala nobre e solene dos juristas antigos ao deboche grosso dos humoristas populares e sambistas, da melodia sutil ao estridor das dissonâncias bárbaras (coisa que aprendi com o meu amado e idolatrado Heitor Villa-Lobos), ou fazendo mil e um outros arranjos que os doutores cândidos jamais fariam, e que faço no preciso intuito de habituar o leitor ao duplo jogo da fala e das coisas, em cuja apreensão intuitiva reside metade, não menos, da arte de aprender: de um lado, a fala é o caminho para a verdade e deve simbolizar, no seu corpo mesmo, os movimentos da mente que se interroga entre luzes e sombras, movimentos que não são jamais lineares como a demonstração lógica que *ex post facto* recapitula e celebra a consistência dos resultados obtidos; de outro lado, a verdade não se identifica jamais por completo com a fórmula verbal que a veicula, e o escritor, tendo sempre de deixar a parte final do serviço a cargo dos dons intuitivos do leitor, deve preparar bem o terreno para o lance decisivo, seja por meio daquelas longas oposições dialéticas que afiam a lâmina da inteligência, seja — quando não há espaço para isso, como nos artigos de jornal — por meio de paradoxos verbais

que, de maneira compactada e simbólica, façam a mesma coisa. (Explico essa técnica na apostila “Debates e provas”.)[4] Eis como, no exíguo espaço do mais desprezível dos gêneros literários, se pode deixar *in nuce* um leque de demonstrações latentes insinuadas, fazendo da crônica jornalística, em vez da opinião solta que habitualmente é, o prefácio ou resumo de aulas e tratados, de modo que, pelo simples ruído longínquo das máquinas que se aproximam, o adversário pressinta o exército de tratores que passaria em cima de suas pobres objeções se ele tivesse — como geralmente não tem — a coragem de publicá-las. E eis a raiz da falsa — ou, em certos casos, fingida — impressão de truculência: o leitor pego em flagrante delito de falsa consciência já se sente de antemão esmagado, e, não sabendo bem explicar a si mesmo as razões de seu desconforto (pois num primeiro instante a apreensão das provas implícitas é apenas semiconsciente), busca um alívio postiço apegando-se à primeira palavra mágica que lhe pareça ter o poder de, xingando o farmacêutico, neutralizar o efeito do remédio. Mas ôôô, coitado! Quando o sujeito se entrega a esse impotente arremedo de exorcismo, é o *meu* feitiço que já está operando dentro de sua alma, forçando-a a assimilar aos poucos a verdade que rejeitara no primeiro impacto. Muito poucos, quando se completa o processo, têm unidade de consciência bastante para recordar como começou. Daí que aqueles que mais bufam de indignação ou se contorcem em caretas de afetado desprezo ante meus escritos sejam os primeiros a repeti-los, com outras e bem mal disfarçadinhas palavras, meses ou anos depois. Isto já se tornou rotina. Na verdade, não me ofende que, para aceitar o que aprenderam comigo, tenham de atribuí-lo a si mesmos. Um professor nada poderia ensinar se não fizesse alguma concessão ao orgulho pueril dos alunos mais bobos.

Eis também como, pela simples variação do estilo, se pode habituar o leitor de boa vontade a aceitar a verdade independentemente da expressão verbal que a reveste, com a condição de que tenha imaginação bastante para saber que a escolha de um estilo pode ter razões que a etiqueta desconhece. É só tomando o estereótipo vigente como medida e padrão que se pode tentar caracterizar o meu estilo mediante o apelo a chavões como “agressivo”, “desrespeitoso” etc., categorias que se aplicam antes ao julgamento de trabalhos de classe em escolas primárias do que a uma conversa sobre literatura séria, onde as exigências da polidez banal devem ceder lugar a considerações mais altas. Se há de fato critérios em que minha escrita jamais aspirou a enquadrar-se, são aqueles da literatice bem-educadinha que nos anos 1950 as nossas letras pareciam ter definitivamente superado graças à “truculência” de autores como José Lins do Rego, Jorge Amado e Nelson Rodrigues, e que hoje voltam a imperar com toda a força dos mandamentos politicamente corretos, chamando a polícia quando um escritor simplesmente transpõe para o gênero ensaístico e filosófico a liberdade de estilo já consolidada na literatura de ficção. E se algo poderia me deprimir a ponto de fazer naufragar o respeito que sinto por mim mesmo enquanto escritor, seria constatar no meu jeito de escrever alguma semelhança, mesmo remota, com aquilo que nos manuais de redação jornalística e nas rodas do esquerdismo chique, especialmente uspiano, se tem na conta de bom-tom. *Vade retro, Satana!* O bom-tom, caro amigo, é péssimo juiz literário. Foi o apego ao bom-tom que fez Voltaire tapar suas delicadas narinas ante a “truculência” (*sic*) das peças de Shakespeare, predizendo que muito em breve seriam esquecidas pelo público... Note, de passagem, que o termo “truculência” não é totalmente descabido para descrever *Titus Andronicus*, por exemplo, e que as regras de polidez literária em que Voltaire se escudava para proferir esse julgamento eram genuínos padrões de elegância enobrecidos por uma venerável tradição literária (leia por exemplo Buffon), e não aquele receituário de inibições e macaquices que faz as vezes de elegância entre os Tonton Macoute do jornalismo nacional. Pois nem assim Voltaire acertou.

Já outros pontos de sua carta não necessitam dessas explicações para ser respondidos, porque repousam em simples erros de observação. Por exemplo, sua pergunta sobre se o uso da palavra “peido” para qualificar certas declarações de D. Marilena Chauí não seria “uma maneira muito pouco

polida de iniciar um debate". A resposta é: seria, sim. Mas, no caso, eu não estava iniciando nada, e sim respondendo a um insulto. Essa senhora, confessando nada conhecer de minha obra e de minha pessoa, me havia qualificado de "cafajeste". Ninguém apela a tão pesado adjetivo sem ser movido pela raiva, e, se respondo a esse hidrófobo insulto com o meu cálculo do valor relativo dos peidos humanos e símios, quem saiba ler com sensibilidade há de notar que, em vez de dar o troco na mesma moeda, oponho à fúria histérica de minha atacante um imperturbável senso de humor. Nesse e nos casos análogos, quem quer que me chame de "raivoso" está apenas projetando sobre os meus escritos a reação mórbida que eles suscitam nas pessoas de maus bofes.

Na verdade, no caso não havia debate nenhum. Se houvesse, teria começado com o meu escrito "Lógica da mistificação, ou: o chicote da Tiazinha",[5] o qual demonstrava, mediante rigorosa análise de texto, o caráter mistificatório de certas exposições de D. Marilena. Em vez de responder ou corrigir-se, D. Marilena preferiu dizer que não me conhecia e no mesmo ato provar, por sua explosão de raiva, que me conhecia perfeitamente bem.

Quanto aos srs. Carlos Nelson Coutinho, Luis Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira, nem é certo dizer que enquanto intelectuais "sejam dignos do maior respeito", nem que "sua postura democrática já ficou provada". Nenhum gramsciano pode ser digno de respeito na esfera intelectual, desde que o próprio Gramsci reduz a atividade intelectual à propaganda revolucionária e quem se presta a isso rebaixa a inteligência em geral — e a sua em particular — ao mais infame dos papéis. Ideologia *é* prostituição da inteligência: poses autodignificantes e badalação na mídia não mudam isso em nada. E não há "postura democrática" nenhuma em pessoas que, reunindo-se às dezenas para fazer a beatificação coletiva do seu ídolo pela *internet*, se furtam ao debate quando desafiados por um oponente solitário e ainda fazem trejeitos de dignidade ofendida quando ele lhes propõe uma simples troca de *links* entre as respectivas *homepages*, que é a coisa mais democrática do mundo. Democrático sou eu, que mesmo não retribuído coloquei na minha página um *link* para a deles.

Não, meu amigo, não se iluda com a fala mansa daqueles que dominam o meio acadêmico e o subjugam a ambições políticas. Eles podem falar manso porque sua fala não é expressão de sua realidade pessoal, e sim disfarce para encobri-la. O professor Antônio Cândido, enquanto falava manso em público, não deixava de conspirar, em *petit comité*, para sufocar a voz de seus desafetos na tribuna uspiana. Parafraseando Theodore Roosevelt, o lema dessa gente é: *Speak softly and carry a big stick*.

É verdade que Antônio Cândido foi educadíssimo ao discutir com Miguel Reale na imprensa. Mas para quê ser grosseiro com o adversário, quando se pode boicotá-lo pelas costas e ainda fazer bonito aos olhos da multidão? Muita gente se deixou, no caso, iludir pela aparência. Parece que você também.

Em contraste com a máscara democrática das palavras a encobrir o autoritarismo das ações, Miguel Reale sempre foi duro ao falar dos esquerdistas, porém lhes manteve inalteravelmente aberta, ao longo de quarenta anos, a tribuna da sua *Revista Brasileira de Filosofia*, certamente a única, dentre as grandes revistas de cultura do Brasil, que soube merecer por inteiro o qualificativo de "pluralista".

Mais absurdo ainda é que, ao enaltecer o tratamento polido que o prof. Cândido deu a seu adversário, você ainda insinue que isso foi até demasiada honra para alguém que carregava o "ranço autoritário" de Miguel Reale. É isso o que chamo raciocinar por estereótipos da mídia, sem levar na mínima conta a realidade dos fatos.

O único "ranço autoritário" que se pode atribuir a Miguel Reale é a sua participação juvenil no integralismo, um movimento que, por mais imbecil que nos pareça hoje, sempre agiu de maneira honrada e conservou as mãos limpas de qualquer cumplicidade em ações tirânicas, tendo sido antes vítima de repressão brutal e tendo partido dele, aliás, o primeiro protesto brasileiro contra a perseguição aos judeus na Alemanha.

Não é vergonha nenhuma ter sido integralista. Vergonha é ter sido comunista. Vergonha é ter pertencido a um movimento que, após sofrer sob a ditadura Vargas perseguições idênticas às que sofreram os integralistas, ainda teve o descaramento de se tornar cúmplice de seu próprio algoz.

Eu, pelo menos, me envergonho do meu passado comunista, e contra o integralismo nada tenho a alegar exceto o pecado de babaquice.

Quanto à participação de Reale no movimento de 1964, leia, investigue, estude os atos dele como secretário da Justiça em São Paulo ou como reitor da USP, bem como as contribuições dele à legislação federal, e diga onde, como, quando esse homem atentou contra alguma das liberdades democráticas fundamentais.

“Ranço autoritário” é um chavão de fácil efeito, a que muita gente recorre quando não tem nada a dizer contra personagens que lhe desagradam.

Por fim, devo dizer que sua objeção contra as provas em filosofia ou em ciências humanas é apenas a repetição ingênua de outro chavão. Muitas coisas foram provadas, positivamente, ao longo de 24 séculos de filosofia. Porém, mais numerosas ainda são as cabeças que as desconhecem e as bocas que repetem o que elas dizem. Se deixo esta discussão para outra ocasião e lugar, é porque nesta mesma *homepage* você encontrará lugares e ocasiões bastantes para comprovar o que digo.

Com meus melhores votos,

Olavo de Carvalho

Notas

* Ver A. James Gregor, *The Ideology of Fascism*, 1969, e *Interpretations of Fascism*, 1997.

1. N. do Org.: "O fascismo define-se pela centralização e partilha do poder entre o governo e meia dúzia de grupos econômicos, pela ideologia nacionalista histérica (racista ou não) e por um Estado policial numa escala que pode ir do autoritarismo ao totalitarismo. Conforme as circunstâncias, o fascismo parecerá direitista ou esquerdista. Leia os estudos de A. James Gregor" [Olavo de Carvalho, em comentário no Facebook].

2. N. do Org.: Suprimi o e-mail original do leitor por questões de espaço e por julgar que seu conteúdo está subentendido na resposta. Mas o leitor deste livro pode encontrá-lo no link: http://www.olavodecarvalho.org/textos/estilo.htm.

3. N. do Org.: Para dicas gerais do autor em relação à escrita, ver os artigos "Aprendendo a escrever" e "Ainda a arte de escrever", publicados em *O Globo* de 3 de fevereiro e de 19 de maio de 2001, e disponíveis nos links: http://www.olavodecarvalho.org/semana/escrever.htm e http://www.olavodecarvalho.org/semana/aindaarte.htm. Trecho do primeiro: "A linguagem da mídia ou da praça pública repete, da maneira mais rápida e funcional, o que todo mundo já sabe. A língua dos escritores torna dizível algo que, sem eles, mal poderia ser percebido. Aquela delimita um horizonte coletivo de percepção dentro do qual todos, por perceberem simultaneamente as mesmas coisas do mesmo modo e sem o menor esforço de atenção, acreditam que percebem tudo. Esta abre, para os indivíduos atentos, o conhecimento de coisas que foram percebidas, antes deles, só por quem prestou muita atenção."

4. N. do Org.: Endereço da apostila "Debates e provas": http://www.olavodecarvalho.org/apostilas/provas.htm.

5. N. do Org.: Disponível no link: http://www.olavodecarvalho.org/textos/tiazinha.htm.

DISCUSSÃO

A origem das opiniões dominantes

Diário do Comércio, 24 de outubro de 2005

O idiota presunçoso, isto é, o tipo mais representativo de qualquer profissão hoje em dia, incluindo as letras, o ensino e o jornalismo, forma opinião de maneira imediata e espontânea, com base numa quantidade ínfima ou nula de conhecimentos, e se apega a seu julgamento com a tenacidade de quem defende um tesouro maior que a vida. A rigor, não tem propriamente opiniões. Tem apenas impressões difusas que não podendo, é claro, encontrar expressão adequada, se acomodam mecanicamente a qualquer fórmula de sentido análogo, colhida do ambiente, e então lhe parecem opiniões pessoais, como se a conquista de uma autêntica opinião pessoal prescindisse de esforço.

O trajeto mental mesmo que o levou às suas preferências inabaláveis lhe escapa totalmente, por ter sido percorrido à margem da atenção consciente. Literalmente, não sabe por que nem como veio a pensar como pensa. Quando lhe perguntamos a via pela qual chegou a tais ou quais conclusões, nunca responde com uma introspecção rememorativa, como tentaria fazê-lo o intelectual sério. Improvisa duas ou três justificativas e as incorpora retroativamente à sua autoimagem, acreditando que sempre pensou assim. Confundindo o presente com o passado, sua autobiografia mental é fictícia, por isto está sempre pronta para ser alterada e justificar qualquer coisa. Quando as justificações se tornam rotineiras e coincidem mais ou menos com coisas ouvidas ou lidas, produzem um sentimento de coerência e solidez.

Não espanta que, diante de uma opinião que lhe desagrade, ele creia instantaneamente que ela se formou como as suas: da preferência emocional para o julgamento dos fatos, nunca ao contrário. E quando lhe mostramos algo dos dados e comparações que fomos trabalhosamente juntando para pensar como pensamos, imagina que estamos apenas inventando pretextos a esmo, na hora, para vencê-lo e humilhá-lo, para lhe impor nossas escolhas subjetivas, nossas crenças cegas, nossos "dogmas", como tão facilmente os rotula sem notar que inverte o sentido da palavra. Incapaz de recordar seu próprio trajeto interior, como poderia revivenciar imaginativamente o nosso? Quanto mais fundamentadas as razões que apresentamos, mais ele as entende como exteriorizações de uma vontade irracional. E, evidentemente, se acontece de nossas opiniões serem minoritárias e inusitadas, e as suas respaldadas na crença comum de um grupo social, aí sua incompreensão radical dos nossos argumentos se vê fortalecida pelo sentimento de ser a voz da razão em luta contra o fanatismo cego e a loucura. Nesses momentos ele pode apelar à louvação convencional da "dúvida" e do "relativismo", que, desligados da experiência interior correspondente, se tornam eficientes vacinas contra o convite ao autoexame socrático. Pode também, caso se sinta acossado e inseguro, emitir a nosso respeito um diagnóstico psiquiátrico, usando algum termo técnico recém-ouvido, que embora totalmente deslocado da situação — e às vezes do sentido próprio da palavra — lhe dará uma reconfortante sensação de normalidade e, em geral, encerrará a discussão.

É assim que funciona, hoje, o cérebro de um típico "formador de opinião" brasileiro. A diligência na busca da verdade, o autoexame constante, a luta com a complexidade dos fatos e com a obscuridade da própria alma lhe são totalmente desconhecidos. O verdadeiro fundamento de suas opiniões é sua falta de autoconsciência. Sua utilidade social e a razão do seu sucesso residem no fato de que mantém em circulação o estoque de fórmulas convencionais, colocando-as à disposição de outros indivíduos intelectualmente passivos, que necessitam delas para revestir mal e mal suas próprias impressões subjetivas e adquirir com isso uma ilusão de que sabem do que estão falando. A mera assimilação imitativa do linguajar "culto" torna-se assim o substitutivo cabal da educação para o conhecimento. Pessoas assim formadas não dizem o que percebem nem julgam o que dizem: acreditam no que conseguem dizer, pelo simples fato de que não saberiam dizer outra coisa.

O curso dos acontecimentos históricos reflete o tipo de personalidade dominante em cada época, e a expressão mais clara da personalidade dominante é o estilo da vida intelectual. O declínio abissal da moralidade pública no Brasil não é *causa sui*: foi antecedido e preparado nas escolas, nos jornais, nas editoras de livros. A atividade intelectual no Brasil se deteriorou e se prostituiu a tal ponto que mesmo o discurso formal do jornalismo e da comunicação acadêmica — para não falar daquilo que um dia foi a literatura — já não serve de instrumento para a autoconsciência. A linguagem dos publicitários e dos cabos eleitorais tomou tudo. O alvoroço de simular bons sentimentos e demonizar o inimigo pela via mais fácil bloqueia toda possibilidade de reflexão séria sobre as próprias palavras. O sujeito lê o que escreveu ontem e não percebe que hoje está escrevendo o contrário. A impressão do momento é tudo, o senso de continuidade autobiográfica — para não falar da consistência lógica — se dissolve numa sucessão minimalista de lampejos inconexos. Com ele, vai embora toda aspiração de responsabilidade intelectual, mesmo vaga e remota. A coesão emocional do grupo — tão inconsistente nas suas ideias quanto qualquer dos indivíduos que o compõem — torna-se o sucedâneo vantajoso da coerência. Vantajoso porque não dá trabalho e infunde no sujeito uma impressão de solidez absoluta e inquestionável, enquanto toda coerência genuína é um equilíbrio precário gerado na luta para vencer as contradições. Agora não há mais contradições. Foram abolidas pela solidariedade grupal, onde a mudança em uníssono se torna uma espécie de continuidade, a única possível em tais circunstâncias.

Esse estado de coisas transparece em mil e um detalhes do dia a dia. Um dos mais interessantes dos últimos tempos é a facilidade, a desenvoltura com que jornalistas, intelectuais e políticos de esquerda, até ontem alinhados firmemente com o que quer que viesse do governo petista, aparecem de repente esbravejando contra o desarmamento civil e fazendo a apologia dos "direitos individuais" como se tivessem sempre pensado assim, como se não tivessem colaborado ativamente, com devota obediência, para a construção do Golem petista e a dissolução do individual no estatismo coletivista. Luis Fernando Verissimo, Jô Soares, Mauro Santayana e o PSTU inteiro repetindo com a maior naturalidade argumentos que parecem saídos diretamente dos boletins da National Rifle Association são exemplos na infinita plasticidade de caráter da elite esquerdista nacional, um fenômeno que não consigo explicar para os americanos de jeito nenhum.

Pelo menos a turminha do PSTU teve a prudência de amortecer a mudança hipócrita com uma mentira compensatória: inventou que o desarmamento é um truque sujo dos americanos para facilitar a invasão do território nacional, e com um firme sentimento de coerência saiu vociferando a apologia do "Não" como quem perseverasse fielmente numa doutrina já mil vezes reiterada.[1]

Debatedores brasileiros

Diário do Comércio, 20 de agosto de 2012

Se há uma coisa que brasileiro gosta, é de discutir. Gosta principalmente de escavar contradições no discurso alheio, exibindo-as com o ar triunfante de quem pegou o adversário de calças na mão. O nome dos que se dedicam a isso é legião. Valem-se, para tanto, de noções elementares de lógica, que lhes revelam os segredos da coerência silogística e lhes permitem facilmente perceber onde as consequências não se seguem das premissas ou clamam, coitadinhas, por uma premissa faltante. Com base nisso o discutidor pode, sem qualquer inibição, jogar no rosto do oponente — ou vítima — as acusações de "sofisma" e "falácia", palavras que hoje em dia estão entre as mais populares nos debates eletrônicos. A elas acrescentam-se, para piorar as coisas, os nomes dos 27 estratagemas erísticos de Arthur Schopenhauer, que tive a infeliz ideia de publicar e comentar em português,[2] na ilusão de que os leitores os usariam para corrigir-se a si mesmos em vez de atormentar seus vizinhos.

Num momento em que cada um se nomeia fiscal infalível da coerência alheia, cabe lembrar aos distintos que o próprio Aristóteles, inventor ou primeiro formulador das regras da lógica e das *Refutações Sofísticas*, advertia que esses instrumentos de nada valiam sem um longo adestramento preliminar nas artes da linguagem e no exercício da compreensão. Com muita prudência, antepôs ao aprendizado da silogística (e da sua irmã desnaturada, a sofística), os tratados sobre a interpretação, as categorias (ou tipos de predicados), os antepredicamentos (ou níveis de predicação), a psicologia do discurso (ou retórica) e a arte de distinguir entre as contradições reais e aparentes (a tópica, ou dialética). No topo de tudo isto foi que colocou a técnica do discurso científico coerente, à qual deu o nome de *analítica*, mais tarde chamada de "lógica".

Saltando sobre todo esse aprendizado preliminar, como quem se alçasse direto do térreo ao quinto andar sem passar pelas escadas nem pelo elevador, nossos debatedores acreditam poder medir e julgar a coerência do discurso alheio sem precisar ter a percepção correta das nuances de sentido, dos níveis de predicação (categórico, modal, hipotético etc.), das variações de significado conforme o público e a situação de discurso e, por fim, do jogo dialético onde aquilo que parece absurdo sob certo aspecto é uma verdade óbvia sob outro.

A lógica é uma espécie de geometria euclidiana do discurso. Aristóteles ensina que ela só se aplica diretamente ao discurso científico formal, onde as nuances, as cores, as ambiguidades poéticas e as figuras de linguagem da fala corrente e da escrita literária já foram eliminadas por um árduo trabalho de depuração conceitual e de redução de tudo a significados estáveis e uniformes.

Ignorando essa obviedade, que lhes jogaria nas costas o pesadíssimo encargo de um sério adestramento nas artes da linguagem, os lógicos do território bloguístico, bem como do Orkut e do Facebook, amealham triunfos fáceis, mas perfeitamente ilusórios, apontando "falácias" e "sofismas" naquilo que não entendem.

Fazem isso porque as regras da lógica, malgrado a obscuridade da sua formulação técnica explícita, são aquilo que existe de mais simples, esquemático e até instintivo no pensamento humano, algo como a aritmética elementar, onde as quatro operações, uma vez apreendidas, podem continuar sendo aplicadas automaticamente a números cada vez maiores, sem necessidade de nenhum aprendizado suplementar. Embora esteja, do ponto de vista da coerência formal, no topo da hierarquia dos discursos, a lógica corresponde, na verdade, ao nível mais tosco e elementar do pensamento. Um gato, quando se prepara para um salto, avalia a proporção entre a altura do obstáculo e a força de empuxe que suas pernas terão de investir no empreendimento. Isso corresponde, esquematicamente, a uma equação trigonométrica, que é um tipo de raciocínio silogístico. Essa habilidade o gato compartilha com outros animais espertos, como os cães e os leões, mas também com alguns que não são tão notáveis pela inteligência, como os cavalos e as ovelhas. Mas nenhum gato jamais conseguiu distinguir uma figura de linguagem de um conceito formal, apreender nuances de sentido conforme a relação entre falante e ouvinte e muito menos lidar com duas proposições contraditórias que são ambas verdadeiras em sentidos diferentes. Eis por que os debatedores internéticos preferem se ater ao automatismo fácil das regras lógicas, aplicando-as de modo raso e sonso a discursos polivalentes e polissêmicos que, para se prestar a isso, teriam de passar antes por um complexo e dificultoso trabalho de interpretação literária, compreensão em profundidade e formalização conceitual. Trabalho que às vezes resulta completamente impossível.

Esse é o motivo, também, pelo qual aconselho a meus alunos que não entrem no estudo das áreas filosóficas mais técnicas e mais dependentes da lógica antes de adquirir uma sólida cultura literária universal, o domínio de vários idiomas, um apurado senso das figuras de linguagem e, enfim, uma compreensão adequada do que leem. Como já se vê pelos erros de gramática que pululam nas suas sentenças como girinos em volta da mamãe sapo, os fiscais da coerência alheia se abstêm dessa precaução e acreditam poder abrir caminho no mundo dos debates intelectuais armados tão somente

de automatismos lógicos ao alcance de um gato ou de um jumento.

Debate e preconceito

Diário do Comércio, 25 de junho de 2012

É ilusório esperar que a racionalidade científica prevaleça num confronto que envolve muitos interesses e paixões, mas não é demais desejar que algumas pessoas capacitadas acompanhem e julguem o debate desde um ponto de vista menos enviesado e mais compatível com o estado atual dos conhecimentos.

O número dessas pessoas é, com certeza, mínimo. O que se observa nas disputas correntes é que cada facção, no empenho de conquistar a adesão do povo inculto e distraído, procura não só simplificar suas ideias e propostas, comprimindo-as nuns quantos slogans e chavões que possam ser repetidos até impregnar-se no subconsciente da multidão como imperativos categóricos, mas simplificar ainda mais as do partido contrário, reduzindo-as a um esquema caricatural próprio a despertar incompreensão e repugnância. Para os fins práticos da disputa legislativa, é importante que tanto a adesão quanto a repulsa sejam alcançadas da maneira mais rápida possível, contornando discussões aprofundadas que poderiam amortecer as convicções da plateia ou adiar perigosamente a sua tomada de posição. Isso implica que as ideias do adversário não possam nunca ser examinadas objetivamente nos seus próprios termos e segundo suas próprias intenções, mas tenham de ser sempre deformadas para parecer tão repulsivas que a mera tentação de lhes conceder um exame benevolente soe ela própria como repulsiva, inaceitável, indecente.

O debate assim conduzido é, portanto, sempre e necessariamente uma confrontação de preconceitos, no sentido mais literal e etimológico do termo. Esse sentido contrasta de maneira chocante com o uso polêmico que no curso do próprio debate se faça desse termo como rótulo infamante. Carimbar as ideias do adversário como “preconceitos”, dando a entender que não passam de tomadas de posição irracionais e sem fundamento é, na maior parte dos casos, nada mais que um pretexto para não ter de examinar as razões que as fundamentam, muito menos a possibilidade de haverem nascido de boas intenções. Aquilo que aí se chama “debate” não é portanto nenhuma confrontação de ideias, mas uma mera disputa de impressões positivas e negativas, um jogo de cena.

É também natural que, justamente por isso, os debatedores procurem abrigar-se sob a proteção da “ciência”, mas nenhuma acumulação de dados estatísticos, nenhuma carga de citações acadêmicas ou mesmo de alegações cientificamente válidas em si mesmas dará qualquer legitimidade científica a um argumento, se este não inclui a reprodução fiel e a discussão científica dos argumentos antagônicos. Ciência é, por definição, a confrontação de hipóteses: se, em vez de ser examinadas extensivamente, as opiniões adversas são escamoteadas, caricaturadas, deformadas ou expulsas *in limine* da discussão sob um pretexto qualquer, de pouco vale você adornar a sua própria com as mais belas razões científicas do mundo. Não se faz ciência acumulando opiniões convergentes, mas buscando laboriosamente a verdade entre visões divergentes.

O teste da dignidade científica de um argumento reside precisamente na objetividade paciente com que examina os argumentos adversos. Quem logo de cara os impugna como “preconceitos” nada mais faz do que tentar criar contra eles um preconceito, dissuadindo a plateia de examiná-los.

Que as pessoas mais inclinadas a usar desse expediente sejam em geral justamente aquelas que mais apregoam a “diversidade”, a “tolerância” e o “respeito às opiniões divergentes”, não deve ser necessariamente interpretado como hipocrisia consciente, mas muitas vezes como sintoma de uma deformidade cognitiva bastante grave; deformidade que, por afetar pessoas influentes e formadores de

opinião, arrisca trazer danos para toda a sociedade.

Quando digo “deformidade cognitiva”, isso não deve ser compreendido no sentido de mera deficiência intelectual moralmente inofensiva. A recusa de examinar as opiniões alheias nos seus próprios termos e segundo suas intenções originárias equivale à recusa de enxergar no adversário um rosto humano, à compulsão de reduzi-lo ao estado de coisa, de obstáculo material a ser removido. Essa compulsão é de índole propriamente psicopática.* Quando legitimada em nome de belos pretextos humanitários, torna-se uma força ainda mais desumanizante, pois remove a conduta moral do campo da vida psíquica concreta para o da simples adesão a um grupo político ou programa ideológico. O ser humano então deixa de ser julgado bom ou mau por seus atos e sentimentos pessoais, mas por aderir à facção previamente autodefinida como detentora monopolística das boas intenções — facção dispensada, por isso mesmo, de conceder ao adversário a dignidade da atenção compreensiva. A percepção direta das motivações humanas é aí substituída por um sistema mecânico de reações estereotípicas, altamente previsíveis e controláveis. E quando o programa já se tornou tão disseminado na mídia, no sistema de ensino e no vocabulário corrente a ponto de já não precisar apresentar-se explicitamente como tal, mas passa a soar como a voz impessoal e neutra do senso comum, então a desumanização preventiva do adversário torna-se o procedimento usual e dominante nos debates públicos.

Não é preciso dizer que esse estado de coisas já vigora no Brasil desde há pelo menos uma década. Estamos em pleno império da manipulação psicopática da opinião pública.

Zenão e o paralítico

O Globo, 20 de janeiro de 2001

Quando digo que a queda do nível de consciência das nossas classes falantes já atingiu a faixa do calamitoso, não estou exagerando nem brincando. Acompanho com regularidade os debates políticos, leio as principais publicações culturais, recebo diariamente dezenas de e-mails de universitários que levantam discussões sobre mil e um assuntos: tenho uma boa amostragem do que se passa. Seis anos atrás ainda era possível documentar, através de exemplos selecionados, como o fiz nos dois volumes de *O imbecil coletivo*, a veloz ascensão da estupidez na intelectualidade nacional. Hoje quem tentasse coleta similar seria esmagado sob a massa de documentos. Mas esse estado de coisas não deixa de ter suas vantagens. A maior delas é que, pelo acúmulo de material, a confusão inicial dos dados cede lugar ao desenho nítido de algumas constantes: o conjunto de cacoetes e incompetências que hoje caracteriza a *forma mentis* do opinador nacional típico já pode ser descrito em poucas linhas.

A primeira característica é a absoluta incapacidade de distinguir entre um conceito e uma figura de linguagem. Quando temos um sentimento difuso a respeito de algo que não compreendemos bem, experimentamos naturalmente a dificuldade de expressá-lo. Uma figura de linguagem, apelando a semelhanças sugestivas, ajuda-nos a vencer a dificuldade. Saímos de um nebuloso isolamento e penetramos na corrente da conversação pública. A decorrente sensação de ter emergido das trevas para a luz é, porém, totalmente ilusória: maior domínio da expressão não significa melhor conhecimento do objeto do qual se fala; ingresso na tagarelice coletiva não significa contato com a realidade. Quase todo debatedor público neste país, quando consegue domar sua dificuldade de expressão, sente ter dito algo de “objetivo”, talvez até mesmo de evidente e autoprobante, quando na verdade apenas objetivou sua subjetividade. Quanto mais árduo o desafio expressivo, mais a vitória é enganosa. A libertação das brumas interiores, a capacidade de exprimir o que sentimos é, decerto, um pressuposto do conhecimento objetivo, mas ainda está muito longe de alcançá-lo. No Brasil ela tende antes a

substituí-lo. A confusão entre falar e conhecer é uma regra estabelecida dos debates nacionais.

Nessas condições, qualquer pretensão de “conceito”, quando chega a despontar, se esgota em mera definição nominal. O processo de exame pelo qual o investigador, fazendo a crítica de suas figuras de linguagem, acaba apreendendo algo da coisa real por entre as frestas do que ele próprio disse dela, parece ser totalmente desconhecido nesta parte do mundo. A expressão figurada e aproximativa, em vez de ser apenas o começo do processo de investigação, é o término dele: o sujeito mal acabou de enunciar um vago problema, e crê já ter em mãos uma conclusão líquida e certa.

Eu não diria, no entanto, que essa inépcia nasce da excessiva afeição às palavras, erroneamente assinalada como traço da nossa cultura por observadores estrangeiros como James Bryce e Hermann Keyserling. O que nos faz tomar as palavras por coisas não é o amor às primeiras, mas a dificuldade de, por meio delas, chegar às segundas. Pesquisas de antropologia empresarial mostraram que nossa população é insensível à palavra escrita, necessitando do apoio dos gestos e sons para que a mensagem atinja a consciência. Mas essa dependência da presença física do emissor assinala também uma dificuldade de saltar sobre a situação concreta do diálogo e apreender diretamente as coisas e relações mencionadas. O que se capta nesse tipo de comunicação é menos algo a respeito da realidade externa do que as intenções e sentimentos do falante. O brasileiro inclina-se a apreender antes “o que querem dele” do que o *quid* da coisa da qual se fala. Diga você o que disser, sobre não importa o quê, e ele ouvirá uma ordem, um pedido, um apelo, um estímulo, uma proibição. É natural que, ouvindo assim, também fale assim, isto é, que, numa situação que exige descrever fatos e seres, ele se atenha a expressar o que sente, sem notar sequer a diferença entre uma coisa e outra. Sua fala será então respondida na mesma clave, e assim por diante indefinidamente, numa espécie de solipsismo coletivo no qual as almas, quanto mais se abrem umas às outras, mais se fecham na sua ilusão subjetivista.

Daí a compulsiva necessidade de “tomar posição” antes e independentemente de conhecer as coisas em questão, bem como a impossibilidade de ouvir uma argumentação ou prova senão como expressão mais elaborada de uma “tomada de posição” subjetiva.[3] No Brasil não se discutem ideias, teorias, visões da realidade: discutem-se “posições” — atitudes, preferências, gostos e antipatias. Se é verdade o que dizia Henry James, que “os senhores falam de coisas; os escravos, de pessoas”, então somos, indiscutivelmente, uma nação de escravos.

É evidente que, não alcançado o nível do pensamento conceptual, mais impossível ainda fica provar o que quer que seja. Daí a segunda característica do debatedor brasileiro hoje em dia: a completa ignorância do que seja uma prova ou demonstração, na verdade uma total inconsciência da necessidade de provas. Em vez da prova, temos a reiteração enfática ou o apelo a novas figuras de linguagem, que, pela sua carga sentimental, bastem para estabelecer uma sintonia entre os sentimentos do ouvinte e os da plateia, sem nem de longe tocar nos objetos em questão. E o sujeito que fez isso sai persuadido de que disse alguma coisa do mundo real.

Curiosamente, indivíduos que ignoram tudo dos critérios de prova em filosofia ou ciência estão bem atualizados com as limitações desses critérios, assinaladas por autores em voga. Em resultado, a limitação se torna um substitutivo do critério mesmo e é por sua vez absolutizada, com grande reconforto para o presunçoso ignorante que, justamente por nada ter provado, acredita estar no cume da evolução epistemológica — como um paralítico que, ao ter notícia dos argumentos de Zenão sobre a impossibilidade do movimento, se sentisse superior às pessoas capazes de andar.

Barbárie mental

Jornal do Brasil, 15 de fevereiro de 2007

Outro dia, em discussão na internet, um rapaz que de vez em quando escreve artigos políticos assegurou que todos os santos e profetas da cristandade só queriam poder e dinheiro, que Jesus nasceu de um adultério e que os judeus são um povo de ladrões.

Fingindo não notar o quanto essas afirmações eram ofensivas e até passíveis de processo criminal, o indivíduo ainda teve o desplante de se fazer de donzela magoada quando lhe respondi com os poucos palavrões que me ocorreram no momento, aos quais eu acrescentaria ainda uma dúzia depois de refletir mais demoradamente na conduta do referido e medir a extensão da sua canalhice.

Para completar, o sujeito se dispensava de oferecer qualquer prova das três acusações além do fato de que as lera em Voltaire, e em seguida jogava sobre os cristãos e judeus o encargo de refutá-las com fatos e argumentos, proclamando que seriam culpados de desonestidade intelectual se não o fizessem. Como se pode responder educadamente a um ataque preconceituoso e odiento reforçado por uma cínica inversão do ônus da prova? Os palavrões, segundo entendo, foram inventados precisamente para as situações em que uma resposta delicada seria cumplicidade com o intolerável.

Por incrível que pareça, alguns estudantes correram em socorro do insolente, consolando-o dos maus-tratos sofridos da parte de seu desbocado opositor, tão carente de “argumentos”.

No Brasil de hoje é assim: qualquer acusação cretina jogada ao ar sem o menor respaldo se arroga a dignidade intelectual de um “argumento” e exige resposta cortês daqueles cujos sentimentos acaba de ferir da maneira mais impiedosa e crua.

Incitando a repulsa e ao mesmo tempo sufocando sua expressão, esse ardil prende o interlocutor numa camisa de força verbal, usando maliciosamente as regras mesmas do debate educado como peças de uma armadilha psicológica maliciosa e sádica. É um truque inventado pela propaganda nazista e comunista, mas, *nêfte paíf*, tornou-se procedimento usual nas discussões públicas hoje em dia.

O episódio, irrevelante em si, é bastante significativo do presente estado de barbárie intelectual. Falar em “crise cultural”, nessas circunstâncias, é eufemismo. Na época em que um sociopata adolescente pode fazer em pedaços o corpo de um menino e ainda ser defendido como vítima do capitalismo, o discernimento elementar do certo e do errado já se tornou uma operação complexa demais para os cérebros dos brasileiros. Nas pequenas como nas grandes questões, vigora a mesma estupidez grandiloquente, a mesma brutalidade mental ornada de belos pretextos.

Notas

* Ver a ótima entrevista da psiquiatra Ana Beatriz Barbosa Silva em http://www.youtube.com/watch?v=m_wUDsshdvk. [Nota do Org.: Entrevista concedida a Patricya Travassos, no programa "Alternativa Saúde" do canal GNT.]

1. N. do Org.: Este artigo foi publicado no dia seguinte ao referendo de 23 de outubro de 2005, cuja questão para consulta popular era a seguinte: "O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?". A formulação complicada da questão confundiu a cabeça de muitos brasileiros na época, pois era preciso dizer "sim" ou "não" para uma "probição", e a proibição ainda era relativa ao comércio, não à liberdade dos cidadãos para comprar armas. Com 59.109.265 votos (63,94%) contra 33.333.045 (36,06%), o "Não" (isto é: o comércio de armas de fogo e munição não deve ser proibido no Brasil) venceu o "Sim".

2. N. do Org.: Olavo de Carvalho se refere ao livro *Como vencer um debate sem precisar ter razão* (Topbooks, 1997), de Arthur Schopenhauer, traduzido e comentado por ele.

3. N. do Org.: "No Brasil de hoje, é isso o que se chama de 'ler'. Primeiro, atribuir intenções ao autor e discutir com elas, não com ele. Segundo, transpor o texto para o modo imperativo, interpretando-o como se fosse a expressão de um desejo ou ordem, uma tentativa de interferir na realidade e não de compreendê-la. Já expliquei anos atrás que, das famosas três funções da linguagem classificadas por Karl Bühler, os brasileiros só sabiam de duas: a *expressiva* (manifestar estados interiores) e a *apelativa* (influenciar as pessoas). A função *denominativa* (descrever e analisar a realidade) era totalmente desconhecida nesta parte do mundo, e quem quer que cometesse a imprudência de falar ou escrever alguma coisa nessa clave seria automaticamente traduzido para as outras duas" [Olavo de Carvalho, "O patinho feio da política nacional", publicado no *Diário do Comércio* de 19 de março de 2007 e disponível no link: http://www.olavodecarvalho.org/semana/070319dc.html].

PETISMO

1. LULA

Louvores à mancheia

Diário do Comércio, 2 de junho de 2010

Foi talvez profeticamente que a "Canção do Soldado" denominou o patriotismo brasileiro "amor febril": febres, por definição, passam rápido ou matam o sujeito depois de algumas semanas.

Como nossos concidadãos não têm nenhum senso de tradições históricas que possam dar alguma substância à noção de "pátria", toda a sua devoção à entidade abstrata e inapreensível denominada "Brasil" consiste em rompantes de entusiasmo fugaz ante glórias de ocasião, em geral nada mais que vitórias esportivas ou louvores interesseiros da mídia internacional às miúdas criaturas que nos governam.

Esses arrebatamentos efêmeros coexistem pacificamente com o desprezo aos valores pátrios genuínos e com o mais afetado despeito ante os heróis, santos e sábios que honraram a nacionalidade, criaturas de névoa que, quando chegam a ser conhecidas, logo se desfazem ante a presença brilhante e ruidosa dos ídolos midiáticos da semana.

O contraste com os EUA não poderia ser maior. O americano mede os políticos da atualidade pela estatura de Washington, Lincoln ou Jefferson. No Brasil, José Bonifácio ou Joaquim Nabuco são apenas sombras retroativas que as figuras monumentais de Lula, Netinho Pagodeiro e Bruna Surfistinha projetam num passado evanescente.

As últimas semanas foram pródigas em estímulos ao erotismo cívico nacional. Os mais picantes foram as declarações da secretária de Estado Hillary Clinton em louvor da voracidade fiscal brasileira e a reportagem hagiográfica da revista *Spiegel* em que o nosso presidente, como rediviva Águia de Haia, alça voo ao "primeiro plano da diplomacia mundial" pela milésima vez, sugerindo que as anteriores ficaram na promessa.

São documentos de importância excepcional, não pela veracidade do seu conteúdo, que está abaixo do número de Avogadro, mas precisamente como amostras pedagógicas de como hoje em dia os políticos e a mídia nem precisam mais tentar enganar a plateia com simulações de verossimilhança: podem mentir com franqueza, com descaramento genuíno e santo, confiantes em que os ouvintes já se afeiçoaram à mentira a ponto de aceitá-la precisamente por ser mentira, como a vítima de estupros repetidos que acaba gostando da brincadeira e se oferecendo, afoita, ao estuprador *blasé* e preguiçoso.

A sra. Clinton assegura que a relação entre alto imposto de renda e alto crescimento econômico no Brasil não é uma coincidência, mas uma curva de causa e efeito. Para crescer mais, portanto, os outros países da região deveriam imitar o exemplo brasileiro, taxando pesadamente os ganhos de seus empresários e trabalhadores.

Não é preciso dizer que, com ou sem o exemplo brasileiro, a sra. Clinton sempre adorou impostos altos e governo inflado, pois, afinal, ela, seu marido, seu partido e seus inúmeros protegidos à esquerda do centro vivem precisamente disso (embora saibam também adaptar-se, por tática, à política simetricamente oposta quando o prejuízo começa a dar na vista). Se o Brasil em vez de crescer diminuísse, como geralmente acontece às nações que estrangulam as suas populações com impostos, isso não mudaria em nada o discurso dos Clintons, que é o de toda a esquerda mundial.

O problema é que, para um país que duas décadas e meia atrás chegou a crescer 15% ao ano sem nenhum gigantismo fiscal, os 4 ou 5% anuais de hoje em dia são, na mais triunfalista das hipóteses, nada mais que sinais de recuperação vegetativa, espontânea, imune tanto à estupidez quanto à genialidade dos governos; sinais que só se transfiguram em vitórias memoráveis mediante o

assassinato da capacidade memorizante. O Brasil, que já foi a sétima economia do mundo e depois caiu abaixo da vigésima, é hoje a oitava. Não voltou sequer ao ponto onde estava,[1] mas, como garganteia que será a quinta por volta de 2050, já sai proclamando, mediante projeção do futuro no presente, que está melhor do que jamais esteve. Para as novas gerações, que têm a cultura histórica de um tatu e imaginam o tempo dos militares como uma época de fome e miséria indescritíveis, essa conversa é muito persuasiva. Endossada pela sra. Clinton, então, torna-se algo de tão venerável como o princípio de identidade, os Dez Mandamentos ou o Código de Hamurabi.

A revista *Spiegel* vai além, proclamando: "À medida que o Brasil cresce para tornar-se uma nova potência econômica, a reputação do presidente brasileiro cresce com velocidade meteórica." Que raio de meteoro é esse, que há anos se arrasta no céu com passo de lesma cósmica? Desde que me tornei leitor da grande mídia, por volta de meus 15 anos de idade, o Brasil já "cresceu para tornar-se uma nova potência econômica" pelo menos umas trinta vezes. Com a possível exceção daquilo que se observa nos esforços de ereção senil, nenhum outro ente no mundo cresce tão persistentemente em direção a um novo estado de existência sem jamais alcançá-lo, malgrado as fanfarras comemorativas que ecoam a cada nova arrancada e depois se calam como se nada tivesse acontecido. Mas estou enganado: há, sim, outro fenômeno análogo, e a própria *Spiegel* o aponta explicitamente: é a reputação do presidente Lula. Desde a eleição de 2002 ela não cessou de "crescer em velocidade meteórica" ameaçando fazer dele o político mais importante do mundo no prazo de algumas semanas, e depois repetindo a ameaça de novo e de novo à medida que os anos passam e as pessoas se esquecem da ameaça anterior. Como isso acontece nas páginas da mídia internacional ao menos uma vez por semestre, com regularidade fiel, começo a suspeitar que os meteoros não caem, mas giram em órbitas fixas, eternamente. Mas, já que essa explicação arrisca chocar os astrônomos por sua ousadia científica desmesurada, deixo aqui preventivamente anotada uma teoria alternativa: como "reputação" não significa outra coisa senão sair na mídia, cada reportagem que se escreve para enaltecer o prestígio de Lula é uma prova de si mesma e um bom motivo para escrever de novo a mesma coisa à menor provocação.

O acordo com o Irã, reconheço, é uma baita provocação, mas será isso motivo para a *Spiegel* escrever que Lula se tornou "um herói do hemisfério sul e um importante contrapeso em relação a Washington e Pequim"? Herói? Do heroísmo de Lula só quem sabe, se sabe, é o menino do MEP.[2] Quanto a ser um contrapeso, vejamos. O esquema que Lula montou com Ahmadinejad teve como resultado, ao menos de curto prazo, livrar o Irã de possíveis sanções, o que era precisamente o objetivo da China. Contrapeso, que eu saiba, é pesar para o lado oposto, não para o mesmo lado. Washington, por sua vez, não precisa de contrapeso nenhum: Hillary já pesa para um lado, Obama para o outro. O próprio acordo Brasil-Irã mostrou isso. Hillary personifica o esquerdismo americano tradicional, que concilia na medida do possível as ambições de poder absoluto da esquerda mundial com pelo menos alguns interesses nacionais. Obama serve descaradamente a interesses dos mais radicais inimigos do seu país* e conta com Lula como um de seus mais oportunos instrumentos na empreitada. As contradições óbvias entre as recomendações do Serviço Secreto e a famosa carta pessoal ao presidente brasileiro só mostram que nem tudo nos altos círculos de Washington está afinado com os propósitos de Obama, que são os mesmos da China e do Irã. Mas, na medida mesma em que colabora com esses propósitos, Lula, novamente, é o oposto de um contrapeso.

Mas o ponto sublime da reportagem da *Spiegel* é o trecho em que aponta como uma das razões do sucesso de Lula o seu empenho em favor da educação nacional. Essa é uma faceta do nosso presidente que a população brasileira desconhecia por completo. Pelo lado quantitativo, quando Lula subiu ao poder já não havia praticamente nenhuma criança brasileira sem escola. Se depois disso restava melhorar a qualidade do ensino, o sucesso do governo Lula nesse empreendimento mede-se pelos exames do PISA (*Programme for International Student Assessment*), nos quais os nossos estudantes

têm obtido invariavelmente as piores notas do mundo. Mas há sempre um jeito para tudo: pode-se olhar a tabela de notas de cabeça para baixo e proclamar que, uma vez mais, o universo se curva ante o Brasil.

Bondade mesquinha

Diário do Comércio, 19 de outubro de 2009

Nosso presidente, que jamais derramou uma lágrima pelos 40 mil brasileiros assassinados anualmente e muito menos fez algo para protegê-los, derreteu-se em prantos ante a escolha do Rio para sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Não é a primeira vez que dá mostras de sua notável capacidade lacrimejante. Ele chorou duplamente ao ser eleito e ao ser empossado, chorou vezes inumeráveis ao anunciar do alto dos palanques seus planos de governo, chorou no enterro do deputado petista Carlos Wilson, no das vítimas da chuva em Santa Catarina e no dos mortos do acidente em Alcântara, chorou ao inaugurar o projeto “Luz Para Todos”, chorou ao enaltecer seus próprios feitos num encontro de estudantes em São Paulo, chorou no Senegal dizendo que era de arrependimento pela escravatura, chorou ao prometer acabar com o desemprego em 2003 e depois novamente em 2006 (os desempregados continuam chorando até agora), e chorou quando o deputado Roberto Jefferson lhe falou do mensalão: soluçou tão convulsivamente que ficou até parecendo que era o último a saber do *imbroglio*. São apenas amostras colhidas a esmo. Digitando “Lula chora” no Google obtive 29.600 respostas, e ante a mera perspectiva de examiná-las uma a uma quem sente ganas de chorar sou eu.

Diante dessa torrente de lágrimas, seria injusto negar que o sr. presidente tenha bons sentimentos. Que os tem, tem. O problema é que são morbidamente seletivos: para seus companheiros de militância, para os grupos sociais onde espera recrutar eleitores, e sobretudo para si próprio, coitadinho, é uma comoção arrebatadora, um enternecimento irresistível, um transbordamento de compaixão sem fim. Para os demais, tudo o que tem a oferecer é aquela forma requintada de crueldade passiva que se chama *a indiferença*. Incluem-se nessa categoria os 40 mil acima mencionados, as crianças brasileiras envenenadas pelas drogas das Farc, os malditos 17 mil reacionários fuzilados por seu amigo Fidel Castro e sobretudo as vítimas do terrorismo nacional, cujas famílias vivem no mais abjeto esquecimento enquanto os assassinos de seus pais e avós se empanturram de verbas federais, seja na condição de “indenizados”, seja na de ministros, senadores, deputados, chefes de gabinete etc. etc. etc.

Longe de mim a suspeita de que as lágrimas de S. Excia. sejam fingidas. É justamente a espontaneidade delas que mostra o quanto os bons instintos presidenciais são seletivos, daquela seletividade natural e até inconsciente que revela, num instante, uma personalidade, a forma inteira de uma alma e de uma consciência. Se essa seletividade privilegia, enfatiza e enaltece com naturalidade espantosa os interesses político-publicitários do sr. presidente e ao mesmo tempo o torna cego e insensível para tudo o mais, não é porque haja nela alguma premeditação astuta, mas, bem ao contrário, é porque, simplesmente, ele é assim.

Sua consciência moral, em suma, é deformada pelo longo hábito, meio partidário, meio mafioso, da separação estanque entre os “amigos” e os “outros”, entre “gente nossa” e “aquela gente”. Se seus acessos de bondade vêm a ser sempre politicamente oportunos, não é porque os planeje, mas porque, no fundo da sua alma, não consegue conceber o bem senão sob a forma estreita e específica de uma estratégia partidária, sendo perfeitamente indiferente a tudo o que fique fora ou acima dela.

Especialmente acima. A prova mais patente da sua insensibilidade a quaisquer valores que transcendam a luta partidária veio logo após sua audiência com o papa — momento culminante na

vida de todo fiel católico —, quando, tendo comungado sem confessar, redobrou a blasfêmia ao fazer chacota do ocorrido, dizendo que assim procedera por ser alma sem pecados. Para esse homem, até mesmo a religião que diz professar ardentemente não tem nenhum significado em si mesma, o Deus que ele diz adorar não tem nenhuma autoridade moral para julgá-lo, devendo antes amoldar-se com humildade à condição de personagem de piada instrumental *ad majorem Lulis gloriam*. Que depois, na África, ele exiba arrependimento por uma escravatura que jamais praticou, e faça acompanhar suas lágrimas da conveniente citação papal, eis aí a prova de que, na escala da sua consciência, sua alma cristã tem mais satisfações a prestar ante o auditório imediato do que ante o Juízo Final.

Subjugando ao oportunismo partidário mesmo aquilo que há de mais alto e venerável, suas efusões de bondade não são senão expressões visíveis de uma mesquinharia profunda, de uma pequenez de alma que, para dizer o mínimo, não é um bom exemplo para se dar às crianças.

Desprovido, ao menos aparentemente, da truculência natural de um Fidel Castro ou de um Pol-Pot, bem como da fanfarronice histriônica de um Hugo Chávez, esse homem traz no coração, como eles, aquela típica mistura de insensibilidade moral e sentimentalismo *kitsch* que caracteriza os sociopatas. Sua indiferença ao sofrimento real dos estranhos ao seu círculo de interesses contrasta de tal modo com suas tiradas de autopiedade obscena e com seu emocionalismo à flor da pele nas ocasiões politicamente convenientes que não vejo como escapar à conclusão de que S. Excia. é uma alma deformada, cuja feiura, exibida com ingênuo despudor a cada novo pronunciamento seu, condensa simbolicamente a miséria geral da época.

Lula, réu confesso

Diário do Comércio, 26 de setembro de 2005

Eu deveria estar grato ao sr. presidente da República. Quando praticamente a mídia nacional inteira se empenha em camuflar as atividades ou até em negar a existência do Foro de São Paulo, tachando de louco ou fanático aquele que as denuncia, vem o fundador mesmo da entidade e dá todo o serviço, comprovando de boca própria as suspeitas mais deprimentes e algumas ainda piores que elas.

O discurso presidencial de 2 de julho de 2005, pronunciado na celebração dos 15 anos de existência do Foro e reproduzido no site oficial do governo,[3] é a confissão explícita de uma conspiração contra a soberania nacional, crime infinitamente mais grave do que todos os delitos de corrupção praticados e acobertados pelo atual governo; crime que, por si, justificaria não só o impeachment como também a prisão do seu autor.

À distância em que estou, só agora tomei ciência integral desse documento singular, mas os chefes de redação dos grandes jornais e de todos os noticiários de rádio e TV do Brasil estiveram aí o tempo todo. Tendo sabido do discurso desde a data em que foi pronunciado, ainda assim continuaram em silêncio, provando que sua persistente ocultação dos fatos não foi fruto da distração ou da pura incompetência; foi cumplicidade consciente, maquiavélica, com um crime do qual esperavam obter não se sabe qual proveito.

O sentido destes parágrafos, uma vez desenterrado do lixo verbal que lhe serve de embalagem, é de uma nitidez contundente:

> Em função da existência do Foro de São Paulo, o companheiro Marco Aurélio tem exercido uma função extraordinária nesse trabalho de consolidação daquilo que começamos em 1990... Foi assim que nós, em janeiro de 2003, propusemos ao nosso companheiro, presidente Chávez, a criação do Grupo de Amigos para encontrar uma solução tranquila que, graças a Deus, aconteceu na Venezuela. E só foi possível graças a uma ação política de companheiros. Não era uma ação política de um Estado com outro Estado, ou de um presidente com outro presidente. Quem está lembrado, o Chávez participou de um dos foros que fizemos em Havana. E graças a essa relação foi possível construirmos, com muitas divergências políticas, a

> consolidação do que aconteceu na Venezuela, com o referendo que consagrou o Chávez como presidente da Venezuela.
>
> Foi assim que nós pudemos atuar junto a outros países com os nossos companheiros do movimento social, dos partidos daqueles países, do movimento sindical, sempre utilizando a relação construída no Foro de São Paulo para que pudéssemos conversar sem que parecesse e sem que as pessoas entendessem qualquer interferência política.

O que o sr. presidente admite nesses trechos é que:

1) O Foro de São Paulo é uma entidade secreta ou pelo menos camuflada ("construída... para que pudéssemos conversar sem que parecesse e sem que as pessoas entendessem qualquer interferência política").

2) Essa entidade se imiscui ativamente na política interna de várias nações latino-americanas, tomando decisões e determinando o rumo dos acontecimentos, à margem de toda fiscalização de governos, parlamentos, justiça e opinião pública.

3) O chamado "Grupo de Amigos da Venezuela" não foi senão um braço, agência ou fachada do Foro de São Paulo ("em função da existência do Foro... foi que propusemos ao companheiro presidente Chávez...").

4) Depois de eleito em 2002, ele, Luiz Inácio Lula da Silva, ao mesmo tempo que *pro forma* abandonava seu cargo de presidente do Foro de São Paulo, dando a impressão de que estava livre para governar o Brasil sem compromissos com alianças estrangeiras mal-explicadas, continuou trabalhando clandestinamente para o Foro, ajudando, por exemplo, a produzir os resultados do plebiscito venezuelano de 15 de agosto de 2004 ("graças a essa relação foi possível construirmos a consolidação do que aconteceu na Venezuela"), sem dar a menor satisfação disso a seus eleitores.

5) A orientação quanto a pontos vitais da política externa brasileira foi decidida pelo sr. Lula não como presidente da República em reunião com seu ministério, mas como participante e orientador de reuniões clandestinas com agentes políticos estrangeiros ("foi uma ação política de companheiros, não uma ação política de um Estado com outro Estado, ou de um presidente com outro presidente"). Acima de seus deveres de presidente ele colocou sua lealdade aos "companheiros".

O sr. presidente confessa, em suma, que submeteu o país a decisões tomadas por estrangeiros, reunidos em assembleias de uma entidade cujas ações o povo brasileiro não devia conhecer nem muito menos entender.

Não poderia ser mais patente a humilhação ativa da soberania nacional, principalmente quando se sabe que entre as entidades participantes dessas reuniões decisórias constam organizações como o MIR chileno, sequestrador de brasileiros, e as Farc, narcoguerrilha colombiana, responsável, segundo seu parceiro Fernandinho Beira-Mar, pela injeção de duzentas toneladas anuais de cocaína no mercado nacional.[4]

Nunca um presidente eleito de qualquer país civilizado mostrou um desprezo tão completo à Constituição, às leis, às instituições e ao eleitorado inteiro, ao mesmo tempo que concedia toda a confiança e toda a autoridade a uma assembleia clandestina repleta de criminosos, para que decidisse, longe dos olhos do povo, os destinos da nação e suas relações com os vizinhos. Nunca houve, no Brasil, um traidor tão descarado, tão completo e tão cínico quanto Luiz Inácio Lula da Silva.

A maior prova de que ludibriou conscientemente a opinião pública, mantendo-a na ignorância das operações do Foro de São Paulo, é que, às vésperas da eleição, amedrontado pelas minhas constantes denúncias a respeito dessa entidade, mandou seu "assessor para assuntos internacionais", Giancarlo Summa, acalmar os jornais por meio de uma nota oficial do PT, segundo a qual o Foro era apenas um inocente clube de debates, sem nenhuma atuação política.[5]

E agora ele vem se gabar da "ação política de companheiros", praticada com recursos do governo brasileiro às escondidas do Parlamento, da justiça e da opinião pública.

Comparado a delito tão imenso, que importância têm o mensalão e fenômenos similares, senão enquanto meios usados para subsidiar operações parciais no conjunto da grande estratégia de

transferência da soberania nacional para a autoridade secreta de estrangeiros?

Pode haver desproporção maior do que entre vulgares episódios de corrupção e esse crime supremo ao qual serviram de instrumentos?

A resposta é óbvia. Mas então por que tantos se prontificam a denunciar os meios enquanto consentem em continuar acobertando os fins?

Aqui a resposta é menos óbvia. Requer uma distinção preliminar. Os denunciantes dividem-se em dois tipos: (A) indivíduos e grupos comprometidos com o esquema do Foro de São Paulo, mas não diretamente envolvidos no uso desses meios ilícitos em especial; (B) indivíduos e grupos alheios a uma coisa e à outra.

O raciocínio dos primeiros é simples: vão-se os anéis mas fiquem os dedos. Já que se tornou impossível continuar ocultando o uso dos instrumentos ilícitos, consentem em entregar às feras os seus operadores mais notórios, de modo a poder continuar praticando o mesmo crime por outros meios e outros agentes. O conteúdo e até o estilo das acusações subscritas por essas pessoas revelam sua natureza de puras artimanhas diversionistas. Quando atribuem a corrupção do PT, que vem desde 1990, a acordos com o FMI firmados a partir de 2003, mostram que sua ânsia de mentir não se inibe nem diante da impossibilidade material pura e simples. Quando lançam as culpas sobre "um grupo", escamoteando o fato de que as ramificações da estrutura criminosa se estendiam da Presidência da República até prefeituras do interior, abrangendo praticamente o partido inteiro, provam que têm tanto a esconder quanto os acusados do momento.

Mais complexas são as motivações do grupo B. Em parte, compõe-se de personagens sem fibra, física e moralmente covardes, que preferem ater-se ao detalhe menor por medo de enxergar as dimensões continentais do crime total. Há também o subgrupo dos intelectualmente frouxos, que apostaram na balela da "morte do comunismo" e agora se sentem obrigados, para não se desmentir, a reduzir a maior trama golpista da história da América Latina às dimensões mais manejáveis de um esquema de corrupção banal, despolitizando o sentido dos fatos e fingindo que Lula é nada mais que um Fernando Collor sem *jet ski*. Há os que, por oportunismo ou burrice, colaboraram demais com a ascensão do partido criminoso ao poder e agora se sentem divididos entre o impulso de se limpar do ranço das más companhias em que andaram e o de minimizar o crime para não sentir o peso da ajuda cúmplice que lhe prestaram. Há os pseudoespertos, que dão refrigério ao inimigo embalando-se na ilusão louca de que é mais viável derrotá-lo roendo-o pelas beiradas do que acertando-lhe um golpe mortal no coração. Há por fim os que realmente não estão entendendo nada e, com o tradicional automatismo simiesco da fala brasileira, saem apenas repetindo o que ouvem, na esperança de fazer bonito.

Peço encarecidamente a todos os inflamados acusadores anticorruptos das últimas semanas — políticos, donos de meios de comunicação, empresários, jornalistas, intelectuais, magistrados, militares — que examinem cuidadosamente suas respectivas consciências, se é que alguma lhes resta, para saber em qual desses subgrupos se encaixam. Pois, excetuando aqueles poucos brasileiros de valor que subscreveram em tempo as denúncias contra o Foro de São Paulo, todos os demais fatalmente se encaixam em algum.

Seria absurdo imputar tão somente a Lula e ao Foro de São Paulo a culpa do apodrecimento moral brasileiro, esquecendo a contribuição que receberam desses moralistas de ocasião, tão afoitos em denunciar as partes quanto solícitos em ocultar o todo. Nada poderia ter fomentado mais o autoengano nacional do que essa prodigiosa rede de cumplicidades e omissões nascidas de motivos diversos mas convergentes na direção do mesmo resultado: criar uma falsa impressão de investigações transparentes, uma fachada de normalidade e legalidade no instante mesmo em que, roída invisivelmente por dentro, a ordem inteira se esboroa.

A destruição da ordem e sua substituição por "um novo padrão de relação entre o Estado e a

sociedade", decidido em reuniões secretas com estrangeiros, tal foi o objetivo confesso do sr. Lula. Esse objetivo, disse ele em outra passagem do mesmo discurso, deveria ser alcançado e consolidado "de tal forma que isso possa ser duradouro, independente de quem seja o governo do país".

O que se depreende da atitude daqueles seus críticos e acusadores é que, nesse objetivo geral, o sr. Lula já saiu vitorioso, independentemente do sucesso ou fracasso que venha a obter no restante do seu mandato. A nova ordem cujo nome é proibido declarar já está implantada, e sua autoridade é tanta que nem mesmo os inimigos mais ferozes do presidente ousam contestá-la. Todos, de um modo ou de outro, já se conformaram ao menos implicitamente em colocar o Foro de São Paulo acima da Constituição, das leis e das instituições brasileiras. Se reclamam de roubalheiras, de desvios de verbas, de mensalões e propinas, é precisamente para não ter de reclamar da transferência da soberania nacional para a assembleia continental dos "companheiros", como Hugo Chávez, Fidel Castro, os narcoguerrilheiros colombianos e os sequestradores chilenos. É como a mulher estuprada protestar contra o estrago no seu penteado, esquecendo-se de dizer alguma coisinha, mesmo delicadamente, contra o estupro enquanto tal.

Talvez os feitos do sr. Lula e do seu maldito Foro não tenham trazido ao Brasil um dano tão vasto quanto essa inversão total das proporções, essa destruição completa do juízo moral, essa corrupção integral da consciência pública. Nunca se viu um acordo tão profundo entre acusado e acusadores para permitir que o crime, denunciado com tanto alarde nos detalhes, fosse tão bem-sucedido nos objetivos de conjunto "sem que parecesse e sem que as pessoas entendessem".

Ato de rotina

Diário do Comércio, 7 de janeiro de 2011

Quem não sabia, com meses de antecedência, que o sr. Luiz Inácio iria jogar todo o peso da sua autoridade de presidente numa última cartada espetacular em favor do terrorismo internacional? Quem não sabia que Cesare Battisti, ao fugir para o Brasil, escolhera o melhor lugar do mundo para tipos como ele, o porto seguro, o abrigo infalível de terroristas e narcotraficantes?

"Quem não sabia?" Que pergunta mais idiota. Eu sabia, meus colegas e leitores do *Diário do Comércio* sabiam, a parcela ínfima da população brasileira que se mantém informada sabia e, é claro, a turma do Foro de São Paulo sabia.

O resto da humanidade ignorava-o por completo. Esperava de Lula outra atitude, simetricamente inversa, compatível com a imagem estereotipada de estadista sereno e pragmático que a mídia internacional forjou para torná-lo atraente aos investidores.

De toda parte, as reações indignadas ao gesto de solicitude paternal do nosso ex-presidente para com um notório terrorista e assassino vieram com aquela expressão de surpresa e desencanto do marido enganado que, até a véspera, confiava cegamente na esposa.

Definitivamente, ninguém na grande mídia ou nos altos círculos da Itália, de qualquer outro país europeu ou dos EUA tem ou quer ter a menor ideia de quem é Luiz Inácio Lula da Silva.

Sem a mais leve pretensão de infundir nas cabeças dessas mimosas criaturas um conhecimento que não desejam, do qual fogem como da peste, assinalo aqui alguns lances memoráveis do *curriculum vitae* do ex-presidente:

1) Ele teve como seu constante mentor espiritual, desde a juventude até a velhice, o ex-frade Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Betto, colaborador fiel do governo de Fidel Castro e coautor da Constituição Cubana. Jamais renegou o guru.

2) Logo após a queda da URSS, nosso personagem aderiu ao lema "reconquistar na América Latina

o que perdemos no Leste Europeu” e para isso fundou em 1990, e presidiu por doze anos, o Foro de São Paulo, coordenação estratégica do movimento comunista na América Latina, irmanando num plano que abrange partidos legais e organizações criminosas. Em comunicado oficial no 15º aniversário do Foro, as Farc, Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, reconheceram que essa iniciativa salvara da extinção iminente o movimento comunista internacional.

3) Ao eleger-se presidente, fingiu afastar-se do Foro de São Paulo mas continuou extraoficialmente no comando da entidade por intermédio de seu ministro Marco Aurélio Garcia e de seu assessor Gilberto Carvalho.

4) Jurando não ter tido jamais qualquer contato com as Farc, presidiu assembleias do Foro ao lado do comandante da narcoguerrilha colombiana, Manuel Marulanda, e permitiu que membros do seu governo, junto com figuras estelares do seu partido, se associassem ao mesmo Marulanda na direção da mais importante revista de debates internos do movimento comunista no continente, *America Libre*.

5) Durante seu governo, muitos concorrentes e dissidentes das Farc foram perseguidos e presos no Brasil, enquanto os agentes da organização continuavam operando livremente no território nacional, não só distribuindo drogas, mas fornecendo armas e treinamento a quadrilhas de bandidos locais e aos militantes do MST, protegidos do governo. Quando o representante das Farc no país, Olivério Medina, foi preso pela Polícia Federal, o partido e o governo de Lula se mobilizaram imediatamente para libertá-lo, dando-lhe, de quebra, a cidadania brasileira e um emprego oficial para sua esposa no Ministério então chefiado pela atual presidente da República, Dilma Rousseff (esta negou ter qualquer envolvimento no caso, até que sua assinatura no decreto de nomeação fosse publicada na imprensa).[6] O único militante farqueano que permaneceu preso no Brasil foi Juan Carlos Ramírez Abadía. Esta exceção aparentemente misteriosa explica-se porque o referido, agindo evidentemente à margem das Farc, se envolveu num plano para sequestrar o filho de Lula, Luís Cláudio.[7]

6) O governo Lula sempre rejeitou o pedido colombiano de aplicar às Farc o qualificativo oficial de “organização terrorista”, propondo, ao contrário, que a quadrilha de narcotraficantes fosse premiada por seus crimes mediante a anistia geral e a transmutação da coisa em partido político legal.

7) Em dois discursos oficiais, publicados no site da Presidência da República mas jamais noticiados por qualquer órgão de mídia no Brasil, confessou a interferência direta do Foro de São Paulo e dele próprio na política interna da Venezuela e de outros países, para colocar e manter no poder tipos como Hugo Chávez, Morales e *tutti quanti*.[8]

8) É verdade que, no campo econômico, Lula se comportou direitinho e fez tudo quanto o Banco Mundial mandou. Mas só agiria de outro modo se fosse louco. Se o próprio Lenin fez o diabo para acalmar e seduzir os investidores internacionais enquanto consolidava o poder interno dos comunistas na Rússia, por que haveria Lula de entrar em guerra com o capitalismo planetário enquanto ia discretamente ajudando a entregar aos agentes do Foro de São Paulo o controle de várias nações latino-americanas? A tática da dupla face funcionou tão bem que, numa mesma semana, foi homenageado pelo Foro Econômico de Davos por sua adesão ao capitalismo e no Foro de São Paulo por sua fidelidade ao comunismo. Os que agora explodem de cólera ante a proteção que deu a Cesare Battisti só conhecem, decerto, a primeira face. Por isso veem nessa decisão obscena uma exceção repentina, incoerente, aberrante, inexplicável. Quem conhece a segunda entende que foi um ato de rotina, o último de uma longa série. Incoerência é uma coisa, duplicidade é outra.

2. TRADIÇÃO & ESTRATÉGIA

Nada de novo

O Globo, 25 de junho de 2005

Todos parecem surpresos com o estado de coisas, mas ele era mais que previsível. Desde o começo da década de noventa, quando o PT investiu pesado na construção de uma imagem de moralidade impoluta, avisei que a chegada desse partido ao poder inauguraria uma era de corrupção que faria empalidecer os mais rubros escândalos dos governos anteriores. Essa previsão foi recebida com tanto mais incredulidade quanto mais fundada no conhecimento de fatos que ninguém queria ver e na análise de antecedentes históricos que todos preferiam sepultar no esquecimento.

Logo ao eclodir a famosa “Campanha pela Ética na Política”, observei que o PT manejava com astúcia maligna o duplo sentido do termo “ética”, dando-lhe em público a acepção convencional de idoneidade e honradez, e nos seus documentos internos o significado que o termo possui na expressão gramsciana “Estado ético”, expressão moralmente neutra, que não tem nada a ver com virtudes ou pecados, mas designa apenas, tecnicamente, uma determinada fase do processo de tomada do poder pelo “Novo Príncipe”, o partido revolucionário. Em suma, tratava-se de utilizar como cenoura de burro as esperanças moralizantes da classe média, levando-a a colaborar com um empreendimento que simulava “passar o Brasil a limpo” mas não se ocupava senão de fazer crescer o poder do partido por todos os meios morais, amorais e imorais.[9]

Anunciei com doze anos de antecedência, no meu livro *A nova era e a revolução cultural*, e depois novamente em *O imbecil coletivo*, que essa instrumentalização maquiavélica dos anseios populares só resultaria em mais maldade e sujeira, já que constituía, em si, um crime maior do que todos os atos materiais de corrupção, implicando nada mais, nada menos, que a perversão completa do sentido mesmo da moralidade.[10] Uma coisa, dizia eu, lembrando um velho provérbio árabe, é roubar no peso da farinha, vendendo 750 gramas pelo preço de um quilo. Outra coisa é alterar a balança para que nunca mais acuse a diferença entre 750 gramas e um quilo.

Os velhos políticos corruptos limitavam-se a roubar. O PT transformou o roubo em sistema, o sistema em militância, a militância em substitutivo das leis e instituições, rebaixadas à condição de entraves temporários à construção da grande utopia.

Os velhos políticos roubavam para si próprios, individualmente ou em pequenos grupos, moderando a audácia dos golpes pelo medo das denúncias. O PT rouba com a autoridade moral de quem, ao arrogar-se os méritos de um futuro hipotético, já está absolvido *a priori* de todos os delitos do presente; rouba com a tranquilidade e o destemor de quem pode usar licitamente de todos os meios, já que é o senhor absoluto de todos os fins.

Todo partido que se volte contra “a sociedade”, prometendo remoldá-la de alto a baixo — se não reformar a natureza humana mesma —, coloca-se, instantaneamente, acima dos critérios morais vigentes nessa sociedade, e não pode se submeter a eles senão em aparência, rindo, por dentro, da ingenuidade dos que o tomam por adversário normal e leal. Não é possível destruir o sistema e obedecer às suas regras ao mesmo tempo, mas só usar as regras como camuflagem provisória da destruição. Ora, o sistema, como tudo o que é humano, comporta igualmente sua dose de injustiças, de erros, de escândalos, e sua parcela de moralidade, de ordem, de lealdade. Todo sistema consiste num equilíbrio precário entre a desordem e a ordem. Nenhuma inteligência sã ignora que só é possível reprimir ou controlar o primeiro desses aspectos fortalecendo o segundo. Toda tentativa de mudar integralmente o sistema, seja pela subversão revolucionária abrupta, seja pelo lento e progressivo solapamento das bases institucionais, começa por destruir o equilíbrio e portanto a ordem, sob a promessa vã de um futuro sem desequilíbrio nem desordem. A modéstia dos objetivos e a limitação do programa político a pontos precisos que não afetem os fundamentos do sistema, eis a marca dos

partidos honestos — e essa não é, definitivamente, a marca do PT. A desonestidade desse partido mede-se pela amplitude megalômana das suas promessas.

Excesso de delicadeza

Diário do Comércio, 17 de setembro de 2007

Ainda há quem seja otário o bastante para, observando a fidelidade conjugal que no fim das contas reina entre o governo petista e os banqueiros internacionais, concluir que os comunistas mudaram, se aburguesaram, só pensam em dinheiro e não querem mais saber de revoluções.

Não contesto o direito à ignorância, mesmo radical e completa. Mas por que raios cada um que me aparece com essa ideia cretina tem de expressá-la com ar de sabedoria paternal, como se estivesse desvelando a realidade do mundo ante a minha inexperiência juvenil?

Aos 60 anos, boa parte dos quais dedicados ao estudo das ideologias revolucionárias, não tenho mais a obrigação de ouvir polidamente essa patacoada arrogante. Respondê-la com palavrões já é delicadeza excessiva da minha parte. O certo mesmo seriam pontapés no traseiro.

Quem quer que tenha estudado a história do movimento revolucionário sabe que comunistas e banqueiros vivem em simbiose, comprovadamente, desde há pelo menos um século. Como no Brasil ninguém estuda nada, cada um se crê no direito de anunciar como novidades explosivas as obviedades centenárias que acabam de lhe chegar aos ouvidos.

O problema é que, quando você não sabe a data das notícias que alardeia, não pode compreender o sentido delas. Se você acha que a conduta do PT prova uma mudança da mentalidade comunista, é porque imagina que os comunistas de antigamente eram diferentes, eram puros idealistas revolucionários que jamais se rebaixariam a jogar o jogo do grande capital financeiro. Então me diga: quem eram os contatos de Trótski nos EUA quando de sua primeira viagem à América? Quem financiou a construção de toda a indústria pesada soviética, prolongando por décadas a sobrevida de um regime impossível que já nascera moribundo? Quem alimenta de dinheiro toda a esquerda americana e uma infinidade de movimentos antiamericanos no mundo inteiro? Quem salvou da debacle o Partido Comunista chinês, fomentando do exterior a recuperação de uma economia que até então só crescia em número de mortes por desnutrição?

Se os comunistas deixassem de ser comunistas cada vez que vão para um motel trocar afagos com banqueiros, Lenin teria entrado para a história como comandante do Exército da Salvação.

O caso de amor entre esses dois tipos de criaturas aparentemente incompatíveis tornou-se ainda mais intenso desde que, na década de 1920, os teóricos marxistas mais avisados — Georg Lukács, os frankfurtianos e Antonio Gramsci — saíram gritando que o inimigo primordial a ser destruído não era a economia capitalista, mas “a civilização judaico-cristã”. O programa traçado por eles, que na época parecia distante das preocupações imediatas do militante comunista vulgar (e até agora não chegou ao conhecimento dos idiotas acima referidos), está hoje sendo aplicado em escala planetária, e sua implementação acelerada reflete a colaboração estreita entre o grande capital financeiro e a rede global de organizações comunistas — os dois braços da revolução mundial. Abortismo, desarmamento civil, *sex-lib*, feminismo, gayzismo, criminalização da moral religiosa, controle estatal da vida privada e tópicos similares são hoje infinitamente mais importantes para a estratégia revolucionária do que as divergências estereotipadas entre políticas econômicas “populistas” e “elitistas” (ou “progressistas” e “neoliberais”). Onde essas divergências monopolizam o espaço das discussões públicas, como acontece no Brasil, é precisamente porque servem para camuflar o essencial, para expulsar da vida pública o conservadorismo genuíno fundado em valores morais e religiosos e para

dividir todo o espaço político e cultural entre a esquerda e uma “direita” postiça, criada especialmente para isso, uma articulada à outra de tal modo que, seja pela via “populista” ou “elitista”, indiferentemente, a mutação revolucionária do mundo continue avançando.

A pessoa mesma do sr. Luiz Inácio Lula da Silva, homenageada simultaneamente em Davos por sua conversão à economia de mercado e no Foro de São Paulo por sua fidelidade inalterável ao comunismo, é o símbolo vivo desse acordo essencial, mas os tagarelas que falam dela o dia inteiro, para louvá-la ou para maldizê-la, parece que não enxergam de maneira alguma a identidade do personagem. Também não enxergam, por isso mesmo, a natureza traiçoeira e cúmplice de uma “oposição” que só combate o petismo no campo das discussões econômicas e das cobranças moralistas, abstendo-se de toda crítica ideológica e de toda menção à estratégia comunista maior por trás de tudo; oposição que, uma vez no poder, faz avançar a mutação social e cultural revolucionária em velocidade ainda maior do que poderiam fazê-lo os próprios petistas.

Não por coincidência, mas por um cálculo psicológico muito preciso, cada nova regra “politicamente correta” que se incorpora aos hábitos sociais perde imediatamente sua aparência comunista originária, de modo que os milhões de trouxas submetidos à sua jurisdição se sentem cada vez mais distantes do perigo comunista quanto mais se adaptam ao tipo de cultura revolucionária concebido por Lukács e Gramsci. É precisamente o que este último chamava de “autoridade invisível e onipresente” do Partido Príncipe. Nunca a palavra “subversão” descreveu tão adequadamente uma estratégia. É a inversão desde baixo, ou, como a chamava Walther Rathenau, a “invasão vertical dos bárbaros”. Enquanto o poder do grande capital permanece intacto, ou até se fortalece, a “revolução cultural” vai invertendo um a um todos os critérios da razão, da moral, do direito, criando em torno de nós uma infinidade de controles sociais opressivos e absurdos que parecem inventados pessoalmente pela Rainha de Copas. E tudo realizado de maneira indolor, insensível. Dentro de poucos anos, o sujeito ser preso por ler em voz alta certos versículos da Bíblia será considerado a coisa mais natural do mundo, e quem quer que diga que a perseguição antirreligiosa é a realização de um velho plano comunista será tido por louco. Perdão: isso não acontecerá dentro de alguns anos. Já está acontecendo agora.

Do ponto de vista econômico, a unidade do processo revolucionário em curso pode ser resumida da seguinte maneira. Pelo menos desde Stalin nenhum economista marxista acredita em estatização total da economia. Todos sabem que um vasto resíduo de economia de mercado é impossível de eliminar.[11] O máximo que se pode fazer, para perseverar na linha de controle estatal concebida por Marx, é concentrar ao máximo o capital e ao mesmo tempo atrelar seus interesses aos de uma elite governante que por sua vez concentre o máximo de poder político. Ora, quem pode estar mais interessado em concentração do capital do que os concentradores de capital por antonomásia, isto é, os banqueiros internacionais? E quem pode desejar mais concentração de poder político do que os concentradores compulsivos de poder político, isto é, os partidos comunistas? A via da colaboração entre comunistas e monopolistas foi portanto aberta pelo próprio curso natural das coisas, e por esse canal vem fluindo a história do mundo desde há muitas décadas, ante os olhos cegos da multidão — incluídos nela quase todos os “formadores de opinião”, consultores empresariais, analistas estratégicos e demais pessoas iluminadas cujos pareceres custam em geral uns 10 mil dólares por hora.

A fusão tornou-se ainda mais acelerada desde que o movimento comunista, graças ao narcotráfico, à exploração genial dos fundos de pensão, ao apoio dos países árabes, à rede de ONGs ativistas que sugam verbas de todos os governos do mundo e às quantias mastodônticas de dinheiro injetadas discretamente na economia ocidental pelo KGB desde os tempos de Gorbachov, se tornou ele próprio tão rico quanto a elite bancária, negociando com ela de igual para igual e tendo com ela uma vasta e nebulosa área de interesses comuns onde se tornam praticamente indiscerníveis.[12]

As vítimas do processo são a economia liberal genuína, os valores civilizacionais milenares, a

liberdade individual e a consciência religiosa, estranguladas sob controles estatais cada vez mais abrangentes e opressivos, sempre sob as desculpas edificantes da modernização, do interesse público, da proteção ambiental, da eficiência administrativa e — é claro, porca miséria — dos direitos civis. Mas a maior vítima de todas é a inteligência humana, que, de tanto ser desviada, ludibriada, anestesiada, vai perdendo vigor a cada dia e se adaptando a um estado crepuscular de obnubilação e semiconsciência.

A engenharia da desordem

Diário do Comércio, 12 de setembro de 2012

Todo mundo sabe que a base eleitoral do ex-presidente Lula, bem como a da sua sucessora, está nas filas de beneficiários das verbas do Fome Zero. Embora a origem do programa remonte ao governo FHC, o embrulhão em chefe conseguiu fundi-lo de tal maneira à imagem da sua pessoa que a multidão dos recebedores teme que votar contra ele seja matar a galinha dos ovos de ouro.

No começo prometia, em vez disso, lhes arranjar empregos, mas depois se absteve prudentemente de fazê-lo e preferiu, com esperteza de mafioso, reduzi-los à condição de dependentes crônicos.

O cidadão que sai da miséria para entrar no mercado de trabalho pode permanecer grato, durante algum tempo, a quem lhe deu essa oportunidade, mas no correr dos anos acaba percebendo que sua sorte depende do seu próprio esforço e não de um favor recebido tempos atrás. Já aquele cuja subsistência provém de favores renovados todos os meses torna-se um puxa-saco compulsivo, um servidor devoto do “Padim”, um profissional do beija-mão.

O político que faz carreira baseado nesse tipo de programa é, com toda a evidência, um corruptor em larga escala, que vive da deterioração da moralidade popular. É impossível que o crescimento do Fome Zero não tenha nada a ver com o da criminalidade, do consumo de drogas e dos casos de depressão. Transforme os pobres em mendigos remediados e em poucos anos você terá criado uma massa de pequenos aproveitadores cínicos, empenhados em eternizar a condição de dependência e extrair dela proveitos miúdos, mas crescentes, fazendo do próprio aviltamento um meio de vida.

O assistencialismo estatal vicioso não foi, porém, o único meio usado pela elite petista para reduzir a sociedade brasileira a um estado de incerteza moral e de anomia.

Na mesma medida em que se absteve de criar empregos, o sr. Lula também se esquivou de dar aos pobres qualquer rudimento de educação, por mais mínimo que fosse, para lhes garantir a longo prazo uma vida mais dotada de sentido.

Durante seus dois mandatos o sistema educacional brasileiro tornou-se um dos piores do universo, uma fábrica de analfabetos e delinquentes como nunca se viu no mundo.

Ao mesmo tempo, o governo forçava a implantação de novos modelos de conduta — abortismo, gayzismo, racialismo, ecolatria, laicismo *à outrance* etc. —, sabendo perfeitamente que a quebra repentina dos padrões de moralidade tradicionais produz aquele estado de perplexidade e desorientação, aquela dissolução dos laços de solidariedade social, que desemboca no indiferentismo moral, no individualismo egoísta e na criminalidade.

Por fim, à dissolução da capacidade de julgamento moral seguiu-se a da ordem jurídica: o novo projeto de Código Penal, invertendo a escala de gravidade dos crimes, consagrando o aborto como direito incondicional, facilitando a prática da pedofilia, descriminalizando criminosos e criminalizando cidadãos honestos por dá cá aquela palha, choca de tal modo os hábitos e valores da população que equivale a um convite aberto à insolência e ao desrespeito.

Só o observador morbidamente ingênuo poderá enxergar nesses fenômenos um conjunto de erros e

fracassos. Seria preciso uma constelação miraculosa de puras coincidências para que, sistematicamente, todos os erros e fracassos levassem sempre ao sucesso cada vez maior dos seus autores.

Tudo isso parece loucura, mas é loucura premeditada, racional. É uma obra de engenharia. Se há uma obviedade jamais desmentida pela experiência, é esta: a desorganização sistemática da sociedade é o modo mais fácil e rápido de elevar uma elite militante ao poder absoluto. Para isso não é preciso nem mesmo suspender as garantias jurídicas formais, implantar uma "ditadura" às claras. Já faz muitas décadas que a sociologia e a ciência política compreenderam esse processo nos seus últimos detalhes.

Leiam, por exemplo, o clássico estudo de Karl Mannheim, *A estratégia do grupo nazista*.** A fórmula é bem simples: na confusão geral das consciências, toda discussão racional se torna impossível e então, naturalmente, espontaneamente, quase imperceptivelmente, o centro decisório se desloca para as mãos dos mais descarados e cínicos, aos quais o próprio povo, atônito e inseguro, recorrerá como aos símbolos derradeiros da autoridade e da ordem no meio do caos. Isso já está acontecendo.

A ascensão dos partidos de esquerda à condição de dominadores exclusivos do panorama político, praticamente sem oposição, nunca teria sido possível sem o longo trabalho de destruição da ordem na sociedade e nas almas. Mas também não teria sido possível se o caos fosse completo. O caos completo só convém a anarquistas de porão, marginais e oprimidos. Quando a revolução vem de cima, é essencial que alguns setores da vida social, indispensáveis à manutenção do poder de governo, sejam preservados no meio da demolição geral.

Os campos escolhidos para permanecer sob o domínio da razão foram, compreensivelmente, a Receita Federal, o Ministério da Defesa e a economia. A primeira, a mais indispensável de todas, porque não se faz uma revolução sem dinheiro, e ninguém jamais chegará a dominar o Estado por dentro se não consegue fazer com que ele próprio financie a operação. A administração relativamente sensata dos outros dois campos anestesiou e neutralizou preventivamente, com eficiência inegável, as duas classes sociais de onde poderia provir alguma resistência ao regime, como se viu em 1964: os militares e os empresários. Cachorro mordido de cobra tem medo de linguiça.

Como sempre

Diário do Comércio, 9 de outubro de 2012

Vivendo num país onde, malgrado a corrupção nas altas esferas, o empenho diário de evitar o mal e fazer a coisa certa ainda é uma realidade vivente no seio de tantas famílias e uma referência incontornável até mesmo para a mídia mais mentirosa e vendida, a degradação dos padrões de julgamento moral no Brasil surge aos meus olhos com uma clareza estonteante.

Notem bem: eu não disse padrões de conduta, disse padrões de julgamento. A prática do crime aí tornou-se tão normal e corriqueira que ela própria determina os critérios com que será julgada, nivelando tudo por baixo.

O bem, o heroísmo e a santidade desapareceram do repertório das possibilidades humanas, até mesmo imaginárias, de tal modo que as virtudes mais banais e obrigatórias se tornaram a medida máxima de aferição das ações, e o simples fato de um funcionário cumprir o regulamento basta para elevá-lo ao céu dos modelos divinos.

No julgamento do mensalão, todo mundo esperava que os juízes agissem da maneira usual, isto é, se deixassem vender. Como não fizeram isso, como não fizeram vista grossa àquilo que até um cego

podia enxergar com nitidez cristalina, foram instantaneamente transfigurados nas encarnações mais sublimes das virtudes pátrias, recebendo louvores que nunca foram concedidos a José Bonifácio de Andrada e Silva, ao Duque de Caxias ou ao beato José de Anchieta.

Não vai nisso, é claro, qualquer crítica ou tentativa de depreciar o desempenho de Suas Excelências. Quem está julgando errado não são os juízes, é a sociedade brasileira, que elevou a vigarice e o crime a símbolos convencionais da normalidade e já se deslumbra até o ponto do desvanecimento e do orgasmo quando alguém simplesmente se abstém de praticar a esperada sacanagem.

Nessa escala diminuída, não é de espantar que a própria extensão dos delitos cometidos e punidos tenha sido reduzida à sua medida mínima, como se fossem meros pecados individuais e não a expressão direta, racional e inevitável da estratégia política global que dirige o curso dos acontecimentos neste país desde há uma década.

Nenhum dos réus do processo agiu por conta própria, nem no seu interesse pessoal exclusivo. Todos tinham a consciência clara — e por isso mesmo, a seus próprios olhos, totalmente limpa — de trabalhar para a glória e o poder do seu partido, para a consolidação da hegemonia esquerdista, que se colocava acima das leis não por um desvio acidental, mas com o propósito deliberado de destruir o sistema vigente e legitimar, pelo hábito repetido, o império soberano de uma nova autoridade: o “poder onipresente e invisível” de que falava Antonio Gramsci.

Esquecer a dimensão estratégica desses crimes, usando as culpas individuais como cortina de fumaça para encobrir o plano global que os gerou, não é de maneira alguma fazer justiça: é inocentar o grande culpado, punindo em vez dele os seus colaboradores.

O fato é que nem os juízes, nem os analistas de mídia, nem os formadores de opinião em geral conhecem, seja os planos estratégicos da esquerda brasileira como um todo, seja, mais ainda, a tradição marxista que os inspira e determina. Todos julgam, assim, desde uma visão minimalista em que os detalhes aparecem soltos e o projeto maior permanece incólume por trás do sacrifício de seus estafetas e *office boys*.

Quem quer que tenha estudado um pouco de estratégia comunista — o que não é o caso de nenhum desses ilustres opinadores — sabe que a conduta do partido revolucionário se orienta com o propósito de usar temporariamente o direito burguês como instrumento não só para impor em nome dele um direito novo e antagônico, mas de apressar a desaparição de todo o direito, substituindo-o pelos decretos onipotentes da elite iluminada que comanda o processo.

Onde quer que um partido imbuído da ambição revolucionária de mudar a sociedade de alto a baixo ascenda ao poder, usando para isso os pretextos mais respeitáveis da moralidade convencional — como o fez o PT ao longo da sua fulgurante carreira de denunciador da corrupção alheia —, a imoralidade e o crime se imporão logo em seguida, não como desvios e aberrações, mas como instrumentos preferenciais para demolir o senso estabelecido da moral e da justiça e, na subsequente confusão geral das consciências, impor um novo padrão de julgamento, onde a vontade revolucionária é o critério supremo e único do bem e da verdade.

Tudo isso está ocorrendo bem diante dos olhos sonsos e cegos de uma opinião pública que não apenas se contenta, mas entra em êxtase quando o partido criminoso entrega à justiça seus agentes menores para preservar-se politicamente, limpando-se na sua própria sujeira, como sempre.

Depois do mensalão

Diário do Comércio, 17 de outubro de 2012

Agora que os mensaleiros estão no fundo do poço, não cessam de erguer-se vozes indignadas de

petistas, comunistas e socialistas fiéis que os condenam como oportunistas e traidores. Mas por que deveria algum líder ou militante ser atirado à execração pública pela simples razão de ter cumprido à risca a sua obrigação de revolucionário? Não é certo que a estratégia marxista-leninista ordena e determina não só atacar o Estado burguês desde fora, mas corrompê-lo desde dentro sempre que possível para em seguida acusá-lo de depravado e ladrão e substituí-lo pelo partido-Estado? Não é notório que, na concepção mais ampla e sutil de Antonio Gramsci, inspirador e guia da nossa esquerda há meio século, a corrupção do Estado não basta, sendo preciso estendê-la a toda a sociedade, quebrantar e embaralhar todos os critérios morais e jurídicos para que, na confusão geral, só reste como último símbolo de autoridade a vontade de ferro da vanguarda partidária? Não é óbvio e patente que, se na perspectiva gramsciana o Partido é "o novo *Príncipe*", ele tem a obrigação estrita de seguir os ensinamentos de Maquiavel, usando da mentira, da trapaça, da extorsão, do roubo e do homicídio na medida necessária para concentrar em si todo o poder, derrubando pelo caminho leis, instituições e valores?

Na perspectiva marxista, nenhum dos artífices do mensalão fez nada de errado, exceto o crime hediondo de deixar-se descobrir no final, pondo em risco o que há de mais intocável e sagrado: a boa imagem do Partido e da esquerda em geral.

Para não perceber uma coisa tão evidente, é preciso desviar os olhos para os aspectos mais periféricos e folclóricos do episódio, apagando da memória a essência, a natureza mesma do crime cometido. Que foi, afinal, o mensalão? Uma gigantesca operação de compra de consciências. E para quê as consciências foram compradas? Para enriquecer os srs. José Dirceu, Genoíno, Valério e mais alguns outros? De maneira alguma. Foram compradas para neutralizar o Legislativo e concentrar todo o poder nas mãos do Executivo, portanto do Partido dominante. Que pode haver de mais leal, de mais coerente com a tradição marxista?

Toda a geração que, cinquentona ou sessentona, chegou ao poder nas últimas décadas foi educada num sistema moral onde as culpas pessoais são insubstantivas em si mesmas, dependendo tão somente da cor política e transmutando-se em virtudes tão logo tragam vantagem ao "lado certo" do espectro ideológico. Bem ao contrário: segundo o que essa gente aprendeu desde os tempos da universidade, qualquer concessão à "moral burguesa", se não é útil como jogo de cena provisório, é delito maior que a consciência revolucionária não pode tolerar. Nessa ótica, que pode haver de mau ou condenável em juntar dinheiro por meios ilícitos para comprar consciências burguesas e forçá-las a trabalhar, *volens nolens*, para o Partido Príncipe? Uma vez que se abandonou a via da revolução armada — não por reverência ante a vida humana, mas por mera oportunidade estratégica —, que outro meio existe de instaurar a "autoridade onipresente e invisível" senão a corrupção sistemática dos adversários e concorrentes?

Não faltará quem, movido pela incapacidade geral brasileira de conceber que um político, ao meter-se em tal embrulho, o faça movido por ambições muito mais vastas que o mero desejo de dinheiro, levante aqui a objeção: mas os mensaleiros não ficaram ricos?

Ficaram, é claro, mas desejariam vocês que depositassem todo o dinheiro sujo na conta do Partido, atraindo suspeitas sobre a própria organização em vez de protegê-la sob suas contas pessoais como bons agentes e testas de ferro? Ou desejariam que, de posse de imensas quantias, continuassem levando existências modestas, dando a entender que eram apenas paus-mandados em vez de expor-se como vigaristas autônomos e bandidos comuns sem cor política, que é como agora são vistos por uma opinião pública supremamente inculta, sonsa e — novamente — ludibriada?

Pois induzir o povo a vê-los exatamente assim, salvaguardando a boa reputação do esquema de poder partidário que os criou e ao qual serviram, é precisamente o objetivo de toda essa corja de moralistas improvisados que agora os cobre de impropérios em nome da pureza e idoneidade da esquerda.

Os mensaleiros não são, é claro, bodes expiatórios inocentes. São culpados parciais incumbidos de pagar sozinhos pela culpa geral de uma organização que há trinta anos vem usando do discurso moral, com notável eficiência, como disfarce e instrumento do crime.

Os que agora tentam se limpar neles são ainda piores. Pois o que fazem é tentar levar o povo a esquecer que os mensaleiros de hoje são os moralistas de ontem, os mesmos que, nas CPIs dos anos 1990, brilharam como paladinos da lei e da ordem, enquanto já iam preparando, sob esse manto cor-de-rosa, o esquema de poder monopolístico do qual o mensalão viria ser nada mais que instrumento. E para que fariam isso, se não fosse para aplanar o terreno para novos e maiores crimes?

Se os indignados porta-vozes do antimensalismo esquerdista tivessem um pingo de sinceridade, teriam se insurgido, anos atrás, contra o acobertamento petista das Farc, organização terrorista e assassina, perto de cujos crimes o mensalão se reduz às proporções de um roubo de picolés num carrinho da Kibon. Como não o fizeram, a narcoguerrilha colombiana cresceu até tornar-se, sob a proteção do Foro de São Paulo, a maior distribuidora de drogas no mundo, prestes a receber do sr. Juan Manuel Santos, sabe-se lá em troca de quê, as chaves do poder político.

Notas

* Leiam *The Manchurian President*, de Aaron Klein, e digam se estou exagerando.

** No volume “Diagnóstico do nosso tempo”, Zahar.

1. N. do Org.: O texto é de 2010. O Brasil voltaria à sétima posição em 2012, segundo levantamento da Economist Intelligence Unit (EIU).

2. N. do Org.: O episódio do “menino do MEP” foi revelado em 2009 pelo colunista César Benjamin, que ajudou a fundar o PT, do qual se desfiliou em 1995. Em 1994, segundo ele, durante um almoço em São Paulo, “Lula puxou conversa: ‘Você esteve preso, não é Cesinha?’ ‘Estive.’ ‘Quanto tempo?’ ‘Alguns anos...’, desconversei (raramente falo nesse assunto). Lula continuou: ‘Eu não aguentaria. Não vivo sem boceta’. Para comprovar essa afirmação, passou a narrar com fluência como havia tentado subjugar outro preso nos trinta dias em que ficara detido. Chamava-o de ‘menino do MEP’, em referência a uma organização de esquerda que já deixou de existir. Ficara surpreso com a resistência do ‘menino’, que frustrara a investida com cotoveladas e socos” [César Benjamin, “Os filhos do Brasil”, *Folha de S. Paulo*, 27 de novembro de 2009 — http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2711200908.htm]. Junto com outros sindicalistas, Lula passara 31 dias preso no Dops, em São Paulo, em 1980, por liderar greves no ABC paulista. O ‘menino do MEP’ seria João Batista dos Santos, ex-metalúrgico que morou e militou em São Bernardo.

3. N. do Org.: Ver: www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/2o-semestre/02-07-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-reuniao-do-conselho-de-cupula-do-mercosul/download.

4. N. do Org.: “A existência de uma ligação profunda, constante e solidária entre o PT e as Farc é um fato tão bem comprovado que quem quer que insista em negá-la só pode ser parte interessada na manutenção do segredo ou então um mentecapto incurável” [Olavo de Carvalho, “O perigo sou eu”, *Diário do Comércio*, 24 de setembro de 2007 — http://www.olavodecarvalho.org/semana/070924dc.html].

5. N. do Org.: Ver “Qualquer coisa e o sr. Summa”, artigo de Olavo de Carvalho publicado em *O Globo*, em 19 de outubro de 2002, e disponível no link: http://www.olavodecarvalho.org /semana/10192002globo.htm.

6. N. do Org.: “Faço pedidos de cedência protocolares, mas nomeação eu não faço”, afirmou em 5 de agosto de 2010 a então candidata do PT à presidência Dilma Rousseff, explicando que ordenar a contratação não é a mesma coisa que nomear. Dilma era ministra-chefe da Casa Civil em 2006, quando o Ministério da Pesca e Aquicultura empregou a esposa de Medina, Angela Maria Slongo.

7. N. do Org.: Ver a reportagem “ *‘Chupeta’ delató plan para secuestrar a un hijo de Lula* ”, no site do jornal colombiano *El Tiempo*, disponível no link: *http://www.eltiempo.com/justicia/chupeta-frustro-plan-de-secuestro-de-hijo-de-lula_8731901-4*.

8. N. do Org.: Em vídeo de 2012 em apoio a Chávez, Lula disse ainda o seguinte: “Em 1990, quando criamos o Foro de São Paulo, nenhum de nós imaginava que em apenas duas décadas chegaríamos onde chegamos. Naquela época, a esquerda só estava no poder em Cuba. Hoje, governamos um grande número de países e, mesmo onde ainda somos oposição, os partidos do Foro têm uma influência crescente na vida política e social. Os governos progressistas estão mudando a face da América Latina. (...) Em tudo que fizemos até agora, que foi muito, o Foro e os partidos do Foro tiveram um grande papel que poderá ser ainda mais importante se soubermos manter a nossa principal característica: a unidade na diversidade. (...) Sob a liderança de Chávez, o povo venezuelano teve conquistas extraordinárias, as classes populares nunca foram tratadas com tanto respeito, carinho e dignidade. (...) Tua vitória será a nossa vitória.” O vídeo com a mensagem completa pode ser encontrado em diversos endereços no Youtube, como, por exemplo: http://www.youtube.com/watch?v=tD4mfCnugXo.

9. N. do Org.: Para uma explicação mais detalhada do “Estado ético”, ver Olavo de Carvalho, *A nova era e a revolução cultural*, Instituto de Artes Liberais/Stella Caymmi Editora, 1994; disponível no link: http://www.olavodecarvalho.org/livros/negramsci.htm.

10. N. do Org.: Ver nota no artigo “Aguardem o pior”, no capítulo *Intelligentzia*.

11. N. do Org.: Ver “Quem foi que inventou o Brasil?”, no capítulo *Revolução*.

12. N. do Org.: “O PT é um partido ladrão porque é um partido revolucionário, filiado a uma tradição de amoralismo maquiavélico que, pelo menos desde a Revolução Francesa, com intensidade crescente desde a Primeira Internacional de 1864 e mais ainda desde a fundação do Partido Social-democrata de Lenin, sempre achou que era de seu direito, e até da sua obrigação, financiar a si próprio por meio de assaltos, de sequestros, de extorsões, de desvio de dinheiro público, bem como de uma infinidade de negócios capitalistas legais e ilegais, cujo volume total faria inveja a seus mais reacionários inimigos burgueses. (...) Revoluções custam caro. O revolucionário Parvus, que enriqueceu com mil e um negócios na Turquia, já ensinava em 1914: ‘A melhor maneira de derrubar o capitalismo é nós mesmos nos tornarmos capitalistas.’ Não foi o Lulinha quem descobriu essa fórmula. (...) Os ricos não serão destruídos pelos pobres. Serão destruídos pelos mais ricos” [Olavo de Carvalho, “PT, o partido dos ricos”, *Diário do Comércio*, 21 de janeiro de 2008 — http://www.olavodecarvalho.org/semana/080121dc.html].

FEMINISMO

Breve história do machismo

Jornal da Tarde, 16 de agosto de 2001

As mulheres sempre foram exploradas pelos homens. Se há uma verdade que ninguém põe em dúvida, é essa. Dos solenes auditórios de Oxford ao programa do Faustão, do Collège de France à Banda de Ipanema, o mundo reafirma essa certeza, talvez a mais inquestionada que já passou pelo cérebro humano, se é que realmente passou por lá e não saiu direto dos úteros para as teses acadêmicas.

Não desejando me opor a tão augusta unanimidade, proponho-me aqui arrolar alguns fatos que podem reforçar, nos crentes de todos os sexos existentes e por inventar, seu sentimento de ódio ao macho heterossexual adulto, esse tipo execrável que nenhum sujeito a quem tenha acontecido a desventura de nascer no sexo masculino quer ser quando crescer.

Nosso relato começa na aurora dos tempos, em algum momento impreciso entre Neanderthal e Cro-Magnon. Nessas eras sombrias, começou a exploração da mulher. Eram tempos duros. Vivendo em tocas, as comunidades humanas eram constantemente assoladas pelos ataques das feras. Os machos, aproveitando-se de suas prerrogativas de classe dominante, logo trataram de assegurar para si os lugares mais confortáveis e seguros da ordem social: ficavam no interior das cavernas, os safados, fazendo comida para os bebês e penteando os cabelos, enquanto as pobres fêmeas, armadas tão somente de porretes, saíam para enfrentar leões e ursos.

Quando a economia de coleta foi substituída pela agricultura e pela pecuária, novamente os homens deram uma de espertinhos, atribuindo às mulheres as tarefas mais pesadas, como a de carregar as pedras, domar os cavalos, abrir sulcos na terra com o arado, enquanto eles, os folgadinhos, ficavam em casa pintando potes e brincando de tecelagem. Coisa revoltante.

Quando os grandes impérios da Antiguidade se dissolveram, cedendo lugar aos feudos perpetuamente em guerra uns com os outros, estes logo constituíram seus exércitos particulares, formados inteiramente de mulheres, enquanto os homens se abrigavam nos castelos e ali ficavam no bem-bom, curtindo os poemas que as guerreiras, nos intervalos dos combates, compunham em louvor de seus encantos varonis.

Quando alguém teve a extravagante ideia de cristianizar o mundo, tornando-se necessário para tanto enviar missionários a toda parte, onde arriscavam ser empalados pelos infiéis, esfaqueados pelos salteadores de estradas ou trucidados pelo auditório entediado com os seus sermões, foi novamente sobre as mulheres que recaiu o pesado encargo, enquanto os machos ficavam maquiavelicamente fazendo novenas ante os altares domésticos.

Idêntica exploração sofreram as infelizes por ocasião das cruzadas, onde, armadas de pesadíssimas armaduras, atravessaram os desertos para ser passadas a fio d’espada pelos mouros (ou antes, pelas mouras, já que o machismo dos sequazes de Maomé não era menor que o nosso). E as grandes navegações, então! Em demanda de ouro e diamantes para adornar os ociosos machos, bravas navegantes atravessavam os sete mares e davam combate a ferozes indígenas que, quando as comiam, era — porca miséria! — no sentido estritamente gastronômico da palavra.

Finalmente, quando o Estado moderno instituiu o recrutamento militar obrigatório, foi de mulheres que se formaram os exércitos estatais, com pena de guilhotina para as fujonas e recalcitrantes, tudo para que os homens pudessem ficar em casa lendo *A princesa de Clèves*.

Há milênios, em suma, as mulheres morrem nos campos de batalha, carregam pedras, erguem edifícios, lutam com as feras, atravessam desertos, mares e florestas, sacrificando tudo por nós, os ociosos machos, aos quais não sobra nenhum desafio mais perigoso que o de sujar nossas mãozinhas nas fraldas dos nossos bebês.

Em troca do sacrifício de suas vidas, nossas heroicas defensoras não têm exigido de nós senão o

direito de falar grosso em casa, de furar umas toalhas de mesa com pontas de cigarros e, eventualmente, de largar um par de meias no meio da sala para a gente catar.

A era dos masturbadores

Lido no programa *True Outspeak* de 24 de outubro de 2012

Noticiando o sucesso de um filme recente sobre a invenção do vibrador elétrico, o UOL informa a seus leitores, com candura admirável, que o referido utensílio “contribuiu para a independência sexual das mulheres”.*

Ninguém em seu juízo perfeito porá em dúvida que o masturbador solitário, de ambos os sexos, com ou sem aparelhos, é fisicamente independente da presença de um parceiro. Isso é assim — como direi? — por definição.

O que chama a atenção no texto é que dá a essa obviedade banal a acepção positiva de um passo histórico em direção à liberdade das mulheres, sem notar que, pelo mesmo raciocínio, as vaginas de borracha e as bonecas infláveis devem ter exercido idêntico influxo libertador sobre a parcela masculina da espécie humana. A perfeição da liberdade, nessa perspectiva, será alcançada quando homens e mulheres, separados e fechados nos seus respectivos quartos ou banheiros, se entregarem às delícias da intimidade romântica com objetos industriais comprados em *sex shops*. Nem vejo motivo para que tão paradisíaco estado de coisas não se estenda também aos homossexuais, de modo que as mulheres, que se livraram dos homens, se livrem também de outras mulheres, e os homens de outros homens. Os encontros românticos serão combinados na seguinte base: “Eu não a procuro, você não me telefona, quem acordar primeiro volta a dormir e quem chegar primeiro vai embora.”

O redator do UOL poderá jurar que foi apenas um *lapsus linguae*, uma frase infeliz. Pode ser, mas qual ato falho freudiano o levou a produzi-la? Foi sem dúvida a confusão, hoje em dia endêmica, entre sexo e sensação orgásmica. A relação sexual, na plenitude do termo, só se perfaz no contato entre a mucosa de um pênis e a de uma vagina no interior desta última. Acrescentando mais um elo a uma cadeia genética que vem desde o princípio dos tempos, esse ato transfigura dois seres humanos em agentes criadores na história da espécie biológica e traz consigo implicações bioquímicas — e até alquímicas — que lhe dão, literalmente, um sentido cósmico. As emoções profundas do ato sexual têm aí a sua raiz primeira, e amputadas dela reduzem-se a nada mais que um teatro mental, ora mais, ora menos sofisticado. O orgasmo solitário é uma sensação subjetiva, experimentada num corpo isolado, que na melhor das hipóteses pode imitar em fantasia as glórias da relação sexual plena, sem se aproximar delas senão no sentido em que um signo indica a coisa significada. O mesmo aplica-se, *mutatis mutandis*, a qualquer relação sexual que bloqueie propositadamente a possibilidade da reprodução. Eu seria o último a desejar fazer aqui um discurso moralista contra essas variações, mas, na estrita realidade dos fatos, todas elas só são “sexo” em sentido figurado, subjetivo e lúdico, isolado artificialmente da realidade cosmobiológica que o embasa, assim como o gosto de um alimento pode ser imitado com perfeição por um simulacro sem função nutritiva.

Acontece que, na nossa época, a maioria das pessoas jovens só teve contato íntimo com o sexo oposto por meio de uma película de látex concebida precisamente para reduzir o ato sexual à sua sensação subjetiva, isolando-o do seu substrato bioquímico e cósmico. É, por assim dizer, o sexo abstrato, seletivamente recortado para que os seus aspectos sociais e lúdicos prevaleçam sobre a realidade substantiva da condição sexuada.

No sexo assim vivenciado, a presença ou ausência de um parceiro se torna mera conveniência de momento ou, na perspectiva do UOL, uma casualidade irrelevante. Todas as relações sexuais

reduziram-se, no fim das contas, à masturbação, e o advento de *gadgets* que a facilitam se torna uma compensação mais que suficiente para a falta de parceiros. Quando Karl Kraus disse que "às vezes a mulher chega até a ser um substitutivo satisfatório da masturbação", não imaginava que em poucas décadas a piada se transmutaria em realidade universal.

Mas o que são esses *gadgets*, em comparação com a internet? O grosso da circulação na rede constitui-se de exibições erótico-pornográficas que dispensam o masturbador solitário até mesmo de qualquer esforço imaginativo. Os parceiros já não estão separados por uma película de látex, nem mesmo por uma diferença de distrito postal, mas por distâncias transcontinentais só transpostas por sinais eletrônicos.

É natural que, nesse quadro, o senso da relação sexual concreta desapareça e a palavra "sexo" passe a significar qualquer coisa que facilite o acesso a sensações orgásmicas. Que semelhante processo venha acompanhado da infantilização das massas não é mera coincidência.

A origem dessas confusões está ligada, evidentemente, ao sucesso das reivindicações feministas, gayzistas[1] e similares. Muitas dessas reivindicações são justas. Como sabemos que o são? Sabemos disso porque temos princípios universais do bem e da justiça, que podem ser aplicados aos casos particulares, mesmo raros e excepcionais. Mas, quando esses princípios desaparecem do cenário cultural, e no seu lugar as exigências de grupos específicos assumem o papel de mandamentos universais, a desorientação das consciências segue-se necessariamente e instaura, em nome de pretextos parcialmente justos, a injustiça geral, que acaba por se tornar indiscernível da justiça autêntica. É então que as pessoas começam a pensar — e escrever — como o redator do UOL.

A técnica da opressão sedutora

Diário do Comércio, 19 de dezembro de 2011

Hoje em dia, nos EUA, um pai de família pode ser expulso de casa, proibido de ver os filhos e obrigado a pagar quase todo o seu salário em pensão de alimentos sem que haja uma só prova de que fez ou pensou em fazer qualquer coisa de errado. Basta que sua mulher diga à polícia — sem uma testemunha sequer — que ele ameaçou surrá-la ou abusar das crianças. Quando o infeliz é avisado de que tem 24 horas para sair do pedaço e ver sua vida desfazer-se no ar como fumaça, vai ao delegado e reclama que não é justo ser condenado sem o mínimo direito de defesa. E a autoridade, com o ar mais tranquilizante do universo, responde: "Meu amigo, não há necessidade de defesa, pois o senhor não está sendo acusado de nada. É apenas uma medida cautelar — que pode, é verdade, ser renovada indefinidamente e durar pelo resto da sua porca vida. O senhor só será preso se violar a ordem, tentando encontrar-se com seus filhos fora dos horários prescritos (se algum há), passando perto da sua antiga casa num raio de, digamos, 2 quilômetros, ou se metendo a besta caso a sua digníssima, liberta da sua opressiva presença, vá para a cama com um, dois ou 15 homens. Passe bem."

Cinquenta por cento das crianças americanas vivem sem um dos pais — quase sempre o pai. Uma das consequências diretas é o aumento exponencial dos casos de pedofilia doméstica, onde as estatísticas mostram que o culpado é quase que invariavelmente o namorado da mãe. Nas universidades, os discípulos de Georg Lukács e Theodor Adorno esfregam as mãos, excitadíssimos, vendo cumprir-se sem maiores dificuldades, e com o comovido apoio do bom-mocismo protestante e católico, o projeto marxista de destruição da família, que seus mestres viam como condição indispensável ao triunfo do socialismo.

Tudo isso começou com os ares mais inofensivos que se pode imaginar, como campanha de proteção à mulher contra a "opressão machista". Quem, em sã consciência, seria contra uma coisa

dessas? Pouco a pouco, à medida que adquire força de lei, a providência humanitária vai ampliando seu raio de alcance até transformar-se num pesadelo, num instrumento de opressão mil vezes pior do que os males que lhe serviram de pretexto, porque agora é oficial e se sustenta no poder da polícia, dos tribunais, do sistema educacional e da propaganda maciça que demoniza os acusados a ponto de ninguém ter mais a coragem de dizer uma palavra em favor deles. E os resultados sociais catastróficos? São explicados como efeitos de outras causas, que por sua vez dão motivo a novas medidas humanitárias, entregando cada vez mais a grupos ativistas cínicos o monopólio da autoridade moral e estendendo ilimitadamente o poder de intervenção da burocracia estatal na vida privada. O problema é, por exemplo, a pedofilia? Acusa-se a educação católica (embora o número de pedófilos entre os padres seja menor do que em qualquer outro grupo de educadores) e, com um pouco de jeito, persuade-se até o papa a se prosternar ante a mídia vociferante. Os meninos criados sem um pai são inseguros, tímidos, fracos? Ótimo. Com alguma lábia, são levados a crer que são transexuais latentes, inadaptados, coitadinhos, no meio social machista. São turbulentos, antissociais? Melhor ainda. Eis a prova de que a sociedade capitalista é intrinsecamente violenta, geradora de brutalidades. E assim por diante. Cada novo efeito maléfico da guerra cultural já traz preparada, de antemão, uma teoria engenhosa que lança as culpas sobre a família, a religião, a cultura, o capitalismo — sobre tudo e sobre todos, exceto os autores do efeito, os ativistas pagos com dinheiro dos contribuintes para planejar, nas universidades, a destruição meticulosa e sistemática da sociedade.

A técnica é sempre a mesma. Primeiro, descobre-se um grupo social descontente e designam-se os culpados, produzindo-se contra eles uma tempestade de livros, filmes, teses universitárias, programas de TV, artigos de jornal, conferências, debates, o diabo. Apontados em público, olhados com suspeita pela vizinhança, os membros do grupo acusado começam a achar prudente marcar distância dele, mudando de vocabulário, de atitudes, e por fim juntando sua voz ao coro dos acusadores, para maior verossimilhança da conversão. Ato contínuo, concebem-se leis e medidas administrativas para amarrar as mãos dos malvados e, depois, puni-los. Vitoriosa a batalha legislativa, começa a etapa decisiva: “ampliar a democracia”, estender a área de aplicação dos “direitos” conquistados até que, dialeticamente, se convertam em meios de opressão estatal contra os quais já nada se poderá dizer sem incorrer, *ipso facto*, em suspeita de reacionarismo nostálgico dos velhos males, já superados, “incompatíveis com o alto estágio de civilização em que nos encontramos”.

O circuito é tão repetitivo que suas vítimas só não o percebem com clareza porque, no decorrer do processo, foram consentindo em cortar suas próprias línguas e só falar na linguagem de seus acusadores, tornando-se, automaticamente, incapazes de se proteger. No Brasil, a CNBB, enfatizando seu horror a “toda discriminação” no instante mesmo em que move débil oposição à PL-122,[2] é o exemplo mais claro no momento.

Pensem nisso quando se sentirem tentados a crer que as leis “anti-homofóbicas” têm algo a ver com os direitos humanos dos homossexuais ou de quem quer que seja. Têm a ver, isto sim, com a supressão da liberdade de consciência, inclusive a dos próprios homossexuais que desejarem permanecer cristãos e, amanhã ou depois, defender seu simples direito de pensar — como o pensaram Oscar Wilde, Julien Green, Octávio de Faria, Lúcio Cardoso, Cornélio Penna e tantos outros homossexuais ilustres — que aquilo que fazem na cama, embora lhes pareça irresistível e sumamente delicioso, é um pecado.

Notas

* Ver http://cinema.uol.com.br/ultnot/afp/2011/09/16/filme-sobre-a-invencao-do-vibrador-rouba-a-cena-no-festival-de-toronto.jhtm.

1. N. do Org.: Sobre o *Gayzismo*, ver o capítulo homônimo.

2. N. do E.: O Projeto de Lei nº 122, de 2006, em tramitação no Congresso Federal, tem por objetivo criminalizar a homofobia. Seu programa muito abrangente, extenso e pouco preciso, mobiliza críticos que identificam na proposta riscos à liberdade de expressão.

GAYZISMO

Ódio à realidade

Jornal do Brasil, 17 de maio de 2007

O sexo anal pode dar câncer no reto; o oral, câncer na garganta. Excluída a masturbação, que não exige parceiros, eis aí esgotado, com riscos incomparavelmente mais altos que os do abominado tabaco, o rol dos contatos sexuais possíveis numa relação gay. Que haverá nisso de tão excelso para que toda crítica a essas atividades seja proibida por lei?

Decerto estou mais disposto a defender o direito de os senhores parlamentares se entregarem a esses perigosos afazeres do que eles a me deixar acender um único cigarro nas áreas cada vez mais vastas onde o proíbem.

O que não posso entender é que atos prejudiciais à saúde devam ser considerados mais dignos de proteção oficial do que a boa e velha relação conjugal da qual todos nascemos, a ponto de a simples afirmação da superioridade desta última ser condenada como uma abominação e um crime. Afinal, não é possível fazer sexo oral ou anal sem ter nascido, nem muito menos nascer mediante uma dessas práticas, ao passo que o nascimento as antecede de muitos anos e independe delas por completo. Entre as diversas atividades sexuais, aquela da qual deriva a continuidade da espécie humana tem manifesta prioridade sobre as que se destinam somente a fins lúdicos ou deleitosos, por mais interessantes que estas pareçam a seus aficionados.

Não posso crer que meu pai teria agido melhor se em vez de depositar seu esperma no ventre da minha mãe ele o injetasse no conduto retal do vizinho, de onde o referido líquido iria para a privada na primeira oportunidade. Nem há como imaginar que essas duas hipóteses sejam tão nobres e respeitáveis uma quanto a outra. Por mais que à luz da doutrina gay isto soe até presunçoso, não posso admitir que eu e um cocô sejamos resultados igualmente desejáveis e valiosos de uma relação sexual. Nem suponho que os próprios senhores parlamentares mereçam esse radical nivelamento, ainda que muitos se esforcem para alcançá-lo.

Tudo isso é bastante evidente, e o deputado Clodovil Hernandes[1] é a prova de que não é preciso ser heterossexual para admiti-lo.[2] Se a afirmação do óbvio está em vias de se tornar crime, é porque o ódio do movimento gay não se volta contra injustiças e perseguições reais (infinitamente menores, em todo caso, do que aquelas sofridas pelos cristãos e judeus), mas contra a razão, a lógica, o bom senso e a civilização. Culturalmente, a ideologia gay nasce de correntes de pensamento que professam destruir a “tirania do logos” e instaurar, em lugar da ordem racional, a pura vontade de poder de um ativismo prepotente e chantagista.

Cada vez que um de seus porta-vozes, como uma nova Rainha de Copas, ordena que todos se prosternem diante de exigências absurdas, sabe que não está combatendo “a homofobia”, mas a estrutura da realidade ou, em termos religiosos, o Verbo divino. Só a opção total pela irracionalidade explica que, sob a alegação de proteger uma comunidade contra a mera opinião alheia, se busque submeter a novas perseguições judiciais outras comunidades que não estão expostas ao simples risco de ouvir palavras desagradáveis, mas de morrer em campos de extermínio.

Consequências mais que previsíveis

Diário do Comércio, 4 de junho 2007

Como não cabe ao analista político dizer às pessoas o que devem ou não fazer nas suas vidas privadas, nunca escrevi uma linha a favor ou contra as práticas homossexuais ou qualquer outra conduta erótica existente ou por inventar. Escrevi, sim, contra o movimento gay como fórmula ideológica e projeto de

poder. Isso bastou para que fosse rotulado de “homofóbico” vezes sem conta. Conclusão: se estivesse em vigor a lei maldita que o nosso Parlamento quer aprovar, eu iria para a cadeia por conta de opiniões políticas.

Na verdade, a lista de atitudes humanas puníveis como “homofóbicas” é bem variada. Ela abrange:

1) Citações da Bíblia ou de livros sagrados de qualquer religião que façam objeções morais ao homossexualismo.

2) Opiniões médicas, psiquiátricas e psicoterapêuticas que ponham em dúvida, de maneira mais ou menos explícita, a sanidade da conduta homossexual. Isso inclui obras clássicas de Freud, Adler, Szondi, Frankl e Jung, entre outros.

3) Manifestações pessoais de repulsa física ante o homossexualismo, emoção tão espontânea e irreprimível quanto o próprio desejo homossexual. (Inversa e complementarmente, a repulsa do homossexual pela sexualidade hetero, ou até por variantes homossexuais que não coincidam com a sua, como por exemplo a repulsa dos gays machões pelos travestis e transexuais, não apenas será considerada lícita mas estará sob a proteção da lei, condenando-se como “homofóbica” toda objeção que se lhe apresente ou, mais ainda, toda tentativa de reprimi-la. Ou seja: o direito à repulsa sexual será monopólio exclusivo da comunidade gay.)

4) Expressões verbais populares, de uso espontâneo e irreprimível, consideradas depreciativas e anti-homossexuais.

5) Piadas e gracejos que mostrem a conduta homossexual sob um ângulo risível.

6) Opiniões políticas contrárias aos interesses do movimento gay, que já são e serão cada vez mais necessariamente interpretadas como adversas aos direitos da comunidade homossexual.

7) Análises sociológicas, históricas ou estatísticas que ponham em evidência qualquer conduta negativa da comunidade gay. Essas análises já estão praticamente excluídas do universo cultural decente. A lei vai proibi-las por completo.

8) Qualquer resistência que um pai ou mãe de família oponha à doutrinação homossexual de seus filhos nas escolas ou à participação deles em grupos e entidades homossexuais.

9) Qualquer tentativa de impedir ou reprimir, por atos ou palavras, as expressões públicas de erotismo gay, discretas ou ostensivas, moderadas ou extremas, mesmo diante de crianças ou em lugares consagrados ao culto religioso.

10) Qualquer observação casual, feita no escritório, na rua ou mesmo em casa (se houver testemunhas), que possa ser considerada desairosa aos homossexuais ou ao movimento gay. Isso inclui a simples expressão de satisfação que um cidadão possa ter por ser heterossexual.

A lei, enfim, criminaliza e pune com pena de prisão inumeráveis condutas consideradas normais, legítimas, aceitáveis e até meritórias pela quase totalidade da população brasileira. E não pensem que ficará no papel. Neste momento já estão sendo organizados grupos de olheiros — espalhados primeiro nas escolas, depois em toda parte — para vigiar, delatar e punir os dez tipos de conduta acima assinalados.

As consequências mais que previsíveis da aprovação dessa lei são tão portentosas e ilimitadas que a maioria dos cidadãos tem dificuldade de concebê-las, limitando-se a apreender por alto suas aparências mais superficiais e patentes, se não a tratar o assunto com leviana indiferença. Mas essas consequências podem ser resumidas da seguinte maneira: com um só golpe de caneta, um grupo militante organizadíssimo, fartamente subsidiado do exterior, associado aos partidos de esquerda e agindo em consonância com a estratégia geral que os orienta, terá conquistado uma quantidade de poder policial discricionário tão vasta e ameaçadora quanto se poderia obter mediante um golpe de Estado ou uma revolução. Dotado do aparato jurídico necessário para aterrorizar toda oposição, reduzi-la a um silêncio humilhante, marginalizá-la e transformá-la em socialmente inoperante, esse grupo terá se tornado, nas mãos da aliança esquerdista que nos governa, mais um poderoso

instrumento de controle social e político somando-se à polícia fiscal, à ocupação do território pelos "movimentos sociais", ao domínio hegemônico sobre as instituições de cultura e ensino, e às campanhas policiais *soi disant* moralizantes, que só atingem sempre os desafetos da esquerda ou bandos criminosos menores, politicamente inócuos, jamais os agentes das Farc, os verdadeiros grão-senhores do crime no continente, cada vez mais ostensivamente protegidos pelo *establishment* petista.

Na verdade, o movimento gay não precisou esperar pela aprovação da lei para fazer sentir o peso das suas ambições policialescas sobre os que ousaram contestar sua pretensa autoridade. O assédio judicial a D. Eugênio de Araújo Sales,[3] os esforços de gayzistas e simpatizantes para destruir a carreira, a família e até a alma do escritor Júlio Severo e a repetição do mesmo procedimento contra o pastor catarinense Ademir Kreuzfeld* mostram que não faltam armas à elite gay para perseguir, amedrontar e marginalizar seus adversários, quanto mais para defender-se dos perigos imaginários que a ameaçam. A nova lei é material bélico excedente, só utilizável em eventuais demonstrações de força perfeitamente supérfluas.

Que tão avassaladora ascensão do autoritarismo seja necessária para proteger os pobrezinhos homossexuais contra piadas, gracejos e citações da Bíblia é um argumento tão risível que somente um idiota completo ou um mentiroso desavergonhado poderia fazer uso dele num debate sério.

Pior ainda é a alegação de violência contra os homossexuais. Já expliquei o que o simples uso do termo "homofóbico" contra os adversários do movimento gay tem de maquiavélico, de perverso, de criminoso. Mas ao delito semântico acrescenta-se ainda a perversão aritmética. Entre os 50 mil brasileiros assassinados anualmente, o movimento gay não tem conseguido apontar mais de dez ou doze indivíduos que o teriam sido — se é que o foram — por motivos "homofóbicos". Pretender que a fúria anti-homossexual seja um fato social alarmante e epidêmico, necessitado de legislação especial e drástica, é nada mais que uma farsa cínica, um estelionato parlamentar que, houvesse na política brasileira um pingo de racionalidade e decência, custaria a seus autores a perda do mandato por falta de decoro, por uso indevido do Congresso como instrumento para servir a ambições grupais injustificáveis.

Muito maior que o número de vítimas fatais da "homofobia" é o de homossexuais assassinos, um fato óbvio que a mídia esconde sistematicamente, reforçando o engodo legislativo com a fraude jornalística. E digo que é óbvio por um motivo ainda mais óbvio. Não sendo racionalmente aceitável que a porcentagem de homossexuais seja muito diferente entre os criminosos e a população honesta, a alegação usual do movimento gay de que esta última quota é de 5 a 10% nos levaria necessariamente a alguns milhares de homossexuais assassinos, sem contar os homossexuais ladrões, os homossexuais traficantes e, evidentemente, os homossexuais chantagistas parlamentares.

Mas nem esse cálculo seria preciso para desmascarar a fachada protetiva com que a lei se apresenta. Um dos traços mais salientes do movimento gay é seu esforço de combater a discriminação onde ela não existe e de ignorá-la por completo onde existe. No Irã, o homossexualismo é punido com a pena de morte. Vocês já viram a liderança gay organizar um protesto internacional contra isso? Ao contrário, alia-se às demais forças de esquerda para defender a ditadura dos aiatolás contra o "imperialismo ianque". Em Cuba, os homossexuais e travestis são considerados casos de polícia, e quando pegam Aids são isolados para sempre da sociedade. A elite gayzista não apenas se abstém de protestar contra esse tratamento desumano, mas também não quer que ninguém proteste. Recentemente, um documentário sobre a condição humilhante dos homossexuais em Cuba foi excluído de um festival em Nova York — por exigência da militância gay.

Em compensação, nos EUA e na Europa ocidental, onde os gays têm um lugar privilegiado na sociedade e a prática do homossexualismo é uma tradição elegante entre o *beautiful people* pelo menos desde a década de 1920, o clamor por legislações que criminalizem toda crítica à conduta homossexual vem num tom de quem advogasse medidas de emergência para salvar a comunidade gay

de um genocídio iminente.

No Brasil — uma das sociedades mais permissivas do planeta, onde homossexuais declarados ocupam cadeiras no Parlamento sob aplausos gerais, onde as vovós assistem a shows de travestis na TV junto com seus netinhos e onde um espetáculo público de carícias lésbicas entre a esposa de um governador e a de um ministro não suscita o menor escândalo na mídia —, a gritaria "anti-homofóbica" dá a impressão de que os homossexuais estão sendo abatidos a tiros, nas ruas, por um exército de talibãs cristãos.

Ao longo das últimas décadas, à medida que toda resistência moralista à conduta homossexual cedia lugar à compreensão generosa e à aceitação incondicional, as reivindicações do movimento gay no Ocidente vieram num crescendo, exigindo primeiro a equiparação moral de suas práticas com o casamento heterossexual,[4] depois o ensino do homossexualismo nas escolas infantis, por fim as penas da lei para padres, pastores e rabinos que citem os versículos da Bíblia contrários ao homossexualismo.

O contraste entre discurso e realidade é patente: o movimento gay cresce em arrogância, virulência e pretensões ditatoriais à medida que a sociedade se torna mais tolerante, simpática e subserviente às exigências da comunidade homossexual. Quem diria que a inversão sexual, com tanta frequência, viesse junto com a inversão mental?

Basta observar esse fenômeno para perceber imediatamente que a alegação característica do discurso gay, de proteger uma comunidade oprimida, é apenas uma camuflagem, um véu ideológico estendido por cima de objetivos bem diferentes, incomparavelmente mais ambiciosos.

Uma pista para a compreensão efetiva do fenômeno são os grupos de intelectuais, políticos e artistas homossexuais, tremendamente poderosos e influentes, que marcaram a história política e cultural do século XX com o culto da supremacia gay. Três deles são particularmente importantes: o círculo de Stefan George na Alemanha, o de André Gide na França e, na Inglaterra, a confraria dos "Apóstolos" de Cambridge. Em cada um dos três casos, a militância pública — sempre do lado errado, nazista ou comunista — encobria uma dimensão mais profunda e mais sinistra, de seita gnóstica empenhada em subjugar a humanidade comum a uma elite homossexual imbuída de um senso de superioridade quase divina.

O atual movimento gay é a materialização possante e assustadora de um projeto de revolução civilizacional que, a pretexto de proteger oprimidos, não hesita em entregá-los às feras quando isso convém à sua grande estratégia. Que esse projeto seja apenas um desenvolvimento específico dentro do quadro maior do movimento revolucionário mundial é algo tão óbvio que não necessita ser enfatizado. Mas, por absoluta incompreensão desse ponto, os adversários do movimento gay, quase sem exceção, têm cometido dois erros monstruosos.

Primeiro: combatem, junto com o movimento, a homossexualidade em si. Politicamente, isso é loucura. O movimento gay existe há algumas décadas e só em alguns lugares do planeta; o homossexualismo existe por toda parte desde que o mundo é mundo. O primeiro pode ser derrotado; o segundo não pode ser eliminado. Condicionar a vitória sobre o movimento gay à erradicação do homossexualismo é adiar essa vitória para o Juízo Final.

Segundo: procurando atenuar a má impressão de autoritarismo dogmático que essa atitude inevitavelmente suscita, apressam-se a declarar que respeitam os direitos dos gays e que desejam apenas preservar, lado a lado com eles, os direitos da consciência religiosa. Com isso, igualam o inigualável, negociam o inegociável, nivelam a liberdade de consciência a uma "opção sexual", à preferência por determinado tipo de prazer erótico. Será preciso lembrar a esses cavalheiros que, privado de satisfação erótica, o ser humano sofre alguma incomodidade, mas, desprovido da liberdade de consciência, perde o último resquício de dignidade, o sentido da vida e a razão de existir?

Em suma: são intransigentes onde deveriam ceder, cedem onde deveriam ser intransigentes,

inflexíveis e até intolerantes. Não há nada de mais em aceitar o homossexualismo como uma realidade social que não pode ser erradicada e que, se deve ser combatida, é com todos os cuidados necessários para não ferir e humilhar pessoas. Em contrapartida, tratar como igualmente nobres e respeitáveis o mais elevado princípio da moralidade e o simples direito legal de fazer determinadas coisas na cama é uma inversão hedionda da hierarquia lógica e moral, é uma desobediência acintosa ao Primeiro Mandamento, cuja implicação mais óbvia é o dever incondicional de colocar as primeiras coisas primeiro. Se os adversários do movimento gay querem a proteção de Deus na sua luta, deveriam começar por não ofendê-lo dessa maneira.

Da minha parte, afirmo que defenderia por todos os meios ao meu alcance o direito que os homossexuais têm de que sua preferência sexual não lhes custe humilhações ou constrangimentos. Mas, tão logo uma dessas criaturas pretendesse igualar ou sobrepor esse direito à liberdade de consciência, da qual ele próprio não é senão uma decorrência lógica aliás bem remota e secundária, eu lhe responderia, na mais polida das hipóteses, com as seguintes palavras:

— Cale a boca, burro. Não me peça para respeitar um direito que você mesmo, embora talvez sem se dar conta, está pisoteando com quatro patas.

Já notaram?

Diário do Comércio, 23 de agosto de 2012

Vocês já notaram que, de uns anos para cá, a simples opinião contrária ao casamento gay, ou à legalização do aborto, passou a ser condenada sob o rótulo de "extremismo", como se casamentos homossexuais ou abortos por encomenda não fossem novidades chocantes, revolucionárias, e sim práticas consensuais milenares, firmemente ancoradas na história, na natureza humana e no senso comum, às quais realmente só um louco extremista poderia se opor?[5]

Já notaram que o exibicionismo sexual em praça pública, as ofensas brutais à fé religiosa e a invasão acintosa dos templos passaram a ser aceitos como meios normais de protesto democrático por aquela mesma mídia e por aquelas mesmas autoridades constituídas que, diante da mais pacífica e serena citação da Bíblia, logo alertam contra o abuso "fundamentalista" da liberdade de opinião?

Já notaram que o simples ato de rezar em público é tido como manifestação de "intolerância", e que, inversamente, a proibição de rezar é celebrada como expressão puríssima da "liberdade religiosa"?**

Já notaram que, após terem dado ao termo "fundamentalista" uma acepção sinistra por sua associação com o terrorismo islâmico, os meios de comunicação mais respeitáveis e elegantes passaram a usá-lo contra pastores e crentes, católicos e evangélicos, como se os cristãos fossem os autores e não as vítimas inermes da violência terrorista no mundo?

O que certamente não notaram é que a transição fácil dos epítetos de "extremista" e "fundamentalista" para o de "terrorista" já ultrapassou até mesmo a fase das mutações semânticas para se tornar um instrumento real, prático, de intimidação estatal. Não o notaram porque nunca foi noticiado no Brasil que, nos EUA, qualquer cristão que se oponha ao aborto ou contribua para campanhas de defesa de seus correligionários perseguidos é tido pelo Homeland Security, ao menos em teoria, como alvo preferencial para averiguações de "terrorismo"[6] embora o número de atos terroristas cometidos até agora por esse tipo de pessoas seja, rigorosamente, zero. Em contrapartida, qualquer sugestão de que as investigações deveriam tomar como foco principal os muçulmanos ou os esquerdistas — autores da maioria absoluta dos atentados no território americano — é condenada pelo governo e pela mídia como *hate speech*.

Nenhum membro do Family Research Council tinha jamais atirado em ninguém, nem esmurrado, nem sequer xingado quem quer que fosse, quando a ONG esquerdista South Poverty Law Center colocou aquela organização conservadora na sua *hate list*. Quando um fanático gayzista entrou lá gritando *slogans* anticristãos e dando tiros em todo mundo, nem um só órgão de mídia chamou isso de “crime de ódio”.

Em todos esses casos, e numa infinidade de outros, a estratégia é sempre a mesma: quebrar as cadeias normais de associação de ideias, inverter o senso das proporções, forçar a população a negar aquilo que seus olhos veem e a enxergar, em vez disso, aquilo que a elite iluminada manda enxergar.

Não, não se trata de persuasão. As crenças assim propagadas permanecem superficiais, saindo da boca para fora enquanto as impressões que as negam continuam entrando pelos olhos e ouvidos. O que se busca é o contrário da persuasão genuína: é instilar no público um estado de insegurança histérica, em que a contradição entre o que se percebe e o que se fala só pode ser aplacada mediante o expediente de falar cada vez mais alto, de gritar aquilo que, no fundo, não se crê nem se pode crer. É um efeito calculado, uma obra de tecnologia psicológica. Algum militante gayzista pode sinceramente crer que, num país com 50 mil homicídios por ano, cento e poucos assassinatos de homossexuais provam a existência de uma epidemia de ódio antigay? É claro que não. Justamente porque não pode crê-lo, tem de gritá-lo. Gritá-lo para não se dar conta da farsa existencial em que apostou sua vida, e da qual depende para conservar seus amigos, seu bem protegido lugar na militância, sua falsa identidade de perseguido e discriminado numa sociedade que não ousa dizer contra ele uma só palavra.

O militante ideal desses movimentos não é o crente sincero, mas o fingidor histérico. O primeiro consente em mentir em favor de suas crenças, mas conserva alguma capacidade de julgamento objetivo e pode, em situações de crise, transformar-se num perigoso dissidente interno. O histérico, em vez disso, não tem limites na sua compulsão de tudo falsificar. O militante sincero usa da mentira como um instrumento tático; para o histérico, ela é uma necessidade incontornável, uma tábua de salvação psicológica. A inversão, mecanismo básico do *modus pensandi* revolucionário, é acima de tudo um sintoma histérico. É por isso que há décadas os movimentos revolucionários já desistiram da persuasão racional, perderam todo escrúpulo de honorabilidade intelectual e não se vexam de agitar aos quatro ventos bandeiras ostensivamente, propositadamente absurdas e autocontraditórias. Não precisam de “verdadeiros crentes”, cuja integridade causa problemas. Precisam de massas de histéricos, cheios daquela *passionate intensity* de que falava W. B. Yeats, prontos a encenar sofrimentos que não têm, a lutar fanaticamente por aquilo em que não creem, precisamente porque não creem e porque só a teatralização histérica mantém vivos os seus laços de solidariedade militante com milhares de outros histéricos.

Psicólogos e psicopatas

Diário do Comércio, 2 de julho de 2012

Não creio que a atração erótica entre pessoas do mesmo sexo seja antinatural e não vejo mesmo nenhum motivo, em princípio, para classificá-la como doença. Também é fato que o termo “homossexualismo” não corresponde a um fenômeno homogêneo e sim a uma variedade de impulsos, desejos e comportamentos, numa gama que vai desde a repulsa ao outro sexo até a completa identificação com ele. Se na linguagem da propaganda condutas tão díspares são reduzidas artificialmente à unidade de símbolos ideológicos, com valores opostos conforme as preferências de quem os use, isso não é motivo para que os profissionais da saúde mental se deixem levar por idêntica

histeria semântica e, violando a regra mais básica da técnica lógica, tirem conclusões unívocas de termos equívocos.

Resta, ademais, um fato incontornável: como *toda e qualquer* outra conduta sexual humana, o homossexualismo, em toda a diversidade das condutas que o termo encobre, nem sempre emana de um desejo sexual genuíno. Pode, em muitos casos, ser uma camuflagem, uma válvula de escape para conflitos emocionais de outra ordem, até mesmo alheios à vida sexual. É possível e obrigatório, nesse caso, falar de falso homossexualismo, de homossexualismo neurótico ou mesmo psicótico, para distingui-lo do homossexualismo normal, nascido de um autêntico e direto impulso erótico.

A proibição de dar tratamento psicológico a pacientes que sintam desconforto com a sua vida homossexual resulta num impedimento legal de distinguir entre esses dois tipos de conduta especificamente diferentes, entre o mero impulso sexual e a sintomatologia neurótica, equalizando, portanto, homossexualismo e doença.

Por outro lado, essa diferença, em cada caso concreto, não pode ser estabelecida *a priori*, mas só se revela no curso da psicoterapia mesma. É previsível que, uma vez removido o conflito profundo, o interesse pela prática homossexual diminuirá ou desaparecerá nos portadores de homossexualismo neurótico, ao passo que os homossexuais normais continuarão a sê-lo como antes.

A proibição de distingui-los resulta, portanto, em encobrir a neurose sob uma carapaça de proteção legal, fazendo do Estado o guardião da doença em vez de guardião da saúde.

A proposta de consagrar aquela proibição em lei revela, nos seus autores, a incapacidade de fazer distinções clínicas elementares, e esta incapacidade, por sua vez, nos dá a prova incontestável de uma incultura científica e de uma inépcia profissional suficientes para justificar que essas pessoas sejam excluídas da corporação dos psicólogos. A autoridade desses indivíduos para opinar em questões de psicologia é, rigorosamente, nenhuma.

Porém, há ainda algo de mais grave. A proposta da proibição acima mencionada vem no contexto de um movimento criado para proibir e punir como “crime de homofobia” toda opinião adversa à conduta homosexual, independentemente da linguagem serena ou inflamada, polida ou impolida, racional ou irracional com que essa opinião se expresse. Pareceres científicos, juízos filosóficos e ensinamentos doutrinais das religiões são assim nivelados, como delitos, aos insultos mais grosseiros e às manifestações mais ostensivas de preconceito e discriminação.

Com toda a evidência, nenhuma palavra contra a conduta homossexual neurótica ou sã será permitida.

Ao longo de toda a história, nenhuma outra conduta humana gozou jamais de tão vasto privilégio, de tão abrangente proteção. Nenhuma esteve jamais imunizada por lei contra a possibilidade de críticas. Não o é, por exemplo, nenhuma conduta política. Não o é nenhuma qualidade humana, por mais excelsa e respeitável. Não o é a genialidade artística ou científica, a honestidade impoluta ou mesmo a santidade. Não o é a vida pública ou privada de quem quer que seja. Não o é nem mesmo a conduta usual de um casal heterossexual, frequentemente criticada como sintoma de trivialidade e falta de imaginação. Não o é, por fim, o próprio Deus, contra o qual se dizem e se escrevem, livremente e sem medo de punição, toda sorte de barbaridades.

A proteção legal que se reivindica para o homossexualismo é tão claramente megalômana, tão desproporcional com os direitos de todas as demais pessoas e grupos, que resultará em fazer dessa conduta um domínio — o único domínio — separado da vida e superior a ela, intocável, inacessível às opiniões humanas.

A proposta é tão inequivocamente demencial que o simples fato de que a mídia e o Parlamento cheguem a discuti-la a sério já é prova de que boa parte da sociedade — justamente a parte mais falante e ativa — perdeu o senso inato da distinção não só entre o normal e o patológico, mas entre realidade e fantasia. Segundo o grande psiquiatra polonês Andrzei Lobaczewski,*** isso acontece

justamente quando os postos de liderança estão repletos de personalidades psicopáticas, as quais, com suas ações temerárias e sua fria insensibilidade às emoções normais humanas, acabam, quando triunfantes, por espalhar na população em geral um estado de confusão atônita, de falta de discernimento e, no fim das contas, de estupidez moral.

Homossexuais podem ser pessoas normais e saudáveis? É claro que podem. Mas o que leva alguém a defender mutações jurídico-políticas tão monstruosas quanto aquelas aqui mencionadas não é nenhum impulso sexual, seja homo, seja hetero. É a psicopatia pura e simples. Mais que incompetentes e indignos de exercer a profissão de psicólogos, os apóstolos de tais medidas são mentes deformadas, perigosas, destrutivas, cuja presença nos altos postos é promessa segura de danos e sofrimentos para toda a população.[7]

Notas

* Ver http://www.juliosevero.blogspot.com/.

** Se não notaram, leiam http://andrebarcinski.blogfolha.uol.com.br/2012/08/15/brasil-e-ouro-em-intolerancia/.

*** Ver *Political Ponerology*, 2007.

1. N. do Org.: Clodovil Hernandes foi um estilista, ator e apresentador de televisão, eleito deputado federal em 2006, como o quarto mais votado do país. Morreu em 2009, aos 71 anos, em decorrência de um acidente vascular cerebral (AVC).

2. N. do Org.: "Nenhum de nós teria nascido se não houvesse a mulher. Então eu não sei por que esta luta [do movimento gay]. Para provar o quê se nós somos filhos de heterossexuais? (...) Eu não tenho orgulho nenhum de ser gay. Eu tenho orgulho de ser quem eu sou. Eu aprendi a ser assim" [Clodovil Hernandes, em discurso de 21 de março de 2007, em Brasília, disponível no link: http://www.youtube.com/watch?v=G1KnMdJ-Nak].

3. N. do Org.: Trata-se do artigo "A justiça de Nero", de Olavo de Carvalho, publicado em *O Globo*, em 24 de julho de 2004, e que pode ser lido em http://www.olavodecarvalho.org/semana/040724globo.htm.

4. N. do Org.: "É fácil falar, de boca cheia, em 'direitos constitucionais iguais', mas a igualdade pretendida deve estender-se exclusivamente aos homossexuais ou a todas as pessoas que tenham desejos sexuais diferentes dos da média da população? No primeiro caso, não se trata de igualdade, mas de discriminação. No segundo, não haverá como impedir legalmente que um cidadão se case com sua mãe ou com sua filha, muito menos com seu pai ou filho. Também não haverá fundamento jurídico para a proibição da bigamia ou da poligamia, nem mesmo de casamentos grupais mistos. Ou os gayzistas assumem que estão lutando apenas por um privilégio grupal altamente discriminador, ou têm de aceitar que todas essas condutas variantes merecem também proteção legal. É absolutamente intolerável que um legislador aprove — ou desaprove — o 'casamento gay' sem analisar criteriosamente esse aspecto da questão" [Olavo de Carvalho, em *post* de 28 de março de 2013 no Facebook].

5. N. do Org.: "Você conhece algum gayzista, feminista ou abortista disposto a concordar que as exigências do seu grupo têm valor relativo, que as crenças de seus adversários têm uma parcela de razão e devem ser tão respeitadas quanto as dele? Já viu algum reconhecer ao menos em tese o direito de combater suas propostas sem medo de represálias? No entanto, nenhum deles teria tido sequer a chance de ser ouvido com atenção e respeito se a vanguarda relativista não tivesse antes minado a intransigência dos seus adversários. Servem-se do relativismo como de uma gazua: quando a porta está arrombada, mudam instantaneamente de conversa e tratam de condenar como crime qualquer tentativa de relativizar a autoridade das suas exigências" [Olavo de Carvalho, "Falsos relativistas", *Diário do Comércio*, 25 de março de 2013 — http://www.olavodecarvalho.org/semana/130325dc.html].

6. N. do Org.: Ver "*Big Sibling Janet Napolitano May Be Looking For You*", de Michael Avramovich, publicado em 13 de julho de 2012 no link: http://touchstonemag.com/merecomments/2012/07/big-sibling-janet-napolitano-may-be-looking-for-you/.

7. N. do Org.: "Sobre a diferença entre gays e gayzistas, repito: homossexuais podem ser pessoas emocionalmente estáveis, honestas e confiáveis? Podem. Mas a ideologia gayzista infunde neles um orgulho psicótico que os induz a todos os desequilíbrios e a todos os desmandos. Patriotas alemães eram pessoas normais até que a ideologia nazista os transformou em criminosos. Toda ideologia que coloca um grupo acima dos princípios tradicionais da moralidade acaba por transformá-lo em bando de delinquentes." [Olavo de Carvalho, em *post* de 20 de março de 2013 no Facebook].

CRIMINALIDADE

1. FOMENTAÇÃO

A longa história do óbvio

Jornal do Brasil, 10 de agosto de 2006

Se existe uma história longa, contínua e bem documentada é a do esforço da esquerda nacional para fomentar a violência criminosa e usá-la como instrumento de destruição sistemática da ordem pública.

Na esfera cultural, essa história remonta à década de 1930, quando os escritores comunistas atenderam alegremente ao apelo de Stalin para integrar o banditismo na luta ideológica. *Capitães da areia*, de Jorge Amado, a epopeia melosa da transfiguração de um delinquente juvenil em militante revolucionário, foi um dos marcos dessa literatura de propaganda. Nos anos 1960, o Cinema Novo, um pseudópodo do Partido Comunista, ampliou para o terreno do *show business* a apologia da delinquência.

Na década seguinte, ao mesmo tempo que a ideologia do bandido inocente contra a sociedade culpada se espalhava nos jornais, nas novelas de TV e na rede pública de ensino, a campanha passava à ação prática, com os terroristas presos na Ilha Grande ensinando aos delinquentes comuns as técnicas de guerrilha urbana que hoje lhes permitem organizar-se em grupos paramilitares aptos a sobrepujar a polícia e a aterrorizar a população indefesa.

Nos anos 1980, enquanto a demonização dos policiais se tornava a norma obrigatória na cobertura jornalística de assuntos criminais, a simbiose do esquerdismo com o banditismo fazia importantes conquistas no campo jurídico, promulgando leis que protegem os criminosos e criando uma rede de advogados ativistas dedicados a amarrar as mãos da polícia.

Em seguida, a fundação do Foro de São Paulo trouxe a integração continental dessa parceria macabra, montando uma rede de proteção mútua entre as organizações esquerdistas legais e grupos criminosos como as Farc (narcotráfico) e o MIR chileno (sequestros), os quais desde então puderam agir livremente no território nacional com certeza da total impunidade.

Com a ascensão do PT à Presidência da República, a esquerda, senhora absoluta das fontes de desordem, passou a controlar também os meios de simulação da ordem, manipulando o país com a onipotência de um psicólogo *pavloviano* ante ratinhos de laboratório.

A entrevista em que o secretário de segurança pública de São Paulo, Saulo Abreu, frustrando as tentativas do jornalista Franklin Martins de cassar-lhe a palavra, acusou o partido governante de cumplicidade direta com o PCC, não fez senão tirar a conclusão lógica de uma história de sete décadas.

Ele se esqueceu apenas de dizer que, se levarmos em conta a cumplicidade moral indireta e camuflada, não haverá um só político ou intelectual de esquerda, dentro ou fora do PT, habilitado a dizer-se inocente da produção deliberada de um estado de caos e violência que, mesmo antes das recentes explosões homicidas em São Paulo, já vinha matando 50 mil brasileiros por ano.

Enquanto uma nação enfeitiçada pelo discurso esquerdista continuar se recusando a enxergar essas obviedades, a onda homicida não cessará de crescer até que, atingido seu objetivo de deter em suas mãos o poder total, a esquerda, como sempre fez em toda parte, possa instituir o monopólio estatal do crime e dispensar a ajuda dos grupos criminosos privados.

Primores de ternura — 1

Diário do Comércio, 14 de outubro de 2009

Leio no site da Previdência Social: “O auxílio-reclusão é um benefício devido aos dependentes do segurado recolhido à prisão, durante o período em que estiver preso sob regime fechado ou semiaberto.” Ou seja: no Brasil você pode matar, roubar, sequestrar ou estuprar, seguro de que, se for preso, sua família não passará necessidade. O governo garante.

Se, porém, como membro efetivo da maioria otária, você não faz mal a ninguém e em vez disso prefere acabar levando dois tiros na cuca, quatro no estômago ou três no peito, ou então uma facada no fígado, esticando as canelas *in loco* ou no hospital, aí o governo não garante mais nada: sua viúva e seus filhos podem chorar à vontade na porta do Palácio do Planalto, que o coração fraterno da República solidária não lhes concederá nem uma gota da ternura estatal que derrama generosamente sobre os bandidos.

É, as coisas são assim. Se o escandalizam, é porque você está muito desatualizado. Afagar delinquentes, estimular o banditismo, é uma das mais antigas e veneráveis tradições do movimento revolucionário, que o nosso partido governante personifica orgulhosamente.

Veja o que pensavam alguns dos mentores revolucionários mais célebres:

Mikhail Bakunin, líder anarquista: “Para a nossa revolução, será preciso atiçar no povo as paixões mais vis.”

Serge Netchaiev, terrorista que Lenin adotou como um de seus gurus: “A causa pela qual lutamos é a completa, universal destruição. Temos de nos unir ao mundo selvagem, criminoso.”

Willi Münzenberg, o gênio organizador da propaganda comunista na Europa Ocidental e nos EUA: “Vamos corromper o Ocidente em tal medida, que ele acabará fedendo.”

Louis Aragon, poeta oficial do Partido Comunista Francês: “Despertaremos por toda parte os germes da confusão e do mal-estar. Que os traficantes de drogas se atirem sobre as nossas nações aterrorizadas!”

V. I. Lenin: “O melhor revolucionário é um jovem desprovido de toda moral.”

De tal modo a paixão pelo crime se impregnou na mente revolucionária que acabou até produzindo fenômenos paranormais. Em 8 de março de 1855, o poeta Victor Hugo, um ídolo dos revolucionários, recebeu numa sessão espírita, para satisfação aliás de suas próprias expectativas, esta mensagem do além: “A verdadeira religião proclama o novo evangelho: é uma imensa ternura pelos ferozes, pelos infames, pelos bandidos.”

Os exemplos poderiam multiplicar-se indefinidamente. E nada disso ficou no papel, é claro. Nem se limitaram aquelas almas cândidas a cantar em prosa, verso e filme as virtudes excelsas da criminalidade.* Já em 1789 os revolucionários franceses abriram as portas das prisões, libertando indiscriminadamente milhares de assassinos, ladrões e estupradores que em poucos dias espalharam o caos nas ruas de Paris (mesmo na célebre Bastilha não havia um só prisioneiro político: só delinquentes). Logo após a tomada do poder pelos comunistas na Rússia, a política oficial era fomentar o sexo livre, criando assim uma geração de jovens sem família para incentivar a criminalidade juvenil e liquidar pela confusão o que restasse da “ordem burguesa”. A ideia foi de Karl Radek (o chefe de Willi Münzenberg), que, ironia cruel, ao cair em desgraça perante Stalin, acabou sendo assassinado a murros e pontapés por jovens delinquentes numa prisão.

O voto de Louis Aragon foi cumprido à risca a partir dos anos 1950, quando a URSS começou a treinar agentes para que se infiltrassem nas então incipientes redes de tráfico de drogas — especialmente na América Latina — e as dominassem por dentro, criando uma futura fonte local de subsídios para o movimento revolucionário, que estava saindo caro demais para o bolso soviético. Essa foi a origem remota das Farc, Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, que hoje dominam o narcotráfico no continente. A história é contada em detalhes pelo general tcheco Jan Sejna, que participou pessoalmente da operação.**

Primores de ternura — 2

Diário do Comércio, 16 de outubro de 2009

Nos anos 1950-60, a união simbiótica de revolução e crime passou por um *upgrade* formidável, deixando de ser apenas uma prática consagrada e um objeto de exortações retóricas e tornando-se alvo de teorização sistemática por parte dos pensadores marxistas, especialmente da Escola de Frankfurt.

Segundo Herbert Marcuse, o mais popular dentre esses autores na época e um queridinho da grande mídia americana, o proletariado industrial já não servia como classe revolucionária, por ter sido corrompido pelas benesses do capitalismo. Em vez de tirar desse óbvio desmentido dos prognósticos de Marx quanto à miséria crescente dos trabalhadores no livre mercado a conclusão lógica de que o marxismo não servia para grande coisa, Marcuse achou que podia consertar a teoria simplesmente buscando uma nova classe revolucionária, definida não pela desvantagem econômica, mas por qualquer tipo de frustração psicológica. Em vez de uma, descobriu três:

1) Os intelectuais e estudantes, sempre revoltados contra uma sociedade que não lhes dá toda a importância que julgam merecer;

2) Todos os insatisfeitos com qualquer coisa — esposas mal-amadas, gays enfezados com a empáfia masculina, crianças rebeldes à autoridade paterna etc.;

3) Os marginais em geral: prostitutas, viciados, assassinos, estupradores e *tutti quanti*.

Eram essas pessoas maravilhosas, e não os proletários, que tinham de ser organizadas para corromper o “sistema”, enfraquecê-lo e destruí-lo por dentro.

A influência de Marcuse, fundindo-se às propostas de “revolução cultural” inspiradas em Antonio Gramsci, foi tão vasta e profunda que hoje o *marcusismo* em ação já nem aparece associado ao nome de seu inventor: tornou-se o modo de ser natural e universal do movimento revolucionário por toda parte.

No Brasil, a íntima colaboração entre a esquerda revolucionária e o banditismo, da qual já se viam amostras esporádicas desde os anos 1930, começou a existir de forma mais organizada durante o regime militar, quando os terroristas adestrados em Cuba, na Coreia do Norte e na China passaram a transmitir seus conhecimentos de estratégia e tática da guerrilha urbana aos delinquentes comuns com os quais compartilhavam o espaço no Presídio da Ilha Grande, no Rio de Janeiro. Foi daí que nasceram as megaorganizações criminosas, o Comando Vermelho e depois o PCC. A esperança que inspirou a sua fundação não foi decepcionada. Em poucos anos, o guru do narcotráfico carioca, William Lima da Silva, o “Professor”, já podia se gabar de haver superado seus mestres:

> Conseguimos aquilo que a guerrilha não conseguiu: o apoio da população carente. Vou aos morros e vejo crianças com disposição, fumando e vendendo baseado. Futuramente, elas serão 3 milhões de adolescentes, que matarão vocês nas esquinas. Já pensou o que serão 3 milhões de adolescentes e 10 milhões de desempregados em armas?

O recorde anual de homicídios no Brasil, entre 40 e 50 mil mortos, segundo a ONU, e o crescimento acelerado do consumo de drogas neste país — enquanto diminui nos países em torno — mostram que esta segunda expectativa também não foi totalmente frustrada.

Mais tarde os terroristas subiram na vida, tornaram-se deputados, senadores, desembargadores, ministros de Estado, tendo de afastar-se de seus antigos companheiros de presídio. Estes não ficaram, porém, desprovidos de instrutores capacitados. A criação do Foro de São Paulo, iniciativa daqueles terroristas aposentados, facilitou os contatos entre agentes das Farc e as quadrillhas de narcotraficantes brasileiros — especialmente do PCC —, dos quais logo se tornaram mentores, estrategistas e sócios. Foi o que demonstrou o juiz federal Odilon de Oliveira, de Ponta Porã, Mato Grosso do Sul, pagando por essa ousadia o preço de ter de viver escondido, como de fosse ele próprio

o maior dos delinquentes,*** enquanto os homens das Farc transitam livremente pelo país, têm toda a proteção da militância esquerdista em caso de prisão e até são recebidos como hóspedes de honra por altos próceres petistas. (O secretário de Relações Internacionais do PT, Valter Pomar, diz que as Farc nem mesmo pertencem ao Foro de São Paulo. Ele mente e sabe que mente. Dezenove anos de documentos oficiais do Foro provam isso acima de qualquer possibilidade de dúvida.)

Mesmo apoiada pela mais vasta e permanente campanha de mutação cultural, a articulação direta de bandidos e revolucionários não seria suficiente para produzir seus efeitos se, ao mesmo tempo, a própria estrutura jurídico-policial do Estado não fosse submetida a alterações destinadas a dificultar a atividade repressiva, fornecendo aos delinquentes todas as vantagens na sua luta contra a sociedade. O desarmamento da população civil, a criminalização fácil das ações policiais mais corriqueiras, a leniência proposital para com os delinquentes juvenis, a tolerância ou mesmo incentivo à violência nas escolas — tudo isso converge com a estratégia geral do movimento revolucionário em seu empenho de demolir as defesas da sociedade por meio da criminalidade triunfante.

O auxílio-reclusão — ou "Bolsa-Bandido", como o povo prefere chamá-lo — não tem nada de extravagante ou surpreendente. É apenas mais uma expressão da "imensa ternura para com os ferozes", o sentimento mais profundo e permanente da religião revolucionária, que de há muito já deixou de ser só um estado de alma e se transformou em temível instrumento de ação prática.[1]

2. TERRORISMO & NARCOTRÁFICO

Não quero citar nomes

O Globo, 20 de setembro de 2002

As Farc são, ao mesmo tempo e inseparavelmente, uma organização política, militar e criminosa: partido, exército e máfia. Dedicam-se com o mesmo empenho à difusão do comunismo, à guerrilha (com seu imprescindível complemento terrorista) e ao narcotráfico.[2] Essas três divisões funcionam de modo articulado e convergente para a mesma finalidade: a extensão do processo revolucionário colombiano a todo o continente.

O chavão corrente de que as Farc não participam do tráfico, apenas "cobram imposto" dos traficantes, é uma dessas obras-primas da hipnose semântica que só a arte soviética da novilíngua lograria criar. Compactando três ardis lógicos entremesclados, a expressão prende o ouvinte médio numa rede de confusões da qual só um esforço analítico superior à sua capacidade poderia libertá-lo. Desde logo, (1) enobrece com uma nuance de imposição legal a extorsão praticada por um grupo criminoso sobre outro grupo criminoso, o que automaticamente (2) força a legitimação implícita, artificial e antecipada do primeiro como governo constituído, funcionando também (3) como camuflagem destinada a sugerir que o referido, levando o dinheiro do tráfico, não suja suas mãozinhas na operação. Mas é óbvio que ninguém pode "cobrar imposto" se primeiro não reduz o pagante, pela força, à condição de seu subordinado e servo. Os homens das Farc são mais que traficantes: são os mandantes primeiros e os beneficiários últimos de toda a produção e exportação de drogas da Colômbia. Mas não ficam só mandando de longe: metem diretamente a mão na massa. Trocando regularmente cocaína por armas, têm no negócio das drogas a participação mais direta e material possível. Dominando-o de cima e de baixo, de fora e de dentro, são traficantes no sentido mais pleno e eminente da palavra.

Às suas três vias de ação correspondem três tipos de associados e colaboradores. Primeiro: os combatentes — planejadores e executores de ações de guerrilha e terrorismo. Segundo: os provedores

de recursos, uma rede que começa com os produtores, passa por uma série de administradores, negociadores e fornecedores e termina nos últimos agentes de revenda que passam a cocaína aos consumidores, desde o *beautiful people* até as crianças da mais humilde escola de bairro. Terceiro: os agentes publicitários e políticos, encarregados de espalhar as palavras de ordem da entidade, legitimar moralmente sua atuação, elevar seu *status* e embelezar sua imagem perante o público.

Muitos brasileiros têm colaborado com as Farc nas três áreas. O menor índice de participação é na esfera militar. As Farc têm conseguido entrar no território amazônico e recrutar brasileiros para a guerrilha. Mas, evidentemente, entram como soldados rasos e não participam da hierarquia de comando. A colaboração brasileira, aí, limita-se ao fornecimento de idiotas.

Outra escala de importância é a da parceria brasileira no segundo domínio, o do provimento de recursos. O Brasil é o maior mercado latino-americano para as drogas da Colômbia, obtidas em troca de armas. Através de seus agentes locais as Farc têm conseguido exercer um domínio inconteste não somente sobre esse mercado como também sobre amplos setores da polícia e da administração pública. Associadas à principal quadrilha de traficantes locais, são a fonte essencial das drogas consumidas no Brasil e a origem da maior ameaça organizada que hoje pesa sobre a segurança nacional (suponho que os leitores tenham acompanhado o noticiário da semana passada).[3]

Ainda mais vital, porém, é a colaboração política e publicitária, pois do Brasil têm partido as principais iniciativas de escala internacional para descaracterizar as Farc como organização criminosa e limitar o seu perfil público à imagem de entidade política, senão ética e meritória, que ela aprecia projetar de si ante o mundo e a mídia. Na primeira reunião do Foro de São Paulo, em 1991, dezenas de organizações revolucionárias assinaram com as Farc um pacto de solidariedade na base da lisonja mútua. No final do décimo encontro da mesma assembleia, em Havana, dezembro de 2001, uma declaração oficial "contra o terrorismo", maravilha da novilíngua, excluía da categoria de terroristas as próprias entidades signatárias e reservava essa classificação para os governos que tivessem o desplante de fazer algo contra elas... Entre esses dois momentos, houve a hospedagem oficial do governo gaúcho a dirigentes da entidade, a participação chiquérrima em dois Fóruns Sociais Mundiais, a intermediação de organizações locais para a pregação feita por agentes da narcoguerrilha colombiana em escolas brasileiras e, por fim, a publicação da revista farquiana *Resistência*, que circula livremente nas bancas deste país.

Se, agora, me perguntarem — "Mas quem, afinal, são esses brasileiros?" —, direi que, no campo militar, nenhum se destaca em especial: são todos anônimos. Quanto aos colaboradores principais nos outros dois campos, recuso-me terminantemente a fornecer seus nomes. Recuso-me a sujar reputações, seja a daquele cidadão que, desde a cadeia, espalha as drogas e o terror pelo Brasil, seja a daquele outro que, convocando e dirigindo sucessivos Foros de São Paulo, assinando e difundindo sucessivos primores do eufemismo universal, vem inoculando na mente do público a crença mentirosa de que as Farc não têm a menor parcela de culpa pelo que faz o primeiro. Se um deles é reconhecido como inimigo público número um e o outro como virtual cidadão número um da República, isso só mostra que no Brasil o fundo e o topo da hierarquia se tornaram indiscerníveis.

Queremos ser repudiados

Diário do Comércio, 20 de agosto de 2010

Num dos últimos debates eleitorais, o candidato a subdilma, Michel Temer, negou que o sr. presidente da República tivesse proposto a mutação das Farc em partido político, mas, antes de terminar a frase, já se desmascarou ao defender as lindíssimas intenções da proposta. Como poderia conhecer as

intenções, adoráveis ou abomináveis, de uma proposta que, segundo ele mesmo, jamais foi feita?

O sr. Temer é, com toda a evidência, um mentiroso cínico. Tão cínico quanto o foi o próprio Lula ao apresentar aquela sugestão indecente. Na ocasião, o sr. presidente perguntou: "Se um índio e um metalúrgico podem chegar à Presidência, por que alguém das Farc, disputando eleições, não pode?"[4] A resposta a essa pergunta é simples: ser índio ou metalúrgico não é crime. Matar 30 mil pessoas e sequestrar 7 mil, mantendo estas últimas em cativeiro por dez anos ou mais, é uma sucessão formidável de crimes hediondos. Até um retardado mental percebe a diferença entre eleger presidente um índio, um metalúrgico, um zé-ninguém, um mendigo que fosse, e um autor de assassinatos em massa. Nenhum dos presentes à obscena declaração presidencial ousou jogar-lhe na cara essa obviedade gritante que ele, com aquela cara de pau integral que só as mentalidades criminosas têm, fingia desconhecer.

Mais cínico ainda revelou-se o supremo mandatário, bem como todos os seus bajuladores de ofício — o sr. Temer primeirão da lista —, ao alardear que a sugestão expressava o repúdio presidencial aos métodos de luta ilegais, cruéis e desumanos da narcoguerrilha colombiana. Que repúdio é esse, que em vez de punição oferece aos criminosos uma ficha limpa, o livre acesso ao poder de Estado e a perspectiva de enriquecimento sem limites mediante o comércio de drogas legalizado? Se isso é repúdio, não há um só brasileiro que a esta altura não implore de joelhos: repudie-me, sr. Presidente!

Mas por baixo do cinismo ostensivo vem outro mais discreto — e mais perverso ainda. Guerrilhas e terrorismo são, por definição, muito diferentes de uma guerra travada por exércitos convencionais. Estes buscam a vitória militar e o domínio do território. Só depois de atingidos esses objetivos é possível a instalação de um poder político nas zonas ocupadas — e mesmo assim a transferência de autoridade dos militares para os políticos é lenta, gradual e cheia de precauções. Grupos guerrilheiros e terroristas, ao contrário, visam à conquista de objetivos políticos antes e independentemente da vitória militar, que quase sempre fica além das suas possibilidades.

Em termos estritamente militares, as Farc estão liquidadas. Nos derradeiros espasmos da agonia, sua única esperança de sobreviver militarmente reside na criação de "zonas desmilitarizadas" onde possam prosseguir clandestinamente suas atividades sob a proteção de seus próprios inimigos, paralisados pela inibição moral de infringir um acordo de paz que, pelo lado das Farc — e segundo os cânones da "guerra assimétrica" —, só existe para ser infringido. (Nota: A denúncia 100% falsa espalhada pelo sr. Paulo Henrique Amorim, aqui comentada dias atrás,[5] foi uma criativa ajudinha dada pela senadora Piedad Córdoba à campanha das Farc pela criação daquelas zonas.)

Em matéria de popularidade, a narcoguerrilha já baixou ao fundo mais obscuro do oceano: é escancaradamente odiada por 97% da população colombiana. Os 3% restantes são, na quase totalidade, partes interessadas, disputando a tapa um último canudinho por onde respirar.

A transformação das Farc em partido legal — e, concomitantemente, a legalização do comércio de drogas, que os nossos governantes também defendem fingindo não ver o reforço mútuo das duas propostas — seria, com toda a evidência, a salvação do moribundo. Mais que a salvação, a glória. Desde logo, a imagem dos criminosos, hoje em frangalhos, será automaticamente recauchutada pela exibição de "intenções pacíficas". Mas, pior ainda: retirados da UTI, os terroristas, com o rótulo de cidadãos respeitáveis, e cheios de dinheiro no bolso, não ocuparão só cargos eletivos, mas lugares estratégicos na burocracia estatal e na magistratura, de onde poderão, com a maior tranquilidade, enviar para a cadeia seus adversários inermes, como seus poucos representantes hoje ali infiltrados já conseguiram fazer com 1.200 soldados colombianos — sim, mil e duzentos — que tiveram o desplante de combatê-los. Liberem as Farc da sua imagem sangrenta, e em poucos anos não haverá um só inimigo delas à solta.

O sr. presidente sabe de tudo isso, e é precisamente isso o que ele quer. A prova mais patente disso é que fundou o Foro de São Paulo para que as várias correntes de esquerda, legais e ilegais, pudessem

discutir e articular suas estratégias. A articulação do terrorismo, do narcotráfico e da luta política é a definição mesma do Foro de São Paulo, e a transfiguração das Farc em partido é a consumação de suas ambições mais altas, mais avassaladoras, mais criminosas.

Um discurso dos demônios

O Globo, 3 de maio de 2003

Outro dia, numa de suas crônicas, Carlos Heitor Cony disse que quase toda a violência carioca vem do narcotráfico. No fundo, todo mundo sabe disso. Mas poucos estão dispostos a perceber que essa mera constatação basta para impugnar, na base, o chavão de que a miséria gera o crime.[6]

Como poderia a miséria dar à luz um negócio bilionário, que compra armas no Oriente Médio para trocá-las por 200 toneladas anuais de cocaína das Farc? Que espantoso milagre de criação *ex nihilo* seria esse! Livros, filmes, artigos e entrevistas em profusão idiotizam o público para lhe impingir a crença nesse milagre. Mas eles próprios não são nenhum milagre: explicam-se pela irmandade ideológica entre a narcoguerrilha e a casta dos intelectuais e artistas de esquerda, instrumentos mais ou menos conscientes de uma cínica operação de despistamento: nada é mais confortável, para aqueles que buscam a destruição da sociedade por meio da violência e do crime, do que contar com uma equipe de *public relations* que, sob ataques grandiloquentes a alvos genéricos como "a miséria", "a exclusão", "a injustiça social", mantêm ocultos e fora de suspeita os agentes concretos e os beneficiários reais da destruição.

Mas alguns não se contentam com isso. Vão além e, voltando-se para o público que pagou para ser ludibriado, jogam sobre ele a culpa de tudo: "Vocês, a classe média que lê livros e vê filmes, são os exploradores, os culpados da exclusão social que força à criminalidade os humilhados e ofendidos."

A comoção na plateia mostra que o golpe a atingiu no plexo solar: pessoas incapazes de chutar um cão sarnento saem dali contritas de arrependimento pelo crime de ter uma casa, um carro, um emprego, num país em que tantos excluídos, por falta dos mais mínimos recursos para uma vida digna, são forçados, pobrezinhos, a gastar um dinheirão em cocaína na Colômbia para revendê-la nas portas das escolas às crianças brasileiras.

O estereótipo, condensado no símbolo carioca dos morros pobres ao fundo da cidade rica, já se arraigou profundamente na alma do cidadão, que, sem lembrar-se de ter feito mal algum, de repente se descobre, pela boca dos profetas da mídia e do *show business*, autor do mais hediondo dos crimes: a injustiça social.

E ninguém para e faz as contas: quanto dinheiro sobe da cidade para os morros, e quanto desce? Quanto, em drogas? Quanto, em assaltos e em resgates de sequestros? Quanto, em impostos para dar assistência médica, luz, água e telefone a quem não paga jamais nada disso?

Façam as contas e digam: quem, nisso, é o explorado, quem o explorador? Se a fortuna que sobe os morros ficasse lá, seriam a Suíça. Mas vai direto para os Fernandinhos e daí para as Farc. A origem do crime neste estado não é a miséria, mas é a mesma da miséria: a população pobre do Rio é explorada, sim, mas não por "nós", a classe média — é explorada pelos senhores do crime, que a escravizam para utilizá-la em atividades ilícitas e ainda se servem dela como emblema publicitário para esconder-se por trás de *outdoors* contra a "exclusão social".

Se o discurso de inculpação da classe média permanece eficaz, é porque o orador, prudentemente, não diz "vocês". O discurso de acusação direta o tornaria antipático. É preciso dar à inculpação ares de confissão, para que o acusador não pareça falar contra a plateia e sim em nome dela. Então, arregalando os olhos como um ator expressionista e batendo histrionicamente no peito, ele grita "nós",

como se quisesse assumir uma parcela da culpa. Mas, no curso dessa fala, não se apresenta como aquilo que é: um membro da intelectualidade esquerdista, advogado do banditismo. Durante a *performance* desempenha o papel genérico de homem de classe média, fazendo-se de chamariz e fingindo atrair a si as culpas apenas para, num golpe de jiu-jítsu, desviar-se delas no derradeiro instante e deixá-las cair sobre a plateia, enquanto ele, deslizando rapidamente do papel de acusado ao de testemunha de acusação, se safa impune. A malícia requerida para esse ardil é quase demoníaca. Dostoiévski não errou nada ao chamar a esse tipo de intelectuais "os demônios".[7]

Não espanta que, entre esses indivíduos, seja quase unânime a adesão à tese liberacionista. Legalizado o comércio de drogas no maior mercado consumidor da América Latina, estaria garantido o afluxo regular e lícito de dinheiro para a guerrilha colombiana, com sobra de incentivos fiscais e subsídios do Estado para premiar os escritores e cineastas que, nos tempos difíceis da repressão, lutaram pela boa causa.

Milhões de vidas seriam jogadas no esgoto do vício e da loucura, mas esse seria um preço barato a pagar pela glória do socialismo alucinógeno e pela prosperidade de seus apóstolos literários, jornalísticos e cinematográficos.

É desnecessário discutir em tese, abstratamente, os malefícios e benefícios hipotéticos da liberação das drogas: ela se encaixa tão claramente numa estratégia criminosa de revolução continental que, para ver o quanto é má, basta identificar o seu lugar e função no plano geral da máquina.

Fechada a torneira da URSS, o movimento comunista no continente tem hoje uma e uma só fonte de sustentação financeira: o crime, o narcotráfico. Se querem legalizá-lo, é apenas para não ter de permanecer por muito tempo no duplo e desconfortável papel de seus colaboradores materiais e de seus perseguidores nominais. Quando um político respaldado num esquema revolucionário é casualmente elevado ao poder por via legal numa democracia, fica sempre nessa posição ambígua, na qual não pode resistir indefinidamente sem ser desmascarado. Antes, pois, que o mal cresça, é preciso mudar a regra do jogo, tornando lícito o ilícito e desincumbindo o governante do doloroso encargo de fingir que persegue aqueles a quem, por trás do pano, prometeu ajudar. Daí a gritaria pela legalização das drogas.

Pensando com a cabeça de George Soros

Jornal do Brasil (Caderno de Domingo), 1º de outubro de 2006

O maior financiador da campanha pela liberação das drogas é George Soros, que também subsidia organizações pró-terroristas e desarmamentistas (uma combinação maravilhosa) e nutre a modesta ambição de tornar-se o presidente informal do mundo. Já comprou terras na Bolívia, onde, uma vez retirados os entraves legais, terá tudo para ser o maior fornecedor de matéria-prima para as Farc.

As ideias de um sujeito tão importante merecem atenção porque, além de manda-chuva, ele é filósofo e orgulha-se de ter sido aluno de Karl Popper. Como Popper estudou tanta lógica que jamais lhe sobrou tempo para aprender a aplicá-la ao mundo real, é compreensível que seu discípulo pense com a cabeça do pênis e chegue a conclusões como esta: "Não vencemos a Al-Qaeda. Assim o demonstrou o recente complô para explodir aviões comerciais em pleno voo, frustrado pelo desvelo das autoridades de inteligência britânicas...". Ou seja: a prova de que os terroristas estão à solta é que foram presos. Para cúmulo, foram presos pela inteligência britânica, a mesma que, com a informação sobre as armas de destruição em massa escondidas por Saddam Hussein, provocou a decisão anglo-americana de invadir o Iraque — uma prova de que os ingleses sabem resolver esses assuntos sem guerra.

Siga os raciocínios do senhor Soros e ele fará do seu cérebro um bloco de cimento, impenetrável a qualquer estímulo intelectual mais sutil do que uma marretada. Então, você estará pronto para admitir que a melhor maneira de acabar com a praga das drogas é vendê-las legalmente, como se vendem exemplares da Bíblia, produto proibido em alguns países. Se o senhor Soros já existisse no tempo da Revolução Russa, Lenin e Stalin não precisariam ter matado tantos cristãos para erradicar o cristianismo: bastaria que pusessem à venda milhões de Bíblias a preço de banana, na Praça Vermelha, como o senhor Soros sugere fazer com a cocaína colombiana na Praça XV do Rio de Janeiro. Hitler poderia copiar a fórmula, imprimindo exemplares da Torá bem baratinhos, e logo não sobraria um só judeu na Alemanha. Quanto sangue correu porque o mundo não conhecia a sabedoria de George Soros!

Há ideias que persuadem não pela razoabilidade, mas precisamente pela estupidez. Combater o consumo de drogas por meio da liberação é tão inteligente quanto defender-se da tentação do adultério comendo a mulher do vizinho três vezes por semana, no intuito de tornar-se imune aos encantos das demais esposas dos arredores. Pode-se também suprimir o homossexualismo dando o traseiro por aí até que ele se torne insensível.

Liberar as drogas é dar estatuto de empresa legal ao império global do narcotráfico, anistiando os milhões de crimes cometidos no curso da sua construção, que incluem sequestros, assaltos, abuso de menores, homicídios e genocídios. É tirar do subterrâneo os bandidos mais perversos de todos os tempos e fazer deles uma nova classe dominante, mais poderosa, mais cínica e mais adestrada na prática do mal do que todas as anteriores. Não é difícil juntar os pontos. Os campeões liberacionistas no Brasil são parceiros políticos das Farc e têm com elas um projeto de poder destinado a conquistar todo o continente. A liberação, por si, bastaria para realizar esse projeto integralmente, da noite para o dia. Quem defende a ideia com plena consciência dessa implicação é um criminoso cujo lugar é na cadeia e não em debates decentes. Quem o faz sem essa consciência é um bobão — um discípulo de George Soros.

Notas

* Ver meu artigo “Bandidos e letrados”, de 26 de dezembro de 1994, disponível em http://www.olavodecarvalho.org/livros/bandlet.htm.

** Ver Joseph D. Douglass, *Red Cocaine. The Drugging of America and the West*, Londres, Harle, 1999.

*** Ver http://www.eagora.org.br/arquivo/Farc-ensina-sequestro-a-PCC-e-CV-afirma-juiz/; e sobretudo: http://odilon.telmeworlds.sg/.

1. N. do Org.: Segue o trecho de uma das respostas de Olavo de Carvalho às objeções surgidas a partir deste texto: “A perspectiva do desamparo na eventualidade da prisão do provedor, em contrapartida, seria um forte incentivo a que esposa e filhos pressionassem o pai a viver honestamente. A abolição preventiva desse risco é, com toda a evidência, um estímulo à criminalidade” [“Objeções e respostas”, *Diário do Comércio*, 5 de novembro de 2009].

2. N. do Org.: “*Folha Online*, 11 de novembro de 2001 — Um documento elaborado pela Operação Cobra (sigla para Colômbia-Brasil) da Polícia Federal, encarregada de desarticular o narcotráfico na fronteira da Amazônia brasileira, identifica bases de produção de cocaína sob o domínio das Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia). Chamadas de complexos [conjunto de laboratórios de refino], as bases produzem mensalmente, segundo o relatório, cerca de 45 toneladas do cloridrato de cocaína. A droga partiria em aviões de pistas clandestinas na Colômbia para Europa e os Estados Unidos e até para o Brasil. ‘Não temos mais dúvidas das relações das Farc com o narcotráfico. A guerrilha tem o comando das drogas e isso é uma ameaça para a fronteira brasileira’, afirma o delegado Mauro Spósito, coordenador da Operação Cobra” [Reportagem citada por Olavo de Carvalho no artigo “Relendo notícias”, *Jornal da Tarde*, 2 de outubro de 2003 — http://www.olavodecarvalho.org/semana/031002jt.htm].

3. N. do Org: Segue trecho de uma reportagem da revista *Veja*, de 18 de setembro de 2002: “A rebelião ocorrida na semana passada na penitenciária de segurança máxima Bangu 1, no Rio de Janeiro, criou um marco na história criminal do Brasil. Durante 23 horas, a população da região metropolitana do Rio esteve, de alguma forma, refém do traficante Luiz Fernando da Costa, 35 anos, o Fernandinho Beira-Mar. Por volta das 8h30 da manhã de quarta-feira, o bandido rendeu dois agentes que faziam a revista da galeria onde se encontrava encarcerado. Com a óbvia conivência de quem deveria tomar conta do presídio, conseguiu passar por três grossas portas de ferro, cruzar um corredor, abrir outros três portões e chegar à cela de Ernaldo Pinto de Medeiros, o Uê, a quem havia jurado de morte. Rendido, Uê teve o crânio e a mandíbula amassados, levou um tiro e, ao fim, seu corpo foi queimado. Ao celular e armado com uma pistola, Beira-Mar, o mais perigoso bandido brasileiro, comemorava a morte do rival e de outros três presos: ‘Tá dominado, tá tudo dominado’.”

4. N. do Org.: Ver a reportagem “Lula sugere às Farc criar partido para chegar ao poder”, disponível no link: http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,lula-sugere-as-farc-criar-partido-para-chegar-ao-poder,362096,0.htm.

5. N. do Org.: O autor se refere a seu artigo “Mais um crime do capitalismo”, publicado no *Diário do Comércio* de 15 de agosto de 2010 e disponível no link: www.olavodecarvalho.org/semana/100815dc.html.

6. N. do Org.: Sobre este chavão, ver também “Experimento sociológico”, *Diário do Comércio*, 22 de maio de 2006 — http://www.olavodecarvalho.org/semana/060522dc.html.

7. N. do Org.: “Um paralelo entre Dostoiévski e Olavo de Carvalho é inevitável quando se leem os escritos jornalísticos de um e de outro. Não apenas suas preocupações político-culturais vão no mesmo sentido, como seus papéis sociais, na Rússia do século XIX e no Brasil do século XXI, respectivamente, são curiosamente semelhantes” [Lorena Miranda, “De como Dostoiévski foi o primeiro olavete; e o desaparecimento iminente dos moderninhos com cara de nojo”, *Ad Hominem*, 1º de novembro de 2012 — http://www.adhominem.com.br/2012/11/de-como-dostoievski-foi-o-primeiro.html].

DOMINAÇÃO

Os donos do mundo

Diário do Comércio, 21 de fevereiro de 2011

As forças históricas que hoje disputam o poder no mundo articulam-se em três projetos de dominação global: o “russo-chinês” (ou “eurasiano”), o “ocidental” (às vezes chamado erroneamente “anglo-americano”) e o “islâmico”.

Cada um tem uma história bem-documentada, mostrando suas origens remotas, as transformações que sofreu ao longo do tempo e o estado atual da sua implementação.

Os agentes que os personificam são respectivamente:

1) A elite governante da Rússia e da China, especialmente os serviços secretos desses dois países.

2) A elite financeira ocidental, tal como representada especialmente no Clube Bilderberg, no Council of Foreign Relations e na Comissão Trilateral.

3) A Fraternidade Muçulmana, as lideranças religiosas de vários países islâmicos e alguns governos de países muçulmanos.

Desses três agentes, só o primeiro pode ser concebido em termos estritamente geopolíticos, já que seus planos e ações correspondem a interesses nacionais e regionais bem definidos. O segundo, que está mais avançado na consecução de seus planos de governo mundial, coloca-se explicitamente acima de quaisquer interesses nacionais, inclusive os dos países onde se originou e que lhe servem de base de operações. No terceiro, eventuais conflitos de interesses entre os governos nacionais e o objetivo maior do Califado Universal acabam sempre resolvidos em favor deste último, que hoje é o grande fator de unificação ideológica do mundo islâmico.

As concepções de poder global que esses três agentes se esforçam para realizar são muito diferentes entre si porque brotam de inspirações heterogêneas e às vezes incompatíveis.

Embora, em princípio, as relações entre eles sejam de competição e disputa, às vezes até militar, existem imensas zonas de fusão e colaboração, ainda que móveis e cambiantes. Este fenômeno desorienta os observadores, produzindo toda sorte de interpretações deslocadas e fantasiosas, algumas sob a forma de “teorias da conspiração”, outras como contestações *soi disant* “realistas” e “científicas” dessas teorias.

Boa parte da nebulosidade do quadro mundial é produzida por um fator mais ou menos constante: cada um dos três agentes tende a interpretar nos seus próprios termos os planos e ações dos outros dois, em parte para fins de propaganda, em parte por genuína incompreensão.

As análises estratégicas de parte a parte refletem, cada uma, o viés ideológico que lhe é próprio. Ainda que tentando levar em conta a totalidade dos fatores disponíveis, o esquema russo-chinês privilegia o ponto de vista geopolítico e militar, o ocidental o ponto de vista econômico, o islâmico a disputa de religiões.

Essa diferença reflete, por sua vez, a composição sociológica das classes dominantes nas áreas geográficas respectivas:

1) Oriunda da *Nomenklatura* comunista, a classe dominante russo-chinesa compõe-se essencialmente de burocratas, agentes dos serviços de inteligência e oficiais militares.

2) O predomínio dos financistas e banqueiros internacionais no *establishment* ocidental é demasiado conhecido para que seja necessário insistir sobre isso.

3) Nos vários países do complexo islâmico, a autoridade do governante depende substancialmente da aprovação da *umma* — a comunidade multitudinária dos intérpretes categorizados da religião tradicional. Embora haja ali uma grande variedade de situações internas, não é exagerado descrever como “teocrática” a estrutura do poder dominante.

Assim, pela primeira vez na história do mundo, as três modalidades essenciais do poder — político-

militar, econômico e religioso — encontram-se personificadas em blocos supranacionais distintos, cada qual com seus planos de dominação mundial e seus modos de ação peculiares. Isso não quer dizer que cada um não atue em todos os *fronts*, mas apenas que suas respectivas visões históricas e estratégicas são delimitadas, em última instância, pela modalidade de poder que representam. Não é exagero dizer que o mundo de hoje é objeto de uma disputa entre militares, banqueiros e pregadores.

Praticamente todas as análises de política internacional hoje disponíveis na mídia do Brasil ou de qualquer outro país refletem a subserviência dos "formadores de opinião" a uma das três correntes em disputa, e portanto o desconhecimento sistemático de suas áreas de cumplicidade e ajuda mútua. Esses indivíduos julgam fatos e "tomam posições" com base nos valores abstratos que lhes são caros, sem nem mesmo perguntar se suas palavras, na somatória geral dos fatores em jogo no mundo, não acabarão concorrendo para a glória de tudo quanto odeiam. Os estrategistas dos três grandes projetos mundiais estão bem alertados disso, e incluem os comentaristas políticos — jornalísticos ou acadêmicos — entre os mais preciosos idiotas úteis a seu serviço.

O que está acontecendo

Diário do Comércio, 29 de agosto de 2012

A mitologia infantil que a população consome sob o nome de "jornalismo" ensina que o *Leitmotiv* da história mundial desde o começo do século XX foi o conflito entre "socialismo" e "capitalismo"; conflito que teria chegado a um desenlace em 1990 com a queda da URSS. Desde então, reza a lenda, vivemos no "império do livre mercado" e sob a hegemonia de um "poder unipolar", a maldita civilização judaico-cristã personificada na aliança EUA-Israel, contra a qual se levantam todos os amantes da liberdade: Vladimir Putin, Fidel Castro, Hugo Chávez, Mahmud Ahmadinejad, a Fraternidade Muçulmana, o Partido dos Trabalhadores, a Marcha das Vadias e o Grupo Gay da Bahia.

A dose de burrice necessária para acreditar nessa coisa não é mensurável por nenhum padrão humano. No entanto, não conheço um só jornal, noticiário de TV ou curso universitário, no Brasil, que transmita ao seu público alguma versão diferente. A história da carochinha tornou-se obrigatória não só como expressão da verdade dos fatos mas como medida de aferição da sanidade mental: contrariá-la é ser diagnosticado, no ato, como louco paranoico e "teórico da conspiração".

Como já me acostumei com esses rótulos e começo até a gostar deles, tomo a liberdade de passar ao leitor, em versão horrivelmente compacta, algumas informações básicas e arquiprovadas, mas, reconheço, difíceis de acomodar num cérebro preguiçoso:

A suprema elite capitalista do Ocidente — os Morgans, os Rockefellers, gente desse calibre — jamais moveu uma palha em favor do "capitalismo liberal". Ao contrário: tudo fez para promover três tipos de socialismo: o socialismo fabiano na Europa Ocidental e nos EUA, o socialismo marxista na URSS, na Europa Oriental e na China e o nacional-socialismo na Europa central. Gastou, nisso, rios de dinheiro. Criou o parque industrial soviético no tempo de Stalin, a indústria bélica do *Führer* e, mais recentemente, a potência econômico-militar da China. Nos conflitos entre os três socialismos, o fabiano saiu sempre ganhando, porque é o único que tem a seu serviço a tecnologia mais avançada, uma estratégia flexível para todas as situações e, melhor ainda, todo o tempo do mundo (o símbolo do fabianismo é uma tartaruga). O nazismo, cumprida sua missão de liquidar as potências europeias e dividir o mundo entre a elite ocidental e o movimento comunista (precisamente segundo o plano de Stalin), foi jogado na lata do lixo da história; do fim da Segunda Guerra até o término da década de oitenta, só subsistiu sob a forma evanescente de "neonazismo", um fantasma acionado pelos governos comunistas para assustar criancinhas e desviar atenções.

O fabianismo nunca foi inimigo do socialismo marxista: adora-o e cultiva-o, porque a economia marxista, incapaz de progresso tecnológico, lhe garante mercados cativos, e também porque sempre considerou o comunismo um instrumento da sua estratégia global. Os comunistas, é claro, respondem na mesma moeda, tentando usar o socialismo fabiano para seus próprios fins e infiltrando-se em todos os partidos socialistas democráticos do Ocidente. Os pontos de atrito inevitáveis são debitados na conta da "cobiça capitalista", fortalecendo a autoridade moral dos comunistas ante os idiotas do terceiro mundo e, ao mesmo tempo, ajudando os fabianos a apertar os controles estatais sobre as economias do Ocidente, estrangulando o capitalismo a pretexto de salvá-lo. Os "verdadeiros crentes" do liberalismo econômico é que pagam o pato: sem poder suficiente para interferir nas grandes decisões mundiais, tornaram-se mera força auxiliar do socialismo fabiano e, em geral, nem mesmo o percebem, tão horrível é essa perspectiva para as suas almas sinceras.

Mas às vezes a concorrência fraterna entre fabianos e comunistas desanda: com a queda da URSS, aqueles acharam que tinha chegado a hora de colher os lucros da sua longa colaboração com o comunismo, e caíram sobre a Rússia como abutres, comprando tudo a preço vil, inclusive as consciências dos velhos comunistas. O núcleo da elite soviética, porém, o KGB, não consentiu em amoldar-se ao papel secundário que agora lhe era destinado na nova etapa da revolução mundial. Admitiu a derrota do comunismo, mas não a sua própria. Levantou a cabeça, reagiu e criou do nada uma nova estratégia independente, o eurasianismo, mais hostil a todo o Ocidente do que o comunismo jamais foi. O fabianismo, que nunca foi de brigar com ninguém e sempre resolveu tudo na base da sedução e da acomodação (inclusive com Stalin e Mao), finalmente encontrou um oponente que não aceita negociar. A Guerra Fria foi, em grande parte, puro fingimento: a elite Ocidental concorria com o comunismo sem nada fazer para destruí-lo. Ao contrário, ajudava-o substancialmente. Putin não é um concorrente: é um inimigo de verdade, cheio de rancor e sonhos de vingança. A verdadeira Guerra Fria só agora está começando, e aliás já veio quente. A concorrência entre "capitalismo" e "socialismo" foi um véu ideológico para uso das multidões, mas a luta entre Oriente e Ocidente é para valer. Não por coincidência, o fiel da balança é o Oriente *Médio*, a meio caminho entre os dois blocos. Ali as nações muçulmanas terão de decidir se continuam servindo de instrumento dócil nas mãos dos russos, se aceitam a acomodação com a elite fabiana ou se querem mesmo fazer do mundo um vasto Califado. A elite Ocidental, que fala pela boca do sr. Barack Hussein Obama, parece decidida a fazê-las pender nesta última direção, por motivos que, de tão malignos e imbecis, escapam ao meu desejo de compreendê-los. Isso, caros leitores, é o que está acontecendo, e nada disso você lerá na *Folha* nem no *Globo*.

Quem manda no mundo?

Diário do Comércio, 7 de novembro de 2012

Nas minhas leituras de juventude, mais de quatro décadas atrás, poucas perguntas me impressionaram como aquela que dá título à segunda parte de *La Rebelión de las Masas*, de José Ortega y Gasset: "*Quién manda en el mundo?*"

O filósofo não a formulava em sentido metafísico, onde poderia ser respondida por algo como "Deus", "o acaso", "a fatalidade", mas em sentido geopolítico, e chegava à conclusão de que era uma lástima a Europa ter perdido seu posto de liderança, cedendo a vaga para a Rússia e os Estados Unidos.

A resposta parecia deslocada da pergunta. Estados, nações, governos e continentes não mandam. Quem manda são os indivíduos e grupos que os controlam. Antes da *geo*-política vem a política *tout court*. E aí tudo se complica formidavelmente. É fácil perceber quais Estados ou países predominam

sobre os outros. Mas descobrir quem realmente manda num Estado ou país — e através dele manda nos outros — é um desafio intelectual mais atemorizante do que o pode imaginar o analista político usual.

O verbo “mandar” vem do latim *manus dare*: quem manda empresta os seus meios de ação (sua “mão”) para que outros realizem algo que ele pensou. Um governante dá ordens a seus subordinados, mas, examinando bem, você verá que só raríssimos governantes, na história — um Napoleão, um Stalin, um Reagan —, foram eles próprios os criadores das ideias que realizaram. Os primeiros teóricos do Estado moderno acertaram na mosca quando inventaram a expressão “poder executivo”: em geral o homem de governo é o executor de ideias que não concebeu nem teria a capacidade — ou o tempo — de conceber. E os que conceberam essas ideias foram os mesmos que lhe deram os meios de chegar ao governo para realizá-las. Quem são eles?

Aplicando a pergunta ao caso específico dos Estados Unidos, o sociólogo Charles Wright Mills, um dos mentores da *New Left*, publicou em 1956 o livro que viria a se tornar um clássico: *The Power Elite*.[1] A resposta que encontrou tomava a forma de uma trama complicadíssima de grupos, famílias, empresas, serviços secretos oficiais e extraoficiais, seitas, clubes, igrejas e círculos de relacionamentos pessoais ostensivos e discretos, incluindo amantes e *call girls*. A classe política, que culminava na pessoa do governante nominal, aparecia aí como a espuma na superfície de águas obscuras. Mills estava, obviamente, na pista certa. Mas morreu em 1962 e não teve a ocasião de presenciar um fenômeno que ele mesmo ajudou a produzir: a *New Left* tornou-se ela própria a elite do poder e perdeu todo interesse em “transparência”. Ao contrário: esmerou-se na opacidade a ponto de colocar um completo desconhecido na presidência do país mais poderoso do mundo e cercá-lo de um muro de proteção que bloqueia toda tentativa de descobrir quem ele é, o que fez, com quem anda e que interesses representa. Se você quer ter uma ideia do que anda fazendo a elite do poder nos EUA, tem de buscar informação na outra ponta do espectro ideológico: os conservadores são os atuais herdeiros da tradição de estudos inaugurada por Wright Mills.

Graças a eles é que hoje a elite globalista fabiana, núcleo vivo do poder por trás de praticamente todos os governos do Ocidente, se tornou visível na sua composição e em detalhes do seu *modus operandi* ao ponto da quase obscenidade, tornando involuntariamente cômica a insistência de alguns em chamá-la de “poder secreto”. Clique no Google as expressões “Council on Foreign Relations”, “Bilderberg”, “Trilateral” e similares, e obterá mais informações do que seus neurônios poderão processar pelos próximos dez anos — informações cujo nível de credibilidade varia desde a prova científica até a rematada invencionice.

Em compensação, pouco ou quase nada se sabe das fontes profundas do poder na Rússia, na China e nos países islâmicos. Mesmo as descrições que temos da classe dirigente visível nessas regiões do globo são esquemáticas e superficiais, sem comparação possível com o meticuloso *Who’s Who* da elite ocidental. Isso explica-se facilmente pela diferença de acesso às fontes de informação. Uma coisa é pesquisar em arquivos e bibliotecas ocidentais, sob a proteção das leis e instituições democráticas, podendo até, nos EUA, furar a barreira da má vontade oficial por meio do *Freedom of Information Act*. Coisa totalmente diversa é tentar adivinhar o que se passa por trás das muralhas impenetráveis do *establishment* russo-chinês.

Nem o KGB nem os serviços secretos da China jamais deram acesso a pesquisadores independentes. Mesmo os arquivos do Partido Comunista da URSS voltaram a fechar-se após um breve período de tolerância, motivado não por algum súbito amor à liberdade, mas pela convicção ilusória, logo desmentida, de que os pesquisadores ocidentais eram majoritariamente simpáticos ao regime soviético.

No mundo islâmico, por baixo da classe dirigente e da barafunda de grupos terroristas estende-se uma rede inabarcável de organizações esotéricas, algumas milenares, cujo poder de influência é

enormemente variado de país para país e de época para época. Essas organizações, que constituem o núcleo espiritual do Islam, a garantia profunda da sua unidade civilizacional e, a longo prazo, a condição de possibilidade da expansão islâmica mundial, continuam perfeitamente desconhecidas pelos analistas políticos ocidentais, jornalísticos ou mesmo acadêmicos.

A diferença de visibilidade entre os grandes esquemas globalistas em disputa é fonte de erros catastróficos na descrição do conflito de poder no mundo.

Nota

1. N. do Org.: *A elite do poder*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

EUA

1. BUSH

A desvantagem de ver

Época, 13 de outubro de 2001

A mídia não influencia a opinião pública só por esta ou aquela notícia em particular, por esta ou aquela opinião em particular. É a seleção repetida, a reiteração prolongada das menções e omissões que vai forjando aos poucos o molde mental que, uma vez consolidado, só um trauma coletivo pode quebrar. Um terremoto, uma guerra, uma epidemia têm a virtude de sacudir hábitos longamente sedimentados. Mas mesmo essas hecatombes têm de ser noticiadas, e seu efeito despertador pode então ser controlado e reduzido a proporções inofensivas. A eficácia desse controle depende menos de alguma ação de emergência que da solidez acumulada dos muros de arrimo convencionais.

No Brasil, esses muros são talvez o caso de máxima durabilidade já constatado fora da Cortina de Ferro.

Os atentados de 11 de setembro poderiam, de um só golpe, mudar a visão que os brasileiros têm do mundo, como mudaram a dos americanos. Depois desses acontecimentos, não sobra muita gente nos Estados Unidos que não ponha em dúvida tudo o que ouviu contra seu país desde a década de 1960. Diante da queda do WTC, é difícil um americano adulto não se perguntar se seus ídolos de juventude, Jane Fonda, Susan Sontag ou Noam Chomsky, não foram apenas traidores que ajudaram a condenar o Vietnã à tirania e à miséria, enquanto os países vencidos pelos EUA cresciam em riqueza e liberdade.

Mas o impacto dessa descoberta não chegou até nós. Foi amortecido no caminho. Neste país, a mitologia antiamericana dos anos 1960 resiste bravamente, revigorada não somente pela vociferação repetitiva de lugares-comuns da época, vendidos como explicações cabais dos fatos de hoje, mas pela completa exclusão das informações que poderiam mudar o pano de fundo, o quadro básico de referência desde o qual são interpretadas as novidades do dia.

Nunca, nunca saiu num jornal ou revista deste país qualquer notícia, por mais mínima que fosse, sobre a oposição feroz, geral e obstinada que os conservadores americanos movem ao FMI, à ONU e, enfim, às políticas globalistas. Há mais de uma década nosso povo é diariamente enganado quando os jornalistas o levam a acreditar que globalismo, americanismo e conservadorismo estão de mãos dadas para oprimir o pobre terceiro mundo.

Metade do eleitorado dos EUA vê a Nova Ordem Mundial como um projeto socialista, anticristão e antiamericano. Foi essa gente que, mal ou bem, escolheu George W. Bush. A turma do globalismo, dos organismos internacionais, das ONGs que comem territórios e poderes soberanos dos Estados nacionais, essa votou em peso em Al Gore, um homem cuja família deveu sua prosperidade ao patrocínio de Armand Hammer, megaempresário que a abertura dos Arquivos de Moscou revelou ser um agente financeiro do Comintern.

Assim como essas, milhares de outras informações básicas, de domínio público nos EUA e na Europa, não têm chegado até nós. Mas bastariam essas, talvez, para mudar de um relance toda a perspectiva com que o brasileiro vê o mundo. Bastariam essas notícias, talvez, para estourar a barragem de clichês com que é mantido longe da realidade.

Por isso essas notícias não saem. Por isso quem as conhece tem uma enorme dificuldade quando tenta mostrar à luz delas os novos acontecimentos. Para persuadir o público, ele precisaria remover todo um corpo de premissas e pressupostos sedimentado por décadas de repetição na imprensa, nas cátedras, nas rodas de intelectuais bem-pensantes. Precisaria vencer todo um conjunto de hábitos e reflexos coletivos, toda uma cultura do engano construída por duas gerações de mentirosos esforçados

e macaqueadores preguiçosos. Não há argumentação isolada, por mais poderosa que seja, que consiga fazer essa mágica.

Dizem que em terra de cego quem tem um olho é rei. Pode ser. Mas uma coisa é certa: quem tem os dois passa por louco.

Em nome dos cadáveres

Folha de S.Paulo, 27 de fevereiro de 2004

Quando soube que George W. Bush havia decidido invadir o Iraque, perguntei a mim mesmo: por que o Iraque? Por que não o Paquistão, que tem bomba atômica e distribui tecnologia nuclear no mercado do terrorismo internacional? Por que não o Irã? Por que não a própria Arábia Saudita, de onde jorra dinheiro para Al-Qaeda, Hamas, Hezbollah e *tutti quanti*?

Leitores, por e-mail, cobravam-me uma "tomada de posição" sobre a guerra, mas eu não tinha nenhuma. Não costumo ter opiniões sobre assuntos em que não posso interferir, e, ao contrário da quase totalidade dos articulistas deste país, não escrevo como quem espera insuflar o pânico na Casa Branca, tirar o sono do papa ou elevar a pressão arterial de Vladimir Putin. Tudo o que espero é falar a alguns leitores neste canto obscuro do universo, ajudando-os, na medida dos meus recursos, a orientar-se um pouco na confusão mundial. Por isso, nada opinei sobre a guerra, mas adverti meus leitores quanto à farsa dos freis Bettos que já acusavam o presidente americano pela morte iminente de "milhões de crianças iraquianas" (*sic*) e denunciei a estupidez dos inumeráveis "especialistas" que auguravam a destruição das tropas americanas pela todo-poderosa Guarda Republicana de Saddam Hussein.

Nos últimos dias da guerra, porém, quando se abriram os cemitérios clandestinos nas prisões iraquianas e começou a contagem dos cadáveres, não pude deixar de perceber — e escrever — que a decisão de George W. Bush tinha sido moralmente acertada e até obrigatória: qualquer país que mate 300 mil prisioneiros políticos *tem* de ser invadido e subjugado imediatamente, ainda que não represente perigo nenhum para as nações vizinhas ou para a suposta "ordem internacional". As soberanias nacionais devem ser respeitadas, mas não para além do ponto em que se arrogam o direito ao genocídio. Escrevi na ocasião e repito: cada protelação da ONU custou, em média, a morte de trinta iraquianos por dia, mais de 20 mil ao longo de dois anos de blá-blá-blá pacifista, isto é, só nesse período, cinco vezes mais que o total de vítimas da guerra. Por ter estancado esse fluxo de sangue inocente, com um número reduzido de baixas de ambos os lados e com a menor taxa de vítimas civis já observada em todas as guerras do século XX, o presidente norte-americano, quaisquer que tenham sido os seus erros, merece a gratidão e o respeito de toda a humanidade consciente.

A correção moral intrínseca da ação americana é tão patente e inegável, que, em todas as discussões que se seguiram na mídia internacional e brasileira, esse aspecto da questão teve de ser sistematicamente escamoteado, para concentrar o foco da atenção pública no problema de saber se Saddam Hussein tinha ou não as tais armas de destruição em massa e, portanto, se ao alegar esse motivo em particular — entre inumeráveis outros — George W. Bush tinha acertado ou não.

Ora, um governo que mata 300 mil de seus governados não precisa ter altos meios tecnológicos de destruição em massa, porque, com meios rudimentares, já começou a destruição em massa no seu próprio território e tem de ser detido, incontinenti, por quem quer que tenha os meios de fazê-lo. Os EUA tinham esses meios, e fizeram a coisa certa. A ONU os tinha e não fez nada. Quem, dos dois, é o criminoso?

Não é à toa que aqueles que tentaram deter a ação americana — e vingar-se dela depois de vitoriosa

— sejam aqueles mesmos “pacifistas” dos anos 1960, que, pressionando as tropas americanas a sair do território vietnamita, entregaram o Vietnã do Sul e o Camboja nas mãos dos comunistas, os quais aí fizeram rapidamente 3 milhões de vítimas, três vezes mais do que o total de mortos de décadas de guerra. Nenhum americano alfabetizado ignorava que o resultado da campanha antiamericana seria esse, que a paz seria mais assassina do que a guerra. Mas as Janes Fondas e os Kerrys queriam precisamente isso. Passadas quatro décadas, só uns poucos dentre aqueles “amantes da paz” tomaram consciência do crime hediondo em que se acumpliciaram na ocasião, e esses, por confessar seu pecado, são alvos de intensas campanhas de ódio e difamação. Os outros não só varreram seu velho crime para baixo do tapete da história, mas, variando levemente de pretextos, se apressam hoje em reincidir nele com alegria feroz, fazendo de conta que 300 mil mortos não são nada, que deter pela força o genocídio iraquiano foi — para falar como o ridículo e perverso José Saramago — “uma atrocidade”.

Que argumentos como esse só possam prevalecer por meio da total falsificação do noticiário,[1] é coisa que não espanta. Por toda parte a mídia alardeou, por exemplo, a confissão do inspetor David Kay de que não encontrara armas de destruição em massa no Iraque — porque essas palavras criavam a má impressão de que George W. Bush havia atacado um país inocente —, e escondeu do público a continuação da frase: “Depois descobrimos que o Iraque era muito mais perigoso do que imaginávamos.”

Avaliando George W. Bush

Diário do Comércio (editorial), 18 de junho de 2008

O que quer que se pense de George W. Bush, seis coisas a respeito dele ninguém tem o direito de negar:

1) Ele manteve seu país totalmente a salvo de ataques terroristas por oito anos.

2) Ele derrubou um regime genocida culpado do assassinato de 300 mil iraquianos.

3) Ao contrário do que alardeia a grande mídia com mendacidade histérica, ele fez isso por meio de uma guerra que ao longo da história foi, comprovadamente, a que menos vítimas civis produziu.

4) Ele praticamente desmantelou a resistência terrorista no Iraque, matando 20 mil militantes da Al-Qaeda e forçando a maioria dos remanescentes a buscar refúgio no Irã.

5) Ele promoveu no Iraque a mais rápida e espetacular reconstrução pós-bélica que já se viu, tornando a economia iraquiana mais próspera do que era antes da guerra.

6) Ele implantou a democracia no Iraque — e ela funciona.

Desses seis fatos tiro duas conclusões:

a) Ele foi o melhor chefe de segurança que os EUA já tiveram.

b) Ele foi o melhor presidente que o Iraque já teve.

Julgá-lo enquanto presidente dos EUA é coisa completamente diversa. Quando foi eleito, em 2000, os republicanos tinham todas as condições de vencer as eleições presidenciais seguintes por quatro décadas, desmantelar a conspiração do Partido Democrata com a esquerda radical e curar o país segundo as fórmulas consagradas de Ronald Reagan. Decorridos dois mandatos, não apenas não fez nada disso mas permitiu que seu partido perdesse fôlego a ponto de tornar quase inviável a permanência dos republicanos no poder.

Atribuir esse vexame ao fracasso da guerra no Iraque não explica nada; é pura propaganda esquerdista enganosa.

George W. Bush nunca fracassou no Iraque. Ele fracassou foi no *front* interno. Esse fracasso

começou logo após o 11 de Setembro, quando, em vez de aproveitar a ocasião para denunciar o colaboracionismo democrata, desmoralizando de vez o esquerdismo e saneando a atmosfera política americana, preferiu fingir que seus inimigos eram seus amigos, criando uma ficção de unidade nacional contra o agressor externo. Os democratas, ostentando o rótulo de patriotas que o próprio Bush lhes grudara na testa, e armados do prestígio assim adquirido, puderam esfaquear pelas costas o país, suas Forças Armadas e seu presidente sem que a população duvidasse um só instante de suas boníssimas intenções.

Fugindo ao confronto que eles por seu lado buscavam insistentemente, Bush deu força a seus inimigos, que eram os inimigos dos EUA. Tudo o que teve de valente na condução da guerra, teve de politicamente covarde na luta interna. Resultado: seu sucesso é condenado como um fracasso e seu verdadeiro fracasso não pode ser confessado em público sem desencadear, mil vezes piorada, a mesma divisão interna que ele ainda quer evitar mas que seus adversários assumem cada vez mais barulhentamente, tirando dela, contra os EUA, as mesmas vantagens que Bush deveria ter tirado em favor do país.

George W. Bush errou de profissão. É um grande comandante militar, mas não é um político de maneira alguma.

2. OBAMA

Os pais da crise americana

Diário do Comércio, 5 de março de 2009

Se a folha de realizações criminosas dos movimentos revolucionários nas democracias não pode, por definição, concorrer com o desempenho deles nas áreas que dominam, nem por isso ela deixa de ser a causa principal de distúrbios e sofrimentos, seja no terceiro mundo, seja nas nações desenvolvidas. Não há crise, não há fome, não há violência, não há fracasso para o qual a proposta revolucionária, nua e crua ou numa de suas inumeráveis versões camufladas, não tenha dado sua contribuição essencial. Talvez o exemplo mais evidente esteja em nosso próprio país, onde as gangues de criminosos jamais teriam chegado a derramar o sangue de 40 mil brasileiros por ano se não fosse pela ajuda, indireta e direta, que receberam dos revolucionários, primeiro mediante a instrução em técnicas de organização e guerrilha, recebida dos terroristas presos na Ilha Grande na década de setenta, segundo pela sucessão de leis que esses mesmos terroristas, anistiados e transfigurados em políticos, criaram para proteger os criminosos e dificultar a ação da polícia, terceiro pela assistência técnica e treinamento militar que as Farc hoje dão às quadrilhas nacionais.

Mas outro exemplo, não menos significativo, é o da crise econômica americana. Especulações quanto às causas desse fenômeno pululam por toda a mídia internacional, mas é um erro metodológico monstruoso buscar explicação em supostas tendências gerais da economia e da sociedade quando se pode pôr à mostra a sequência precisa e determinada de ações individuais e grupais que produziram o efeito. Muito da pretensa “ciência social” contemporânea consiste em camuflar as causas concretas sob universais abstratos. Não espanta que, na totalidade dos casos, os explicadores sejam ou os próprios agentes posando de observadores externos, ou suas vítimas idiotizadas, empenhadas em anestesiar-se mediante autoinjeções de pseudociência para não ter de enxergar a verdadeira identidade de seus opressores.

Deixar-nos iludir por essa camuflagem é ainda mais inaceitável quando os agentes do processo daninho não têm sequer de ser investigados *a posteriori* porque eles mesmos legaram ao historiador a

exposição escrita de seus planos e métodos. No caso em questão, a derrubada da previdência social americana e do sistema bancário que a sustenta não foi o efeito de uma confluência involuntária de fatores anônimos, não foi nem mesmo o resultado de uma longa colaboração de inépcias, mas foi a simples realização de um plano traçado desde a década de 1960 por estrategistas de esquerda inspirados por Saul Alinksy, mais tarde o mentor de um jovem estudante de Direito, Barack Hussein Obama.

O documento que o atesta acima de qualquer possibilidade de dúvida nada tem de secreto. Foi publicado em 1966 na prestigiosa revista *The Nation* e até hoje consta da lista dos dez artigos mais lidos da publicação desde sua fundação em 1886.*

Os autores, Cloward e Piven, buscavam aí colocar em ação a regra ensinada por Saul Alinsky, que ele mais tarde enunciaria por escrito em seu livro *Rules for Radicals*, de 1971: "Faça o inimigo pôr em prática seu próprio manual." A regra antecipa uma das táticas mais notórias da "guerra assimétrica". David Horowitz assim a interpreta:

> Quando pressionada a honrar cada palavra de cada lei e estatuto, cada princípio moral judaico-cristão e cada promessa implícita do contrato social liberal, a ação humana é inevitavelmente deficiente. O fracasso do sistema em 'pôr em prática' o seu manual de regras pode então ser usado para desacreditá-lo completamente e para substituir um manual capitalista por um socialista.**

A estratégia proposta por Cloward e Piven consistia, segundo Horowitz, em "forçar uma mudança política através da crise orquestrada (...) procurava acelerar a queda do capitalismo ao sobrecarregar a burocracia governamental com uma enchente de demandas impossíveis, arrastando então a sociedade para uma crise e um colapso econômico". Mas não pensem que isso é interpretação proposta por Horowitz. O texto original de Cloward e Piven é de uma clareza absolutamente cínica:

> É nosso propósito pôr em ação uma estratégia que forneça a base para uma convergência de organizações. Se essa estratégia for implementada, o resultado será uma crise política que poderá levar a uma legislação que garanta uma renda anual e portanto acabe com a pobreza.

Cloward e Piven prosseguiam explicando que havia "um abismo de diferença entre os direitos nominais assegurados pela previdência social e o número de pessoas que desfrutavam efetivamente desses direitos. Se fosse possível localizar e organizar esses beneficiários inatendidos e usá-los para pressionar os institutos de previdência, estes não teriam dinheiro para atender à demanda e entrariam fatalmente em colapso." A proposta de uma legislação socialista surgiria então, com aparente espontaneidade, como natural solução do problema. Nas décadas que se seguiram, a estratégia foi aplicada à risca, arregimentando milhões de beneficiários potenciais para que exigissem seus direitos em massa e produzissem a crise. Na liderança desse movimento estava o grupo de ativistas formado por Alinsky, entre os quais Barack Hussein Obama. A pletora de créditos imobiliários fornecidos pelos bancos, sob pressão dos ativistas, a solicitantes desprovidos das mínimas condições de pagar os empréstimos, foi a causa direta da crise bancária eclodida em setembro de 2008.

Dois pontos essenciais do plano Cloward-Piven chamam imediatamente a atenção do observador externo. De um lado, a diferença entre duas concepções da previdência social. No sistema capitalista, a previdência social é, por natureza, um último recurso, a que os cidadãos só devem recorrer em casos de extrema necessidade. A prosperidade geral do sistema, esperava-se, deveria prover por si o sustento das famílias, reduzindo a um mínimo as filas nos guichês da previdência. Cloward e Piven reconhecem essa obviedade em teoria mas adotam como estratégia ignorá-la na prática, forçando o direito virtual expresso em lei a tornar-se uma garantia de atendimento imediato a todos os pretendentes reais e potenciais, necessitados ou não. Entravam instantaneamente na fila, portanto, desde os miseráveis genuínos (um número insignificante) até pessoas de classe média baixa

meramente insatisfeitas com a sua situação modesta:

> Para cada pessoa nas listas da previdência, há pelo menos mais uma que preenche os critérios de legibilidade mas não está recebendo assistência. Essa discrepância não é um acidente que emerge da ineficiência burocrática. É um traço inerente do sistema previdenciário, o qual, se desafiado, precipitará uma profunda crise financeira e política. A força para esse desafio, e a estratégia que propomos, é um esforço maciço para recrutar os pobres e colocá-los nas listas da previdência.

Sob esse aspecto, a mera entrada em ação da campanha Alinsky-Cloward-Piven já modificava radicalmente a natureza do sistema, transformando o Estado liberal-capitalista num Estado previdenciário pré-socialista — e a falência deste último seria então denunciada como crise do anterior.

De outro lado, o objetivo último proclamado — garantir uma renda anual estatal a todos os pobres — se autodesmascarava imediatamente como farsa, pelo enunciado mesmo do plano: se a previdência não tinha dinheiro nem para atender os direitos já existentes no papel, como poderia tê-lo para arcar com um gasto imensamente maior? “Acabar com a pobreza” não era o objetivo do plano: era apenas o pretexto moral para gerar a crise. Esta era o único objetivo real, e não resta a menor dúvida de que foi alcançado. Neste caso, como em muitos outros, o discurso revolucionário apela a um objetivo utópico inatingível para viabilizar o esforço por um objetivo prático perfeitamente atingível, só que propositadamente desastroso. Se olharmos para a situação atual da economia americana, com o sistema bancário agonizante e o desemprego crescendo dia após dia, e notarmos que tudo isto foi feito sob a desculpa de “acabar com a pobreza”, é impossível deixar de perceber que os autores da ideia jamais acreditaram nessa desculpa, assim como os propugnadores de leis criminais mais brandas não acreditavam em diminuir a criminalidade e os defensores da educação sexual nas escolas não acreditavam em diminuir os casos de gravidez adolescente. Todas essas medidas e muitas outras similares visam tão somente a destruir o sistema capitalista por meio de políticas assistenciais socialistas, calculadamente formuladas sob a lógica do prejuízo. Não há nenhum motivo razoável para supor que os danos resultantes fossem o puro efeito da inépcia ou da má administração. Foram resultados calculados, alcançados mediante uma engenharia social notavelmente eficaz. Trata-se, sempre e invariavelmente, de fazer o “sistema” pagar pelas culpas de seus agressores.

O advento da ditadura secreta

Diário do Comércio, 28 de março de 2012

Escolados pelo precedente do Foro de São Paulo, cuja existência lhes foi ocultada durante dezesseis anos pela mídia *soi disant* respeitável, alguns leitores brasileiros talvez não se sintam tão espantados ao ver que o *New York Times*, o *Washington Post*, a CNN e demais organizações jornalísticas de maior prestígio nos EUA, mesmo depois do pito que levaram do Pravda, continuam sonegando ao público qualquer notícia sobre os documentos forjados de Barack Hussein Obama.

Nos dois casos, a recusa de cumprir a mais primária obrigação do jornalismo pode se explicar, de início, pela reação automática de ceticismo ante condutas que, de tão perversas, maliciosas e abjetas, parecem inverossímeis. Quem poderia acreditar, assim sem mais nem menos, que a esquerda, desmoralizada e aparentemente moribunda após a queda da URSS, estava preparando um retorno triunfal na América Latina por meio de um acordo secreto entre organizações legais e criminosas, planejado para controlar, pelas costas do eleitorado, a política de todo um continente? Quem poderia engolir, na primeira colherada, a hipótese de que um bandidinho com identidade falsa, subsidiado por bandidões, ludibriou a espécie humana praticamente inteira e, da noite para o dia, saiu do nada para se tornar presidente da nação mais poderosa do mundo? É mesmo difícil. Mas quando nem mesmo o

acúmulo incessante de provas inquestionáveis demove do seu silêncio obstinado os profissionais que são pagos para falar, então é impossível evitar a suspeita de que o engodo geral não foi tramado só por políticos, mas também pelos donos de jornais, revistas e canais de TV, secundados pelo proletariado intelectual das redações.

No entanto, como qualquer pessoa com mais de 15 anos tem a obrigação de saber, não há nada que esteja tão ruim que não possa piorar. Depois de ocultar a maior fraude política de todos os tempos, a mídia americana passou a esconder até decretos oficiais do governo Obama, que assim são impostos a toda uma população desprovida do elementar direito de saber que existem. Os leitores mais velhos devem se lembrar de que a nossa ditadura militar inventou, um belo dia, um treco chamado “decreto secreto”, que entraria em vigor sem precisar ser publicado. Inventou-o mas, que eu saiba, não teve a cara de pau de chegar a usá-lo. Pois bem, graças às empresas de comunicações de Nova York e Washington, essa coisa, essa deformidade jurídica inigualável, está em pleno uso na mais velha e — até recentemente — mais estável democracia do mundo.

Quando o amor fanático da classe jornalística a um político se coloca descaradamente acima da Constituição, das leis, da segurança nacional e de todas as regras básicas da moralidade, não há como explicar isso pela mera preferência espontânea dos profissionais de imprensa, por mais obamistas que comprovadamente sejam. Alguns jornalistas chegaram a queixar-se ao chefe da Comissão Arpaio, Michael Zullo, de que haviam recebido ameaças diretas do governo para que nada publicassem das investigações. Artigos a respeito foram misteriosamente retirados até de sites conservadores como www.townhall.com, e uma entrevista marcada com Jerome Corsi, o incansável investigador da fraude documental, foi suspensa na Fox News por ordem explícita da diretoria. Com toda a evidência, o bloqueio vem de muito alto, envolvendo tanto funcionários do governo quanto potentados da mídia.

Quando se conhece, porém, o conteúdo dos decretos ocultados, vê-se que a coisa é infinitamente mais grave do que o simples boicote organizado do direito à informação. Em 31 de dezembro, quando o povo estava distraído festejando o ano-novo, Obama assinou o *Defense Authorization Act*, que lhe dava, simplesmente, o direito de mandar matar ou de prender por tempo indefinido, sem processo nem *habeas corpus*, qualquer cidadão americano. No crepúsculo da sexta-feira, 16 de março, veio uma ordem executiva (o equivalente da nossa “medida provisória”, com a diferença de que não é provisória) que confere ao presidente os poderes necessários para estatizar, a qualquer momento e sem indenização, todos os recursos energéticos do país, incluindo as empresas de petróleo, mais a indústria de alimentos, e ainda para instituir quando bem deseje, sem autorização do Congresso, o recrutamento militar obrigatório. Em suma: o homem deu a si mesmo poderes ditatoriais, e nas duas ocasiões fez isso em momentos calculados para desviar as atenções e frustrar a divulgação. A precaução acabou por se revelar desnecessária: jornais e canais de TV, levando a solicitude até o último limite do servilismo totalitário, não publicaram praticamente nada a respeito, de modo que, com exceção daqueles que já voltaram as costas à mídia elegante e preferem informar-se pela internet, os americanos, tendo adormecido numa democracia, acordaram numa ditadura sem ter a menor ideia do que havia acontecido.***

Não que esta seja a primeira ditadura a ocultar sua própria existência. O segredo, ensinava René Guénon, é da essência mesma do poder. As diferenças são duas:

1) Pela primeira vez na história do mundo a ditadura secreta é implantada por um ilustre desconhecido cuja identidade permanece ela mesma secreta, bloqueada a todas as investigações.

2) O episódio evidencia com clareza obscena o fenômeno mundial, a que já aludi muitas vezes, do giro de 180 graus na função da grande mídia, que de veículo de informação se transmutou maciçamente, nas últimas décadas, em órgão de censura e controle governamental da opinião pública.

Fugindo da humilhação

Diário do Comércio, 4 de fevereiro de 2013

Platão, no *Eutífron*, já advertia contra aqueles que estão do lado do bem só por tradição e hábito, sem revigorar suas crenças pela busca ativa da verdade, e se tornam assim colaboradores inconscientes do mal. Passados dois milênios e meio, parece que ninguém aprendeu a lição, ao menos nos EUA. O que mais facilmente pode destruir um país é a confiança cega que os cidadãos depositam no funcionamento automático do sistema, sem fazer nada para garantir que sobreviva aos desafios novos e imprevistos.

Conversando com uma amiga — que deixou de ser minha amiga por isso —, informei a ela que a vida de Barack Hussein Obama permanecia um mistério, já que ninguém nos altos círculos desejava investigá-la e muitos tinham mesmo interesse em mantê-la secreta. A mulher reagiu como se eu fosse um egresso do Pinel. "Impossível!", gritava no telefone. "Imagine se vão aceitar um candidato presidencial sem investigá-lo! Você pensa que está no Zimbábue? Aqui é a América, a democracia, o reino da transparência!"

Bem, o problema é exatamente esse. Uma janela é transparente porque você enxerga através dela, não porque apenas imagina que os outros enxergam.

Se cada cidadão transfere aos de cima o dever de tentar enxergar, logo a coisa vira uma nação de cegos governados por meia dúzia de videntes espertos.

O velho adágio esotérico de que "o segredo se protege a si mesmo" não é bem exato: o que o segredo faz é alimentar na massa de cretinos o anseio compulsivo de exorcizar antecipadamente o fantasma de uma desilusão que se anuncia tão inevitável quanto insuportável.

Uma pesquisa já antiga da IBM mostra que é possível levar qualquer pessoa a um estado de quase paranoia mediante o simples controle do fluxo de informações que recebe: basta mantê-la em constante alerta contra o perigo de uma humilhação iminente.

Estudos como esse já saíram do campo da pura investigação científica e se integraram, faz tempo, no arsenal das técnicas de manipulação comportamental. As gozações cruéis que o governo e a grande mídia fazem contra os *birthers*[2] não visam a atingir a eles propriamente, mas a ricochetear sobre a massa dos crentes obamistas, submetendo-os à angústia intolerável de ter de escolher entre o risco de ser alvos de humilhação semelhante ou o de submeter-se mais tarde à humilhação pior ainda de descobrir que caíram no maior blefe político de todos os tempos.

É assim que as próprias vítimas do engodo se tornam a guarda pretoriana do trapaceiro, repelindo com fúria a mera suspeita de que ele as possa ter enganado. Apelos desesperados à fé irracional, como o da minha ex-amiga, já denotam aquela reação de autodefesa exagerada que marca o primeiro estágio das neuroses, a falsificação histérica do quadro percebido.

O psiquiatra polonês Andrew Lobachewski ensina que, quando um grupo de psicopatas cínicos e descarados assume o poder na sociedade, a histeria, em proporções epidêmicas, se espalha pela população.

O fato é que, em décadas de jornalismo, nunca vi nada mais abundantemente provado do que a falsidade dos documentos de Barack Hussein Obama. Quem quer que a negue é porque não examinou as provas, não quer examiná-las ou, tendo-as examinado, não quer que ninguém mais as examine: morre de medo disso.

Digo-o com a experiência de quem viu a mídia nacional inteira fingir, por dezesseis anos, que o Foro de São Paulo não existia. Onde estão hoje aqueles galináceos de borla e capelo que, do alto de seus poleiros, cacarejavam acusando-me de açoitar cavalo morto ou de ser um "teórico da conspiração"? Em que buraco se esconderam depois que o próprio Lula passou a alardear em público o

poder e a glória daquela instituição comunista?

Estão todos se fingindo de mortos, esperando que o tempo apague o vexame mais deprimente da história do jornalismo nacional.

Se nenhum perdeu o emprego, é pelo mesmo motivo que os mensaleiros continuam longe da cadeia: o Brasil tornou-se um imenso hímen complacente, sobrevive a estupros repetidos e sai sorrindo como se nada tivesse acontecido.

Nessas condições, já vim para os EUA, em 2005, preparado e vacinado para não me espantar de que a mídia americana copiasse na primeira oportunidade o exemplo da nacional, num esforço conjugado de tapar o sol com uma peneira estropiada.

O eleitor americano é que ainda não se adaptou à brasilianização do seu país. Ainda entra em crise toda vez que se vê obrigado a escolher entre acreditar na mídia ou no que vê com os olhos da cara.

Muitos ainda se apegam à esperança louca de que tudo seja um equívoco.

Obama viajou para o Paquistão numa época em que a entrada de americanos naquele país era proibida, usando um passaporte estrangeiro e provando que tem dupla nacionalidade? Deve haver uma explicação.

Obama usa 27 números diferentes de *Social Security*, registrados em nome de pessoas mortas, de parentes longínquos da sua esposa e até da mãe de um alto funcionário do próprio *Social Security*? Deve haver uma explicação.

Obama assinou com data de 1980 um certificado de alistamento militar emitido em 2008? Deve haver uma explicação. A borrachinha do carimbo foi visivelmente cortada e invertida para transformar 08 em 80? Deve haver uma explicação.

A certidão de nascimento de Obama publicada pela Casa Branca mostra letras com espaços diferenciados, como só veio a se tornar possível com máquinas de escrever elétricas que não existiam quando o documento foi emitido? Deve haver uma explicação.

Esses fatos não aparecem na grande mídia, mas todo mundo os conhece e ninguém os contesta. Só o que fazem é odiá-los e bater em quem insista em mencioná-los.

O erro dos *birthers*

[in: Notinhas deprimentes]

Diário do Comércio, 12 de julho de 2012

Faz tempo que a “grande mídia”, praticamente do mundo inteiro, se transformou em puro *show business*, alheio e até hostil ao dever de informar o público. Poucos fatos, em todo o universo, são tão bem provados quanto aqueles, precisamente, que a classe jornalística em peso faz questão de ignorar, ou de só reconhecer tarde demais, quando nada mais resta a fazer a respeito.

Barack Hussein Obama elegeu-se presidente com documentos falsos. Sua certidão de nascimento é falsa, seu cartão de *Social Security* é falso, seu alistamento militar é falso. Especular onde nasceu é conjetura, saber se é elegível ou não é matéria de controvérsia legal, mas os documentos falsos são fatos brutos, visíveis com os olhos da cara. A mídia chapa-branca, que é a mídia americana inteira, desviou a discussão dos fatos para as especulações, e os próprios *birthers* caíram no engodo, insistindo em tentar vetar pela lei eleitoral um candidato que mais facilmente teriam enviado à cadeia por crime de falsidade documental. Napoleão ensinava que é preciso atacar o adversário diretamente e num só ponto, o mais vulnerável. Os *birthers*, iludidos pela classe jornalística maciçamente obamista, diluíram sua força de ataque, investindo contra o inimigo em terrenos onde desfruta de um estoque ilimitado de subterfúgios processuais.

O Fome Zero de Obama

Diário do Comércio, 18 de setembro de 2012

Se os caros leitores compreenderam o meu artigo "A engenharia da desordem",[3] deve ter-lhes ocorrido, ao menos de raspão, a ideia de que o sr. Barack Hussein Obama talvez não estivesse fazendo puro jogo de cena quando, ao encontrar o sr. Lula em Washington D.C., exclamou: "Esse é o cara!"

O presidente americano prometeu imitar o Fome Zero, e não somente o fez como vem obtendo, desse empreendimento, resultados perfeitamente simétricos aos alcançados pelo seu colega brasileiro.

Nos últimos anos, a economia americana caiu do primeiro lugar para o sétimo na escala de competitividade do Fórum Econômico Mundial. O desemprego, que em 2008 não passava muito de 4%, já está acima de 8%, e a criação de novos empregos é cada vez mais lenta. Comparando números, o colunista Donald Lambro, do *Washington Times*, conclui que o desempenho do presente governo americano na área trabalhista é o pior desde a Segunda Guerra Mundial.

Em compensação, Obama foi o recordista absoluto na distribuição de dinheiro do governo não só aos pobres como também aos ricos — incluindo um vistoso leque de empresas falidas por má administração e fraudes, em geral pertencentes a seus contribuintes de campanha. Para isso, sobrecarregou o Estado com mais dívidas do que todos os seus antecessores somados, desde George Washington.

É um fracasso colossal, dizem os analistas econômicos. Mas, os utilitaristas que me perdoem, a racionalidade econômica não é a motivação última dos atos humanos. O que do ponto de vista econômico parece um absurdo pode ser politicamente lógico e sensato, ao menos no sentido maquiavélico da coisa.

Um artigo excelente do comentarista Ira Stoll, publicado no *New York Sun*,[4] mostra que as melhores chances de sucesso do candidato democrata nas eleições de novembro repousam precisamente no descalabro da sua política trabalhista: na primeira gestão Obama, o número das pessoas que vivem de ajuda governamental começou a superar, pela primeira vez na história americana, o das que trabalham e pagam impostos.

Hoje são 46,7 milhões de americanos que recebem vale-alimentação, 8,7 milhões de estudantes bolsistas, mais 7,6 milhões de empregados estatais sindicalizados. Total: 63 milhões de obamistas compulsivos. Quatro milhões acima do número de votos obtidos por John McCain em 2008.

Será especulação psicótica, será "teoria da conspiração" suspeitar que houve alguma premeditação por trás de um fracasso tão benéfico à pessoa do seu autor? Não, quando se leva em conta o seguinte fato: o único emprego que Obama teve na vida, o único ramo de atividade no qual adquiriu alguma experiência, foi o de "organizador comunitário", empenhado na aplicação da estratégia Cloward-Piven. E essa estratégia consiste, de alto a baixo, na arte de fomentar o desastre econômico para tirar dele proveitos políticos.

Expliquei isso num artigo de 2009 publicado neste mesmo *Diário do Comércio*.[5] Que pode haver de tão inverossímil em supor que, na Presidência, o homem fez a única coisa que comprovadamente sabe fazer?

Aí reside também a diferença entre ele e o seu modelo brasileiro. Lula, para implantar o monopólio político da esquerda e corromper a sociedade inteira, teve de manter a economia funcionando razoavelmente e fazer o possível para cortejar o empresariado, dessensibilizando-o para tudo o que se passasse fora do círculo de seus interesses mais imediatos.

Obama, ao contrário do nosso ex-presidente, não encontrou uma massa de miseráveis pronta para ser alistada na sua clientela. Teve de fabricá-la — e não havia como fazer isso senão demolindo a economia, aumentando ao mesmo tempo o desemprego e a dívida pública para que esses dois

monstros se alimentassem um do outro até a completa exaustão do organismo nacional.

Outra diferença é a posição dos EUA no cenário internacional, que tinha de ser corroída mediante cortes no orçamento militar e o favorecimento inicialmente discreto, depois explícito, às forças inimigas que se levantavam contra governos aliados ou neutros.

O assassinato do embaixador americano na Líbia,[6] sincronizado com manifestações antiamericanas na Tunísia, no Iêmen, no Irã e no Egito (onde, para cúmulo, os marines que guardam a embaixada continuam proibidos de portar munição de verdade), é o símbolo condensado da lógica que orienta toda a política do governo Obama. Essa lógica resume-se na simples aplicação local do mandamento globalista: enfraquecer os Estados no plano internacional e fortalecê-los no plano interno.

Dito de outro modo: desarmá-los contra seus inimigos e armá-los contra suas próprias populações, de modo a fazer deles os cães de guarda, ao mesmo tempo dóceis e implacáveis, da nova ordem global. De sob as cascas dos velhos Leviatãs nacionais começa a erguer-se, majestosamente sinistro, o Leviatã planetário.****

O império das puras coincidências

Diário do Comércio, 22 de novembro de 2012

Afinal, você vai crer em mim ou nos seus próprios olhos?

Groucho Marx

O visconde Christopher Monckton de Brenchley, matemático inglês que deu assessoria ao gabinete de Margaret Thatcher como especialista na aplicação da teoria das probabilidades à avaliação da autenticidade de documentos, firmou duas semanas atrás uma declaração juramentada a respeito da certidão de nascimento de Barack Hussein Obama tal como divulgada pela Casa Branca.

Segundo seus cálculos, a possibilidade de que as pequenas e grandes irregularidades encontradas na certidão sejam puramente acidentais é de 1 para 75 trilhões.

Tal é o grau de confiabilidade do documento. Monckton colocou os resultados da sua análise à disposição dos tribunais americanos, sob pena de perjúrio. Charles Neal Delzell, professor de Matemática da Universidade Estadual da Louisiana, fez por sua vez uma declaração juramentada de que os cálculos do visconde estão corretos.

Mas se a Presidência americana, o Partido Democrata e a grande mídia em peso podem exigir que os eleitores apostem numa probabilidade tão ínfima, ridicularizando e estigmatizando como louco quem quer que veja nisso um risco excessivo, por que não poderiam também impor a crédula genuflexão ante outras tantas coincidências fortuitas com margem de erro até mais modesta, reduzida, digamos, a alguns bilhões ou milhões? Por que não poderiam exigir que, para não ser acusados de adeptos de “teorias da conspiração” todos se tornassem devotos da “teoria das puras coincidências”?

Por pura coincidência, o general David Petraeus, que estava marcado para depor no Parlamento sobre a omissão de socorro à legação americana na Líbia, foi repentinamente pego em flagrante vexame de adultério com sua biógrafa Paula Broadwell, sendo forçado a pedir demissão do cargo de chefe da CIA, e, para alívio geral do alto-comando obamista, automaticamente dispensado de prestar o depoimento.

Os parlamentares não se deixaram ludibriar e decidiram convocar o general para depor assim mesmo. O que ele disse foi, em substância, que desde o primeiro momento informara à Casa Branca que o ataque em Benghazi fora um ato terrorista premeditado, e que alguém do governo convencera a embaixadora Susan Rice a modificar a história, atribuindo tudo a um protesto popular espontâneo contra um ridículo vídeo anti-islâmico amador divulgado pelo Youtube.[7]

O testemunho do general foi tanto mais importante porque agora se sabe que o embaixador assassinado, Chris Stevens, estava distribuindo armas aos insurgentes sírios, entre os quais se encontravam muitos membros da Al-Qaeda e do Hamas que viriam a participar do ataque ao escritório da legação. Depois essas armas foram também usadas para assassinar 28 civis cristãos. O caso assume portanto as dimensões de um crime de alta traição — que a lei americana define como "dar ajuda e conforto ao inimigo" — seguido de uma operação de acobertamento.

O FBI declarou oficialmente que teria descoberto o *affair* Paula Broadwell meses atrás, por acaso, por mero acaso, quando estava investigando outra coisa. Ao espalhar essa desculpa, porém, a agência dava com a língua nos dentes, confessando que decidira adiar a divulgação até depois das eleições. Isso sugeria uma premeditação duplamente maquiavélica: se o adiamento livrou Obama de um escândalo à véspera da votação, a súbita pressa de divulgar o caso antes do depoimento do chefe do seu serviço de inteligência foi um esforço desesperado para livrá-lo de um escândalo maior ainda. Na lentidão como na pressa, o controle do fluxo de informações pelo FBI correspondeu ao *timing* perfeito para evitar danos à imagem do presidente. Mas, evidentemente, quem pensa assim é teórico da conspiração. As pessoas sãs e equilibradas acreditam piamente que foi tudo coincidência, mera coincidência.

Mera coincidência foi também que o computador da campanha republicana, com a lista dos partidários preguiçosos e recalcitrantes a ser visitados nas últimas horas pelos cabos eleitorais e persuadidos a votar, entrasse em pane justamente no dia da eleição, deixando longe das urnas muitos votos que poderiam fazer diferença em favor de Romney. Novamente, o *timing* perfeito? *Honni soit qui mal y pense*. Tudo coincidência, mera coincidência.

Mais coincidência ainda foi que Obama saísse perdendo em todas as zonas eleitorais que exigiam carteiras de identidade com foto dos eleitores, e vencedor naquelas que aceitavam identidades sem foto ou mesmo identidade nenhuma. Coincidência, igualmente, o fato de que até agora todas as máquinas de votar apontadas como defeituosas trocassem sempre os votos de Romney para Obama, jamais deste para aquele.

E também quem, senão um paranoico reacionário, veria algo de suspeito no fato de que, em todas as zonas eleitorais das quais foram excluídos os fiscais republicanos, Obama tivesse entre 99 e 100% dos votos, chegando ao prodígio de ter 108 em uma delas? Coincidência, coincidência, pura coincidência.

As autoridades e a grande mídia têm, por definição, o dom daquilo que se chama "fé pública": expressam o que a sociedade e as pessoas de bem têm a obrigação de acreditar. Quando, porém, os detentores da fé pública desafiam reiteradamente o cálculo das probabilidades, quando o simples uso da lógica se torna uma abominação e quase um crime, é evidente que se atingiu aquele ponto em que o esquema partidário dominante já desfruta da "autoridade onipresente e invisível de um mandamento divino, de um imperativo categórico", que Antonio Gramsci descrevia como a situação ideal para a mutação revolucionária da sociedade.

Salvando o triunvirato global

Diário do Comércio, 25 de novembro de 2012

O mais óbvio dos erros a que me referi no artigo anterior[8] é o de medir os gigantes pelo seu coeficiente de visibilidade apenas. Nessa escala, o *establishment* anglo-americano — para usar o termo de Carroll Quigley — fica tão mais volumoso, que os outros dois parecem pigmeus inofensivos empenhados bravamente num combate desproporcional.

O professor Alexandre Dugin[9] aproveita-se dessa ilusão de ótica para dar às plateias do terceiro

mundo a impressão de que os blocos russo-chinês e islâmico são seus companheiros de infortúnio, gemendo juntos sob o tacão do “poder unipolar”.

Ele sabe que essa visão das coisas é falsa, que os três grandes esquemas globalistas são igualmente poderosos, ricos, temíveis, ambiciosos e amorais, além de cúmplices uns dos outros. Quando os favelados mentais da USP o aplaudem, ri entre dentes. Imaginem com que satisfação sádica não vê a juventude *enragée* apoiar, por puro ódio aos EUA, o regime que proíbe a propaganda gay e se apresenta ao público conservador como a nova e puríssima encarnação dos valores cristãos tradicionais, explorando, com destreza admirável, duas credulidades opostas.

Mas não é só o senso das proporções que aí sai distorcido por completo. É a trama real das relações entre os três blocos, que o *duginismo* reduz à simploriedade postiça de um conflito esquemático entre dois.

Ninguém ignora que a escolha de Barack Hussein Obama como candidato do Partido Democrata em lugar de Hillary Clinton, em 2008, foi uma imposição, um *diktat* do Grupo Bilderberg. Também é preciso ter feito juramento de cegueira para não enxergar que, durante o seu primeiro mandato, o ungido do globalismo fez tudo para desbancar o dólar e debilitar a posição dos EUA no cenário internacional, estancou a produção nacional de petróleo, gás e carvão, atrofiou o sistema americano de defesa, pôs seu país de joelhos ante a China e a Rússia e, tanto no Oriente Médio quanto em suas políticas de segurança interna, deu mão forte aos arautos do Califado universal. Igual favorecimento à expansão islâmica tem orientado a política da União Europeia e de vários governos do Velho Mundo abençoados pela internacional fabiana.

Bastam esses fatos para mostrar, acima de qualquer possibilidade de dúvida, que:

1) A política da elite fabiana não coincide em absolutamente nada com os interesses geopolíticos da nação americana. A demolição do “Império Americano” está no seu programa tanto quanto nos do bloco russo-chinês e do Califado.

2) O único “poder unipolar” que existe não tem um centro geopolítico, mas reside na área de interseção entre os três grandes esquemas globalistas.

3) O futuro do mundo, a curto e médio prazo, depende de saber se a frágil unidade que ainda vigora nessa área de interseção vai predominar sobre os interesses de cada esquema globalista em particular ou se o tripé vai ceder, jogando os três esquemas um contra o outro, ou dois contra um. Na primeira dessas hipóteses, teremos uma ditadura mundial. Na segunda, a guerra mundial. Dos três blocos, o único que está preparado para a segunda hipótese, militar e ideologicamente, é o russo-chinês. O islâmico — com a exceção do Irã, que é um boi de piranha de Moscou — tem mais a ganhar com a expansão pacífica e a chantagem terrorista, ao passo que o bloco Ocidental procura desarmar-se a olhos vistos, tudo apostando na unidade da ditadura mundial em que os Estados nacionais perdem autonomia na esfera internacional ao mesmo tempo que enrijecem seus controles sociais internos.

A vitória de Barack Hussein Obama é mais um passo nessa direção, um indicador claríssimo de que os EUA vão prosseguir na sua política de autodesmantelamento militar e econômico aliado à expansão ilimitada dos mecanismos de controle policial da sociedade, segundo os mesmos cânones “politicamente corretos” que os organismos internacionais vêm impondo a todos os países do hemisfério Ocidental. Até onde será possível prosseguir nessa via é algo que depende de como a elite ocidental vai manejar a sua contradição constitutiva: ela tem de debilitar o poderio americano para subjugá-lo ao comando internacional, mas de outro lado continua precisando dele, por enquanto, como sua base militar. Nada poderia evidenciar mais claramente a sua natureza de parasita.

A pergunta decisiva, para os próximos anos, é: a Rússia e a China vão se contentar em prosseguir desfrutando do seu quinhão na partilha do mundo entre os três grandes blocos, ou vão tentar um golpe de mão para livrar-se dos parceiros e apossar-se de tudo de uma vez?

Obama já foi pego de calças na mão em pleno ato de prometer aos russos que, no seu segundo

mandato, fará toda sorte de concessões para aplacá-los e salvar a unidade do triunvirato global. Foi sob o mesmo pretexto que afagou as pretensões da Fraternidade Islâmica, obtendo como únicos resultados o acréscimo da violência terrorista e o fiasco de Benghazi.

Vladimir Putin sabe que, em última instância, a unidade é inviável. Ele tira proveito dela, por enquanto, mas, entre o triunvirato global e o Império Eurasiano, sua escolha já está feita.

Velho truque

Diário do Comércio, 28 de novembro de 2012

Um dos mais velhos truques da propaganda comunista no Brasil é esconder-se por trás de algum comunista americano desconhecido nestas plagas e cantar vitória: “Está vendo? Até os ianques dizem que...” Partindo da premissa popular de que ser americano é um atestado de anticomunismo, até a voz do KGB em inglês soa como uma potente confirmação direitista de qualquer mentira pró-comunista que se pretenda impingir ao cândido leitor brasileiro.

Sempre foi assim. Quando eu era adolescente, esfregavam-me no nariz os artigos de Drew Pearson e me esmagavam com o argumento fulminante: “Está vendo? Até os ianques dizem que...” Acabei, é lógico, acreditando, sem saber que as fontes de informações de Pearson eram dois agentes soviéticos — coisa que só chegou ao meu conhecimento quatro décadas depois, mas ainda é totalmente ignorada pelo público maior, o qual já nem lembra quem foi Pearson e que tremenda influência teve na política americana.

O engodo tornava-se ainda mais persuasivo quando reforçado por um constante bombardeio de artigos e estudos eruditíssimos que nos provavam por a + b que a mídia americana inteira era um instrumento de propaganda imperialista. Qualquer agente comunista minimamente treinado sabe que a maneira mais eficaz de persuadir a plateia não é usar de um argumento lógico continuado, mas jogar com a tensão entre dois argumentos aparentemente opostos (em geral um implícito, o outro explícito). Quando até os imperialistas admitiam que Fidel Castro era um combatente pela democracia ou que os vietcongues eram patriotas sem um pingo de ideologia comunista nas veias, que brasileiro teria a ousadia de dizer o contrário?

Sempre foi assim. A diferença é que agora esse truque, antigamente usado apenas na imprensa comunista, se tornou norma de redação na grande mídia e multiplicou por mil o seu poder de confundir e ludibriar.

Façam uma revisão do que leram nos jornais brasileiros a respeito de Barack Hussein Obama ao longo das campanhas eleitorais de 2008 e 2012 e verão que, com exceções infinitesimais, as opiniões aí expressas foram de dois tipos e somente dois:

a) Barack Obama é um progressista moderado, a voz da América esclarecida em luta contra o obscurantismo reacionário e racista.

b) Barack Obama, sob a aparência de bom moço, é um imperialista ianque como qualquer outro, um “falcão” empenhado em esmagar o pobre mundo sob as patas do Império americano. A única diferença entre ele e John McCain, ou Mitt Romney, é que pelo menos não é um caipirão racista como eles.

Forçado a escolher entre o bem absoluto e o mal menor, nos dois casos o “idiota padrão”, que é como nas redações se denomina o leitor médio, acabava sempre ficando com Barack Obama. Se as eleições fossem no Brasil, o candidato democrata teria 99% dos votos sem precisar adulterar as maquininhas como fez em Ohio e na Pensilvânia.

O benefício secundário dessa técnica é habituar o leitor a escolher entre duas opiniões esquerdistas

e a acreditar que com isso está desfrutando de um dos prazeres maiores de viver numa democracia, que é o de poder tomar posição livremente nos debates públicos. Com isso, pouco a pouco a democracia vai se reduzindo ao “centralismo democrático” leninista — a livre discussão *dentro* do Partido —, sem que a multidão bocó perceba a diferença.

Por fim, a coisa mais maravilhosa: com o tempo, os jornalistas sem filiação ideológica explícita se adaptam ao modelo, por mera imitação dos colegas mais velhos, e acabam por se tornar os mais eficientes colaboradores da manobra comunista, justamente porque não têm nenhuma consciência de estar a serviço dela e rejeitam, com esgares de indignação ou trejeitos de sarcasmo, a hipótese de que estão servindo de idiotas úteis. Aliás, é precisamente por essa razão que são chamados de idiotas úteis.

“Hegemonia” é isso: o domínio invisível e insensível exercido sobre as consciências pela força da repetição e do hábito impregnado na linguagem, nas rotinas, no “senso comum” (no sentido gramsciano do termo). Construí-la é, por definição, obra de muitas décadas, apoiada na passagem das gerações e no esquecimento coletivo. Só um conhecimento muito fino da história cultural e psicológica da sociedade em que vivemos, aliada a um rigoroso exame retrospectivo da nossa própria biografia interior e à firme disposição de encontrar a verdade para além de toda a pressão do nosso grupo de referência, pode nos libertar de uma influência grudenta e anestésica que se impregna em nossas almas como uma segunda natureza. As pessoas habilitadas a fazer esse exame contam-se nos dedos das mãos, e são ainda mais raras na classe universitária, onde a adaptação ao vocabulário e aos cacoetes mentais do ambiente são condições necessárias da sobrevivência escolar e profissional. A construção da hegemonia aposta na estupidez, na preguiça, no espírito de imitação e na covardia intelectual, qualidades que raramente faltam aos jovens universitários ávidos de reconhecimento.

Pensando como os revolucionários

Diário do Comércio, 27 de dezembro de 2012

A técnica da “solução agravante” é uma das constantes históricas mais salientes do movimento revolucionário. Os casos são tantos e tão evidentes que chega a ser espantosa a ingenuidade com que liberais e conservadores continuam discutindo (e não raro aceitando) as propostas sociais esquerdistas pelo sentido literal dos seus objetivos proclamados, sem atinar com o astuto mecanismo gerador de crises que sempre trazem embutido.

A dificuldade, nesse caso, vem do descompasso entre a mentalidade científico-positivista dominante na prática do capitalismo e a visão histórico-dialética que orienta o movimento revolucionário. Aquela segue uma lógica linear em que, definido um objetivo, os meios se encadeiam racionalmente para produzir um efeito que, uma vez alcançado, pode ser medido e avaliado objetivamente em termos de sucesso ou fracasso.

A lógica revolucionária opera sempre com dois objetivos simultâneos e antagônicos, um declarado e provisório, o outro implícito e constante. O primeiro é a solução de algum problema social ou de alguma crise. O segundo é a desorganização sistemática da sociedade e o aumento do poder do grupo revolucionário.

Entre o problema apontado e a solução proposta há sempre um *non sequitur*, um hiato lógico, camuflado sob forte apelo emocional. Mas entre os meios adotados e o objetivo verdadeiro a conexão é sempre de uma lógica perfeita, inexorável. O problema sai intacto ou agravado. O movimento revolucionário sai fortalecido.

Em seu já clássico *The Vision of the Annointed*,***** Thomas Sowell fornece, entre outros exemplos, o da educação sexual, proposta nos anos sessenta como remédio infalível contra a

proliferação dos casos de gravidez e de doenças venéreas entre meninas de escola.

Contra a advertência óbvia de que quanto mais ouvissem falar de sexo mais as garotas se interessariam em praticá-lo, a medida foi adotada em metade das escolas americanas. Resultado: a incidência de doenças venéreas entre as estudantes aumentou em 350% em quinze anos, e os casos de gravidez passaram de 68 por mil em 1970 para 96 por mil em 1985, enquanto o número de abortos ultrapassava o de nascimentos. Diante do fato consumado, os promotores da ideia genial passaram à etapa seguinte: promover o livre acesso às clínicas de aborto para as menores de idade.

Outro exemplo, mais claro ainda — que não está no livro —, é a conhecida estratégia Cloward-Piven. Concebida por dois discípulos do revolucionário profissional Saul Alinsky, Richard A. Cloward e Frances Fox Piven, seu objetivo nominal era “acabar com a pobreza”. O verdadeiro objetivo só transparecia obscuramente na exposição dos meios. “Se esta estratégia for implementada — prometiam os autores —, o resultado será uma crise política que poderá levar a uma legislação que garanta uma renda anual e portanto acabe com a pobreza.”

O plano não explicava como extrair da tal crise a legislação pretendida, nem de onde proviriam os recursos para garantir a cada cidadão americano uma renda anual; detalhava apenas os meios de produzir a crise (subentendendo, sem a mais mínima razão, que esta geraria por si o fim da pobreza). Esses meios consistiam em recrutar o maior número de pessoas e convencê-las a exigir da Previdência Social todos os benefícios a que legalmente tinham direito, quer precisassem deles ou não.

É evidente que nenhum sistema de previdência social do mundo tem meios de fornecer todos os benefícios a todo mundo ao mesmo tempo. Em suma: não se tratava de eliminar a pobreza, mas de quebrar a Previdência e, junto com ela, os bancos, espalhando a pobreza em vez de eliminá-la e impondo quase que automaticamente a maior intervenção do Estado na economia.

O resultado foi atingido em 2008, favorecendo a eleição de Barack Hussein Obama, o qual, não por coincidência, tivera como seu único emprego na vida o de “organizador comunitário” incumbido de pôr em ação… a estratégia Cloward-Piven.

Mas o exemplo mais lindo de todos é a política do mesmo Barack Hussein Obama no Oriente Médio. Objetivo nominal: implantar a democracia moderna nos países islâmicos. Meio adotado: espalhar dinheiro e armas entre os movimentos de resistência às ditaduras locais, fingindo ignorar que esses movimentos são orientados principalmente pela Fraternidade Muçulmana e estão repletos de agentes da Al-Qaeda. Resultado obtido: elevar ao poder a Fraternidade Muçulmana, trocando ditaduras pró-americanas ou neutras por ditaduras fundamentalistas islâmicas ferozmente antiamericanas. Passagem à etapa seguinte: campanhas de propaganda destinadas a intimidar os americanos para que não digam uma palavra contra o Islã.

Nesses casos e numa infinidade de outros, os críticos liberais e conservadores falam de “fracasso” das políticas adotadas, fazendo de conta que os objetivos dos revolucionários são os mesmos deles próprios e recusando-se a enxergar o cálculo subjacente planejado para fazer de cada um desses fracassos da nação ou da sociedade um sucesso espetacular do movimento revolucionário.

Se o leitor entendeu como a coisa funciona, sugiro-lhe agora um exercício: a esquerda americana, aproveitando-se do impacto da tragédia de Sandy Hook,[10] está clamando por maior controle governamental das armas em poder dos civis. Objetivo nominal: prevenir novas matanças de inocentes. De quanto tempo você precisa para descobrir qual será o resultado efetivo?

Desarmando as criancinhas

Diário do Comércio, 27 de janeiro de 2013

Na cidade de Mount Carmel, Pennsylvania, uma menininha de 5 anos foi suspensa da escola por ter ameaçado atirar na colega com um revólver de plástico cor-de-rosa que dispara... bolinhas de sabão.

Na iminência de passar das palavras aos atos, a perigosa criaturinha foi providencialmente desarmada pelas autoridades competentes e submetida à penalidade prevista no sábio regulamento escolar.

É a prova de que os EUA melhor fariam se proibissem logo todos os brinquedos em forma de armas, quer disparem bolinhas de sabão, tufos de pelúcia ou bilhetinhos de "Eu te amo", e obrigassem todas as crianças a brincar de casinha, independentemente dos sexos, para que não cultivem o desejo maligno de algum dia atirar num bandido antes que o bandido atire nelas. Mas a grande nação do norte não atingiu ainda aquele estágio superior de civilização que permitiu ao nosso país, mediante essa medida profilática e a drástica repressão do comércio de armas entre adultos, ter apenas 4,5 vezes mais assassinatos anuais à bala do que a truculenta sociedade gringa, embora tenha também 100 milhões de habitantes a menos e trinta vezes menos armas legais em circulação.

Eu mesmo sou um exemplo vivo do perigo extremo de deixar as crianças brincarem com armas. Passei a infância tentando ser Roy Rogers ou Hopalong Cassidy e, ao crescer, tornei-me um assassino intelectual de idiotas, um dano que poderia ter sido evitado se no meu tempo, em vez de uma indecente facilidade de acesso a revólveres e espingardas de plástico, existissem os Teletubbies, os Menudos e o sr. Luiz Mott. Estes infelizmente só vieram a aparecer por volta da década de 1990 do século XX, quando a minha alma já estava irremediavelmente corrompida.

Mas às vezes as criancinhas, essa parte especialmente temível da espécie humana, frustram as melhores intenções dos desarmamentistas e descobrem meios incomuns e patológicos de se dedicar à prática da violência mortífera. Numa escola de Maryland, dois meninos sofreram a mesma punição da garotinha da Pennsilvanya porque, sem armas de plástico ou de madeira ao seu alcance, mas empenhados assim mesmo em brincar de polícia e ladrão, trocavam tiros com pistolas imaginárias formadas com o indicador e o polegar, este imitando o cão do revólver, aquele o cano. Em situação tão inusitada, o educador, não podendo apreender equipamentos bélicos inexistentes nem cortar os dedinhos assassinos, só tem um caminho a seguir: investigar cientificamente de onde os meninos tiraram a ideia extravagante de que polícias e ladrões troquem tiros, e em seguida submetê-los a rigoroso treinamento de sensitividade para que entendam que essas duas classes de profissionais jamais se entregam a semelhante exercício.

Aí novamente os nossos vizinhos do norte muito teriam a aprender com a experiência brasileira. Por aqui não tiramos as armas somente das mãos das crianças, mas da sua mente, dirigindo sua atenção desde a mais tenra idade para práticas mais saudáveis como a masturbação solitária ou coletiva e a interbolinação de ambos os sexos.

Infelizmente, a dureza implacável do universo reacionário tem impedido que tão salutar medida surta os efeitos esperados. As forças do além coligam-se para frustrar as iniciativas mais belas dos nossos governantes iluminados e intelectuais progressistas. Numa verdadeira conspiração voltada a desmoralizar especialmente a nossa mídia tão merecedora do nosso respeito e consideração, que com desvelo maternal nos adverte diariamente para a crescente epidemia de violência assassina nos EUA, o número total de homicídios naquele país vem diminuindo despudoradamente nas últimas três décadas, passando de 9,8 por 100 mil habitantes em 1981 para menos da metade (4,7) em 2011, malgrado o aumento prodigioso do número de armas legais em posse da população civil. No nosso país, ao contrário, com um controle de armas cada vez mais severo, a proibição total de brinquedos em forma de armas e as sucessivas campanhas de entregas voluntárias de revólveres, pistolas, rifles e espingardas ao governo, o número de homicídios duplicou no mesmo período, chegando a uns 36 por 100 mil habitantes em 2010. Oh, mundo injusto!

Ainda assim, continuam existindo na república americana mentes lúcidas e corajosas, como a do

presidente Barack Hussein Obama, que prometem eliminar, mediante a proibição das armas, os 8 mil homicídios anuais que ali se verificam. É verdade que, no mesmo período de um ano, segundo as estatísticas oficiais, 400 mil cidadãos e cidadãs dos EUA salvam suas vidas reagindo à bala contra *serial killers*, assaltantes, estupradores etc. Desgraçadamente as almas de pedra dos reacionários e sócios da *National Rifle Association* ainda se recusam a entender que para impedir 8 mil assassinatos vale a pena fomentar outros 392 mil.

Armados e desarmados

Diário do Comércio, 20 de fevereiro de 2013

O Homeland Security está distribuindo às escolas, igrejas, clubes e outras instituições um vídeo em que ensina como reagir a um invasor armado de pistola, rifle ou metralhadora. Receita número um: saia correndo. Número dois: esconda-se debaixo da mesa. Número três: ataque o sujeito com uma tesoura, um hidrante, um cortador de papéis, um grampeador ou algum outro instrumento mortífero em estoque no almoxarifado. E assim por diante.******

A hipótese de manter um guarda armado ou de permitir que funcionários habilitados portem armas não é nem mesmo mencionada. É exorcizada. Há lugares, é claro, onde o exorcismo não funciona: a comissão de educadores da cidade de Newtown, aquela onde duas dezenas de crianças morreram assassinadas por um atirador alucinado, já declarou que vai seguir a sugestão da National Rifle Association e não as lições sapientíssimas do Homeland Security.

Para sua própria proteção, é claro, o Homeland Security apela ao remédio exatamente inverso daquele que recomenda aos outros. Alegando, vejam só, “defesa pessoal”, o departamento acaba de comprar sete mil fuzis AR-15 — aquele mesmo que o governo quer tomar dos cidadãos — e dois bilhões, sim, dois bilhões de balas *hollow point*, daquelas que espalham estilhaços no corpo da vítima. Essa munição é proibida para uso militar pela Convenção de Genebra, só podendo ser usada, portanto, contra a população civil. O inferno não está cheio só de boas intenções.

O Homeland Security é o monstro burocrático criado após o 11 de Setembro, teoricamente com a finalidade de impedir o ingresso de inimigos no território. Hoje é a menina dos olhos do presidente Barack Hussein Obama, que conta com ele para desarmar a população e, de quebra, intimidar seus inimigos políticos.

Uma de suas grandes realizações foi instalar nos aeroportos aquelas máquinas de raios X que revelam às autoridades o tamanho dos pênis e os modelos das calcinhas. Nenhum terrorista foi jamais descoberto por esse meio. Em compensação, milhões de velhinhas passaram mal, milhões de senhoras e senhoritas se sentiram bolinadas, milhões de empresários perderam encontros de negócios e milhões de maridos estão até hoje tentando explicar por que chegaram tarde em casa. Mas nem tudo é prejuízo: é possível que algum namoro tenha começado nas filas de espera.

Uma das funções básicas do Homeland Security é, por definição, impedir o ingresso e a permanência de imigrantes ilegais nos EUA, mas, com o mesmo desvelo com que vasculha as partes íntimas dos viajantes nos aeroportos, o departamento se empenha em facilitar o ingresso e assegurar a permanência dos invasores: sabendo que a massa dos ilegais não vem por via aérea, desarticula a vigilância nos postos de fronteira, franqueando a passagem dos indesejáveis, e faz corpo mole na hora de expulsar os que já entraram, alegando que são muitos e não há condições de pegar um por um.

Não é preciso dizer que o presidente Barack Hussein Obama enxerga nos ilegais um delicioso contingente de futuros eleitores do Partido Democrata, assim como vê na metade nacionalista, conservadora e armada da população americana um inimigo a ser destruído por todos os meios, a

começar pela sua rotulação — por enquanto oficiosa — de radical e terrorista.

Por isso mesmo, o departamento que acha impossível expulsar 12 milhões de ilegais não recua ante o projeto infinitamente mais ambicioso e complexo de desarmar uma quantidade doze vezes maior de cidadãos americanos; e aliás, como vimos, já se prepara para isso estocando armas e munições, o mais convincente argumento contra os obstinados e recalcitrantes.

O presidente tem boas razões para apostar todas as suas fichas no Homeland Security, já que o pessoal das polícias estaduais não está nem um pouco assanhado para desarmar os americanos e muito menos para atirar neles.

Em vários estados, as associações de xerifes já declararam que, se algum agente federal aparecer por lá para tomar as armas dos cidadãos, vão simplesmente prendê-lo.

Se há uma realidade que se torna mais óbvia a cada dia que passa, é esta: o governo Obama não quer desarmar a população — quer é desarmar os inimigos e armar os amigos, exatamente como fez Hitler nos anos 1930. O próprio Obama, ainda enxugando aquela lagriminha forçadíssima e festejadíssima que dedicou às crianças mortas de Newtown,[11] acha horrível colocar guardas armados nas escolas, mas envia suas filhas a uma onde há pelo menos onze deles; e ainda tem a cara de pau de espalhar uma foto onde aparece disparando um rifle de caça capaz de estourar os miolos de um elefante.

Outro dia, o repórter Jason Mattera encostou na parede um dos mais fanáticos desarmamentistas, o prefeito nova-iorquino Bloomberg, ao surpreendê-lo circulando pela cidade com cinco seguranças armados, mas não conseguiu obter dele uma resposta à pergunta: “Por que diabos você tem o direito de se proteger, e nós não?” Em vez de responder, o prefeito mandou um dos seguranças seguir o repórter para assustá-lo.[12]

São essas coisas, que constituem o arroz com feijão das conversações populares na América hoje em dia, que a grande mídia americana tenta esconder do seu público, ainda que não o consiga. Por que faz isso? É simples: 90% dos leitores e telespectadores estão nas mãos de apenas seis empresas — GE, Newscorp, Disney, Viacom, Time-Warner e CBS —, das quais somente uma, a News Corp, não está totalmente a serviço do esquema obamista, embora o esteja pela metade.[13]

Notas

* Ver Richard A. Cloward e Frances Fox Piven, “The Weight of the Poor: A Strategy to End Poverty”, *The Nation*, 2 de maio de 1966; uma cópia do artigo em PDF pode ser obtida por 3 dólares na página de arquivos da revista; um excelente resumo comentado encontra-se no artigo de James Simpson, “Barack Obama e a estratégia da crise orquestrada”, traduzido para o português em http://cavaleirodotemplo.blogspot.com/2009/01/barack-obama-e-estratgia-da-crise.html.

** Ver http://www.discoverthenetworks.org.

*** Ver os comentários de Dick Morris em http://www.dickmorris.com/obama-assumes-dictatorial-powers/.

**** O desenlace sangrento da intromissão dos EUA na Líbia ajudou a grande mídia a abafar pelo menos uma notícia importante: o Instituto de Ciência e Tecnologia de Israel examinou a certidão de nascimento de Barack Hussein Obama divulgada pelo governo americano e confirmou que “é manifestamente falsa”. Veja o link: https://usjf.net/2012/09/video-former-netanyahu-adviser-obama-birth-certificate-forged/?utm_source=USJF+List&utm_campaign=418932d804-RSS_EMAIL_CAMPAIGN&utm_medium=email.

***** Nova York: Basic Books, 1995.

****** Não é gozação minha. Veja em: http://www.youtube.com/watch?v=5VcSwejU2D0.

1. N. do Org.: Sobre a “total falsificação do noticiário” no episódio do furacão Katrina, por exemplo, por cujas consequências a mídia brasileira culpa até hoje George W. Bush, ver os textos “Amantes do furacão” (http://www.olavodecarvalho.org/semana/050905dc.htm), “O malvado Bush contra a infeliz Louisiana” (http://www.olavodecarvalho.org/semana/050912dc.htm) e “Mais mentiras” (*in*: “Por trás do escândalo De Lay” — http://www.olavodecarvalho.org/semana/051003dc.htm), publicados no *Diário do Comércio* de 5 e 12 de setembro e 3 de outubro de 2005, respectivamente.

2. N. do Org.: A alcunha *birther* vem de *birth* (que significa “nascimento”) mais o sufixo “er” (que significa “aquele ou aquilo que”, sendo normalmente utilizado em inglês para formar os substantivos que indicam profissão). Os *birthers* são aqueles americanos que contestam a nacionalidade do presidente Barack Hussein Obama, exigindo a divulgação de sua verdadeira certidão de nascimento.

3. N. do Org.: O artigo “A engenharia da desordem” está no capítulo *Petismo* deste livro.

4. N. do Org.: Ver “*Paradox of Obama Emerges With the Danger That ‘Takers’ Are Starting To Outnumber ‘Makers’ and Change the Dynamics of the Election*”, de Ira Stoll, em www.nysun.com/national/paradox-of-obama-emerges-with-the-danger-that/87978/.

5. N. do Org.: “Os pais da crise americana”, texto de abertura da presente seção deste livro.

6. N. do Org.: O autor se refere ao ataque terrorista ao complexo do consulado dos EUA em Benghazi, na Líbia, em 11 de setembro de 2012, que resultou na morte do embaixador Christopher Stevens, do especialista em informação Sean Smith e de dois ex-membros do Navy Seal, o grupo de elite da Marinha americana, Glen Doherty e Tyrone Woods. As causas e os efeitos do ataque, bem como as desconversas subsequentes do governo Obama, serão analisados mais adiante neste livro. Para uma cronologia dos acontecimentos daquele dia, incluindo as imagens locais e as provas de que a Casa Branca foi informada a respeito, ver a edição do programa de Sean Hannity, na Fox News, disponível, por exemplo, no link: http://www.youtube.com/watch?v=f3i7r5Fj5Yc.

7. N. do Org.: Pressionada a explicar, em depoimento ao Senado em janeiro de 2013 — dois meses após este texto, portanto, e quando o presidente já estava reeleito —, por que o governo Obama mentiu para o povo americano em vez de revelar nos primeiros dias que se tratava de um ataque terrorista em Benghazi, a então secretária de Estado, Hillary Clinton, saiu-se com a seguinte pérola: “Que diferença faz, a esta altura?” O depoimento pode ser visto em diversos endereços no Youtube, como, por exemplo: http://www.youtube.com/watch?v=JFZytEUCXu4.

8. N. do Org.: O autor se refere ao texto “Os donos do mundo” — presente no capítulo *Dominação* deste livro, à página 541 —, no qual destrincha o chamado triunvirato global, isto é, o tripé composto pelos três esquemas globalistas de poder.

9. N. do Org.: Alexandre Dugin é um cientista político russo com quem Olavo de Carvalho travou um debate, posteriormente reunido no livro *Os EUA e a Nova Ordem Mundial. Um debate entre Alexandre Dugin e Olavo de Carvalho* (Vide Editorial, 2012).

10. N. do Org.: Em 14 de dezembro de 2012, após matar a própria mãe de 52 anos em casa, um atirador de 20 anos matou 26 pessoas, incluindo vinte crianças, na escola Sandy Hook, na pequena localidade de Newtown, nos Estados Unidos — e, em seguida, cometeu suicídio.

11. N. do Org.: Ver, por exemplo: http://www.youtube.com/watch?v=_dCjm9NUZ0M.

12. N. do Org.: O vídeo está disponível na página do repórter Jason Mattera no Youtube, no link: http://www.youtube.com/watch?v=RCC-rEx81PE.

13. N. do Org.: Fundada por Rupert Murdoch, a News Corp, abreviação de News Corporation, é um dos maiores conglomerados de mídia e entretenimento do mundo; e dona, por exemplo, da Fox News, o canal de TV a cabo onde conservadores como Sean Hannity apresentam programas de grande audiência, o que leva os esquerdistas a rotular o canal inteiro como o paraíso da “extrema direita” reacionária, embora haja, é claro, uma porção de esquerdistas por lá, inclusive nos próprios programas dos conservadores, debatendo os assuntos do dia.

LIBERTAÇÃO

Autoexplicação

Época, 14 de julho de 2001

Como há um só articulista que escreve habitualmente contra o socialismo na imprensa de circulação nacional, e como o peculiar conceito socialista de democracia exige que não haja nenhum, todos os artifícios — da difamação às ameaças, da chacota à afetação de silêncio superior — já foram tentados para persuadir esse um a mudar de assunto. A última moda é adulá-lo, elogiar-lhe o estilo, lamber-lhe o ego até o total amolecimento de seu juízo crítico e então, quando ele está indefeso e derretido num mar de lisonja, lançar-lhe à queima-roupa a insinuação fatal: "Desista."

Sugestão análoga às vezes vem de pessoas boas, sem nenhuma intenção perversa. É no olhar e no tom que se discerne, nas outras, o intuito de calar o articulista.

Infelizmente esse articulista sou eu. Digo "infelizmente" porque, com outro, o ardil talvez funcionasse. Já comigo não tem a menor chance, sendo eu uma alma impérvia e coriácea, sem outra ambição na vida senão a de fazer exatamente o que tem feito.

Os senhores — falo de meus aduladores interesseiros, e não dos demais leitores, é claro — não têm a menor ideia de como é bom, para um sujeito que ajudou a construir uma mentira na juventude, poder desmontá-la na maturidade, tijolo a tijolo, com a meticulosidade sádica do demolidor que não se contenta em derrubar paredes, mas quer ir até o último fundamento, arrancar a última pedrinha do alicerce e deixar o terreno limpo e nu como antes do início da construção.

Poder fazer isso é uma libertação, um alívio, uma antecipação terrena da paz eterna. Nada do que os senhores possam me oferecer vale isso. Nada. Muito menos a lisonja, que é a mais instável e inflacionada das moedas.

Mas não pensem que, quando falo em libertação, me refiro ao arrependimento, no sentido moral do termo. A libertação de que falo não é só moral; é existencial, é ontológica. É descobrir e provar, diariamente, que a vida humana não tem de ser um teatrinho de papelão, que pode ser integralmente real, que um homem pode passar do autoengano e da farsa interior a uma existência de verdade, como Pinóquio deixou de ser um boneco para se tornar menino de carne e osso.

Nessas circunstâncias — repito Oscar Wilde —, dizer a verdade é mais que um dever: é um prazer. Mais que um prazer, é uma autêntica exaltação da alma, que ao descer da ilusão aos fatos descobre, pela primeira vez, a dimensão da altura e da profundidade, a estatura real do espírito. É uma descida que é ascensão, se me entendem.

Mas não entendem, não. Pessoas como os senhores não concebem o abandono das ilusões senão — mui estereotipicamente — como a troca dos belos ideais de juventude pelo realismo cru e egoísta da maturidade. Não vendo o que nesses ideais há de pura vaidade e soberba, de pura volúpia de poder camuflada em belas palavras, não podem compreender o que há de legítimo idealismo no sacrifício maduro da mentira juvenil. Aqueles que, abandonando o socialismo, caíram na amargura cética ou no oportunismo cínico não o abandonaram verdadeiramente. São seus escravos e hão de sê-lo eternamente. Cultuam-no em imagem invertida: vendo ainda nele o bem e lamentando apenas que seja um bem impossível, aderem à realidade como quem, após longa resistência, cede a uma tentação aviltante. Deixam o socialismo como quem trai um deus sem cessar de amá-lo.

Esses não entenderam nada. O socialismo nunca foi um deus ou um ideal. Foi uma mentira demoníaca e uma exploração da fatuidade das multidões. Abandoná-lo não é perder um ideal: é reconquistar a vida, a alma, o sentido do dever e a dignidade da missão humana.

É para mostrar esse bem aos que ainda o desconhecem que escrevo contra o socialismo. Os senhores, que não sabem nada disso, podem me atribuir projetivamente os motivos mais estapafúrdios: ódio, inveja, ressentimento, fanatismo, o diabo. Pouco me importa. Eu sei o que estou

fazendo, e os senhores não sabem o que dizem.

Idiotas reciclados

Jornal do Brasil, 31 de julho de 2008

Levei décadas para compreender que a sedução esquerdista não me conquistou — nem a mim nem a meus companheiros de geração — pelo conteúdo ativo da sua proposta ideológica, que só conhecíamos muito superficialmente, mas sim pela oferta implícita de um novo código de moralidade, que chegava a nós sem palavras, pela impregnação difusa na convivência diária. O que definia esse estilo era que os nossos atos já não seriam julgados pelo seu teor moral objetivo, mas pela sua conexão hipotética com os fins últimos do movimento revolucionário. Como esses fins eram remotíssimos e só acessíveis poeticamente, os sentimentos do grupo militante tornavam-se a única referência capaz de decidir, sem necessidade ou possibilidade de grande fundamento racional, se a nossa conduta pessoal se enquadrava ou não nos padrões esperados. Libertávamo-nos da "moral burguesa" escravizando-nos à autoridade irracional de um círculo de "companheiros", cuja afeição se tornava o único fiador da salvação da nossa alma ante o tribunal da história. O apego ao grupo era fortalecido pelo ódio a inimigos que não conhecíamos, dos quais nada sabíamos, mas de quem imaginávamos com facilidade as piores coisas, deleitando-nos então de pertencer à comunidade dos bons.

Se entendi que as coisas se passaram assim, foi através de autoexames francamente humilhantes. Humilhantes, porém obrigatórios. Considerando-se a extensão e a gravidade dos crimes praticados pelo comunismo contra a espécie humana, o dever mais óbvio daqueles que se desiludem com ele é aprofundar a ruptura, investigando dentro de si até extirpar as últimas raízes do erro monstruoso em que se acumpliciaram. No entanto, poucos fazem isso: a maioria limita-se a transitar da categoria de militantes para a de idiotas úteis — às vezes até mais úteis do que eram como militantes.

A principal razão disso é que abandonar o comunismo lhes custou um investimento psicológico muito grande: no instante seguinte estão cansados demais para um segundo esforço de autossuperação. Tratam então de acomodar-se no círculo mais próximo, a chamada "esquerda democrática", e aí repousar na contemplação dos seus dois grandes méritos imaginários: o de aderir ao comunismo por amor à justiça; o de afastar-se dele em busca de mais justiça. Refugiando-se da mentira numa nova mentira, tornam-se facilmente chantageáveis por seus velhos companheiros, cuja amizade insistem em conservar como relíquia de um passado querido ou como analgésico contra a dor da separação ideológica.

O preço dessa amizade é uma terceira mentira. Na perspectiva comunista, a ideia de relação pessoal separada da devoção partidária é um mito burguês desprezível. O recém-divorciado tem de se esquecer disso para poder fingir que seus antigos companheiros de militância são agora seus amigos sem nenhum interesse político, ao passo que eles, fiéis ao mandamento de jamais sobrepor as afeições do coração aos sagrados interesses do Partido, estão ansiosos por uma oportunidade de usar politicamente o novo "companheiro de viagem" para dar sentido moral à continuação de uma amizade que, sem isso, lhes pareceria uma futilidade pecaminosa.

Essa oportunidade aparece assim que o Partido cria mais uma "frente ampla", como o faz de tempos em tempos, angariando o apoio de uma variedade de correntes de opinião para objetivos cujas implicações de longo prazo a maioria não precisa enxergar nem compreender. Aí o militante transviado dificilmente resiste à proposta de agradar a seus companheiros de juventude sem perder uma sensação de independência tão deliciosa quanto ilusória. Reciclado como "companheiro de

viagem”, volta a integrar a estratégia partidária, sem o ônus da submissão explícita.

É assim que se explicam, por exemplo, fenômenos como as epidemias de lulismo ou obamismo entre pessoas que se imaginam imunes a todo apelo do seu passado esquerdista. Ao criar os Obamas e Lulas, a esquerda revolucionária faz como uma igreja que se abre, por esperteza ecumênica, ao retorno dos apóstatas para uma visitinha sem compromisso.

Cumprindo meu dever

O Globo, 30 de dezembro de 2000

Um homem de pensamento deve ser fiel à verdade tal como se lhe apresenta a cada momento no exame das questões concretas, sem deixar-se envolver por uma atmosfera mental que tinja todo o seu horizonte de consciência com uma tonalidade geral e prévia de “esquerda”, de “direita” ou seja lá do que for.

Pessoalmente, nunca me manifestei a favor de nenhuma política “de direita”, e é por pura indução psicótica e ressentimento de complexados que uns sujeitos de esquerda tentam enxergar em mim um feroz direitista. Deduzem isto das críticas que lhes faço. Raciocinam na base *schmittiana* do “quem não está conosco está do outro lado”, mostrando que nem sequer em imaginação podem conceber que exista uma inteligência livre, capaz de atacar o mal sem cair no automatismo mentecapto de supor que a simples inversão da ruindade faria dela um bem.

Logicamente falando, a posição política de um indivíduo jamais pode ser inferida das críticas, por mais duras, que dirija a uma ideologia ou partido, pela simples razão de que críticas idênticas podem ser feitas desde várias posições ideológicas. O sionismo foi atacado com igual vigor pela extrema direita e pelos comunistas. O fundamentalismo islâmico é tão abominado pelos cristãos conservadores quanto pela esquerda feminista e gay ou pelos liberais modernistas e ateus.

Só uma tomada de posição positiva em favor de determinadas políticas é que define identidade e compromisso ideológicos. A crítica é livre e pode vir de todas as direções.

A mentalidade comunista, no entanto, desconhece a tal ponto a liberdade de pensamento, subjuga tão pesadamente a inteligência ao comando partidário, que chega a catalogar a ideologia de um sujeito não pelas intenções e valores que professe, mas pela simples conjecturação hipotética e quase sempre paranoica do benefício político ou publicitário que partidos ou correntes possam auferir de suas palavras, ainda que oportunisticamente e contra a vontade dele. Na imaginação dos comunistas, ninguém afirma “x” ou “y” com a simples intenção de dizer a verdade, mas sempre com a premeditação de algum resultado político, mesmo remotíssimo. É que eles pensam assim, são indiferentes à verdade e à falsidade e só abrem a boca em vista de efeitos políticos. Por isso imaginam que o resto da humanidade também é assim.

Foi com base nesse raciocínio alucinadamente projetivo que o Estado soviético chegou a condenar como crime a indiferença política, por julgar que denotava sinistras intenções contrarrevolucionárias. Boris Pasternak foi parar na cadeia por conta disso.

Da minha parte, estou persuadido de que o homem de pensamento deve ser escrupulosamente comedido ao opinar a favor de qualquer política em especial: deve simplesmente fazer a crítica do que é ruim e perverso, deixando ao público e aos políticos, àqueles que se orgulham de ser “homens práticos” e que têm o dever de sê-lo, a decisão de políticas positivas que hão de suprimir ou remediar o mal.

Ademais, se critico a esquerda é porque hoje só existe esquerda. Não há direita nenhuma no Brasil. Há direitistas, mas cada um fechado nas suas convicções privadas, sem qualquer ação de conjunto. A

prova mais patente é que a palavra "direita" só aparece na imprensa com conotações sombrias e criminais, jamais como a designação de uma corrente política que tenha o direito de existir como qualquer outra. Apontar um homem como direitista é acusá-lo de conspirador, de golpista, de corrupto, de torturador. Tanto é assim que qualquer delito cometido em interesse próprio por analfabetos coronéis do sertão é imediatamente atribuído à "direita", o que é pelo menos tão absurdo quanto enxergar motivação ideológica esquerdista em todos os crimes cometidos por meninos de rua. Só se pode falar nesse tom, impunemente, de uma minoria de párias sem voz nem poder. O curioso é que aqueles mesmos que sem temor de represália falam da direita nesses termos, provando com isto que ela não tem poder nenhum, querem nos fazer crer que existe, que é uma força organizada e manda no Brasil. Tudo isso é puro histrionismo de uma esquerda que sabe que está no poder mas não deseja assumir as responsabilidades de sua situação.

Hoje o *establishment* é esquerdista, a oposição também. Leiam as cartilhas de marxismo-leninismo do Ministério da Educação e me digam se um governo que educa as crianças nessa mentalidade não é comunista em espírito, conformado provisoriamente com o capitalismo que não pode suprimir. E qual governo sem forte inspiração comunista desejaria a supressão do sigilo bancário? Nessas condições, seria hipocrisia eu falar mal da "direita" só para me fazer de bom menino e afetar uma independência estereotipada. A independência autêntica não teme os rótulos que lhe queiram impor e não foge deles mediante o apelo a discursos de ocasião. Diz o que tem de dizer, e pronto. A confusão que façam em torno dela corre por conta da malícia e da sem-vergonhice de cada um.

Por que não sou liberal

Jornal do Brasil, 8 de março de 2007

Há muitos motivos para você ser contra o socialismo, mas entre eles há dois que são conflitantes entre si: é preciso escolher. Ou gosta da liberdade de mercado porque promove o Estado de direito, ou gosta do Estado de direito porque promove a liberdade de mercado. No primeiro caso, você é um "conservador"; no segundo, é um "liberal".[1]

Durante algum tempo, você não sente a diferença. Quando a direita é ainda incipiente, nebulosa e sem forma, liberais e conservadores permanecem numa gostosa promiscuidade, fundidos na ojeriza comum ao estatismo esquerdista. Tão logo a luta contra o esquerdismo exige uma definição doutrinal mais precisa, a diferença aparece: ou você fundamenta o Estado de direito numa concepção tradicional da dignidade humana, ou você o reinventa segundo o modelo do mercado, onde o direito às preferências arbitrárias só é limitado por um contrato de compra e venda livremente negociado entre as partes. Nos dois casos você quer a liberdade, mas, no primeiro, o fundamento dela é "material", isto é, definido por valores e princípios explícitos; no segundo é "formal", isto é, definido por uma equação contratual cujo conteúdo está aberto à escolha dos interessados.

Se você é um conservador, acha que um cidadão não tem o direito de contratar outro para matá-lo (muito menos para matar um terceiro), porque a vida é um dom sagrado que não pode ser negociado. Mas, para o liberal, nada existe de mais sagrado que o direito de comprar e vender — a própria vida inclusive: se você acha que sua vida está um saco e quer contratar um profissional para dar cabo dela, nem o Estado nem a Igreja têm o direito de dar nisso o menor palpite. Já se quem está enchendo o saco é o seu bebê anencéfalo,[2] a sua avó senil ou o seu tio esquizofrênico, eles não têm capacidade contratante, mas você tem: caso tenha também o dinheiro para pagar uma injeção letal e o enfermeiro para aplicá-la, nada poderá impedir que os três chatos sejam retirados do mercado mediante os serviços desse profissional. Curiosamente, não conheço um só liberal que atine com a identidade

essencial de contratar um enfermeiro para dar uma injeção nos desgraçados, um pistoleiro para lhes estourar os miolos ou uma motoniveladora para reduzi-los ao estado bidimensional. Quando dizem que consideram a primeira alternativa mais “humana”, não percebem que estão apelando a um argumento conservador e limitando abominavelmente a liberdade de mercado.

O conservadorismo é a arte de expandir e fortalecer a aplicação dos princípios morais e humanitários tradicionais por meio dos recursos formidáveis criados pela economia de mercado. O liberalismo é a firme decisão de submeter tudo aos critérios do mercado, inclusive os valores morais e humanitários. O conservadorismo é a civilização judaico-cristã elevada à potência da grande economia capitalista consolidada em Estado de direito. O liberalismo é um momento do processo revolucionário que, por meio do capitalismo, acaba dissolvendo no mercado a herança da civilização judaico-cristã e o Estado de direito.[3]

Notas

1. N. do Org.: O autor exibe aqui as palavras “liberal” e “conservador” entre enfáticas aspas não para desferir um ataque contra esses grupos, mas para indicar que significam “tipos ideais”, não assimiláveis a qualquer grupo político concretamente existente nos arredores.

2. N. do Org.: Sobre a legalização do aborto de anencéfalos no Brasil, ver “Supremo Tribunal Federal — Urgentíssimo”, mensagem de 7 de abril de 2012 de Alberto R. S. Monteiro, que explica as medidas tomadas para abrir precedente para a legalização irrestrita. Disponível no link: http://www.olavodecarvalho.org/avisos/20120410-aborto.html. Por oito votos a dois, contudo, o STF decidiu que o aborto de anencéfalos não é mais crime no país.

3. N. do Org.: Este artigo acabou suscitando mais polêmicas do que o autor esperava, o que o levou a comentá-las em outro artigo: “O patinho feio da política nacional”, publicado no *Diário do Comércio* de 19 de março de 2007 e disponível no link: http://www.olavodecarvalho.org/semana/070319dc.html.

ESTUDO

A tragédia do estudante sério no Brasil

Diário do Comércio, 12 de fevereiro de 2006

Toda semana, recebo dezenas de cartas de estudantes que, em busca de alguma formação intelectual, encontraram nas universidades que frequentam apenas propaganda comunista rasteira, porca, subginasiana.

Não são, como em geral imaginam, vítimas de puras circunstâncias políticas imediatas. Gemem sob uma montanha de fatores adversos à inteligência humana, que foram se acumulando no mundo, e não só no Brasil, ao longo das últimas décadas. Se a primeira metade do século XX trouxe um florescimento intelectual incomum, a segunda foi uma devastação geral como raramente se viu na história. A queda foi tão profunda que já não se pode medi-la. Num panorama inteiramente dominado por charlatães caricatos como Noam Chomsky, Richard Dawkins, Edward Said, Jacques Derrida e Julia Kristeva, a época em que floresceram quase que simultaneamente Edmund Husserl, Karl Jaspers, Louis Lavelle, Alfred North Whitehead, Benedetto Croce, Jan Huizinga e Arnold Toynbee — e na literatura T. S. Eliot, W. B. Yeats, Ezra Pound, Thomas Mann, Franz Kafka, Jacob Wassermann, Robert Musil, Hermann Broch, Heimito von Doderer — já se tornou invisível, inalcançável à imaginação dos nossos contemporâneos. Toda comparação é entre alguma coisa e alguma outra coisa. Não se pode comparar tudo com nada.

Isso não quer dizer que as fontes do conhecimento tenham secado. Pensadores de grande envergadura — um Eric Voegelin, um Bernard Lonergan, um Xavier Zubiri — sobreviveram à debacle dos anos 1960 e continuaram atuantes, o primeiro até 1985, o segundo até 1984, o terceiro até 1983. Mas seus ensinamentos são ainda a posse exclusiva de círculos seletos. Não entram na corrente geral das ideias, nem poderiam entrar sem sujar-se, sem transformar-se em matéria de discussões idiotas como vem acontecendo, graças à ascensão política de alguns de seus discípulos, como o infeliz Leo Strauss.

Pois a desgraça se deu justamente na “corrente geral”. O fim da Segunda Guerra Mundial trouxe uma prodigiosa reorganização das bases sociais e econômicas da vida intelectual no mundo. Novas instituições, novas redes de comunicação, novos mecanismos de estocagem e distribuição das informações acadêmicas, novos públicos e, sobretudo, a ampliação inaudita do apoio estatal e privado à cultura e a formação dos grandes organismos internacionais como a ONU e a Unesco. Tudo isso veio junto com o descrédito do marxismo soviético e a profunda mutação interna da militância esquerdista internacional, a essa altura já plenamente imbuída das duas lições aprendidas da Escola de Frankfurt e de Georg Lukács (mas também, mais discretamente, de Martin Heidegger): (1) a luta essencial não era propriamente contra o capitalismo, mas contra “a civilização ocidental”; (2) o agente principal do processo era a classe dos intelectuais.

Nessas condições, o crescimento fabuloso dos meios de atuação veio junto com o esforço multilateral de apropriação desses meios por parte de grupos militantes bem pouco interessados em “compreender o mundo” mas totalmente devotados a “transformá-lo”. A redução drástica da atividade intelectual ao ativismo político foi a consequência desejada e planejada dessa operação, realizada em escala mundial a partir dos anos 1960.

Não que o fenômeno fosse totalmente desconhecido antes disso. Um vasto ensaio geral já vinha sendo realizado nos EUA desde a década de trinta pelo menos, através das grandes fundações “não lucrativas” que descobriram seu poder de orientar e manipular a seu bel-prazer a atividade intelectual, científica e educacional mediante a simples seleção ideologicamente orientada dos destinatários de suas verbas bilionárias.

Em 1954, uma comissão de investigações do Congresso americano já havia descoberto que

fundações como Rockefeller, Carnegie e Ford exerciam controle indevido sobre as universidades, as instituições de pesquisa e a cultura em geral, orientando-as num sentido francamente antiamericano, anticristão e até anticapitalista. (Não me perguntem pela milésima vez com que interesse os grandes capitalistas podem agir contra o capitalismo. A explicação está resumida em meu site.)[1] Inevitavelmente, a influência exercida por essas organizações não consistiu só em introduzir uma determinada cor política na produção cultural, mas em alterá-la e corrompê-la até às raízes, subordinando aos objetivos políticos e publicitários visados todas as exigências de honestidade, veracidade e rigor. Sem essa interferência, fraudes cabeludas como o Relatório Kinsey ou a pseudoantropologia de Margaret Mead jamais teriam conseguido impor-se ao meio acadêmico e à mídia cultural como produtos respeitáveis de uma atividade científica normal.

A comissão foi alvo de ataques virulentos de toda a grande mídia, e seu trabalho acabou por ser esquecido, mas ainda é uma das melhores fontes de consulta sobre a instrumentalização política da cultura.* Na verdade, sem ele não se pode compreender nada do que se passou em seguida, pois o que se passou foi que o experimento tentado em escala americana foi ampliado para o mundo todo: a apropriação dos meios de ação cultural pelas organizações militantes e o sacrifício integral da inteligência humana no altar da "vontade de poder" simplesmente se globalizaram.

Recursos incalculavelmente vastos, que poderiam ter sido utilizados para o progresso do conhecimento e a melhoria da condição de vida da espécie humana foram assim desperdiçados para sustentar a guerra geral da estupidez militante contra a "civilização ocidental" que havia gerado esses mesmos recursos.

Embora esse processo seja de alcance mundial, é claro que o seu peso se fez sentir mais densamente em países novos do terceiro nundo, onde as criações das épocas anteriores não tinham sido assimiladas com muita profundidade e as raízes da civilização podiam ser mais facilmente cortadas. No Brasil, da década de sessenta em diante, os progressos da barbárie foram talvez mais rápidos do que em qualquer outro lugar, destruindo com espantosa facilidade as sementes de cultura que, embora frágeis, vinham dando alguns frutos promissores. A comparação impossível entre as duas épocas, que mencionei acima, é ainda mais impossível no caso brasileiro. Na década de 1950, tínhamos, vivos e atuantes, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Álvaro Lins, Augusto Meyer, Otto Maria Carpeaux, Mário Ferreira dos Santos, Vicente Ferreira da Silva, Herberto Sales, Cornélio Penna, Gustavo Corção, Nelson Rodrigues, Lúcio Cardoso, Heitor Villa-Lobos, Augusto Frederico Schmidt, a lista não acaba mais. Hoje, quem representa na mídia a imagem da "cultura brasileira"? Paulo Coelho, Luis Fernando Verissimo, Gilberto Gil, Arnaldo Jabor, Emir Sader, Frei Betto e Leonardo Boff. Perto desses, Chomsky é Aristóteles. É o grau mais alto pelo qual se medem. Chamar isso de crise, ou mesmo de decadência, é de um otimismo delirante. A cultura brasileira tornou-se a caricatura de uma palhaçada. É uma coisa oca, besta, disforme, doente, incalculavelmente irrisória.

A inteligência, ao contrário do dinheiro ou da saúde, tem esta peculiaridade: quanto mais você a perde, menos dá pela falta dela. O homem inteligente, afeito a estudos pesados, logo acha que emburreceu quando, cansado, nervoso ou maldormido, sente dificuldade em compreender algo. Aquele que nunca entendeu grande coisa se acha perfeitamente normal quando entende menos ainda, pois esqueceu o pouco que entendia e já não tem como comparar. Uma das coisas que me deliciam, que me levam ao êxtase quando contemplo o Brasil de hoje, é o ar de seriedade com que as pessoas discutem e pretendem sanar os males econômicos, políticos e administrativos do Brasil, sem ligar a mínima para a destruição da cultura, como se a inteligência prática subsistisse incólume ao emburrecimento geral, como se inteligência fosse um adorno a ser acrescentado ao sucesso depois de resolvidos todos os problemas, ou como se a inépcia absoluta não fosse de maneira alguma um obstáculo à conquista da felicidade geral. A prova mais evidente da insensibilidade torpe é o sujeito já

nem sentir saudade da consciência que teve um dia.

Mas não, a inteligência nacional não acabou no dia em que os nossos estudantes tiraram o último lugar numa avaliação entre alunos do curso secundário de 32 países: acabou logo em seguida, quando o ministro da Educação disse que o resultado poderia ter sido pior.

Num sentido mais profundo do que o ministro imaginava, poderia mesmo. Na eleição seguinte, o país colocou na Presidência um carreirista enriquecido, de terno Armani e unhas polidas, que, por orgulhar-se de jamais ler livros, foi proclamado um símbolo da autenticidade popular. A imagem era falsa, grotesca e insultuosa, mas ninguém percebeu. Se existe um grau abaixo do grotesco, porém, ele foi atingido logo em seguida, quando o escritor Raymundo Faoro, quanto mais bobo mais celebrado nas esquerdas como inteligência luminosa, sugeriu o nome do então presidenciável para ocupar uma vaga na Academia Brasileira de Letras. Perto disso, tirar o último lugar num teste chegava a ser meritório.

Se o desespero dos estudantes que me escrevem viesse só da situação política, haveria esperança de saná-lo por meio da ação política. Mas a ação política é um subproduto da cultura e, no estado em que as coisas estão, nenhuma ação política inteligente, ao menos em escala federal, é previsível nas próximas duas ou três gerações. Nas próximas eleições, por exemplo, o país terá de optar novamente entre PT e PSDB, isto é, os dois filhotes monstruosos gerados no ventre da USP, a mãe da esterilidade nacional, ou como bem a sintetizou o poeta Bruno Tolentino, a “p... que não pariu”. Sim, a política brasileira virou uma imensa assembleia de estudantes da USP, com o Partido Comunista de um lado, a Ação Popular de outro, num torneio de arrogância, presunção, hipocrisia, sadismo mental, mendacidade ilimitada e estupidez sem fim. A USP levou meio século para chegar ao poder, e ainda não parou de gerar pseudointelectuais ambiciosos, ávidos de mandar, sedentos de ministérios. Sua obra de destruição está longe de haver-se completado.

Da política nada de bom se pode esperar num prazo humanamente suportável. Uma ação cultural de grande escala — a fundação de uma autêntica instituição de ensino superior, para contrabalançar a desgraça uspiana — também não é nada provável, dada a omissão das chamadas “elites”, sempre de rabo entre as pernas, oscilando entre lamber mais um pouco os pés da canalha petista ou apegar-se ao primeiro zesserra que apareça.

Ao estudante que consiga ainda vislumbrar o que é vida intelectual e faça dela o objetivo de sua existência, restam dois caminhos: o exílio, que pode levar ao lugar errado (a miséria brasileira nasce em Paris), e o isolamento, que pode levar os mais fracos a um desespero ainda mais profundo do que aquele em que se encontram.

A única solução viável, que enxergo, é a formação de pequenos grupos solidários, firmemente decididos a obter uma formação intelectual sólida, de início sem nenhum reconhecimento oficial ou acadêmico, mas forçando mais tarde a obtenção desse reconhecimento mediante prova de superioridade acachapante. Já não leciono no Brasil, mas a experiência mostrou que muito aluno meu, com alguns anos de aulas e bastante estudo em casa, já está pronto para dar de dez a zero, não digo em alunos, mas em professores da USP do calibrinho de Demétrio Magnoli e Emir Sader, o que, bem-feitas as contas, é até luta desigual, é até covardia.

O processo é trabalhoso, mas simples: cumprir as tarefas tradicionais do estudo acadêmico, dominar o *trivium*, aprender a escrever lendo e imitando os clássicos de três idiomas pelo menos, estudar muito Aristóteles, muito Platão, muito Tomás de Aquino, muito Leibniz, Schelling e Husserl, absorver o quanto possível o legado da universidade alemã e austríaca da primeira metade do século XX, conhecer muito bem a história comparada de duas ou três civilizações, absorver os clássicos da teologia e da mística de pelo menos três religiões, e então, só então, ler Marx, Nietzsche, Foucault. Se depois desse regime você ainda se impressionar com esses três, é porque é burro mesmo e eu nada posso fazer por você.

Mas o ambiente universitário brasileiro de hoje é tão baixo, tão torpe, que só de a gente apresentar essa lista — o mínimo requerido para uma formação séria de filósofo ou erudito —, o pessoal já arregala os olhos de susto. Na verdade, o estudante brasileiro não lê nada, só resumo e orelha, além de Emir Sader e da dupla Betto & Boff, que não valem o resumo de uma orelha. É tudo farsa, chanchada, pose. Não há quem não saiba disso e não há quem não acabe se acomodando a essa situação como se fosse natural e inevitável. A abjeção intelectual deste país é sem fim.

Se você ainda quer ser um estudante sério...

Diário do Comércio, 27 de fevereiro de 2006

"A tragédia do estudante sério no Brasil" resultou em tantas cartas que acho melhor completar, com algumas dicas baseadas na experiência pessoal, as indicações de estudo que dei no final do artigo.

Começo com um exemplo casual.

Outro dia recebi de amigos a cópia de uma mensagem interessantíssima, postada em algum site da internet por uma senhorita, aparentemente culta e universitária, que, indecisa entre me admirar e me detestar, exigia uma explicação para o fato de eu acertar tantas previsões ao longo de quase duas décadas, apostando quase sempre no contrário do que anunciava a opinião geral dos bem-pensantes. No entender da remetente, bem como de outros participantes do debate, a hipótese mais plausível era a de eu ser um agente da CIA, conectado portanto a uma rede de informantes secretos espalhados por toda parte...

Guardei a mensagem com o carinho historiográfico que merece um eloquente sinal dos tempos.

Que época mais adorável, esta, em que o sujeito não é cobrado por seus erros, mas por seus acertos! Se o normal é errar sempre, para que serviriam então os milhares de cientistas sociais, historiadores, jornalistas, economistas e doutores em filosofia que as universidades, sustentadas pelo trabalho suado de milhões de contribuintes que jamais as frequentaram, despejam anualmente no mercado da tagarelice nacional? Resposta: não servem para entender o mundo, mas para transformá-lo. Não podendo, porém, conhecê-lo, já que não acreditam em verdade objetiva, levam-no sempre num rumo diferente do que pretendiam, sentindo-se — por isso mesmo, raios! — inocentes dos resultados monstruosos que produzem e sempre merecedores de um redobrado crédito de confiança para começar tudo de novo e de novo e de novo. A revolução, afinal, não seria revolucionária se não revolucionasse a si mesma e à sua própria história, mudando de identidade após cada novo crime e cada novo fracasso e não tendo satisfações a prestar senão a um futuro que, quando chega, já não é mais futuro e não tem portanto qualquer autoridade para cobrá-la do que quer que seja. Tal é, brutalmente resumida mas nem um pouco deformada, a essência da mentalidade que se pode adquirir em qualquer universidade deste país e em muitas do exterior. Equivale a um atestado de impecabilidade congênita, que confere o direito à estupidez laureada, ao amor-próprio ilimitado e ao crime inocente. Não espanta que tantos a desejem, mesmo sabendo que a remuneração dos ofícios universitários já não é lá essas coisas. Aliás, ganhar abaixo do que desejam reforça ainda o seu sentimento de méritos incalculáveis e sua revolta contra a malvada sociedade capitalista que não recompensa adequadamente as pessoas empenhadas em destruí-la.

É natural que, num ambiente assim formado, o sujeito acertar previsões políticas em série deva ser mesmo uma coisa muito esquisita, muito suspeita, denotando poderes demoníacos ou no mínimo algum truque sujo. Entendo mesmo que, no desespero, alguns apelem até à suposição "CIA", sem ter em conta que essa entidade, há pelo menos quarenta anos, tem se especializado mais é em produzir informações erradas.

A hipótese de que exista uma realidade objetiva da vida política, de que ela possa ser conhecida, de que o indivíduo em questão tenha estudado muito com o objetivo de conhecê-la e de que depois de quatro décadas de esforço tenha conseguido montar um conjunto de critérios científicos razoáveis para fazer previsões acertadas dentro de um quadro definido de possibilidades, ah!, isso não ocorre a ninguém. É absurdo demais. É escandaloso. É repugnante. É impossível.

E eu lhes direi no entanto: foi precisamente isso o que aconteceu, patetas. Enquanto vocês enchiam sua cabeça de cocô universitário, tentando menos buscar conhecimento do que imitar trejeitos verbais para parecer bons meninos no ambiente ideológico em torno (ver meu artigo “O imbecil juvenil”),[2] preferi ficar em casa estudando, por achar que assim faria melhor uso das horas que o pessoal uspiano gastava em condução, papo furado, assembleias, greves, festinhas de embalo e surubas gerais no CRUSP, totalizando essas várias ocupações aproximadamente 98% da vida acadêmica útil. Preservando minha inteligência dessa centrifugação mortífera e da influência corruptora de orientadores ignorantes, estudei para saber, para aplacar minhas dúvidas, sem nenhuma esperança fútil de glórias escolares provincianas. Não nego que ganhei algo além do puro conhecimento. Ganhei o prazer de poder chamar os fulanos de burros sem nenhuma intenção insultuosa e com estrito realismo científico. Enquanto se intoxicavam de Eduardo Galeano, Noam Chomsky, Foucault, Derrida, e na melhor das hipóteses Nietzsche e Heidegger, brilhantes professores de confusão mental, coloquei para mim mesmo as questões fundamentais da filosofia política — que é ao mesmo tempo filosofia da história — e busquei respondê-las com toda a seriedade, cercando-me ainda de toda a ajuda disponível em livros de várias épocas, revistas científicas e contatos pessoais com estudiosos de vários países.

Os resultados foram sendo apresentados, aqui e ali, sob a forma de aulas e apostilas, sem a menor preocupação de publicá-los em livros. Livros para quê? No Brasil de hoje, quanto mais sério o livro, maior a certeza de que será totalmente ignorado exceto pelo círculo de estudiosos que já o conheciam pela audição direta do autor. Numa época em que a literatura é personificada pelo sr. Luis Fernando Verissimo, a filosofia por dona Marilena e a ciência política pelo dr. Emir Sader, qualquer esforço científico mais sério fica um pouco constrangido de se mostrar em público. Voltamos à era da difusão oral. Todo conhecimento efetivo tornou-se esotérico. O essencial do que aprendi e ensinei sobre a filosofia política está nas gravações dos meus cursos dados na PUC do Paraná, bem como nas apostilas “Ser e poder”, “Que é a psique?” e “O método nas ciências humanas”. Quem teve acesso a esse material — que publicarei quando os afazeres jornalísticos me derem um descanso para poder editá-lo — sabe que existem meios para descrever objetivamente uma situação político-social qualquer e prever com grande margem de acerto suas possibilidades de desenvolvimento. É isso, e nada mais, o mistério por trás das minhas previsões.

Quanto aos erros alheios, não me cabe explicá-los.

Das questões a que me referi acima, algumas das mais importantes para a análise das situações políticas eram as seguintes:

1) Qual é a natureza do poder, não só na política mas em todas as relações humanas, e qual a diferença específica entre o poder político e as demais formas de poder?

2) Que é propriamente a “ação” em escala histórica? Em que condições a expressão “história disto” ou “história daquilo” se refere a uma entidade real, capaz de ação contínua ao longo do tempo, e quando se refere apenas, metonimicamente, a um sujeito ideal, sem unidade de ação própria, como por exemplo quando se fala em “história do Brasil” ou “história da burguesia”? Em suma: *quem* é o sujeito da história?

3) Qual a relação entre as “intenções” subjetivas dos agentes históricos e os efeitos reais de suas ações? Qual a equação que se forma entre o conhecimento objetivo dos dados da situação, as decisões tomadas, a execução, os resultados específicos e sua diluição num quadro maior onde outros fatores entram em jogo? Existe uma ação histórica eficiente, na qual os efeitos reproduzam mais ou menos

fielmente as intenções? Ou, ao contrário, a história humana estará sempre condenada a ser, como dizia Weber, “o conjunto das consequências impremeditadas das nossas ações”?

4) Dando por pressuposto que ninguém pode se colocar fora do quadro comum da vida humana para observá-lo “de cima”, e que portanto toda observação é uma forma de participação, não é possível isolar totalmente observação e confissão. Qual a relação entre autoconhecimento e conhecimento histórico? Em que medida o conhecimento da história pode e deve ser um meio de integração da consciência pessoal do estudioso, e em que medida esta se reflete na veracidade da descrição histórica obtida? Em que medida toda história é autobiografia e, portanto, toda descrição de uma situação política, social e cultural determinada é uma confissão pessoal?

5) Em que medida, portanto, o estudo das ciências humanas é uma prática “ascética” de autoconhecimento, e em que medida as disciplinas ascéticas e místicas desenvolvidas pelas religiões tradicionais, bem como as técnicas modernas de psicoterapia e autoaujda, podem desempenhar nesse estudo uma função essencial?

6) Como é a psicologia do conhecimento na história e nas ciências humanas em geral? Da percepção dos dados sensíveis (documentos, monumentos, ações observadas) até as sínteses interpretativas gerais, qual o trajeto psicológico percorrido e como dirigi-lo para diminuir a possibilidade de erros?

Os filósofos que mais estudei para encontrar as respostas (e ficam aí como sugestões para os interessados) foram Platão, Aristóteles, Santo Agostinho, São Tomás, S. Boaventura, Duns Scot, Leibniz, Schelling, Husserl, Scheler, Lavelle, Croce, Ortega, Zubiri, Marías, Voegelin, Lonergan, o nosso Mário Ferreira dos Santos e o Albert Camus de *L’Homme Révolté*. Os grandes historiadores da filosofia, como Gomperz, Ueberweg e Zeller, devem ser lidos com devoção. Outros autores da área de ciências humanas que muito me ajudaram foram Ibn Khaldun, Vico, Ranke, Taine, Huizinga, Weber, Böhm-Bawerk, von Mises, Sorokin, Victor Frankl, Paul Diel, Eugen Rosenstock-Huessy, Franz Rosenzweig, Lipot Szondi, Maurice Pradines, Alois Dempf, Max Dvorak, Rudolf Arnheim, Erwin Panofsky, A.-D. Sertillanges, Mortimer J. Adler, Oliveira Martins, Gilberto Freyre e Otto Maria Carpeaux. Apesar de inumeráveis erros de informação, a *Life of Napoleon* de Walter Scott também foi de muito proveito pela acuidade da sua psicologia histórica. O maior historiador vivo hoje em dia é Modris Eksteins (sabe o que significa “tem de ler”?). Dos poetas e ficcionistas, aqueles que produziram verdadeiras descrições científicas da condição humana, muito úteis nos meus estudos, foram Sófocles, Dante, Shakespeare, Camões, Cervantes, Goethe, Dostoiévski, Alessandro Manzoni, Pío Baroja, T. S. Eliot, W. B. Yeats, Antonio Machado, Thomas Mann, Jacob Wassermann, Robert Musil, Hermann Broch, Heimito von Doderer, Julien Green, Georges Bernanos e François Mauriac. A Bíblia tem de ser relida o tempo todo (não leia o Evangelho em busca de “religião”: leia como narrativa de alguma coisa que realmente aconteceu; atenção especial para Mateus 11:1-6, onde o próprio Jesus ensina o critério para você tirar as dúvidas a respeito d’Ele; penso nisso o tempo todo). O Corão, os Vedas, o Tao-Te-King e o I-Ching, assim como os escritos de Confúcio, Shânkara e Ibn ‘Arabi, merecem consultas periódicas. Dos conselhos pessoais que recebi de mestres generosos, a quem incomodei por meio de cartas, telefonemas e visitas, falarei outro dia.

O importante é não estudar por estudar, para “adquirir cultura” ou seguir carreira universitária, mas para encontrar respostas a questões determinadas, que tenham importância existencial para você, para sua formação de ser humano e não só de estudioso. É claro que as questões vão se definindo aos poucos, no curso das leituras mesmas, mas à medida que isso acontece elas vão definindo melhor o rumo dos estudos. E é essencial que, na ânsia de ler, não deixe sua acumulação de conhecimento ultrapassar o seu nível de autoconsciência, de maturidade, de responsabilidade pessoal em todos os domínios da vida. Se não é capaz de tirar de um livro consequências válidas para sua orientação moral no mundo, você não está pronto para ler esse livro. Não esqueça nunca o conselho de Goethe: “O

talento se aprimora na solidão, o caráter na agitação do mundo.”

Pela restauração intelectual do Brasil

Diário do Comércio, 4 de setembro de 2006

Os artigos que aqui publiquei em 13 e 27 de fevereiro[3] rendem até hoje cartas e perguntas que não posso responder uma a uma. Refletem não só o anseio inatendido de conhecimento por parte de tantos estudantes brasileiros, mas uma necessidade mais profunda e geral. Um país não pode sobreviver por muito tempo sem alguma vida intelectual na qual se enxergue e se reconheça como unidade histórica, cultural e espiritual. Isso falta totalmente no Brasil de hoje. As discussões públicas entre pessoas supostamente letradas perdem-se em fatos isolados, em tagarelice ideológica sem nenhum proveito ou na exteriorização fortuita de impressões grupais totalmente alienadas. Já não apreendem nem a nação como conjunto, nem muito menos a sua situação no mundo, na civilização, na história. O Brasil tornou-se invisível a si mesmo, e na treva geral crescem monstros. Talvez o mais feio deles seja justamente a esperança cretina de livrar-se de todos os outros a curto prazo, mediante ações práticas na esfera política, saltando sobre a necessidade prévia da restauração intelectual. Nenhum ser humano ou país está mais louco do que aquele que acredita poder resolver todos os seus problemas primeiro, para tornar-se inteligente depois. A inteligência não é o adorno do vitorioso, é o caminho da vitória. Não é a cereja do bolo, é a fórmula do bolo. Quando chegarão os brasileiros a compreender uma coisa tão óbvia? Quando chegarão a compreender que nem tudo pode ser resolvido com formulinhas prontas, com pragmatismos rotineiros, com improvisos imediatistas ou mesmo com técnicas da moda, por avançadas que sejam, se não há por trás delas uma inteligência bem formada, poderosa, capaz de transcendê-las infinitamente e por isso, só por isso, capaz de manejá-las com acerto? A sólida estupidez do petismo triunfante é a culminação de pelo menos cem anos de desprezo ao conhecimento. A aposta obsessivamente repetida no poder mágico da ignorância esperta levou finalmente ao resultado inevitável: a bancarrota cultural, moral e política.

Não há nada, nada mais urgente, neste país, do que criar uma geração de estudantes à altura das responsabilidades da inteligência. Ao dizer isso, estou consciente de pedir urgência para uma tarefa que, por sua natureza, é de longuíssimo prazo. A vida intelectual não se improvisa: resulta da confluência feliz de inumeráveis trajetos existenciais pessoais numa nova linguagem comum laboriosamente construída com materiais absorvidos, a duras penas, de tradições milenares. Quando a urgência imperiosa vem amarrada à demora invencível, o espírito humano é testado até o máximo da sua resistência. Nada mais difícil do que aliar a intensidade do esforço contínuo à longa espera de resultados incertos. Contra o desespero em tais circunstâncias, o único remédio está na fórmula de Goethe: “É urgente ter paciência.”

Aos leitores deste jornal, empresários na maioria, digo sem rodeios: a responsabilidade de vocês nisso é enorme. As universidades tornaram-se instrumentos do crime organizado, empenhados em tapar bocas, paralisar consciências, destruir talentos, perverter vocações, secar todas as fontes de uma restauração possível e, é claro, gastar dinheiro público. Custam caro e só servem para o mal. É preciso inventar o quanto antes novas formas de estruturação social da vida intelectual e torná-las economicamente viáveis. Só o empresariado pode tomar essa iniciativa. Só ele tem capacidade de organização e de aglutinação de recursos para isso. O sistema dos *think tanks* talvez funcione, se assimilado com a devida seriedade e adaptado eficazmente às condições brasileiras. Os modelos da Heritage Foundation, da Atlas Foundation, do Hudson Institute estão aí para ser estudados. Nos EUA eles tornaram-se centros irradiantes de energia positiva capaz de contrabalançar, e com frequência

vencer, o ativismo imbecilizante dos comissários do povo universitários.

* * *

Enquanto isso, posso sugerir, aos candidatos a membros de uma hipotética intelectualidade brasileira do futuro, algumas normas gerais que talvez os ajudem, na escuridão ambiente, a encontrar o caminho.

A formação da inteligência se dá em dois planos simultâneos: o propriamente intelectual, ou cognitivo, e o espiritual, ou inspiracional. O que você sabe depende de quem quer ser; o modelo do que você pode ser depende do que sabe. A ligação entre os dois planos é ignorada pelo ensino atual porque ele nem mesmo entende que existe uma dimensão espiritual, embora às vezes fale dela, até demais, confundindo-a com o simples culto religioso, com a moral ou com a psicologia.

* * *

No plano intelectual, o estudante deve esforçar-se para obter a mais alta qualificação possível, adotando como modelos da sua autoeducação as práticas melhores registradas historicamente: as da Academia platônica, do Liceu aristotélico, da universidade europeia no século XIII (com seus ecos residuais na filosofia cristã moderna, por exemplo *La Vie Intellectuelle* de A.-D. Sertillanges e *Conseils sur la Vie Intellectuelle* de Jean Guitton), da intelectualidade superior alemã no século XIX e austríaca no começo do século XX (tal como descrita, por exemplo, nos depoimentos de Eric Voegelin, Otto Maria Carpeaux e Marjorie Perloff) e, *last not least*, da tradição americana de *liberal education*.**

O objetivo primeiro da educação superior é negativo e dissolvente: consiste em "desaculturar", no sentido antropológico do termo: desfazer os laços que prendem o estudante à sua cultura de origem, às noções consagradas do "nosso tempo", à ilusão corrente da superioridade do atual, e fazer dele um habitante de todos os tempos, de todas as culturas e civilizações. Não se pode chegar a nada sem um período de confusão e relativismo devido à ampliação ilimitada dos horizontes. Não basta saber o que pensaram Abrahão e Moisés, Confúcio e Lao-Tseu, Péricles e Sócrates, ou os monges da Era Patrística: é preciso um esforço para perceber o que perceberam, imaginar o que imaginaram, sentir o que sentiram. Não se preocupe em arbitrar, julgar e concluir. Em todas as ideias que resistiram ao tempo o bastante para chegar até nós há um fundo de verdade. Apegue-se a esse fundo e faça sua coleção de verdades, não se impressionando muito com as contradições aparentes ou reais. Aprenda a desejar e amar a verdade como quer que se apresente. Acostume-se a conviver com as contradições, já que você não terá tempo, nesta vida, para resolver senão um número insignificante delas.

A educação universitária brasileira é toda ela antieducação, já que visa somente a inculcar no aluno a mentalidade dominante da classe acadêmica atual (quando não o slogan partidário da semana), julgando o passado à luz do presente e nunca o presente à luz do passado. Isso é prender o estudante num provincianismo temporal — ou cronocentrismo, como costumo chamá-lo — ainda mais lesivo do que qualquer etnocentrismo geográfico, racial, religioso ou político. "Todas as épocas são iguais perante Deus", ensinava Leopold von Ranke. A inteligência humana tende poderosamente à universalidade, mas só se aproxima dela vencendo as barreiras culturais do espaço e do tempo, uma por uma. Resista ao triunfalismo presunçoso da atualidade. Quando ler o que algum pensador de hoje acha de Platão, pergunte o que Platão acharia dele. Em 99% dos casos você verá que o suposto progresso do conhecimento veio amplamente neutralizado por um concomitante progresso da ignorância. Jean Fourastié, em *Les Conditions de l'Esprit Scientifique*, observava que, ao lado da história do saber, seria preciso escrever a história do esquecimento. Comece já.

Não digo isso genericamente. É de uma norma muito prática que estou falando. Quando ler os

clássicos, use tudo, absolutamente tudo o que vier a aprender com eles como instrumento analítico para a compreensão do presente, incluída nisso a sua própria vida pessoal. Fora o conteúdo filosófico e sapiencial mais geral, há tesouros de sociologia, de psicologia e de ciência política em Confúcio, em Shânkara, em Platão, em Aristóteles, em Dante, em São Tomás, em Shakespeare. Uma longa convivência com esses sábios lhe dará uma ideia do que seja a verdadeira autoridade intelectual, da qual seus professores na universidade são caricaturas grotescas. Não se deixe iludir por erros de detalhe que a ciência moderna se gaba de ter "superado". Quase sempre a superação é ilusória e só serve para, logo adiante, ser superada por sua vez. Você lê nos manuais, por exemplo, que Galileu "superou" a física de Aristóteles. Durante quatro séculos essa bobagem foi repetida como verdade terminal. Só por volta de 1950 os estudiosos perceberam que a física de Aristóteles não era uma física, mas uma metodologia científica geral, bem mais sutil do que Galileu poderia jamais ter percebido, e muito bem adequada às necessidades da ciência mais recente. Os famosos erros assinalados por Galileu existiam, mas eram detalhes secundários que não afetavam de maneira alguma o conjunto da proposta.

Qualquer que seja a questão em estudo, busque atender a três condições: (1) a abrangência máxima da informação básica, (2) o conhecimento do *status quaestionis* (já explico) e (3) a variedade das perspectivas.

A abrangência da informação obtém-se trocando a absorção casual pela pesquisa sistemática das fontes. Uma lista bibliográfica o mais completa possível é o melhor começo em qualquer investigação. Se você souber somente os títulos e datas dos livros publicados sobre determinado assunto, já terá uma visão inicial bem apropriada do problema antes mesmo de ler o primeiro deles. Não se perca, porém, na multidão de trabalhos acadêmicos atuais, a maioria deles produzida só por exigência administrativa ou carreirismo. Comece com as obras mais antigas, e isso facilitará a seleção das mais recentes.

O *status quaestionis*, "estado da questão", é a evolução dos debates sobre um determinado ponto desde a origem da discussão até hoje. O conhecimento do *status quaestionis* distingue o erudito profissional do palpiteiro amador. (Todos os professores universitários que conheço no Brasil, com exceções que não chegam a meia dúzia, são palpiteiros amadores. Esqueça-os. Aprenda três ou quatro línguas e só use o português para ler material universitário de Portugal, que é muito bom em todas as áreas. Se não puder sair do Brasil fisicamente, saia intelectualmente. O que há de valioso na nossa cultura passada assimila-se em dois anos no máximo, com exceção da obra de Mário Ferreira dos Santos, que leva uma vida inteira, mas que você pode carregar debaixo do braço na sua fuga para fora do país ou para dentro de si mesmo.)

A variedade das perspectivas consiste na habilidade de pensar um problema exatamente como o pensaram os diversos autores que trataram dele. Isso exige algo mais que leitura inteligente. Exige a capacidade de se identificar imaginativamente com a visão de cada um enquanto a está estudando, sem se preocupar em julgá-la ou contestá-la, mas sabendo que mais cedo ou mais tarde ela será julgada e contestada automaticamente quando você passar à leitura de outros autores. Deixe que a discussão, na sua mente, vá se montando sozinha, aos poucos, com os vários materiais contraditórios que colhe das leituras. No momento em que a acumulação de material chegar a abranger o campo inteiro do *status quaestionis*, você terá uma experiência intelectual maravilhosa: quando os vários ângulos pelos quais enxerga um problema não refletem apenas a sua imaginação, mas tudo aquilo que de melhor e mais inteligente se escreveu a respeito ao longo dos tempos, as conclusões a que chega já não são meras opiniões pessoais — já são *conhecimento* em sentido pleno. Isso não quer dizer que você descobriu "a verdade", é claro, mas significa que se aproximou dela tanto quanto possível à parte mais dedicada e mais séria da humanidade. Seu horizonte já não será o da subjetividade individual, será o do *conhecimento humano*. Você talvez ainda seja um anão. Mas já estará sentado sobre os

ombros de gigantes.

* * *

Para avançar no plano espiritual, o estudante deve estar aberto à realidade do transcendente e do infinito, tendo ante essa dimensão a atitude gnoseologicamente apropriada e psicologicamente obrigatória de admiração contemplativa, temor reverencial e confiança existencial.

Para muitas pessoas hoje em dia, sobretudo os ditos “intelectuais”, essa percepção é inacessível e até inconcebível. Não por coincidência, são as pessoas que mais opinam a respeito, umas teorizando a sua própria incapacidade sob a forma de tagarelice materialista, cientificista, agnóstica etc., outras tratando de disfarçá-la por meio de conversas estereotipadas sobre religião, estados místicos, esoterismo, alquimia etc. Essas duas modalidades de tergiversação podem requerer muito estudo, e vidas inteiras se gastam no seu cultivo. O estudante deve aprender a reconhecer ambas à distância e fugir delas mais que depressa.

Caso pertença a alguma confissão religiosa, o estudante deve tomar seus ensinamentos como mistérios simbólicos cujo conteúdo não é fácil de discernir e cujo influxo vivificante pode secar pela adesão prematura a interpretações dogmáticas e receituários morais prontos. A religião não é uma doutrina para ser “acreditada” ou uma tábua de mandamentos morais exteriores como um código civil. É um conjunto de *acontecimentos* de ordem histórico-espiritual cuja notícia nos chega pelas escrituras sagradas e pela tradição. Esses acontecimentos podem, em parte, ser confirmados historicamente, mas não podem ser historicamente compreendidos, pois prosseguem até hoje e seu sentido só se elucida nesse prosseguimento, na medida em que você toma ciência de que eles o envolvem pessoalmente. Você pode participar deles através dos ritos, da prece, da fé e sobretudo dos milagres. A fé não significa adesão a uma doutrina, mas confiança numa Pessoa em cuja humanidade transparece, de maneira ao mesmo tempo autoevidente e misteriosa, a presença do transcendente e do infinito. Milagres acontecem o tempo todo, mas a maioria das pessoas é estúpida, distraída ou fechada demais para percebê-los.*** Mesmo a experiência reiterada das preces atendidas, carregada do inevitável desconforto cognitivo da desproporção entre a causa aparente e o efeito real, pode ser neutralizada *ex post facto* por meio de racionalizações de um puerilismo atroz, que muitos chamam de “ciência”. Mas talvez pior do que a falta de experiência, ou do que a experiência neutralizada, é a substituição da experiência objetiva do milagre por um sucedâneo psíquico — uma emoção, um subjetivo não-sei-quê — a que alguns dão o nome pomposo de “meu encontro com Jesus”, “minha fé” ou coisa assim, sem entender que com isso sobrepõem os seus estados de alma à realidade suprema do próprio Deus. Deus se manifesta nos fatos do mundo, da natureza, da história, e no curso objetivo da vida de cada um, não fazendo afagos na alma de quem quer que seja. Por incrível que pareça, são esses afagos o máximo que alguns esperam encontrar na religião, enquanto outros, ateus ou até sacerdotes, acreditam piamente que ela consiste nisso na melhor das hipóteses e tiram daí consequências que lhes parecem muito científicas, como fez o clássico da cretinice antropológica americana, Edward Sapir, ao definir a religião como busca da “paz de espírito”, que se também pode alcançar com um comprimido de Valium. O estudante tem de aprender a fugir dessas vulgaridades, mesmo ao preço de colocar entre parênteses toda a questão “religiosa” até melhor entendimento.

Espírito e personalidade

Diário do Comércio, 31 de janeiro de 2013

O espírito é aquilo que só chega a nós pelo pensamento, mas que o pensamento, por si, não pode nem

criar nem alcançar. O espírito é a verdade do pensado, a qual, por definição, está para além do pensamento, mesmo nos casos em que este cria o seu próprio objeto.

Quando, por exemplo, criamos mentalmente um triângulo, este já traz em si todas as suas propriedades geométricas que o pensamento, nesse instante, ainda ignora por completo; e quando ele as tiver descoberto uma a uma, ao longo do tempo, terá de confessar que estavam no triângulo em modo simultâneo antes que as apreendesse. E mesmo quando apreende uma só, apreende algo que está no triângulo e não nele próprio.

Não há, na esfera do mental, nenhuma diferença entre pensar o falso e pensar o verdadeiro. O pensamento só se torna veraz quando toca algo que está para além dele, algo que não se reduz de maneira alguma ao ato de pensar e nem ao pensamento pensado. Esse algo é o que chamamos "verdade". Como se vê no exemplo do triângulo, a verdade está para além do pensamento até mesmo quando o objeto deste é criado pelo próprio pensamento: o pensamento não domina e não cria a veracidade nem mesmo dos objetos puramente pensados. A verdade só aparece para além de uma fronteira que o pensamento enxerga mas não transpõe. A verdade é o reino do espírito.

A verdade é espírito, mesmo quando apreendida num objeto material. Nossos sentidos podem apreender a presença de um objeto, mas não podem, por si, decidir se essa presença é real ou imaginária. O pensamento tem de intervir, colocando perguntas que completem e corrijam a mera impressão. Ele o faz em busca da verdade do objeto, mas, quando chega a tocar nela, sabe que está não apenas para além dos sentidos, mas para além dele próprio, caso contrário não seria verdade de maneira alguma e sim apenas uma impressão modificada pelo pensamento.

A verdade é sempre transcendente à esfera do pensamento, das sensações, das emoções, de tudo quanto constitui o "mental". Os testes de QI não medem a quantidade da atividade mental, mas a sua eficiência em transcender-se, em apreender a veracidade do objeto — a sua capacidade de vislumbrar, para além da esfera do pensado, o reino do espírito.

Essa capacidade não se chama "pensamento", mas inteligência. Ela é inteiramente alheia à quantidade, intensidade ou elegância formal do pensamento. "De pensar, morreu um burro", diz o ditado. Pensar falsidades dá tanto trabalho, e às vezes até mais, do que chegar à verdade. O pensamento bom não é aquele que se compraz na riqueza dos seus próprios movimentos, mas aquele que se recolhe humildemente para dar passagem à inteligência, à percepção da verdade.

A correção formal do pensamento pode ser importante, às vezes, mas o pensamento, por si, não tem como apreender sequer a verdade da sua própria correção formal. Tomar consciência da correção formal de um silogismo não é um pensamento: é a percepção instantânea — intuitiva, se quiserem — de um nexo necessário entre dois pensamentos. Se não fosse assim, seria apenas um terceiro pensamento, cujo nexo com os outros dois teria por sua vez de ser provado silogisticamente, e assim por diante até à consumação dos séculos. Mesmo a mera veracidade formal é veracidade, e transcende o pensamento.

Pessoas que pensam muito são, só por isso, chamadas de "intelectuais", mas isso é errado: a vida do intelecto só começa na fronteira em que o pensamento se apaga para dar lugar ao vislumbre da verdade.

Tanto o pensamento quanto as impressões, a memória ou as emoções não fazem senão acumular motivos para que a verdade surja, depois, numa percepção instantânea. Essa acumulação pode ser longa e trabalhosa, mas não é nunca a finalidade, a meta de si própria.

Toda educação da inteligência deveria ter essas obviedades em conta, mas isso se tornou quase impossível numa época que virou as costas à própria noção da verdade — para não falar do espírito —, substituindo-a pela de projeção subjetiva, adequação, utilidade, interesse de classe, criação cultural etc., como se todas estas noções não afirmassem implicitamente a sua própria veracidade e não restaurassem assim, meio às tontas, aquilo que desejariam suprimir.

No curso da sua evolução temporal, o indivíduo chega a ter uma “personalidade intelectual” quando a submissão do seu pensamento ao espírito se tornou um hábito adquirido e se integrou na sua alma como reação usual e quase inconsciente.

Em sentido estrito, conduzir o estudante a essa passagem de nível seria o objetivo de toda educação superior, mas a redução das universidades à condição de escolas profissionais ou de centros de adestramento ideológico para militantes veio a tornar esse objetivo inteiramente utópico, elitizando em vez de democratizar o acesso aos bens superiores do espírito como prometem fazê-lo todos os governos do mundo.

O caminho, decerto, não está bloqueado para os estudantes que tenham iniciativa pessoal e alguns recursos. O problema é que a conquista de uma personalidade intelectual num ambiente que desconhece a mera existência dessa possibilidade humana — o caso, sem dúvida, do meio universitário brasileiro hoje em dia — é fonte de inumeráveis dificuldades psicológicas para o estudante, a começar pela quase impossibilidade de encontrar pessoas do mesmo nível de consciência com as quais possa ter diálogo e amizade. A personalidade intelectual só pode ser compreendida desde outra personalidade intelectual: o diálogo com indivíduos desprovidos dela é uma transmissão sem receptor, a ocasião de mal-entendidos e sofrimentos sem fim.

Notas

* Ver René Wormser, *Foundations, Their Power and Influence*, Nova York, Devin-Adair, 1958.

** Ver, além do clássico *How to Read a Book* de Mortimer J. Adler, *The Trivium*, de Sister Miriam Joseph, *Another Sort of Learning*, de James V. Schall, e *The House of Intellect*, de Jacques Barzun.

*** Leiam *Megashif*, de James Rutz.

1. N. do Org.: O autor se refere, respectivamente, ao artigo "História de quinze séculos", presente no capítulo *Revolução* deste livro, à página 168, e à parte 4 de "Marxismo, Direito e Sociedade", um debate entre ele e Alaor Caffé Alves na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em 19 de novembro de 2003, disponível no link http://www.olavodecarvalho.org/textos/debate_usp_4.htm.

2. N. do Org.: O primeiro artigo deste livro, no capítulo *Juventude*.

3. N. do Org.: O autor se refere aos dois artigos anteriores a este no presente capítulo deste livro.

Sites

Site oficial de Olavo de Carvalho
www.olavodecarvalho.org

Mídia Sem Máscara (MSM)
www.midiasemmascara.org

Canal MSM no Youtube
http://www.youtube.com/user/CanalMSM

True Outspeak
http://www.blogtalkradio.com/olavo

Seminário de Filosofia
www.seminariodefilosofia.org

The Inter-American Institute
http://www.theinteramerican.org

Olavo de Carvalho e o Foro de São Paulo
http://www.theinteramerican.org/blogs/law-and-government/410-what-is-the-sao-paulo-forum.html

Sobre o organizador

Felipe Moura Brasil é escritor, jornalista e redator. Nasceu no Rio de Janeiro, em 18 de maio de 1981. Trabalhou em agências de publicidade, produtoras de cinema e empresas de comunicação. É coautor da antologia *Contra a juventude* (2007), que reúne textos publicados no site Tribuneiros. Escreveu resenhas para o *Jornal do Brasil* no período 2008-2009; criou o Blog do Pim (seu apelido) em 2010; e naquele mesmo ano virou colaborador do site Mídia Sem Máscara, criado por Olavo de Carvalho. Seu "Soneto do estudante sério", dedicado ao filósofo, e lido e elogiado por ele no programa True Outspeak de 20 de junho de 2012, foi a primeira forma que encontrou para lhe agradecer pelos ensinamentos que iluminaram sua vida. Ainda em 2012, tendo começado a trabalhar também como organizador, tradutor e copidesque de livros da Editora Record, tomou a iniciativa de preparar o segundo e maior agradecimento de todos: o livro que o leitor agora tem em mãos.

O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota

Facebook do autor
https://www.facebook.com/olavo.decarvalho

Site de filosofia do autor
http://www.seminariodefilosofia.org/

Wikipédia do autor
http://pt.wikipedia.org/wiki/Olavo_de_Carvalho

Site do autor
http://www.olavodecarvalho.org/index.html

Twitter do autor
https://twitter.com/OdeCarvalho

Matéria sobre o lançamento do livro
http://oliveiradimas.blogspot.com.br/2013/07/
o-minimo-que-voce-precisa-saber-para.html

Booktrailer do livro
http://www.youtube.com/watch?v=BLbnD1_lLsU